UNIVERSITÉ DE VERSAILLES-SAINT-QUENTIN-EN-YVELINES
U.F.R. DES SCIENCES SOCIALES ET DES HUMANITÉS
ÉCOLE DOCTORALE : CULTURES, ORGANISATIONS, LEGISLATIONS

Thèse de Doctorat en Sociologie

Présentée par :
Francisco E. B. VARGAS

FORMES ET EXPÉRIENCES DE PRIVATION DE TRAVAIL AU BRÉSIL :

LA CONSTRUCTION SOCIALE DU CHÔMAGE DANS LA PERSPECTIVE D'UNE SOCIOLOGIE DES RAPPORTS SOCIAUX

Directrice de recherche: Helena HIRATA
UMR GENRE, TRAVAIL, MOBILITÉS - GTM
CNRS-Université de Paris 10-Université de Paris 8

Membres du Jury:
Robert CABANES – Institut de Recherche pour le Développement - IRD
Antônio David CATTANI – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Didier DEMAZIÈRE – Université de Versailles-Saint-Quentin-En-Yvelines - UVSQ
Helena HIRATA – Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS/GTM

Date de soutenance: 27 novembre 2008.

AGRADECIMENTOS

Seria longo e temerário fazer aqui um exercício de agradecimentos. Longo, porque são incontáveis as pessoas e instituições que, de alguma forma, contribuíram para que este trabalho viesse à luz. Temerário, porque, como confiar na memória? Não posso, no entanto, deixar de tentar enumerar todos que me apoiaram e me acolheram ao longo desse período de realização de minha tese.

Às pessoas privadas de trabalho, que colaboraram ou não com esta pesquisa, que buscam um lugar no mundo para estar, o essencial reconhecimento, um projeto para continuar existindo. Meu especial agradecimento a essas pessoas que contribuíram para compreender algumas formas e significados de algumas "privações" que vivemos em nossos cotidianos. De algum modo, essas pessoas colaboraram para o entendimento de que essas formas e significados são sociais, relacionais e, só nesses termos, podem ser transformados.

Meu especial agradecimento a Helena Hirata, que foi sempre muito mais que uma orientadora. Sua contribuição a este trabalho foi importante não apenas pela leitura atenta, pela crítica perspicaz e pela dedicação ao trabalho, mas também pela presença amiga, pelo estímulo constante, pela confiança depositada, pelo acolhimento intelectual e humano. Em todos os momentos sua presença foi imprescindível.

A Mariza, companheira de jornada, pelo desenho do sonho, por sua realização, pelas alegrias e pelas dores colhidas no caminho, pelas descobertas, pelas esperanças que se renovaram, pela imensa ternura e desejo que deram sentido a toda caminhada.

A Luísa e Felipe, meus filhos, por serem razões profundas desse caminhar, por representarem e cristalizarem o senso de humanidade que me anima, não apenas pela esperança, mas também pela certeza intensa de que vale a pena caminhar aqui e agora. Viver já vale a pena apenas por estar ao lado de vocês.

Aos meus pais, meus irmãos, minha família, porque estão na raiz de tudo, pela herança significativa de onde se retira os sentidos mais profundos da existência, pelo amor semeado em mim, cujos frutos trago aqui apenas um fragmento.

A Maria Célia, amiga, apoiadora das horas mais difíceis, a quem confiamos nossos valores mais preciosos, nossos filhos, ao longo dessa caminhada.

A Danièle Kergoat e a meus colegas de doutorado pela acolhida carinhosa e generosa, pelas discussões profícuas, pelo diálogo constante, pelo compromisso com a construção de um conhecimento que quer emancipar.

Aos professores, pesquisadores e funcionários das universidades e instituições científicas francesas, pelo testemunho que tive do compromisso com a ciência, pela experiência do rigor científico e da inesgotável riqueza intelectual e humanística. Meu reconhecimento

especial aos membros do laboratório Genre, Travail, Mobilités (GTM) pela acolhida, pela rica e prazerosa convivência intelectual e humana.

Aos meus colegas do Instituto de Sociologia e Política da UFPel, pelo apoio inestimável, pela confiança e compreensão que depositaram em mim.

Aos meus alunos, pelos desafios que me provocaram, pela receptividade que me estimulou a seguir em frente...

Ao amigo e colega Paulo Cava, pelo companheirismo, pelos sonhos e pelas angústias compartilhadas, pela esperança na sociologia.

A George e Denise Pichon, queridos amigos franceses que nos acolheram e nos apoiaram com sua amizade e carinho, abrindo sua casa e seus corações.

A Paulo Kelbert, pelo apoio nas horas de angústia e sofrimento.

A Universidade Federal de Pelotas, minha casa, meu lugar de trabalho, de lutas, de projetos, de esperanças, espaço que desejo público, generoso, no qual tenho podido crescer e fazer crescer.

Meu agradecimento muito especial à CAPES e ao governo brasileiro pelo valioso apoio no provimento de minhas necessidades materiais e de minha família durante uma grande parte do período de afastamento para o doutorado, concedendo-me bolsa de doutorado no exterior.

DEDICATÓRIA

Esta investigação começou com um diálogo, é toda ela feita de diálogos, trocas, olhares, reflexões, dúvidas... e apresenta-se, finalmente, como argumentos provisórios de um diálogo que certamente continuará...

Ela é, pois, provisória, como toda condição humana que fixa seu olhar para frente.

Ela é dedicada a todos que desejam dialogar, a todos que anseiam profundamente por um diálogo transparente, levado adiante por sujeitos despidos de orgulho e munidos de boa vontade, esperança e sensibilidade.

Aqui, ciência não é apenas conhecimento da realidade social. Aqui, ciência é ação sobre o mundo. Ciência, portanto, é auto-conhecimento, condição essencial para um diálogo aberto e contínuo.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....3

DEDICATÓRIA.....5

SUMÁRIO.....7

ÍNDICE DE TABELAS.....11

LISTA DE SIGLAS.....15

INTRODUÇÃO.....17

PARTE I - TRABALHO E DESEMPREGO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: O REFERENCIAL TEÓRICO EM CONSTRUÇÃO.....37

INTRODUÇÃO À PARTE I.....39

CAPÍTULO 1 – A SOCIOLOGIA DO DESEMPREGO EM DEBATE: O DESEMPREGO COMO "CATEGORIA SOCIAL" E COMO "RELAÇÃO SOCIAL".....43

1.1. Introdução.....43
1.2. O desemprego como categoria econômica.....45
1.3. Da economia à sociologia do desemprego: as teorias da invenção do desemprego.....49
1.4. Gênese e desenvolvimento da categoria desemprego.....52
1.5. A emergência da moderna categoria desemprego.....57
1.6. A invenção do desemprego e as formas não assalariadas de trabalho.....61
1.7. A crise contemporânea da categoria desemprego.....66
1.8. Uma sociologia do desemprego em termos de categorização social.....71
1.9. Desemprego e experiência biográfica : um estudo comparativo.....78
1.10. Em direção a uma sociologia do desemprego em termos de relações sociais.....83
1.11. Desemprego e desigualdades de sexo : uma abordagem em termos de relações sociais de gênero.....90

CAPÍTULO 2 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA : ENTRE A DINÂMICA HISTÓRICA E A DINÂMICA BIOGRÁFICA 99
2.1. Introdução 99
2.2. O trabalho como "atividade" e como "relação social" 100
2.3. A moderna "invenção" do trabalho como valor central 101
2.4. O trabalho assalariado e as metamorfoses da condição salarial 107
2.5. O trabalho alienado e a crise da sociedade do trabalho 110
2.6. O conceito de trabalho em questão 117
2.7. O conceito de trabalho na periferia do capitalismo 122
2.8. Trabalho, experiência, biografia : os sentidos do trabalho em construção 136
2.9. As formas de trabalho e a relação com o trabalho nas experiências biográficas 142
2.10. Trabalho, divisão do trabalho, divisão sexual do trabalho: em direção a uma abordagem em termos de relações sociais de gênero 144

CONCLUSÕES DA PARTE I 159

PARTE II – DINÂMICA HISTÓRICA DA PRIVAÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL: A DIFÍCIL EMERGÊNCIA DO DESEMPREGO COMO CATEGORIA INSTITUCIONAL 161

INTRODUÇÃO À PARTE II 163

CAPÍTULO 3 – O DESEMPREGO COMO CATEGORIA INSTITUCIONAL 165
3.1. Introdução 165
3.2. A modernização capitalista e a emergência de um sistema público de emprego 166
3.3. O desemprego como categoria institucional nas políticas públicas de emprego 169
3.4. A categoria desemprego e o seguro-desemprego: indenização ou assistência ? 174
3.5. O desemprego como categoria estatística no Brasil 181

CAPÍTULO 4 - O MERCADO DE TRABALHO E A EMERGÊNCIA DO DESEMPREGO NO BRASIL 191
4.1. Introdução 191
4.2. A evolução do mercado de trabalho no Brasil 192
4.3. Mercado de trabalho, crise econômica e a emergência do desemprego 200
4.4. A privação de trabalho entre a velha precariedade e a nova precarização do trabalho 206
4.5. A privação de trabalho e o desemprego oculto: o exemplo da PED em São Paulo 210
4.6. A nova precarização do trabalho e o novo desemprego 213
4.7. O desemprego como uma categoria social ambígua 216

CAPÍTULO 5 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E O DESEMPREGO NO SUL DO BRASIL 219
5.1. Introdução 219
5.2. O contexto histórico do trabalho no sul do Brasil 221
5.3. O mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre 224
5.4. O gênero na dinâmica do mercado de trabalho : inatividade, ocupação e desemprego 225
5.5. A vulnerabilidade ao desemprego 234

5.6. O perfil da população desempregada em Porto Alegre 238
5.7. O desemprego e as relações sociais no mercado de trabalho 242
5.8. A privação de trabalho e o desemprego no mercado de trabalho em Pelotas 243

CONCLUSÕES DA PARTE II 255

PARTE III – A DINÂMICA BIOGRÁFICA DO DESEMPREGO NO BRASIL: FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO 259

INTRODUÇÃO À PARTE III 261

CAPÍTULO 6 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS: QUESTÕES METODOLÓGICAS 265
6.1. Introdução 265
6.2. As experiências de privação de trabalho no espaço de relações sociais 266
6.3. As experiências de privação de trabalho nas experiências de trabalho 274
6.4. A delimitação do campo de investigação : as trajetórias ocupacionais 280
6.5. As trajetórias ocupacionais em seu contexto social : o perfil dos entrevistados 284
6.6. A condição familiar nas trajetórias ocupacionais 286
6.7. A formação sócio-profissional nas trajetórias ocupacionais 288
6.8. As condições de trabalho nas trajetórias ocupacionais 291
6.9. A privação de trabalho nas trajetórias ocupacionais 295
6.10 . As trajetórias ocupacionais no espaço de relações sociais 300

CAPÍTULO 7 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO E A VELHA PRECARIEDADE 307
7.1. Introdução 307
7.2. A precariedade social nas trajetórias ocupacionais 309
7.3. As formas de privação de trabalho nas trajetórias precárias 313
7.4. A privação de trabalho e a posição dos entrevistados no espaço familiar 319
7.5. A privação de trabalho nas trajetórias juvenis : entre “desesperança” e “projeto” 321
7.6. Formas e experiências de privação de trabalho : o papel de provedor se conjuga no masculino ? 339
7.7. Precariedade e privação de trabalho nas experiências masculinas 359
7.8. A privação de trabalho nas trajetórias femininas 367
7.9. A privação de trabalho das “chefias femininas”: mulheres no singular, mulheres singulares 374
7.10. A privação de trabalho que se conjuga no feminino 384

CAPÍTULO 8 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO E A NOVA PRECARIZAÇÃO 393
8.1. Introdução 393
8.2. As trajetórias ocupacionais e a nova precarização do trabalho 395
8.3. A posição no espaço familiar 400
8.4. Em busca do emprego estável 404
8.5. Instabilidade e precarização ocupacional 406
8.6. Precariedade, profissão e as novas experiências de privação de trabalho 412
8.7. Vida profissional e a experiência feminina de privação de trabalho 424

8.8. A relação com o trabalho profissional nas experiências masculinas 435
8.9. A privação de emprego estável nas experiências masculinas 449
8.10. Outras facetas da precarização 456
8.11. O novo desemprego e a experiência de privação do trabalho operário.....469
8.12. A privação de trabalho e os pequenos negócios.....476
8.13. A privação "masculina" de trabalho: o provedor em questão ? 484
8.14. O desemprego periférico nas trajetórias femininas.....489
8.15. A privação de trabalho das mulheres "chefes de família" 504

CONCLUSÕES DA PARTE III 525

CONCLUSÕES FINAIS.....533

BIBLIOGRAFIA.....563

ANEXOS 575

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução da população total, rural e urbana. Brasil, 1940 a 2000. 194

Tabela 2 - Evolução da população economicamente ativa segundo o setor da atividade econômica. Brasil, 1950 a 2000. 195

Tabela 3 - Evolução das taxas de crescimento da população total e da população economicamente ativa. Brasil, 1950-2000. 196

Tabela 4 - Evolução das taxas de desemprego, por sexo. Brasil, 1976-2003. 203

Tabela 5 - Taxas de desemprego total, aberto, oculto, oculto pela precariedade e oculto pelo desalento, por sexo. Região Metropolitana de São Paulo, 1989-1998. 212

Tabela 6 - Evolução do perfil dos desempregados por nível de escolaridade. Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2004. 214

Tabela 7 – Evolução da população total, da PIA, da PEA, da PO, da PD, segundo o sexo, RMPA, 1993 e 2004. 226

Tabela 8 - Evolução anual da taxa de atividade, por sexo, RMPA, 1993 a 2004. 228

Tabela 9 - Evolução das taxas de desemprego total, aberto e oculto, por sexo, RMPA, 1993 a 2004. 230

Tabela 10 - Evolução do tempo médio de procura de trabalho, por sexo, RMPA, 1993 a 2004 233

Tabela 11 – Níveis de vulnerabilidade ao desemprego, 1993 e 2004 234

Tabela 12 – Evolução das taxas de desemprego, por nível de escolaridade e sexo, RMPA, 1993 a 2004. 235

Tabela 13 – Evolução das taxas de desemprego por faixa etário e sexo, RMPA, 1993 a 2004. 236

Tabela 14 – Evolução das taxas de desemprego, por cor e sexo, RMPA, 1993 a 2004. 237

Tabela 15 – Evolução das taxas de desemprego, por posição na família e sexo, RMPA, 1993 a 2004. 238

Tabela 16 – Evolução do perfil dos desempregados na RMPA, 1993 e 2004. 239

Tabela 17 - Evolução da população por situação de domicílio, rural e urbano. Pelotas, 1950 - 2000..... 244

Tabela 18 - Evolução da população ocupada segundo o setor da atividade econômica. Pelotas, 1950 a 2000..... 245

Tabela 19 - População em idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População não economicamente ativa (PNEA), por sexo, Pelotas, 1991-2000. 248

Tabela 20 - População economicamente ativa, população ocupada e população desempregada, por sexo. Pelotas, 2000. 249

Tabela 21 – População ocupada segundo a natureza da ocupação e a proteção previdenciária, por sexo, Pelotas, 2000..... 250

Tabela 22 – Taxas de desemprego, total, aberto e oculto, e número de desempregados no Aglomerado Urbano Sul, 2006..... 251

Tabela 23 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a faixa etária. 284

Tabela 24 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a cor. 285

Tabela 25 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a situação matrimonial. 285

Tabela 26 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a posição no grupo familiar. 286

Tabela 27 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o nível de escolaridade. 288

Tabela 28 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a formação sócio-profissional. 290

Tabela 29 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a natureza da ocupação. 291

Tabela 30 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a categoria ocupacional. 292

Tabela 31 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o setor da atividade econômica. 293

Tabela 32 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade (IBGE). 296

Tabela 33 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade IBGE x PED. ... 297

Tabela 34 - Perfil dos entrevistados em condição social precária segundo o sexo e a faixa etária. 309

Tabela 35 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a cor. 310

Tabela 36 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a situação matrimonial. 319

Tabela 37 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a posição no grupo familiar. 320

Tabela 38 – Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a faixa etária. 395

Tabela 39 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a cor. 396

Tabela 40 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e o nível de escolaridade. 396

Tabela 41 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a situação matrimonial. 402

Tabela 42 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a posição no grupo familiar. 403

LISTA DE SIGLAS

ADVB – Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil.

ANPE – Agência Nacional pelo Emprego (Agence Nationale pour l'Emploi).

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego.

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações.

CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

CODEFAT – Conselho Diretor do Fundo de Amparo ao Trabalhador.

CONCLA – Comissão Nacional de Classificações.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estudos e Estatísticas Sociais e Econômicas.

EMPRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

FAD – Fundo de Amparo ao Desempregado.

FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador.

FEE – Fundação S.S. de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

INSEE – Institut National de la Statistique et des Etudes Economiques

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul.

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

MTD – Movimento dos Trabalhadores Desempregados.

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego.

OIT – Organização Internacional do Trabalho.

ONU – Organização das Nações Unidas.

ONG – Organizações Não Governamentais.

PASEP – Programa de Assistência ao Servidor Público.

PD – População Desempregada ou População Desocupada.

PDV – Plano de Demissão Voluntária.

PEA – População Economicamente Ativa.

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (DIEESE).

PETI – Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil.

PIA – População em Idade Ativa.

PIS – Programa Integração Social.

PME – Pesquisa Mensal de Emprego (IBGE).

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE).

PNEA – População Não Economicamente Ativa.

PO – População Ocupada.

PROEMPREGO – Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PT – Partido dos Trabalhadores.

RAIS – Relatório Anual de Informação Social.

SEBRAE – Serviço de Apoio às Pequenas e Médias Empresas.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SENAR – Serviço Nacional de Aprendizagem Rural.

SENAT – Serviço Nacional de Aprendizagem em Transporte.

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária.

SESC – Serviço Social do Comércio.

SESI – Serviço Social da Indústria.

SINE – Sistema Nacional de Emprego.

INTRODUÇÃO

O desemprego não é um fenômeno recente nas sociedades modernas. Ao contrário, ele tem sido um traço característico dessas sociedades desde o nascimento das relações de produção capitalistas. O desemprego supõe a formação, consolidação e expansão das relações de trabalho assalariadas. Só há desemprego em um sistema de relações de produção marcado pela existência do trabalhador livre[1], assalariado, que obtém sua subsistência e reprodução material através da venda de sua própria força de trabalho. O desemprego torna-se um fenômeno socialmente relevante apenas na medida em que essas relações de trabalho assalariadas se ampliam e se generalizam para o conjunto da sociedade.

A existência dessas relações sociais de assalariamento não implica, no entanto, que o desemprego se torne, necessariamente, um problema social dotado de reconhecimento e visibilidade pública. Assim sendo, o desemprego pode ser investigado não apenas como uma abstrata privação de trabalho em uma relação social de assalariamento, mas como um modo de reconhecimento e de representação dessa privação por parte dos atores sociais. Logo, o desemprego é, antes de mais nada, uma categoria histórica de conhecimento e reconhecimento da realidade social.

Nestes termos, para que um tal reconhecimento do desemprego enquanto problema social emergisse, ocorreu um conjunto de transformações históricas específicas, não apenas econômicas, mas também políticas e culturais. Dentre essas transformações, é possível salientar dois aspectos fundamentais. Por um lado, observa-se uma progressiva extensão das relações de assalariamento para o conjunto da sociedade, acompanhada de uma correspondente redução de outras formas e relações de trabalho. Por outro, há uma crescente valorização do trabalho assalariado, expressa no conjunto de proteções e benefícios materiais e simbólicos a ele associados.

[1] Segundo Marx (1983b), a noção de trabalho livre tem dois sentidos fundamentais. O trabalhador é livre porque: a) está despojado dos meios de produção, dos instrumentos de trabalho, sendo obrigado a vender sua força de trabalho no mercado de trabalho; b) não é propriedade de um senhor, podendo escolher a quem vender sua força de trabalho, o que o diferencia de um escravo.

Logo, o grau de reconhecimento do desemprego enquanto questão social depende do nível de extensão das relações de assalariamento em uma determinada sociedade e do nível de proteção e reconhecimento associados a essas relações. Examine-se esses dois aspectos.

Por um lado, a extensão das relações de assalariamento para o conjunto da sociedade condiciona a própria extensão do desemprego, sua incidência quantitativa e sua percepção qualitativa. As relações de assalariamento coexistem freqüentemente com outras relações de trabalho que afetam a formação e a percepção subjetiva do desemprego. A situação de um trabalhador que perde seu emprego em uma fábrica, mas que dispõe de uma atividade alternativa para sobreviver – como, por exemplo, um trabalho de tipo artesanal – é muito diferente daquele trabalhador que não encontra nenhuma outra alternativa econômica de trabalho. Veremos, mais tarde, que uma das especificidades do fenômeno do desemprego no Brasil em relação aos países centrais do capitalismo mundial reside na existência de atividades econômicas alternativas, geralmente precárias e informais, que afetam decisivamente na percepção e reconhecimento do desemprego enquanto problema social.

Se a extensão do desemprego está associada à extensão das relações de assalariamento, a relação entre estes dois fatores não é mecânica. Isto é, uma grande extensão das relações de assalariamento não implica necessariamente uma grande extensão do desemprego. O tamanho do desemprego vai depender, sobretudo, da dinâmica do desenvolvimento econômico, do nível de produtividade do trabalho e da capacidade da economia em gerar postos de trabalho. Historicamente, uma grande extensão das relações de assalariamento e um baixo nível de desemprego não são incompatíveis, ainda que a existência de taxas mínimas de desemprego sejam inevitáveis no regime de produção capitalista. A constante criação e destruição de empregos tem sido uma das marcas fundamentais do modo de produção capitalista.

Por outro lado, o reconhecimento do desemprego enquanto questão social depende também do grau de reconhecimento do trabalho assalariado enquanto atividade socialmente relevante e portadora de direitos sociais e segurança econômica. Tal fator expressa-se, por exemplo, no grau de proteção que o trabalho assalariado logrou obter através dos direitos sociais e trabalhistas cristalizados nas instituições públicas modernas. O assalariamento passa a implicar um "estatuto social" específico, institucionalmente assegurado. Esse reconhecimento implica, ainda, uma dimensão subjetiva e psicológica importante, expressando-se também no modo como o indivíduo define o papel do trabalho em sua própria existência. Neste caso, o trabalho torna-se um fator importante na constituição da identidade individual.

Portanto, a formação e a importância que adquire o fenômeno do desemprego dependem de uma série de fatores históricos, políticos, econômicos e culturais ligados à formação, expansão e transformação do trabalho assalariado e de seu significado individual e coletivo. Assim, no mundo contemporâneo, o impacto do desemprego na experiência de vida dos indivíduos pode ser medido pelo grau de dependência econômica, social e psicológica que estes indivíduos têm em relação ao trabalho assalariado. Deste modo, o flagelo do desemprego não está apenas associado a uma crescente expansão do trabalho assalariado, mas, sobretudo, à formação de relações de assalariamento estáveis. A desestabilização do trabalho assalariado estável é o centro nevrálgico da crise contemporânea do trabalho, na qual o desemprego é um dos principais sintomas.

I

Definido como uma situação de privação de trabalho remunerado, acompanhada de procura regular e disponibilidade imediata para o trabalho[2], o desemprego tem sido cada vez mais nas últimas décadas objeto de investigação científica, de intervenção estatal e de debate público.

As pesquisas destinadas a medir a extensão do fenômeno do desemprego surgiram historicamente a partir da necessidade de definir estratégias de proteção aos trabalhadores submetidos a uma situação involuntária de privação de trabalho. Definir quem eram esses "trabalhadores privados de emprego" não foi, no entanto, um ato puramente técnico, mas implicou um longo processo social, político e institucional de definição do que é o desemprego. Essa "invenção do desemprego" foi um dos alvos das reformas sociais iniciadas no final do século XIX na Europa e destinadas a promover a estabilização e a integração dos trabalhadores nas atividades econômicas assalariadas. O que torna o desemprego um problema social relevante é o fato dele gerar uma instabilidade no processo de reprodução da classe trabalhadora e, conseqüentemente, da própria produção capitalista. A extensão das relações de assalariamento faz com que os trabalhadores dependam da venda de sua força de trabalho para garantirem sua reprodução e subsistência. O emprego é o principal e, às vezes, único caminho para a integração social desses trabalhadores. Privados de emprego, a esses trabalhadores restam apenas a pobreza e a marginalização social. Neste caso, é a estabilidade social que está em jogo. Daí porque o desemprego torna-se objeto de intervenções públicas tanto no sentido de defini-lo, determinando seus contornos, como no sentido de mensurá-lo, determinando a extensão de seu "flagelo".

[2] Segundo os critérios da Organização Internacional do Trabalho – OIT estabelecidos pela 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho, realizada em outubro de 1982.

Os Estados nacionais e alguns organismos internacionais procuraram, pois, "normatizar" as condições de diagnóstico e de combate ao desemprego ao longo do século XX, o que resultou na construção de um conjunto de mecanismos e aparatos institucionais, nacionais e internacionais, de tratamento da questão do desemprego. Em 1919, é criada a Organização Internacional do Trabalho – OIT, com o propósito de definir o conjunto de condições sociais e institucionais necessárias à proteção do trabalhador e de suas condições de trabalho.

Passada a crise do período das grandes guerras mundiais, os países centrais do capitalismo passam por um período de forte expansão econômica associado a uma crescente elevação do padrão de vida e consumo dos trabalhadores e do conjunto da população. É a fase de ouro do capitalismo moderno, marcada pela expansão econômica e pelo "pleno emprego". Esse período se estenderia até os anos 1970, quando uma crise se anuncia e a economia mundial entra em declínio. Inicia-se um longo período de reestruturação do capitalismo mundial, produzindo, então, uma profunda transformação no mundo do trabalho. O trabalho assalariado estável, que fora um dos pilares fundamentais na estabilidade das sociedades industriais avançadas, entra em crise, multiplicando-se novas formas e relações de trabalho em um mundo cada vez mais globalizado e integrado pelas tecnologias de informação e comunicação. A reestruturação produtiva, a revolução informacional, as novas formas de organização e gestão do trabalho colocam novamente em foco o problema do desemprego. Se até então o capitalismo tinha gerado desemprego em graus relativamente baixos e "aceitáveis", a partir de então vários teóricos passam a propor a idéia do "fim do trabalho". O capitalismo não seria mais capaz de gerar empregos como nos períodos anteriores. Estaria-se caminhando para uma sociedade de desemprego estrutural elevado, oferecendo-se a possibilidade de liberar o tempo de trabalho para outras atividades sociais. Contudo, em uma sociedade marcada por um desemprego estrutural elevado, como os indivíduos garantiriam sua subsistência, sobretudo em uma época em que o Estado de bem estar social também começava a se desintegrar ?

Estas e outras questões colocaram a questão do trabalho e do desemprego no centro do debate político, tanto nos países avançados como nos países periféricos do mundo capitalista. Neste período, as taxas de desemprego cresceram significativamente em vários países do mundo, inicialmente nos EUA e em seguida na Europa e nos países periféricos. Mais recentemente, estas taxas estabilizaram-se. Porém, este fenômeno passou a atingir até mesmo países que sempre estiveram imunes a um desemprego elevado, como é o caso recente do Japão.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho[3], 195,2 milhões de pessoas estavam desempregadas no mundo em 2006, o que correspondia a 6,3% da população ativa do planeta. Considerando-se que estas expressam apenas o chamado "desemprego aberto", subestimando formas ocultas e invisíveis de desemprego e o próprio subemprego, pode-se ter um quadro mais realista da precariedade do trabalho no mundo contemporâneo. Segundo a própria OIT, 1,37 bilhão de trabalhadores – em um total de três bilhões de ativos no mundo – são pobres, vivendo até o limite da linha da pobreza[4]. Se um quadro como este mostra que o desemprego é um indicador insuficiente para medir a precariedade do mercado de trabalho, ele sugere também que os próprios limites entre o desemprego e o trabalho precisam ser repensados. Não estariam esses dados subestimando uma aferição mais adequada da extensão do desemprego no mundo?

II

No Brasil, o desemprego tornou-se cada vez mais um problema social dotado de visibilidade pública, um dilema social e político central. O crescimento das taxas de desemprego ao longo dos anos noventa teve um papel importante para a emergência e a produção de discursos a respeito desse "novo" fenômeno.

Esta novidade parece, no entanto, ambígua. A privação de trabalho e de emprego não é verdadeiramente um problema novo no Brasil. Ao contrário, a precariedade estrutural do mercado de trabalho neste país indica que a privação de trabalho é constitutiva de certas condições sócio-econômicas e históricas particulares, típicas de um modelo de desenvolvimento capitalista-industrial tardio, periférico e excludente. Ao destruir ou subordinar as formas tradicionais de produção econômica, agrícolas e artesanais, a modernização capitalista dos anos de 1950, 1960 e 1970 liberou enormes contingentes da população trabalhadora que passou a gravitar em torno das grandes cidade em condições de pobreza e miséria.

Naquele momento, a privação de trabalho não é ainda colocada em termos de desemprego. Sob a influência dominante do marxismo, o debate teórico que anima a sociologia latino-americana coloca o problema, antes de mais nada, em termos de formação de uma « superpopulação relativa » ou de um « exército industrial de reserva » e do processo de « marginalização » dessa população supostamente excluída do processo de modernização capitalista. A relação de trabalho assalariada e, sobretudo, o assalariamento estável não são

[3] OIT. Tendências Mundiais de Emprego, 2007.
[4] Segundo a OIT, com renda de até dois dólares por dia.

acessíveis senão a uma minoria da população economimente ativa. Em sua maior parte, essa população é absorvida pelas formas de trabalho informais e precárias nas atividades não tipicamente capitalistas. No debate teórico, noções como "marginalidade" e "informalidade" exprimem os dilemas sociais em torno dessa privação de trabalho assalariado nas formas modernas de produção capitalista.

Tratava-se, no entanto, de um período de forte crescimento econômico. O recurso sistemático ao trabalho precário e informal parecia mostrar que a economia brasileira era suficientemente dinâmica, heterogênea e flexível para criar oportunidades de trabalho para todos, para os mais favorecidos e para os menos favorecidos socialmente, criando tanto empregos assalariados, formais ou informais, como outras formas de trabalho não assalariadas. Naquele momento, a questão do trabalho não se coloca ainda em termos de estagnação ou redução maciça dos níveis de emprego. Ela coloca-se, antes de mais nada, em termos de qualidade dos postos gerados por esse crescimento econômico. Um desemprego friccional é observável nesse contexto, mas ele fica à sombra dos desafios colocados em torno das questões relativas à pobreza e à marginalização da população mais vulnerável. Na década de 1970, as taxas oficiais de desemprego são muito baixas. A taxa mais elevada naquela década é observada em 1979, quando atinge 2,9%.

Assim, o desemprego não é ainda um problema social dotado de visibilidade pública. Ele não é também uma questão política em torno da qual a opinião pública se mobilisa. A questão do desemprego não está presente no debate político, ainda que os trabalhadores mais vulneráveis experimentassem formas peculiares de privação de trabalho em suas vidas cotidianas.

A partir dos anos oitenta, porém, a questão do trabalho passa a se colocar de outra maneira. Após um período de forte crescimento econômico[5], inicia-se uma nova etapa de crise econômica marcada para instabilidade e por períodos de forte recessão. Neste novo período, as taxas de desemprego crescem significativamente, variando de acordo com as oscilações da atividade econômica, mais altas nos períodos de recessão e mais baixas nos períodos de retomada do crescimento. Um desemprego operário atinge os setores de ponta da economia brasileira. As classes médias também começam a ser afetadas por esta nova conjuntura, sobretudo os jovens diplomados que não encontram oportunidades de emprego compatíveis com seus níveis de

[5] Entre os anos de 1967 e 1974, o Brasil conheceu um período de forte crescimento econômico, denominado pelos economistas de "milagre brasileiro", durante o qual as taxas médias de incremento da economia giraram em torno de 7% ao ano.

formação. No fim da década de oitenta, a instabilidade econômica produz um saldo desestimulante, o crescimento zero. É a década "perdida".

No entanto, as taxas oficiais de desemprego continuavam relativamente baixas naquele período. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD[6] realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, a taxa de desemprego[7] mais elevada observada na década de oitenta foi de 4,9% em 1983, momento no qual a economia brasileira é afetada por uma recessão muito forte. Em 1986, após a retomada do crescimento econômico, a taxa de desemprego cai para 2,4%, a melhor marca daquele período.

Apesar do caráter aparentemente conjuntural do desemprego e das dificuldades em medir a extensão desse fenômeno a partir das estatísticas oficiais, o desemprego dá os primeiros sinais de um problema social e político de envergadura. O seguro-desemprego é instituído em 1986 e as primeiras tentativas de definir um conjunto mais articulado de políticas públicas de emprego são desenhadas. A nova constituição de 1988, elaborada em um contexto de transição democrática após o fim do regime militar, em 1985, amplia e assegura um conjunto de direitos sociais, o direito ao trabalho assumindo um lugar fundamental.

Porém, é somente nos anos noventa que a opinião pública, o discurso político, sindical e mediático, enfim, o debate social é tomado por esta surpreendente nova questão social considerada central. Neste novo período, as taxas de desemprego sobem abruptamente. A crise econômica é acompanhada de uma forte redução do trabalho industrial e do emprego assalariado. A reestruturação produtiva, as novas formas de organização e gestão do trabalho e, sobretudo, os efeitos da política econômica de abertura comercial marcam de maneira profunda e durável o mercado de trabalho.

Segundo o IBGE, o desemprego aberto ultrapassa a barreira dos 6% no início dos anos noventa e atinge 9,6% em 1999. As taxas de desemprego oculto[8], categoria estatística proposta pela Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED[9] do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos - DIEESE, mostram um quadro ainda mais grave. Na região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, essas taxas de desemprego chegam a atingir 19% em 1999, recuando um pouco nos anos seguintes.

---

[6] A PNAD é uma pesquisa amostral realizada anualmente pelo IBGE.

[7] Esta pesquisa utiliza o termo "desocupação", definindo-a a partir dos critérios estabelecidos pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. São considerados desocupados os indivíduos que não possuem nenhum trabalho na semana de referência da pesquisa, estando à procura de trabalho e imediatamente disponíveis. A esse respeito, ver mais detalhes no capítulo 3.

[8] Sobre o conceito de desemprego oculto, ver mais detalhes no capítulo 3.

[9] A Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED é criada em 1984 pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos – DIEESE, órgão ligado ao movimento sindical.

Assim, o desemprego passa a comparecer cotidianamente do debate político nacional. Este tema mobiliza a opinião pública e a classe política enquanto problema central nas eleições presidenciais e parlamentares que ocorrem ao longo daquele período. Esta espécie de inimigo público torna-se alvo de discursos que se multiplicam. Esta multiplicação é percebida um pouco por todos os lugares, no parlamento, nos meios de comunicação de massa, no discurso sindical, no debate científico.

Deste modo, o conjunto de transformações da economia, da sociedade e do mercado de trabalho nos anos oitenta e noventa provocaram um deslocamento da problemática do trabalho no Brasil. Se, anteriormente, o problema da exclusão ou privação de trabalho se colocava em termos de "marginalização" ou "informalidade", dada a incapacidade da economia capitalista de incluir uma grande parte da população nas formas ditas "modernas" de trabalho, o assalariamento formal e estável, a partir dessas transformações o problema da privação de trabalho passa a se colocar também em termos de "desemprego", isto é, de expulsão do trabalho assalariado, do emprego.

Logo, a problemática do desemprego expressa de maneira exemplar um processo ao mesmo tempo de mudança e de permanência das relações sociais de classe na sociedade brasileira. Produto da crise e das mudanças sócio-econômicas, o desemprego reativa o problema da exclusão social e da privação de trabalho que se faz presente há muito tempo no Brasil. Trata-se, portanto, de uma nova modalidade de privação do trabalho que articula *um processo antigo de precariedade estrutural* com *um novo processo de precarização trabalho* que atinge os trabalhadores situados no centro nevrálgico da produção capitalista.

A ambigüidade dessa nova e surpreendente questão social é, pois, apenas aparente. O desemprego se apresenta como um novo problema – e por isso fala-se da "emergência do desemprego" – em um duplo sentido. Em primeiro lugar, como resultado desse processo recente de redução do trabalho assalariado formal e estável e, em segundo lugar, como uma questão social dotada de visibilidade pública. Evidentemente, o "desemprego" no sentido amplo de « privação de trabalho » não é um problema novo no Brasil. Ele sempre existiu. Porém, suas formas sociais são diversas e modificaram-se historicamente. Estas formas exprimem-se também através da linguagem, das palavras, na maneira pela qual os atores sociais, os indivíduos e as instituições, categorizam a realidade social, mobilizando suas representações sociais. Neste sentido, o desemprego é uma categoria social, isto é, uma categoria de entendimento através da qual os atores sociais definem a realidade e, nela, suas próprias experiências no mundo social.

O processo histórico de emergência do desemprego como questão social é também o processo de emergência dessa categoria social que se torna significativa. Não se trata aqui de

opor de maneira dualista a "realidade" e a "definição dessa realidade". Trata-se, ao contrário, de partir do pressuposto de que a vida social é ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, supondo um processo de objetivação da subjetividade e de subjetivação da objetividade. Se a realidade se ancora em processos objetivos, estruturas, relações, instituições, ela ganha seu curso através de processos subjetivos e da ação concreta dos atores, a partir das quais essas estruturas, relações, instituições são definidas e redefinidas, afirmadas ou negadas.

O desemprego não é, pois, uma condição puramente objetiva que se possa definir e identificar a partir de propriedades intrínsicas, exteriores aos sujeitos. O desemprego é sempre uma construção social dos atores sociais historicamente situados. Investigá-lo, pois, significa apreender o processo de sua construção social, identificando os modos pelos quais os atores sociais definem a "privação de trabalho", mobilizam determinadas "categorias sociais" e estabelecem seus próprios critérios de classificação da realidade. Portanto, a investigação do desemprego supõe a identificação dos "modos de categorização" diferenciados mobilizados pelos diversos atores sociais, individuais ou coletivos. Propõe-se, nestes termos, um deslocamento do objeto de investigação, mobilizando-se uma sociologia do desemprego em termos de categorização social deste fenômeno.

No entanto, a construção social da realidade, sua "definição" pelos atores sociais e seus respectivos modos de categorização, é sempre uma atividade situada socialmente, o que supõe um contexto de relações sociais nas quais os atores sociais estão inseridos. Se a realidade social não é, pois, puramente subjetiva, implicando um "quadro social" mais ou menos estável no qual as práticas e as representações sociais dos atores sociais adquirem sentido (subjetivo, para os próprios atores, mas também objetivo, para os seus observadores), trata-se de reconstruir interpretativamente tal quadro, identificar suas relações em tranformação, de tal forma que as próprias "definições" e "modos de categorização" da realidade sejam melhor identificados e compreendidos. Logo, o "mundo vivido" dos atores sociais, suas experiências de vida, não são nunca imediatamente acessíveis do exterior por parte daqueles que o observam. Esse mundo é sempre interpretativamente apreendido, o que supõe a mobilização de um quadro teórico de referência que organiza o espaço de relações nas quais os atores estão situados. Para a sociologia, esse espaço não é somente aquele definido pelos próprios atores sociais, mas também aquele interpretativamente reconstruído analiticamente pelo observador. A ciência e, particularmente, a sociologia, é o produto da tensão entre esses diferentes modos de categorização da realidade, de suas próprias categorias analíticas e aquelas nativas, dos atores sociais.

É neste sentido preciso que se afirma que a construção social do desemprego, de seus modos de categorização, supõe um conjunto de relações sociais – de gênero, de classe, de geração, étnicas – a partir das quais as "definições" do mundo social são realizadas. Os modos de categorização mobilizam "critérios de referência" significativos a partir dos quais as operações de classificação são realizadas. As relações sociais constituem fontes fundamentais na seleção desses critérios, na medida em que elas mobilizam mais ou menos intensamente os atores sociais e suas subjetividades em suas experiências de vida. As relações sociais estão na base da produção e transformação dessas definições.

Do ponto de vista da ciência e da sociologia, mobilizar esses modos de categorização nativos – construídos pelos atores sociais em seus mundos sociais – não significa apenas convertê-los, através de dispositivos objetivantes, em instrumentos de aferição e compreensão da realidade, mas supõe um diálogo crítico entre as categorias analíticas – construídas pelo observador – e essas categorias nativas. Logo, a explicação da realidade não tem como resultado uma suposta verdade científica, mas uma interpretação significativa e pertinente do mundo social, válida em certa medida – validada pelas instituições científicas – e capaz de fornecer parâmetros também significativos para a construção de novas interpretações e para a intervenção concreta no mundo social.

III

Torna-se necessário, pois, delimitar mais precisamente a problemática de investigação.

A análise aqui proposta supõe que se leve em consideração, primeiramente, as condições históricas singulares nas quais o desemprego emerge como categoria social. Observa-se, de um lado, uma *precariedade estrutural* do mercado de trabalho no Brasil, um nível elevado de instabilidade e de não formalização das relações de trabalho, um frágil sistema de proteção social e de proteção aos trabalhadores, além de frágeis mecanismos de proteção contra o desemprego. De outro lado, observa-se uma *nova precarização do trabalho*, que é o resultado das políticas econômicas liberais e de um processo acentuado de globalização econômica, das práticas de reestruturação produtiva através de novas formas de gestão e organização do trabalho e da introdução das novas tecnologias de informação e comunicação. Esta nova precarização ganha força e vigor a partir dos anos noventa.

Portanto, neste contexto de profundas transformações sociais e de heterogeneidade das formas e relações de trabalho, o problema consiste em identificar como o desemprego emerge

enquanto *categoria social*, isto é, de um lado, enquanto *categoria objetiva* que se materializa nas medidas estatísticas, nas políticas públicas e nas regras administrativas e institucionais de tratamento do fenômeno e, de outro, enquanto categoria subjetiva de percepção da realidade, a partir da qual os atores individuais e coletivos interpretam a realidade.

Tal abordagem metodológica supõe, pois, dois níveis fundamentais de análise : uma análise em termos de dinâmica histórica, capaz de levar em consideração as condições sócio-econômicas, institucionais e políticas nas quais o desemprego emerge como problema social, e uma análise em termos de dinâmicas biográficas, nas quais as percepções, as práticas e representações dos atores individuais em relação ao desemprego são mobilizadas, produzidas e transformadas ao longo de suas trajetórias.

Em termos de dinâmica histórica, trata-se de privilegiar as definições institucionais do fenômeno. A objetividade destas definições é, obviamente, socialmente relativa. De fato, as definições ditas objetivas e "oficiais" são aquelas que passam por um processo social de "objetivação", cristalizando-se institucionalmente. No uso do termo "instituição" deve-se levar em consideração o "processo de institucionalização", isto é, a atividade de estabilização das práticas e representações sociais dos atores sociais que conduzem à objetivação das "definições". Dizer que o desemprego é uma categoria objetiva é afirmar que essa categoria passou por esse processo de institucionalização, tornando-se uma "categoria oficial". Essas definições objetivas, instituídas, não são apenas o produto de um processo anterior de institucionalização, elas também contribuem para orientar as práticas e as representações dos atores sociais no presente. Elas contribuem para a formação e a transformação das definições individuais e subjetivas.

No entanto, essas definições objetivas também transformam-se com o tempo, sendo constituídas e constituintes das relações sociais. As tensões implicadas nas relações sociais entre os atores estão na raiz dessas transformações. Logo, essas definições e seus modos de categorização, na qualidade de processos de produção de significados, são elas próprias o produto de tensões e lutas sociais.

As definições estatísticas são particularmente importantes nesse contexto. Elas têm a propriedade não apenas de dar visibilidade aos fenômenos, mas de defini-los, de recortá-los, de enquadrá-los de uma certa maneira. A visibilidade é o produto desse processo prévio de enquadramento e delimitação da realidade. Deste modo, essas definições estatísticas produzem o fenômeno, atribuindo-lhe volume e quantidade. Elas contribuem ainda para orientar as políticas públicas, seus alvos, estratégias e objetivos. Tratam-se, enfim, de verdadeiros dispositivos,

artefatos dotados de legitimidade científica, contribuindo para construir as representações sociais a respeito do trabalho e do desemprego.

As políticas públicas, por sua vez, ao partirem de uma definição prévia de quem sejam os verdadeiros desempregados (uma representação, portanto), esses usuários potenciais dos serviços e indenizações públicas (seguro-desemprego), contribuem elas também para orientar as representações individuais sobre o desemprego e para estabilizar certas concepções do que seja o "trabalho" e sua "privação".

Em termos de dinâmicas biográficas, trata-se de investigar as experiências de trabalho e de desemprego dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais. As definições e os modos de categorização individuais emergem a partir dessas experiências marcadas por um conjunto de eventos e relações que constituem o itinerário biográfico de cada um. Trata-se, pois, de analisar as experiências de desemprego, a maneira pela qual esses indivíduos as definem segundo o contexto e as relações sociais nas quais estão inscritos. Neste sentido, a privação de trabalho é, antes de mais nada, uma situação ressentida pelos indivíduos e expressa através de suas narrativas, de suas linguagens. Ao reconstituírem suas trajetórias, esses indivíduos mobilizam essas linguagens, seus modos de categorização, suas palavras e expressões significativas. Assim, eles definem e redefinem os sentidos de suas experiências.

A interpretação desses sentidos pelo observador não leva em consideração apenas o discurso e a linguagem dos atores sociais, a partir de uma semântica puramente discursiva. Essa interpretação é construída também a partir das práticas cotidianas desses atores sociais relatadas em suas narrativas biográficas. Os sentidos da experiência não podem ser compreendidos senão no curso de um processo – a trajetória biográfica – na qual situações concretas, eventos objetivos e interações compõem um itinerário. Essa dinâmica biográfica inscreve-se no interior de uma dinâmica histórica e institucional mais ampla, no interior da qual as experiências individuais adquirem sentido.

Mas, é preciso dizer, a questão do desemprego supõe a questão do trabalho. A experiência do desemprego ou a relação subjetiva que o indivíduo estabelece com seu desemprego supõe a experiência do trabalho, uma relação subjetiva com o trabalho, remunerado ou doméstico.

Assim, a maneira pela qual os indivíduos definem suas experiências de privação de trabalho está diretamente ligada a seus itinerários no mercado de trabalho, bem como à sua inscrição nas relações sociais. Por isso, a análise das práticas e representações individuais e coletivas em relação ao trabalho permite apreender os fatores e processos que têm um papel fundamental na definição e categorização do desemprego. Vale salientar, analisar o lugar e o

estatuto do trabalho na sociedade brasileira não implica levar em consideração apenas sua dimensão econômica, na qual o trabalho é fonte de renda e define a posição dos indivíduos no espaço econômico. Trata-se de levar em consideração também sua dimensão mais simbólica, o que remete ao modo pelo qual os indivíduos concretos percebem, interpretam e dão sentido às suas experiências de trabalho na qualidade também de "atividade significativa" (um ofício), fonte de "autonomia e independência pessoal", ou ainda de "vínculos e laços de sociabilidade".

Todas essas dimensões da experiência de trabalho não afetam os indivíduos de maneira homogênea. Ao contrário, eles são diferentemente afetados por essas dimensões segundo se tratam de homens ou mulheres, jovens ou pessoas de mais idade, brancos ou negros, pessoas mais ou menos escolarizadas ou qualificadas profissionalmente. Esses atributos, essas clivagens sociais, não são apenas signos exteriores que revelam um pertencimento a determinados grupos sociais. Eles são, ao mesmo tempo, o efeito e a condição da produção contínua de relações sociais.

É neste sentido que a abordagem do desemprego proposta nesta investigação supõe considerá-lo como um fenômeno constituído pelas relações sociais, sobretudo pelas relações de de gênero e de classe social. Trata-se de uma escolha teórica e metodológica. Se o desemprego se constitui a partir de relações sociais determinadas, pode-se afirmar que a posição ocupada pelos indivíduos no espaço econômico (em termos de renda, qualificação, escolaridade) e no espaço doméstico (em termos de provimento, chefia da família, realização do trabalho doméstico) tem um papel fundamental na constituição da experiência de desemprego e de sua categorização. Ou seja, o conjunto de práticas e representações que definem o lugar e os papéis de homens e mulheres nas relações sociais constituem o fenômeno do desemprego em seu processo de categorização individual e institucional.

Deste modo, a abordagem proposta nesta investigação supõe identificar em que medida as formas e experiências de desemprego se constroem distintamente segundo se trate de homens ou mulheres, pessoas mais ou menos favorecidas socialmente, levando em consideração como essas pessoas organizam suas atividades e suas práticas cotidianas e como elas experimentam, percebem e representam suas condições de privação de trabalho.

Enfim, trata-se de identificar precisamente em que medida as relações sociais, sobretudo de classe e de gênero, estruturam as formas e experiências de desemprego, sabendo-se que o desemprego não é apenas o efeito dessas relações sociais, mas também um momento de constituição dessas relações em processo constante de produção e transformação.

IV

A hipótese inicial desta investigação é de que uma pluralidade de formas e relações de trabalho no Brasil implica também uma pluralidade de representações e modos de categorização do trabalho. Não tendo sido objeto de um projeto de estabilização e homogeinização, a condição salarial tornou-se uma forma de trabalho não só restrita a parcelas limitadas da população trabalhadora, mas também instável e precária. Uma estabilização e homogeinização muito parciais do trabalho assalariado resultaram na formação de um mercado de trabalho muito heterogêneo e por profundas desigualdades no seio da própria classe trabalhadora. Conseqüentemente, essa heterogeneidade do trabalho implicou também na existência de uma pluralidade de formas e experiências de privação de trabalho.

Uma pluralidade e diversidade de definições e relações subjetivas com o trabalho implicam também uma pluralidade e diversidade de representações e experiências de privação de trabalho. Nestes termos, a norma do emprego estável, de um lado, a norma oficial do desemprego, de outro, não constituem as únicas referências importantes a partir das quais os diversos atores sociais, individuais ou institucionais, construíram seus modos de categorização do desemprego. Por isso, uma certa invisibilidade de algumas formas e experiências de privação de trabalho pode ser explicada pelo caráter periférico da inserção de certos sgrupos de indivíduos em diversas formas de trabalho. Uma invisibilidade oficial de algumas formas de desemprego pode combinar-se com uma invisibilidade também subjetiva, aos olhos dos próprios trabalhadores.

Por todas essas razões, o próprio conceito de trabalho torna-se, no Brasil, uma referência incerta, sendo, pois, objeto de disputas e definições diversas. Na base dessas definições não estão apenas as relações de classe e as profundas desigualdades a elas inerentes, mas também as relações de gênero e a forma como se distribuem e se definem os papéis e responsabilidade de homens e mulheres no espaço doméstico e no espaço profissional. O trabalho doméstico, por isso, também têm um papel central na estruturação das formas e experiências de privação de trabalho, na medida em que afeta diferentemente homens e mulheres em suas formas de inserção no mercado de trabalho, na disponibilidade para o trabalho remunerado e na procura de emprego.

Enfim, tendo em vista a particularidade das relações sociais de classe no Brasil, pode-se afirmar que o desemprego enquanto categoria social emerge com dificuldade, tanto em nível institucional, nas pesquisas estatísticas e nas políticas públicas de emprego, como em nível individual, nas representações e percepções dos próprios indivíduos afetados pela privação de trabalho. Portanto, uma heterogeneidade dos modos de categorização do desemprego implica não

apenas em uma invisibilidade de certas formas de privação, mas também em uma tensão e ambigüidade entre diversos modos de categorização e definições desse fenômeno.

V

Na investigação do desemprego em sua dinâmica histórica e institucional, utilizou-se como recurso metodológico a análise e interpretação de estudos e pesquisas sobre mercado de trabalho no Brasil ; análise de documentos e da legislação disponível ; análise de documentos e bases de dados institucionais sobre políticas públicas de emprego, acessíveis, sobretudo, através do portal do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE do Brasil ; análise de documentos, estudos e notas metodológicas a respeito da construção e operacionalização das categorias estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócioeconômicos - DIEESE, da Fundação SEADE, da Fundação de Economia e Estatística do Estado do Rio Grande do Sul – FEE/RS; além dos dados estatísticos sobre trabalho e mercado de trabalho das instituições acima referidas.

Na investigação do desemprego em sua dinâmica biográfica, realizou-se, em 1998 e 1999, cinquenta e quatro entrevistas biográficas, através das quais procurou-se reconstituir as trajetórias de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho. As entrevistas foram realizadas no Estado do Rio Grande do Sul, nas cidades de Pelotas e Porto Alegre. Trinta pessoas foram entrevistadas em Pelotas e vinte e cinco em Porto Alegre. Em Pelotas, oito pessoas foram entrevistadas uma segunda vez, permitindo um maior aporte de informações e um enriquecimento dos depoimentos obtidos, permitindo uma maior compreensão das trajetórias ocupacionais. Dada a limitação de recursos, essa segunda entrevista não foi estendida aos demais entrevistados.

Trinta pessoas foram contactados e entrevistadas nas agências públicas do Sistema Nacional de Emprego – SINE, depois de contatos e negociações com a direção geral e com os chefes de agência que aceitaram em colaborar com esta pesquisa. Nos próprios setores de atendimento aos desempregados, estes foram sendo convidados pelos funcionários das agências a participar da pesquisa, concedendo a entrevista. Primeiramente os desempregados mais disponíveis e, em seguida, aqueles que correspondiam ao perfil previamente definido, estes indivíduos foram selecionados e levados ao encontro do entrevistador, no mesmo local. Os critérios de seleção dos entrevistados obecediam ao princípio da heterogeneidade da amostra, segundo um conjunto de características pessoais : sexo, idade, cor, situação conjugal e familiar, escolarização, formação profissional.

Outras estratégias também foram adotadas para selecionar os entrevistados, uma vez que se constatou que os trabalhadores que procuravam as agências do SINE apresentavam um perfil relativamente homogêneo, prevalecendo os indivíduos menos escolarizados e com uma baixa qualificação profissional. Além do mais, as limitações de disponibilidade de tempo desses indivíduos tornavam mais difícil a realização de entrevistas aprofundadas. Somente depois de longas filas de espera e depois de passarem pelas entrevistas de avaliação para encaminhamento de emprego é que esses indivíduos eram entrevistados. Tal fato, reduzia em parte a qualidade dos depoimentos e a riqueza de informações obtidas. Além disso, por se tratarem de indivíduos à procura imediata de emprego, tal abordagem não permitia que se contactasse as pessoas desalentadas ou que estivessem plenamente ocupadas.

Por essas razões, procurou-se selecionar novos entrevistados através de duas agências privadas de emprego em Pelotas. Depois da negociação e do acordo obtido com os responsáveis dessas agências, pode-se ter acesso aos arquivos e aos currículos dos clientes à procura de emprego. Através destes dados, selecionou-se novas amostras de entrevistados que apresentassem um perfil diferenciado daqueles anteriormente entrevistados, sobretudo com mais escolarização e melhor qualificação profissional. Depois de um primeiro contato telefônico, marcou-se as entrevistas, alguns indivíduos tendo sido entrevistados em seus domicílios e outros em uma sala da Universidade Federal de Pelotas. Este último local era sempre proposto pelo entrevistador como uma opção alternativa para a realização da entrevista.

Outras entrevistas também foram realizadas através de estratégias alternativas. Cinco pessoas foram entrevistadas através do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Metalúrgica de Porto Alegre. Estas pessoas participavam de um projeto de escolarização de desempregados promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos. Outras quatro pessoas foram entrevistadas através de uma associação de moradores de um bairro popular e periférico de Pelotas, onde estava sendo montada uma cooperativa popular de catadores e recicladores de lixo urbano. Tal iniciativa permitiu que se contactasse vários ex-operários e ex-operárias ligados ao tradicional setor agroindustrial de Pelotas.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados e um conjunto de questões foram a eles propostas ao longo da conversação. Antes de mais nada, uma ficha de identificação pessoal e familiar era proposta aos entrevistados e preenchida pelo entrevistador. Nesse momento inicial, usou-se também como procedimento solicitar a consulta da Carteira de Trabalho dos entrevistados, anotando-se todas as informações referentes às contratações e desligamentos que tiveram esses indivíduos ao longo de suas trajetórias ocupacionais. Tal

procedimento foi extremamente importante no processo de reconstituição das trajetórias desses indivíduos. Caso os entrevistados não tivessem suas Carteiras de Trabalho em mãos, estas informações eram recolhidas ao longo do depoimento.

O roteiro de entrevista organizou-se em três eixos principais : 1. O desemprego, sua experiência e a procura de trabalho ; 2. A trajetória ocupacional, os empregos ou trabalhos remunerados ao longo da vida profissional, a relação subjetiva com o trabalho ; 3. A organização e a distribuição do trabalho e das responsabilidades domésticas, a relação subjetiva com o espaço doméstico. Esses eixos e as respectivas questões não eram propostos segundo uma ordem pré-definida. Uma questão inicial era proposta, solicitando aos indivíduos que falassem de suas situações atuais no mercado de trabalho, o que estavam fazendo naquele momento. A partir disso, questões de relance eram propostas frequentemente para aprofundar pontos referidos pelos entrevistados. Às vezes, as questões do roteiro eram propostas a fim de que se pudesse retomar os eixos da entrevista.

A preocupação desta investigação com o problema do trabalho e das responsabilidades domésticas na estruturação das experiências de desemprego conduziu à realização de um maior número de entrevistas com mulheres. Por isso, das cinquenta e quatro entrevistas realizadas, trinta e duas foram com mulheres e vinte e duas com homens.

VI

A presente tese está organizada em três partes e oito capítulos.

Na primeira parte, os principais referenciais teóricos e metodológicos desta investigação são apresentados e discutidos.

No capítulo 1, apresenta-se os fundamentos teóricos de uma sociologia do desemprego. A partir da identificação das principais características deste campo disciplinar no interior da sociologia francesa, procura-se apresentar as bases teóricas e conceituais de uma "sociologia do desemprego em termos de categorização social". No final, ao introduzir-se neste debate os elementos teóricos de uma "sociologia das relações sociais", procura-se propor uma sociologia do desemprego que integre essas duas abordagens na investigação do fenômeno do desemprego no Brasil.

No capítulo 2, procura-se desenvolver a proposição segundo a qual uma sociologia do desemprego supõe uma sociologia do trabalho. Uma adequada compreensão das formas e experiências de desemprego supõe uma adequada compreensão das formas e experiências de

trabalho. Nestes termos, trata-se de investigar a categoria trabalho e o modo como ela é mobilizada no debate teórico a fim de explicar as transformações no mundo moderno. Trata-se ainda de investigar as configurações dessa categoria no Brasil, país historicamente marcado por formas heterogêneas de trabalho. No final, propõe-se tanto uma ampliação da categoria trabalho como uma abordagem relacional do fenômeno no Brasil, a fim de melhor compreender a realidade do desemprego.

Na segunda parte desta tese, apresenta-se uma análise do desemprego no Brasil em termos de dinâmica histórica, explorando-se sua constituição como categoria institucional.

No capítulo 3, apresenta-se detalhadamente o processo de categorização institucional do desemprego nas políticas públicas de proteção aos desempregados, particularmente na política de seguro-desemprego, e nas pesquisas estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Sócioeconômicos – DIEESE.

No capítulo 4, apresenta-se as principais transformações no mercado de trabalho brasileiro ao longo dos últimos cinqüenta anos, na tentativa de situar o processo recente de emergência do desemprego como problema social dotado de visibilidade pública. Procura-se mostrar que a emergência do desemprego está diretamente relacionada com o processo de reestruturação produtiva e de abertura econômica que produziu um novo processo de precarização dos trabalhadores assalariados protegidos.

No capítulo 5, procura-se apresentar uma caracterização do mercado de trabalho no sul do Brasil, principalmente nas duas cidades onde as entrevistas foram realizadas : Pelotas e Porto Alegre. Trata-se de identificar as características dos mercados de trabalho locais e suas transformações recentes, a fim de melhor compreender o contexto sócio-econômico no qual as trajetórias investigadas se desenvolveram.

Na terceira parte desta tese, analisa-se as trajetórias ocupacionais de cinqüenta e quatro trabalhadoras e trabalhadores, propondo-se uma abordagem do desemprego em termos de dinâmica biográfica.

No capítulo 6, apresenta-se os fundamentos metodológicos de uma análise das formas e experiências de desemprego a partir da análise das trajetórias ocupacionais. Procura-se mostrar que a análise das experiências de privação de trabalho supõe a análise das experiências de trabalho. Apresenta-se ainda um perfil geral da amostra de investigados e uma tipologia geral de trajetórias que se procura explorar nos capítulos seguintes.

No capítulo 7, apresenta-se e analisa-se as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores em situação de forte precariedade social. Em geral marcadas por um baixo nível de formação sócio-

profissional e por uma elevada vulnerabilidade social e no trabalho, as trajetórias destes trabalhadores é investigada com o intuito de apreender suas formas e experiências peculiares de privação de trabalho.

No capítulo 8, apresenta-se e analisa-se as trajetórias ocupacionais dos trabalhadores não precários socialmente. Isto é, trata-se daqueles trabalhadores que apresentam níveis mais elevados de formação sócio-profissional e condições de trabalho mais favoráveis. Submetidos a novas formas de precarização do trabalho no Brasil, estes trabalhadores apresentam suas formas e experiências peculiares de privação de trabalho.

Por fim, nas conclusões finais, procura-se apresentar os principais resultados desta investigação, retomando e avaliando os conceitos e interpretações mobilizados ao longo da pesquisa.

PARTE I - TRABALHO E DESEMPREGO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA: O REFERENCIAL TEÓRICO EM CONSTRUÇÃO

INTRODUÇÃO À PARTE I

Nesta primeira parte da tese, apresentar-se-á as referências teóricas e conceituais que estão na base da interpretação do fenômeno do desemprego e da privação do trabalho no Brasil. O debate será apresentado em dois momentos distintos, na tentativa de fundamentar uma abordagem do objeto de investigação em termos de relações sociais, sobretudo de classe e de gênero, e em termos de construção social da categoria desemprego.

Portanto, a interpretação sociólogica aqui proposta está apoiada em diferentes tradições teóricas e metodológicas, mas nem por isso antagônicas. Argumenta-se, ao contrário, não só a possibilidade, mas a necessidade de construir modelos interpretativos articulando as contribuições de diferentes tradições nas ciências sociais. Reconhece-se, no entanto, que as articulações possíveis entre essas tradições são variáveis, privilegiando-se sempre aspectos teóricos e metodológicas desta ou daquela abordagem.

Por isso, enfatiza-se que o enfoque construído nesta tese está principalmente fudamentado em uma perspectiva e em uma problemática em termos de relações sociais. Entende-se por isso, um enfoque que privilegia analiticamente a existência de padrões estáveis e estruturados de relações entre diferentes atores sociais que estabelecem entre si uma coexistência mais ou menos conflitiva e hierarquizada, que perpassa diferentes espaços sociais. Essas relações sociais são marcadas por uma ***tensão*** permanente entre processos de conservação, de manutenção e defesa de uma certa ordem dessas relações, e processos de mudança, de modificação dessa mesma ordem.

Reconhece-se que a ação social dos atores sociais situados no espaço social e em um contexto histórico particular é dotada de intencionalidade e de uma dimensão significativa a partir da qual o mundo social adquire sentido para esses atores. A integração dessa dimensão é essencial na análise sociológica, mas ela não constitui o ponto de partida analítico da interpretação aqui proposta. Ela é articulada e integrada à dimensão relacional, ao fato de que os atores sociais, para além de uma dimensão significativa imediatamente expressa em suas atividades no mundo, ocupam um lugar e uma posição em relações que transcendem o espaço imediato dos atores individuais em suas interações. Neste sentido, a objetividade do mundo social está dada para os indivíduos pela presença de outrem e pela extensão dessas relações para além do espaço e do tempo vivido.

Nem por isso, essas interações face a face e essa dimensão significativa do mundo social são menos importantes. Se nelas um passado está cristalizado através de um processo de socialização, de interiorização e subjetivização da objetividade do mundo (outros atores, significados estruturados,etc.), também nelas um futuro se abre em um determinado campo de possibilidades, o que torna esse futuro imprevisível. A maior ou menor abertura desse campo de possibilidades está condicionada pela maior ou menor riqueza de determinações que constituem a experiência concreta dos atores sociais.

É por isso que uma análise estrita em termos de relações sociais – mesmo considerando que essas relações são reais e determinam a ação dos atores, conferindo ordem e estabilidade ao mundo social – não é suficiente e se constitue, na verdade, como um ponto de partida na construção do conhecimento sociológico. Para os atores sociais concretos, essas relações constituem recursos objetivos e subjetivos mobilizados no curso da ação social. Para o cientista social, essas relações sociais, sob a forma de constructos teóricos e analíticos, constituem-se em importantes hipóteses teóricas a partir das quais as experiências concretas dos atores no mundo são apreendidas, analisadas, interpretadas, sem deixar de considerar a riqueza de determinações dessas experiências.

Assim, a experiência concreta que os atores sociais – individual e coletivamente – têm do mundo é essencial na construção do conhecimento. Apreender essas experiências é identificar o modo pelo qual esses atores definem seu mundo, atribuem significado às suas vivências, à presença dos outros e à sua própria condição nesse mundo, o que implica para eles uma certa identidade.

É por isso que o fenômeno da privação de trabalho e do desemprego é aqui investigado a partir de experiências biográficas. Na interpretação dessas experiências, apóia-se em uma sociologia do desemprego em termos de categorização social. Essa abordagem sociológica é responsável por uma enorme contribuição à perspectiva sociológica, mostrando o modo pelo qual os atores sociais definem o mundo em que vivem a partir de determinadas categorias sociais de apreensão e interpretação da realidade. Nestes termos, a linguagem é considerada um importante veículo de apreensão e produção desse mundo social.

É por aí que se começará a apresentar as referências teóricas desta investigação. No primeiro capítulo, pretende-se identificar alguns diferentes enfoques no campo da sociologia do desemprego, tal qual ela se constitui na França, focalizando-se, antes de mais nada, o desemprego como uma categoria social historicamente construída, irredutível a determinações estruturais mais gerais. Assim, uma sociologia do desemprego em termos de categorização social permitirá não

apenas mostrar o caráter histórico e construído desse fenômeno que se institucionaliza, produzindo *o desemprego como categoria oficial e institucional*, como contribuirá para melhor identificar e sedimentar uma abordagem em termos de experiência biográfica, isto é, das vivências individuais e subjetivas na situação de privação de trabalho que permitem identificar *o desemprego como categoria individual e subjetiva*.

Porém, é preciso ainda fazer a passagem e articular uma *sociologia em termos de categorização social* a uma *sociologia em termos de relações sociais*. Assim sendo, se o desemprego é uma categoria social historicamente construída (estabilizada institucionalmente e mobilizada subjetivamente), ele é também constituído e constitutivo de um conjunto de relações sociais que adquirem formas e conteúdos específicos segundo o contexto histórico. Pressupõe-se que são as tensões provocadas pelas relações sociais que estão na base das transformações da categorização do desemprego. O desemprego não pode ser visto, antes de mais nada, senão como o produto da formação e transformação de certas relações sociais, as relações de trabalho capitalistas. Ele também não esgota as formas de privação de trabalho no mundo contemporâneo. Logo, do ponto de vista analítico, o processo de categorização do desemprego precisa ser situado no processo de constituição e tranformação das relações sociais em seus diversos tipos (gênero, geração, étnicas, nacionais).

É por isso que, no capítulo 2, propõe-se uma abordagem do desemprego, isto é, uma sociologia do desemprego a partir de uma abordagem do trabalho, isto é, de uma sociologia do trabalho. Procura-se, neste capítulo, a partir de uma discussão conceitual sobre o trabalho, compreender, historicamente, a constituição dessa categoria social e da divisão social do trabalho como fenômeno social estruturador da vida em sociedade. Nestes termos, a moderna invenção do trabalho está associada à formação e desenvolvimento das modernas relações sociais de assalariamento. Essas relações de assalariamento adquirem também formas específicas nos países periféricos do mundo capitalista, o que implica uma particular configuração do trabalho e das relações de trabalho. O próprio desemprego não pode ser analisado e interpretado independentemente dessas condições históricas específicas de configuração do trabalho nesses países periféricos.

Se, por um lado, o trabalho é central na constituição das relações sociais de classe e na configuração das formas e experiências de desemprego, por outro, ele também é central na constituição das relações sociais de gênero e, conseqüentemente, na configuração do desemprego. Por esta razão, propõem-se, neste capítulo, uma redefinição do conceito de trabalho a partir de uma abordagem e problematização teórica em termos de relações sociais de gênero, a partir da

qual conceitos como o de "divisão sexual do trabalho" e de "gênero" aparecem como elementos explicativos centrais na configuração do mundo social e, particularmente, das experiências de desemprego.

A noção de determinação aqui utilizada não se refere a uma relação mecânica de causalidade entre "relações sociais" e o "processo de categorização social". Essas articulações entre "estruturas objetivas" e "formas de consciência", entre "condições objetivas" e "condições subjetivas", entre "estrutura" e "experiência", longe de seus dualismos reducionistas, são consideradas, antes de mais nada, como relações de reciprocidade entre dimensões apenas analiticamente distintas da existência humana[10]. A prioridade conferida ao conceito de relações sociais como categoria analítica é de ordem ontológica, epistemológica e metodológica. Ela refere-se tanto ao modo como se identifica e se relacionam as propriedades fundamentais da vida social (dimensão ontológica), passando pelo percurso no qual o conhecimento desse mundo se torna possível (dimensão epistemológica) e, finalmente, implicando uma forma específica de operacionalizar a investigação, mobilizando-se certos procedimentos e técnicas de observação e determinados instrumentos de análise e interpretação da realidade (dimensão metodológica).

Enfim, considera-se que as relações sociais de classe e de gênero não apenas condicionam o fenômeno do desemprego e da privação de trabalho, determinando seus contornos e conteúdos, mas também são por ele afetadas, modificando-as e transformando-as. Deste modo, as formas de privação de trabalho e de construção da categoria desemprego tanto como "categoria oficial" como "categoria nativa" podem estar na base de transformações sociais jamais conhecidas de antemão por dedução das relações sociais.

[10] Neste sentido, do ponto de vista aqui adotado, a existência humana é, ao mesmo tempo, subjetividade que se objetiva e objetividade que se subjetiva através da atividade incessante no mundo.

CAPÍTULO 1 – A SOCIOLOGIA DO DESEMPREGO EM DEBATE: O DESEMPREGO COMO "CATEGORIA SOCIAL" E COMO "RELAÇÃO SOCIAL"

1.1. Introdução

O crescimento do desemprego no mundo durante as últimas décadas provocou uma retomada do debate teórico sobre as causas desse fenômeno. O modelo de crescimento econômico do pós-guerra, alicerçado no pleno emprego, na forte intervenção de um Estado protetor e em ganhos salariais e de produtividade apresenta sinais de crise no início dos anos setenta. É neste momento que as taxas de desemprego começam a crescer rapidamente, o que torna o desemprego cada vez mais um fenômeno durável e de massa. Não se trata mais de uma conjuntura passageira.

É assim que se assiste a um esforço de teorização sobre esse fenômeno emergente. Trata-se de compreender esse momento histórico crítico no qual um déficit estrutural de emprego e uma crescente instabilidade e precarização profissionais assolam parcelas expressivas da população trabalhadora.

Durante muito tempo, o desemprego foi um tema de investigação que ficou circunscrito aos economistas, considerados especialistas em estudar e avaliar as grandes transformações no mercado de trabalho. Conforme Maruani & Reynaud[11], na sociologia, o desemprego permaneceu um objeto relativamente periférico e até mesmo embarassante, pois parecia estar mais próximo de temas como a pobreza, por exemplo, do que dos tradicionais temas relativos ao mundo do trabalho : as empresas, as relações e processos de trabalho, a qualificação dos trabalhadores e as tecnologias, temas estes tão caros aos sociólogos. Assim, segundo estes autores, o tema do desemprego escapava aos quadros de referência estabelecidos pela sociologia do trabalho.

Durante um longo período durante o século XX, apenas dois estudos signficativos confrontaram-se com esse tema « démodé ». Nos anos de 1930, um clássico estudo levado a cabo por Paul Lazarsfeld, Marie Jahoda et Hans Zeisl (1981), "*Os desempregados de Marienthal*", procurou desvendar a vida dos desempregados em uma pequena cidade industrial e operária na

[11] Maruani & Reynaud, 1993, p. 27.

Áustria, em pleno período de crise e recessão econômica mundial. Décadas depois, no auge da convenção keynesiana do pleno emprego, em uma época de escassez de força de trabalho, Raymond Ledrut (1966) desenvolveu um estudo sobre o desemprego na França, publicando em 1966 seu livro intitulado "*Sociologia do desemprego*". Naquele momento, no entanto, o desemprego é considerado um fenômeno social atípico, o que contribui para manter o tema à margem da sociologia do trabalho.

É a partir do final dos anos de 1970 e início dos anos de 1980 que as pesquisas sobre emprego e desemprego e, particularmente, uma sociologia do desemprego, ganharão envergadura. Nesse período, novos estudos se consolidam e novas abordagens renovam o cenário das pesquisas sociológicas. Em 1981, Dominique Schnapper publica seu livro intitulado "*A provação do desemprego*"[12], no qual procura demonstrar a pluralidade de formas de viver o desemprego, ultrapassando uma visão extremamente homogênea do fenômeno tomado sempre como uma experiência traumatizante.

Neste mesmo período, vêem à tona alguns estudos focados em uma abordagem histórico-sociológica do fenômeno, tentando mostrar o processo histórico de emergência e desenvolvimento da categoria desemprego na França e na Europa. Assim, as chamadas "teorias da invenção do desemprego"[13] tentam mostrar as determinações sociais que estão na base da formação do desemprego como uma categoria social historicamente construída. O desemprego, pois, não é mais considerado como o simples resultado das flutuações da atividade econômica e de um cálculo matemático preciso. Não se trata mais apenas de analisar indicadores objetivos de emprego, independentemente das "representações" e das "formas sociais" que produzem e operacionalizam essas medidas. O desemprego passa a ser visto como o produto de certos "modelos de representação do trabalho e do não trabalho" e das operações de classificação que são colocadas em funcionamento pelos estatísticos e pelos reformadores sociais na virada do século XIX.

Assim, no decorrer deste capítulo, procura-se identificar alguns quadros de referência teórica a partir dos quais constrói-se uma abordagem sociológica do desemprego. Tenta-se mostrar o processo de formação e desenvolvimento de uma sociologia do desemprego em termos de categorização social.[14] Se esta sociologia inicia-se com as "teorias da invenção do desemprego", ela desdobra-se em uma nova proposta teórico-metodológica que sustentará a

[12] Em francês, *L'épreuve du chômage* (Schnapper, 1994).
[13] Ver particularmente as contribuições de Salais, Baverez et Reynaud (1986) e Topalov (1994).
[14] A esse propósito, ver Demazière, 1992, 2003, 2006.

necessidade de ultrapassar uma abordagem do desemprego enquanto "categoria oficial e institucional", em direção a uma abordagem dos processos subjetivos de categorização, do desemprego como categoria nativa, partindo-se da investigação das vivências e experiências dos desempregados. Segundo Demazière (2003), o que distingue a sociologia do desemprego em relação a outras abordagens disciplinares, como aquela da economia, é o ímpeto de investigar o desemprego como um tipo de experiência do mundo. Nestes termos, como mostra este autor, é preciso distinguir o desemprego como "categoria analítica" do desemprego como "categoria prática". No primeiro caso, ele é uma categoria mobilizada pelos cientistas sociais para investigar o mundo social. No segundo caso, ele é uma categoria mobilizada pelos atores sociais para interpretar e orientar seus comportamentos nesse mundo. O que é peculiar a uma sociologia do desemprego em termos de categorização social é o fato de que para ela o desemprego é uma "categoria prática" cuja origem e desenvolvimento histórico precisam ser identificados.

Antes de avançar em direção a uma sociologia do desemprego como categoria social historicamente construída, problematizar-se-á a análise do desemprego como categoria econômica, tal qual ela vem sendo tratada e discutida pelos economistas. A esse respeito, não se pretende aqui estabelecer um debate teórico sobre o desemprego com os economistas. Trata-se de identificar o modo de construção da categoria desemprego enquanto categoria analítica naquele campo disciplinar, para assim melhor compreender a construção analítica proposta pela sociologia.

1.2. O desemprego como categoria econômica

Enquanto categoria estatística, o desemprego é contabilizado como a proporção de pessoas ativas, não ocupadas e à procura de um trabalho. Do ponto de vista econômico, esse problema se coloca em termos de relação entre o estoque de empregos existentes e a mão-de-obra disponível. Neste sentido, o desemprego é o produto da diferença entre a oferta e a demanda de trabalho, "*entre o número de empregos criados por uns e o número de empregos procurados por outros*"[15]; ele aparece, enfim, como uma simples "*diferença residual*".

[15] «... *entre nombre d'emplois créés par les uns et nombre d'emplois recherchés par les autres*. » (Freyssinet, 1994, p. 25)

O desequilíbrio entre a demanda e a oferta de empregos pode ser atribuída a diversos fatores. Freyssinet[16] resume de maneira caricatural três tipos de explicação sobre esse desequilíbrio. Assim, o desemprego seria o produto:

1. do crescimento dos recursos de mão-de-obra disponíveis ;
2. das características e dos comportamentos dos desempregados ;
3. do progresso técnico.

O primeiro fator resultaria de uma simples constatação: se a evolução da população ativa é mais forte que aquela do emprego, o desemprego torna-se inevitável. Por outro lado, se os recursos de mão-de-obra aumentam nos mesmos níveis do emprego, o desemprego torna-se estável. Neste caso, explica-se o desemprego pela análise dos fatores responsáveis pelo aumento da população ativa. A esse respeito, duas razões principais são freqüentemente evocadas : o crescimento demográfico e o aumento das taxas de atividade feminina, isto é, um fator de origem demográfica e um fator de origem cultural. Segundo Freyssinet[17], pode-se evocar ainda um terceiro fator ligado aos movimentos migratórios ou, mais precisamente, à chegada dos trabalhadores imigrantes.

Freyssinet contesta esta análise puramente contábil do mercado de trabalho e do desemprego. Ela não explica o aumento abrupto do desemprego a partir do início dos anos setenta nos países industrializados. O crescimento dos recursos de mão-de-obra após a crise foi amplamente compensado pela interrupção do fluxo migratório positivo. Anteriormente, a chegada dos imigrantes foi determinada pela penúria de mão-de-obra em certos setores da economia. A participação crescente das mulheres no mercado de trabalho é uma tendência anterior à crise e, além do mais, ela é acompanhada de um crescimento correspondente do emprego no setor de serviços. De fato, é a evolução do emprego que se modificou.

O mercado de trabalho apresenta diferenciações internas que tornam mais complexa a análise dos movimentos de oferta e demanda de mão-de-obra. O desemprego pode aumentar brutalmente sem que haja um forte crescimento da população ativa. O caso do Reino Unido durante o período de 1980-1984 é exemplar neste sentido. Ao mesmo tempo, em alguns países industrializados nos quais a evolução da população ativa mostrou-se mais forte do que no caso inglês, as taxas de desemprego apresentaram-se mais baixas. É o caso do Japão e dos Estados Unidos, por exemplo.

[16] Freyssinet, 1994, pp. 57-71.
[17] Freyssinet, 1994, p. 58.

Um segundo fator responsável pelo aumento do desemprego estaria associado "*tanto à inadaptação das características dos desempregados em relação às necessidades da economia, quanto aos comportamentos dos demandantes de emprego em suas estratégias de procura de emprego.*"[18]

No primeiro caso, observa-se uma inadequação das qualificações existentes. Trata-se de um desemprego de inadaptação. As transformações técnicas e organizacionais bem como as mudanças setoriais e geográficas estariam exigindo novas qualificações e uma permanente mobilidade da mão-de-obra. A inadequação do sistema de formação, tanto em termos de formação inicial como em termos de formação contínua, explicaria a inempregabilidade de certos trabalhadores. Ao mesmo tempo, um prazo de tempo é necessário para que os trabalhadores encontrem novas oportunidades de emprego. Este tipo de desemprego é normalmente definido como um desemprego friccional. No longo prazo, esta inadequação da mão-de-obra seria um obstáculo ao aumento da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, ela provocaria uma redução da competitividade, com consequências negativas sobre o emprego. No entanto, esses argumentos parecem frágeis se leva-se em consideração o movimento econômico em nível global. A perda de mercados por uns significa o sucesso de outros. Além disso, segundo Freyssinet, as ofertas de emprego não satisfeitas diminuíram sensivelmente com a crise econômica, o que é contraditório com a tese da inadequação da mão-de-obra em relação às exigências da economia.

No segundo caso, considera-se o desemprego como um fenômeno voluntário, como o resultado das estratégias individuais que visam prolongar a procura de trabalho a fim de melhorar as chances de encontrar os melhores empregos. Segundo as teorias neoliberais do *job search*, o desemprego é o produto de uma escolha racional, na qual o indivíduo leva em consideração suas qualificações, sua disponibilidade de tempo e de recursos. Para fazer uma escolha satisfatória, esses indivíduos têm necessidade de informações. Por isso, quanto mais esses indivíduos consagram o seu tempo para reunir informações necessárias à tomada de decisão, maior é a duração do desemprego. Esta duração depende ainda dos recursos financeiros disponíveis (se o desempregado recebe uma indenização, por exemplo), da heterogeneidade dos empregos disponíveis e da quantidade e diversidade de demandantes de emprego.

[18] «*... tantôt c'est l'inadaptation des caractéristiques des chômeurs par rapport aux besoins de l'économie qui est incriminée, tantôt ce sont les comportements des demandeurs d'emploi dans leurs stratégies de recherche d'emploi*. » (Freyssinet, 1994, p. 61)

Desse ponto de vista, fundamentado pelas teorias econômicas neoclássicas, o desemprego não é um problema em si mesmo. Trata-se, na verdade, de uma ficção. Esta teoria baseia sua análise dos processos econômicos a partir da noção de equilíbrio geral dos preços. O equilíbrio entre oferta e demanda é possível graças à flexibilidade dos preços. Esse princípio também é observado no mercado de trabalho. Para cada demanda de trabalho há uma oferta correspondente. Em caso da demanda ser superior à oferta, uma redução dos preços dos salários garantiria o restabelecimento do equilíbrio, provocando um crescimento da oferta de emprego. A partir da idéia de que os agentes econômicos são onicientes, esse paradigma considera que a mão invisível do mercado garante o equilíbrio entre oferta e demanda de trabalho e o desemprego, de fato, não existe. .

Segundo Freyssinet, essa concepção é também insuficiente para explicar o forte crescimento do desemprego a partir dos anos setenta. As estratégias individuais não explicam as variações globais do nível de emprego. Além do mais, alguns estudos[19] mostram que a maior duração do desemprego diminui a empregabilidade individual, isto é, a probabilidade do indivíduo encontrar um novo emprego. Essa duração pesa cada vez mais sobre os desempregados como uma "deficiência". Os empregadores a consideram como um indicador negativo de empregabilidade.

Enfim, um terceiro fator responsável pelo crescimento do desemprego estaria associado ao progresso técnico. Segundo Freyssinet, a partir da revolução industrial, este tema é uma fonte inesgotável de controvérsias. Assim, é preciso distinguir "*os efeitos transitórios"* e "*o impacto durável"* das inovações tecnológicas.[20]

Os efeitos transitórios do progresso técnico remetem ao problema do desemprego friccional, referido acima. As inocações tecnológicas acarretam modificações significativas tanto no processo de trabalho como na estruturação dos diversos setores da atividade econômica. A destruição empregos e a criação de novos postos de trabalho e segmentos da atividade econômica tem sido uma constante ao longo da história econômica moderna. No entanto, segundo o autor, não se deve subestimar os efeitos globais do progresso tecnológico sobre os níveis de emprego. Apesar das dificuldades em medir esses efeitos nas últimas décadas, "*o progresso técnico, de fato, ainda que provoque efeitos sobre a estrutura, composição e qualidade do mercado de trabalho, parece ter tido pouca responsabilidade pelo aumento do desemprego nos países*

[19] A esse propósito, ver Demazière, 1992, p. 46-63.
[20] Freyssinet, 1994, pp. 66-71.

desenvolvidos, uma vez que o crescimento da produtividade nos anos 80 e 90 foi, surpreendentemente, bem menos elevado que nos períodos precedentes."[21]

Enfim, sublinha Freyssinet, "*existe de fato uma relação possível entre mudanças técnicas e desemprego, mas esta relação não é nada automática. [...] As mudanças técnicas não são, por natureza, criadoras ou destruidoras de empregos ; elas modificam as condições de determinação do nível de emprego. O resultado disso é mais consumo, mais tempo livre, mais desemprego ? A resposta não está no progresso técnico, mas nos modos de regulação do sistema produtivo*."[22]

1.3. Da economia à sociologia do desemprego: as teorias da invenção do desemprego

No debate econômico, o desemprego é analisado como o resultado de processos econômicos em transformação : a oferta e a demanda de mão-de-obra, a produção e o consumo, os custos de produção, a renda, o lucro e os investimentos. O desemprego é, pois, o resultado de um desequilíbrio, seja dos fatores econômicos e dos preços, seja dos mecanismos de regulação. Os agentes econômicos (indivíduos, empresas, Estado e suas agências) são considerados e analisados em seus comportamentos em termos de uma racionalidade instrumental, a partir da qual eles tomam suas decisões.

Romper com esse modo de pensamento em direção a uma perspectiva sociológica significa não apenas problematizar o desemprego como categoria analítica, mas de abordá-lo como categoria prática a partir da qual os atores sociais concretos agem no mundo social. Neste sentido, o desemprego não está dado a partir das estatísticas oficiais destinadas e medi-lo. Trata-se de adotar uma outra "*episteme*", deslocando o olhar e problematizando o desemprego em direção ao modo como este fenômeno aparece e é definido no mundo social. O desemprego, assim, aparece como uma categoria prática dos atores sociais situados no mundo.

À ruptura epistemológica assim operada acompanha-se também uma ruptura teórica fundamental, pois o "*homo economicus*" assim concebido passa a ser substituído por um ator social situado historicamente, portador de uma cultura, integrado a uma sociedade que possui um conjunto de normas e regras de comportamento. Assim, segundo os teóricos da invenção do

[21] Mattoso e Baltar, 1996, p. 6.

[22] «*... il existe bien une relation possible entre changement technique et chômage, mais cette relation n'est en rien automatique... Le changement technique n'est pas, par nature, créateur ou destructeur d'emplois ; il modifie les conditions de détermination du niveau de l'emploi. En résultera-t-il plus de consommation, plus de temps libre, plus de chômage ? La réponse ne réside pas dans le progrès technique mais dans les modes de régulation du système productif*. (Freyssinet, 1994, pp. 70-71)

desemprego[23], a ação social não é o produto de uma racionalidade individual, abstrata e oniciente, orientada exclusivamente para a satisfação dos interesses econômicos, como supõe o paradigma neoclássico. Para este, o indivíduo é livre e racional. A partir das informações disponíveis, esse indivíduo age no mercado motivado por um cálculo visando otimizar seus interesses. No contexto de ação desse indivíduo idealizado, o desemprego não existe propriamente. Segundo Salais, Baverez et Reynaud (1986), "*o agente individual neoclássico é imediatamente colocado, no campo da teoria, como onisciente, simples personificação de uma essência geral abstrata e onisciente*"; este "*agente evita, neste paradigma, o aparecimento do desemprego*."[24]

Segundo as teorias convencionalistas, o desemprego é o produto de um conjunto de mecanismos de regulação social e das representações que as orientam. A passagem da condição de "sem trabalho" a "desempregado" é, pois, o produto de um contexto histórico particular no qual um conjunto de regras, convenções e procedimentos têm como efeito a "*invenção do desemprego*".

Neste processo histórico, os chamados desempregados são gradualmente diferenciados de autras parcelas da população sem emprego: os pobres, os vagabundos, os inválidos, os doentes. Este esforço reformador de classificação transforma a "falta de trabalho" em "desemprego": uma verdadeira invenção. "*Em outros termos, a noção de desemprego elaborada pelos reformadores na virada para o século XX, mais que um meio de descrever a realidade industrial e social daquele período, era um instrumento destinado a transformá-la. É por isso que se pode dizer que o conceito moderno de desemprego precedeu o desemprego moderno propriamente dito e este conceito foi forjado para criar este último por meio das políticas de reforma que ele permitiu conceber e legitimar*."[25]

O emprego assalariado, regulado por um contrato de trabalho por tempo indeterminado e protegido por um conjunto de direitos sociais sob a tutela do Estado, é a base da representação moderne do trabalho e do desemprego. Este modelo se exterioriza e se objetiva em "*um conjunto de regras e de convenções amplamente materializadas nos escritos com valor normativo (direito do trabalho, leis, regulamentos, circulares), aplicados pelas instituições sociais, através de*

[23] Particularmente Salais, Baverez et Reynaud, 1986.

[24] «... *l'agent individuel néoclassique est posé immédiatement, dans le champ de la théorie, comme omniscient, simple personnification d'une essence générale abstraite et omnisciente* » ; cet « *agent évite, dans ce paradigme, l'apparition du chômage*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 180)

[25] « *En d'autres termes, la notion de chômage élaborée par les réformateurs du tournant du XX siècle, plus qu'un moyen de décrire la réalité industrielle et sociale de leur temps, était un instrument destiné à la changer. C'est pourquoi l'on peut dire que le concept moderne de chômage a précédé de chômage moderne lui-même et a été forgé pour créer ce dernier au moyen des politiques de réforme qu'il a permis de concevoir et de légitimer*. » (Topalov, 1994, p. 15)

procedimentos administrativos" que "codificam a entrada, a manutenção na qualificação de desempregado, assim como sua saída".[26] Esses produtos sociais materializados têm a propriedade de organizar as representações e orientar a ação dos agentes sociais. Assim, o desemprego torna-se uma verdadeira invenção incitada pelo agenciamento social destinado à sua regulação.

Numa tentativa de compreender a crise contemporânea produzida pelo constante crescimento do desemprego, estes autores afirmam que esta crise está diretamente associada ao modo como a categoria desemprego foi forjada historicamente :

"A amplitude do desemprego, na crise contemporânea, aparece assim como o produto, incessantemente renovado, do funcionamento de agenciamento complexo de formas sociais, institucionais e materiais que, dos indivíduos e das empresas ao Estado, a convenção keynesiana do pleno emprego implantou duravelmente. A superação dessa crise não pode se dar sem a invenção de novos modelos de representação do trabalho e, consequentemente, de novos formas de empresa."[27]

Velhas formas de representação do trabalho estão, pois, na base dessa crise contemporânea. A superação dessa crise só será possível a partir da construção de novas categorias sociais, tendo como base novas representações do trabalho e do desemprego :

"A crise contemporânea é fundamentalmente uma crise des representações e das categorias antigamente estabelecidas. Ela não pode se desenvolver e se acabar sem modificações das representações do trabalho e do não-trabalho empregadas em sua atividade pelos diversos atores sociais (indivíduos, empresas, instituições), nem sem transformações das categorias correspondentes."[28]

A partir desta premissas, os autores empreendem um trabalho de análise histórica a fim de compreender a gênese da categoria desemprego na França. Se o desemprego implica um conjunto de representações sobre o trabalho e o não-trabalho, é preciso verificar como essas representações

[26] «*... un ensemble de règles et de conventions largement matérialisées dans des écrits à valeur normative (Code du travail, lois, règlements, circulaires), appliqués par des institutions sociales, au moyen de procédures administratives* » qui « *codifient l'entrée, le maintien dans la qualification de chômeur, ainsi que son abandon*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 184)

[27] « *L'ampleur du chômage, dans la crise contemporaine, apparaît ainsi comme le produit, sans cesse renouvelé, du fonctionnement de l'agencement complexe de formes sociales, institutionnelles et matérielles, qui, des individus et des entreprises à l'Etat, a implanté durablement la convention keynésienne de plein emploi. Son dépassement ne peut s'engager sans l'invention de nouveaux modèles de représentation du travail et, par conséquent, de nouvelles formes d'entreprise*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 180)

[28] « *La crise contemporaine est fondamentalement une crise des représentations et des catégories anciennement établies. Elle ne peut se développer et s'achever sans modifications des représentations du travail et du non-travail employées dans leur activité par les divers acteurs sociaux (individus, entreprises, institutions), ni sans transformations des catégories correspondantes*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 20)

se constituem e se modificam no tempo. Só então a crise contemporânea poderá ser adequadamente compreendida.

1.4. Gênese e desenvolvimento da categoria desemprego

No século XIX, o verbo francês "*chômer",* e sua nominalização "*chômage"*[29], designa originalmente a redução das atividades industriais devido à insuficiência de vendas. A origem etimológica do termo vem do latin "*caumare"* que significa "calma". O termo francês *chômage,* no sentido de um "operário privado de trabalho", aparece em 1876, sendo neste sentido utilizado posteriormente.[30] Diferentemente da língua francesa, em português, o equivalente a "*chômage*" é o termo "desemprego", que remete ao termo "emprego", significando a falta ou carência deste. Este termo em português equivale ao termo inglês "*unemployment*", derivado de "*employment*".

O uso do termo desemprego está associado ao processo histórico de emergência de uma nova condição salarial, o que Topalov (1994) chama de "relação salarial moderna". Este autor utiliza essa expressão para diferenciar a relação salarial da primeira revolução industrial daquela que se constitui a partir do fim do século XIX. "*A relação salarial moderna tem como características principais a regularidade e a continuidade às diferentes escalas temporais que constituem a vida do indivíduo, o corte institucionalizado entre os períodos de trabalho e de não-trabalho e a generalização das formas de emprego correspondentes à maior parte da população".*[31] Na Europa, até o fim do século XIX, as formas de emprego irregulares e intermitentes eram dominantes. A estabilização da relação salarial é, pois, um fenômeno recente e estava no centro das preocupações dos reformadores naquele período. A noção moderna de desemprego está associada a esse processo de estabilização da relação salarial.

Durante o século XIX, a questão do trabalho e do não-trabalho estava associada à questão da pobreza. Naquele momento, as representações sociais dominantes em torno do trabalho não faziam referência ao problema do desemprego. As crises econômicas observadas de tempos em

[29] A palavra "*chômage*" encontra-se dicionarizada na língua portuguesa, significando, em francês, "*inatividade forçada, resultante da falta de trabalho, de emprego*". (Aurélio, 1986, p. 398)
[30] Sobre esse ponto ver também Topalov, 1994, p. 24-25 e os capítulos 5, 6 e 7.
[31] « *Le rapport salarial moderne a ainsi pour principaux traits la régularité et la continuité aux différentes échelles temporelles qui constituent la vie de l'individu, la coupure institutionnalisée entre les périodes de travail et de non travail et la généralisation des formes d'emploi correspondantes à la plus grande part de la population*. » (Topalov, 1994, p. 22)

tempos implicam sobretudo o debate em torno do problema da pobreza e das carências materiais ressentidas por uma parte importante da população.

É a partir do esforço classificatório dos reformadores, com o objetivo de diferenciar os válidos aptos ao trabalho das outras categorias sociais (doentes, inválidos, pobres, velhos), que a noção de desemprego se estabelece, assim como as formas correspondentes de seguro e indenização:

"A construção das novas categorias de 'desempregado' e de 'desemprego' é indissociável de um projeto : mudar as formas de emprego e os modos de vida populares que lhes estão asssociadas. O 'desempregado involuntário' dos inventores do desemprego é um assalariado regular – momentaneamente sem emprego – que ainda não existe ou, pelo menos, permanece uma figura incerta nas grandes metrópoles do fim do século XIX."[32]

É assim no fim do século XIX que a categoria desemprego (*chômage*) se constitui na França: *Em 1891, os desempregados não constituem, portanto, uma categoria específica, nem no interior da categoria dos 'sem profissão' na qual eles são um elemento, ao mesmo título que os 'saltimbancos, boêmios, vagabundos e moças públicas', nem mesmo dentro da 'população não classificada', massa indiferenciada a qual o estatístico pode fornecer apenas uma medida global. De quais critérios dispunha ele para proceder diferentemente e diferenciar o desempregado do vagabundo? Quais instituições puderam estabelecer – e suscitar ao mesmo tempo – a emergência de diferentes posições entre aqueles que não trabalhavam.*"[33]

A diferenciação da categoria "desempregado" das outras categorias sociais é o produto de um esforço que modifica a antiga representação da noção de "sem trabalho". Os modelos de representação dos estatísticos e dos juristas têm um papel fundamental nesse processo.

A partir do recenseamento de 1896 são traçadas as primeiras regras e procedimentos destinados a diferenciar os desempregados de outras categorias "sem emprego". Em relação à

[32] « *La construction des nouvelles catégories de 'chômeur' et de 'chômage' est indissociable d'un projet : changer les formes de l'emploi et les modes de vie populaires qui leur sont associées. Le 'chômeur involontaire' des inventeurs du chômage est un salarié régulier - momentanément sans emploi - qui n'existe pas encore ou, du moins, reste une figure incertaine dans les grandes métropoles de la fin du XIX siècle*. » (Topalov, 1994, p. 36)

[33] « *En 1891, les chômeurs ne constituent donc pas une catégorie spécifique, ni à l'intérieur des 'sans profession' dont ils sont un élément, au même titre que les 'saltimbanques, bohémiens, vagabonds et filles publiques', ni même à l'intérieur de la 'population non classée', masse indifférenciée dont le statisticien n'a pu fournir qu'une mesure globale. De quels critères disposait-il pour procéder autrement et distinguer le chômeur du vagabond ? Quelles institutions peuvent établir - et susciter en même temps - l'émergence de différentes positions parmi ceux qui ne travaillent pas* ? » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, pp. 27-28)

situação profissional, a população foi classificada nas categorias "primárias"[34] seguintes : os chefes de estabelecimento, os empregados e operários, os assalariados irregulares, os operários à domicílio e os sem-emprego. Os desempregados assim como os isolados[35] constituem ainda uma categoria secundária.[36]

No modelo de representação dos estatísticos, a vinculação do trabalhador a um estabelecimento, que era explicitado no questionário, teve um papel fundamental para classificar os "verdadeiros desempregados". A articulação de dois critérios, "o exercício de uma profissão" e "a dependência física em relação a um estabelecimento", definiam, portanto, os contornos desta nova categoria em constituição. Logo, só eram considerados desempregados os "operários e empregados" que normalmente estavam vinculados a um estabelecimento, mas que perderam seus empregos. Os assalariados irregulares e os operários à domicílio ou os pequenos empregadores eram excluídos dessa categoria. Outros critérios mais específicos como a idade, a duração mínima e a duração total da suspensão do trabalho foram utilizados progressivamente nos recenseamentos para melhor precisar a condição de desempregado. As pessoas com mais de sessenta e cinco anos e aqueles que declaravam estar desempregados há menos de oito dias ou há mais de um ano, não eram classificados nesta condição.

O trabalhador assalariado regular e estável, do sexo masculino, lié a um estabelecimento, era, portanto, o modeolo a partir do qual os estatísticos construíram suas representações do trabalho e do não trabalho. Este modelo está na base das primeiras proposições sobre as modalidades de proteção social aos desempregados dissociadas daquelas destinadas a outras categorias sociais (os doentes, os inválidos, os desempregados ocasionais, etc.). Estas proposições contribuíram igualmente a consolidar a categoria desempregado enquanto categoria específica, pois distinguiam um desemprego normal e previsível, controlável pelos indivíduos, de um desemprego anormal e imprevisível, um verdadeiro desemprego. Estas noções estavam intimamente ligadas ao processo de formação da nova condição salarial, marcada pela dependência e pela falta de proteção dos trabalhadores face às incertezas do mercado de trabalho. Cada vez mais, o desemprego foi sendo assimilado a uma situação que os trabalhadores não poderiam controlar. A norma do trabalho regular e estável sobrepõem-se pouco a pouco às

[34] Segundo os autores, « *aquelas que resultam de maneira imediata da resposta ao questionário* » (« *celles qui résultent de façon immédiate de la réponse au questionnaire »), isto é, « elas não são retrabalhadas em seguida pelo estatístico"(" elles ne sont pas retravaillées ensuite par le statisticien*."). (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 31)

[35] Os trabalhadores à domicílio, os assalariados irregulares e os pequenos empregados independentes.

[36] As categorias secundárias são aquelas que "*necessitam, para sua formação, de um trabalho de classificação, segundo certos critérios"* (« *nécessitent, pour leur formation, un travail de classement, selon certains critères* »). (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 31)

formas irregulares de emprego e à fragilidade do vínculo salarial que dominavam as relações de trabalho nas grandes cidades no fim do século XIX e início do século XX.

Porém, esse modelo de representação estava incompleto. Ele dava conta de um certo tipo de desemprego decorrente de certos setores da atividade econômica (minas, construção civil, pedrarias, couros e peles, agricultura, madeireiro) e de estabelecimentos de porte médio, onde eram dominantes o trabalho masculino e a existência de uma dependência jurídica dos operários em relação às empresas. Esse modelo não aplicava-se ao desemprego dos isolados (operários a domicílio e assalariados irregulares) nas atividades têxteis e de vestuário, onde o vínculo de dependência não era propriamente jurídico, mas fundamentalmente econômico.[37]

Esta falha do modelo se expressa da seguinte maneira: *"Enquanto o modelo do estatístico define o desemprego como uma suspensão temporária do trabalho no estabelecimento, certos indivíduos declararam estar desempregados sem, porém, ter vínculo de dependência jurídica a um estabelecimento[...] Para os isolados, a suspensão do trabalho é percebida como desemprego quando o sentimento de pertencimento a um estabelecimento é suficientemente forte e que o vínculo com o mesmo é considerado rompido".*[38]

Esta contradição revela a dificuldade desse processo de emergência da categoria desemprego. A consolidação do estabelecimento como uma unidade elementar de organização do emprego e das atividades produtivas tem um papel decisivo na superação dessa dificuldade e na homogeneização das formas de percepção do trabalho e do não trabalho.

É por isso que o modelo de representação jurídica do trabalho, que se materializa no "contrato de trabalho", terá uma importância fundamental na gestão e regulação das relações de trabalho e na sedimentação da categoria desemprego.

A regulação das relações de trabalho até o fim o século XIX era realizada pelo modelo de "contrato de prestação de serviços", previsto no Código Civil. Este tipo de contrato supunha o "princípio da autonomia da vontade". Tratava-se de um contrato "autoregulador" através do qual os sujeitos eram considerados livres e iguais. Segundo esse princípio jurídico, o contrato é

[37] Talahite (1995), em um artigo, propõe uma interpretação crítica das teorias das convenções ao estudo do desemprego feminino. Segundo seu ponto de vista, a clivagem entre um desemprego masculino, utilizado como modelo pelos estatísticos, e um desemprego feminino, não estava "*claramente fixada na realidade social da época".* Assim, "*a elaboração de convenções não se reduz a simples representações, mas tem um papel ativo na configuração do real".* Dito de outro modo, esta distinção "*torna-se uma realidade que os estatísticos terão contribuído a fazer emergir".* (Talahite, 1995, pp. 44 et 48) Sobre este ponto ver também o item 1.11 deste capítulo.

[38] « A*lors que le modèle du statisticien définit le chômage comme une suspension temporaire de travail dans l'établissement, certains individus ont déclaré être en chômage, sans pourtant avoir dépendu juridiquement d'un établissement... Pour les isolés, la suspension de travail est perçue comme chômage, lorsque ce sentiment d'appartenance à l'établissement est suffisamment fort, et que le lien avec l'établissement est considéré rompu* ». (Salais, Baverez et Reynaud, 1986, pp. 61-62)

superior à lei, ele é a fonte mesma do direito. No entanto, pouco a pouco, com a evolução das relações de trabalho e dos conflitos trabalhistas, um novo princípio jurídico passa a prevalescer entre os juristas, segundo o qual "*a lei é superior às vontades privadas; ela deve regular o contrato*".[39]

A substituição do princípio de prestação de serviços em proveito daquele do contrato de trabalho modifica profundamente as representações sobre o trabalho e contribui para a constituição do reconhecimento jurídico do estabelecimento como unidade econômica. A responsabilidade jurídica não pesa mais sobre a pessoa do empregador, mas sobre a empresa. Trata-se do reconhecimento desta como uma relação entre sujeitos desiguais, na qual estabelece-se como um "*vínculo de subordinação jurídica*".

A longo termo, este conjunto de mudanças acarreta uma profunda transformação da condição salarial. Do ponto de vista dos reformadores sociais, a instabilidade do vínculo salarial e todas as conseqüências dela decorrentes (a mobilidade profissional e geográfica, a insubordinação dos trabalhadores e suas múltiplas estratégias de sobrevivência) representavam uma ameaça à ordem social e econômica, pois os trabalhadores mais qualificados podiam romper suas relações de trabalho e mudar de emprego segundo seus interesses. As práticas de absenteísmo eram comuns naquele período. A autonomia dos operários em relação às empresas era a regra predominante. A precariedade do emprego não era necessariamente um peso para esses trabalhadores, conforme indica Topalov (1994):

"*Nesse contexto, os trabalhadores encontram independência e um modo de vida aos quais numerosos indivíduos encontram-se indomavelmente ligados. Eis o problema que os reformadores do desemprego se colocam e decidem resolver: um sistema no qual patrões e operários, em conflito sobre todo o resto, podem se encontrar para preservar*".[40] Um sistema, enfim, no qual a disciplina é estabelecida a partir de coerções às quais os trabalhadores não podem escapar : o assalariamento estável e regular.

[39] Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 68.

[40] « *Les travailleurs y trouvent aussi des formes d'indépendance et un mode de vie auxquels nombreux sont farouchement attachés. Voilà le problème dont les réformateurs du chômage décident qu'il se pose et doit être résolu : un système que patrons et ouvriers, en conflit sur presque tout le reste, peuvent se retrouver pour préserver*. » (Topalov, 1994, p. 49)

1.5. A emergência da moderna categoria desemprego

É nos anos trinta que se observa a emergência da moderna categoria desemprego na França. Naquele período histórico, a crise econômica abateu-se sobre os países industrializados, provocando um desemprego jamais visto anteriormente. Na França, o recenseamento de 1936 contabilizou 864.000 desempregados[41], quase o dobro de 1931. No entanto, os dados mostravam que as taxas de desemprego variavam enormemente segundo o departamento e que o surgimento do desemprego estava "*amplamente desconectado da evolução do emprego".* Isto é, não havia uma correlação significativa entre o crescimento do desemprego e a redução do nível de emprego nos departamentos. Ao contrário, o desemprego apareceu, sobretudo, nos departamentos mais urbanizados e industrializados, marcados por uma forte presença da grande indústria. Nos departamentos mais rurais ou de industrialização rural, o desemprego era muito baixo.

Por isso, a análise dos departamentos agrupados por grau de industrialização permitiu fazer uma constatação muito importante: os níveis de assalariamento e as taxas de desemprego aumentavam paralelamente. Ora, era na grande indústria onde se encontravam as relações de trabalho mais estáveis. Nela, o vínculo entre a empresa e os trabalhadores tornava-se mais forte. A ruptura desse vínculo, portanto, aparecia mais freqüentemente como desemprego. A grande empresa tornou-se, por excelência, o lugar do emprego assalariado:

"*A grande indústria e, mais geralmente, a grande empresa desenvolvem, no período de entre-guerras, uma política sistemática de organização do trabalho e de gestão da mão-de-obra. Elas estendem o uso de novos métodos de gestão da mão-de-obra, gestão formalisada por regras, procedimentos, cálculos que, como ferramentas, servem para conformar as relações de trabalho.*[42] O processo de racionalização do trabalho tem, portanto, um papel fundamental na formação de um novo modelo de representação do trabalho e do não trabalho. Assim, "*a fronteira trabalho/não trabalho torna-se um corte nítido entre dois mundos e é vivida como tal, de tal forma que ela é a separação de lugares, entre lugar de trabalho e lugar de moradia. A divisão*

[41] Segundo Salais, Baverez e Reynaud (1986), em torno de 70% desses desempregados eram homens, adultos e operários da indústria. (p. 77)

[42] « *La grande industrie et plus généralement la grande entreprise développent dans l'entre-deux-guerres une politique systématique d'organisation du travail et de gestion de la main-d'œuvre. Elle étend l'usage de nouveaux modes de gestion de la main-d'œuvre, gestion formalisée par des règles, des procédures, des calculs, qui, comme des outils servent pour la mise en forme des relations du travail*. (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, pp. 85-86)

das tarefas tende a separar os trabalhadores em categorias e a orientá-los em direção a empregos e qualificações específicas no mercado de trabalho."[43]

Porém, na pequena indústria, na indústria rural, bem como na indústria de consumo pouco capitalista, dominam as formas irregulares de trabalho, o trabalho à domicílio. Nestas empresas, as relações de trabalho estão menos organizadas e menos formalizadas. O modelo de trabalho à domicílio é exemplar desse tipo de atividade. O vínculo do trabalhador com a empresa não é mediatizado por mecanismos institucionais. A incerteza marca permanentemente as condições de vida dos trabalhadores. Para as atividade sazonais, a baixa estação significa a diminuição ou a falta de trabalho. No entanto, um vínculo implícito com o empregador pode continuar. Não há ruptura plena onde não ao um vínculo formal estabelecido. A caracterização de uma situação de desemprego, através de um atestado de demissão fornecido pelo empregador, torna-se mais difícil de ser obtido pelos trabalhadores isolados.

Por isso, *lá onde as categorias de isolados e de isoladas são, em 1936, proporcionalmente mais importantes, o desemprego recenseado mostra-se pouco elevado e obtém-se esse resultado a priori paradoxal : lá onde o trabalho apresenta-se em quantidade e volume submetidos a fortes flutuações, há pouco desemprego ; lá onde o trabalho é gerido do exterior de si mesmo, sendo objeto de procedimentos sociais de cálculo, de previsão, de contagem, há desemprego, ainda que as flutuações do trabalho sejam, por esta razão mesma, de menor amplitude.*"[44]

O desemprego é, portanto, o produto de certas relações de trabalho a partir das quais o trabalho e o não trabalho são submetidos a um conjunto de formas sociais regulação. A formação da moderna categoria desemprego depende da constituição dessas novas relações de trabalho que são implementadas por esse processo de racionalização do trabalho nas grandes empresas industriais. Neste caso, a falta de trabalho é, portanto, percebida e representada de uma maneira completamente diferente:

"*As flutuações do volume de trabalho são mais amplamente exteriorizadas como desemprego nos grandes estabelecimentos, traduzindo-se por uma ruptura mais importante das*

---

[43] « *La frontière travail/non travail devient une coupure nette entre deux mondes et vécue comme telle, d'autant qu'elle est séparation de lieu, entre lieu de travail et lieu d'habitat. La division des tâches tend à séparer les travailleurs en catégories et à les orienter vers des emplois et des qualifications spécifiques sur le marché de travail*. » (Idem, p. 92)

[44] «*... là où les catégories d'isolé et d'isolées sont en 1936 proportionnellement plus importantes, le chômage recensé reste peu élevé et on aboutit à ce résultat a priori paradoxal : là où le travail reste une quantité et un volume soumis à des fortes fluctuations, il y a peu de chômage ; là où le travail est géré de l'extérieur de lui-même, fait l'objet de procédures sociales de calcul, de prévision, de dénombrement, il y a chômage, quoique les fluctuations du travail soient, pour cette raison même, de moindre ampleur*. (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, pp. 96-97)

relações entre empregadores e assalariados."[45] "*Essas flutuações não são ressentidas como parte integrante do trabalho",* então, "*elas tendem a se exteriorizar sob a forma de desemprego. Mas, isto implicará políticas sociais externas para sustentar as antecipações ligadas a renda, em caso de flutuação brusca*".[46]

O assalariamento, o desemprego e as modalidades externas de regulação do trabalho e do não trabalho constituem formas históricas inseparáveis. O avanço do assalariamento significa para os trabalhadores uma crescente expropriação de suas condições de trabalho. Esses trabalhadores não regulam mais o volume e a quantidade de trabalho e de mercadorias produzidas ; as condições de troca e mesmo o processo de trabalho escapam ao seu controle. A exeteriorização da condição de privação de trabalho sob a forma de desemprego é a expressão mesma de uma forma de expropriação que se traduz por novas formas de inclusão dos trabalhadores no mundo do trabalho. O vínculo estável entre os trabalhadores e as empresas bem como o conjunto dos direitos trabalhistas têm um papel essencial na formação do desemprego no sentido moderno do termo.

Neste caso, a perda de um emprego peut significar a perda de um rendimento em um contexto social no qual as antigas formas de solidariedade e de proteção sociais através da família e da comunidade, do grupo profissional ou da pequena empresa familiar e paternalista não estão mais presentes. O papel do Estado é fundamental na substituição dessas formas de solidariedade social e de proteção aos indivíduos. Essa nova modalidade de regulação é o produto de um processo histórico complexo para o qual contribue uma série de fatores diferentes: as formas de solidariedade operárias, caritativas ou públicas, as políticas de controle da população e da força de trabalho em um contexto de industrialização e de urbanização, bem como os conflitos em torno dos direitos políticos e sociais da classe operária.

É nesse contexto que o desemprego torna-se um alvo de procedimentos sociais de registro e regulamentação, em torno dos quais a posição de "desempregado" é instituída socialmente. O direito a uma indenização depende da inscrição do demandante de emprego em uma agência pública visando seu retorno ao emprego. A concessão da indenização passa a implicar a produção de mecanismos de controle do comportamento dos desempregados. Estes, na maior parte das vezes, procuram corresponder às expectativas socialmente estabelecidas.

---

[45] « *Les fluctuations du volume du travail sont plus largement extériorisées comme chômage dans les grands établissements, se traduisant par une rupture plus importante des relations entre employeur et salarié*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 97)

[46] « *Ces fluctuations ne sont pas ressenties comme partie intégrante du travail* », alors, « *elles tendent à s'extérioriser sous la forme du chômage. Mais cela impliquera des politiques sociales externes pour soutenir les anticipations liées au revenu, en cas de fluctuation brusque*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 94)

A invenção do desemprego torna-se, portanto, completa :

"*Os fundos de socorro instituem um procedimento social de registro dos indivíduos segundo uma lógica da asistência. A partir de elementos heterogêneos, criam-se as populações de 'desempregados' segundo um conjunto complexo de interações clientes-instituições de socorro. As práticas institucionais de inscrição, de controle, de gestão dos inscritos tendem a difundir, na interação, expectativas quanto aos comportamentos dos 'clientes'. Essas 'antecipações institucionalizadas' são normas de comportamento às quais os desempregados são convidados a se conformar. Sua difusão tende a criar formas individuais de 'desempregado', pela imposição de um "*label*", de uma etiqueta que homogeniza a população que a ela está submetida"*.[47]

Portanto, há uma correlação estreita entre a pecepção e a representação do desemprego pelos indivíduos, de um lado, e a existência de instituições de enquadramento, de outro. Segundo Salais, Baverez et Reynaud, no anos trinta, essa relação é identificada pelas medidas estatísticas do desemprego. "*As declarações que conduzem à classificação do desempregado no recenseamento são relativamente mais freqüentes lá onde as posições institucionais de desempregados são bem definidas e têm uma forte e antiga implantação*".[48] Assim, as medidas estatísticas mostram que a distância entre o desemprego socorrido e o desemprego recenseado diminui na medida em que se passa dos departamentos rurais aos departamentos mais industrializados e urbanizados. Esta relação é mais forte nas cidades de mais de dez mil habitantes. Ela é mais fraca na agricultura e entre as mulheres. Enfim, "*lá onde o emprego e o desemprego tornam-se objeto de processos sociais de recorte e contagem, o estatístico faz uma 'boa' medição. Por exemplo, o número de desempregados que ele encontrará será próximo do número de desempregados institucionais. A visão é 'clara', porque a força do trabalho social de enquadramento levou a uma homogeneização das categorias de percepção dos indivíduos.*[49]

---

[47] « *Les fonds de secours instituent une procédure sociale d'enregistrement d'individus, selon une logique d'assistance. A partir d'éléments hétérogènes, se créent des populations de 'chômeurs', selon un ensemble complexe d'interactions 'clients'- institutions de secours. Les pratiques institutionnelles d'inscription, de contrôle, de gestion des inscrits tendent à diffuser dans l'interaction des attentes quant aux comportements des 'clients'. Ces 'anticipations institutionnalisées' sont des normes de comportement auxquelles les chômeurs sont invités à se conformer. Leur diffusion tend à créer des formes individuelles de 'chômeur', par l'imposition d'un 'label', d'une étiquette qui homogénéise la population qui leur est soumise*. (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 110)

[48] « *Les déclarations conduisant au classement de chômeur dans le recensement sont relativement plus fréquentes là où les positions institutionnelles de chômeurs sont bien définies et ont une forte et ancienne implantation*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 118)

[49] «*... là où l'emploi et le chômage font l'objet de processus sociaux de découpage et de dénombrement, le statisticien fait un 'bon' dénombrement. Par exemple, le nombre de chômeurs qu'il trouvera sera proche du nombre de chômeurs institutionnels. La vision est 'claire' parce que la force du travail social de mise en forme a conduit à mieux homogénéiser les catégories de perception des individus*. » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 120)

A crise dos anos trinta levou a um novo modelo de intervenção do Estado na economia. A convenção keynesiana inaugura um pacto social e político no qual aas novas formas de gestão da mão-de-obra e de aumento constante da produtividade estão associados a um crescimento do poder de compra dos trabalhadores e ao pleno emprego. Este norma do pleno emprego torna-se o ponto a partir do qual as políticas públicas sobre o mercado de trabalho são propostas e implementadas. Esse modelo de regulação se estende para o conjunto das sociedades industrializadas durante o período do pós-guerra e passa a modelar as representações à respeito do trabalho e do desemprego. O efeito desta situação é a intensificação abrupta das taxas de desemprego nas regiões onde o emprego assalariada e a grande empresa estavam menos implantadas. A representação social segundo a qual o emprego equivale a um "posto de trabalho a tempo completo e com uma duração indeterminada" torna-se o modelo a partir do qual a população ativa percebe e define sua condição no mercado de trabalho, em detrimento das atividades independentes, agrícolas e irregulares.

Por outro lado, a importância crescente do Estado na organização do mercado de trabalho se expressa através das políticas públicas de emprego e desenvolvimento econômico. É com este espírito que as políticas de nacionalização, de descentralização industrial e de criação de um sistema de seguridade social são implementadas. No fim dos anos cinqüenta, o seguro-desemprego substitui o financiamento da indenização dos desempregados por um sistema coletivo sob a responsabilidade do Estado, constituindo-se também um sistema público de coleta e tratamento de informações estatísticas. É assim que o desemprego torna-se um "categoria autônoma" que resulta da separação entre o "*trabalho assalariado*" e o "*desemprego administrado pelas instituições estatais*", escapando "*à lógica da assistência para tornar-se uma peça essencial no funcionamento do mercado de trabalho*".[50]

1.6. A invenção do desemprego e as formas não assalariadas de trabalho

O desemprego como problema social torna-se visível apenas com a progressão do assalariamento. É preciso que a força de trabalho torna-se uma mercadoria e que esta forma social se generalize para que a categoria desemprego seja objeto de conhecimento científico e de debate público. Dizer que o desemprego, enquanto problema social, é um produto do

[50] «*... à la logique de l'assistance pour devenir une pièce essentielle au fonctionnement du marché du travai.* » (Salais, Baverez e Reynaud, 1986, p. 147)

assalariamento significa afirmas que os indivíduos não encontram outra forma para garantir sua subsistência senão através da venda de sua força de trabalho. Para os trabalhadores, não é mais possível, como no passado, satisfazer diretamente as necessidades econômicas utilizando os próprios meios e instrumentos de trabalho. Tal fato suporia a existência de uma economia familiar e doméstica na qual os trabalhadores detém e controlam seus meios de produção, não estando deles dissociados. Em um tal estado de divisão social do trabalho, o trabalho é imediatamente a produção de bens e serviços destinados à satisfação das necessidades dos membros da unidade doméstica e/ou familiar, ainda que haja a produção de excedentes econômicos apropriados por outrem. Em tais circunstâncias sociais, não se pode falar propriamente em desemprego, ainda que a privação de trabalho, renda ou de bens necessários à sobrevivência possa ocorrer. Em princípio, a divisão do trabalho no seio da unidade doméstica assegura um lugar na produção para todos os seus membros.

Na medida em que as relações de produção capitalistas avançam, acompanhada da progressiva expropriação dos meios de produção e dos instrumentos de trabalho dos trabalhadores, cada vez mais estes são obrigados a buscar fora da unidade doméstica privada os meios necessários à sua sobrevivência. Tal fato supõe, inicialmente, um processo histórico de destruição das formas pré-capitalistas de produção. Ele supõe, em seguida, o desenvolvimento da divisão social do trabalho e a aparição de novos sujeitos no interior do processo produtivo, os trabalhadores assalariados, proprietários de sua própria força de trabalho, e o capitalistas, proprietários dos meios de produção industriais, isto é, do capital.

Esta divisão social do trabalho produz o trabalho assalariado, ou seja, uma situação de dependência dos trabalhadores em relação ao capital. O emprego daquele depende deste. Esta situação de dependência torna os trabalhadores vulneráveis face aos movimentos do capital. Enfim, a lógica da acumulação capitalista determina em grande medida os destinos dos trabalhadores assalariados.

No entanto, o avanço das relações de produção capitalistas não leva nem imediatamente nem necessariamente à destruição das formas não capitalistas de trabalho, o que pode ter importantes repercussões sobre a emergência do desemprego como fenômeno social dotado de visibilidade pública. Além do mais, essa emergência do desemprego não depende apenas da existência das relações salariais, mas do grau de organização e estruturação dessas relações. O processo de estabilização dessas relações salariais é o que Topalov chama de “relação salarial moderna”.

Logo, a gênese do desemprego moderno não é contemporânea àquela das relações de assalariamento. Se é verdade que o desemprego é um produto do avanço do assalariamento, é verdade também que ele é o resultado apenas de suas formas modernas, bastante distintas daquelas produzidas pela primeira revolução industrial. Segundo topalov, é somente a partir da "relação salarial moderna", caracterizada pela estabilização do vínculo salarial, que o desemprego se constitui enquanto categoria social diferenciada. Anteriormente, não se pode verdadeiramente falar de desemprego. A privação de trabalho no século XIX não significava a existência do "desemprego" no sentido que se atribui a esse termo atualmente. A noção moderna de desemprego resulta de um trabalho realizado pelos reformadores sociais com o objetivo de estabilizar e disciplinar a força de trabalho. Trata-se, pois, de uma verdadeira invenção que, pouco a pouco, estabeleceu uma distinção entre várias categorias sociais confundidas pelas práticas de assistência daquele período:

« *Se os reformadores sociais tomam a iniciativa de combater a irregularidade crônica do emprego, é porque eles compreenderam que a 'questão social' só poderá ser resolvida através de uma mudança radical dos modos de vida operários, o que supõe mudanças das próprias condições sociais*." Tratava-se de "*regularizar o emprego para a maioria da população e de eliminar do mercado de trabalho aqueles que não se submeteriam à nova norma. Tratava-se talvez de liquidar as formas 'estagnadas" do 'exército industrial de reserva'ao qual Marx se atribuía, trinta anos mais cedo, uma importância decisiva para a primeira industrialização. Por isso, uma estratégia diferenciada segundo as categorias alvo do empreendimento reformador. Para os trabalhadores estabilizados nas relações de assalariamento que viessem a ficar sem trabalho por razões econômicas e independentes de suas vontades, um seguro-desemprego interviria nos períodos em que estivessem sem emprego.*"[51]

Segundo o autor, esta "norma social" do emprego regular e estável, a partir da qual os desempregados serão distingüidos dos vagabundos, dos doentes, dos inválidos, enfim, das outras categorias sociais 'sem trabalho', "*é, primeiramente, construída para a parte masculina da população trabalhadora, mais especificamente os adultos – os homens casados – e os nacionais*

[51] « *Si les réformateurs sociaux entreprennent de s'attaquer à l'irrégularité chronique de l'emploi, c'est qu'ils ont compris que la 'question sociale' ne pourra être résolue que par un changement radical des modes de vie ouvriers et que celui-ci passe par des changements des conditions sociales elles-mêmes.* » Il s'agissait de « *régulariser l'emploi pour le plus grand nombre, et d'éliminer du marché du travail ceux qui ne se soumettraient pas à la nouvelle norme. Peut-être s'agit-il là de liquider les formes 'stagnantes' de 'l'armée industrielle de réserve ' dont Marx montrait une trentaine d'années plus tôt l'importance décisive pour la première industrialisation. D'où une stratégie différenciée selon les catégories cibles de l'entreprise réformatrice. Pour les travailleurs stabilisés dans le salariat qui viendraient à chômer pour des causes 'industrielles' indépendantes de leur volonté, une assurance-chômage interviendrait dans les périodes où ils sont sans emploi*. » (Topalov, 1994, p. 57)

– aqueles a quem é reconhecido, com o estatuto de cidadão, um direito particular ao 'trabalho nacional'. Ela se acompanha, portanto, de exclusões que contribuirão a constituir em categorias 'naturalmente' distintas os trabalhadores – mulheres, jovens, estrangeiros e, nos Estados Unidos, negros – cuja condição precária no assalariamento é requerida pela organização capitalista do trabalho ao nível da firma e para o ajustamento do volume global de emprego às necessidades conjunturais da atividade econômica."[52]

Portanto, esse projeto reformador, segundo mostra Topalov, promoveu o fortalecimento de desigualdades sociais, tratando distintamente diferentes categorias da população trabalhadora. Para esses reformadores, seria preciso mudar o modo de vida da classe trabalhadora, estabilizando e regulamentando as condições de emprego dessas categorias alvos. A mobilidade profissional e geográfica destes trabalhadores no século XIX era vista como uma ameaça à ordem social. Ela implicava uma autonomia e uma independência dos operários em relação ao trabalho e ao uso do tempo. Esses trabalhadores podiam escolher seus empregos, deslocando-se de um lugar a outro à procura das melhores oportunidades de trabalho. Ao entrar e sair livremente das relações salariais, eles podiam, ainda, escapar à disciplina do trabalho industrial e ao controle do capital. Nestes termos, esse projeto de reforma é o produto da constituição de relações sociais de classe visando estabilizar não apenas determinados setores da classe operária, mas as relações de produção capitalistas e o processo de acumulação de capital.

Segundo Topalov (1994), para os trabalhadores pouco qualificados, sobretudo para as mulheres e para as crianças, a situação era um pouco distinta. Nas grandes cidades, estes trabalhadores estavam ligados às formais eventuais de trabalho que permitiam ampliar as estratégias familiares de subsistência : « *as 'faxineiras' ficam à margem do assalariamento, mas não param de trabalhar, em particular quando os homens estão desempregados. Elas vendem, nas feiras e nas ruas, elas entregam o pão, elas fazem faxinas, elas lavam roupas, fazem as compras, realizam trabalhos à domicílio e vão às vezes às fábricas... As jovens seguem muito cedo o destino de suas mães, enquanto os rapazes,logo após o final da escolarização obrigatória ou à margem desta, multiplicam os pequenos trabalhos de entregador, de vendedor de jornais, ajudante, varredor nas oficinas... Esses trabalhos em pedaços, intermitentes e relativamente autônomos das mulheres e das crianças de operários nas grandes cidades não os prepara em*

[52] « *... est d'abord construite pour la partie masculine de la population laborieuse, plus spécifiquement des adultes - les hommes mariés - et des nationaux - ceux à qui est reconnu, avec le statut de citoyen, un droit particulier sur le 'travail national'. Elle s'accompagne donc d'exclusions qui contribueront à constituer en catégories 'naturellement' distinctes les travailleurs - femmes, jeunes, étrangers et, aux Etats-Unis, noirs - dont le rapport précaire au salariat reste requis par l'organisation capitaliste du travail au niveau de la firme et l'ajustement du volume global de l'emploi aux besoins conjoncturels de l'activité économique.* » (Topalov, 1994, p. 22)

nada à disciplina industrial e, além do mais, permitem ao pai em manter-se quando não há trabalho e, muito freqüentemente, à esquivar-se das coerções do assalariamento. Ao mesmo tempo, essas práticas contribuem para reforçar a diferenciação das situações dos homens e das mulheres em relação ao emprego. Quando a relação salarial moderna tiver terminado de se impor na maior parte da indústria, ela será, sobretudo, um 'privilégio' masculino, enquanto que o recuo das formas antigas de atividade tenderá, primeiramente, à empurrar as mulheres para as margens dos novos mercados de trabalho".[53]

Segundo Topalov, as formas marginais e não capitalistas de trabalho permaneceram durante muito tempo fora do alcance desse projeto de reforma que privilegiou certas categorias específicas da classe trabalhadora. Essas formas de trabalho, porém, nunca deixaram de ser cruciais para a sobrevivência das camadas mais vulneráveis da população, pelos menos enquanto um amplo sistema de proteção social não se generalizou para o conjunto da sociedade, como é o caso da França e dos países europeus mais desenvolvidos economicamente.

Essa especificidade do processo histórico de formação e desenvolvimento do desemprego enquanto categoria social específica e diferenciada é de fundamental importância para compreender o processo de emergência dessa categoria social no Brasil, pois neste país essas formas marginais e não capitalistas de trabalho não só não foram destruídas e eliminadas pelo processo de modernização econômica, mas continuaram a existir e se fortaleceram entre amplas parcelas da população como alternativa de sobrevivência. Neste caso, na ausência ou fragilidade da norma do trabalho assalariado estável – a condição salarial moderna – a emergência e a consolidação do desemprego como fenômeno social diferenciado torna-se extremamente problemática.

---

[53] « *... les 'ménagères' restent en marge du salariat, mais ne cessent pas de travailler, en particulier quand l'homme chôme. Elles vendent, à l'étalage ou au panier, elles portent le pain, elles font des ménages, blanchissent, coursent, prennent des travaux à domicile et vont parfois dans les fabriques... Les jeunes filles suivent très tôt le destin de leur mère, tandis que les jeunes garçons, dès la fin de la scolarité obligatoire ou en marge de celle-ci, multiplient les petits emplois de coursiers, vendeur de journaux, manutentionnaire, balayeur dans les ateliers... Ces travaux morcelés, intermittents et relativement autonomes des femmes et des enfants d'ouvriers dans la grande ville ne les préparent guère à la discipline industrielle et, de plus, permettent au père de tenir lorsqu'il n'y a pas d'ouvrage et, trop souvent, à esquiver les contraintes du salariat. En même temps, ces pratiques contribuent à renforcer la différentiation des situations des hommes et des femmes vis-à-vis de l'emploi. Lorsque finira par s'imposer le rapport salarial moderne dans une grande part de l'industrie, ce sera surtout un 'privilège' masculin, tandis que le recul des formes anciennes d'activité tendra d'abord à repousser les femmes aux marges des nouveaux marchés du travail*. (Topalov, 1994, pp. 52-53)

1.7. A crise contemporânea da categoria desemprego

Nos últimos trinta anos, sobretudo durante a década de 1990, observou-se um forte crescimento das taxas de desemprego no mundo e particularmente nos países europeus.[54] Assim, o desemprego torna-se fonte de debates e polêmicas no meio político e na mídia.

É neste contexto que o desemprego se torna também objeto de investigação científica e de intenso debate acadêmico, seja no âmbito de uma economia do emprego, seja no âmbito mais específico de uma sociologia do desemprego. No primeiro caso, a noção de crise refere-se, sobretudo, a uma "crise do emprego". Nela, dissolve-se a "norma do emprego" que prevalesceu durante os anos de ouro do capitalismo mundial baseada tanto no "pleno emprego" como no "emprego estável" por toda a vida.[55] Nestes termos, as mutações no mercado de trabalho e o déficit estrutural de empregos manifestam-se não apenas por uma escassez na geração de novos postos de trabalho, mas também por um processo de precarização do emprego. Multiplicam-se as modalidades de contratação até então consideradas atípicas, como o contrato de trabalho por prazo determinado[56], o trabalho temporário, o trabalho em tempo parcial, os estágios e os contratos relacionados à aprendizagem profissional.

No âmbito de uma sociologia do desemprego, a noção de crise refere-se também a uma "crise da categoria desemprego" como referente estável. Neste caso, é a "norma do desemprego" que é posta em questão, tendo em vista a implosão da representação tradicional do desemprego como privação provisória e transitória de emprego.(Demazière, 1992) O desemprego torna-se não apenas um fenômeno de massa, mas também uma experiência cada vez mais recorrente e prolongada nas trajetórias ocupacionais dos trabalhadores. Tal fato produz um efeito importante tanto sobre as identidades desses trabalhadores privados de emprego como sobre o "estatuto social" dos mesmos a partir das políticas públicas de tratamento e combate ao fenômeno.

---

[54] No início dos anos setenta, contabilizavam-se apenas 250.000 desempregados na França, correspondente a uma taxa de 2%, segundo a pesquisa sobre o emprego (Enquête sur l'emploi). Em 1974, já são mais de 500.000 desempregados e, em 1977, mais de um milhão. A cifra de dois milhões de desempregados é ultrapassada em 1982. O ápice desse crescimento é atingido em meados dos anos noventa, sendo contabilizados mais de 3,2 milhões de desempregados, em 1995. (Desmazière, 2006) Segundo o INSEE, a taxa de desemprego no França é de 12,4% em março de 1994. (INSEE, 1997) Nos anos seguites, essas taxas diminuem, sendo de 9,5%, em 2004. Nos demais países europeus, essa evolução é bastante similar, ainda que as taxas médias de desemprego na França sejam mais altas que no conjunto dos países europeus.

[55] Na França, a norma do emprego estável expressa-se juridicamente no Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado, o CDI (Contrat à Durée Indeterminée), como forma hegemônica de regulação das relações de trabalho.

[56] Em francês, o Contrat à Durée Determinée (CDD).

Segundo Demazière (1992), o "desemprego de longa duração"[57], cada vez mais identificado e codificado pelas políticas públicas de tratamento do problema do desemprego na França, é um dos sintomas principais dessa "crise de representação do desemprego". Esse tipo de desemprego provoca uma re-categorização do desemprego, deslocando e desestabilizando os contornos de sua categorização tradicional, definida pela curta duração e provisoriedade. Na apresentação de sua pesquisa sobre o desemprego de longa duração na França, Demazière afirma : "*A hipótese de base desta pesquisa é de que esta forma de desemprego* [de longa duração] *engendra transformações das categorizações da privação de emprego e coloca em questão as representações à propósito do desemprego de longa duração e as identidades dos desempregados de longa duração. Apesar de sua autonomização como modo de designação de certas formas de privação de emprego, o desemprego de longa duração mostra-se uma categoria incerta, ambígua, ambivalente, pois largamente contraditória com a norma do desemprego*."[58]

Segundo Demazière, com a emergência de um desemprego de massa e durável vão multiplicar-se os estudos sobre esse fenômeno. Cada vez mais, estes estudos vão tratar de um problema crucial, que é o dilema de "sair do desemprego" por parte dos desempregados de longa duração. Se um desempregado é, segundo a norma vigente, um indivíduo cujo estatuto social é o de um "ativo, disponível e à procura de trabalho", o desemprego de longa duração coloca em xeque as fronteiras tradicionais entre o desemprego, o trabalho e a inatividade. Frequentemente, os desempregados de longa duração abandonam a procura de trabalho, tendo em vista suas chances muito fracas de encontrar um novo emprego.

Assim, segundo Demazière, diferentes tipos de estudos vão mostrar as diversas dimensões dessa crise de representação provocada pelo desemprego de longa duração. Por um lado, os estudos sobre as características dessa população vão abordar o problema sob o ponto de vista da "empregabilidade", isto é, dos "*fatores individuais suscetíveis de explicar um distanciamente prolongado do emprego e a medir a distância em relação ao emprego dessas populações*."[59] O acúmulo de déficits individuais (qualificação, saúde, idade) por parte dos desempregados, em um contexto de elevada escassez de emprego, produz um deslocamento na própria noção de procura de emprego, um dos pilares fundamentais da norma do desemprego. Com chances muito fracas

[57] A esse propóstito ver Demazière, 1992.

[58] « *L'hypothèse de base de cette recherche est que cette forme de chômage engendre des transformations des catégorisations de la privation d'emploi et met en question les représentations à propos du chômage de longue durée et les identités des chômeurs de longue durée. Malgré son autonomisation como mode de désignation de certaines formes de privation d'emploi, le chômage de longue durée reste une categorie incertaine, ambiguë, ambivalente, car largemente contradictoire avec la norme de chômage*. » (Demazière, 1992, p. 14)

[59] «*... facteurs individuels susceptibles d'expliquer un éloigment prolongé de l'emploi et à mesurer la distance à l'emploi de ces populations »*. (Demazière, 1992, p. 15)

de encontrar um novo emprego, esses indivíduos ou abandonam essa procura ou são submetidos a um tratamento especial pelas instituições e políticas públicas destinadas a recolocá-los no mercado de trabalho. Esses desempregados de longa duração constituem, no entanto, uma categoria heterogênea de difícil tratamento, apresentando situações diversas e ficando a meio caminho entre a atividade e a inatividade.

Por outro lado, outro tipo de estudos vão enfocar mais precisamente as políticas públicas e as instituições destinadas a administrar essa população, mostrando uma crescente "autonomização" da categoria "desemprego de longa duração". A fixação da procura de emprego através de instituições especializadas em registrar e tornar oficial a regularidade dessa procura, certificando publicamente a qualidade de demandante de emprego, torna-se problemática, pois a escassez de emprego provoca um conjunto de situações ambíguas e de difícil classificação. Os desempregados de longa duração estão cada vez mais distantes dessa noção tradicional de uma procura regular de emprego. Em suas experiências, multiplicam-se as tentativas frustradas de obter um novo emprego, impondo-se um forte desalento entre esses indivíduos. Definitivamente, o desemprego parece não mais inscrever-se no registro tradicional de uma experiência curta e provisória.

É assim que, em seu estudo sobre o desemprego de longa duração na França, Demazière propõe uma abordagem sociológica peculiar sobre o desemprego, investigando essa crise de representação a partir de duas dimensões principais, uma dimensão macrossociológica e uma dimensão microssociológica. Essa distinção permite a esse autor definir a categoria desemprego em dois níveis distintos : o desemprego como "categoria de representação", ou simplesmente "categoria oficial", "categoria institucional", e o desemprego como "categoria identitária", que posteriormente, em outros estudos, será chamada de categoria nativa. Trata-se de investigar de que forma novas representações sociais podem ser forjadas na articulação desses diferentes níveis de categorização do desemprego.

No nível macro, a emergência e consolidação da categoria desemprego de longa duração é uma expressão da crise do desemprego como categoria de representação. Essa nova categoria social emergente coloca em xeque a tradicional distinção entre "desemprego" e "pobreza". Tradicionalmente, tanto nas estatísticas oficiais como nos estudos sociológicos (Ledrut, 1966), o desemprego de longa duração era peremptoriamente excluído da categoria desemprego. Os indivíduos privados de emprego com longa duração, em geral acima de um ano, eram considerados inempregáveis face às suas condições de vida marcadas pela vulnerabilidade. Em sua *Sociologia do desemprego*, publicada em 1966, Ledrut desenvolve uma tipologia do

desemprego na França na qual essa situação de privação prolongada de emprego foi classificada como "desemprego de exclusão". Esses indivíduos, devido a uma situação de "inferioridade social" em razão de seus déficits pessoais (idade, doença, invalidez), não eram considerados como "verdadeiros desempregados".

Assim, em um processo de categorização das situações de desemprego, procurava-se distinguir os "verdadeiros" dos "falsos" desempregados. Os desempregados de longa duração, enquadrados na última condição e, em geral, considerados inempregáveis, eram antes de mais nada assimilados à categoria dos pobres. Vale registrar que essas interpretações e representações do fenômeno do desemprego ocorrem em um contexto de pleno emprego e de escassez de mão-de-obra.

A emergência de um desemprego de massa e durável modifica completamente o contexto social e o modo de classificação e categorização do desemprego. Cada vez mais, a dificuldade de encontrar um emprego estável e o prolongamento da duração do desemprego deixa de ser interpretada como um problema diretamente relacionado à pobreza e que remeteria a uma dimensão puramente individual. A categoria de desempregado de longa duração diversifica-se e descola-se, em parte, daquela dos pobres, inferiorizados pelas suas condições de saúde, idade ou qualquer outro fator que tornam esses indivíduos, de alguma forma, "deficientes". É neste sentido que multiplicam-se os dispositivos institucionais destinados a tratar essa parcela de desempregados, freqüentemente integrada por jovens e trabalhadores adultos, tornando-a uma categoria autônoma e ambígua em relação às representações tradicionais do desemprego. O problema da empregabilidade estará no centro desse processo institucional de tratamento dessa forma emergente de desemprego e, cada vez mais, a situação, o enquadramento e o tratamento dos indivíduos afetados por um desemprego de longa duração será baseado em estimações sobre sua empregabilidade e em outros critérios subjetivos de julgamento que procuram estimar a "motivação", a vontade, o desejo dos indivíduos de procurarem emprego e de voltarem a trabalhar.

Ao mesmo tempo em que investiga a formação desses dispositivos institucionais de tratamento dessa população, que levam a uma "autonomização da categoria desemprego de longa duração", em si mesma contraditória com a categoria tradicional de desemprego, Desmazière propõe igualmente uma outra abordagem para investigar o fenômeno. Trata-se de apreendê-lo como uma "categoria identitária", mobilizada pelos desempregados em suas interações com os agentes públicos diretamente encarregados de fazer a gestão dessa população.

É assim que o autor propõe uma abordagem metodológica destinada a observar as interações face a face entre essa duas categorias de atores sociais : os agentes públicos da Agência Nacional pelo Emprego - ANPE[60], movidos pelas "*lógicas de categorização e tratamento*" a partir das normas e regras institucionais, e os desempregados de longa duração, movidos pelas "*lógicas de reivindicação e de reação*" a essas normas e regras. A observação direta dessas interações é acompanhada da realização de entrevistas individuais com os respectivos atores após a observação das interações face a face. Segundo Demazière, tal abordagem permite ultrapassar uma concepção determinista e unilateral do processo de construção da categoria desemprego. Assim, as "categorias identitárias" não seriam apenas o produto e o resultado de "categorias oficiais" impostas unilateralmente pelos agentes profissionais. Estabelece-se, efetivamente, um processo de negociação entre esses atores sociais, que leva à formação de "*configurações identitárias*" imprevistas. A crise da categoria desemprego como categoria oficial faz com que os agentes não possam oferecer alternativas certas e seguras para os desempregados de longa duração. Esses agentes precisam reinterpretar as regras e normas institucionais a fim de aplicá-las em situações concretas, cada vez mais heterogêneas e complexas. Os desempregados, por sua vez, reagem de maneira ativa a esse processo de definição da situação, construindo suas próprias interpretações e critérios para encontrar a melhor saída possível para resolver suas situações precárias e instáveis.

Demazière mostra que há sempre um amplo espaço de negociação possível, de tal forma que diferentes estatutos alternativos podem ser propostos e negociados (uma pré-aposentadoria, estágios de formação, atividades de qualificação profissional, uma dispensa de procura de trabalho, a transferência para estatutos no âmbito da assistência social). Assim, a categoria desemprego não é nem uma "categoria oficial", estável e definitiva, imposta exteriormente aos atores individuais, nem uma "categoria individual" vivida a partir de uma experiência puramente subjetiva.

Assim, nas palavras de Demazière (1992) : *Esta dupla abordagem mostra que o desemprego de longa duração é irredutível à vivência singular dos indivíduos duravelmente privados de emprego como às grandezas estatísticas e administrativas que organizam as intervenções públicos e representações sociais : ele é o resultado de um processo de construção resultante da confrontação entre as lógicas individuais inscritas nas trajetórias sociais e submetidas a determinações estruturais e as estratégias institucionais enraizadas nos espaços*

[60] Em francês, "*agence national pour l'emploi*".

sociais e profissionais e marcadas pelas contingências das biografias e das intersubjetividades."[61]

Enfim, a partir de um enfoque que procura superar tanto as abordagens puramente interacionistas, pressupondo uma autonomia do nível da interação, da relação face a face, como as abordagens estruturalistas, pressupondo mecanicamente uma determinação das estruturas e normas coletivas sobre as ações individuais, Demazière integra em sua análise tanto a esfera institucional como as atividades individuais e as experiências biográficas. A hipótese de uma crise da categoria desemprego é amplamente confirmada, o que se expressa no forte grau de incerteza no modo pelo qual "formas identitárias" alternativas são construídas e negociadas no processo de interação entre os atores sociais.

O resultado de processo de negociação é heterogêneo, desembocando tanto na exclusão de certos grupos de desempregados de longa duração do estatuto de desempregado, como na confirmação de outros grupos nesse mesmo estatuto socialmente reconhecido. Outras situações intermediárias são também identificadas, em geral situações muito críticas, nas quais estabelece-se uma forte tensão e conflito entre as expectativas dos desempregados e aquelas dos agentes profissionais. O direito ao seguro-desemprego e/ou a outras formas de seguro ou assistência social, está no centro dessas tensões. O que está em jogo, no entanto, não é apenas a dimensão econômica do desemprego, que remete ao problema da reprodução material dos indivíduos desempregados, mas também uma dimensão social, que remete ao problema da identidade social desses desempregados, isto é, às formas como eles se reconhecem e são reconhecidos socialmente pelos outros. Neste sentido, pode-se afirmar que o estatuto de desempregado está a meio do caminho entre outros modos e estatutos sociais de reconhecimento dos indivíduos.

1.8. Uma sociologia do desemprego em termos de categorização social

Dizer que o desemprego é uma categoria social não significa afirmar apenas sua condição de realidade historicamente construída. Significa afirmar também que os modos de categorização dessa realidade são heterogêneos e instáveis, modificando-se no decurso do tempo. Essa

[61] « *Cette double approche montre que le chômage de longue durée est irrédutible au vécu singulier des individus durablement privés d'emploi comme aux grandeurs statistiques et administratives qui organisent les interventions publiques et représentations sociales : il est le résultat d'un processus de construction résultant de la confrontation entre des logiques individuelles inscrites dans les trajectoires sociales et soumises à des déterminations structurelles et des stratégies institutionelles enracinées dans des espaces sociaux et profissionnels et marqués par les contingences des biographies et des intersubjectivités.* » (Demazière, 1992, p. 23)

heterogeneidade e mutabilidade da categoria desemprego não ocorre apenas em um tempo a longo prazo. Essa diversidade expressa-se também em um mesmo espaço social.

Em seu estudo sobre o desemprego de longa duração, Demazière (1992) define as categorias como "*recursos cognitivos e performativos construídos e utilizados pelos atores para desenvolver suas atividades no mundo social*."[62] O autor distingue, a seguir, as *categorias normativas*, oficiais, das *categorias identitárias*. As primeiras são categorias objetivadas, em torno das quais existe um relativo consenso. No entanto, elas não são fixas, pois quando o consenso é quebrado, a operacionalização dessas categorias torna-se problemática. É nisto que consiste a crise. O desemprego como categoria oficial se expressa tanto nas definições estatísticas como nas regras administrativas de gestão da privação de emprego. Essas categorias objetivadas, fixadas em convenções, regras e procedimentos administrativos contribuem decisivamente para orientar e organizar as percepções individuais sobre o desemprego.

Deste modo, as *categorias identitárias* são definidas por Demazière (1992) como "*recursos que organizam as comunicações entre os atores e são definidas e discutidas no curso das interações*."[63] Elas são mobilizadas, portanto, nas interações face à face e podem ser objeto de uma análise sociológica em um nível microssocial.

Portanto, uma sociologia do desemprego em termos de categorização procura identificar o processo de categorização do desemprego tanto como "categoria oficial" quanto como "categoria nativa".[64] O pressuposto fundamental dessa abordagem é que toda atividade social supõe um processo de categorização social. Categorizar é classificar, organizar, distribuir os fenômenos em grupos segundo critérios de classificação específicos, segundo uma certa concepção da realidade. As categorias assim construídas pelos atores sociais em suas atividades no mundo não têm apenas uma função de conhecimento dessa realidade. Toda atividade de categorização implica, mais do que uma representação do mundo, uma produção desse mesmo mundo. Essa atividade de categorização constitui-se, portanto, em um importante objeto de investigação da sociologia, pois ela é constitutiva da produção da realidade social.

Em sua apresentação de uma sociologia do desemprego em termos de categorização social, Demazière (2003) afirma que "*a categorização social não se limita, portanto, à produção*

---

[62] «*... ressources cognitives et performatives construites et utilisées par les acteurs pour développer leurs activités dans le monde social*. » (Demazière, 1992, p. 18)

[63] «*... des ressources qui organisent les communications entre les acteurs, et sont définies et discutées au cours d'interactions*. » (Demazière, 1992, p. 19)

[64] Em seus trabalhos posteriores, Demazière utiliza o termo "categoria nativa" ao invés do termo "categoria identitária". Tal mudança deve-se, provavelmente, ao fato de que o primeiro termo tenha uma significação mais ampla, não remetendo necessariamente ao problema da identidade dos atores sociais.

de categorias oficiais, formais e dotadas de uma certa estabilidade, ela passe também pela emergência das categorias nativas, mais ou menos locais, tendo uma extensão variável, discutidas permanentemente e submetidas a revisões repetidas."[65] Assim, se as categorias oficiais são dotadas de uma certa estabilidade, o mesmo não ocorre com as categorias nativas. A investigação desse processo de categorização do mundo pelos indivíduos em situação é, pois, um dos objetos fundamentais da sociologia. Nos mesmos termos, uma sociologia do desemprego não pode restringir-se a uma análise do processo histórico de categorização oficial do desemprego, mas deve ampliar-se no sentido de investigar a experiência de mundo dos desempregados e os processos de categorização em curso por eles realizados.

Para Demazière, a atividade de categorização do mundo implica uma série de dimensões específicas. Ela é primeiramente um processo de seleção de propriedades significativas da realidade. Ela é ainda uma atividade linguística de construção dessa mesma realidade, o que implica não apenas na mobilização de conceitos e categorias, mas na definição de uma rede de conceitos e relações na qual se situam esses conceitos e categorias. Essa atividade é ainda uma atividade moral, implicando um sistema de valores, crenças e sentimentos. Finalmente, essa atividade de categorização tem a característica de organizar a experiência. Por isso, categorizar não é mobilizar categorias fixas, cujo sentido é estável, mas redefinir conceitos, julgar o que é pertinente ou não, aplicar critérios de seleção em situações concretas, nuançar as categorias estabelecidas, relativizá-las, negá-las, recompor os critérios de classificação. Categorizar o mundo é, finalmente, uma atividade inventiva, nunca mera reprodução do existente, uma imposição de cima para baixo. A categorização não é apenas um processo vertical, mas também um processo horizontal, é atividade dos sujeitos no mundo.

Neste sentido, Demazière propõe a hipótese de que a sociologia do desemprego, ao produzir um conjunto de interpretações sobre as experiências vividas dos desempregados, contribuiu para distanciar as pesquisas sociológicas de uma problemática em termos de categorização social, seja pelo empirismo reinante, seja pelo caráter pragmático das pesquisas que procuravam dar respostas aos problemas suscitados pela intervenção do Estado através das políticas públicas. Além do mais, prevalesceu na sociologia uma certa sensibilidade teórica que privilegiou sempre o processo de categorização social como uma atividade institucional, vertical, desconhecendo ou relegando as categorizações nativas a um plano secundário.

[65] *«... la catégorisation sociale ne se limite donc pas à la production de categories officielles, formelles e dotées d'une certaine stabilité, elle passe aussi par l'émergence des catégories indigènes, plus ou moins locales, ayant une extension variables, discutées en permanence et soumises à des révisions répétées.* » (Demazière, 2003, p. 37)

É assim que Demazière irá propor uma tipologia das formas de categorização do desemprego no interior da sociologia. Não se trata apenas de reconhecer que o processo de categorização é heterogêneo, que, além de uma categorização oficial do desemprego, existe também uma categorização nativa sobre a qual a sociologia deve se debruçar. Trata-se de identificar e inventariar a maneira pela qual os sociólogos constroem suas explicações sobre o desemprego, suas próprias formas de categorização do fenômeno. Aqui, a distinção não será mais apenas entre "categorias oficiais" e "categorias nativas", mas entre "categorias práticas" e "categorias analíticas". As categorias práticas são formadas pelas anteriores (oficiais e nativas). As categorias analíticas são aquelas construídas e mobilizadas pelos sociólogos para explicar o mundo social.

Além das abordagem que consideram a categoria desemprego de um ponto de vista estritamente oficial e institucional, como é o caso das teorias convencionalistas da invenção do desemprego, anteriormente apresentadas, o autor identifica pelos menos quatro modos específicos de categorizar e investigar o fenômeno do desemprego no interior de uma sociologia do desemprego. Não se tratam de escolas sociológicas distintas, mas de diferentes sensibilidades teóricas na maneira de investigar as experiências de desemprego. Demazière classifica esses modos de categorização sociológica do desemprego, essas diferentes sensibilidades, segundo o nível de importância teórica atribuída às categorias nativas construídas pelos desempregados em suas experiências de desemprego. As categorias analíticas assim construídas se afastam mais ou menos dessas categorias nativas, atribuem a elas mais ou menos importância, aproximando-se mais ou menos ou mesmo aderindo às categorias oficiais. Outro critério distintivo dessas diferentes abordagens é a capacidade que possuem de interpretar as articulações entre as categorias oficiais e as categorias nativas. Todas essas abordagens, e as pesquisas a partir das quais elas foram construídas, têm em comum o fato de tentarem conhecer de perto o mundo dos desempregados, desenvolvendo técnicas de observação qualitativas e bastante aprofundadas de suas experiências de vida. No entanto, os resultados encontrados são muito diversos.

Segundo Demazière, um primeiro tipo de abordagem, cujo exemplo paradigmático é o estudo liderado nos anos trinta por Lazarsfeld sobre os desempregados de Marienthal[66], o desemprego é visto como uma *experiência unificada e unívoca*. Trata-se de uma abordagem que constrói uma representação bastante homogênea da realidade do desemprego, favorecida, neste caso, por se tratar de um estudo sobre operários de uma pequena cidade afetada pela crise

[66] Em francês, *Les chômeurs de Marienthal* (Lazarsfeld, P., Jahoda, M. e Zeisel, H., 1981).

econômica e pelo desemprego em massa. O desemprego é definido como uma experiência marcada pela ausência de sentido, pelo vazio, pela degradação das condições de vida. Neste caso, não é efetivamente dada a voz aos desempregados. As categorias nativas ficam encobertas por um ponto de vista homogeneizante das experiências de desemprego.

No segundo tipo de abordagem, cujo exemplo paradigmático é o estudo de Ledrut publicado em 1966 e intitulado *Sociologia do desemprego*, mais uma vez as categorias nativas são expurgadas da análise sociológica, que procura construir uma tipologia e classificar os desempregados a partir dos critérios oficiais de definição do desemprego. Logo, segundo Demazière, a realidade dos desempregados aparece como um conjunto de *experiências ordenadas e objetivas*, segundo os critérios dominantes das categorias oficiais. Trata-se de uma perspectiva normativa que procura medir as experiências pela maior ou menor proximidade com o modelo oficial e dominante de desemprego.

Nos dois tipos de abordagem relatados acima, prevalesce uma metodologia de tipo dedutiva e uma concepção objetivista do mundo social. Segundo Demazière, as pesquisas que estão na base dessas concepções de desemprego "*alimentaram e legitimaram uma visão sociológica do desemprego que o define como uma experiência desestabilizante e traumatizante, uma catástrofe implicando humilhação, apatia, anomia e despossessão*."[67]

No terceiro tipo de abordagem, cujos vários exemplos pode-se destacar o estudo de Schnapper, publicado em 1984, intitulado *A provação do desemprego*[68], a ênfase é deslocada para as categorias nativas, em uma tentativa de apreender o mundo vivido dos desempregados. Ao contrário das abordagens anteriores, a autora procura mostrar, neste caso, a existência de uma pluralidade de experiências, irredutíveis a um conjunto homogêneo de significações. Essa pluralidade de maneiras de viver o desemprego desemboca, no entanto, em um forte subjetivismo. Neste caso, segundo Demazière, as categorias nativas são reações às categorias oficiais, ao modo dominante de definir a experiência social do desemprego, intrinsicamente negativa. A idéia mesmo do desemprego como "provação" implica já uma forte categorização dessa experiência como sendo essencialmente problemática. Outros exemplos são dados pelo autor, com implicações semelhantes na categorização sociológica do desemprego. Nestes estudos, as categorias nativas estão demarcadas das oficiais e lutam contra estas.

---

[67] «*... ont alimenté et légitimé une vision sociologique du chômage qui le définit comme une expérience déstabilisante et traumatisante, une catastrophe entraînant humiliation, apathie, anomie, dépossession.* » (Demazière, 1995, p. 93)

[68] Em francês, *L'épreve du chômage* (Schnapper, D., 1994).

No quarto e último tipo de abordagem, cujos exemplos são as pesquisas levadas a cabo pelo próprio autor, uma das quais é referida acima, o desemprego é categorizado como *experiências instáveis e situadas*. Neste caso, as categorias nativas também têm um estatuto teórico fundamental e são investigadas em contextos específicos. Nas interações face à face entre desempregados de longa duração e agentes das agências de emprego (ANPE), a categorização do desemprego é um processo interativo e negocial, constituindo-se como um jogo de linguagens. Assim, pontos de vistas distintos são confrontados e a categorização é mais o resultado de um processo de ajustamento desses pontos de vista do que de um processo de etiquetagem social.

Em outra pesquisa realizada por Demazière e Dubar[69] são investigadas, a partir de entrevistas biográficas aprofundadas e abertas, as trajetórias de jovens em situação de inserção profissional. Em geral, são jovens sem ou com baixa qualificação profissional e que transitam entre empregos precários. O estudo mostra que as categorizações nativas desses jovens são construídas de forma bastante autônoma em relação às categorias oficiais. Estas últimas parecem não oferecer um quadro de referência pertinente a partir do qual esses jovens definem seu mundo e sua situação no mercado de trabalho. A linguagem utilizada por esses jovens cristaliza esse distanciamento. O enorme inventário de categorias oficiais disponíveis permanece à distância. Estes jovens desenvolvem um discurso peculiar, um código narrativo próprio, um léxico específico. É sobre essa dimensão que a pesquisa se concentra, pois a linguagem é concebida como o veículo de uma forma particular de viver o mundo, ela expressa esse mundo e ela o define. Os autores do estudo resumem a experiência de mundo desses jovens a partir de uma fórmula linguística sintetizada no termo francês "*galère*", que significa pena, sofrimento, viver na instabilidade do trabalho duro, sem recompensas. As narrativas desses jovens são chamadas pelos autores como "narrativas de '*galère*'". Nesse esquema de representação do mundo, o termo desemprego não aparece como uma categoria pertinente de auto-identificação. Neste sentido, os jovens produzem, antes de mais nada, "categorias mudas", mesmo querendo e esperando obter um verdadeiro emprego que os permita escapar dessas experiências penosas e instáveis de trabalho.

Em outros estudos do mesmo autor, este problema da articulação entre categorias nativas e categorias oficiais reaparece novamente, de tal forma que, no curso da investigação, é sempre colocado em evidência a autonomia do processo de categorização nativa em relação à

[69] Demazière, D. e Dubar, C., 1997.

categorização oficial, sem que esta última deixe de ser referência para a primeira. Os estudos sobre movimentos e coletivos de desempregados também expressam esse modelo interpretativo.

Alguns desses coletivos, organizados em torno de uma procura sistemática de emprego, se distanciam da categorização oficial reforçando um dos critérios oficiais centrais na definição do desemprego, a procura de trabalho. Essa aparente ambiguidade só pode ser compreendida e desvendada na medida em que se penetra nas concepções de mundo e no modo peculiar de categorização da situação de desemprego realizada por esses indivíduos. Para eles, o desemprego é, antes de mais nada, uma condição e uma identificação que precisa ser evitada, pois ela é representada como um tipo de comportamento passivo no mercado de trabalho. O desempregado, o demandante de emprego inscrito nas agência públicas de intermediação, é um assistido, é alguém que se coloca em uma posição de dependência, de espera em relação ao Estado e suas políticas de tratamento. Segundo Demazière, ao reforçar o modelo normativo do verdadeiro desempregado, aquele indivíduo motivado na procura de trabalho, esses coletivos deslocam o processo de categorização do desemprego, identificando-se não como desempregados ou demandantes de emprego – expressões oficiais carregadas de um significado negativo – mas como procuradores[70] de emprego ou ainda como oferecedores de serviço, sempre caracterizados pela motivação, pelo dinamismo, pela determinação, pela responsabilidade, ou seja, um conjunto de atributos que na avaliação desse atores os afastam da condição oficial de desempregados. Percebe-se, portanto, um processo de re-significação da categoria desemprego, considerada negativa, e de reforço de um modelo liberal de integração do indivíduo no mercado de trabalho. Neste sentido, esses indivíduos participantes desses coletivos não se consideram "desempregados", mas "trabalhadores ativos", a procura de trabalho constituindo mesmo uma dimensão de seu trabalho e não primordialmente uma privação de trabalho.

Em um sentido muito diferente dos coletivos anteriores, outros grupos de desempregados, organizados principalmente na forma de movimentos sociais, apresentam, segundo Demazière, uma outra vivência de mundo, expressa em formas discursivas e linguísticas específicas, em outros princípios de categorização. A partir de um contexto social bastante distinto, fundamentado no interesse em constituir uma identidade coletiva, de fundar uma ação comum contra as formas de exclusão do desemprego, os integrantes destes movimentos não definem o desemprego como uma marca desvalorizante, um estigma a ser evitado. Ao contrário, ser um desempregado é um signo de distinção, é um modo de integração nesse coletivo. Por isso, a

[70] Em francês, « *chercheurs d'emploi* ».

categoria desemprego não só é mobilizada pelo grupo como "categoria identitária", como seu sentido é ampliado para além dos limites da categoria oficial. Assim, o processo de categorização nativa obedece a outros princípios, definindo como desempregados tanto indivíduos sem emprego quanto indivíduos com emprego, mas que no passado foram desempregados. Trata-se de um processo de categorização em situação que leva em consideração os estatutos oficiais, mas deles se afasta significativamente. Trata-se, antes de mais nada, de lutar coletivamente contra o desemprego como uma forma de exclusão e privação imposta pelo sistema capitalista.

1.9. Desemprego e experiência biográfica : um estudo comparativo

Uma última referência a uma sociologia do desemprego em termos categorização social faz-se aqui necessária. Apresenta-se a seguir alguns resultados de uma pesquisa comparativa que investigou as experiências de desemprego em três países distintos, França, Japão e Brasil. Do projeto participaram vários pesquisadores dos três países. Vários encontros, simpósios, artigos e publicações foram realizados e apresentados desde então. Nesta avaliação crítica, serão levados em consideração, principalmente, os resultados referentes à realidade brasileira, uma vez que, na ausência de uma sociologia do desemprego no Brasil, preocupada em investigar as experiências de vida dos desempregados, esta pesquisa se constitui em uma contribuição pioneira e exemplar.

Nela procurou-se investigar o desemprego como experiência biográfica. A noção de experiência biográfica adquire, neste caso, um sentido preciso. Trata-se de investigar o mundo vivido dos desempregados, a maneira pela qual eles constroem um conjunto de significados de suas experiências de vida no trabalho e no desemprego. Distanciando-se de uma abordagem objetivista, a proposta é de evitar uma metodologia de observação puramente descritiva do mundo dos desempregados e de suas condições de vida. A hipótese dos investigadores é de que "*as experiências de desemprego em sua diversidade não manifestam uma distância a uma norma do bom desempregado,o que constrange aqueles que a vivem à fazer uma bricolagem de respostas distanciadas dos programas institucionais.(Douglas, 1986) Essa perspectiva se apóia no fato de que o sentido institucionalizado do desemprego tende a se esvaziar, uma vez que ele se apóia em um programa que não é mais operacional : uma saída rápida de uma privação temporária de emprego, acelerada ainda por uma procura ativa de emprego. Os indivíduos não podem mais, portanto, encontrar nesse programa os recursos suficientes para dar sentido à sua*

situação. É preciso combinar outras interpretações, inventar outras significações."[71] Assim, a experiência de desemprego é considerada uma situação problemática, o que torna o recurso metodológico de análise das experiências biográficas um instrumento importante e adequado para investigar as diferentes maneiras de enfrentar essa situação em diferentes contextos sociais, culturais e institucionais. Em qualquer desses países, o trabalho constitui uma referência social e econômica importante, um mecanismo fundamental de acesso à renda e à satisfação das necessidades dos indivíduos.

O recurso às entrevistas biográficas foi o caminho metodológico escolhido para dar conta, explorar e apreender as significações construídas pelos desempregados de suas condições de privação de emprego. Assim, a maneira de contar, de dizer, de mobilizar as palavras e a linguagem das narrativas constitui-se em um elemento metodologicamente central. Trata-se de apreender as categorias nativas a partir das quais esses desempregados definem sua situação. Não se trata apenas de definir um léxico específico, mas de apreender os modos de argumentação, os princípios e os esquemas a partir dos quais esses desempregados representam o mundo. Os discursos assim recolhidos não têm o estatuto de simples representações da realidade, de meros veículos de descrição do mundo. Eles constituem-se em meios de construção do mundo social desses atores. Eles são narrativas de experiências. Nestes termos, o social toma forma na e pela linguagem, pois é através dela que os indivíduos são socializados e se apropriam do mundo.(Demazière, Guimarães e Sugita, 2005, p. 71-75).

Uma amostra de entrevistados foi definida e delimitada em cada país, segundo um conjunto de critérios e os respectivos contextos institucionais, de tal forma que a seleção dos entrevistados levou em consideração a importância das variáveis sexo, idade e categoria sócio-profissional na configuração do fenômeno do desemprego. Quatro sub-populações-alvo foram assim identificadas e privilegiadas : jovens do sexo masculino e feminino ; mães de família, vivendo ou não com um cônjuge ; operários industriais vítimas das políticas de reestruturação produtiva ; e, finalmente, classes médias, homens ou mulheres, situados em posições intermediárias na estrutura ocupacional e/ou que tinham tido experiências de progressão na carreira profissional.

---

[71] «*... les expériences du chômage dans leurs diversité ne manifestent pas des distances à une norme du bon chômeur, qui contraint ceux qui la vivent à bricoler des réponses à l'écart des programmes institutionnels (Douglas, 1986). Cette perspective s'appuie sur le fait que le sens institutionnalisé du chômage tend à se vider, parce qu'il s'appuie sur un programme qui n'est plus suffisamment opératoire : une sortie rapide d'une privation temporaire d'emploi, accélérée encore par une recherche active d'emploi. Les individus ne peuvent donc plus y trouver les ressources suffisantes pour donner du sens à leur situation. Il leur faut bricoler d'autres interprétations, inventer d'autres significations.* » (Demazière, Guimarães e Sugita, 2006, p. 68-69)

As entrevistas[72], abertas e aprofundadas, foram realizadas em condições diversas, segundo a realidade de cada país, a partir de uma questão inicial que dava ao entrevistado ampla liberdade de abordar o tema proposto, em torno de sua situação em relação ao trabalho remunerado.

As entrevistas, gravadas e transcritas, não foram analisadas a partir de uma grade de temas ou de conceitos previamente formulados destinados a reorganizar o discurso dos entrevistados. Na análise, evitou-se, portanto, a utilização de uma lógica exógena ao discurso dos entrevistados. Tratava-se de apreender seus códigos narrativos, as categorias sociais que organizam seus mundos. Deste modo, a análise desenvolveu-se em três etapas distintas, através das quais procurou-se identificar : primeiramente, a definição de situação proposta pelos entrevistados ; em segundo lugar, a identificação de semelhanças e dissemelhanças entre as diversas entrevistas, em uma tentativa de identificar maneiras típicas de interpretar a situação ; e, em terceiro lugar, a construção de uma tipologia, sintética, que reduz a diversidade de pontos de vistas em alguns tipos gerais.

Deste modo, as entrevistas foram agrupadas em categorias significativas, não segundo um critério previamente definido, nem mesmo segundo as características dos entrevistados, mas segundo uma lógica essencialmente interna aos discursos produzidos. Não foi proposta uma tipologia de entrevistas a partir de categorias teóricas previamente definidas. As narrativas foram sendo agrupadas e tipificadas a partir das próprias categorias nativas mobilizadas pelos entrevistados para definir suas situações de vida e suas experiências. Tratou-se de privilegiar uma metodologia essencialmente indutiva de apreensão e classificação das experiências vividas de desemprego.

O resultado desse método de investigação foi a identificação de maneiras típicas de definir a situação, expressas em fórmulas linguísticas sintéticas propostas pelos investigadores. Essas maneiras típicas foram apresentadas a partir de figuras exemplares, casos particulares que expressam um tipo específico de definição da situação. Para cada país, foi apresentado um conjunto amplo de figuras exemplares e maneiras típicas de definir a situação dos desempregados.

Após, as semelhanças e dissemelhanças entre os países foram identificadas e categorias transversais de análise foram sendo propostas e mobilizadas em uma perspectiva comparativa. Ao final do processo, uma matriz comum de análise foi construída a fim de classificar o conjunto das entrevistas. Essa matriz já não expressava mais as maneiras de "dizer" o desemprego, situadas em

[72] Foram realizadas 78 entrevistas na França, 112 no Japão e 60 no Brasil. Cada grupo ou sub-população correspondeu a 25% da amostra (Demazière, Guimarães e Sugita, 2006, p. 76)

um nível mais concreto. Ela define esquemas que organizam as definições de situação, sem a pretensão de reduzir o espaço de significação das experiências de desemprego nesses três países. Tratou-se, antes de mais nada, de tentar balisar a diversidade de experiências através de categorias mais abstratas. Assim, foram propostos quatro pólos de identificação das narrativas. Estes pólos não pretenderam nem resumir nem consdensar e nem mesmo esgotar as significações do desemprego. Eles contribuíram para organizar a complexidade do espaço de significações. As narrativas situavam-se mais ou menos próximas desses pólos, quais sejam :

1. Em um primeiro pólo, as narrativas são consideradas como "narrativas de atividade", nas quais os indivíduos estão empenhados em fazer coisas (atividades remuneradas ou não). Neste caso, a experiência do desemprego aparece como uma "experiência de transbordamento".
2. Em um segundo pólo, as narrativas são consideradas como "narrativas de privação", nas quais os indivíduos sentem-se bloqueados e paralisados pelo desemprego. Neste caso, a experiência de desemprego aparece como uma "experiência vazia".
3. Em um terceiro pólo, as narrativas são consideradas como "narrativas de acesso ao emprego", nas quais os indivíduos estão mobilizados para a obtenção de um trabalho remunerado. Neste caso, a experiência de desemprego aparece como uma "experiência a ser superada".
4. Em um quarto pólo, as narrativas são consideradas como "narrativas de retirada da atividade", nas quais os indivíduos procuram uma situação alternativa e suportável, uma aposentadoria, por exemplo. Neste caso, a experiência de desemprego aparece como uma "experiência a ser evitada".

Em cada país, esses tipos de narrativas se apresentam e se combinam de maneiras diferentes, uns prevalecendo sobre outros. Assim, em cada um deles foi possível identificar uma "configuração" específica do desemprego, sendo propostos três esquemas nacionais que constituíam matrizes específicas de experiências de desemprego que prevaleciam em cada contexto nacional.

Na França, onde o desemprego encontra-se fortemente institucionalizado e enquadrado pela intervenção do Estado, as experiência subjetivas são fortemente orientadas pelas normas institucionais. Assim, os indivíduos orientam suas práticas a partir de estratégias no sentido seja de "superar" o desemprego, através da procura de emprego, seja de "evitar" o desemprego, na busca de um estatuto alternativo (inatividade). As respostas a esses dilemas estão fortemente enquadradas institucionalmente por um conjunto complexo de dispositivos administrativos. Por isso, as "narrativas de acesso ao emprego" nas quais o desemprego é uma "experiência a ser ultrapassada" tornam-se o modelo de referência, com uma grande importância também das

“narrativas de retirada da atividade” nas quais o desemprego é uma “experiência a ser evitada”. De qualquer forma, na França, essas experiências são fortemente socializadas pela presença das instituições públicas de tratamento do problema do desemprego.

No caso japonês, as condições institucionais são bastante distintas daquela observada na França, prevalecendo um modelo mais individualista, baseado na responsabilidade pessoal na superação das experiências de desemprego. Porém, como no caso francês, a procura de trabalho aparece como uma referência normativa, isto é, estar desempregado no Japão significa se engajar na procura de uma novo emprego. Porém, muito freqüentemente, o desemprego aparece como uma “experiência vazia”, o que é o resultado de uma conjuntura econômica de escassez de emprego, de aumento do tempo de duração do desemprego, o que é uma realidade relativamente nova nesse país. É importante registrar também que, no Japão, as relações de gênero têm um caráter fortemente estruturante. Para as mulheres, o papel de mãe e dona de casa tem um peso enorme em suas práticas sociais. Neste caso, uma saída do desemprego para inatividade é um caminho comum entre as mulheres casadas e com filhos.

No caso brasileiro, as condições institucionais são completamente diferentes daquelas existentes nos outros dois países. Um grau muito baixo de institucionalização do desemprego, de mecanismos de proteção e de políticas de intervenção e tratamento, faz com que as normas oficiais não sejam uma referência central nas experiências individuais. Nestes termos, as narrativas se apresentam como “narrativas de atividade” e o desemprego como “experiência de transbordamento”. Os frágeis mecanismos de proteção social fazem com que os indivíduos busquem estratégias de sustentação baseadas em um tipo de solidariedade de proximidade, na família, na vizinhança, na assistência religiosa, etc. Por isso, o modelo dominante no Brasil é aquele do “ter que se virar”, o que os autores chamam de “ter que se virar organizado”. Neste sentido, o desemprego é pouco marcado socialmente, não sendo a privação de trabalho que organiza as significações dos indivíduos, mas as “atividades remuneradas”.

Um outro recorte analítico, em termos de relações sociais, também é proposto neste estudo. Neste caso, o conceito de relações sociais é operacionalizado em termos puramente descritivos. A partir da mesma matriz teórica e dos mesmos procedimentos analíticos acima descritos, as quatro sub-populações referidas na composição da amostra foram tomadas como base de referência para distribuir os “tipos de narrativa” e as respectivas “experiências de desemprego”. Neste sentido, prevalesce um modelo teórico em termos de categorização social. Isto é, o ponto de partida da análise são as significações construídas e narradas pelos indivíduos em suas experiências de desemprego e organizadas teoricamente segundo a matriz acima referida.

É a partir dessa matriz que as experiências dos atores sociais concretos (jovens, mães, operários e classes médias) são analisadas. Por isso, esses atores são considerados apenas em termos de variáveis, em termos puramente descritivos. Não são as trajetórias e as experiências concretas desses atores sociais ocupando uma posição específica no espaço social que são tomadas como objeto de investigação. Esses atores em relação, suas posições, práticas e representações não são tomados como ponto de referência central na análise. Eles são abstraídos desse contexto relacional e tomados como produtores de significados através da linguagem, independentemente de suas posições e relações sociais.

Especificamente para o caso brasileiro, os resultados encontrados desse modelo analítico revelam que entre os jovens e as classes médias (gerentes), as experiências de desemprego se constituem muito mais como relação ao trabalho do que como relação com a privação de trabalho, estando, estas duas categorias, mais próximas do modelo geral aplicado ao caso brasileiro do "ter que se virar organizado". Para essas duas categorias, o desemprego é por excelência uma condição que os impele à atividade, sendo uma experiência de transbordamento. Para os operários, essa experiência se aproxima mais do vazio da privação de emprego e do desalento, uma vez que essa categoria é uma das mais afetadas pela baixa perspectiva de encontrar um novo emprego, apresentando uma baixa empregabilidade. Entre as mães, a situação se divide entre o retorno à inatividade, o desalento, e as práticas de procurar qualquer tipo de trabalho, o ter que se virar.

Enfim, este estudo conclui, no que diz respeito às relações sociais de sexo, que a situação das mães está fortemente estruturada em torno da tensão entre a inscrição na atividade profissional e a inscrição no universo doméstico. Freqüentemente, o retorno à inatividade não é uma decorrência, para as mulheres, de um desejo pessoal, mas o resultado das obrigações domésticas, de um lado, e das dificuldades de encontrar um emprego, de outro. Deste modo, as relações sociais, de uma maneira geral, e as relações sociais de gênero, em particular, contribuem decisivamente para estruturar as experiências de desemprego, para definir e redefinir os contornos desse fenômeno cada vez mais incerto no mundo contemporâneo.

1.10. Em direção a uma sociologia do desemprego em termos de relações sociais

Apesar de importante e pertinente, uma sociologia que procura investigar os processos sociais de categorização do desemprego, tanto como categoria oficial quanto como categoria

nativa, não deixa de apresentar uma série de dificuldades e limites. A fim de propor um modelo analítico capaz de integrar as contribuições de uma sociologia dos processos de categorização social em direção a uma sociologia das relações sociais, propõe-se, aqui, dois níveis distintos de observações sobre a abordagem acima apresentada .

No primeiro nível, pretende-se problematizar sociologicamente a distinção epistemológica proposta por Demazière entre "categorias analíticas" e "categorias práticas". A crítica da produção sociológica realizada por Demazière apóia-se no modo pelo qual o autor interpreta a relação entre "categorias analíticas" e "categorias práticas" nas diversas abordagens sociológicas. Isto é, o autor tenta identificar de que modo as categorias analíticas são capazes de dar conta da heterogeneidade e complexidade das categorias práticas.

A crítica fundamental às abordagens sociológicas em geral e, particularmente, às abordagens sociológicas do desemprego, refere-se à redução objetivista das categorias analíticas. Essa redução é particularmente presente nas tradições mais objetivistas, cujo exemplo paradigmático é a sociologia durkheimiana, estando também presente mais recentemente na história das ciências sociais nas diversas vertentes estruturalistas. No interior dessas tradições sociológicas diversas, o processo de categorização do mundo é essencialmente um processo vertical, operado de cima para baixo pelas instituições, pelo Estado, pelas classes dominantes, pelas ideologias, pelos discursos especializados, segundo as diversas correntes. Uma importância secundária ou um completo descaso às categorizações nativas faz com que as pesquisas sociológicas se concentrem nesses espaços institucionais ou políticos considerados privilegiados na produção da realidade social. As categorizações oficiais constituem o núcleo e o objeto fundamental da sociologia. O mundo social é considerado um mundo estável e organizado.

Neste sentido, Demazière procura identificar e reconhecer um outro tipo de sensibilidade teórica capaz de levar em consideração esse processo de categorização nativa, plural, heterogêneo, horizontal, freqüentemente negligenciado pelas tradições teóricas dominantes. Estas outras abordagens sociológicas tenderiam, portanto, a interpretar a produção de categorias sociais como um processo contínuo de produção e transformação de significados, o mundo social deixando de ser uma realidade estável. O foco, neste caso, desvia-se das "estruturas estáveis", dos significados estabilizados, para os processos concretos de produção da vida social, para as relações e interações entre os atores sociais. Nestes termos, as categorias nativas passam a ter um estatuto teórico central e as próprias categorias oficiais são consideradas como o produto de uma atividade de negociação permanente entre os atores sociais. Para esta sensibilidade teórica, a atividade lingüística tem uma importância crucial no processo de investigação e interpretação

sociológica, pois as categorias analíticas precisam levar em consideração o modo pelo qual os atores sociais dizem o mundo, o instituem ou o transformam através de suas atividades significativas e discursivas.

De fato, o modelo apresentado por Demazière é mais refinado e o resumo aqui expresso não traduz toda complexidade das relações entre "categorias analíticas" e "categorias práticas". O objetivo aqui proposto não é de reproduzir exaustivamente o modelo proposto pelo autor, mas de introduzir algumas observações críticas. Sugere-se que um certo dualismo teórico (categorias analíticas e categorias práticas ; categorias oficiais e categorias nativas) está na base de uma imagem abstrata das formas de categorização do mundo social. A identificação dessas formas de categorização social, que não são nada mais do que modos de definir a realidade pelos atores sociais, constitui mesmo a finalidade principal da análise sociológica. Ao atribuir uma certa prioridade aos jogos de linguagens, às formas de dizer o mundo, às categorizações nativas dos atores sociais e, particularmente, ao organizá-las segundo critérios puramente internos ao corpus de observação, essa abordagem sociológica estaria passando ao largo de uma série de assimetrias e tensões não imediatamente perceptíveis nas atividades de categorização social observadas. De fato, um certo empirismo estaria imbutido na idéia de que o método indutivo seria mais adequado na apreensão desse mundo vivido dos atores sociais em contraposição a uma perspectiva sociológica objetivista, essencialmente dedutiva. O método indutivo justificaria, neste caso, a ausência de uma teorização prévia, capaz de oferecer uma quadro de referência a partir do qual essas categorizações nativas podem ser apreendidas e interpretadas. Objeta-se, no entanto, que essa ausência de teoria, essa ênfase indutivista, esconde uma teorização implícita e latente do mundo social. Enfatiza-se, porém, que a aspiração de apreender as experiências vividas do mundo e as definições de situação dos atores concretos é totalmente legítima e necessária na abordagem sociológica. Essa aspiração não deve deixar de considerar, porém, que essa apreensão é sempre seletiva, parcial, relativa, incompleta, operada segundo as categorias pertinentes do pesquisador. Sem retomar a crítica epistemológica ao empirismo proposta por Popper (1993), pode-se argumentar que o método indutivo leva ao problema da regressão da observação ao infinito. Assim, nunca se saberá, ao certo, qual é, de fato, o mundo vivido dos atores sociais observados. A noção de mundo vivido, de definição de situação, não deixam de ser, no entanto, importantes ferramentas teóricas de apreensão da realidade social e é como tais que devem ser consideradas.

Para avançar um pouco mais nas críticas acima propostas, um outro tipo de observação se faz necessário, de um ponto de vista de uma sociologia da ciência. A distinção entre categorias

analíticas e categorias práticas é de caráter teórico-epistemológico. Ela está sociologicamente fundamentada na noção de ciência como prática social e institucional. Se a produção de conhecimentos, a atividade intelectual e, particularmente, a atividade científica sociológica é uma atividade social, uma atividade prática, logo as categorias da ciência, suas categorias analíticas estão também ancoradas no mundo social. Logo, do ponto de vista sociológico, as "categorias analíticas" são, antes de mais nada, "categorias práticas", ainda que, epistemologicamente, elas possam ser distingüidas. Este registro não é apenas retórico e não se pretende com ele fazer o inventário das relações entre categorias analíticas e as condições sociais que as tornam pertinentes e mobilizáveis. Este seria um trabalho para a sociologia da ciência. O que se quer registrar é que as categorias analíticas estão ancoradas em categorias práticas. Este fato tem consequências epistemológicas evidentes.

Se é verdade que as categorias analíticas são dotadas de autonomia e refletem as tensões peculiares ao campo científico, é verdade também que elas estão ancoradas em determinadas representações do mundo social, em certos julgamentos e modos de atribuir significado aos objetos de investigação. Logo, a construção do objeto nas ciências sociais está necessariamente permeada pelas categorias práticas, sociais e culturais, que fornecem um modo peculiar de recortar e selecionar o objeto de investigação. A esse respeito, o debate nas ciências sociais é bastante antigo, contrapondo a perspectiva positivista da neutralidade axiológica a outras perspectivas sustentando o caráter "valorativo", mais ou menos "comprometido" do conhecimento científico.

Assim, a investigação sociológica do desemprego é ela mesma um fenômeno sociologicamente marcado. Há uma série de tensões sociais que fazem com que o desemprego possa constituir-se como um objeto de conhecimento. Nenhuma sociologia do desemprego pode escapar às concepções e representações da realidade que constituem o mundo social. Não há, pois, ciência, nem sociologia, sem pressupostos sócio-político-culturais. Eles não apenas tornam possível a atividade científica, como constituem, no caso das ciencias sociais, suas categorias analíticas. Essas categorias analíticas são, antes de mais nada, categorias de representação do mundo que contribuem não apenas para conhecê-lo mas também para orientar a ação dos atores sociais. Vale registrar, porém, que não há uma relação mecânica de determinação desses níveis categoriais.

Nestes termos, uma sociologia das relações sociais apresenta-se explicitamente ancorada em certas categorias do mundo social, em categorias práticas, segundo as quais esse mundo é constituído por tensões entre atores sociais que ocupam diferentes posições no espaço social. O

próprio desemprego é produto dessas tensões. A sua constituição histórica e sua gênese como categoria social só pode ser compreendida como o resultado e como parte constitutiva dessas tensões. O desemprego como "categoria social" que se autonomiza a partir de uma gênese histórica e segundo um conjunto de transformações históricas singulares, não é, pois, essencialmente, o objeto de investigação sociológica nesta pesquisa. Uma sociologia do desemprego em termos de relações sociais toma primordialmente como objeto as relações sociais entre os atores sociais e as respectivas tensões que constituem e são constituídas pelas condições e experiências de privação de trabalho. Nestes termos, o desemprego como categoria social autônoma é mais uma dimensão dessas tensões e relações sociais. Por isso, o próprio termo desemprego encontra-se epistemologicamente deslocado.

Esta categoria social é não só o produto das relações e tensões sociais entre atores que ocupam posições diversas no espaço social, mas ela expressa apenas parcialmente as formas e experiências de privação de trabalho. O desemprego como "privação de emprego" é apenas uma das facetas da "privação de trabalho", cujos contornos e experiências precisam ser melhor investigados. Logo, não é primordialmente a partir da categoria desemprego que se define os contornos do objeto de investigação proposto nesta pesquisa, mas daquela de "privação de trabalho". As consequências teóricas e metodológicas dessa constatação são evidentes. É essa dimensão que é referida a seguir, no segundo nível de observações acima proposto.

Apesar de pertinente, a distinção entre "categorias oficiais" e "categorias nativas" também apresenta uma série de dificuldades teóricas e metodológicas. O risco de um certo dualismo e de uma certa reificação estão sempre presentes.

Esses níveis categoriais não são exclusivos e, em geral, não estão completamente separados nas atividades dos atores sociais. As categorias oficiais são categorias nativas que se firmaram, se consolidaram, se institucionalizaram. Isto é, em um espaço social de relações e tensões entre atores sociais diversos, algumas formais categoriais prevaleceram sobre outras. Este fato não pode ser tomado como dado. Ele precisa ser sociologicamente explicado. Neste sentido, sugere-se que a problemática do desemprego não coincide com a gênese e o desenvolvimento dessa categoria social como categoria diferenciada. A consequência disso é que a invenção do desemprego não é a invenção do problema da privação do trabalho, mas a invenção de uma categoria social que se torna oficial. A problemática do desemprego é, pois, anterior àquela de sua invenção como categoria oficial e institucional. A problemática do desemprego é, antes de mais nada, a problemática da "privação de trabalho" em uma sociedade formada por

trabalhadores que precisam estar ativos economicamente para garantir as condições necessárias à sua reprodução social.

Experiências de desemprego ou, mais precisamente, de privação de trabalho podem ser constatadas ao longo de toda a história do capitalismo moderno, muito antes da invenção do desemprego como categoria oficial e da estabilização das relações de assalariamento. Logo, impõem-se um vasto campo de investigação para as ciências sociais e, sobretudo, para os historiadores, a partir da seguinte questão : - De que forma e como os trabalhadores viviam e experimentavam suas condições de privação de trabalho ? Certamente, uma categorização nativa do mundo social era, naquele contexto histórico, produzida por esses trabalhadores. Portanto, a gênese do desemprego (aqui tomado no sentido amplo de privação de trabalho) não pode ser reduzida à sua invenção como categoria oficial.

É uma certa forma de conceber e representar o mundo social e, particularmente, o mundo do trabalho que conduz à formação dessa categoria diferenciada, a categoria desemprego. Esse modo de representar o mundo, essa forma de definir a realidade, esse modo de categorização da realidade que desemboca na categoria desemprego como categoria social diferenciada é, antes de tudo, uma modo nativo de categorização social. Logo, é preciso registrar que as formas de categorização do mundo não são todas elas iguais, simétricas, dotadas igualmente de força social e política. Ao contrário, elas são assimétricas, desiguais, apresentando forças diferenciadas em um espaço social de relações sociais que são relações de força materiais e simbólicas. As próprias categorias sociais mobilizadas, inventadas, modificadas, re-significadas, constituem esse espaço de relações e de forças.

Logo, a invenção do desemprego como categoria oficial não foi um evento qualquer. Em última instância, ele consolida a relação salarial e o emprego como relação social e forma de trabalho dominante, sancionado pelos aparatos públicos de regulação das relações entre os atores sociais. Esses aparatos institucionais, suas regras e códigos, suas convenções e procedimentos administrativos também constituem as relações sociais e as tensões entre os atores sociais. Essas instituições cristalizam, em última instância, relações de força assimétricas em um espaço social repleto de posições mais ou menos dominantes, mais ou menos dominadas e subordinadas. A história da gênese do desemprego como categoria social diferenciada é, antes de mais nada, a histórias dessas relações sociais e dessas tensões.

Logo, se as categorias oficiais são categorias nativas (que se tornam dominantes), expressando um certo ponto de vista sobre o mundo, implicando valores, uma certa concepção do trabalho e das relações no mundo do trabalho, parece ser necessário também dar visibilidade a

outras categorias nativas (não dominantes), supondo-se que o mundo social seja plural, heterogêneo[73]. Esse alargamento do campo de investigação sobre o desemprego, supõe, portanto, um corte epistemológico na maneira de construir o objeto de investigação. Ainda que uma sociologia das categorias sociais seja essencial, particularmente no caso do desemprego, ela é insuficiente para apreender o conjunto de condições que envolvem as experiências de privação de trabalho.

Outras consequências podem ser identificadas a partir desse recorte. O alargamento do campo de investigação não se dirige apenas para o passado, mas também para o presente e para o futuro, pois o que está no centro da problematização sociológica não é apenas a categoria desemprego em particular, mas a privação de trabalho em geral. A categoria desemprego é um elemento constitutivo central dessa problemática, pois ela cristalizou, historicamente, um certo modo de dizer, de expressar essa privação. Esse modo de dizer não é uma simples palavra, uma simples forma de expressão linguística, ela cristaliza relações sociais, relações de força. No Brasil, essa privação de trabalho é expressa, em grande parte, pela palavra "desemprego", o que constitui em si mesmo uma ambigüidade. Pois o termo desemprego supõe o termo emprego, supõe estar sem emprego. A privação de trabalho no Brasil não se restringe, porém, à privação de emprego. Freqüentemente, trabalhadores privados de trabalho (e não de emprego no sentido estrito) definem-se como desempregados. Isto é, observa-se que o termo desemprego extrapolou seu significado linguístico específico como falta de emprego, generalizando-se como falta de trabalho.

Por outro lado, pode-se estimar que as situações de privação de trabalho não são necessariamente expressas a partir dessa categoria social dominante. Pode-se estimar mesmo que essas privações não passem necessariamente por uma forma linguistica definida, formalizada, estável. De qualquer forma, mobilizável ou não, a categoria desemprego continua sendo uma referência social central para organizar as percepções sobre a privação de trabalho, cristalizando o emprego como referência normativa central. Neste sentido, ela não é uma categoria social neutra. Seu uso, através da linguagem, reforça a relação assalariada e o emprego como modelos de relação e forma de trabalho desejado, definindo mesmo um certo campo de percepção do mundo do trabalho e da realidade social. É por isso que uma sociologia dessas formas de categorização social do mundo é fundamental, apesar de insuficiente.

[73] Esta afirmação supõe alguns problemas metodológicos, quais sejam, os de investigar essas experiências e essas categorizações nativas em um passado histórico longínquo. Sem entrar nesse debate, tal fato precisa ser remetido à historiografia, a um problema metodológico de investigação que é, certamente, conhecido e dominado pelos historiadores. Neste caso, um diálogo disciplinar entre história e sociologia torna-se essencial.

Enfim, a sociologia do desemprego aqui proposta não se restringe a apreender o universo de categorias mobilizadas pelos atores em suas experiência do mundo. Essas experiências apresentam-se como atividades no mundo, atividades práticas, formas objetivas de organizar as relações e, também, atividades significativas, lingüisticamente elaboradas e contadas através das narrativas. Do ponto de vista, pois, de uma sociologia do desemprego em termos de relações sociais, a categoria teórica "privação de trabalho" torna-se central na apreensão das experiências de "desemprego/privação de trabalho". A categoria desemprego continua a ser uma categoria social prática e sociologicamente relevante. As ambigüidades de seu uso são, porém, inerentes a sua condição de categoria que torna possível a comunicação entre os atores sociais.

1.11. Desemprego e desigualdades de sexo : uma abordagem em termos de relações sociais de gênero

Para sustentar a necessidade de uma sociologia do desemprego em termos de relações sociais, apresentar-se-á, abaixo, dois exemplos distintos de como a problemática do desemprego se redefine na medida em que esse fenômeno é apreendido como sendo constituído e constituindo determinadas relações sociais. As relações sociais evocadas, neste momento, são as relações sociais de gênero. Serão analisados abaixo dois tipos de problemas teóricos distintos. No primeiro, tenta-se apresentar uma crítica às teorias da invenção do desemprego, tendo em vista a invisibilidade das relações de gênero e das respectivas categorias teóricas na interpretação histórica da gênese do desemprego. No segundo, discute-se o processo recente de expansão massiva do desemprego, no qual as taxas femininas apresentam-se, freqüentemente, muito superiores às taxas masculinas. Pressupõe-se que as relações sociais de gênero estão na base dessas taxas de desemprego diferenciadas entre os sexos. Elas são cristalizações das relações de gênero em transformação nas sociedades contemporâneas.

Se, por um lado, as teorias da invenção do desemprego colocam de forma muito perspicaz o problema da relação entre as diversas formas de trabalho – capitalistas e não capitalistas, assalariadas e não assalariadas – na emergência e consolidação do desemprego como categoria social autônoma, por outro, a percepção das desigualdades sociais entre as diversas categorias de trabalhadores não aparece como um problema sociológico a ser explicado. Nesta perspectiva, estima-se que o conjunto de reformas sociais e aparatos institucionais criados no momento histórico de emergência do desemprego como categoria social específica foram decisivos para

sedimentar essas desigualdades sociais (de sexo, de geração, de etnia) existentes naquele período histórico. Essas teorias não levam, porém, em consideração essa dimensão.

Nestes termos, o processo histórico de formação da categoria desemprego não parece estar constituído pelas relações sociais de gênero. Em outros termos, essas teorias não problematizam a divisão sexual do trabalho que está na raiz das desigualdades sociais que são produzidas e atualizadas naquele momento histórico pela ação dos reformadores. As diferenças de gênero são apenas apresentadas descritivamente, sem que elas estejam efetivamente integradas a um quadro teórico explicativo dessas desigualdades.

Efetivamente, o que escapa a essas teorias da invenção do desemprego é que as representações a partir das quais as reformas sociais e os aparatos institucionais foram produzidos e acionados estavam atravessados por concepções que atribuíam a homens e mulheres lugares e papéis diferenciados na vida social. Tais concepções não são nem identificadas nem problematizadas, as diferenças de gênero ficando naturalizadas por um discurso que as apreende como evidentes.

Portanto, o problema não é que essas desigualdades não sejam percebidas. Tanto os reformadores sociais da época como as teorias que interpretam suas práticas levam em consideração a existência dessas clivagens sociais. A divisão da sociedade em duas populações, aquela que se enquadra à norma e aquela que se encontra às suas margens, a presença das mulheres e dos jovens nas formas de trabalho precárias e ligadas ao espaço doméstico, enfim, a divisão sexual do trabalho na sociedade aparecem nos esquemas mentais desses reformadores e são apresentadas por essas teorias como o efeito de discriminações recorrentes. Estas, no entanto, são interpretadas muito mais como o produto de um certo estágio de desenvolvimento das relações econômicas do que de uma relação social assimétrica e desigual entre homens e mulheres que se expressa de forma complexa no mundo do trabalho remunerado. Assim, o trabalho precário feminino e o trabalho regular como um privilégio masculino aparecem como naturais, como o resultado de processos essencialmente econômicos.

Essa discriminação das mulheres no mercado de trabalho e no desemprego é explicitamente constatada por Salais, Baverez e Reynaud (1986). Segundo esses autores, a gênese da categoria desemprego está fundada sobre uma representação masculina do trabalho, uma vez que ela tomou como modelo o trabalho regular dos homens vinculados a um estabelecimento. É a partir desse modelo que os estatísticos elaboram uma primeira definição de quem são os desempregados na França, na virada do século XIX : os operários e os empregados sem trabalho,

cujo vínculo com a empresa é rompido. Esta definição é utilizada para medir o desemprego a partir do recenseamento de 1896.

O desemprego feminino, das trabalhadoras à domicílio, típico de certos setores como o têxtil e o de vestimento, não foi considerado pelos estatísticos. O modelo destes chocava-se com a percepção das próprias mulheres que se consideravam desempregadas devido ao rompimento do forte vínculo tinham com as empresas. Segundo os teóricos da convenção, esta contradição mostra as dificuldades inerentes ao processo de emergência da categoria desemprego. Estas seriam superadas apenas a partir da estabilização das relações de assalariamento, possível apenas com a criação do contrato de trabalho como instrumento de regulação das relações de trabalho e com a formação das grandes empresas como lugar de trabalho.

No entanto, nos anos trinta, as modalidades de regulação do trabalho e de suas flutuações apresentam ainda características diferentes segundo a natureza da atividade econômica. Freqüentemente, nas atividades em que prevalesce o trabalho feminino e onde as flutuações do trabalho são mais fortes, as taxas de desemprego são mais baixas. Ao contrário, o desemprego é mais expressivo justamente nos setores em que o trabalho é mais regular e estável, onde as flutuações são menos significativas.

Nas atividades irregulares e instáveis – utilizando o trabalho à domicílio, por exemplo – as formas de regulação são de natureza mais tradicional, realizada no âmbito das atividades familiares, domésticas e não capitalistas. Estas formas de regulação são observadas principalmente na zona rural, mas também no espaço urbano e as flutuações do trabalho aí observadas não se exteriorizam sob a forma de desemprego. Assim, no meio rural, a dupla atividade de um "operário-camponês", ou o "casamento" para as mulheres, funcionam como mecanismos de regulação do trabalho.

Assim, para essas teorias da invenção do desemprego, as diferenças e discriminações de gênero estão fundadas em diferenças econômicas. É porque as mulheres ocupam esses espaços econômicos marginais e secundários que elas não são devidamente levadas em consideração pelos reformadores e pelos estatísticos. A homogeneização das formas e relações de trabalho tenderiam, por isso, a eliminar tais discriminações.

Uma importante critica a essas teorias é proposta por Talahite (1995). Segundo a autora, essas teorias "*parecem se inscrever na tradição do pensamento econômico que não faz diferença*

entre os sexos."[74] As referências explíticas ao gênero são pouco freqüentes e o desemprego e o trabalho femininos não são adequadamente analisados sob esta perspectiva teórica.

Portanto, a análise da formação da categoria desemprego a partir dos modelos de representação dos estatísticos, dos juristas, dos reformadores sociais, não dá conta da complexidade das relações sociais de gênero que constituem esse processo. Segundo Talahite, a distinção entre um emprego feminino e um emprego masculino e a utilização deste último como modelo típico não corresponde plenamente à realidade da época. O emprego estável no estabelecimento não era um privilégio masculino. É o caso, por exemplo, das empresas estatais, como a indústria francesa de tabacos, na qual a mão-de-obra feminina era dominante. A diferenciação entre emprego masculino e feminino, utilizada como modelo de representação pelos estatísticos, não estava claramente fixado na realidade daquele período. Esse modelo tem, de fato, um caráter normativo que produz essa realidade:

"De uma certa maneira, pode-se dizer que essas categorias, aparentemente concebidas para exprimir a realidade, qualificando-a, são construídas sobre uma negação desta mesma realidade em seus aspectos mais salientes. Pode-se propor a hipótese de que é seu caráter normativo que explica essa negação. Hoje, é difícil para nós admitir isso, porque nosso conhecimento da realidade da época passa precisamente por essas categorias."[75]

De fato, o processo de elaboração de normas pelos estatíticos e pelos reformadores é marcada pelas representações de gênero de uma maneira mais central do que aparece nas teorias convencionalistas do desemprego. Freqüentemente, o trabalho feminino é utilizado como campo de observação. Porém, os códigos e as convenções resultantes aparecem como neutros e a situação das mulheres como "atípica", "fora das normas". Enfim, o conjunto de regras e normas "inventadas" tiveram a propriedade de fixar e produzir a realidade da época. "*Aqui, a elaboração de convenções não se reduz a simples representações, mas tem um papel ativo na configuração do real.*"[76]

Portanto, a autora sugere que a marginalização das mulheres no mercado de trabalho nos países industrializados está ligada à formação dessas convenções: "*O reconhecimento do*

---

[74] «*... semblent s'inscrire dans la tradition de la pensée économique, qui ne différencie pas entre les sexes*.» (Talahite, 1995, p. 43)

[75] « *D'une certaine manière, on peut dire que ces catégories, apparemment conçues pour exprimer, en la quantifiant, la réalité, sont construites sur une négation de cette même réalité dans ses aspects les plus saillants. On peut faire l'hypothèse que c'est leur caractère normatif qui explique cette négation. Il est difficile aujourd'hui pour nous d'admettre cela, parce que notre connaissance de la réalité de l'époque passe précisément par ces catégories*.» (Talahite, 1995, p. 45)

[76] « *Ici, l'élaboration de conventions ne se réduit pas à de simples représentations mais joue un rôle actif dans la configuration du réel*.» (Talahite, 1995, p. 49)

trabalho das mulheres se produziu nesses países em um momento no qual, no essencial, essas convenções já estavam fixadas."[77]

Os estudos mais recentes sobre mercado de trabalho mostram que as diferenças significativas na inserção de homens e mulheres no mercado de trabalho são também observáveis no desemprego. A atenção para este fenômeno ocorre sobretudo a partir dos anos oitenta, período no qual as taxas de desemprego aumentam assustadoramente nos países mais desenvolvidos do mundo capitalista, tornando-se o desemprego um fenômeno de massa. A persistência das taxas mais elevadas de desemprego feminino em relação ao masculino também tem exigido a mobilização de um modelo explicativo em termos de relações sociais de gênero. Examine-se mais detidamente esse fenômeno.

Segundo Maruani & Reynaud (1993), as estatísticas dos países europeus têm mostrado que as taxas de desemprego femininas são quase sempre mais altas que as masculinas, com exceção da Grã-Bretanha. Em 1992, a taxa de desemprego na Europa dos 12 era de 8,1% para os homens e 11,5% para as mulheres.[78] Esta desigualdade é igualmente observada por faixa etária. Em 1991, a taxa de desemprego nas faixas de menos de 25 anos de idade era de 15,6% para os homens e de 18,7% para as mulheres. Nas faixas acima de 25 anos de idade, essas taxas eram respectivamente de 5,5% e 8,8%. As mulheres eram mais afetadas também pelo desemprego de longa duração. As taxas de desemprego daqueles indivíduos que estavam há mais de um ano nesta situação eram de 3,1% para os homens e de 5,1% para as mulheres. Isto é, *a média européia coloca as mulheres na frente dos homens qualquer que seja a duração do desemprego »*[79].

Além do mais, existe uma forte desigualdade também em relação ao seguro-desemprego. Em 1991, 52% dos homens e 33% das mulheres recebiam este benefício. Entre os casados, estas cifras eram de 64% e 35% e entre os solteiros de 41% et 32%, respectivamente. Assim, enquanto que o estatuto familiar é um fator muito importante para os homens, pois os casados recebem mais freqüentemente o seguro-desemprego que os solteiros, para as mulheres esse estatuto familiar não é igualmente significativo. Aliás, é interessante observar que os homens solteiros são mais indenizados que as mulheres casadas.[80]

---

[77] « *La reconnaissance du travail des femmes s'y est produite à un moment où, pour l'essentiel, ces conventions étaient déjà fixées.* » (Talahite, 1995, p. 49)
[78] Ver Maruani & Reynaud, 1993, pp. 34-40.
[79] «*... la moyenne européenne place les femmes avant les hommes quelle que soit la durée du chômage.* » (Maruani & Reynaud, 1993, p. 37)
[80] Maruani & Reynaud, 1993.

Segundo Gauvin (1995), as mulheres européias estão super-representadas em quase todas as categorias de desempregados e, particularmente, nas formas ocultas de desemprego. Elas são majoritárias no desemprego de inserção, que afeta as mulheres jovens, no desemprego de longa duração, que é cada vez mais feminilizado nesses países, no trabalho em tempo parcial, Elles sont majoritaires dans le chômage d'insertion, qui touche les jeunes femmes ; dans le chômage de longue durée, qui est de plus en plus féminisé dans ces pays ; dans le travail à temps partiel, considerado freqüentemente um subemprego ou um desemprego parcial. Enfim, as mulheres são mais afetadas pela precariedade, o que significa que o "componente recorrente" do desemprego feminino é mais forte. Nestes termos, segundo a autora, a seletividade e a inferiorização das mulheres no mercado de trabalho implica uma constatação importante : *identifica-se um componente conjuntural mais importante no desemprego masculino e uma dimensão estrutural mais forte do lado do desemprego feminino.*"[81]

Na França, a situação não tem sido diferente, o desemprego feminino é quase sempre mais elevado que o desemprego masculino em quase todas as categorias e sub-categorias estatísticas, considerando-se a faixa etária, a categoria sócio-profissional ou o nível de diploma. O desemprego feminino tem sido também mais alto nos três tipos diferentes de medida do desemprego naquele país : na pesquisa de emprego (*enquête emploi*), no recenseamento e na inscrição à l'Agence National Pour l'Emploi (ANPE), agência pública de gestão do desemprego na França.[82]

No entanto, é preciso sublinhar que essas diferenças atenuaram-se no início dos anos noventa, face ao aumento mais acentuado do desemprego masculino. "*Esta situação traduz a maior sensibilidade do emprego masculino aos movimentos conjunturais, os homens sendo mais particularmente afetados pelas supressões de empregos industriais, enquanto que as mulheres exercem mais suas atividades no setor de serviços, menos sensível às recessões*."[83]

Na análise dessas desigualdades de sexo no desemprego, propôs-se a hipótese de que as relações sociais de gênero têm um papel decisivo na estruturação desse fenômeno. Deste modo, a posição subordinada das mulheres na sociedade teria efeitos diretos não apenas sobre o trabalho mas também sobre o desemprego. O elevado desemprego feminino estaria expressando, portanto,

---

[81] «*... on identifie une composante conjoncturelle plus importante dans le chômage masculin, et une dimension structurelle plus forte du côté du chômage féminin.* » (Gauvin, 1995, p. 26)

[82] Maruani & Reynaud, 1993.

[83] « *Cette situation traduit la plus grande sensibilité de l'emploi masculin aux mouvements conjoncturels, les hommes étant plus particulièrement touchés par les suppressions d'emplois industriels, alors que les femmes exercent davantage leur activité dans le secteur des services, moins sensible aux récessions*. » (INSEE, 1995, p. 136)

uma maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho e um conjunto de discriminações das quais são vítimas.[84]

No âmago desse argumento está o conjunto de papéis e responsabilidades imputadas às mulheres na sociedade e que afetam diretamente seu ingresso e sua posição no mercado de trabalho. O trabalho e as responsabilidades domésticas estariam na base de um conjunto de práticas sociais discriminatórias que seriam responsáveis pela maior vulnerabilidade das mulheres no emprego. Essas práticas, tanto da parte dos empregadores como dos próprios trabalhadores, fariam com que as mulheres ocupassem as piores posições no mercado de trabalho, os empregos mais precários e pior remunerados, tornando-as mais instáveis e suscetíveis ao desemprego. Do mesmo modo, o difícil acesso aos postos melhor situados na hierarquia do trabalho teria como efeito o desestímulo e um menor investimento na esfera profissional, pois as recompensas seriam baixas e insuficientes tanto material como simbolicamente. Os encargos do trabalho doméstico reforçariam tais tendências, pois as responsabilidades com a família, com a educação dos filhos e com as tarefas domésticas não só limitariam um maior investimento das mulheres na esfera do trabalho remunerado, como seriam também a base das práticas discriminatórias dos empregadores. Ao suporem que as mulheres se interessam menos pelas atividades profissionais, nelas investindo menos tempo e recursos, estes empregadores estariam reservando aos homens os melhores postos no mercado de trabalho. Essas responsabilidades domésticas afetariam também diretamente a disponibilidade das mulheres para a procura de trabalho. Assim, elas seriam vítimas de um desemprego invisível, contabilizado nas estatísticas oficiais como inatividade.[85]

A situação da Grã-Bretanha é particularmente interessante para analisar o problema das desigualdades de sexo no desemprego. Nas três medidas de desemprego existentes naquele país, o desemprego feminino é sempre mais baixo que o desemprego masculino. Esta diferença entre os sexos é maior entre as pessoas oficialmente inscritas como desempregados. Neste caso, a taxa de desemprego é de 5% para as mulheres e de 12,2% para os homens. O desemprego medido segundo os critérios da OIT, apurado pela LFS (*Labour Force Survey*), pesquisa sobre a força de trabalho, apresenta a taxa de 7,3% para as mulheres e de 11,4% para os homens. Na definição mais ampla de desemprego apurado pela LFS, as taxas de desemprego são respectivamente de 11,4% e de 13,5%.

[84] Vargas, 1999, 2006.
[85] Vargas, 2006.

Segundo Hegewisch (1995), dois fatores principais contribuem para que esse quadro se apresente de forma diferenciada em relação aos outros países europeus. "*Isto se explica, de uma parte, pelo modo como o desemprego é gerido e integrado no sistema de proteção social da Grã-Bretanha, e, de outra parte, pelo desenvolvimento da economia britânica e do mercado de trabalho no curso das últimas décadas*."[86] Esses fatores estão diretamente relacionados com o problema da articulação entre a esfera doméstica e a esfera do trabalho remunerado.

Segundo a autora, as taxas de desemprego feminino são mais baixas na Grã-Bretanha, primeiramente, porque as mulheres são desencorajadas a se inscrever como demandantes de emprego. Na base desse desencorajamento está o conjunto de regras do sistema público de gestão do sistema de emprego. Esta inscrição exige a imediata disponibilidade para o trabalho e limita as possibilidades de escolha do emprego quando o tempo de desemprego é prolongado.

As mulheres são particularmente afetadas por esse dispostivo, uma vez que as responsabilidades domésticas condicionam fortemente a inserção das mesmas no mercado de trabalho. As creches públicas são raras na Grã-Bretanha e as creches privadas muito onerosas. Ao mesmo tempo, as mulheres têm menor probabilidade de receber o seguro-desemprego, pois os critérios para sua concessão lhes são desfavoráveis. Para solicitar o benefício, é preciso ter trabalhado de maneira contínua nos últimos dois anos e pelo menos 16 horas por ano desde os 18 anos de idade. Além do mais, é preciso atingir um certo nível salarial a fim de pagar as cotizações da seguridade social. Segundo Hegewisch, estes critérios são "*discriminatórios em relação às mulheres, visto que o histórico do trabalho das mulheres é mais freqüentemente perturbado por razões familiares e que as mulheres estão concentradas nos empregos e setores de atividade onde se observa uma rotatividade e uma flexibilidade mais acentuadas*."[87]

Por outro lado, até a duração de um ano de desemprego, o benefício do seguro-desemprego é pago em nome do demandante de emprego. Após esse período, esse benefício é concedido ou não em função da renda familiar. Isto significa que face à renda do cônjuge, muitas mulheres não têm direito a receber o seguro-desemprego. Segundo Hegewisch, existe "*a idéia pré-concebida segundo a qual a mulher é dependente economicamente de um homem chefe de*

[86] « *Ceci s'explique d'une part, par la façon dont le chômage est géré et intégré dans la protection sociale en Grande-Bretagne, et, d'autre part, par le développement de l'économie britannique et du marché de l'emploi au cours des dernières décennies*. » (Hegewisch, 1995, p. 11)

[87] «*... discriminatoires vis-à-vis des femmes puisque le historique de travail des femmes est plus souvent perturbé pour des raisons familiales et que les femmes sont concentrées dans les emplois et des secteurs d'activité qui connaissent un roulement et une flexibilité plus grands*. » (Hegewish, 1995, p. 14)

família." Assim, "*sem incitação financeira, é claro que uma mulher estará menos motivada para se inscrever no desemprego*."[88]

Finalmente, vale registrar que a expansão do emprego feminino na Frã-Bretanha nas duas últimas décadas ocorreu devido ao incremento do emprego em tempo parcial. Essa forma de emprego é o produto de políticas de desregulamentação do mercado de trabalho implantadas durante os anos oitenta. Em 1971, 34% das mulheres ocupavam um emprego em tempo parcial. Em 1994, esta forma de emprego atinge 46% das mulheres, quase a metade da população ativa feminina.[89] Este dado permite concluir que enquanto a lógica de concessão do seguro-desemprego privilegia os trabalhadores regulares e estáveis, o padrão de inserção feminina no mercado de trabalho segue a direção oposta. Neste sentido, as transformações econômicas e os mecanismos de regulação do emprego naquele país desfavorecem a emergência e a visibilidade de um "desemprego mais aberto", medido segundo a norma oficial do emprego e do desemprego.

[88] « *l'idée préconçue selon laquelle la femme est dépendant économiquement d'un homme chef de famille.* » Ainsi, « *sans incitation financière il est clair qu'une femme sera moins motivée pour s'inscrire au chômage*. » (Hegewisch, 1995, p. 14)
[89] Walby, 1995, p. 123.

CAPÍTULO 2 – O TRABALHO NA PERSPECTIVA SOCIOLÓGICA : ENTRE A DINÂMICA HISTÓRICA E A DINÂMICA BIOGRÁFICA

2.1. Introdução

Uma investigação sobre o "desemprego" e a "privação de trabalho" é, antes de mais nada, uma investigação sobre o trabalho. Por isso, a sociologia do desemprego proposta nesta investigação sugere que não se pode abdicar a uma sociologia e antropologia do trabalho, a uma análise do trabalho como fenômeno social e cultural historicamente situado.

Deste modo, o desemprego e a privação de trabalho não se impõem como objetos de investigação em si mesmos. Sua aferição objetiva e sua experiência subjetiva constituem uma "realidade" apenas na medida em que um conjunto de relações sociais e de representações culturais se desenvolvem e se cristalizam nas sociedades modernas. Compreender o desemprego e a privação de trabalho como fenômenos sociais supõe, antes de tudo, compreender a *constituição da categoria trabalho* na modernidade, supõe compreender a moderna *invenção*[90] do trabalho. Supõe, ainda, compreender as relações e transformações sociais que deram forma ao trabalho tal qual ele se constitui e se configura na modernidade capitalista. Neste sentido, tentar-se-á problematizar o conceito de trabalho como instrumento heurístico de interpretação sociológica.

No decorrer da discussão, será possível identificar que é possível construir um modelo de interpretação das experiências de desemprego e de privação de trabalho, articulando uma dinâmica histórica e uma dinâmica biográfica. É no âmbito de uma dinâmica histórica mais ampla e macrossociológica que é possível compreender a formação e a transformação das relações sociais como padrões estáveis de relação entre os atores sociais. É nessa dinâmica histórica que as dinâmicas biográficas se inscrevem. Logo, a interpretação de processos microssociais não pode ser abstraída do processo histórico no qual essas trajetórias, individuais e coletivas, se desenrolam. Através dessa dinâmica biográfica é possível vislumbrar concretamente como que uma dinâmica histórica adquire uma especificidade concreta a longo prazo. Neste

[90] O termo invenção é aqui usado no sentido de indicar a existência de um processo histórico de formação de uma categoria social de representação da realidade. A este propósito ver Gorz (1991), Méda (1995).

sentido, a dinâmica biográfica atualiza e concretiza de um modo peculiar a dinâmica histórica. Através dela, essa história se faz e se transforma.

É por isso que uma sociologia do desemprego não pode abrir mão de uma sociologia do trabalho: do trabalho tanto como dinâmica histórica, de formação e transformações de relações sociais, como dinâmica biográfica, de formação e transformação de sujeitos que são produtos e produtores dessa história. Neste capítulo, tentar-se-á construir um conjunto de referênciais conceituais capazes de dar conta dessas diferentes dimensões do processo de apreensão e interpretação da vida social.

2.2. O trabalho como "atividade" e como "relação social"

Atualmente, o termo "trabalho" abriga um amplo conjunto de significados, podendo abranger desde o empreendimento ou atividade econômica orientados pelo lucro ou remuneração até a atividade puramente lúdica ou artística voltada para a realização de uma "obra" ou para o crescimento pessoal. Certamente, este amplo leque de significados não têm todos o mesmo peso, força e abrangência na sociedade. Logo, impõe-se uma questão: quando dizemos "trabalho", estamos nos referindo a que atividades? O que faz com que uma atividade seja definida como "trabalho" e não como lazer, *hobby*, arte, política, educação ou outra qualquer? Há um critério distintivo a partir do qual nós podemos definir o trabalho?

Evidentemente, uma definição qualquer de trabalho terá sempre como horizonte o conjunto de representações culturais de uma dada sociedade e um dado momento histórico. O que se considera trabalho na modernidade capitalista transforma-se profundamente e não pode ser fixado em uma categoria de entendimento estática e a-histórica. Não é possível, portanto, dar uma resposta universal à pergunta "o que é o trabalho", uma vez que estamos tratando de construções históricas e culturais. O trabalho é uma categoria social de entendimento pertinente a partir de um determinado ponto de vista histórico, o das modernas sociedades industriais e capitalistas.

Em "O Capital", em sua investigação sobre o trabalho e a produção da mais-valia no capitalismo moderno, Marx (1983b) propõe uma célebre definição do trabalho considerando-o como a atividade através da qual os seres humanos estabelecem uma relação metabólica com a natureza, transformando não apenas as bases materiais de sua existência, mas também as próprias relações sociais. Para que possam continuar existindo, os seres humanos precisam produzir as condições materiais de sua existência, precisam reproduzir-se materialmente, precisam renovar

cotidianamente o estoque de recursos necessários à sua sobrevivência individual e social.(Marx & Engels, 1984)

Na modernidade, a realização de uma atividade econômica visando a sustentação e a reprodução material de um indivíduo, grupo ou empresa torna-se socialmente dominante não apenas porque ocupa uma grande parte da vida da maioria dos membros dessas sociedades, como nos revela Durkheim (1984), mas também porque ocupa a maior parte da consciência, das intenções e das representações dos mesmos. Mas, certamente, essa "atividade" não ocupa da mesma forma as consciências e as práticas individuais e coletivas. Uma pluralidade de significados e sentidos atribuídos ao trabalho pelos diversos atores sociais em relações entre si marca as diferenças e distinções entre estes atores.

Eis que uma sociologia desses sentidos não pode ser apenas a apreensão ou compreensão imediata e abstrata dos significados construídos pelos atores sociais. Uma tal sociologia deve, antes de mais nada, buscar a reconstituição dessas relações sociais entre atores sociais que constroem e transformam esses sentidos a partir dos lugares e posições que ocupam no espaço social; mostrando, ao mesmo tempo, o modo como tais atores mantém ou transformam essas relações a partir dos sentidos que dão a elas.

2.3. A moderna "invenção" do trabalho como valor central

Se uma adequada compreensão do fenômeno do desemprego nas sociedades contemporâneas supõe uma adequada compreensão do que é o trabalho, então, a primeira tarefa a ser realizada é percorrer o itinerário histórico no qual o trabalho tornou-se o que é hoje. Pode-se começar esse itinerário pelo fim, identificando-se uma idéia corrente segundo a qual, na modernidade, o trabalho torna-se gradativamente um "valor central", uma atividade a partir da qual ocupamos um lugar no mundo, construímos uma identidade, o senso de dignidade e pertencimento, tornamo-nos portadores de direitos, temos acesso pleno ao espaço público na condição de cidadãos.(Gorz, 1991)

O trabalho é, neste caso, a atividade econômica remunerada – assalariada ou não – que implica não apenas a sustentação material dos indivíduos e da sociedade – aquilo que os economistas chamam de produção de bens e serviços escassos necessários à reprodução individual e coletiva – mas a integração social e a estabilidade psicológica dos indivíduos.(Offe, 1989) Trata-se evidentemente de uma definição de trabalho que se constitui em um tipo ideal, um

instrumento conceitual de evidente utilidade, mas que não corresponde à realidade concreta de forma plena.(Weber, 1982) Neste caso, essa concepção de trabalho não é ideal apenas no sentido weberiano de uma construção intelectual, mas também no sentido de uma ética social. O que é peculiar à modernidade é a idéia de que o trabalho é um valor moral. Trabalhar é um dever, dessa atividade obtém-se não apenas a sobrevivência, mas uma vida digna, o bem estar e a satisfação espiritual.

Como mostra Gorz (1991), este sentido do trabalho é um produto exclusivo da modernidade, não o encontramos nas sociedades pré-modernas. Mas os sentidos do trabalho na modernidade não se esgotam nessa dimensão positiva, libertária, emancipatória. O trabalho comporta uma diversidade e profundidade de sentidos que não implicam apenas esse caráter positivo. A crítica marxiana do trabalho alienado é uma das expressões maiores desses outros sentidos do trabalho na modernidade. Neste caso, o trabalho não é mais emancipação, satisfação, afirmação da liberdade humana. Ao contrário, determinado por uma divisão social, ele engendra alienação, estranhamento, exploração, dominação.(Marx, 1984) Assim, nas sociedades modernas, o trabalho não foi considerado atividade central apenas na constituição dos mecanismos de integração social, mas também na constituição dos conflitos e das lutas sociais.(Offe, 1989)

Mas o que torna o sentido do trabalho peculiar na modernidade é exatamente sua positividade, sua condição de valor central. A conflitualidade em torno do trabalho é, ela própria, o resultado desse sentido peculiar, pois se para Marx o trabalho é fonte de alienação, é a partir dele que se torna possível também a emancipação. Assim, no mundo antigo e nas sociedades pré-capitalistas, o trabalho como produção necessária à subsistência e à reprodução da vida social e individual, longe de ser fator de integração social, era, ao contrário, signo de exclusão e inferioridade social. O trabalho era atribuído às classes sociais inferiores, subordinadas. No mundo antigo trabalhavam os escravos, as mulheres, os estrangeiros. Os cidadãos, livres e senhores de seu destino, dedicavam-se à pólis, à vida pública, espaço de liberdade e igualdade. O trabalho não era considerado uma atividade inferior porque os escravos o realizavam; ao contrário, os escravos só o realizavam por ser considerada uma atividade inferior, indigna do cidadão livre. (Gorz, 1991). O trabalho era uma atividade restrita à esfera privada, doméstica e, como tal, representava a condição humana ainda prisioneira de sua condição animal, limitada pelo reino da necessidade. Satisfazer as necessidades vitais, subsistir, é o que prende o ser humano ao reino animal. Quando trabalha-se, submete-se a essa condição animal.[91] O trabalho

[91] A esse propósito, Hannah Arendt (1997) distingue conceitualmente “labor” e “obra”.

era, por isso, uma atividade situada na esfera privada, na esfera das necessidades, onde prevalescem as desigualdades. Daí a necessidade da existência dos escravos. Essa era a condição essencial, expressa no pensamento político antigo, para superar o reino da necessidade e atingir o reino da liberdade, da atividade propriamente humana, realizada no espaço público entre iguais: a política. A pólis, o espaço público é, portanto, o reino da liberdade, quando a "ação" é considerada a atividade verdadeiramente humana, suplantando o reino animal, preso às necessidades imediatas.[92]

Nas sociedades pré-modernas, as classes dominantes não apenas não trabalham, mas consideram o trabalho uma atividade abominável, inferior. Na sociedade européia aristocrática, pré-capitalista ou em transição, a ociosidade é um signo de distinção social. Não precisar trabalhar para sobreviver expressa uma condição social superior.

A ascensão social da burguesia enquanto classe dominante encontra, por isso, uma série de obstáculos não apenas políticos e econômicos, mas também culturais. Durante séculos os burgueses são considerados seres avarentos, egoístas, preocupados apenas com suas atividades mundanas, com seus interesses econômicos. O trabalho, a atividade econômica estavam confinados à esfera privada, eram presas de uma construção cultural anti-materialista que se expressava, por exemplo, na condenação religiosa da usura e da acumulação de riquezas.

As revoluções burguesas, entre outras coisas, foram longos processos de natureza cultural nos quais transformam-se profundamente os significados da atividade econômica e do trabalho. Segundo Weber (1987), a ética protestante teve um papel crucial nessa transformação. É a partir desta ética religiosa, da idéia de trabalho como vocação de origem divina na construção do reino de Deus na terra, que se constrói uma "ética do trabalho", operando-se o deslocamento do significado profundo dessa atividade que se torna, pouco a pouco, não apenas econômica e politicamente importante, mas também culturalmente central.

Assim, a burguesia precisou enfrentar os "preconceitos" culturais das classes dominantes, oriundos dos valores de uma sociedade aristocrática. A própria burguesia foi por muito tempo presa desses valores, pois mesmo tornando-se uma classe economicamente dominante não o era culturalmente. Freqüentemente, aderia aos valores "aristocráticos", copiando o estilo de vida e os hábitos ostentatórios da aristocracia para fazer-se reconhecida.

Esse deslocamento do significado profundo do trabalho e das atividades econômicas completa-se somente com a hegemonia definitiva da burguesia em sociedades urbano-industriais

[92] Arendt, 1997.

marcadas por um grau avançado de desenvolvimento, nas quais novos estilos de vida dominantes sobrepujam os estilos de vida aristocráticos. Essa transformação completa-se, enfim, quando o empreendimento econômico, a iniciativa empresarial, a liberdade de empreender consolidam-se como valores centrais, a partir da crescente hegemonia do pensamento econômico liberal. Só então o empreender, a iniciativa econômica, deixam de ser um estigma para tornarem-se símbolos de status e reconhecimento social.

Diferentemente do pensamento político antigo, o liberalismo redefine o significado cultural do trabalho e da economia. A esfera econômica deixa de ser uma atividade socialmente subordinada e culturalmente desvalorizada e se torna, ela própria, a esfera da liberdade, onde os indivíduos realizam sua condição propriamente humana de seres livres. Não é mais a "política" que subordina a "economia"; ao contrário, é a economia que a domina, transformando a política apenas em um "meio" para assegurar e garantir as liberdades individuais, definidas essencialmente como "liberdade econômica". Agora, é a "esfera privada" que subordina a "esfera pública", o *homo economicus* torna-se a mais forte potência civilizadora do mundo moderno, portador do progresso, da liberdade, da emancipação humana, prometendo, finalmente, a superação do reino da necessidade e produzindo um mundo de abundância e riqueza.

A partir de então, a modernidade passa a constituir-se pela tensão entre a tradição liberal, alicerçada na idéia de liberdade econômica, e a tradição democrática, alicerçada na idéia de que a liberdade se constrói e se exerce na esfera política e à qual a atividade econômica deve subordinar-se. Esta última tradição vai alimentar as lutas operárias e populares ao longo dos séculos posteriores. Assim, a tensão entre o pensamento liberal e o pensamento democrático, a luta entre liberdade e igualdade, vão marcar definitivamente a modernidade.(Bobbio, 1991)

Não foi por acaso que o pensamento sociológico clássico tomou como objeto de investigação essa sociedade do trabalho, liberal, dominada por suas atividades econômicas, definida por seu caráter "industrial" ou "capitalista", tendo sempre como pano de fundo o problema da liberdade e da igualdade.

Segundo Durkheim (1984), as sociedades modernas são fundamentalmente "industriais" porque as atividades econômicas e profissionais absorvem a maior parte dos indivíduos durante a maior parte de suas vidas. Esta identidade construída em torno do mundo econômico e das atividades profissionais é expressão, segundo o autor, de um processo histórico de desenvolvimento da divisão do trabalho social na qual a especialização funcional, o desempenho de um trabalho especializado, torna-se não apenas a base da identidade individual, mas o fundamento da solidariedade social, da integração da sociedade. Para este autor, a divisão do

trabalho não é apenas um fenômeno econômico, destinado a elevar a produtividade do trabalho e das funções sociais, é também um fenômeno moral, tem como função produzir solidariedade, coesão social.

O projeto intelectual durkheimiano foi, em grande parte, construído para fundamentar essa premissa, qual seja, de que o desenvolvimento da esfera econômica não é apenas, nem fundamentalmente, um fenômeno desorganizador, desestruturador, gerador de anomia, mas, ao contrário, também é fonte de uma nova sociabilidade, de uma nova forma de fazer e estar em sociedade. Mais do que um conhecimento objetivo da realidade social, temos aqui um verdadeiro projeto de construção das modernas sociedades industriais. É assim que Durkheim contrapõe-se à tradição do pensamento econômico liberal, segundo a qual a conduta humana é orientada em razão de seus interesses egoístas e de que a "sociedade" e a "política" são apenas efeitos ou meios artificiais – instituídos pelo contrato – para a garantia desses interesses originados na esfera privada. Segundo o autor, essa tradição de pensamento é anti-sociológica, não possibilitando a construção de uma adequada compreensão da realidade social, nem permitindo a construção de um projeto de reorganização da vida social e de superação do estado de anomia.

Ora, os conflitos e as crises das modernas sociedades industriais – seu estado de anomia – resultam mesmo desse individualismo exacerbado que não reconhece a natureza social da condição humana e que subordina o "social" ao "individual". Trata-se, para Durkheim, de seguir o caminho inverso. A liberdade não é contra a sociedade, ou contra o Estado. A liberdade individual, inclusive econômica, supõe a sociedade. O contrato supõe uma vida coletiva que o garanta e o regule, não há liberdade sem sociedade. É o próprio individualismo um produto social e histórico.

Contra a tradição do pensamento econômico, Durkheim propõe uma articulação e uma reconciliação entre a esfera individual e privada (econômica) e a esfera social e pública, de tal forma que, não sendo mutuamente exclusivas e contraditórias, elas possam coexistir pacificamente sem que o conflito e a crise perdurem. Ao mesmo tempo em que o indivíduo e a liberdade individual constituem-se como valores centrais (o culto ao indivíduo), esse processo é visto como o produto de transformações sociais e históricas específicas. É a sociedade que constrói – na história – e torna possível a liberdade (individual, econômica). Através das normas e regras da vida coletiva, a sociedade assegura essas liberdades que não poderiam subsistir sem ela. O lugar de cada um na divisão do trabalho social torna-se, pois, a base a partir da qual os interesses individuais podem gerar não conflito e desordem, mas coesão e solidariedade, com base na complementariedade de funções. A regulação pública (pela sociedade) das relações

privadas é a condição para isso. Eis o essencial do projeto reformista e da concepção coletivista desta interpretação sociológica.

Em síntese, Durkheim procura mostrar como é possível "fazer sociedade" a partir de um conjunto de valores centrados nos interesses e liberdades individuais. O lugar dos indivíduos e grupos nas atividades econômicas – no trabalho – constitui, pois, o mecanismo fundamental através do qual se produz a integração nas sociedades modernas. Finalmente, economia e sociedade, esfera privada e esfera pública[93], estão reconciliados, e o trabalho é o eixo, a pedra de toque fundamental dessa engenharia social. Não se trata mais de subordinar uma esfera à outra, mas de preservar o equilíbrio – ainda que precário - entre ambas.

A história das sociedades modernas é, em certa medida, a história desse equilíbrio precário, dessa tensão entre esfera privada e esfera pública, entre economia e política. É a história das tentativas renovadas de impor limites às liberdades econômicas em favor dos interesses coletivos dos trabalhadores e da própria ordem econômica capitalista. É a tentativa de impor limites públicos à acumulação privada, uma vez que esta última se torna também uma questão de interesse público e, poderíamos dizer, uma questão social.

A diferença fundamental entre Durkheim e Marx na interpretação dessa história e da divisão social do trabalho é que o primeiro vê como possibilidade de conciliação o que o segundo vê como antagonismo irreconciliável. Mais do que interpretações diferenciais da modernidade, de paradigmas em conflito, tratam-se de diferentes projetos de construção dessa modernidade. A tensão que está em jogo é a mesma.

Efetivamente, o trabalho é o elo que liga o público e o privado, redefinindo-os, elevando-se este último a um estatuto mais elevado em comparação com o passado, tornando-o objeto de interesse público e de intervenção do Estado. Pode-se afirmar que o trabalho situa-se cada vez mais a meio caminho entre o público e o privado. Ele próprio desloca o sentido de público e de privado, tornando cada vez mais público o que era considerado eminentemente privado. O conjunto de direitos sociais ligados ao trabalho e construídos na sociedade moderna através do Direito durante os últimos 150 anos fundamentam essa proposição. O trabalho tornou-se cada vez mais objeto de intervenções e regulamentações públicas.

As transformações recentes no mundo do trabalho sugerem, no entanto, um caminho em sentido inverso. Atualmente, um processo de desregulamentação do trabalho e das relações sociais e econômicas indica uma tendência de re-privatização crescente dessas relações, em uma

[93] Para Marx (1984), infra-estrutura e superestrutura.

tentativa de reduzi-las a relações privadas entre indivíduos e grupos, encolhendo-se a mediação da esfera pública. Está em jogo uma nova representação do trabalho. Este não é mais considerado o meio e o lugar de afirmação de direitos, o caminho por onde se encontra um "lugar" na vida social, a condição para que se tenha acesso a um "estatuto" .

Tais representações sobre o trabalho têm efeitos evidentes sobre as representações do próprio desemprego, pois se se está "privado de trabalho" pode-se estar privado de uma atividade que dá dignidade ao indivíduo, pode-se estar privado de uma atividade que confere a ele um "estatuto social", que garanta sua segurança, ou, simplesmente, pode-se estar privado de uma atividade secundária, sem importância significativa na reprodução material e simbólica dos indivíduos. Eis que as representações sobre o trabalho estão na base das representações sobre o desemprego e a privação de trabalho.

Mas, nas modernas sociedades industriais e capitalistas, o trabalho não é qualquer trabalho. Uma forma histórica específica de trabalho se consolida e se generaliza para o conjunto da sociedade. Na modernidade, falar de trabalho é falar de uma de suas formas dominantes: o trabalho assalariado. Por isso, antes de seguir adiante na análise das condições sociais de emergência do desemprego, é preciso compreender melhor o processo histórico através do qual o trabalho assalariado passa a implicar um "estatuto social" particular.

2.4. O trabalho assalariado e as metamorfoses da condição salarial

A integração do trabalho assalariado a uma esfera pública, sua regulação estatal, fizeram dessa atividade um dos eixos fundamentais a partir dos quais as formas de integração social e de resolução dos conflitos se configuraram nas sociedades contemporâneas. Mas, nem sempre foi assim. É longa e penosa a trajetória histórica na qual a relação de assalariamento transforma-se de atividade exercida na esfera privada, inferior e indigna, a uma atividade central, exercida na esfera pública (ou no limiar entre o público e o privado), portadora de direitos e alvo de reconhecimento social.

Robert Castel (2001) mostra minuciosamente esse processo em sua análise das metamorfoses da questão social. Seu alvo central é a relação de trabalho típica da sociedade moderna, o trabalho assalariado, a relação salarial, que se constitui com a emergência do capitalismo e com ele se desenvolve continuamente até tornar-se a relação ou forma de trabalho dominante nas sociedades modernas.

Não se trata, portanto, de um trabalho em geral, da atividade capitalista e do empreendedorismo, da atividade produtiva em si ou das atividades mercantis (comerciais). Não se trata nem mesmo de trabalho remunerado, mas do trabalho exercido no interior dessa relação social fundadora da modernidade capitalista, a relação de assalariamento entre o proprietário dos meios de produção capitalistas e o trabalhador assalariado[94]. Castel mostra que o significado e o estatuto social dessa relação tranforma-se profundamente na história das sociedades modernas.

Segundo o autor, a condição de assalariado – em seu primeiro estágio definida como a "condição proletária" – aloja-se na periferia da modernidade liberal, representando, porém, uma verdadeira revolução social e jurídica, uma vez que o livre acesso ao trabalho – expresso no contrato – libera os trabalhadores dos vínculos e das tutelas tradicionais, típicas de sociedades estamentais. A condição proletária, a condição de assalariado, mostra-se, então, como uma condição social inferior, instável, portadora de um estigma social e cultural. Nos primórdios da revolução industrial, o trabalho assalariado era exercido por aqueles indivíduos – os proletários – que habitavam os espaços sociais marcados pela pobreza, desqualificação, desenraizamento social e cultural, por uma vulnerabilidade de massa. A ausência de proteções, suportes e vínculos – à terra, à família, à comunidade, ao ofício – e a mobilidade social e geográfica eram as marcas fundamentais dessas classes subalternas e desclassificadas que não tinham outra alternativa senão vender sua força de trabalho ao capital. Esse liberalismo triunfante recoloca a questão social em um novo patamar. Se nas sociedades pré-industriais a vulnerabilidade era o resultado do excesso de coerções e constrangimentos que limitavam o acesso ao trabalho, sobretudo aos estrangeiros, nas sociedades industriais essa vulnerabilidade manifesta-se como a outra face da liberdade econômica; liberdade que se expressa, para os proletários, como servidão à necessidade. É assim que o industrialismo engendra o pauperismo, deixando o trabalhador entregue às forças do

[94] Segundo Marx (1983), essa relação social é o produto de um conjunto de transformações históricas específicas, de natureza econômica e política. A generalização da relação de assalariamento é o efeito da consolidação e ampliação do modo capitalista de produção. Tal fenômeno torna-se possível apenas na medida em que a propriedade dos meios de produção é gradativamente expropriada de parcelas da população trabalhadora, de artesãos e camponeses. Eliminados pela concorrência imposta pela produção capitalista manufatureira, esses trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. Essa transformação da força de trabalho em mercadoria é a pedra de toque do capitalimo moderno. Ao mesmo tempo, as revoluções políticas burguesas deram um passo decisivo no sentido de eliminar todos os obstáculos jurídicos à livre circulação de mercadorias e da força de trabalho. Em uma perspectiva materialista, Marx define o capitalismo, portanto, como o resultado de um processo histórico em que se constitui, se consolida e se amplia essa relação social fundamental, a relação salarial. É ela a base social e econômica a partir da qual torna-se possível a produção da mais-valia em escala inimaginável. A acumulação capitalista sem precedentes é a sua materialização. Weber (1987), por outro lado, coloca a questão do desenvolvimento capitalista em outros termos, em bases culturalistas e subjetivas. O capitalismo não é primordialmente uma relação social, mas uma mentalidade. É o que o leva a investigar as origens culturais profundas do espírito do capitalismo. Tal é, a seu ver, o papel fundamental da ética protestante. Alicerçada em um conjunto de princípios e valores morais, essa ética religiosa cria as condições mentais – sobretudo com sua ética do trabalho – que levarão a um processo sem precedente de racionalização econômica, no qual a relação salarial é um dos efeitos mais importantes.

mercado e a um destino imponderável: *"A condição proletária representa uma situação de quase-exclusão do corpo social. O proletário é um elo essencial no processo de industrialização nascente, mas está condenado a trabalhar para se reproduzir e, segundo a expressão já citada de Auguste Comte, 'acampa na sociedade sem se encaixar'"*.[95]

A questão social assim suscitada e o desenvolvimento capitalista sem precedente levam gradativamente a um conjunto de reformas sociais e jurídicas, de procedimentos administrativos e políticos que modificam o estatuto social da condição de assalariamento. É nesse momento que o Estado social começa a edificar-se, em uma trajetória que se consolidaria algumas décadas depois na França e em toda a Europa ocidental.

As mudanças econômicas também indicam uma importante modificação nas relações de trabalho. As empresas capitalistas tornam-se organizações cada vez mais complexas, os processos de trabalho se especializam, o capitalismo monopolista está nascendo. A fixação e preservação de um quadro de operários mais qualificados e estáveis tornam-se imperiosos para o capital. Segmentos importantes da classe trabalhadora passam a manter vínculos mais perenes com as empresas e um conjunto de normas coletivas, institutos jurídicos e modalidades de proteção passam a constituir aquilo que Castel chama a "condição operária".

Emerge, assim, uma nova representação do trabalho – particularmente do trabalho assalariado – que passa a orientar as práticas econômicas, políticas e sociais em fins do século XIX. Essas práticas e representações constituem-se não apenas a partir da necessidade econômica de estabilização das empresas e da economia capitalista, mas de promoção da integração social, evitando a fratura social. Nasce, assim, a "relação salarial moderna", cujo *locus* fundamental é a grande e moderna empresa capitalista. É a partir dela que as relações de trabalho se estabilizam e passam a ser o objeto de uma regulamentação pública. É nesse contexto que o "direito ao trabalho" começa a constituir-se como direito social inalineável previsto por uma legislação trabalhista. Para Castel, o direito ao trabalho representa para os despossuídos o que o direito à propriedade representa para os abastados.

Esse conjunto de direitos e garantias associados ao trabalho constituem, portanto, uma nova modalidade de proteção que não poderia ser obtida de outra forma. Sem os "vínculos locais e comunitários" e sem a "propriedade", os trabalhadores "livres" estariam condenados a uma vida insuportável se o seu "trabalho" não implicasse também um "estatuto" publicamente reconhecido como portador de um conjunto de direitos e garantias. Neste sentido, a integração da classe

[95] Castel, 2001, p. 415.

operária através do Estado social tem a ver com a possibilidade de evitar a fratura social, garantir a estabilidade social e econômica das modernas sociedades capitalistas. Mais do que isto, esta integração tem a ver também com a constituição dessa mesma classe operária como ator social relevante no cenário político dessas sociedades. Assim, o Estado social não é um sujeito ou instância exterior de mediação das relações de classe, mas a expressão mesma de um certo compromisso, tenso e instável, entre esses atores em confronto.

Essa integração da classe operária na sociedade salarial, aquilo que Castel chama de "condição operária", define-se como uma forma de integração subordinada nas relações sociais instituídas. As proteções asseguradas pelo trabalho (contra doença, invalidez, aposentadoria, desemprego) e a ampliação dos bens e serviços coletivos (como saúde, educação, habitação, transporte, lazer) são ainda marcadas por um forte caráter de classe, manifestando-se como um processo de domesticação da classe operária ao capitalismo.

A generalização e expansão da condição de assalariamento para o conjunto da sociedade e da força de trabalho representam menos a derrota da classe operária e mais sua subordinação a uma nova condição social que implica a emergência de novas classes sociais: os funcionários, os gerentes, os profissionais intermediários e superiores das burocracias públicas e privadas. Essa nova realidade é o que Castel chama a "condição salarial" propriamente dita, na qual mais de 80% da população ativa da França seria enquadrada. Ela representa um novo patamar da sociedade salarial no qual a propriedade social e a seguridade estão associados ao um sistema de proteção e direitos, o Estado tendo um papel central. As políticas públicas universalizantes, a seguridade social e o papel regulador do Estado na mediação das relações entre os "parceiros sociais" constituem os alicerces fundamentais desse arranjo social e institucional. O trabalho e a relação salarial são a condição essencial para que os indivíduos ou grupos se integrem a esse modelo de solidariedade e coesão da sociedade salarial.

2.5. O trabalho alienado e a crise da sociedade do trabalho

A existência de uma "sociedade do trabalho", a crescente centralidade do trabalho nas modernas sociedades capitalistas não é apenas o resultado de uma expansão das forças produtivas materiais através das quais assegura-se a reprodução material da sociedade e a subsistência individual. Se assim o fosse, o trabalho já teria deixado de ser central, pois que as potentes forças produtivas liberadas pelo capitalismo teriam tornado possível liberar também a maior parte da

população desse árduo trabalho de reprodução física dos seres humanos. Por que razões uma civilização que produziu forças produtivas tão poderosas não foi capaz ainda de liberar os indivíduos do “trabalho penoso”, da “vulnerabilidade”, da “precariedade social” ?

O mito religioso da expulsão do paraíso, devendo os seres humanos viverem do suor de seu próprio trabalho, expressa a imagem do trabalho como pena e sofrimento, tão cara às representações de mundo pré-modernas. Já vimos que é na modernidade que uma representação positiva do trabalho se constrói e se consolida. Como exemplo, basta lembrar a análise weberiana do papel revolucionário da idéia de vocação para o trabalho na ética protestante para a formação da capitalismo moderno. A formação de uma nova representação do trabalho é uma verdadeira revolução cultural em curso.

Marx tem um papel central nesse processo de consolidação dessa nova representação moderna do trabalho. Através dela, no entanto, Marx não quiz apenas reverenciar as novas forças que emergiam no mundo moderno, mas, ao contrário, pretendeu fazer-lhes uma crítica profunda. Através daquilo que a sociedade moderna reverencia e valoriza, o trabalho, o autor pretendeu produzir uma objeção essencial às modernas sociedades capitalistas, sem deixar de considerá-lo um valor social central. Marx compartilha com a modernidade capitalista essa valorização do trabalho.

A utopia marxiana da emancipação pelo trabalho é a percepção de uma possibilidade histórica tornada possível pelo capitalismo, qual seja, a de libertar o ser humano do reino da necessidade, do trabalho penoso, alienado, tornando possível um trabalho pleno de significados, desalienado, veículo para o desenvolvimento humano integral. Segundo Marx, tal emancipação não seria plenamente possível sem que as forças produtivas liberadas pelo capitalismo moderno tivessem se desenvolvido. Assim, para ele, a utopia da liberação pelo trabalho é contraditoriamente uma liberação do trabalho. Nestes termos, para Marx, o trabalho é uma categoria antropológica geral que expressa uma condição humana essencial: o ser humano se realiza no mundo através do trabalho; o trabalho expressa essencialmente nossa humanidade, é ele mesmo que a produz e a transforma; o trabalho é a condição mesma para a liberdade e a emancipação humana. Assim, não existe emancipação humana sem trabalho emancipado, sem trabalho de emancipação. O trabalho é a expressão da materialidade do mundo; o que somos, somos através dessa materialidade. Logo, segundo Marx, um projeto emancipatório tem que colocar o trabalho no centro de sua construção histórica.

Estas observações não têm a pretensão de discutir a validade ou não dessa concepção marxiana do trabalho, mas de reter o sentido do trabalho que nela se expressa e avaliar os seus efeitos sobre o debate recente a propósito da crise da sociedade do trabalho.

É conhecida de todos a crítica fundamental de Marx à racionalidade capitalista que transforma o trabalho e o ser humano em meios para a realização da acumulação do capital. Assim, não só o capitalismo não tem o propósito de eliminar o trabalho penoso, como ele amplia e intensifica essa característica do trabalho. A alienação é o resultado dessa conversão do trabalhador em mercadoria destinada a produzir valor. Trata-se de uma extrema instrumentalização do trabalho. Para o próprio trabalhador, o trabalho se converte em um sofrimento do qual ele deseja apenas fugir. A alienação não é apenas aquela do produto do trabalho, que não pertence ao trabalhador, mas da própria atividade, do ato mesmo de trabalhar, cada vez mais controlado e regulado pelo capital e cuja expressão mais extrema é a organização taylorista-fordista da produção.[96]

A utopia marxiana é, pois, uma utopia contra o trabalho assalariado capitalista, alienado, penoso, uma utopia de liberação pelo trabalho. É o próprio trabalho que torna possível sua auto-superação enquanto pena, sofrimento. O trabalhador, sujeito dessas forças produtivas em ação, pode tornar-se sujeito também de um outro mundo e de um outro trabalho. Tal utopia é, sobretudo, a utopia da possibilidade de um trabalho liberador, desalienado, portador de outros significados que não a mera reprodução material do capital ou dos próprios indivíduos. Assim, contraditoriamente, Marx, o crítico fundamental do trabalho assalariado capitalista, é, ao mesmo tempo, o supremo ideólogo do trabalho.

As críticas da sociedade do trabalho são, em grande parte, críticas às idéias subjacentes a essa utopia marxiana. Não que Marx não estivesse certo quanto aos efeitos alienantes do trabalho operário no modelo capitalista taylorizado de divisão do trabalho. Segundo alguns teóricos, as transformações reais na sociedade capitalista contemporânea não mais dariam crédito a essa utopia do trabalho. *A liberação não seria, afinal de contas, pelo trabalho, mas contra o trabalho.* Claus Offe formula os elementos fundamentais dessa crítica sociológica da sociedade do trabalho. Outros autores, seguindo caminhos diversos, apresentam também vários elementos dessa crítica[97].

[96] Marx, 1983a.

[97] Dentre esses autores, pode-se citar André Gorz (1991), Dominique Méda (1995), Jeremy Rifkin (1995), cada um propondo diferentes aspectos da crise do trabalho.

Segundo esses autores, que, aliás, compartilham com Marx a crítica da racionalidade econômica capitalista como portadora de crise e desigualdades sociais, o trabalho seria um valor em vias de desaparecimento, tendo em vista as transformações objetivas e subjetivas pelas quais vêm passando as sociedades contemporâneas.[98] Alguns sustentarão que essa racionalidade econômica está enfraquecendo, daí porque a sociedade do trabalho está em crise. Outros, ao contrário, afirmarão que a crise decorre exatamente do fortalecimento e extensão dessa racionalidade econômica capitalista. Neste último caso, trata-se exatamente de abandonar o trabalho como valor central. Veja-se um pouco melhor como esse debate se configura, e, nele, o próprio conceito de trabalho.

A crise da sociedade do trabalho é marcada, primeiramente, por uma brutal redução do trabalho assalariado industrial. Segundo Offe (1989), a expansão do trabalho assalariado é caracterizada pela heterogeneização das formas de trabalho e da própria classe trabalhadora, de tal forma que a redução do trabalho industrial e a desestruturação dos coletivos operários e do movimento sindical é acompanhada de uma expansão do setor de serviços e dos trabalhadores de colarinho branco. As conseqüências sociais e políticas desse movimento são evidentes. A classe operária clássica perde sua centralidade política e sua capacidade de liderar um novo projeto de emancipação social. A heterogeneidade da classe trabalhadora não permite a constituição de uma identidade comum em torno da posição no mundo do trabalho. O próprio trabalho tornou-se mais heterogêneo. Novas formas de trabalho mais intelectualizadas e relacionais, orientadas por outro tipo de racionalidade estariam predominando sobre o trabalho manual operário taylorizado, regido pela racionalidade econômica instrumental.

Essa redução objetiva e quantitativa do trabalho industrial seria acompanhada também de um esfacelamento da ética do trabalho, com a redução da importância subjetiva do trabalho no mundo contemporâneo. Assim, a redução do trabalho estaria correlacionada a uma expansão de outras esferas da atividade humana, o lazer, o tempo livre, as relações interpessoais, entre outras formas de sociabilidade. O consumo, muito mais que o trabalho, seria a base de uma ética hedonista que tenderia a reforçar a busca do prazer e do bem estar individual, muito mais do que incitar o indivíduo ao trabalho. O trabalho não seria mais um fato social integrador, nem objetivamente – tendo em vista que a reprodução dos indivíduos depende cada vez menos da renda individual obtida através do trabalho remunerado, ampliando-se os mecanismos de proteção estatais – nem subjetivamente, visto que os indivíduos se reconhecem cada vez menos

[98] Méda, 1995.

pelo trabalho que fazem. A precarização do emprego tenderia a reforçar uma relação instrumental com o trabalho como meio de subsistência, levando os indivíduos a valorizarem cada vez mais outras esferas da vida. Os conflitos sociais também deixariam de ser motivados pelo trabalho ou pela busca da distribuição do produto social (conflitos distributivos). Novas formas de conflito estariam emergindo em um contexto de valores pós-materialistas. Os direitos humanos, a questão ambiental, a paz e o desarmamento seriam exemplos desse deslocamento.

A teoria da sociedade pós-industrial, particularmente veiculada por Daniel Bell (1987), constitui a vertente mais otimista a respeito das transformações ocorridas no mundo do trabalho, em uma crítica contundente à perspectiva marxista. Essas transformações não desembocaram, como acreditara Marx, em uma sociedade cindida em exploradores e explorados, na existência de uma classe trabalhadora cada vez mais pobre e expropriada em suas condições de trabalho. Diferentemente de Marx e da versão atualizada do marxismo em Braverman – para quem a degradação do trabalho é a tendência marcante nas sociedades capitalistas contemporâneas, dominadas pelos grandes monopólios capitalistas e pela crescente implementação do taylorismo nas novas formas de trabalho no setor de serviços – para Bell, as sociedades pós-industriais são marcadas, ao contrário, pela crescente importância do trabalho qualificado e profissionalizado, pela crescente incorporação da ciência e do conhecimento ao trabalho e pela formação de uma classe de trabalhadores altamente qualificados. Esta teoria converte-se, alguns anos mais tarde, ao conceito de sociedade de informação – em substituição àquele de sociedade pós-industrial – mostrando que a maciça incorporação da ciência ao trabalho produziu uma revolução tecnológica que está transformando profundamente as sociedades contemporâneas.[99]

Um determinismo tecnológico está na base desta formulação teórica, cuja expressão é o próprio conceito de "sociedade de informação". Nestes termos, o tipo de sociedade é definido em função do tipo de tecnologia que nela prevalesce. As mudanças tecnológicas estariam, pois, na base de transformações sociais, econômicas e culturais mais profundas. Inversamente ao que previra a teoria marxista, o trabalho não se degradaria nas sociedades contemporâneas. Ao contrário, ele se qualificaria, incorporando ciência, conhecimento, novas tecnologias. Neste contexto, falar de uma crise é dizer que ela decorre, antes de mais nada, dessas transformações provocadas pelas novas tecnologias que criam novas atividades econômicas, novas profissões, novas instituições e espaços sociais. Por outro lado, essas novas tecnologias produzem uma defasagem nas antigas qualificações e atividades profissionais. Elas exigem um esforço de

[99] Kumar, 1997.

atualização. Aqueles que não conseguirem acompanhar o curso das mudanças, em geral muito rápidas, poderiam ficar excluídos e à margem da sociedade. Dentre esses teóricos, no entanto, prevalesce uma visão mais otimista. As novas tecnologias favoreceriam mudanças positivas em direção a valores pós-materialistas. Não só o trabalho poderia tornar-se melhor, mas também a própria sociedade, na medida em que se encontraria mais voltada e mais apta para enfrentar novos problemas, tais como as questões ambientais, os direitos humanos, os direitos das minorias, a paz.

Porém, algumas vertentes mais pessimistas desse determinismo tecnológico vão sustentar a idéia do fim do trabalho.[100] A modernização tecnológica e a incorporação maciça das tecnologias informacionais no mundo do trabalho levariam a uma brutal elevação da produtividade, gerando desemprego tecnológico em alta escala. Segundo essa versão, o horizonte próximo das sociedades contemporâneas seria a existência de um desemprego estrutural muito elevado. Nestes termos, a economia de postos de trabalho seria muito superior à capacidade do desenvolvimento econômico em criar novas atividades e novas ocupações.

Essa idéia do fim do trabalho tem, porém, diversas nuances. Para alguns críticos da sociedade do trabalho, o fim ou a redução do trabalho – face à crescente elevação de sua produtividade – não teria um efeito liberador, tal como sugerem as teorias da sociedade pós-industrial e a versão sociológica de Offe. O efeito dessa redução crescente do trabalho seria ainda nefasto, desagregador, intensificando-se as desigualdades sociais.

Para Gorz (1991), as sociedades contemporâneas continuam a ser presas da racionalidade econômica capitalista que continua presidindo a estruturação das relações sociais. A redução do trabalho, de um lado, e a expansão da lógica capitalista mercantil, de outro, produzem um fosso entre os incluídos e os excluídos, aqueles que conseguem ter um trabalho estável, protegido e bem remunerado e a grande maioria marcada pela precariedade e instabilidade no trabalho e pelo desemprego. Assim, a redução do trabalho fabril e produtivo é acompanhada pelo crescimento das formas de trabalho servis e improdutivas, objetos da acumulação de capital no setor de serviços. A expansão do capital sem limites para esses segmentos – serviços em geral, serviços pessoais, atendimento às pessoas – faz aumentar a massa dos trabalhadores precários, dessa classe de serviçais. Assim, o capitalismo resolve o problema da falta de empregos – produtivos – com a criação de empregos precários e improdutivos. Tal processo, ao contrário do que sugere Offe, leva a uma incitação ao trabalho, a uma maior dependência por parte dos trabalhadores em

[100] Rifkin, 1995.

relação às formas de trabalho precárias. A própria desestruturação do Estado de bem estar intensifica tal dependência do trabalho, o que se contradiz com a idéia de uma ampliação do lazer e do tempo livre.

Esse fosso entre a redução do trabalho estável face à elevação da produtividade econômica e a ampliação das formas precárias de trabalho constituem o eixo central da crítica de Gorz à sociedade do trabalho. Trata-se, para este autor, de uma sociedade na qual há cada vez menos trabalho, mas onde o trabalho continua a ser o mecanismo social central de redistribuição do produto social. Além da distribuição mais igualitária do emprego na sociedade – através da redução da jornada de trabalho, por exemplo – Gorz sugere a formação de mecanismos de renda independentes do trabalho, o que implicaria a instituição do direito a uma renda mínima como condição para uma cidadania plena. Estaria-se, assim, destruindo um dos mecanismos milenares de controle e dominação social fortalecido pelo capitalismo moderno que estabelece o nexo entre "trabalho" e "renda" para subsistência e que já aparece no mito religioso da expulsão dos seres humanos do paraíso.

Assim, a ampliação dos espaços de liberdade e autonomia não ocorreriam, segundo este autor, através de uma ampliação da esfera do trabalho, mas, ao contrário, de uma redução da mesma. Não se trata de uma emancipação pelo trabalho, como propusera Marx, mas de uma emancipação do trabalho. Seria preciso reduzir a esfera do trabalho para ampliar outras esferas da sociabilidade humana, fortalecendo os laços baseados na solidariedade, na troca espontânea, na ajuda mútua, ao invés de fortalecer as relações baseadas em trocas mercantis e utilitárias, como pretendem as propostas de formação de novas formas de emprego para resolver o problema do desemprego.

Assim, as forças produtivas liberadas pelo capitalismo possibilitariam a emancipação do trabalho e a própria superação do desemprego. Segundo Gorz, com muito pouco trabalho somos capazes de produzir muito além do necessário para todos. O desafio maior seria instituir mecanismos justos e adequados de distribuição da riqueza produzida. A partir daí, a questão não seria mais: o que fazer para sobreviver, mas o que fazer para tornar nossas vidas mais dignas e criativas.

A utopia de Gorz não é de todo incompatível com aquela de Marx. A diferença entre ambos está no modo de definir o trabalho. Enquanto, para o primeiro, o trabalho restringe-se às atividades necessárias à reprodução material (esfera da heteronomia), para o segundo, o conceito de trabalho estende-se também à dimensão criativa e existencial da condição humana (esfera da

autonomia). Enquanto Marx estende ao máximo o conceito de trabalho, Gorz o restringe ao mínimo.

2.6. O conceito de trabalho em questão

O debate acima exposto nos permite agora retomar com mais precisão a noção de crise da sociedade do trabalho ou simplesmente de crise do trabalho. A polêmica em torno do fim do trabalho e da perda de centralidade do trabalho esconde, portanto, um problema de precisão conceitual. A centralidade do trabalho em Marx não é a mesma para Offe ou para Gorz, visto que esses autores definem o trabalho de maneiras diferentes. Enquanto Marx propõe uma ontologia do trabalho ou a centralidade ontológica do trabalho – o trabalho como dimensão existencial inescapável – os críticos da centralidade do trabalho propõem uma definição sociológica mais restrita de trabalho.[101] Aliás, um uso excessivamente restrito do conceito de trabalho tem sido responsável por uma série de erros de interpretação sociológica a respeito dos rumos das sociedades contemporâneas. É preciso examinar mais de perto esse problema conceitual.

A crise do trabalho tem sido normalmente definida como a crise do trabalho assalariado e, particularmente, do trabalho industrial, tomando-se como modelo as sociedades capitalistas avançadas. É preciso distinguir, no entanto, estes dois fenômenos. A redução do trabalho industrial e a redução do assalariamento estável são fenômenos distintos que se iniciam em períodos históricos diferentes, ainda que acabem se combinando mais recentemente. A redução do trabalho industrial e, particularmente, do trabalho manual, na produção de mercadorias concretas, é um fenômeno anterior ao processo mais recente de reestruturação do capitalismo e está no coração do debate proposto pelas teoria da sociedade pós-industrial sobre a expansão do setor de serviços e todos seus efeitos sobre o mundo do trabalho.

Mais recentemente, com o advento da revolução informacional, essa retração do emprego industrial tornou-se ainda mais intensa e estendeu-se também para o setor de serviços. A redução do assalariamento estável se dá no âmago desse processo de reestruturação produtiva, estando associado às novas formas de gestão e organização do trabalho nas empresas e às políticas de reestruturação do Estado e do sistema de regulação das relações de trabalho.

[101] Lessa, 2002.

Porém, ambos os processos, a redução do trabalho industrial e a redução do assalariamento estável, são expressões de um processo histórico muito mais longo de elevação crescente da produtividade do trabalho, tendo como conseqüência o deslocamento, no sentido marxiano, da composição orgânica do capital. As formas vivas e produtivas de trabalho decrescem em importância em relação às formas mortas e improdutivas. As fronteiras mesmas entre trabalho produtivo e improdutivo se desfazem. As atividades destinadas à produção (industriais) cedem lugar àquelas destinadas à circulação e distribuição de riquezas e aos serviços (comércio e serviços). Estas, por sua vez, diminuem em relação àquelas relativas à produção, circulação e distribuição de informações e conhecimentos, que perpassam o conjunto das atividades sociais e das formas de trabalho. Todo esse conjunto de transformações altera profundamente o mundo do trabalho e produzem sua crise contemporânea.

Assim, essa crise da sociedade do trabalho tem sido muito freqüentemente definida a partir de um conceito restrito de trabalho. O trabalho é assim definido como sendo ou "trabalho assalariado industrial" ou "trabalho assalariado estável". O fim do trabalho não é o fim do trabalho em geral, mas o fim ou a redução dessas formas históricas e específicas de trabalho.

Uma sociologia do trabalho assim colocada restringe significativamente a problemática do trabalho. Tal ponto de vista, alicerçado na realidade dos países centrais do capitalismo mundial e em uma versão masculina do trabalho, não é capaz de dar conta da heterogeneidade das condições e formas de trabalho no mundo contemporâneo. Logo, o debate sobre a perda de centralidade do trabalho encontra-se enviesado por um conceito restrito de trabalho que não leva em consideração o trabalho assalariado informal, o trabalho escravo, o trabalho agrícola familiar, o trabalho artesanal, o trabalho ambulante urbano, o trabalho doméstico, o sub-emprego, enfim, as formas precárias e marginais de trabalho presentes nas sociedades contemporâneas. Essas formas de trabalho deixaram de ser centrais na compreensão destas sociedades a ponto de reivindicar-se o fim do trabalho? Evidentemente que a resposta a essa questão é negativa.

Nestes termos, em que medida poderíamos afirmar que o trabalho continua sendo central hoje? O trabalho continua central na medida em que novas formas e relações de trabalho se multiplicam, deslocando e relativizando a importância estratégica do assalariamento no período mais recente do capitalismo mundial. Do mesmo modo, o trabalho continua sendo a condição fundamental para que a maior parte da população obtenha o rendimento necessário à sua reprodução física e social. A articulação entre "trabalho" e "renda" continua sendo um nexo social central no incitamento dos indivíduos ao trabalho e constitui mesmo em um mecanismo

essencial de controle social. Nos países periféricos do capitalismo mundial, onde o Estado de bem estar social não logrou implantar-se, esse fato é ainda mais decisivo.

Nestes termos, a noção de crise do trabalho ou de crise da sociedade do trabalho ganha novos contornos.

A crise da sociedade do trabalho é, primeiramente, a crise decorrente da redução do trabalho industrial e do assalariamento estável, com todas as conseqüências que isso pode trazer, como a desestruturação dos coletivos operários e do movimento sindical clássico, a heterogeneização e pulverização da classe trabalhadora, a redução da estabilidade no trabalho e a generalização de um vínculo instrumental com o trabalho. Essa crise, porém, não implica necessariamente uma redução da centralidade do trabalho, uma vez que outras formas de trabalho e de relações de trabalho existem, estão se constituindo e são centrais na estruturação das condições de vida de extensas parcelas da população na maior parte dos países.

A sociologia do trabalho precisa, portanto, identificar as mudanças em curso e o modo como elas se articulam. As metamorfoses do trabalho precisam ser analisadas em seus contextos históricos e sociais específicos nos quais os atores sociais estabelecem relações entre si. Se o trabalho torna-se menos material e mais imaterial, menos assalariado e mais autônomo, menos protegido e mais precário, isto tudo precisa ser analisado no contexto das relações sociais estabelecidas entre atores sociais concretos.

Enfim, se é verdade que o trabalho está em metamorfose, é verdade porém que ele continua a ser decisivo na produção e distribuição de recursos materiais e simbólicos nas sociedades contemporâneas. Logo, o que está em jogo não é apenas a sobrevivência física de alguns grupos ou classes sociais. Ainda que esse dilema seja central na maior parte do mundo, está em jogo também a reprodução social e simbólica de determinados grupos sociais, sobretudo os mais favorecidos.

O que é peculiar no fenômeno do desemprego, é que ele está atravessado por todas essas dimensões e significados, dos mais materiais aos mais simbólicos. Ele coloca em xeque não apenas a sobrevivência do trabalhador e da trabalhadora pobre que precisa sustentar sua família. Ele coloca em questão a "sobrevivência" de classe, material e simbólica, de certos grupos sociais abastados, como gerentes, executivos e profissionais altamente qualificados.

O desemprego coloca em questão também o modo como as relações sociais de trabalho se organizam e se estruturam coletivamente. Neste caso, a privação de trabalho precisa ser analisada não como o resultado exclusivo de uma forma histórica específica de relações de trabalho, particularmente as relações de assalariamento. Essa privação pode estar permeada por outras

formas e relações de trabalho. Neste sentido, desloca-se a própria noção de desemprego em direção àquela de privação de trabalho. Esta não se reduz a uma "privação de emprego", no sentido estrito do trabalho assalariado capitalista formal, mas a uma privação no sentido mais amplo que poderá implicar para os "desempregados" diferentes experiências de privação.

Logo, o fenômeno do desemprego não está relacionado apenas à redução do trabalho industrial e do trabalho assalariado protegido. A desestruturação do Estado e a própria competitividade do capital em escala cada vez mais global têm produzido mudanças importantes nas relações de trabalho, com importantes repercussões sobre o desemprego. Deste modo, as transformações no mundo do trabalho não aboliram o trabalho e o emprego. Além de alterar as relações de trabalho, multiplicando suas formas e condições, promoveram um profundo deslocamento na problemática do desemprego, pois a privação de trabalho se manifesta de forma cada vez mais complexa e heterogênea. O emprego capitalista estável ou o emprego público estável não só não desapareceram como parecem mais do nunca objetos de desejo. A precarização a que foram submetidas vastas parcelas da população trabalhadora parece ter gerado uma enorme demanda e um enorme desejo de estabilidade e segurança econômica que só o emprego, muitas vezes, parece dar.

Além do mais, é preciso considerar os movimentos diversos e contraditórios dessas transformações no mundo do trabalho. O desencitamento ao trabalho e a redução objetiva e subjetiva de sua importância entre certas camadas da população com a conseqüente ampliação do tempo livre e de atividades autônomas pode ser acompanhada de um correspondente encitamento ao trabalho entre outros grupos, cuja dependência, objetiva ou subjetiva, em relação ao emprego seja cada vez maior, confinando-os às coerções do mercado. Tal dependência pode ser não apenas a necessidade de rendimento para sobrevivência, mas também a necessidade de preservar um "status elevado" na hierarquia do trabalho, tendo em vista os elevados rendimentos econômicos e simbólicos obtidos. Assim, novas modalidades de desigualdades sociais passam a ser desenhadas nesse cenário de transformações do mundo do trabalho.

Uma ampliação do conceito de trabalho para além do trabalho assalariado, estável ou não, é fundamental para que um diagnóstico preciso dessas transformações possa ser feito adequadamente. Dizer, precipitadamente, que a redução do trabalho assalariado corresponde ao fim do trabalho e de sua centralidade significa apreender apenas algumas dimensões dessas complexas mudanças em curso. Novas formas de apropriação do trabalho podem estar sendo geradas nesse movimento de reestruturação do capital. Não apenas a dimensão subjetiva do trabalhador é alvo das estratégias de gestão do capital como novas relações de trabalho podem

estar em curso nesse processo. Ainda que impliquem um relativo deslocamento das formas de dominação no trabalho, tais processos podem gerar também novas formas de resistência e de luta.

Desta forma, as políticas promotoras do "empreendedorismo" dos pequenos e médios empresários e as práticas de economia solidária podem tanto servir de instrumentos de deslocamento das relações desiguais entre capital e trabalho – tendo como conseqüência, por exemplo, a formação de uma ampla camada de pequenos capitalistas e de trabalhadores autônomos com uma relação formalmente independente, mas, na prática, subordinada ao médio e grande capital – como podem possibilitar a formação de uma outra "cultura" do trabalho e das relações econômicas, baseadas em um modelo coletivista, mais horizontal e democrático de gestão e autonomia do trabalho e das relações de trabalho.

De qualquer modo, as novas e velhas formas de trabalho, capitalistas ou não capitalistas, cada vez menos podem ficar de fora de uma análise profunda desses processos de transformação do mundo trabalho. Se, por um lado, novas formas de trabalho e novas formas de subordinação são produzidas pelo capitalismo contemporâneo, por outro, novas modalidades de conflito, luta e resistência estão efetivamente em curso. A redução ou a ampliação das formas de trabalho e emprego não expressam em si mesmas todas as dimensões dos dilemas que atravessam o mundo do trabalho. Se empregos e postos de trabalho são gerados ou destruídos, isto diz pouco sobre a natureza das relações que estão se transformando. O desemprego é apenas um sintoma desse conjunto de transformações. O aumento ou a redução do desemprego também não indica automaticamente a natureza dessas transformações. Baixas taxas de desemprego podem ser acompanhadas de uma piora na qualidade dos empregos gerados, assim como altas taxas de desemprego poderiam significar um longo processo de adaptação a novos modelos de distribuição e alocação da renda. Uma compreensão adequada das transformações em curso, portanto, só pode ocorrer na medida em que o conceito de trabalho operacionalizado sociologicamente dê conta desse conjunto de relações e processos que marcam o mundo contemporâneo.

Um processo de externalização do trabalho pelo capital não significa um retorno ao passado, nem necessariamente a promessa de um futuro melhor. Externalizar significa modificar os mecanismos de gestão e regulação desse trabalho, significa modificar as relações de trabalho. Externalizar significa mais mercado, mas pode significar novas modalidades de regulação, não seu fim, simplesmente. Neste processo, os próprios sentido do trabalho podem se modificar profundamente. Alienação ou desalienação, qualificação ou desqualificação, a verdade é que o futuro do trabalho continua em disputa.

2.7. O conceito de trabalho na periferia do capitalismo

Um exame dos sentidos do trabalho nas sociedades contemporâneas não poderia deixar de lado aquilo que se passa além das fronteiras dos países centrais do capitalismo mundial. Nos países periféricos, as formas mais modernas de trabalho conviveram e convivem com formas ditas tradicionais, freqüentemente descartadas dos esquemas conceituais correntes de análise. A reflexão aqui proposta tem como referência, sobretudo, o Brasil e a América Latina e alguns elementos do debate teórico que se travou nessa região do planeta a respeito do trabalho.

Na periferia do capitalismo mundial, o trabalho nunca foi central no sentido que se empresta a essa noção quando se faz referência aos países capitalistas avançados. Observa-se nesses países uma outra história do trabalho, que é preciso em parte resgatar. Não que o trabalho não tenha sido e não seja central nessa região. Uma outra centralidade do trabalho aí se faz presente.

O processo de formação e expansão do capitalismo brasileiro e, correspondentemente, das relações de assalariamento, foi marcado por uma presença muito expressiva de relações de trabalho não tipicamente capitalistas e pela existência de grandes excedentes potenciais e/ou efetivos de força de trabalho, freqüentemente não utilizados ou subutilizados nas atividades econômicas dominantes. A formação desses excedentes ocorreu durante um processo histórico relativamente longo. Porém, observa-se que durante o processo de desagregação do sistema escravista, no final do século XIX, e de formação e expansão inicial do capitalismo brasileiro houve, ambiguamente, uma grande carência de força de trabalho. Essa carência motivou a implantação de políticas específicas que marcaram definitivamente os rumos da sociedade brasileira, como foi o caso das políticas que estimularam a vinda de imigrantes europeus. Logo, é só a partir dos anos cinqüenta do século XX que, efetivamente, uma grande população excedente imediatamente disponível para o trabalho irá começar a se consolidar na sociedade brasileira, sobretudo na periferia dos grandes centros urbanos. É preciso resgatar um pouco essa história.

A história do trabalho no Brasil é, inicialmente, a história da formação de uma economia agroexportadora especializada na produção de algumas mercadorias valorizadas no mercado mundial, tais como o açúcar, o algodão, o ouro e, ao final desse ciclo, o café. Desde o início, a economia nacional organiza-se tendo em vista uma inserção periférica do país na divisão internacional do trabalho.[102] É com base nesse modelo que é introduzido no Brasil o trabalho

[102] Pochmann, 2001.

escravo. As inúmeras tentativas de explorar a força de trabalho dos indígenas e dos brancos livres não lograram êxito ou ficaram relegadas a um plano secundário. Foram tímidas também as tentativas mais organizadas de integrar as populações dispersas no país, vivendo de uma agricultura de subsistência.

A agricultura comercial extensiva exigia grande quantidade de braços fortes e disponíveis para o trabalho árduo. A história da escravidão negra no Brasil e nos países coloniais é, em grande parte, a história da constituição desse modelo de economia destinada a atender as necessidades impostas pelas metrópoles colonizadoras. Formou-se, então, um modelo econômico cuja dinâmica estava atrelada ao mercado internacional e assentada no trabalho escravo.

Após longo período de relativa estagnação econômica, na segunda metade do século XIX, a economia brasileira começa a apresentar sinais de crescimento, tendo como carro chefe a cultura do café. A valorização deste produto no mercado internacional leva a uma expansão crescente das plantações na região centro-sul do Brasil. Naquele momento, o comércio internacional de escravos já havia sido proibido e as possibilidades de expansão da produção dependia de uma grande oferta de força de trabalho. Em 1888, a escravidão é abolida, modificando-se profundamente a questão da utilização da força de trabalho e intensificando-se a escassez de trabalhadores. É neste contexto que ocorre a transição do uso do "trabalho escravo" para o "trabalho assalariado livre", tendo as políticas migratórias cumprido um papel fundamental nesse processo.

Essas políticas migratórias promovidas pelo Estado brasileiro no final do século XIX, com a vinda, sobretudo, de imigrantes italianos, tiveram como alvo central a constituição dos primeiros núcleos de trabalhadores livres assalariados, inicialmente trazidos para trabalhar nas plantações de café em expansão naquele período.

Em seu estudo sobre a formação econômica do Brasil, Celso Furtado (1985) mostra que uma das soluções possíveis para o problema da escassez de mão-de-obra naquele período teria sido mobilizar aqueles trabalhadores ligados às atividades de subsistência e que estavam dispersos por todo país. O autor salienta que tal projeto não foi levado adiante tanto por razões políticas como por razões ideológicas. Primeiramente, porque os grandes latifundiários não tinham interesse em perder a base social de seu poder político e econômico em uma ordem social patriarcal. Em segundo lugar, os próprios empresários do café acreditavam que estes

trabalhadores nativos não estavam preparados para se tornarem trabalhadores assalariados livres, não servindo para trabalharem nas grandes plantações.[103]

Assim, esses imigrantes europeus também constituirão, logo a seguir, a base da classe operária brasileira em formação naquele período. O crescimento da cafeicultura no final do século XIX precipitara a formação de um importante mercado local no sul do país, nas regiões próximas à capital, na época o Rio de Janeiro. Forma-se, então, uma pequena indústria local que florescerá com a expansão da cultura do café. A acumulação de capitais excedentes durante esse período, em parte investidos na indústria, seria uma das molas mestras do desenvolvimento industrial brasileiro. A cultura do café foi, de certa forma, a fonte da acumulação primitiva[104] que irá modificar, nas décadas seguintes, o centro dinâmico da economia do país. Formaram-se não apenas os capitais excedentes para o reinvestimento capitalista, mas também as classes sociais – empresários, operários industriais – que levariam adiante um novo padrão de desenvolvimento de caráter urbano e industrial.

Esse incipiente processo de industrialização se concentrou, sobretudo, em São Paulo e nele já se pode observar uma forte exclusão dos negros e das populações nativas do mercado de trabalho urbano em formação. Essas práticas de recrutamento marcariam duravelmente o processo de integração dos negros na sociedade brasileira, que se viram excluídos das oportunidades de acesso aos melhores postos de trabalho. Boa parte da força de trabalho negra vai fazer parte da economia agrária de subsistência ou vai integrar as formas de trabalho marginais na periferia das grandes cidades. É nesse período que se formam as primeiras favelas no Brasil.

Vale salientar que, nesse período, uma economia de subsistência é extremamente importante em todo país, abrigando a maior parte da população branca e/ou livre até o final do século XIX. No século XIX, forma-se também uma pequena camada de trabalhadores livres urbanos, autônomos, realizando pequenas atividades artesanais e prestando serviços em um processo de urbanização ainda muito incipiente.[105]

Os núcleos mais importantes de operários urbanos formam-se em São Paulo com a incipiente industrialização que ocorre a partir do final do século XIX e que ganha em intensidade no início do século XX. A classe operária brasileira será formada, sobretudo, por imigrantes ou

[103] Furtado, 1985, p. 122.
[104] Sobre o importância da acumulação primitiva na formação do capitalismo moderno, ver Marx (1983b).
[105] Theodoro, 2004.

descendentes de imigrantes italianos, muitos dos quais já tinham uma história no movimento sindical em seu país de origem.

A partir de 1930, acelera-se a expansão industrial do país, dessa vez sob o comando político de um Estado desenvolvimentista que expressa diretamente os interesses das novas classes sociais ligadas ao mundo urbano-industrial. As velhas oligarquias são ou afastadas do poder ou a ele reintegradas por um novo poder político forte e autoritário que passa a comandar essa nova etapa do processo de desenvolvimento econômico do país. No entanto, é só a partir dos anos cinqüenta que um processo de industrialização mais pesada se verifica no Brasil. Consolidam-se importantes segmentos da indústria de bens de capital e de bens de consumo duráveis, como a siderurgia, o setor automobilístico, a metalurgia, o petróleo, enfim, um conjunto de atividades responsáveis por uma expansão ampliada do capitalismo industrial brasileiro.[106] É nesse período que se forma uma classe operária mais expressiva e ativa no cenário político nacional.

A expansão da classe operária e das relações de assalariamento não implicaram, no entanto, a eliminação das formas mais tradicionais de trabalho, tanto urbanas como rurais. A pequena agricultura familiar, comercial ou de subsistência, e as formas urbanas de trabalho autônomo, artesanal ou de serviços, permaneceram importantes na estrutura ocupacional da sociedade brasileira. Apesar do forte impulso de industrialização observado no Brasil desde os anos trinta e, sobretudo, a partir do final dos anos cinqüenta, o país não chegou a atingir o modelo de uma sociedade salarial, típica dos países avançados, na qual há uma ampla generalização do assalariamento estável para o conjunto da população economicamente ativa.

No debate acadêmico, tal especificidade do processo de desenvolvimento econômico dos países latino-americanos implicou uma concentração das análises teóricas sobre as questões mais gerais desse processo de formação, expansão e consolidação de um capitalismo periférico. Assim, os problemas relativos ao desenvolvimento e, particularmente, ao subdesenvolvimento econômico, hegemonizaram o pensamento social latino-americano a partir dos anos quarenta e cinqüenta até meados dos anos setenta. Tratava-se de investigar a natureza e o alcance do subdesenvolvimento que experimentavam as sociedades latino-americanos. Celso Furtado foi um dos pioneiros na construção original dessas teorias do subdesenvolvimento. Através de um debate e de um arcabouço teórico original, tais abordagens procuravam romper com as teorias da modernização, de orientação estrutural-funcionalista, que explicavam o atraso e o

[106] Alves, 2000.

subdesenvolvimento como etapas anteriores de um processo de desenvolvimento em vias de se consolidar. Neste caso, o atraso era definido como uma ausência de desenvolvimento capitalista ou de um desenvolvimento capitalista insuficiente que combinava as formas econômicas modernas com as formas tradicionais que ainda sobreviviam.

O viés nitidamente evolucionista dessas teorias da modernização apresentava como inexorável um processo de modernização capitalista que destruiria as formas econômicas ditas tradicionais e que levariam a um futuro de progresso e bem estar. Logo, o subdesenvolvimento nada mais era do que uma etapa anterior ao desenvolvimento industrial e capitalista propriamente dito.

Ao contrário disso, a teoria de Furtado propunha a tese segundo a qual o subdesenvolvimento não era uma expressão do passado e de relações tradicionais que ainda subsistiam, mas o resultado de um tipo específico de inserção do Brasil no sistema capitalista mundial, cujo centro dinâmico eram as potências capitalistas do norte. De acordo com este autor, tratava-se de tentar investigar as razões pelas quais as economias subdesenvolvidas não tinham capacidade de produzir um desenvolvimento econômico auto-sustentável. Um dos elementos centrais na análise de Furtado seria a idéia de que a existência de um mercado interno restrito e a formação de um grande excedente de mão-de-obra seriam os fatores centrais que explicariam o crônico subdesenvolvimento econômico dos países periféricos.

Assim, a problemática do trabalho emerge, neste caso, como um sintoma ou um indicador na análise de um modelo específico de desenvolvimento em curso. Não se tratava ainda de fazer uma análise do trabalho e de suas formas de organização; não se tinha, neste caso, uma sociologia do trabalho no Brasil. Tratava-se, antes de mais nada, de uma sociologia do desenvolvimento na qual o trabalho e suas formas tinham um estatuto central na explicação sociológica. Furtado procurava mostrar historicamente como se deu a produção desse excedente e, de um ponto de vista essencialmente econômico, procura mostrar o seu impacto sobre o desenvolvimento da economia brasileira e seu escasso dinamismo.

Segundo Furtado, o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, baseado na substituição de importações, teria esgotado suas possibilidades de expansão tendo em vista o limitado mercado interno. Se, em um primeiro momento, a expansão industrial ocorreu devido à possibilidade de produzir aquelas mercadorias que eram importadas e que passaram a ser produzidas no próprio país por uma indústria autóctone e nacional, em um segundo momento essa expansão encontra obstáculos no reduzido mercado consumidor, tendo em vista a existência de grandes segmentos da população sem capacidade de consumo. Um consumo restrito às

camadas mais elevadas de renda bloqueia o crescimento industrial. Ao mesmo tempo, a produção industrial ocorre em um contexto de desenvolvimento capitalista marcado por um uso intensivo de capital e poupador de força de trabalho. Portanto, o desenvolvimento capitalista não só destrói e/ou desestrutura algumas atividades econômicas tradicionais – como a indústria artesanal, a pequena agricultura comercial – como não consegue absorver o excedente populacional gerado pelas transformações econômicas, provocando uma regressão às atividades econômicas de subsistência, rurais ou urbanas, por parte das populações excluídas das atividades capitalistas.

Muitas críticas foram propostas a essa visão de que o capitalismo brasileiro tenderia à estagnação. As visões estagnacionistas marcaram também algumas versões das teorias da dependência que viam em uma revolução socialista a única solução para superar o subdesenvolvimento. Essas críticas fundamentaram-se principalmente no forte crescimento observado na economia brasileira no final dos anos sessenta e início dos anos setenta, o período do milagre econômico, quando o produto interno cresceu a uma taxa média de 7% ao ano. Assim, a teoria da dependência na versão proposta por Cardoso & Falleto (1969), sugeria que o desenvolvimento econômico era possível ainda que ele mantivesse um caráter específico, dependente e associado ao capital internacional.

É nesse contexto intelectual que são forjadas na América Latina e no Brasil as teorias da marginalidade, na tentativa de explicar as condições de vida e trabalho desse excedente populacional excluído das melhores oportunidades no mercado de trabalho capitalista. À luz das teorias do subdesenvolvimento e da dependência, essas teorias procuravam dar conta da complexa questão do trabalho nos países latino-americanos.

Através do conceito de massa marginal, Nun (1972, 2000) e Quijano (1966) empreendem um esforço teórico a fim de dar uma nova roupagem aos conceitos marxianos de superpopulação relativa e exército industrial de reserva, agora aplicáveis à situação latino-americana. Segundo esses autores, seria preciso distinguir claramente estes dois conceitos, aparentemente utilizados de forma indistinta por Marx. Na tentativa de justificar essa distinção, os autores sugerem que há na própria obra de Marx indícios nesse sentido.

Para esses autores, o conceito de "superpopulação relativa" seria uma categoria teórica mais abstrata e ampla historicamente, referindo-se a qualquer tipo de excedente populacional gerado no seio de um modo de produção específico. Já o conceito de "exército industrial de reserva" refereria-se, particularmente, ao excedente de trabalhadores gerados no modo de produção capitalista, servindo este de reserva de trabalho para o capital em períodos de expansão da atividade econômica. Portanto, este último conceito faz referência ao caráter funcional deste

excedente que além de funcionar como reserva de trabalho, contribui também para pressionar para baixo o preço da mercadoria força de trabalho, com efeitos positivos na gestão e disciplinamento da força de trabalho e, em última instância, na acumulação capitalista.[107]

Assim sendo, nos países latino-americanos, a superpopulação relativa seria muito maior do que um eventual exército industrial de reserva com funções positivas para o capital. Forma-se, na verdade, um vasto excedente disfuncional, não utilizado e não utilizável nem mesmo como reserva de trabalho para o capital. Trata-se da "massa marginal".[108]

Na era do capital monopolista, as condições de recrutamento e uso da força de trabalho alteram-se drasticamente em relação àquilo que ocorria na época de Marx. A modernização tecnológica, as complexas relações de trabalho no interior das grandes organizações, o avanço das atividades relacionais e de serviços e, pode-se acrescentar, mais recentemente, o uso das tecnologia informacionais e das novas modalidades de gestão do trabalho exigem um força de trabalho mais qualificada e mais familiarizada com um ambiente de trabalho caracterizado pela presença marcante da tecnologia e do conhecimento.

Tais condições alterariam profundamente a utilização de alguns segmentos da superpopulação relativa que Marx denominava de "estagnados". Estes seriam constituídos: a) pelos trabalhadores irregulares e instáveis, fonte inesgotável de trabalho para o capital, e b) por todos aqueles que habitam a esfera do pauperismo, o chamado lumpemproletariado, formado por três subcategorias assim distintas por Marx: b1) os aptos para o trabalho, b2) os órfãos e as crianças indigentes, e, finalmente, b3) os degradados, os maltrapilhos e os incapacitados para o trabalho.[109] Marx via no enorme crescimento desta parcela da superpopulação relativa um dos sintomas fundamentais das contradições e antagonismos do capitalismo moderno, de tal forma que a acumulação da riqueza em um pólo implicaria a acumulação da pobreza no outro. Assim, se no capitalismo concorrencial da época de Marx seria possível a utilização desta camada de estagnados e de uma parte do lumpemproletariado nos períodos de expansão econômica, isto não seria mais possível nas condições em que se encontra o capitalismo monopolista, formando-se assim, uma enorme massa marginal de excluídos, sem nenhuma função para a acumulação capitalista.

Em seu estudo sobre a questão da marginalidade na América Latina, Lúcio Kowarick (1977) propõe um referencial conceitual de análise através do qual procurava contrapor-se à

[107] Marx, 1983b
[108] Nun, 2000.
[109] Marx, 1983b. Ver, particularmente, o capítulo XXIII, A Lei Geral da Acumulação Capitalista. Vol. I, Tomo 2.

teoria da massa marginal. O autor mostrava que a dita "massa marginal" não era assim tão disfuncional ao processo de acumulação capitalista nos países periféricos como o Brasil. Para ele, não se poderia reduzir o capitalismo ao setor dito monopolista. Este setor, mais organizado e estruturado, e pagando melhores salários, mantinha relações econômicas diretas não apenas com os segmentos mais concorrenciais do capitalismo, as indústrias tradicionais, que empregavam mais intensamente uma força de trabalho mais desqualificada e com salários mais baixos, mas mantinham também relações com os trabalhadores "informais", trabalhadores autônomos que viviam na periferia da economia e do trabalho capitalista. Para Kowarick, a função econômica desses segmentos era muito clara. Eles não apenas serviam de reserva para o capital nos períodos de expansão, sobretudo dos setores industriais mais tradicionais, como participavam ativamente na realização da mais-valia, como é o caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes que distribuem as mercadorias produzidas de forma capitalista para os estratos inferiores da população. Neste sentido, a dita "economia informal" tinha um papel importante na reprodução da própria classe trabalhadora. São essas atividades informais que tornavam possível a distribuição de mercadorias entre essas camadas mais pobres da população. Freqüentemente, as empresas monopolistas eram abastecidas com insumos, produtos e serviços fornecidos seja pelos setores capitalistas mais tradicionais, seja diretamente pelos trabalhadores informais.

Desta forma, Kowarick procurava desqualificar o caráter disfuncional dessa massa marginal. A dita "marginalidade" (do trabalho e das atividades econômicas) era considerado elemento constitutivo do processo de acumulação capitalista que se utilizava dessas formas econômicas tradicionais e não organizadas para continuar operando a acumulação capitalista.

No debate econômico, esses problemas vão fomentar o debate teórico sobre a informalidade ou o dito "setor informal"[110], na tentativa de melhor compreender as economias dos países periféricos. Tal debate, levado a cabo, sobretudo, nos anos setenta, irá desembocar em visões diferenciadas do fenômeno. Enquanto algumas correntes vão sugerir que a informalidade é um sintoma positivo da flexibilidade e da capacidade de adaptação dos atores econômicos às condições do mercado, tornando-se por isso uma importante alternativa de ocupação econômica para os indivíduos, outras correntes irão associar a informalidade à precariedade e à profunda vulnerabilidade dos segmentos inseridos nas atividades ditas informais. Neste último caso, a informalidade está associada seja ao subemprego seja ao desemprego invisível.

[110] Sobre o conceito de informalidade ver Azevedo (1984), Cacciamali (1994).

As mudanças recentes no mundo do trabalho, a emergência de um novo paradigma produtivo e a revolução tecnológica em curso levaram, recentemente, Nun (2000) a recolocar o conceito de massa marginal no debate sociológico. Hoje, mais do nunca, estaria-se vivendo um processo avançado e generalizado de exclusão de vastas camadas da população latino-americana das formas estáveis e organizadas de trabalho e emprego. Um fosso ainda maior estaria se produzindo entre os incluídos e os excluídos. A reestruturação produtiva estaria, pois, potencializando essas desigualdades.

Nestes termos, a realidade brasileira e latino-americana e o debate sociológico correspondente, mostram que as fronteiras do trabalho são profundamente complexas e heterogêneas nesses países.[111] Mais do que isso, a essa particularidade histórica na qual diferentes formas e relações de trabalho convivem e se articulam, somam-se as transformações recentes do mundo do trabalho que tornam a realidade do trabalho nesses países ainda mais complexa. Todo esse debate não é sem sentido quando se trata de investigar o fenômeno do desemprego na periferia do capitalismo. Em que consiste a privação de trabalho nesse contexto histórico específico?

Para responder a essa questão, é preciso, pois, retomar o debate conceitual sobre o trabalho, particularmente o trabalho na periferia do capitalismo e, sobretudo, no contexto atual de reestruturação produtiva.

Logo, as transformações recentes no mundo do trabalho indicam a urgência de reconstruir um referencial conceitual adequado à apreensão daquilo que se passa nos países periféricos, particularmente no Brasil. Assim, é preciso construir um quadro analítico que combine a leitura das velhas e das novas questões do trabalho. Os velhos mecanismos de exclusão do trabalho e de produção de excedentes no mercado de trabalho combinam-se hoje com mecanismos mais recentes marcados por uma nova e intensa seletividade no mercado de trabalho que potencializam as velhas formas de exclusão social. Deste modo, novas formas de exclusão do trabalho estão em curso e novas estratégias de luta e de sobrevivência são mobilizadas pelos atores sociais.

Em um extremo do mundo do trabalho, as classes sociais mais desfavorecidas, vivendo principalmente na periferia urbana das médias e grandes cidades, são empurradas para o trabalho servil instável como alternativa de sobrevivência. Sem qualificação, sem escolarização e sem alternativas organizadas de emprego, o trabalho, neste caso, é a resposta imediata ao impulso de subsistência, ele confunde-se com a pobreza, a privação de meios materiais de vida. A existência

[111] Lautier, 1998.

humana reduz-se ao dispêndio de energia para sobreviver, o que constitui, no limite, uma espécie de regressão da civilização a condições de pura reprodução física. Formas marginais de ocupação econômica, pequenos delitos, mendicância e mesmo o crime organizado confundem-se nesses espaços sociais. Freqüentemente, a luta não é apenas pela sobrevivência física, mas é também, às vezes, uma luta simbólica pelo reconhecimento de um mínimo de dignidade. Formas marginais de trabalho, como é o caso dos guardadores de carro nas cidades brasileiras, podem significar para muitos indivíduos um pequeno resto de dignidade, uma alternativa melhor que o crime e o delito. Assim, uma verdadeira guerra simbólica se trava neste submundo do trabalho, no qual a escassez de lugares na estrutura ocupacional nem sempre se expressa objetiva e subjetivamente na forma do desemprego, permanecendo, tal escassez, freqüentemente, invisível no debate público.

No outro extremo do mundo do trabalho, pode-se identificar aqueles trabalhadores ligados aos setores mais organizados e estruturados da economia capitalista oligopolizada, bem como os trabalhadores do setor público, agraciados por um alto nível de estabilidade no trabalho. Essas formas de trabalho mais organizadas e protegidas, tal como ocorreu nos países capitalistas centrais, têm passado, no entanto, por um forte processo de desestruturação e precarização.

No setor público, as políticas de reforma do Estado brasileiro, levadas a cabo, sobretudo, a partir do governo Fernando Henrique Cardoso e continuamente aplicadas pelo governo Lula, vêm impondo ou tentando impor a redução de direitos sociais e trabalhistas (reforma previdenciária, reforma sindical, reforma trabalhista) e um intenso achatamento salarial como formas de conter os gastos públicos e atingir o equilíbrio fiscal previsto no receituário dos agentes financeiros internacionais. As práticas de terceirização e subcontratação e o expediente do contrato temporário no interior do serviço público, tal como no setor privado, expressa igualmente um intenso processo de precarização do trabalho.

No setor privado, a reestruturação produtiva e as novas formas de gestão do trabalho têm um efeito marcante sobre a estrutura ocupacional. A redução dos níveis hierárquicos, a ampliação das práticas de terceirização e subcontratação, a modernização tecnológica e a informatização de importantes setores econômicos – não apenas na indústria, mas também nos serviços e cujo exemplo clássico é o setor bancário – são dimensões de um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho que afetaram e afetam diretamente os segmentos mais estáveis da classe trabalhadora brasileira integrada ao assalariamento estável.

Para esse segmento, o desemprego apresenta-se como um novo fenômeno, inédito na história econômica do país. Ele afeta não apenas aqueles que não encontram um trabalho estável

e bem remunerado, mas também aqueles que, o tendo, temem perdê-lo. Nas últimas décadas, a ampliação das classes médias na estrutura de classes sociais no Brasil é acompanhada de uma relativa escassez de emprego qualificado e estável para estes segmentos. Nos últimos anos, a competição acirra-se ainda mais. As imensas filas observadas por ocasião da inscrição nos concursos públicos para ingresso no setor público evidenciam a busca por segurança econômica e social em uma relação de trabalho estável e organizada proporcionada pelo emprego público. Neste caso, o "estatuto" do emprego é o fator que pesa mais na escolha dos indivíduos. Em uma sociedade marcada pela escassez de estabilidade ocupacional, um emprego público pode significar a segurança tão sonhada, já que as oportunidades de emprego estável são reduzidas, o número de candidatos às poucas vagas existentes é imenso e a seletividade muito acentuada. Assim, a ameaça de desemprego paira também sobre amplos segmentos da classe média escolarizada e relativamente qualificada.

Todos esses dilemas do mundo do trabalho brasileiro e latino-americano exigem uma ampliação no uso do conceito de trabalho para além do trabalho assalariado estável. Se esta forma de trabalho (assalariamento estável) nunca foi central nos países latino-americanos, nem por isso se pode dizer que não há uma crise do trabalho nessas sociedades. Como sugere Kowarick (1977), são evidentes as relações entre as formas modernas capitalistas e as formas tradicionais de trabalho. Tal dicotomia conceitual, no entanto, favorece uma visão dualista da realidade social, sem que se consiga identificar a heterogeneidade e diversidade de atividades que se classifica como tradicionais ou não capitalistas, e os nexos entre todas essas formas de trabalho.

Como viu-se anteriormente, uma atividade não capitalista e não assalariada constitui, com freqüência, um elo importante na cadeia de relações capitalistas. Se, por um lado, é possível afirmar que as atividades organizadas em moldes capitalistas se apropriam dessas formas de trabalho marginais ou informais, por outro lado, é preciso reconhecer que estas são freqüentemente a consolidação de estratégias imediatas de sobrevivência fadadas a se reproduzirem de forma persistentemente precária. Destituídos de recursos materiais e simbólicos, tais atores econômicos atomizados estão destinados a permanecer na absoluta precariedade econômica e vulnerabilidade social.

Assim, o conceito de trabalho precisa dar conta das diversas dimensões da questão do trabalho no Brasil hoje. O trabalho é, em grande parte, o trabalho exercido de forma autônoma, a partir da iniciativa dos próprios trabalhadores, como estratégia necessária para garantir a sua reprodução física e social. As formas assumidas por esse trabalho são variadas e os sentidos a ele

atribuídos também. Às vezes, elas constituem formas disfarçadas de assalariamento, como é, freqüentemente, o caso das atividades de venda. O amplo excedente de trabalhadores torna possível essa externalização do processo de realização da mais-valia, transferindo os custos desse processo para o próprio trabalhador. O pequeno comércio ambulante e de venda de produtos alimentícios, sobretudo nas grandes cidades, também constituem formas autônomas de trabalho diretamente ligadas ao circuito mais amplo de circulação capitalista, seja porque essas atividades contribuem diretamente para distribuir as mercadorias produzidas por empresas capitalistas, seja porque servem para a reprodução física dos consumidores desse mercado (alimentação, vestuário). A essas formas urbanas de trabalho, pode-se acrescentar aquelas rurais, realizadas seja para a reprodução física dos próprios produtores (autoconsumo), seja com finalidade comercial. Freqüentemente, os pequenos agricultores familiares que não conseguem extrair de sua atividade as condições necessárias à sua sobrevivência, vendem sua força de trabalho seja para a indústria seja para a agricultura comercial. Tais práticas sempre foram recorrentes no Brasil e se fazem presentes em toda a sua história econômica. Os fortes fluxos migratórios do campo para a cidade, sobretudo nos anos sessenta e setenta, foram expressão de um intenso empobrecimento dos trabalhadores do campo que se viam obrigados a migrar atrás de novas oportunidades de trabalho nas médias e grandes cidades.

Assim, as condições de funcionamento do mercado de trabalho no Brasil são permanentemente mediadas pela presença de atividades não tipicamente capitalistas (e por relações não assalariadas), que interferem de maneira decisiva no modo como os atores individuais e coletivos definem suas estratégias de entrada e saída desse mercado. Para além do *mercado de trabalho capitalista*, organizado e estruturado, marcado por relações de assalariamento, tem-se um *mercado de trabalho remunerado,* freqüentemente não assalariado, que se inscreve marginalmente na economia capitalista através de seus próprios esquemas de troca.

Para além desse *mercado de trabalho remunerado*, observa-se ainda formas de trabalho não remuneradas de autoprodução destinadas ao autoconsumo, muitas vezes essenciais na reprodução das condições de vida das classes mais desfavorecidas. Dentre essas formas de trabalho, identifica-se desde as hortas domésticas e a autoconstrução de moradias, os mutirões, até o trabalho doméstico propriamente dito, sem o qual a reprodução física dos grupos familiares torna-se impossível. A proximidade dessas formas de trabalho com a esfera doméstica faz com que elas sejam fortemente marcadas pela divisão sexual do trabalho. Ver-se-á mais adiante que a forte presença das mulheres nessas formas de trabalho interfere decisivamente no seu modo de

inserção no trabalho remunerado, constituindo mesmo uma base importante para as desigualdades de gênero no mundo do trabalho e na sociedade em geral.

Uma tal extensão do conceito de trabalho torna evidente a centralidade dessas "atividades de reprodução material" no Brasil, tendo em vista o seu papel estratégico na garantia da sobrevivência e reprodução dos indivíduos e de seus grupos familiares. Deste modo, a centralidade do trabalho tal como ela é aqui considerada é o resultado de um contexto societal no qual as coerções econômicas imediatas condicionam fortemente a constituição do modo de vida individual e coletivo. Neste modelo de sociedade, a existência de grandes excedentes econômicos, uma enorme quantidade de riqueza acumulada ou em circulação, continuam contrastando com a pobreza, com uma forte exclusão ao acesso a essa riqueza acumulada. Assim, os conflitos distributivos foram e continuam sendo centrais em sociedades como estas. Os conflitos no campo, que sempre marcaram a história brasileira, são conflitos pela posse e uso da terra como recurso essencial, ao mesmo tempo farto e escasso, necessário à sobrevivência. Tratou-se e trata-se de um conflito distributivo central. A terra foi e continua sendo um recurso central de disputas econômicas e políticas. Ela é a base de estratégias de sobrevivência dos setores subalternos da sociedade brasileira há séculos. É também a base das estratégias dos setores empresariais ligados ao agronegócio em suas tentativas de ampliar a acumulação no campo. Assim, como a terra sempre foi um recurso estratégico no processo de expansão capitalista no campo, os conflitos pela sua posse e uso sempre estiveram no centro das lutas sociais e políticas na sociedade brasileira.

Com a expansão do processo de industrialização e com a formação de um mercado de trabalho livre, assalariado, novas formas de conflitos distributivos se constituíram, agora em torno das disputas salariais. O avanço do assalariamento fez com que as lutas operárias ganhassem força na história política do Brasil. Mas, nem por isso, os conflitos no campo deixaram de ser importantes, pois vastas camadas da população nunca tiveram no trabalho assalariado urbano uma real alternativa de sobrevivência, tendo em vista que as relações de assalariamento no Brasil jamais se generalizaram para o conjunto da população ativa. De qualquer forma, a formação de um mercado de trabalho urbano criou as condições para que a sobrevivência ocorresse através do trabalho assalariado ou do trabalho autônomo ligado às atividades urbanas, de produção e circulação de mercadorias e, principalmente, dos serviços urbanos.

Neste contexto, o problema da privação do trabalho no Brasil manifestou-se durante muito tempo como um problema de acesso às formas tradicionais, não capitalistas e não assalariadas de

trabalho. Por isso, o desemprego não se manifestou como um problema social relevante e dotado de visibilidade pública. Mais recentemente, quando o desemprego emerge como problemática social no Brasil, ele continua marcado pela presença das formas não diretamente capitalistas de trabalho e de privação de trabalho. As relações entre essas formas de privação de trabalho, as tradicionais e o desemprego, são evidentes. Primeiramente, porque os trabalhadores freqüentemente alternam o trabalho assalariado com outras formas de trabalho, seja individualmente, seja coletivamente em suas estratégias de sobrevivência no interior dos grupos familiares. A redução das oportunidades de emprego assalariado gera uma pressão na busca pelas formas autônomas de trabalho e limitam as possibilidades de expansão destas atividades (não capitalistas) que dependem do fluxo de renda gerado pelos setores mais dinâmicos da economia. Assim, um certo "desemprego" nas atividades mais organizadas também repercute sobre estes segmentos não capitalistas. Neste caso, o desemprego também pode manifestar-se como uma categoria individual mobilizada pelo indivíduo que vive um processo crônico de privação de trabalho e renda. Por isso, a categoria "desemprego" não expressa apenas uma privação de trabalho no interior da relação de assalariamento, mas uma privação de trabalho remunerado em um sentido mais amplo.

Nestes termos, uma "sociologia do trabalho e do desemprego" não tem como foco apenas a apreensão e análise das relações e das formas de trabalho e de privação de trabalho. As formas e relações de trabalho condicionam as experiências dos atores sociais, mas não são as únicas determinações de suas ações. Neste sentido, é preciso fazer a transição de uma "sociologia das formas" – das relações e formas de trabalho – a uma "sociologia dos atores sociais" em seus contextos de ação, implicando uma apreensão tanto dos conteúdos significativos das ações e das práticas desses atores inscritos em relações sociais.

A centralidade do trabalho, portanto, não pode ser uma suposição a priori, deduzida de certas formas da vida social. Ela própria é uma construção social e histórica feita por atores sociais em contextos sociais e relacionais específicos. É nestes termos que ela precisa ser investigada no Brasil.

De qualquer modo, o problema da centralidade do trabalho no Brasil coloca-se em outros termos. Neste país, essa centralidade jamais adquiriu os contornos e conteúdos daquela observada nos países europeus. Logo, uma pluralidade de laços e vínculos com o trabalho implica, conseqüentemente, uma pluralidade de experiências de desemprego e privação de trabalho. Ainda que as coerções econômicas imediatas (pobreza) sejam essenciais para descrever e compreender

essas experiências de privação de trabalho no Brasil, estas também são mediadas por formas culturais específicas, em um amplo leque de significações atribuídas ao trabalho.

Se uma "sociologia do trabalho" e uma "sociologia do desemprego" não se limitam à apreensão da emergência e transformação histórica das formas e relações de trabalho e de privação de trabalho, se essas sociologias são capazes também de apreender e interpretar a ação social dos atores em suas experiências concretas de vida, pergunta-se: a partir de que fundamentos teóricos pode-se alicerçar uma outra abordagem sociológica do trabalho e da privação do trabalho? De que maneira essas diferentes abordagens podem se articular? É o que será tratado a seguir.

2.8. Trabalho, experiência, biografia : os sentidos do trabalho em construção

Até aqui, no esboço de uma sociologia do desemprego, procurou-se inventariar os "sentidos" e as "formas" de trabalho na modernidade capitalista. A partir de uma abordagem em termos de uma dinâmica histórica procedeu-se a uma breve arqueologia e a uma semântica cultural da categoria trabalho. Viu-se que, nessa modernidade, o trabalho assume o valor cultural de uma atividade central, o que não tem precedentes históricos similares. Viu-se também que essa atividade, o trabalho, assume uma forma social específica, generalizando-se para o conjunto da sociedade e tornando-se a forma hegemônica de trabalho. Viu-se ainda que nos países da periferia do capitalismo mundial, essa hegemonia é precária, múltiplas formas de trabalho convivendo e se articulando no espaço social e econômico.

Essa forma hegemônica de trabalho é o trabalho assalariado, atividade econômica produzida em uma relação social, a relação de assalariamento ou relação salarial. Neste caso, afirmar que o trabalho assume uma forma social específica, significa reconhecer que este trabalho é exercido no interior de relações entre atores sociais que ocupam posições diferenciadas no espaço social. Como bem observou Marx, a produção dessa forma de trabalho é, ela própria, a produção de relações sociais, de relações sociais de classe.

Assim, as "formas" e os "sentidos" do trabalho condicionam-se reciprocamente. As formas de trabalho impõem limites no quais esta atividade adquire significados para os atores sociais. Esses significados do trabalho, no entanto, não estão necessariamente presos a esses limites, uma vez que os mesmos não são construídos e reconstruídos apenas a partir do interior dessas formas e relações de trabalho, o que remete à heterogeneidade e complexidade das

experiências de trabalho. Além disso, na prática, as experiências de trabalho não são isoladas e isoláveis de outras dimensões da experiência humana. Essas outras esferas da experiência interferem sobre a experiência de trabalho, podendo afetar os seus significados a partir de fora, a partir de outras dimensões da vida social.

É assim que uma outra abordagem do trabalho torna-se possível. Para além de um enfoque em termos de uma dinâmica histórica do trabalho, é possível também traçar um outro enfoque em termos de uma dinâmica biográfica, na qual as experiências de trabalho desnudam novos processos de produção dos sentidos e das formas de trabalho. Mas porque seguir esses caminho? A resposta a essa questão não é nada fácil, até porque os caminhos são inúmeros e nenhuma pesquisa individual pode esgotar os caminhos possíveis.

No entanto, se se pretende compreender melhor a produção desses sentidos do trabalho e do desemprego, inscritos eles próprios em relações sociais específicas, logo torna-se um caminho possível e necessário recuperar a noção de experiência biográfica e propor uma abordagem do trabalho que ultrapasse a identificação e descrição de suas formas e sentidos gerais. A noção de experiência biográfica permite estabelecer não apenas o nexo entre as diversas dimensões da vida social, mas também integrar à análise, o processo no qual os "sentidos" e as "relações" se transformam em uma trajetória social.

É nestes termos que em um método de investigação do trabalho e do desemprego, que leva em consideração a noção de experiência biográfica, vislumbra-se um caminho e uma alternativa teórico-metodológica capaz de escapar às formas diversas de reificação da vida social. Nesse caminho, o conceito de "trabalho" e de "desemprego" não se apresentam prontos e acabados, pois se a vida social é processo em mutação a partir do encontro de atores sociais diversos, a sociologia tem por compromisso apreender o modo pelo qual esses atores sociais experimentam o mundo social, construindo categorias sociais de entendimento desse mundo a partir dos lugares que nele ocupam e das relações nas quais estão inscritos. Logo, a noção de experiência, remetendo à vivência que os atores sociais tem do mundo social, pode contribuir para superar uma apreensão desse mundo social como "algo em si mesmo", como realidade objetiva independente dos atores que o conhecem e agem sobre ele.

Por isto, a sociologia se converte em um método de apreensão das categorias nativas desses atores sociais, dos significados por eles construídos e transformados em suas interações e relações sociais. Uma tal abordagem do trabalho ancora-se, portanto, na tradição de uma sociologia fenomenológica que desloca profundamente o objeto das ciências sociais, questionando os pressupostos fundamentais de uma sociologia objetivista que supõe, de ante

mão, a exterioridade dos fenômenos sociais. Sem negar o caráter "objetivo" e em certa medida "exterior" da vida social, trata-se aqui de reconhecer que a dimensão interior e subjetiva da vida social não é menos "real".

Essa já é uma idéia cara à própria tradição sociológica clássica. Max Weber é o principal formulador de um projeto sociológico alicerçado na realidade dessa dimensão subjetiva da vida social. A concepção weberiana da vida social é, por excelência, centrada no conceito de "ação social" como conduta dotada de sentido subjetivo.[112] Essa visão de Weber sobre o objeto das ciências sociais cristaliza-se, no entanto, em um modelo interpretativo bastante "culturalista", no qual os sentidos subjetivos funcionam como "estruturas de significados" gerais, dadas em dado momento histórico e compartilhadas por amplas parcelas da população. Por isso, por seu caráter geral e abstrato, não há propriamente em Weber um método biográfico, uma sociologia da vida cotidiana, um método de abordagem dos atores sociais interagindo face à face em um processo contínuo de produção e transformação desses significados compartilhados, ainda que os fundamentos teóricos para isto estejam presentes. O modo de apreensão da dimensão subjetiva da vida social, operada por Weber, também pode implicar um certo risco de reificação, pois nele a observação dos processos sociais concretos não permite identificar e apreender um conjunto mais amplo de determinações que afetam a ação dos atores sociais, influenciando suas escolhas reais, suas práticas e representações em tempo real.

É em uma sociologia de orientação fenomenológica, inspirada em G. Simmel, A. Schütz (2003), G. H. Mead e na tradição interacionista da escola de Chicago que se encontram as bases de uma tal abordagem. Nessa tradição, é a importância central do conceito de "interação" que promove uma especial atenção ao modo pelo qual os atores sociais elaboram e modificam os significados da vida social. Contrapondo-se à tradição objetivista das ciências sociais, sobretudo às concepções durkheimianas na definição do objeto da sociologia que privilegia a exterioridade dos fatos sociais, as concepções interacionistas vão focalizar a "ordem da interação" produzida pelos atores em suas interações face à face. A ordem social não é mais estranha, opaca e exterior, o ator social não é mais um "idiota cultural".[113] A ordem social é local, instável e contingente, é um conjunto de "símbolos", significados e sentidos apreendidos e modificados pelos indivíduos em interação.

Se, por um lado, uma "sociologia objetivista" corre o risco de produzir uma imagem reificada da vida social, como se a sociedade fosse uma entidade dotada de vida própria,

[112] Weber, 1991.
[113] Ver também : Haguette (1992) ; Coulon (1995) ; Joseph (2000).

independentemente da ação dos atores sociais, por outro, uma sociologia interacionista e fenomenológica corre o risco inverso de produzir uma imagem por demais contingente da vida social, sem ordem aparente, sem estabilidade e permanência. O principal defeito da primeira é não compreender como a mudança social pode acontecer, como a ordem pode ser transgredida, é imputar sentidos às ações dos atores sociais; o da segunda, é não conseguir explicar a perenidade de certos comportamentos e instituições, como certas práticas e representações podem se manter com tanta força por tanto tempo. Neste último caso, as relações de poder, os mecanismos de dominação e o peso das coerções podem ser subestimadas.

Por todas essas razões, a noção de experiência tem uma importância fundamental na investigação sociológica, pois ela privilegia uma abordagem da vida social primeiramente a partir dos atores sociais, de suas ações sociais, de suas práticas e representações. Mas, como afirmam Berger & Luckmann (1998), o mundo social é objetivo na medida em que esses atores se defrontam com um conjunto de "condições", uma situação social, na qual precisam agir. As regras e normas da vida coletiva, as instituições, os outros atores sociais, os valores, as ideologias, os recursos de que dispõem constituem o mundo social objetivo desses atores. Neste sentido, a objetividade do mundo social não é a objetividade em si mesma, é uma objetividade para um determinado sujeito, para um ator social particular. Esse mundo social objetivo é ao mesmo tempo um mundo social interiorizado, tornado subjetivo, o qual os sujeitos aprenderam a identificar e reconhecer através de um processo de socialização que pode durar a vida toda. É através deste ou destes processos de socialização que os atores sociais vão apreendendo as categorias sociais de entendimento do mundo social, através das quais eles conhecem e reconhecem esse mundo, nele agindo de certo modo e considerando-o mais ou menos legítimo, mais ou menos aceitável. É através das interações com os demais atores sociais – o que Mead chama de "outros significativos"– que os sujeitos interiorizam esse mundo no processo de socialização, construindo não apenas uma imagem do que é esse mundo – o seu mundo – mas também uma imagem de si próprios, uma identidade, o que implica um modo pelo qual esses indivíduos se reconhecem e são reconhecidos no mundo.

Enfim, tanto a imagem que têm do mundo real, objetivo – seu mundo – como a imagem que têm de si mesmos – suas identidades – são construídas e transformadas na própria experiência desses indivíduos a partir das interações que estabelecem com os outros, particularmente os "outros significativos". Logo, o modo como esses indivíduos "definem" o mundo e a si mesmos está relacionado com o modo como os outros significativos definem esse mundo. O mundo objetivo e a identidade são produtos de processos relacionais. A identidade está

relacionada tanto ao modo como o indivíduo se reconhece como ao modo como ele é reconhecido pelos outros e percebe que é reconhecido. O mundo social é todo feito dessas percepções e definições partilhadas e trocadas entre os indivíduos em suas interações sociais. O mundo é efetivamente uma realidade intersubjetiva.

Logo, a ação social de um ator social precisa ser situada em um contexto social: os objetos do mundo social e os atores sociais com os quais o indivíduo interage e se relaciona.

Assim, depreendendo desse ponto de vista uma certa sociologia do trabalho, o próprio trabalho é constitutivo do mundo objetivo e subjetivo dos indivíduos, dos atores sociais. Neste caso, o trabalho não é abstratamente um conceito, uma realidade definida a partir de determinados critérios e com determinados contornos, como o é a priori para o sociólogo, para o cientista social. O trabalho é um lugar de experiência do mundo, de interação com outros atores, uma realidade dotada de regras, normas, instituições. É também um lugar onde o indivíduo é socializado, aprendendo e interiorizando certas regras, valores e idéias sobre o mundo.[114] Além disso, o trabalho é também um espaço no qual o indivíduo constrói uma certa identidade, define seu lugar no mundo, se define como pessoa, deparando-se com as definições dos outros, com o reconhecimento e o modo de reconhecimento que os outros lhe conferem, e que o indivíduo julga lhe conferirem. Enfim, o trabalho é uma atividade e um espaço de produção e transformação da vida individual e social.

O que é especialmente peculiar a essa abordagem é que o indivíduo e a experiência individual são cruciais na compreensão do mundo social. Se esse indivíduo tem um estatuto teórico central na interpretação sociológica é porque ele é considerado elemento fundamental na produção da vida social e não um simples reflexo da sociedade, um mero produto da vida social.

Por isso, investigar e compreender as trajetórias individuais não significa recair em um ponto de vista individualista e psicologizante dos fenômenos sociais. Ao contrário, trata-se de investigar mais exaustivamente as condições e o processo pelo qual os indivíduos se comportam desta ou daquela maneira. O comportamento individual, neste caso, não será o resultado de uma racionalidade abstrata, de uma lógica ou estratégia, suposição típica de um certo individualismo metodológico. A trama social, nestes termos, não será o simples produto da agregação de ações individuais cujos efeitos coletivos são muitas vezes imprevistos e inesperados.[115]

O comportamento dos atores sociais será explicado em função do contexto e da história desses atores, o que implica inventariar os recursos materiais e simbólicos de que dispõem para

[114] Dubar, 1998b.
[115] Boudon, 1989, 1993.

agir. Obviamente, esses recursos só podem ser identificados no contexto social em que vivem esses atores, nas relações que estabelecem e na história que vivem. Os recursos de que dispõem essee atores não são de tipo puramente material, econômico, mas também simbólicos, são representações, são valores, são idéias que orientam suas ações. Essas representações fazem parte desses recursos e se formam em contextos sociais específicos. Elas constituem uma matéria-prima fundamental da ação social, das razões e intenções que orientam esses atores.

Mas, esses recursos, materiais e simbólicos, essas representações, também têm uma história e se formam em um processo biográfico e são elaborados e acessados pelos atores em suas relações com os demais atores sociais. Por isso, as razões e as intenções que levam os atores a agir não podem ser reduzidas a uma dimensão puramente racional, a estratégias reconhecidas e reconhecíveis por esses atores. A intencionalidade da ação social não esgota o mundo social e as relações sociais. Muitas vezes, a despeito mesmo das intenções ou das boas intenções, o mundo social se reproduz em suas determinações.

Bourdieu (1990) propõe, nestes termos, uma importante crítica ao interacionismo e a uma sociologia fenomenológica que tenderiam a reduzir a vida social às condições nas quais a interação se passa. Tal abordagem careceria de uma adequada compreensão da história que existe por trás de um comportamento que ocorre no presente. Através do conceito de habitus, Bourdieu procura dar conta da importância dessas "disposições" que os indivíduos têm previamente para agir dessa ou daquela forma. Os habitus são eles próprios o resultado de um processo de aprendizagem do mundo social, de um processo de socialização através do qual determinadas categorias subjetivas ajustam-se a um mundo objetivo, operando-se "naturalmente" a reprodução desse mundo, de tal forma que o seu reconhecimento subjetivo corresponde à sua realidade objetiva.

Apesar do risco de recair em uma perspectiva reprodutivista e estruturalista do mundo social a partir desse conceito de habitus, Bourdieu fornece uma crítica importante também às abordagens individualistas e racionalistas, dando conta de que a vida social não se produz e reproduz apenas a partir das intenções e das razões explícitas formuladas pelos atores em suas vidas sociais. Neste sentido, o conceito de prática social adquire um interesse sociológico de grande relevância, na medida em que representações e práticas não estão sempre e necessariamente articuladas de forma coerente e racional. Os habitus supõem estados de consciência que decorrem de estruturas internalizadas e que muitas vezes se reproduzem "naturalmente" nas práticas dos atores sociais, em seus hábitos arraigados que às vezes escapam a qualquer juízo crítico e racional. É nestes termos que Giddens propõe uma distinção conceitual

entre "consciência discursiva", "consciência prática" e "motivos inconscientes".[116] Enquanto a primeira refere-se às intenções manifestas pelos atores e expressas em seus discursos, a segunda refere-se a estados mentais que não assumem uma forma discursiva e só podem ser apreendidos a partir da observação das práticas e representações dos atores em relação a objetos particulares e em contextos sociais específicos. A noção de "motivos inconscientes" permite ao autor discutir a importância do conceito de inconsciente, elaborado por Freud, para a teoria social.

2.9. As formas de trabalho e a relação com o trabalho nas experiências biográficas

Uma abordagem em termos de experiências biográficas a partir das trajetórias individuais no mercado de trabalho permite identificar e reconstituir a relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho e com a privação de trabalho. Essa relação, uma das dimensões da relação que esses indivíduos estabelecem com o mundo, pode ser definida como uma relação subjetiva, comportanto um conjunto de idéias, valores, sentimentos em relação a esses objetos (o trabalho, o desemprego, o mundo social em geral) e uma relação prática com esses mesmos objetos, comportando um conjunto de atitudes, de hábitos, de atividades concretas levadas a cabo pelo indivíduo em seu cotidiano.

Essa relação como trabalho é tanto uma relação com o trabalho remunerado em geral, assalariado ou não, formalmente registrado ou não, comportando ou não as proteções garantidas pelo Estado, como uma relação com o trabalho doméstico, exercido no âmbito da família ou do grupo domiciliar, destinado a reprodução física e social do indivíduo e de seu grupo. Neste sentido, a relação com a privação de trabalho estará diretamente relacionada com a relação que os indivíduos estabelecem com o trabalho no sentido amplo, remunerado ou doméstico.

Vale registrar, finalmente, que uma abordagem em termos de experiência do trabalho e da privação de trabalho, de uma relação que os indivíduos estabelecem com seu trabalho e com suas circunstâncias de privação, não impede nem dispensa uma abordagem das formas e sentidos gerais do trabalho em sua dinâmica histórica mais ampla. Isto porque se as experiências individuais e também coletivas se inscrevem em contextos sociais específicos, em um quadro no qual essas experiências adquirem sentido e significado. Uma abordagem em termos de dinâmica

[116] Giddens, 2003.

histórica permite precisamente reconstruir esse quadro, esse contexto no qual as representações e as práticas dos atores sociais são levadas a cabo e podem ser explicadas adequadamente.

Logo, o esforço teórico de construção de categorias históricas de mais longo alcance, mais abstratas e gerais, não só não se opõe a uma abordagem das experiências concretas dos atores sociais, de identificação e reconstrução de suas categorias nativas, de suas maneiras de apreender o mundo social, como contribui decisivamente para esse processo de compreensão do mundo desses sujeitos. Isto porque o quadro e o contexto no qual os atores sociais levam adiante suas práticas e representações não está dado naturalmente na realidade. Esse quadro e esse contexto são sempre reconstruídos pela ciência a partir de critérios teóricos considerados relevantes. As próprias práticas e representações desses atores, os significados e sentidos por eles elaborados, suas atitudes e atividades concretas, não estão dadas de antemão na realidade como matéria-prima da ciência. Essas práticas e representações são, antes de mais nada, recursos conceituais a partir dos quais os cientistas sociais percebem, apreendem e interpretam o mundo social desses atores.

Portanto, o "mundo dos atores sociais" recuperado por uma certa perspectiva fenomenológica é sempre "um certo mundo" ou "uma parte desse mundo", percebido, recortado, apreendido e interpretado de um certo ponto de vista. Esse mundo jamais poderia ser esgotado em sua totalidade. Fazê-lo seria negar o próprio sentido do conhecimento que, de certa forma, simplifica, traduz, sintetiza esse mundo. Eis que a relação entre as "categorias naturais dos atores" e as "categorias teóricas dos cientistas" estão sempre em uma relação dialética, nutrindo-se reciprocamente e fundamentando um diálogo que pode ser a base da prática científica. Nestes termos, a ciência é uma prática social como qualquer outra. O próprio sentido dessa prática não está dado de antemão. Longe de buscar a construção de um saber como "verdade", alicerçado em uma representação objetivista da realidade social e em uma perspectiva neutra da atividade científica, a perspectiva que se coloca aqui é, antes de mais nada, a de uma prática de construção de conhecimento como diálogo, da construção de um saber que ilumina, esclarece e torna visível a experiência de certa maneira, informando a ação.

No entanto, não se trata de recair no relativismo extremo, que supõe a existência de tantas verdades quantos forem os sujeitos, como se todas essas verdades tivessem um valor equivalente no mundo social. O conhecimento e a ciência como momentos de um diálogo, de uma certa experiência e ação sobre o mundo, são eles próprios um projeto político que reconhece que o conhecimento constitui e é constitutivo em relações de poder. O alvo desse projeto, porém, não é o de preservar relações de dominação, hierarquias impostas, mas a constituição de sujeitos livres

e capazes de estabelecer um diálogo e um processo de negociação em suas diferenças. Logo, para que não se converta em dominação, tal prática científica não pode se apresentar como portadora da verdade, mas de saberes capazes de subsidiar o diálogo livre.

2.10. Trabalho, divisão do trabalho, divisão sexual do trabalho: em direção a uma abordagem em termos de relações sociais de gênero

Propor uma problematização do trabalho em termos de relações sociais de gênero significa repor o conceito de trabalho em novas bases. Segundo Hirata (1995), "*a ampliação do conceito de trabalho pela inclusão neste do gênero e do trabalho doméstico, não profissional, não assalariado e não remunerado teve por conseqüência, no plano teórico e epistemológico, de desconstruir uma série de clivagens, como aquelas entre produção e reprodução, assalariamento e família, etc. Essa ampliação teve também como conseqüência a desconstrução de categorias sociológicas construídas exclusivamente a partir da consideração de uma população masculina considerada como universal (categorias como aquelas de qualificação, classes sociais, pleno emprego, etc.).*"[117] Uma tal abordagem colocou fortemente em questão "*o androcentrismo das pesquisas em ciências sociais*".

Assim, uma reconceituação do trabalho em termos de gênero leva a uma ampliação dessa noção no sentido não apenas de integrar ao campo de análise atividades sociais normalmente excluídas por uma noção estrita de trabalho como trabalho assalariado ou trabalho remunerado, mas de apreender novas determinações da realidade do trabalho a partir de outras esferas da experiência, concedendo um lugar fundamental à subjetividade.[118] Nestes termos, as relações sociais de gênero constituem a realidade do mesmo modo e ao mesmo tempo que outras relações sociais, o que implica a noção de que essas relações são consubstanciais, conforme a expressão cunhada por Danièle Kergoat (2001). Uma melhor compreensão do conceito de trabalho em termos de relações de gênero exige uma breve retomada da arqueologia desse debate teórico. Só assim é possível compreender os desafios teóricos implicados nesse processo.

---

[117] «*... l'élargissement du concept de travail par l'inclusion dans celui-ci du sexe social et du travail domestique, non-professionnel, non salarié et non-rémunéré a eu par conséquence, sur le plan théorique et épistémologique, de faire éclater toute une série de clivages, comme ceux entre production et reproduction, salariat e famille, etc. Elle a également eu comme conséquence de faire éclater des catégories sociologiques construites exclusivement à partir de la prise en compte d'une population masculine considéré comme universelle (des catégories comme celles de qualification , de classes sociales, de plein emploi, etc.).* » (Hirata, 1995, p. 81).

[118] Hirata, 1993.

A emergência de uma problemática de gênero é relativamente nova nas ciências sociais. Vindo à tona apenas nos anos setenta, uma abordagem do trabalho levando em consideração sua dimensão sexual é o produto de um forte impulso dos movimentos sociais e, especialmente, do movimento feminista a partir dos anos sessenta. É nesse contexto de ascensão dos movimentos sociais que um discurso científico alternativo opõe-se a um discurso androcêntrico, supostamente neutro e universal, que investigava o mundo do trabalho e a classe trabalhadora independentemente de sua dimensão sexuada, como se a classe trabalhadora não tivesse dois sexos.[119].

Gradativamente, com avanços e recuos, a noção de gênero – e outras similares como "sexo social", "relações de gênero", "relações sociais de sexo" – vai se impondo no cenário das ciências sociais e produzindo uma renovação não apenas nos temas de estudo, mas também nas formas de construir e recortar os objetos de investigação, tendo impacto em uma dimensão propriamente epistemológica. Não se tratava apenas de reconhecer que as mulheres têm e sempre tiveram um papel importante na história. Nem mesmo de reservar um espaço especializado de produção e pesquisa apenas "para elas" e "sobre elas", confinando os estudos sobre mulheres em um gueto particular na tradicional divisão do trabalho científico.[120] Tratava-se, antes disso, de refundar o ponto de vista das ciências sociais, colocando em xeque a perspectiva tradicional, masculina e, freqüentemente, cega às múltiplas determinações da atividade social, às reciprocidades das diversas dimensões da atividade humana e ao papel fundamental do sujeito e da subjetividade na configuração da vida social. Por todas essas razões e pela própria transversalidade das relações de gênero no conjunto da vida social, as abordagens em termos de gênero provocaram um processo de intenso debate transdisciplinar.[121]

Uma problematização da realidade social em termos de gênero supõe considerar que as diferenças entre homens e mulheres na vida social não estão biologicamente determinadas. Ser homem e ser mulher não é um destino imposto pela natureza, mas uma construção social e cultural. Como afirma Simone de Beauvoir (1999) em "*O segundo sexo*", uma mulher não nasce mulher, torna-se mulher.[122] Mas o que é mesmo uma mulher, se pergunta Beauvoir. É esse questionamento que está na base de uma outra visão de mundo que coloca em xeque os modelos tradicionais de interpretação da realidade social e histórica, questionando uma representação naturalista e essencialista das diferenças sexuais e da supremacia masculina.

[119] Souza-Lobo, 1991. Sobre Elisabeth Souza-Lobo, ver também Löwy (1992).
[120] Scott, 1988.
[121] Hirata, 1993.
[122] "On ne naît pas femme; on le devient".(Beauvoir, p. 13, 1999)

Na história recente deste debate, não se trata mais nem mesmo de opor ao sexo biológico, às diferenças físicas e anatômicas entre homens e mulheres, um sexo social, o gênero, isto é, maneiras de ser, agir, pensar e sentir construídas na vida social, aprendidas e transmitidas nas relações sociais. Pois não se trata apenas de distinguir "sexo" e "gênero", como se o primeiro remetesse ao nível biológico estrito, ao puramente natural, e o segundo ao nível social e cultural, historicamente mutável. Nesse esquema, homem e mulher seriam, pelo menos biologicamente, dados pela natureza. Existiria uma base biológica a partir da qual homens e mulheres existiriam socialmente. Neste sentido, o sexo, manifestação do biológico, precederia o gênero, manifestação do social.

No entanto, trata-se de problematizar essa própria representação dual que separa não apenas o sexo em dois, "mulher" e "homem", mas que também separa "natureza" e "cultura", o que significa afirmar que o próprio "sexo" é também uma realidade historicamente construída.[123] Pode-se afirmar, nestes termos, que a própria natureza é, de certa forma, construída pela cultura, na medida em que o que se define como "natural" – o "sexo", por exemplo – existe apenas na medida em que se seleciona aspectos significativos dessa "natureza". O sexo é ele próprio um "percebido", segundo categorias de percepção culturalmente significativas. Por isso, a própria dualidade dos corpos, homem e mulher, macho e fêmea, pode ser posta em questão. Não seriam essas diferenças biológicas elas próprias o produto de uma história? A dualidade dos corpos, a conformação das diferenças físicas e anatômicas, não seriam em certa medida conformadas ao longo dessa história? A função reprodutiva como um dos critérios fundamentais de distinção entre os sexos não seria ela própria uma construção social e um arbitrário cultural tornada significativa?

Neste sentido, os estudos de gênero nas ciências sociais mostram o quanto o comportamento de homens e mulheres é um artefato construído por um complexo aparato sócio-cultural e psíquico. Seja para desconstruir e desnaturalizar a dominação masculina[124], seja para mostrar o processo social de representação da feminilidade[125], alguns destes estudos revelam que o "masculino" e o "feminino" são construções sociais e culturais.

É nestes termos que, no interior das ciências sociais, uma problematização em termos de gênero coloca em xeque as representações tradicionais que, de maneira recorrente, tornaram

[123] Löwy, 2003.
[124] Bourdieu, 1998.
[125] Goffman, 1988.

invisíveis[126] as desigualdades de gênero, atribuindo-as a uma essência biologicamente fixa e eterna. Como afirma Bourdieu (1998), essa fixação do arbitrário cultural em uma essência natural e imutável exigiu um longo e permanente processo de des-historização e de naturalização das diferenças.

No campo de estudos sobre o trabalho essa realidade não é diferente. Um forte determinismo econômico esteve na base da maior parte das interpretações que procuraram explicar as diferentes posições de homens e mulheres na vida social e no trabalho. O conceito de divisão sexual do trabalho é uma das expressões mais evidentes desse fato. Através dele, as diferentes posições de homens e mulheres no mundo social foram sempre atribuídas muito mais a uma diferença positiva, o que supõe complementariedade, do que a uma desigualdade efetiva, o que supõe antagonismo e conflito.[127]

Marx (1983b) é um dos primeiros autores a tratar do problema da divisão sexual do trabalho e, especialmente, da incorporação do trabalho de mulheres e crianças na produção capitalista industrial. Segundo o autor, as mudanças no processo de trabalho capitalista, marcadas por uma intensa parcelização e simplificação das tarefas, tornando-as mais leves e de fácil execução, tornaram possível uma maciça utilização da força de trabalho de crianças e mulheres, com efeitos evidentes na intensificação das relações de exploração. A maior concorrência entre os trabalhadores, dada uma maior disponibilidade de força de trabalho, permitiu não apenas baixar os salários, mas também melhorar o controle e a disciplina fabril. Assim, conforme Pena,[128] o trabalho das mulheres serve para quebrar a resistência e a oposição que os trabalhadores masculinos e qualificados impunham ao capital. Na construção de seu argumento, Marx assimila completamente a condição feminina à luta de classes e à constituição das relações de dominação e exploração entre classes sociais.

É Engels (1946) que formula uma teoria mais apurada da divisão sexual do trabalho, tentando explicar as origens da opressão feminina em sua obra *A origem da família, da*

[126] Vale ressaltar que essa "invisibilidade" é em si mesma paradoxal, pois ela implica, frequentemente, a explicitação da diferença, da desigualdade. Quando isso acontece, essa invisibilidade se manifesta de forma peculiar, não na afirmação de um universal assexuado – um discurso, por exemplo, que fala dos seres humanos em geral, tomando como referência concreta certas categorias específicas de indivíduos – mas no "reconhecimento" do que se manifesta como evidente. Nestes termos, a invisibilidade manifesta-se através de um discurso de afirmação do evidente, de não problematização da realidade. Enfim, tornar invisível não é apenas esconder, camuflar, ocultar, um ato negativo, ainda que inconsciente. Tornar invisível opera-se também através de um ato positivo de afirmar, assegurar, reconhecer. É nessas ocasiões, como afirma Bourdieu (1998), que a dominação simbólica se manifesta de forma mais sutil, imperceptível e resolutamente forte.
[127] Hirata, 2002.
[128] Pena, 1981, p. 63.

propriedade privada e do Estado.[129] A divisão sexual do trabalho é, nesta obra, tratada como uma das formas mais elementares de divisão do trabalho, encontrada naturalmente já nas sociedade primitivas. Assim, Engels supõe que uma divisão entre a "esfera da produção" e a "esfera da reprodução", reservadas respectivamente aos homens e às mulheres, é gradativamente forjada nestas sociedades mais simples. Segundo o autor: "*A divisão do trabalho é absolutamente espontânea; ela só existe entre os dois sexos. O homem faz a guerra, vai à cassa e à pesca, coleta alimentos e produz os utensílios de que necessita. A mulher cuida da vida doméstica, prepara os alimentos e os vestimentos, cozinha, tece, costura. Cada um dos dois é o mestre em seu domínio: o homem na floresta, a mulher na casa. Cada um é proprietário dos instrumentos confeccionados e empregados por si mesmo: o homem de suas armas, dos instrumentos de pesca e de caça, a mulher dos utensílios domésticos*."[130]

Esta divisão sexual do trabalho, considerada por Engels natural e espontânea, não engendra, para ele, um antagonismo entre os sexos. A imagem, um tanto idealizada, que o autor faz desses tempos imemoriais é de absoluta igualdade entre os sexos. É somente com o desenvolvimento das forças produtivas, com a produção de excedentes econômicos e com a apropriação privada desses excedentes e dos meios de produção que vai se constituir uma hierarquização entre essas esferas sociais: a produção e a reprodução[131]. É neste momento que uma supremacia da produção vai implicar uma subordinação do espaço reprodutivo e das mulheres na vida social. A opressão das mulheres tem sua origem na formação das sociedades de classe, baseadas em relações de dominação e exploração econômica. A propriedade privada, isto é, a apropriação dos produtos do trabalho por um grupo social, a classe dominante, é a base social também da opressão de gênero, da subordinação da mulher na sociedade. A opressão feminina se baseia, portanto, na supremacia da esfera da produção, reservada aos homens, sobre a esfera da reprodução, reservada às mulheres. As desigualdades de classe e de gênero se constituem historicamente ao mesmo tempo com base na formação da propriedade privada.

Conforme Engels: "*A divisão do trabalho na família havia regulado a partilha da propriedade entre o homem e a mulher ; essa partilha mantivera-se a mesma, e, no entanto, a*

[129] Engels, 1946.

[130] « *La division du travail est absolument spontanée ; elle n'existe qu'entre les deux sexes. L'homme fait la guerre, va à la chasse et à la pêche, procure la matière première de l'alimentation et les ustensiles que tout cela nécessite. La femme prend soin de la maison, prépare la nourriture et le vêtement, cuisine, file, coud. Chacun des deux est le maître dans son domaine : l'homme dans la forêt, la femme dans la maison. Chacun est propriétaire des instruments confectionnés et employés par lui : l'homme de ses armes, des engins de pêche et de chasse, la femme des ustensiles de ménage*. » (Engels, 1946, pp. 205-206)

[131] A suposição de que estas esferas existam de forma diferenciada e sexualmente distribuídas nas sociedades primitivas é, ela própria e ao mesmo tempo, uma suposição eurocêntria e androcêntrica de Engels.

divisão da propriedade transforma agora profundamente as relações domésticas, unicamente pelo fato que a divisão do trabalho fora da família tornou-se autra. A mesma causa que havia assegurado à mulher sua autoridade anterior no espaço doméstico : seu confinamento nos trabalhos domésticos, esta mesma causa asseguraria agora a preponderância do homem; o trabalho doméstico da mulher desapareceria em relação ao trabalho produtivo do homem; o segundo era tudo, o primeiro um anexo insignificante."[132]

A apropriação privada dos meios de produção pelas classes dominantes e pelos homens está na base das relações de dominação e exploração de classe e de sexo.

Neste caso, as relações de gênero não têm um estatuto teórico próprio, já que as desigualdades e lutas entre os sexos estão fundadas em bases econômicas, nas relações de classes sociais. Neste caso, a categoria gênero subordina-se à categoria classe social, de tal forma que, para Engels, a superação da opressão das mulheres passa pela superação da propriedade privada dos meios de produção e das classes sociais. A esse propósito, é já no capitalismo que, segundo o autor, torna-se possível constatar uma maior igualdade entre os sexos, na medida em que não há propriedade entre os operários e que as mulheres da classe operária são crescentemente incorporadas à força de trabalho. No entanto, a liberação definitiva e a plena igualdade seriam possíveis apenas com o advento do socialismo.[133]

A tese de Engels é criticada não apenas por seu nítido determinismo econômico. É criticada também pela sua visão histórica um tanto idealizada de um estágio natural de divisão sexual do trabalho no qual prevalecia uma suposta igualdade entre os sexos. Dados históricos e antropológicos mostram que não há um modelo único e homogêneo de divisão do trabalho nas

---

[132] « *La division du travail dans la famille avait réglé le partage de la propriété entre l'homme et la femme ;* (...) *il était resté le même, et cependant il bouleversait maintenant les rapports domestiques, uniquement par ce fait que la division du travail hors de la famille était devenue autre. La même cause qui avait assuré à la femme son autorité antérieure dans la maison : son confinement dans les travaux du ménage, cette même cause y assurait maintenant la prépondérance de l'homme ; le travail de ménage de la femme disparaissait dès lors à côté du travail productif de l'homme ; le second était tout, le premier une annexe insignifiante*. » (Engels, 1946, p. 210)

[133] Segundo Engels, "*a emancipação da mulher, sua igualdade de condição com o homem, é e torna-se uma impossibilidade enquanto a mulher estiver excluída do trabalho produtivo social e confinada no trabalho privado doméstico. A mulher só poderá ser emancipada quando ela puder participar, em uma grande medida, da produção social e quando ela for requisitada pelo trabalho doméstico apenas de maneira insignificante. E isto só tornou-se possível com a grande indústria moderna, que não somente admite em grande escala o trabalho da mulher, mas também o exige formalmente, e que tende cada vez mais a transformar o trabalho doméstico privado em uma atividade pública.*" Em francês : « *l'émancipation de la femme, son égalité de condition avec l'homme, est et demeure une impossibilité tant que la femme reste exclue du travail productif social et confinée dans le travail privé domestique. La femme ne peut être émancipée que lorsqu'elle peut prendre part dans une grande mesure à la production social et n'est plus réclamée par le travail domestique que dans une mesure insignifiante. Et cela n'est devenu possible que dans la grande industrie moderne, qui non seulement admet sur une grande échelle le travail de la femme, mais encore l'exige formellement, et qui tend aussi de plus en plus à transformer le travail domestique privé en une industrie publique*. » (Engels, 1946, p. 210-211)

sociedades ditas primitivas. De qualquer modo, Engels naturaliza a divisão do trabalho entre homens e mulheres, justificando-a em bases puramente biológicas. Por isso, a divisão sexual do trabalho, que remete ao biológico, ao natural, escapam mesmo a uma problematização histórica e sociológica, tornando-se invisível. Esse nível biológico e natural da existência humana se apresenta, do ponto de vista desse discurso, como a realidade primeira a partir da qual o histórico e o cultural se constroem. É nítida, pois, neste caso, a distinção entre natureza e cultura e a consideração de que a primeira sequer necessita de explicação. Segundo Trat (1997), enquanto que para Engels os outros tipos de divisão do trabalho "*têm um papel ativo na emergência das contradições sociais, aquela entre homens e mulheres se enraíza no biológico ; ela é o prolongamento imediato da primeira divisão do trabalho entre homens e mulheres na procriação e não é questionada*."[134]

Enfim, os conceitos de divisão sexual do trabalho e de relações de gênero não se apresentam como categorias teóricas autônomas, capazes de explicar formas específicas e distintas de relações sociais. Subordinar essas categorias àquelas de classe, fundadas em uma dimensão econômica, levaram Engels a cometer um erro evidente de avaliação histórica: as sociedades socialistas do século XX não conseguiram resolver o problema das fortes desigualdades sexuais.

Assim, segundo Saffioti (1976), a assimilação da opressão das mulheres às desigualdades econômicas e de classe, realizada por Engels, não leva em consideração a autonomia das diversas esferas da vida social. As relações entre a esfera econômica e produtiva e a esfera da família e da reprodução são complexas e não podem ser reduzidas a uma relação mecânica de determinação. Além disso, uma naturalização das diferenças entre homens e mulheres impede uma real problematização em termos de relações de gênero. Vê-se, neste caso, que o nível biológico é, ele próprio, produto de um discurso que produz o real. É neste sentido que o sexo, o nível biológico e natural, não escapam a categorias propriamente culturais e historicamente construídas.

Mas será no debate contemporâneo que estas questões ganharão um novo relevo, pois a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho e na esfera pública vão suscitar novos modelos analíticos de explicação das diferenças de condição entre homens e mulheres. Apesar das profundas transformações da divisão sexual do trabalho, as desigualdades de sexo persistem. Este será o desafio do debate contemporâneo sobre trabalho e relações de gênero.

---

[134] «*... jouent un rôle actif dans l'émergence des contradictions sociales, celle entre hommes et femmes s'enracine dans le biologique ; elle est le prolongement immédiat de la première division du travail entre hommes et femmes dans la procréation et ne fait pas question*. » (Trat, 1997, p. 180)

Também marcadas por um forte cunho economicista, diversas teorias foram construídas na história das ciências sociais na tentativa de explicar a posição subordinada das mulheres no mundo do trabalho. Desde enfoques mais tradicionais sobre a reserva industrial de trabalho feminino até as teorias, mais recentes, sobre a segmentação do mercado de trabalho, todos esses enfoques se apoiaram fortemente em argumentos de natureza econômica.

As teorias que consideram as mulheres como exército industrial de reserva são inspiradas diretamente em Marx. Segundo afirmam, o trabalho feminino seria utilizado como reserva de trabalho nas conjunturas de escassez de mão-de-obra ou nos períodos de expansão econômica. Deste modo, a incorporação das mulheres à força de trabalho seria o resultado de estratégias do capital no sentido de intensificar a exploração da força de trabalho, reduzindo os custos com salários através do acirramento da competição entre os trabalhadores. A divisão entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo e a atribuição prioritária às mulheres deste último faz com que elas se tornem disponíveis e adaptáveis aos ciclos produtivos do capital. Apesar de ser um argumento que se refere à fase inicial de expansão da atividade feminina, essa visão é ilustrativa de um forte determinismo econômico no interior das ciências sociais e, particularmente, na tradição marxista.[135]

No âmbito do pensamento econômico, os argumentos não são muito distintos. Neste caso, a posição subordinada das mulheres é atribuída às suas insuficiências em termos de formação e qualificação profissional. Se há, pois, uma inferioridade das mulheres no mundo do trabalho é porque suas condições de qualificação profissional são inferiores, o que faz com que ocupem os postos mais precários, instáveis e mal pagos no mercado de trabalho. Os argumentos sobre as razões desse menor investimento na formação e no trabalho profissional podem ser variados. Por um lado, as exigências do trabalho doméstico determinariam as condições desiguais de disputa das mulheres no mercado de trabalho. Por outro, uma menor disposição subjetiva e um menor valor atribuído ao trabalho remunerado levaria também muitas mulheres a investirem menos no mundo profissional, tornando-as menos competitivas.

Segundo Walby, sobre esse ponto, há uma convergência entre a economia neoclássica e a visão marxista.[136] Para os primeiros, a situação das mulheres é o produto de uma defasagem em termos de formação, qualificação e experiência profissional. Assim, elas são excluídas dos melhores postos de trabalho, os mais qualificados e os mais bem pagos. As mulheres são também

[135] Para uma crítica a essas teorias ver Walby, 1995 ; Hirata, 1997 ; Bustreel, 1995.
[136] Cf. Walby, 1995, pp. 115-116.

mais instáveis no mercado de trabalho. Elas interrompem suas trajetórias, em geral descontínuas, face às responsabilidades domésticas e à maternidade.

Ainda no âmbito do pensamento econômico, as teorias do mercado de trabalho dual também constituem uma importante fonte de explicação da posição subordinada das mulheres no mercado de trabalho.[137] Segundo as mesmas, há uma segmentação do força de trabalho em dois mercados diferenciados, o mercado primário e o mercado secundário. Estes mercados funcionam e apresentam características distintas e exclusivas. O mercado primário, por um lado, é composto de uma força de trabalho que apresenta níveis de qualificação e salários mais elevados, estabilidade no emprego, oportunidades de promoção e ascensão profissional, formação permanente ao longo da carreira profissional. Por outro lado, o mercado secundário é marcado pelos baixos salários, pela instabilidade ocupacional, pela baixa qualificação profissional e pela inexistência de perspectiva de carreira. A situação de inferioridade das mulheres no mercado de trabalho, nestes termos, é explicada pela inserção das mesmas no mercado secundário, o que remete novamente ao problema da baixa qualificação profissional das mulheres.

Ao mesmo tempo, essa segmentação do mercado de trabalho em dois espaços distintos é pensada também por essa teoria como o efeito de estratégias do capital a fim de dividir e controlar melhor a força de trabalho. Trata-se de uma crítica à visão liberal clássica de um mercado livre, homogêneo, no qual indivíduos iguais se confrontam em condições econômicas que tendem ao equilíbrio. De fato, a situação das mulheres não é interrogada a partir de categorias teóricas específicas; ela é o resultado da dinâmica econômica própria do mercado de trabalho. A inferioridade das mulheres no mercado de trabalho é explicada em termos puramente econômicos.

As dificuldades destas teorias em explicar a discriminação das mulheres no mercado de trabalho são evidentes. Se as mulheres estão mais presentes no mercado secundário, é preciso explicar melhor as razões desse fenômeno. Ainda que elas tenham qualificações e interesses distintos dos homens no que diz respeito ao trabalho remunerado, é preciso explicar como essas diferenças são produzidas. Um certo economicismo e uma excessiva simplificação do fenômeno estariam na raiz dessas dificuldades.

A esse respeito e em sua crítica à teoria da segmentação do mercado de trabalho, Hirata afirma que esta simplificação resulta do fato de que "*essas análises estavam centradas sobre os mercados de trabalho em detrimento do estudo dos processos de trabalho. A segregação por*

[137] Cf. Bustreel, 1995 ; Walby, 1995 ; Hirata, 1997.

setores e postos, a divisão sexual do trabalho, longe de tornar mais vulnerável e precário o trabalho feminino, tende a criar uma proteção relativa desses empregos em períodos de crise. A natureza mesma dos empregos femininos, requerindo qualidades 'femininas', torna-os relativamente protegidos da concorrência masculina." Além do mais, "*partindo do postulado da homogeneidade do setor secundário e sem considerar as mulheres como 'atores', como 'sujeitos' que podem tomar decisões (isto é, efetuar 'escolhas', o que não quer necessariamente dizer 'livres escolhas') entre, por exemplo, o desemprego ou uma situação de inatividade, esta teoria desconhece a profunda assimetria entre o emprego e o trabalho masculinos e femininos.*"[138]

Em qualquer das teorias acima evocadas, as análises sobre as condições de inserção das mulheres no mercado de trabalho não chegam a problematizar a própria atribuição prioritária a elas das responsabilidades domésticas, isto é, a divisão sexual entre o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo.

À luz dessas teorias, uma série de questões cruciais permanecem sem respostas: Por que o trabalho doméstico é atribuído prioritariamente às mulheres? Essa atribuição não seria fonte de discriminação e preconceito? De que forma essa divisão sexual do trabalho doméstico afeta a esfera do trabalho remunerado? Além do mais, a própria divisão sexual do trabalho no espaço profissional não é adequadamente levada em consideração por essas abordagens teóricas: Por que existem setores, atividades e postos de trabalho predominantemente femininos ou masculinos? Como se configura essa divisão sexual do trabalho remunerado em termos de rendimento, reconhecimento e poder diferencial entre homens e mulheres?

No interior dos estudos feministas, uma outra abordagem teórica, mais sensível a esses questionamentos, procura explicar a posição das mulheres na sociedade e no mercado de trabalho a partir do conceito de patriarcado. Trata-se, na verdade, de uma tentativa de articular a explicação em dois níveis distintos de análise: o nível econômico, estruturado pelo modo de produção capitalista, e o nível cultural e político, no qual as relações entre os sexos estão estruturadas pelo patriarcado. A articulação entre capitalismo e patriarcado constitui, pois, o nó principal dessa abordagem. O mercado de trabalho está estruturado em termos de relações de

---

[138] «*... ces analyses étaient centrées sur les marchés du travail au détriment de l'étude des procès de travail. La ségrégation par secteurs et postes, la division sexuelle du travail, loin de rendre plus vulnérable et précaire le travail féminin, tend à créer une protection relative de ces emplois en période de crise. La nature même des emplois féminins, requérant des qualités 'féminines' en fait un domaine relativement protégé de la concurrence masculine.* » En plus, *« partant de ce postulat de l'homogénéité du secteur secondaire et ne considérant pas les femmes comme des 'acteurs', comme des 'sujets' pouvant prendre des décisions (c'est-à-dire, effectuer des 'choix', ce qui ne veut pas nécessairement dire des 'libres choix') entre par exemple le chômage ou une situation d'inactivité, cette théorie méconnaît l'asymétrie foncière entre l'emploi et le travail masculins et féminins*. » (Hirata, 1997, p. 47)

gênero "*as estruturas sexuadas desse mercado são de uma grande importância para explicar a situação das mulheres no emprego remunerado*."[139]

Deste modo, a estrutura de dominação patriarcal e as relações entre os sexos, que se constituem sobretuto na esfera familiar, são reproduzidas nas outras esferas da vida social, na escola, nas instituições políticas e ainda no trabalho e no mercado de trabalho. A partir dessa estruturas patriarcais, os papéis de homens e de mulheres são definidos e organizados em uma estrutura hierarquizada de poder e prestígio. Na esfera econômica, essas diferenças são apropriadas pelo capital e utilizadas para distribuir, controlar e obter um melhor rendimento da mão-de-obra. Mas, em que consiste o patriarcado?

"*Patriarcado consiste num sistema de dominação masculina – de caráter sócio-político, segundo alguns, mas com uma base material, conforme Hartmann – e subordinação feminina que se verifica na economia, na sociedade e na cultura. Na esfera econômica, ela se reflete principalmente na divisão sexual do trabalho dentro da família, que aloca o trabalho doméstico – incluindo o cuidado e a socialização das crianças – apenas às mulheres. Tendo em vista a divisão sexual do trabalho predominante dentro da família – o homem como responsável pelo sustento da família e a mulher como dona de casa e responsável pelo cuidado das crianças – pode-se considerar que as relações sociais patriarcais são responsáveis pela situação inferior das mulheres no mercado de trabalho capitalista. Socializadas para desempenhar esse papel sexual, as mulheres encontram poucos incentivos para adquirir as habilidades necessárias para competir no terreno profissional: e mesmo que já tenham adquirido essas habilidades ou estejam dispostas a adquiri-las, sofrem discriminação no ingresso ou no salário, comparativamente a homens em situação semelhante. A própria discriminação é o resultado da suposição – de origem patriarcal – de que o lugar da mulher é a esfera doméstica e de que ela é incapaz de exercer determinadas atividades profissionais ou de que certas atividades não lhe são apropriadas devido ao fato de que elas seriam naturalmente afetadas por suas responsabilidades domésticas, ou, ao contrário, suas atividades domésticas seriam afetadas pelas atividades profissionais*."[140]

No entanto, segundo Walby, a posição das mulheres no mercado de trabalho não pode ser atribuída, simplesmente, à sua posição no espaço doméstico. É preciso compreender as relações sociais de gênero produzidas no âmbito da esfera pública, uma vez que essas relações

[139] «*... les structures sexuées de ce marché sont d'une grande importance pour expliquer la situation des femmes dans l'emploi rémunéré*. » (Walby, 1995, p. 117)
[140] Brumer, 1988, pp. 34-35.

modificaram-se profundamente, implicando uma crescente participação das mulheres nesta esfera social. As tentativas de confinar as mulheres na esfera doméstica diminuíram. Mas, nem por isso, as mulheres deixam de continuar desfavorecidas, principalmente no que se refere ao acesso ao trabalho. Esta segregação das mulheres na via profissional mostra que as relações de gênero "*se modificaram de maneira significativa, passando de um sistema de patriarcado privado a um patriarcado público*."[141] Logo, as desigualdades de sexo se perpetuam, não mais somente a partir das relações sociais privadas no seio da família, mas no espaço público onde o Estado tem um papel decisivo.

A utilização do conceito de patriarcado, no entanto, tem sido objeto de debate e de crítica nas ciências sociais. Segundo estas críticas[142], tal abordagem concebe as relações sociais em termos excessivamente estruturalistas. A noção de patriarcado, utilizada para analisar as sociedades tradicionais, não pode ser transposta às sociedades modernes nas quais as condições sociais, econômicas, culturais e políticas são profundamente distintas. Além do mais, as relações sociais são vistas como "processos constituídos" e não como "processos em constituição". Esta meta-estabilidade do sistema, segundo Kergoat, torna difícil de explicar as relações de gênero enquanto processos dinâmicos, em mudança, constituídos e constituindo outras relações sociais. O desafio maior é, pois, de explicar como os homens e as mulheres constroem e modificam suas relações, suas práticas e suas representações.

Nesse sentido, Daniele Kergoat propõe uma vertente própria de investigação das desigualdades entre homens e mulheres em termos de *relações sociais de gênero*[143], na tentativa de colocar em novas bases conceituais os problemas teóricos referidos nesse debate.

Essas relações sociais de gênero são definidas como "*relações desiguais, hierarquizadas, assimétricas ou antagônicas de exploração e de opressão entre duas categorias de sexos socialmente construídas*."[144] Esta construção social dos sexos tem uma "base material", ela está ancorada na divisão sexual do trabalho e supõe um conjunto de práticas e representações que se modificam historicamente no espaço e no tempo. Não se trata, pois, de "*condutas reguladas biologicamente*" ou cujo sentido possa ser "*dado do exterior por um puro determinismo*."

[141] «*... se sont modifiés de manière significative, passant d'un système de patriarcat privé à un patriarcat public*. » (Walby, 1995, p. 120)
[142] Cf. Kergoat, 1992b, p. 18-19.
[143] Em francês, Kergoat utiliza a expressão "*rapports sociaux de sexe*".
[144] «*... des rapports inégalitaires, hiérarchisés, asymétriques ou antagoniques d'exploitation et d'oppression entre deux catégories de sexes socialement construites*. » (Hirata, 1995, p. 82)

Tratam-se, na verdade, de relações de poder, material e simbólico, nas quais estabelece-se uma hierarquia entre os sexos.[145]

Deste maneira, os conceitos de relações sociais de gênero e de divisão sexual do trabalho são inseparáveis. Conforme Kergoat, é a análise em termos de divisão sexual do trabalho que permite "*mostrar que as clivagens entre homens e mulheres não são redutíveis a mais ou menos exploração ou a uma partilha desigual, mas que se trata principalmente de um tratamento contraditório segundo o sexo, enfim, de uma relação social específica na variável sexo*." A divisão sexual do trabalho não é neste caso um conceito puramente descritivo. Falar em termos de divisão sexual do trabalho é "*articular esta descrição do real com uma reflexão sobre os processos através dos quais a sociedade utiliza esta diferenciação para hierarquizar as atividades: a divisão sexual do trabalho esta no coração do poder que os homens exercem sobre as mulheres*."[146]

Nestes termos, essa divisão sexual do trabalho está baseada em dois princípios organizadores: o princípio de separação (há trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem vale mais que um trabalho de mulher). São esses princípios que são objeto de justificação de uma ideologia naturalista. Mas, nem por isso, a divisão sexual do trabalho é imutável. Ao contrário, suas modalidades variam fortemente no tempo e no espaço.[147]

As relações sociais de sexo atravessam todos os campos do mundo social e são, ao mesmo tempo, atravessadas por outras relações sociais. Em outras palavras, Kergoat conceptualiza as relações sociais em termos de "co-extensividade" ou "consubstancialidade"[148]. Estas relações se recobrem parcialmente e devem ser necessariamente articuladas na explicação sociológica, uma vez que, por exemplo, a exploração econômica nas relações de classe e a dominação masculina nas relações de gênero são indissociáveis concretamente.

Esta abordagem em termos de relações sociais de sexo supõem, ao mesmo tempo, a existência de processo de mudança e de permanência da divisão sexual do trabalho e das igualdades de sexo. As fronteiras entre o masculino e o feminino se modificam permanentemente, sem que a divisão sexual do trabalho ela mesma seja suprimida. O que é considerado

[145] Cf. Kergoat, 1992c.
[146] «*... prouver que les clivages entre hommes et femmes ne sont pas réductibles à du plus ou moins d'exploitation ou à un partage 'inégalitaire', mais qu'il s'agit bien d'un traitement contradictoire selon le sexe, bref d'un rapport social spécifique à la variable sexe*. » [...] «*... articuler cette description du réel avec une réflexion sur les processus par lesquelles la société utilise cette différenciation pour hiérarchiser les activités : la division sexuelle du travail est au cœur du pouvoir que les hommes exercent sur les femmes*. » (Kergoat, 1992c, p. 16)
[147] Kergoat, p. 89, 2001.
[148] Kergoat, 1978.

"masculino" em uma sociedade e em uma época determinada pode ser considerado "feminino" em outra sociedade ou período histórico.

Por todas essas razões, o trabalho masculino e o trabalho feminino apresentam-se como realidades distintas na esfera profissional. Para os homens, fala-se principalmente em termos de "qualificação', para as mulheres em termos de "qualidade". Nesse sentido, na organização do trabalho, as diferenças entre os sexos são mais importantes que as diferenças em termos de qualificação propriamente dita.[149] Segundo as representações dominantes nessa esfera, "*o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino*." As qualidades femininas, tais como "*habilidade, destreza, minúcia, preocupação em ser útil, paciência, obediência, resistência à monotonia e à repetitividade das tarefas*", são consideradas naturais para os patrões. Por isso, elas não são levadas em consideração "*quando do estabelecimento de grades de classificação*."[150]

Segundo Kergoat, chega-se assim a *uma situação na qual se opõem a qualificação dos homens operários às qualidades da mão-de-obra feminina. Esta últimas são consideradas inatas, ligadas intrinsicamente à natureza feminina. A isso, eu opus a hipótese de que essas qualidades tinham sido adquiridas no universo reprodutivo. E ao invés de colocar em acento sobre a formação escolar e técnica insuficiente ou inadaptada das mulheres, eu sublinhei, ao contrário, a adequação entre os ofícios industriais que se propõem a elas e a formação recebida no sistema reprodutivo*."[151] As qualidades femininas não são adquiridas através dos canis institucionais reconhecidos, contrariamente ao que acontece com os homens. Essas qualidades são aprendidas e cultivadas na esfera privada e são, freqüentemente, banalizadas enquanto tais. Além do mais, *as operárias elas mesmas interiorizam esta banalização de suas qualificações e se encontram muito mais desarmadas que os homens na relação de força que estabelecem com os empregadores. Com efeito, elas vivem sua relação à qualificação como uma relação individualizada*."[152] Suas

[149] Kergoat, 1992b.

[150] «*... le travail masculin a toujours une valeur supérieure au travail féminin*. » [...] «*... habilité, dextérité, minutie, souci de se rendre utile, patience, obéissance, résistance à la monotonie et à la répétitivité des tâches.* » [...] «*... lors de l'établissement des grilles de classification*. » (Kergoat, 1993, pp. 134-135)

[151] «*... une situation où s'opposent la qualification des hommes ouvriers aux qualités de la main-d'œuvre ouvrière féminine. Ces dernières sont censées être innées, liées intrinsèquement à la nature féminine. A cela, j'ai opposé l'hypothèse que ces qualités avaient été acquises dans l'univers reproductif. Et plutôt que de mettre l'accent sur la formation scolaire et technique insuffisante ou 'inadaptée' de ces femmes, j'ai souligné, au contraire, l'adéquation entre les métiers industriels qu'on leur propose et la formation reçue dans le système reproductif*. » (Kergoat, 1993, p.)

[152] «*... les ouvrières elles-mêmes intériorisent cette banalisation de leur qualification et se trouvent beaucoup plus désarmées que les hommes dans le rapport de force avec l'employeur. En effet, elles vivent leur rapport à la qualification comme un rapport individualisé*. » (Kergoat, 1993, pp. 135-136)

"*qualidades*" são percebidas, antes de mais nada, como o produto de suas características pessoais – como uma vocação, por exemplo – e não como uma "*qualificação profissional*".[153].

Enfim, os homens e as mulheres mantém uma relação com o trabalho completamente diferente. Segundo Kergoat, as mulheres evocam, com freqüência, a dimensão relacional e a utilidade social como características de um trabalho desejável, de um verdadeiro ofício.[154] No entanto, sua relação concreta com o trabalho é repetidamente marcado pela indiferença ou pela rejeição, sobretudo entre as operárias.[155] Isto quer dizer que é preciso distinguir a "relação com o trabalho" da "relação com o emprego e com a atividade."[156] Este último está freqüentemente ligado às idéias de autonomia econômica, de segurança em relação aos direitos sociais e trabalhistas e de acesso a um espaço de sociabilidade.

[153] Cf. Kergoat, 1992a.
[154] Cf. Kergoat, 1993.
[155] Cf. Kergoat, 1984.
[156] Sobre esse ponto ver também Maruani, 1993.

CONCLUSÕES DA PARTE I

A partir do debate teórico proposto nos capítulos precedentes, torna-se possível redefinir e melhor precisar a hipótese inicial proposta nesta investigação. Em uma tentativa de integrar uma sociologia dos modos de categorização do desemprego com uma sociologia das formas diferenciadas de trabalho no Brasil, propõe-se uma reconfiguração da categoria sociológica desemprego. Considera-se que o termo "desemprego" não é capaz de dar conta dos diferentes modos de categorização da privação de trabalho no Brasil. Alicerçado na norma do emprego e nos modos oficiais de categorização da privação de trabalho, o termo desemprego apresenta-se sociologicamente limitado para expressar a diversidade de modos de categorização dessa privação. Neste sentido, a categoria "privação de trabalho" cumpre mais adequadamente essa função analítica, qual seja, de dar unidade e expressar essa diversidade de modos de categorização da privação de trabalho no Brasil.

A privação de trabalho é aqui definida como todo desejo, necessidade ou intenção de ter um trabalho remunerado, seja quais forem as bases, materiais ou simbólicas, sobre as quais assenta-se esse desejo, necessidade ou intenção. Tratando-se de um tipo ideal weberiano, esta definição de privação de trabalho recobre um imenso leque de situações concretas, operando como um importante instrumento conceitual na apreensão das experiências individuais. Ao contrário da definição oficial de desemprego que visa restringir a noção de privação de trabalho (definição restritiva), de tal modo que, em uma perspectiva normativa, tenha-se uma definição legítima de quem é o "verdadeiro" desempregado, a fim de medir o estoque de demandantes de trabalho e de estabelecer medidas de proteção contra o desemprego, a definição de privação de trabalho acima proposta é ampla, cobrindo um espectro heterogêneo de casos e situações concretos. Enquanto a definição oficial de desemprego procura "objetivar" a privação de trabalho, atribuindo-lhe um sentido estrito, a partir de critérios objetivos e independentemente do julgamento subjetivo dos atores sociais, a definição aqui proposta visa, ao contrário, abrir-se às definições subjetivas desses atores, evitando-se toda definição objetiva "a priori" de privação de trabalho. A definição de "privação de trabalho", mais ampla e geral, integra, pois, aquela de desemprego, mais específica e particular.

Pretende-se, com isso, apreender outros modos de categorização da privação de trabalho que escapem à norma do emprego e à norma do desemprego, tendo em vista a heterogeneidade de formas, sentidos e experiências de trabalho no Brasil.

A partir de uma sociologia das relações sociais pode-se estimar que esses modos de categorização da privação de trabalho não são todos iguais e simétricos, não sendo mesmo dotados do mesmo grau de visibilidade social. Ao contrário, é o caráter periférico de certos modos de categorização da privação de trabalho que faz com que as respectivas situações e experiências de privação de trabalho não sejam visíveis, plenamente ou parcialmente. Assim, o modo oficial de categorização da privação de trabalho estabelece um certo campo de visibilidade do mundo do trabalho, de tal forma que torna invisíveis e mesmo ilegítimas formas peculiares de privação de trabalho no Brasil, associadas a formas marginais de trabalho.

A noção aqui proposta de "formas sociais" de trabalho e de privação de trabalho remete aos padrões estáveis e recorrentes de comportamento social apreendidos objetivamente através das categorias analíticas. A essas "estruturas" da ação social, analiticamente propostas e identificáveis, pode-se acrescentar as "experiências" de trabalho e de privação que remetem às definições de situação realizadas pelos próprios atores em seu mundo social. Essas definições implicam modos de categorização específicos do trabalho e da privação de trabalho que precisam ser identificados e reconhecidos analiticamente.

PARTE II – DINÂMICA HISTÓRICA DA PRIVAÇÃO DE TRABALHO NO BRASIL: A DIFÍCIL EMERGÊNCIA DO DESEMPREGO COMO CATEGORIA INSTITUCIONAL

INTRODUÇÃO À PARTE II

Nesta segunda parte da tese, pretende-se analisar a dinâmica histórica a partir da qual o problema da privação de trabalho e o desemprego como categoria institucional emergem na realidade brasileira. Pretende-se, além do mais, analisar uma série de indicadores estatísticos a partir dos quais torna-se possível dimensionar a extensão e a gravidade do problema da privação de trabalho. Tenta-se, com isso, explorar a hipótese de que as relações sociais de classe e de gênero constituem as diferentes formas de privação de trabalho no Brasil.

No capítulo 3, pretende-se, inicialmente, identificar a formação e o desenvolvimento do sistema de regras que regula as relações de trabalho no Brasil. Logo a seguir, procura-se definir as condições sociais, econômicas e políticas nas quais emerge uma categorização do problema da privação de trabalho em termos de desemprego. A problemática do desemprego emerge só recentemente, encontrando expressão institucional em dois âmbitos principais.

Em primeiro lugar, há um processo de categorização da privação de trabalho no âmbito das estatísticas sobre mercado de trabalho. Esses artefatos produtores de informação e conhecimento, oficiais ou não, procuram medir e diagnosticar as características da atividade econômica, do trabalho e da população ocupada. Neste sentido, analisa-se como a privação de trabalho é definida e medida através das concepções teóricas e metodológicas desenvolvidas e aplicadas por essas pesquisas estatísticas. Controvérsias institucionais a respeito de como definir e medir o desemprego permeiam as práticas de pesquisa estatística no Brasil, em um contexto histórico marcado pelo avanço do desemprego e da precarização do trabalho.

Em segundo lugar, há um processo de categorização da privação de trabalho no âmbito das políticas públicas de tratamento do problema do desemprego, sendo particularmente explorado nesta pesquisa o sistema de indenização dos desempregados. Tenta-se mostrar as ambiguidades desse modo de categorização do desemprego, marcado por diferentes registros que expressam tanto a "norma do emprego" (e a norma oficial do desemprego que a acompanha), como a "norma do trabalho instável" (e as formas não codificadas de privação de trabalho que nela estão implicadas).

No capítulo 4, pretende-se situar e identificar o processo histórico de emergência da problemática do desemprego no Brasil. Reafirmando-se a distinção analítica entre "privação de

trabalho" e "desemprego", procura-se mostrar que a emergência da problemática do desemprego como questão social dotada de visibilidade pública é o resultado, principalmente, da expansão de uma forma específica de privação de trabalho no Brasil, a privação de emprego (ou desemprego, em sentido estrito). Trata-se, pois, da emergência e da afirmação de um modo específico de categorizar a privação de trabalho. Os indicadores estatísticos expressam esse modo de categorização oficial, apesar das controvérsias que existem a respeito. Neste sentido, o processo de emergência da problemática do desemprego mostra-se essencialmente ambíguo, marcado por fortes tensões, pois modos distintos de categorização da privação de trabalho estão presentes.

Procura-se, portanto, através da análise dos indicadores estatísticos sobre o mercado de trabalho, identificar as tensões inerentes a esses diferentes modos de categorização da privação de trabalho. Procura-se identificar, sobretudo, o âmbito e a extensão na qual a privação de trabalho pode manisfestar-se no Brasil. Neste caso, os indicadores sobre precariedade e instabilidade ocupacionais têm um papel importante no sentido de mostrar possíveis subestimações das diversas formas de privação de trabalho. Ao mesmo tempo, esses indicadores podem contribuir decisivamente na identificação das relações sociais que constituem o fenômeno da privação de trabalho e do desemprego em um país marcado por formas e relações de trabalho tão precárias.

Finalmente, no capítulo 5, pretende-se mostrar as condições históricas de constituição dos mercados de trabalho locais, nas regiões de Porto Alegre e de Pelotas. Não se trata apenas de identificar o contexto econômico e social no qual os desempregados entrevistados nesta pesquisa tiveram suas experiências de privação de trabalho e suas trajetórias ocupacionais. Trata-se, também, de explorar ainda mais os indicadores estatísticos disponíveis para estas regiões, a partir dos quais se pode identificar as tensões e ambiguidades da privação de trabalho no Brasil e se pode também apreender as relações sociais que constituem esse fenêmeno. Os indicadores estatísticos, portanto, podem constituir-se em úteis ferramentas metodológicas para identificar a cristalização e a tranformação das relações sociais em seus diversos tipos, não apenas as de classe e de gênero, objeto central desta pesquisa, mas também as relações geracionais e as étnico-raciais. Os indicadores estatísticos têm o mérito de mostrar determinadas dimensões das desigualdades inerentes a essas relações. Apesar de não permitirem que se vá muito além disso, esses indicadores podem ser importantes fontes inspiradoras na formulação de hipóteses de investigação. Procura-se explorar essa potencialidade dos dados estatísticos.

CAPÍTULO 3 – O DESEMPREGO COMO CATEGORIA INSTITUCIONAL

3.1. Introdução

No Brasil, a privação de trabalho e, portanto, o desemprego são fenômenos de difícil apreensão, medição e tratamento. As condições de desenvolvimento sócio-econômicas e institucionais tornam muito difícil a emergência do desemprego enquanto categoria institucional. Isto porque a estabilização da categoria desemprego supõe um conjunto de condições históricas que não se fazem presentes no Brasil. Uma pluralidade de formas de trabalho e uma pluralidade de representações sobre o trabalho tornam a privação de trabalho e o desemprego fenômenos incertos, fluidos, cujas fronteiras não estão claramente definidas.

As raízes históricas desse fato são antigas. A inserção periférica do Brasil na ordem econômica mundial estimulou um modelo de modernização capitalista marcada por profundas desigualdades sociais e regionais. A industrialização tardia associada a um forte desenvolvimento econômico concentrado em algumas regiões levou à formação de um mercado de trabalho heterogêneo e desigual.[157] A extensão das relações de assalariamento e a expansão das grandes empresas não foram acompanhadas de uma homogeneização das relações de trabalho e das formas de representação do trabalho. Parcelas significativas da população ativa permaneceram fora do trabalho assalariado e das normas que regulam as relações de emprego. Portanto, não há no Brasil um padrão de emprego regular e estável a partir do qual se constituem as representações sobre o trabalho e o não trabalho. Não há, ainda, um modelo de regulação estatal que assegure a proteção social e um modelo de desenvolvimento baseado no pleno emprego. As flutuações do trabalho não se exteriorizam imediatamente sob a forma de desemprego. A heterogeneidade das formas e relações de trabalho e a inexistência ou fragilidade dos mecanismos de regulação estatal fazem da privação de trabalho um fenômeno cujos contornos tornam-se extremamente difíceis de serem definidos e medidos.[158]

[157] A esse respeito, ver também Baltar, Dedecca et Henrique (1995), Mattoso et Baltar (1996) e Sabóia (1996).
[158] Segundo Topalov (1994), « *se a relação salarial moderna nasce na grande empresa ou no setor público, ela não fica circunscrita a esses setores. Sua generalização pode mesmo ser observada como um traço marcante das sociedades do centro do mundo capitalista, em contraste com as nações semi-industrializadas de sua periferia. Nas primeiras, o estatuto de assalariado torna-se a condição comum e o destino objetivo da maioria. As mobilidades*

É sob essas condições desiguais e hetergêneas de desenvolvimento econômico que se estrutura e se organiza no Brasil um sistema de relações de trabalho e de proteção aos trabalhadores. Ver-se-á que esse sistema e suas respectivas instituições jamais se consolidaram de forma ampla na sociedade brasileira. Mesmo onde esse sistema se consolidou, os níveis de proteção e formalização do trabalho e das relações de trabalho permaneceram sempre muito limitadas.

3.2. A modernização capitalista e a emergência de um sistema público de emprego

A partir dos anos trinta, o processo de industrialização da sociedade brasileira conhece uma nova etapa de sua história, marcada por um novo padrão de intervenção do Estado no desenvolvimento econômico. Um modelo de industrialização fortemente alicerçado na intervenção e no financiamento públicos se cristaliza a partir nesse período, estendendo-se até o final dos anos setenta. Durante estes cinqüenta anos de forte expansão capitalista, um conjunto amplo de empresas estatais (siderurgia, energia, transporte, comunicações, petroquímica) e de obras públicas de infra-estrutura (estradas, pontes, ferrovias, portos, aeroportos) estiveram na base do processo de desenvolvimento econômico. No final dos anos cinqüenta, um tipo de industrialização mais pesada ganha impulso, sustentando a presença e a expansão das atividades econômicas de grandes empresas capitalistas monopolistas. Este processo de reestruturação produtiva será a base para o surgimento dos primeiros núcleos de uma classe operária moderna e massiva. Um mercado de trabalho urbano e organizado em bases capitalistas começa a ampliar-se consideravelmente no país.

---

fora do assalariamento, temporárias ou duráveis, são cada vez mais improváveis e as pluri-atividades de outrora excepcionais. A maior parte dos direitos sociais cuja emergência constitui, pouco a pouco, o Estado de bem-estar social – muito particularmente o auxílio doença, as aposentadorias e o seguro-desemprego – são primeiramente subordinados à entrada e à permanência na relação salarial. Sistemas de proteção social, legislações do trabalho e dispositivos institucionais tendem ao mesmo tempo a separar claramente os períodos nos quais o trabalho é requerido, daqueles nos quais o trabalhador é dispensado – licença, desemprego, doença, maternidade, aposentadoria – e a manter um rendimento quando destes últimos. » (Em francês : « *si le rapport salarial moderne naît dans la grande entreprise ou le secteur public, il n'y reste pas pour autant circonscrit. Sa généralisation peut même être regardée comme un trait marquant des sociétés du centre du monde capitaliste, par contraste avec les nations semi-industrialisées de sa périphérie. Dans les premières, le statut de salarié devient la condition commune et le destin objectif du plus grand nombre. Les mobilités hors du salariat, temporaires ou durables, sont de plus en plus improbables et les pluri-activités d'antan exceptionnelles. La plupart des droits sociaux dont l'émergence constitue peu à peu les Welfare State - tout particulièrement l'assurance maladie, les retraites et l'indemnisation du chômage - sont d'abord subordonnés à l'entrée et à la permanence dans le salariat. Systèmes de protection sociale, législations du travail et dispositifs conventionnels tendent à la foi à séparer nettement les périodes où le travail est requis de celles où l'on en est dispensé - congés, chômage, maladie, maternité, retraite - et à maintenir un revenu lors de ces dernières.* » (p. 21)

Até então, o Brasil era um país essencialmente rural. O trabalho agrícola era a forma de ocupação dominante. A partir dos anos cinqüenta e, sobretudo, nos anos sessenta e setenta, a geografia econômica do país altera-se completamente. A industrialização e a urbanização produzem uma diferenciação crescente do mercado de trabalho com uma crescente e constante participação das formas de trabalho industriais e urbanas. A modernização capitalista no campo e a intensa migração da população rural em direção às cidades fomentaram um processo de urbanização acelerado e desorganizado, com enormes parcelas da população urbana sobrevivendo de formas de trabalho à margem do emprego capitalista assalariado.

Esse processo de modernização da sociedade brasileira e das formas e relações de trabalho é acompanhado de uma presença marcante do Estado e de seus mecanismos de regulação. A partir de 1930 e durante o período do Estado Novo, sob o comando de Getúlio Vargas,[159] o Estado brasileiro intervem ativamente na criação de uma legislação trabalhista destinada à organização das relações de trabalho e à proteção aos trabalhadores. Esse processo culmina com a criação, em 1943, da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.[160]

A CLT organiza um conjunto de normas e leis dispersas que vinham sendo editadas para regular as relações de trabalho no Brasil. Desde os anos vinte, um conjunto de iniciativas dos próprios trabalhadores e de normas públicas tentavam constituir um sistema de proteção ao trabalho, instituindo, primeiramente, caixas de socorro e, mais tarde, os institutos de previdência.[161] Nesse período, é criado também o sindicalismo corporativo, baseado na concepção de que os sindicatos eram braços do Estado, estando a ele subordinado na tarefa de promover e garantir o bem estar da classe trabalhadora. O caráter fortemente autoritário dessa intervenção do Estado nas relações de trabalho teve consequências que se estenderam ao longo de toda a história posterior do país, com fortes ramificações no presente. Esse modelo corporativista de organização sindical está na base também de um movimento sindical fortemente subordinado

[159] Getulio Vargas foi o líder do movimento político que depôs, em 1930, o regime político da "República Velha", dominada pelas velhas oligarquias rurais. A "República Nova », instaurada por Getúlio Vargas, representava a aspiração dos setores urbanos e industriais emergentes em favor de um projeto de desenvolvimento capitalista nacional alicerçado na intervenção do Estado. Em 1937, o presidente Getúlio Vargas, através de um golpe de estado, funda o "Estado Novo". Tratou-se de um regime autoritário que apresentava forte identidade ideológica com os regimes fascistas europeus da época. Devido às fortes pressões políticas, Getulio Vargas foi deposto em 1945, com o fim da segunda guerra mundial. Em 1950, ele torna-se novamente presidente do Brasil, desta vez eleito diretamente pelo voto popular.

[160] A Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT é fortemente inspirada na "Carta de Lavoro" de Mussolini, reunindo um conjunto de leis e regras, no campo dos direitos sociais e trabalhistas, até então dispersas. Essas normas regulamentavam os salários, as condições de trabalho, a jornada de trabalho, o contrato de trabalho e a estrutura sindical corporativa subordinada ao Estado. A CLT ainda hoje está em vigor. No entanto, ela foi substancialmente modificada pela Constituição de 1988.

[161] Castioni, 2008.

e atrelado ao poder público e com baixa capacidade de enfrentamento com a classe patronal. Essas características perduram até hoje na história do sindicalismo brasileiro.

Por outro lado, apesar da existência de parcelas fortes e organizadas dos trabalhadores do campo e da cidade, durante esse período do Estado Novo (1937-1945) medidas repressivas estiveram na base das políticas públicas de enfrentamento dos conflitos trabalhistas. Somente após a ditadura Vargas, com a democratização do país (1945-1964), ganham força e expressão os movimentos sociais. Porém, a herança desse período de autoritarismo político perdurou nas práticas sindicais e nas instituições nacionais. O regime militar,[162] instituído em 1964 através de um golpe de Estado, conservou o essencial do arcabouço institucional (a estrutura sindical, a legislação trabalhista) herdado do período do Estado Novo. A repressão aos movimentos sociais foi a base política do projeto de desenvolvimento e modernização instaurado pelos militares. O intervencionismo estatal ganhava, então, uma nova face, procurando sustentar a expansão capitalista na abertura ao capital internacional e no financiamento externo.

A forte presença do Estado no processo de expansão industrial e capitalista no Brasil revela, pois, o caráter fortemente autoritário das transformações sociais em curso naquele período. A regulação das relações de trabalho é o resultado desse contexto marcado pelo autoritarismo das instituições políticas e pela fragilidades dos movimentos sociais e, particularmente, dos movimentos dos trabalhadores.

A partir do final dos anos setenta, emerge no Brasil um conjunto amplo de movimentos sociais que impõem uma forte resistência ao regime militar. Em algumas grandes cidades, nas quais se consolidaram uma classe operária moderna, ligada aos setores mais dinâmicos da economia brasileira, emergiu um forte movimento operário, autônomo, independente e suficientemente organizado e combativo a ponto de reconfigurar as bases sociais e institucionais das relações políticas no país. Desses movimentos sociais surgiram novos atores políticos no cenário nacional, destacando-se as centrais sindicais e os novos partidos políticos de esquerda, como o Partido dos Trabalhadores (PT).

É a partir desses setores de ponta da classe trabalhadora brasileira que se constituem as novas representações sobre o trabalho e as relações de trabalho. É também a partir desse novo contexto social (urbanizado e industrializado) e político (democratizado) que as questões em torno do trabalho, das relações de trabalho e do desemprego tornam-se centrais no debate

[162] O regime militar brasileiro durou 21 anos, de 1964 até 1985. Um governo civil de transição (1985-1990) sucedeu o regime anterior, chamando as primeiras eleições presidenciais diretas, em 1989, depois de quase trinta anos de abstinência eleitoral. A última eleição de um presidente eleito diretamente pelo voto democrático ocorrera em 1960.

político. A crise econômica dos anos oitenta, caracterizada pela recessão, elevada inflação e instabilidade econômica, produz o conário social no qual emergem os primeiros movimentos contra o desemprego no país.

3.3. O desemprego como categoria institucional nas políticas públicas de emprego

No Brasil, um sistema público de emprego começa a ganhar forma apenas a partir dos anos noventa.[163] Antes disso, as ações do Estado referentes ao mercado de trabalho ou eram localizadas no âmbito da qualificação profissional e da intermediação, ou decorriam indiretamente das políticas mais amplas de desenvolvimento econômico. Até os anos oitenta, a atuação do Estado brasileiro sempre esteve focada no crescimento econômico, sendo a questão do emprego considerada um efeito das políticas macroeconômicas voltadas para a expansão industrial e capitalista do país. Entre 1930 e 1980, o forte crescimento econômico acompanhado também de uma forte ampliação dos níveis de emprego tornaram o desemprego um problema secundário ou inexistente. Não se tratava, pois, de constituir políticas específicas de proteção aos desempregados, mas de buscar e ampliar o desenvolvimento econômico. O combate ou, mais especificamente, a prevenção contra o desemprego era considerado como o simples resultado desse processo de desenvolvimento capitalista industrial.

Por todas essas razões, é em uma conjuntura econômica desfavorável e de forte retração na geração de novos empregos que o problema do desemprego e da constituição de um sistema público de emprego torna-se relevante. A emergência desse sistema público de emprego a partir da crise instaurada nos anos oitenta e, sobretudo, a partir dos anos noventa, ocorreu combinando políticas ativas e passivas, com ênfase em quatro dimensões principais : a assistência ao desempregado através do seguro-desemprego, a intermediação de mão-de-obra através do sistema SINE, a formação e a qualificação profissionais e, finalmente, a geração de trabalho e renda através do apoio às micros e pequenas empresas e cooperativas populares.

Nos marcos desta investigação, não se pretende analisar o conjunto dessas políticas públicas e os problemas de concepção e articulação entre as mesmas. Uma vez que o objetivo é identificar a emergência do desemprego como categoria institucional na formação e desenvolvimento das políticas públicas, analisa-se, a seguir, as políticas de emprego relativas à

[163] A esse propósito, ver Azeredo e Ramos, 1995.

proteção aos desempregados. Isto não significa que as demais políticas não sejam relevantes na compreensão da emergência dessa categoria institucional. Ao contrário, é no contraponto destas outras políticas e da política de seguro-desemprego que se pode apreender as representações do trabalho e do desemprego implícitas nas políticas públicas como práticas institucionais. Porém, uma análise detalhada das políticas relativas ao seguro-desemprego é suficiente para mostrar as dificuldades no processo de emergência do desemprego como categorial institucional. Segundo a hipótese aqui sugerida, a constituição dessa categoria ocorre a partir da tensão entre diferentes concepções e representações do trabalho e de sua privação. De um lado, uma concepção decorrente da norma do emprego e do desemprego, ancorada nas normas estatísticas internacionais; de outro, uma concepção peculiar do trabalho e do desemprego destinada a dar conta de sua elevada heterogeneidade e precariedade. Sugere-se, pois, que a norma oficial do desemprego – baseada ela mesma na norma do emprego estável – e cujos princípios fundamentais são a ausência de trabalho e a procura regular de emprego, informa apenas parcialmente as práticas institucionais, configurando-se em uma série de conceitos e preceitos relativos, por exemplo, à indenização dos desempregados. Essa norma oficial convive e é integrada a uma norma mais sólida e decisiva nas práticas oficiais, a norma da privação de trabalho como expressão de uma vulnerabilidade social estrutural. A partir dela estrutura-se, antes de mais nada, uma "lógica da assistência" mais do que uma "lógica do seguro". Essa lógica da assistência expressa-se, por exemplo, na inexistência de macanismos específicos de controle para continuar indenizando os desempregados que já recebem o seguro-desemprego. A essa lógica, é subjacente a idéia de que os desempregados sejam pessoas pobres, vulneráveis socialmente e que necessitam, sem maiores compravações, desse rendimento. Ou ainda de que um eventual controle seja impossível, pois a informalidade e a instabilidade no trabalho são enormes. Evidentemente, há uma tensão entre essa idéia e a norma oficial do desemprego, pois, em princípio, constitui uma fraude receber seguro-desemprego enquanto se está trabalhando ou enquanto se deixa de procurar emprego.

Portanto, o conjunto das políticas públicas de emprego se estruturam a partir dessa tensão entre a norma do emprego (estável) e a norma do trabalho informal, instável e irregular.

Historicamente, as políticas públicas de formação e qualificação profissional constituíram-se com o objetivo de organizar um mercado de trabalho capaz de dar conta das necessidades de expansão capitalista no Brasil. Essas ações, sob a iniciativa inicial dos empresários, resultaram na formação do sistema "S", com a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC,

ainda nos anos quarenta. No âmago das políticas nacional-desenvolvimentistas, esse sistema destinava-se a suprir as carências de trabalhadores urbanos qualificados para os setores industrial e comercial.[164] É a norma do emprego que começa a se configurar. As políticas de formação e qualificação organizam-se em torno da necessidade de dar sustentação à expansão dessa nova forma de trabalho, o emprego assalariado capitalista nos grandes e médios estabelecimentos industriais e comerciais.

Mais recentemente, surge também no Brasil um sistema de intermediação de mão-de-obra destinado a ser, inicialmente, um amplo sistema público de emprego encarregado de modernizar o funcionamento do mercado de trabalho. Criado por decreto em outubro de 1975, o Sistema Nacional de Emprego - SINE nunca logrou cumprir seus objetivos[165], tendo sempre funcionado como um mero mecanismo de intermediação de mão-de-obra restrito a algumas parcelas menos qualificadas da população trabalhadora. Nestes termos, o SINE nunca se converteu em uma agência de emprego nos moldes que se observou na França. Naquele país, a Agencia Nacional pelo Emprego - ANPE representou a cristalização institucional da norma do emprego estável e da norma do desemprego baseada na procura ativa de emprego. No Brasil, o desempregados nunca precisaram estar inscritos nas agências públicas de emprego que cobrem apenas uma parcela pequena do território nacional. Portanto, nunca houve um processo de institucionalização da procura de trabalho como princípio que configura oficialmente o desemprego. Isto é, a norma do desemprego oficial nunca se tornou dominante nas políticas públicas de emprego. As instituições públicas de regulação do mercado de trabalho nunca lograram impor nem a norma do emprego estável nem a norma do desemprego oficial. Elas próprias cristalizam uma outra norma que se impôs sub-repticiamente, a do trabalho informal e instável e a do desemprego em condições de vulnerabilidade social, que combinam-se com os princípios normativos oficiais (aqueles dominantes nos países desenvolvidos, sobretudo na Europa ocidental) de forma tensa e contraditória, ora tornando-se complementar ora tornando-se incompatível com a norma oficial.

As políticas públicas de geração de trabalho e renda, propostas sobretudo a partir dos anos noventa, também expressam diretamente essa tensão entre a norma do emprego estável e a norma do trabalho instável. Efetivamente, elas expressam, em certa medida, uma certa necessidade de

[164] Em 1976, foi criado também o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, a partir dos mesmos pressupostos desenvolvimentistas. Em 1980, finalmente, seria criado o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Transportes – SENAT.

[165] Segundo Azeredo e Ramos (1995), o Sistema Nacional de Emprego, coordenado pelo então Ministério do Trabalho, tinha as seguintes funções : « a) a intermediação de mão-de-obra ; b) a implementação de um seguro-desemprego ; c) a reciclagem e formação profissional ; d) a geração e análise de informações sobre o mercado de trabalho e e) a promoção de projetos de emprego e renda » (1995, p. 101)

complementação da norma do emprego estável, reconhecidamente insuficiente para integrar o conjunto da população ao mundo do trabalho. Instituir políticas públicas de geração de trabalho e renda significa, pois, reconhecer que o capitalismo industrial brasileiro gerou e continua a gerar empregos (sobretudo formais) em quantidade e qualidade insuficientes para o conjunto da população ativa disponível. No âmago deste debate está o problema da importância e do papel atribuído às atividades econômicas ditas "informais".

O conceito de informalidade abriga um leque muito amplo e heterogêneo de formas de trabalho. Esse modo de categorização, no entanto, assume com frequência dois registros distintos e opostos na forma de definir essas atividades ditas informais. Em um primeiro registro, essas atividades são consideradas sob uma perspectiva essencialmente negativa, expressando a "fragilidade" das instituições públicas (o trabalho registrado, os direitos reconhecidos, o acesso à previdência e à proteção social) e as formas "selvagens" que assumem as relações de trabalho (elevado grau de exploração econômica). Em um segundo registro, totalmente oposto, essas atividades são consideradas sob uma perspectiva essencialmente positiva, adquirindo o estatuto de "pequenos negócios", "pequenos empreendimentos" que revelam a criatividade e a capacidade de adaptação e inovação dos trabalhadores brasileiros. Esses registros podem se combinar em graus variados. Eles têm em comum o fato de construir um modo de categorização do mundo do trabalho e das atividades econômicas que excede a norma do emprego estável e as relações de trabalho assalariadas. Neste registro, o problema do desemprego não se coloca como questão central. Ainda que as políticas de geração de trabalho e renda tenham primordialmente como objetivo enfrentar o problema do desemprego, esse enfrentamento vai na direção de um outro modo de categorização da realidade do trabalho-privação de trabalho que não a define em termos de emprego-desemprego. Por isso, a questão da procura de emprego não se apresenta como problema a ser tratado. Reconhecer a privação de trabalho não implica relacioná-la com a procura de trabalho enquanto elemento constitutivo dessa privação. Parcelas significativas dos trabalhadores privados de trabalho, freqüentemente chamados de desempregados pelos próprios agentes públicos, são indivíduos que não encontram alternativas de trabalho no mercado de empregos. Por isso, a necessidade de construir uma política pública que ultrapasse essa forma de trabalho, o emprego estável.

Por todas essas razões, o desemprego é uma categoria ambígua que expressa formas de trabalho e modos muito distintos de categorizar a privação de trabalho. No âmbito institucional, essas ambigüidades estão presentes, na medida em que a categoria desemprego é mobilizada para expressar formas de privação de trabalho muito diversas, tanto a privação do emprego capitalista

como a privação do trabalho no sentido amplo de atividade remunerada. Esta última, em geral, está associada aos setores mais pobres e vulneráveis da população. É a eles que se dirigem essas políticas públicas de geração de trabalho e renda.

Vale ressaltar ainda que na raiz de todas essas ambiguidades e tensões entre a norma do emprego estável e a norma do trabalho instável estão as relações sociais de classe. As conexões entre essas normas distintas, ora complementando-se, ora antagonizando-se, explica-se pela complexidade das relações sociais de classe no Brasil, que combinam relações e formas de trabalho heterogêneas, mecanismos díspares de gestão e organização de trabalho, implicando graus diferenciados de exploração e de acesso à renda e aos direitos e garantias trabalhistas. Nestes termos, a "norma do trabalho instável" não é uma negação da "norma oficial do emprego", mas uma reconfiguração específica das relações sociais de classe. Ela implica condições específicas de uso, gestão e organização da força de trabalho, implicando uma forte assimetria nas relações de trabalho favoráveis aos empregadores que podem dispor da força de trabalho sem os mecanismos institucionais que limitam o seu "uso". Nestes termos, a privação do trabalho é um componente constitutivo dessas relações sociais de classe fortemente assimétricas. O não reconhecimento desse "desemprego" é, ele próprio, o efeito simbólico dessa assimetria que se expressa por modos de categorização alternativos – o trabalho informal, o bico, as formas instáveis de trabalho – que remetem a formas de trabalho distintas.

Esse efeito simbólico expressa-se ambigüamente na configuração das próprias políticas públicas de emprego que, ao mesmo tempo, reconhecem o desemprego – tendo os desempregados como alvo – e visam a superação da relação de emprego como alternativa de trabalho para esses trabalhadores (geração de trabalho e renda). O grande risco dessas políticas de geração de trabalho e renda é de tornarem-se meras políticas compensatórias que nada mais fazem do que cristalizar as desigualdades econômicas e as relações sociais assimétricas. Assim, ao mesmo tempo em que "reconhecem" a privação de trabalho (e, por isso, o desemprego), elas também o "desconhecem", o retiram do cenário, problematizando a realidade do trabalho não mais em termos de emprego-desemprego. Atrás dessas questões, estão em jogo distintos projetos de desenvolvimento, o que suscinta uma discussão sobre essas formas alternativas de geração de trabalho e renda como "estratégias de resistência", como "lutas" contra as formas capitalistas de trabalho. Neste caso, uma forma de categorização que nega a relação emprego-desemprego, que nega um modo de problematização da privação de trabalho em termos de desemprego, está enraízado em « lutas » mais ou menos organizadas e conscientes contra as formas e relações de

trabalho capitalistas. As cooperativas populares de economia solidária seriam o exemplo desse tipo de construção social do trabalho e da privação de trabalho.

Enfim, pode-se afirmar que as políticas públicas de emprego expressam e cristalizam diferentes modos de categorização do trabalho e da privação do trabalho, a partir de normas distintas que orientam e organizam as formas e relações de trabalho. Essas diferentes concepções e representações do trabalho estão alicerçadas nas relações sociais de classe e em suas ambigüidades. As relações de classe no Brasil estão marcadas por essa tensão entre "estabilidade" e "instabilidade" das relações de trabalho. Tanto a "estabilização" como a "instabilização" das formas e relações de trabalho contribuem para a constituição do capitalismo brasileiro. As relações e formas de trabalho capitalistas assumem, pois, configurações diversas, mesclando-se e compondo-se com relações e formas de trabalho não capitalistas e que contribuem decisivamente para a reprodução material e simbólica de vastas parcelas da população.

3.4. A categoria desemprego e o seguro-desemprego: indenização ou assistência ?

Apesar de sua previsão na legislação brasileira desde a Constituição Federal de 1946, a existência de um benefício dirigido aos desempregados foi instituído no Brasil apenas em 1986, pelo decreto lei nº 2.284, de 10 de março, e regulamentado pelo Decreto nº 92.608, de 30 de abril. O objetivo inicial do benefício era de prover assistência financeira aos trabalhadores desempregados em virtude de dispensa sem justa causa. Antes disso, ainda na década de sessenta, um auxílio-desemprego e um Fundo de Assistência ao Desempregado – FAD foram criados mas não chegaram a ser regulamentados e a funcionar adequadamente. A criação do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS[166], em 1966, extinguiu a fonte de financiamento do FAD e inibiu o recurso a esse auxílio que, efetivamente, só poderia ser utilizado em casos de demissão em massa de mais de 50 trabalhadores. Na prática, o FGTS sempre funcionou como um seguro e como uma poupança para os trabalhadores, tendo em vista a possibilidade de saque desses recursos por ocasião de demissão sem justa causa. Muitos especialistas salientam, porém, que o FGTS estimulou o incremento da rotatividade da força de trabalho, pois além da contribuição mensal sobre os salários, os empregadores pagam também, em caso de demissão imotivada, uma

[166] O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS é um fundo constituído pela contribuição mensal de empregadores e empregados, com base no percentual de 8% do salário.

multa sobre o total do fundo acumulado pelo trabalhador.[167] Deste modo, a elevada rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho reduz os efeitos protetores do fundo, que passa a ser sacado freqüentemente.

Apesar de sua existência legal, o seguro-desemprego permaneceu um direito cujo acesso era relativamente restrito nos primeiros anos[168], os mecanismos de financiamento do benefício permanecendo incertos. É na Constituição de 1988 que serão asseguradas as bases legais que garantirão o financiamento do seguro-desemprego e de um sistema público de emprego no Brasil.

O seguro-desemprego é previsto no artigo 7 dos Direitos Sociais.[169] Ele é parte constitutiva da Seguridade Social[170], aparecendo também como um direito arrolado na seção III, que trata da previdência social, no item IV do artigo 201.[171] Na seção IV, sobre a assistência social, artigo 203, são arrolados os objetivos da assistência, destacando-se, no item III, o de promover a integração dos cidadãos ao mercado de trabalho.[172] Essa relação entre assistência social e mercado de trabalho é sugestiva de uma concepção dos legisladores sobre a relação entre trabalho e pobreza. Está presente, nesta formulação, a idéia de que a pobreza gera uma vulnerabilidade em termos ocupacionais, desqualificando, de certa forma, o indivíduo para o emprego. Neste caso, é necessária uma ação do Estado no sentido de reintegrá-lo ao mercado de trabalho, aqui entendido, mais precisamente, como mercado de emprego. A pobreza, portanto, produz uma certa distância dos indivíduos em relação ao emprego, ela afeta a "empregabilidade" dos mesmos. Pobreza e desemprego, neste sentido, caminham juntos. É para este tipo de desemprego diretamente ligado à pobreza que serão propostas as políticas públicas de geração de trabalho e renda, de um lado, e de formação e qualificação, de outro lado. Assim, na medida em que a categoria desemprego mescla-se àquela da pobreza, ela torna-se fluida e incerta. O desempregado aparece como alguém que precisa de assistência, é alguém que tem "necessidade

[167] Hoje, essa multa é de 40% do FGTS, conforme definido pela Constituição Federal de 1988.
[168] Em 1986, em seu primeiro ano de funcionamento, foram beneficiados pelo seguro-desemprego apenas 150.761 trabalhadores. No ano seguinte esse número subiu para 734.260 segurados. Nos anos seguintes, esse crescimento foi muito significativo, atingindo 2.806.820 segurados em 1990.
[169] No caput do Art. 7° da Constituição Federal de 1988 diz o seguinte : « São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social : ». No parágrafo II : « seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário ». (Constituição Federal, Título II, Capítulo II, dos direitos sociais).
[170] No Brasil, conforme a Constituição de 1988, a securidade social está alicerçada em três pilares fundamentais : a saúde, a previdência social e a assistência social. Essa estrutura é definida pela Constituição Federal no Título VIII (Da Ordem Social), no capítulo II (Da seguridade social).
[171] Seção III - Da Previdência Social, artigo 201 : « Os planos de previdência social, mediante contribuição, atenderão, nos termos da lei, a : IV – proteção ao trabalhador em situação de desemprego involuntário ». (Constituição Federal, 1988)
[172] Seção IV - Da Assistência Social, artigo 203 : « A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos : III – a promoção da integração ao mercado de trabalho. » (Constituição Federal, 1988)

de trabalho" e, para tanto, precisa do auxílio do Estado a fim de se qualificar. Em última análise, o problema da pobreza (e do desemprego, portanto) é de natureza individual, remete aos atributos dos indivíduo ou à falta de atributos.

Assim, no espírito do legislador, a proposição do seguro-desemprego está fortemente carregada dessa concepção de trabalho e de privação de trabalho que remete ao problema da pobreza. Neste sentido, ele será considerado, em grande medida, mais como uma medida de assistência do Estado (ainda que previsto como direito integrante da previdência social) do que uma indenização pela perda de um emprego (ainda que o seja também). O seguro-desemprego está, pois, permeado pelas mesmas ambigüidades que constituem as representações e normas do trabalho e da privação do trabalho na sociedade brasileira. Aliás, o seguro-desemprego, tal como é instituído, contribui para fixar essas ambigüidades.

É somente a partir da Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que o seguro-desemprego adquire o estatuto de Programa e que as bases de financiamento do sistema público de emprego são regulamentadas. Assim, além de prover a assistência financeira aos desempregados, o programa prevê também outras medidas importantes, como o auxílio na procura de emprego e ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. As bases de um sistema público de emprego integrado e articulado foram lançadas, ainda que essa integração e articulação nunca tenham sido atingidas.

O financiamento do sistema foi um dos avanços mais importantes dessa lei, mesmo que a concessão do seguro-desemprego expresse tanto uma "lógica do seguro" quanto uma "lógica da assistência". Isto é, este financiamento não é baseado em uma contribuição cotizada por empregados e empregadores, mas é sustentado por um fundo público que é recolhido sobre o faturamento das empresas. É este fundo que constitui um dos pilares fundamentais do sistema público de emprego no Brasil construído a partir dos anos noventa. Assim, a lei acima citada cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recolhido a partir de uma contribuição dos empregadores, correspondente a 1% da folha anual de pagamento.[173] A lei instituiu também o

[173] O Fundo de Amparo aos Trabalhadores é financiado por duas contribuições principais : o Programa de Integração Social – PIS, criado pela Lei Complementar nº 7, de 7 de setembro de 1970, e o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP, criado pela Lei Complementar nº 8, de 3 de dezembro de 1970. É no artigo 239 da Constituição Federal de 1988 que é prevista essa forma de financiamento. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo nº 239, prevê também a destinação de no mínimo 40% dos recursos obtidos das contribuições acima citadas para financiar programas de desenvolvimento econômico através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES. O FAT é, pois, formado pelos recursos excedentes que são utilizados tanto para financiar o seguro-desemprego como outros programas que integram o sistema público de emprego no Brasil. Assim, a Lei nº 7.998, de janeiro de 1990, que institui o FAT, apenas regulamenta um preceito constitucional. Outro benefício previsto pela Constituição Federal de 1988 e financiado pelo FAT é o abono salarial

Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, órgão tripartite formado por representantes do governo, dos trabalhadores e dos empregadores e responsável pela gestão dos recursos do FAT. Apesar dos avanços que representa a constituição desse modelo, na prática ele tem apresentado problemas políticos de grande envergadura. Além da ausência de estratégias de articulação institucional do sistema e dos problemas de estrutura para execução das políticas públicas, o fundo tornou-se também prisioneiro dos lobbies e interesses políticos imediatistas. Atualmente, os recursos do FAT financiam não apenas o seguro-desemprego, mas também parte do sistema de intermediação e qualificação de mão-de-obra, o Programa de Geração de Emprego e Renda – PROGER, o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, o Programa de Expansão do Emprego e Melhoria da Qualidade de Vida do Trabalhador – PROEMPREGO, além do abono salarial do PIS-PASEP.

Apesar do avanço importante que representa o seguro-desemprego para os trabalhadores brasileiros, o benefício pago oferece um baixo nível de proteção econômica e sua abrangência é ainda limitada.

Quanto ao nível de proteção do seguro-desemprego, o benefício é pago de três a cinco parcelas, em um período aquisitivo de dezesseis meses, conforme a duração do vínculo empregatício dos trabalhadores. Têm direito a três parcelas, os trabalhadores que comprovarem vínculo empregatício de no mínimo seis meses e no máximo onze meses, nos últimos trinta e seis meses. Para receber quatro parcelas, o trabalhador precisa comprovar vínculo empregatício entre doze e 23 meses. A partir de 24 meses de vínculo empregatício, o trabalhador tem direito a cinco parcelas do seguro-desemprego.

Observa-se que além do período muito curto de cobertura (de três a cinco meses), esses critérios implicam a eliminação de parcelas extensas dos trabalhadores brasileiros que ou não possuem um vínculo formal de emprego ou, mesmo possuindo, apresentam elevada rotatividade no emprego. O valor dos benefícios também é, em média, muito baixo. A regra de concessão prevê que o benefício tem como base os três últimos salários recebidos pelo trabalhador. O benefício não pode ser inferior a um salário mínimo e os benefícios mais elevados possuem parcelas de no máximo R$ 710,97. Para tanto, o trabalhador deve ter uma média salarial de no mínimo R$ 1.045,58. Para os trabalhadores que recebem até R$ 627,29, o benefício é calculado multiplicando-se o salário médio por 0,8. Para os trabalhadores situados em uma faixa salarial

pago aos empregados que ganham até dois salários mínimos por mês. Esse abono corresponde a um salário mínimo que é pago uma vez por ano.

intermediária (entre R$ 627,29 e R$ 1.045,58), o que exceder a R$ 627,29 deve ser multiplicado por 0,5 e somado a R$ 501,58.

Esses valores, apesar de baixos, oferecem uma importante ajuda para os trabalhadores que ganham baixos salários. Esses trabalhadores, no entanto, são fortemente afetados pela rotatividade e pela informalidade, o que reduz muito o nível de abrangência do seguro. A média histórica dos benefícios concedidos pelo seguro-desemprego ficam em torno de um salário mínimo e meio[174].

Entre 1986, quando o benefício começou a ser pago, e 2004, foram concedidos 67.138.731 de benefícios. É importante registrar, no entanto, que muitos trabalhadores recebem o benefício várias vezes em suas trajetórias ocupacionais. Em 2005, foram 5.362.968 trabalhadores beneficiados pelo seguro-desemprego. O número médio de parcelas foi de 4,2 e o valor médio do benefício naquele ano foi de 1,36 salários mínimos[175]. Ao todo, foram gastos R$ 8.770.725.441,33.[176] Esses dados revelam que, em 2005, o número de beneficiários corresponde a 5,6% da população economicamente ativa[177] e 18,6% do total de trabalhadores empregados formalmente[178]. A taxa de desocupação medida pelo IBGE no ano de 2005 foi de 9,3%, correspondendo a 8.953.000 de trabalhadores desempregados. Logo, a taxa de cobertura do seguro-desemprego atingiu quase 60% dos desempregados, o que representa um bom nível de cobertura para a realidade brasileira, mas muito aquém dos padrões internacionais.

Esses dados revelam que apesar de se constituir em uma importante fonte de renda para os trabalhadores mais pobres que perderam seus empregos, o seguro-desemprego funciona principalmente segundo uma lógica da assistência, pois o recebimento do benefício não exige nenhuma contrapartida do trabalhador. O beneficiário do seguro-desemprego não precisa atestar que está procurando emprego e pode mesmo continuar a recebê-lo se estiver trabalhando sem vínculo empregatício legal. Além do mais, o recebimento do benefício não está articulado a outras políticas de emprego dirigidas para garantir a reciclagem e a qualificação dos trabalhadores. Não existem meios nem instrumentos de políticas públicas que possam implementar essa articulação e fazer esse controle.

Essas características de funcionamento do seguro-desemprego expressam, pois, distintas lógicas e modos de categorização do trabalho e da privação do trabalho, uma decorrente da

[174] Atualmente, o salário mínimo nacional no Brasil é de R$ 415,00.
[175] Em 2005, o salário mínimo nacional era de R$ 300,00.
[176] Em dólares, isto corresponde a US$ 3.635.269.274,07. Vale ressaltar que naquele ano os recursos do FAT atingiram R$
[177] Segundo o IBGE, em 2005, a população economicamente ativa era de 96.142.000 pessoas.
[178] Segundo o IBGE, em 2005, os empregados com carteira de trabalho assinada somavam 28.827.000 pessoas.

norma do emprego, que exige do trabalhador a comprovação do vínculo empregatício, e outra decorrente da norma do trabalho instável, que oferece ao trabalhador vulnerável uma pequena proteção econômica, uma assistência. No primeiro caso, pode-se identificar uma norma do desemprego oficial que estabelece como princípio a idéia de que o seguro-desemprego e as políticas e ele associadas devem ser um meio para que o trabalhador possa sair do desemprego. No segundo caso, a ausência de mecanismos institucionais centrados na procura de emprego e na capacitação profissional convertem esse seguro em benefício assistencial.

Essas ambigüidades e essas diferentes lógicas que regulam a implementação dessa política pública podem ser constatadas, ainda, pelos diversos mecanismos legais que visam estender a implementação do seguro-desemprego para categorias específicas da população trabalhadora. Neste caso, a lógica da assistência se faz ainda mais nítida, pois são privilegiadas categorias de trabalhadores reconhecidamente vulneráveis, situados fora das relações de trabalho assalariadas e necessitando, por parte do Estado, de mecanismos específicos de proteção. A extensão do seguro-desemprego aos pescadores artesanais e aos trabalhadores domésticos expressam essa lógica e esse modo de categorização da privação de trabalho no Brasil.

Por isso, através da Lei nº 8.287, de dezembro de 1991, o Programa é estendido aos pescadores artesanais, visando protegê-los nos períodos de defeso (entre-safra), quando a pesca é proibida em razão de princípios de preservação das espécies marinhas em período de reprodução. Depois de comprovadas todas as exigências legais, entre as quais destacam-se, ser pescador artesanal registrado profissionalmente, possuir inscrição e contribuição previdenciária, não receber outro tipo de benefício ou possuir vínculo empregatício, o pescador tem direito a receber tantas parcelas quantos forem os meses de duração do defeso, conforme regulamentação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente – IBAMA. O valor das parcelas é de um salário mínimo. Em 2005, foram beneficiados 181.896 pescadores artesanais em todo o Brasil. É a principal modalidade especial do Programa de Seguro-Desemprego.

Os trabalhadores domésticos também são contemplados por essa lógica de extensão do seguro-desemprego, o que passa a ocorrer a partir da Medida Provisória nº 1.986-2, de fevereiro de 2000. Assim, passam a ter direito ao seguro-desemprego os trabalhadores domésticos inscritos no Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS[179] que tinham sido demitidos sem justa causa. Exige-se deles, no mínimo, quinze recolhimentos ao Fundo. Estes trabalhadores também

[179] O recolhimento da contribuição para o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS é opcional para os trabalhadores domésticos. Nestes termos, a Constituição Federal de 1988 discrimina os trabalhadores domésticos dos demais trabalhadores, prevendo apenas alguns direitos básicos para essa categoria, entre os quais não consta o FGTS.

precisam comprovar que estão inscritos e contribuindo para a previdência social, sendo deles exigido um mínimo de 15 contribuições. O valor da parcela também é de um salário mínimo. O trabalhador tem direito a três parcelas a cada período aquisitivo de 16 meses. Em 2005, foram beneficiados 9.807 trabalhadores domésticos.

Existem ainda mais duas modalidades distintas de seguro-desemprego, também instituídas por leis específicas. Uma delas é o Seguro-Desemprego Bolsa Qualificação, que começou a ser implementado em janeiro de 1999, sendo instituído por Medidas Provisórias e por uma Resolução do CODEFAT. Essa modalidade de seguro-desemprego é concedida aos trabalhadores que possuem seus contratos de trabalho suspensos, de acordo com convenções ou acordos coletivos, e devidamente matriculados em cursos ou programas de qualificação profissional oferecidos pelo empregador. Os requisitos para receber o seguro-desemprego são os mesmos dos demais trabalhadores. Esta modalidade de seguro-desemprego, diferentemente das anteriores, privilegia os trabalhadores inscritos em relações de emprego estáveis em empresas capitalistas. Neste caso, o seguro-desemprego inscreve-se e reforça a norma do emprego, supondo a necessidade do trabalhador investir em sua qualificação profissional. Em 2005, foram beneficiados 4.092 trabalhadores, o que revela que esse tipo de prática articulando indenização e qualificação profissional ainda é pouco relevante na configuração das políticas públicas de emprego no Brasil.

A última modalidade é o Seguro-Desemprego Empregado Resgatado, destinada a atender trabalhadores resgatados de regimes de trabalho forçado ou da condição análoga à de escravo, dispensados sem justa causa. O benefício é concedido desde dezembro de 2002 e os trabalhadores têm direito a três parcelas no valor de um salário mínimo. Em 2003 e 2004 foram beneficiados, respectivamente, 832 e 1961 trabalhadores. Trata-se de uma categoria de segurados bastante marginal em relação ao conjunto do Programa.

Todas essas modalidades de seguro-desemprego mostram que diferentes lógicas e modos de categorização da privação de trabalho estão na base da implementação dessa política pública de proteção aos "desempregados". O próprio termo desemprego é aqui ambígüo, pois certas modalidades de privação de trabalho escapam à norma do emprego, como é o caso, principalmente, dos pescadores artesanais. Nestes termos, a categoria institucional de desemprego cristaliza as tensões presentes entre as diversas relações e formas de trabalho presentes na sociedade brasileira. Nessa construção institucional da categoria desemprego fica reconhecido que a privação de trabalho no Brasil não se restringe às formas e relações de trabalho

assalariadas. Logo, a norma oficial do desemprego não pode ser aplicada na realidade brasileira sem causar ambigüidades e contradições.

Ao mesmo tempo, pode-se afirma que o modelo de concessão do seguro-desemprego, pelo seu caráter fortemente assistencial e pelo seu baixo conteúdo normativo e de controle sobre o comportamento dos trabalhadores, não se constitui para esses trabalhadores em mecanismos performativos e normatizadores do comportamento e das identidades individuais. Nestes termos, a categoria desemprego como categoria oficial não se constitui em um recurso significativo que orienta as práticas e representações dos indivíduos privados de trabalho. O desemprego não é uma categoria identitária significativa no contexto social e institucional brasileiro. Assim, o desemprego não constitui, por exemplo, como no caso francês, um estatuto social reconhecido. Ser um desempregado, reconhecer-se e ser reconhecido como tal, não implica um identidade específica. Implica, no máximo, a expressão subjetiva de uma carência de trabalho e a possibilidade de receber uma assistência financeira. Nestes termos, os mecanismos institucionais e administrativos de registro e enquadramento são vagos, precários e restritos. Por todas essas razões, a categoria desemprego como categoria institucional nas políticas públicas emerge com dificuldade no Brasil e apresenta todos os traços e ambigüidades de uma sociedade atravessada por diversas formas, relações e representações do trabalho e da privação do trabalho.

3.5. O desemprego como categoria estatística no Brasil

No Brasil, a emergência da categoria desemprego como categoria estatística não é menos ambígua e menos marcada por tensões. Se, por um lado, o processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego segue as normas internacionais definidas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho, por outro, tensões internas à sociedade brasileira implicam a produção de novas formas de categorização estatística. As relações sociais de classe também estão na base dessas tensões, na medida em que os conceitos de trabalho e de desemprego operacionalizados nas metodologias estatísticas fazem emergir e tornar mais ou menos visíveis os problemas relativos à heterogeneidade de formas e relações de trabalho no Brasil. No que diz respeito ao desemprego, o que está em questão é a possibilidade de medir com mais ou menos pertinência o grau de incidência da privação de trabalho em um país marcado por uma forte precariedade do trabalho. O que está em xeque é o próprio conceito de trabalho. As normas internacionais que orientam a construção das estatísticas oficiais seguem, elas próprias, certas representações do

trabalho dominantes nos países desenvolvidos. Essas representações cristalizam um certo estado das relações sociais de classe naqueles países e exprimem, em termos estatísticos, a norma do emprego estável. São essas representações que são questionadas pelas instituições que propõem formas alternativas de medir o desemprego no Brasil.

De fato, o que é um desempregado no Brasil? Quais as fronteiras entre desemprego, trabalho e inatividade em um país marcado por formas e relações de trabalho tão heterogêneas? Quais são os critérios metodológicos utilizados pelas diversas pesquisas estatísticas para definir o trabalho e para definir o desemprego? Que termos e categorias lingüísticas são utilizadas para expressar a privação de trabalho no Brasil? Todas estas questões estão no âmago do processo de construção da categorização estatística do trabalho e do desemprego no Brasil. Veja-se inicialmente quais são as dificuldades que estão implicadas no processo de categorização estatística do desemprego segundo as normas internacionais.

Essas normas prescritas no âmbito da Organização Internacional do Trabalho e destinadas a produzir um conjunto de dados estatísticos comparáveis internacionalmente definem o desemprego a partir de três critérios fundamentais : 1) Estar sem trabalho remunerado durante o período de referência (semana precedente); 2) Estar imediatamente disponível para trabalhar; e 3) Procurar efetivamente um trabalho remunerado (semana ou 30 dias precedentes). Esta definição exclui do desemprego toda pessoa que trabalhou uma ou mais horas durante a semana de referência da pesquisa (semana precedente). Logo, ela exclui todos aqueles que ocupam um trabalho ou emprego irregular, instável ou ocasional. No Brasil, é o caso, particularmente, das pessoas que realizam os chamados “bicos” e “trabalhos eventuais”. As pessoas que não estão imediatamente disponíveis são também excluídas. É o caso, por exemplo, das mulheres que, desejando ter um emprego, não podem procurar ou assumir um trabalho por causa de responsabilidades e compromissos domésticos imediatos. Os desempregados mais velhos e os desempregados desencorajados que ficam durante longos períodos sem procura e sem esperança de obter um trabalho são também excluídos desta categoria devido à auxência de atitudes comportamentais concretas que atestem a procura de trabalho durante o período de referência.

Assim, esta definição de desemprego proposta pela Organização Internacional do Trabalho, sendo aquela que é utilizado para fazer as comparações internacionais, produz uma homogenização e padronização nos conceitos de trabalho e desemprego segundo um modelo normativo e a forma de trabalho que sofre fissuras nos próprios países centrais do capitalismo mundial. É esse modelo normativo com suas representações do trabalho e do desemprego que é

posto em xeque por diversos especialistas e instituições encarregadas de produzir dados estatísticos no Brasil.

Como em outros países, no Brasil existem diferentes instrumentos destinados à contagem do estoque de desempregados. As pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE[180], de um lado, e a Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, de outro, constituem dois tipos distintos de metodologias destinadas a medir esse fenômeno. As diferentes maneiras de conceber o trabalho e de categorizar o desemprego nestas pesquisas expressam, mais uma vez, as tensões e ambigüidades das formas, relações e representações do trabalho e da privação do trabalho na sociedade brasileira. Assim, tentar-se-á demonstrar que os diferentes conceitos e operacionalizações metodológicas presentes nestas pesquisas são expressão das fortes tensões que marcam o mundo do trabalho no Brasil. São essas tensões que estão na base das diferentes formas de representação do trabalho e da privação do trabalho.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística utiliza três diferentes instrumentos a partir dos quais é possível medir o desemprego e as características do mercado de trabalho no Brasil. Todos esses instrumentos seguiram as normas prescritas pela Organização Internacional do Trabalho – OIT. Na maior parte daz vezes, o IBGE não utiliza o termo desemprego como indicador de privação de trabalho. O termo habitualmente utilizado é o de "desocupação". Para ser considerado desocupado, o trabalhador precisa estar sem trabalho, à procura de trabalho e imediatamente disponível. A aplicação destes critérios fixados pela OIT para definir o desemprego é, no entanto, bastante problemática em um país como o Brasil, marcado pela forte presença de formas e relações de trabalho não assalariadas e altamente precárias.

O primeiro desses instrumentos são os censos demográficos, realizados no Brasil a cada dez anos. O primeiro recenseamento da população brasileira foi realizado ainda no século XIX, em 1872, durante o regime imperial. Mas foi a partir de 1890, já no período republicano, que os recenseamentos tornaram-se decenais, sem a realização, porém, dos censos de 1910 e 1930. A série histórica de recenseamentos realizados no Brasil conta, pois, com os seguintes censos : 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991 e 2000. Foram realizadas, ainda, duas contagens populacionais, uma em 1996 e a última em 2007. O IBGE, fundado em 1936, é responsável pela produção do sistema estatístico oficial desde então.

[180] O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, equivalente no Brasil ao "*Institut National de la Statistique et des Études Économiques – INSEE*" na França, é o organismo oficial do governo brasileiro encarregado pelo sistema estatístico oficial deste país.

A partir do Censo de 2000, foram introduzidas várias inovações metodológicas no que se refere à questão do trabalho. Essas modificações visaram não apenas dar conta das transformações que ocorreram na sociedade brasileira nos últimos cinqüenta anos, mas também adequar as pesquisas realizadas no país às orientações internacionais.[181]

Dentre as modificações mais importantes introduzidas no censo de 2000, destacam-se :

1) A definição de atividade e o conceito de trabalho. Até o censo de 1991, o cálculo da população economicamente ativa – PEA era mais restrito, abrangendo tanto o trabalho remunerado (em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios) como o trabalho não remunerado na ajuda de algum negócio ou estabelecimento. Porém, apenas eram considerados ocupados os indivíduos que trabalhavam 15 horas semanais ou mais. Os que trabalhavam menos de 15 horas semanais eram considerados inativos. A partir do censo de 2000, o conceito de atividade e, portanto, de trabalho é ampliado. Neste sentido, passa-se a incluir na população ativa ocupada, aqueles indivíduos ligados à produção doméstica para o auto-consumo e/ou que trabalham menos de 15 horas por semana sem remuneração. Tal modificação, ao ampliar a população economicamente ativa e ocupada, afeta diretamente o cálculo das taxas de desocupação que tendem a ser menores.

É também modificada a idade de referência para definir a população em idade ativa. Antes de 2000, eram apenas passíveis de serem considerados ativos, os indivíduos de 15 anos ou mais. A partir do censo de 2000, esse limiar é reduzido para 10 anos de idade, o que pode acarretar em alteração no cálculo da população economicamente ativa. Esta alteração também pode afetar o cálculo das taxas de desocupação na mesma direção das modificações apontadas acima. Ao ampliar a base de cálculo da população ativa, as taxas de desocupação podem ser também afetadas no sentido de uma redução de sua magnitude.

Também foram introduzidas modificações que afetaram diretamente a mensuração da desocupação. Até 1991, o período de referência para medir a participação do indivíduo em uma ocupação econômica era de doze meses, o que era justificado no sentido de superar os problemas relativos à sazonalidade do trabalho, sobretudo no setor agrícola. O censo de 2000 adota a semana como período de referência, a fim de classificar a condição de atividade e ocupação do indivíduo. Este procedimento pode ter um efeito no sentido de ampliar a taxa de desocupação, pois os trabalhadores sazonais sem ocupação na semana de referência serão, provavelmente, classificados como desocupados. No procedimento anterior, eles seriam classificados como ocupados.

[181] Dedecca e Rosandiski, 2005.

2) A nova classificação de atividade econômica e ocupação. Tendo em vista o fato de que as classificações anteriores se mostravam cada vez mais defasadas, pois subrepresentavam as ocupações e atividades econômicas ligadas aos setores mais modernos, o IBGE modifica o sistema de classificação adotado no censo de 2000 com base nas propostas da Comissão Nacional de Classificações - CONCLA, instituída pelo governo federal e coordenada pelo IBGE, a fim de superar a diversidade de sistemas de classificação existentes até então. Desde a década de setenta, coexistiam no Brasil pelo menos dois sistemas de classificação de ocupações (um utilizado pelo IBGE e a Classificação Brasileira de Ocupações – CBO) e três sistemas de classificação de atividade econômica (dois utilizados pelo IBGE e um pelo Ministério da Fazenda).[182]

O segundo instrumento produzido pelo IBGE é a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio – PNAD, realizado anualmente em todo o país a partir de uma amostra domiciliar. Com uma abrangência nacional, esta pesquisa, como os censos, produzem informações de natureza diversa, abrangendo aspectos demográficos, econômicos e sociais. As informações sobre trabalho e mercado de trabalho são também de suma importância para se ter uma radiografia sobre a realidade brasileira.

Este sistema de pesquisas domiciliares teve início no Brasil em 1967, quando foi realizada a primeira PNAD. Até 1970, esta pesquisa foi realizada em periodicidade trimestral. A partir de 1971, ela passa a ser realizada anualmente, tendo sido interrompida apenas nos anos de realização dos censos demográficos.

A partir da PNAD de 1992, o conceito de trabalho foi ampliado a fim de captar a situação daqueles trabalhadores que anteriormente não eram classificados como ocupados. Assim, o conceito de trabalho passou a abranger as seguintes condições :

1. Toda ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços e no serviços doméstico;
2. Toda ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana em ajuda a membro da unidade domiciliar ; ou em ajuda a instituição religiosa, beneficiente ou de cooperativismo ; ou como aprendiz ou estagiário ;
3. Toda ocupação desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana na produção domiciliar para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso.

Portanto, o conceito de trabalho, a partir da PNAD de 1992, abrange os seguintes aspectos :

[182] Dedecca, C. e Rosandiski, E.N., 2005.

- o trabalho remunerado (doméstico ou não doméstico);
- o trabalho não remunerado para outrem (familiar ou não); e
- o trabalho não remunerado no domicílio.

Na PNAD, a condição de atividade e ocupação dos indivíduos é considerada a partir de dois períodos de referência distintos: a semana de referência (semana anterior à realização da entrevista) ou o período de referência de 365 dias (período de 365 dias que termina no último dia da semana de referência). Assim, são classificados como ocupadas, as pessoas que têm exercido uma ocupação em parte ou durante todo o período de referência. São consideradas desocupadas as pessoas sem trabalho e que tomaram alguma providência efetiva para conseguir um trabalho no período de referência.

A PNAD de 1992 passou a considerar como população em idade ativa aquela de 10 anos ou mais e não 15 anos ou mais, como era anteriormente.

Finalmente, o terceiro instrumento produzido pelo IBGE são as Pesquisas Mensais de Emprego – PME, realizadas em uma periodicidade mensal a partir de uma amostra domiciliar. Seis regiões metropolitanas do Brasil são abrangidas por essa pesquisa: São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte, Recife e Salvador. A vantagem desta pesquisa é que ela capta as variações sazonais dos níveis de emprego e atividade. Trata-se de uma pesquisa especializada em trabalho e mercado de trabalho. A desvantagem é que ela se restringe às grandes regiões metropolitanas, não expressando a realidade do mercado de trabalho para o conjunto do país. Esta é a única pesquisa que utiliza o termo desemprego na publicação de seus resultados.

Como as demais pesquisas do IBGE, a PME também passou por um processo de reformulação metodológica. Implantada em 1980, a PME é reformulada a partir de 2001. Esta reformulação foi o resultado de um longo processo de discussão realizado entre o IBGE e representantes do governo brasileiro e os técnicos e pesquisadores ligados à Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. As controvérsias sobre as diferentes metodologias destas pesquisas foram encaminhadas no sentido de buscar uma unificação do sistema estatístico brasileiro, o que acabou não ocorrendo. O resultado desse processo foi, de um lado, a continuidade da PED e, de outro, uma reformulação da metodologia da PME no sentido de captar as chamadas situações de desemprego oculto.

Na metodologia antiga da PME, o conceito de trabalho era o mesmo da PNAD e dos censos antes de suas respectivas reformulações metodológicas. É, pois, considerado trabalho, toda ocupação remunerada (em dinheiro ou outras formas de remuneração) e toda ocupação não

remunerada exercida durante pelo menos 15 horas semanais (em ajuda a membros da família, a instituições religiosas, beneficentes ou cooperativistas, ou como aprendiz ou estagiário). A população desocupada era definida como sendo aquelas pessoas que não tinham trabalhado no período de referência (semana ou período de 30 dias), estavam disponíveis para trabalhar e tomaram providências efetivas para obter um trabalho.

Na publicação de seus indicadores, a PME apresenta várias taxas de desemprego : a taxa de desemprego aberto ; a taxa de desemprego aberto entre pessoas que nunca trabalharam ; a taxa de desemprego aberto entre as pessoas que já trabalharam ; e a taxa de desemprego aberto por setor de atividade (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços ou outras atividades).

As inovações metodológicas introduzidas na PME a partir de 2002 não modificam o conceito de trabalho, apenas alteram o critério de número de horas para classificar as condições de ocupação. Passaram a ser considerados ocupados, os indivíduos sem remuneração que tivessem trabalhado pelo menos uma hora na semana (e não mais 15 horas). Também passou a ser considerado o tempo mínimo de uma hora para as atividades econômicas remuneradas. A nova metodologia permite captar também as situações de subocupação por insuficiência de horas trabalhadas (jornadas inferiores a 40 horas semanais) e as situações de procura de trabalho pelos indivíduos ocupados.

A idade mínima para classificar a população em idade ativa também baixou de 15 para 10 anos de idade ou mais, como nos instrumentos anteriores. Porém, é disponibilizado um indicador referente à quinze anos de idade ou mais.

Em relação à população desocupada, passou-se a considerar o critério de disponibilidade para assumir um trabalho na semana da entrevista, o que não era investigado anteriormente. Além disso, passou-se a caracterizar mais precisamente as condições anteriores de trabalho dos desempregados, inclusive o motivo da saída do trabalho.

Em relação à população inativa, passou-se a identificar as pessoas que estiveram ativas no último ano, que desejavam trabalhar e que podiam assumir uma ocupação no curto prazo (pessoas marginalmente ligadas à população ativa). A partir deste contingente, passaram a ser identificadas as pessoas desencorajadas, isto é, aquelas que estavam sem trabalho, disponíveis para trabalhar, sem procura de emprego no período de referência de 30 dias, mas que procuraram trabalho em um período de seis meses.

Todas essas modificações acabaram produzindo fortes rupturas entre a série histórica antiga e a nova. Por isso, o IBGE manteve as duas metodologias paralelamente durante um período de doze meses para medir os efeitos das modificações introduzidas.

A variedade de instrumentos metodológicos e sua variações conceituais no âmbito das próprias pesquisas do IBGE bem como suas reformulações ao longo do tempo revelam as enormes dificuldades em operacionalizar estatisticamente as investigações sobre o trabalho e o mercado de trabalho no Brasil. Essa instabilidade conceitual e metodológica e, conseqüentemente, essa instabilidade no modo de categorização do trabalho e da privação de trabalho resultam das tensões entre as formas, relações e representações do trabalho e da privação do trabalho neste país. O processo de categorização estatística do trabalho e do desemprego também está marcado, pois, pelas ambigüidades e tensões que perpassam o conjunto da sociedade brasileiro e de seu mundo do trabalho.

Essa tensão torna-se ainda mas nítida quando se observa o modo de categorização do trabalho e da privação de trabalho na Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED. Este instrumento foi originalmente concebido e desenvolvido a partir de uma pesquisa realizada em 1981, em São Paulo, pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Sócio-Econômicos – DIEESE. Naquele momento, a economia brasileira atravessava uma série crise recessiva e o desemprego despontava como um problema social relevante, sobretudo entre os núcleos de ponta da classe operária. A desconfiança em relação às estatísticas oficiais, sobretudo no que dizia respeito às taxas de desemprego e ao modo restritivo de defini-lo, levaram sindicalistas, técnicos e especialistas na área a desenvolver esse instrumento alternativo, estendendo o conceito de desemprego para além dos parâmetros oficiais prescritos pela OIT.

Três modificações foram introduzidas nesta pesquisa,[183] tendo em vista a necessidade de levar em consideração as condições específicas de um mercado de trabalho e de uma economia semi-industrializada do terceiro mundo:

1) A inclusão dos jovens de 10 a 13 anos de idade na população ativa. Apesar da escolaridade obrigatória até os quatorze anos de idade, a maior parte dos jovens pobres começa a trabalhar muito cedo.

2) A flexibilização da noção de "sem trabalho". Neste sentido, aqueles que faziam bicos, trabalhos eventuais, e estavam à procura de trabalho são considerados desempregados. Na Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE estes indivíduos são classificados como ocupados. Logo,

[183] Humphrey, 1992, p.152.

a PED distingue o "desemprego aberto" do "desemprego oculto pela precariedade". Na reformulação metodológica da PME realizada em 2002, é criada a categoria de "subocupação" a fim de dar conta dessa categoria de trabalhadores, conforme as recomendações internacionais.

3) A flexibilização da noção de "procura de trabalho", o que torna possível a inclusão dos indivíduos desencorajados na condição de "desempregados". Todos aqueles que não haviam procurado trabalho no período de referência da pesquisa, mas que haviam procurado nos três meses precedentes eram classificados na categoria de "desemprego oculto pelo desalento". Posteriormente, esse prazo de três meses foi estendido para doze meses. Na recente reformulação metodológica da PME, essa categoria de indivíduos também passa a ser levada em consideração. No entanto, ela continua sendo classificada como pertencendo à população inativa.

Todas essas modificações metodológicas, pioneiras no início dos anos oitenta, levaram a um acréscimo da taxa de desemprego em São Paulo 6,2% superior àquela verificada pelo IBGE. Segundo o DIEESE, o desemprego total na região metropolitana de São Paulo atinge quase 15% em 1981. Os princípios desta pesquisa foram aperfeiçoados pela Fundação SEADE[184] e incorporados à Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED que começou a ser realizada continuamente em 1984. Alguns anos mais tarde, esta pesquisa foi estendida para outras regiões metropolitanas, sendo atualmente também realizada em Porto Alegre, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Salvador.

Portanto, o conceito de desemprego da PED passou a abranger as seguintes dimensões e indicadores :

1) Desemprego aberto : pessoas a procura de trabalho nos trinta dias anteriores à realização da pesquisa e que não tinham nenhum trabalho nos sete dias anteriores.

2) Desemprego oculto pela precariedade : pessoas a procura de trabalho nos trinta dias anteriores à realização da pesquisa, ou nos últimos doze meses, e que se encontravam realizando, de forma irregular, algum trabalho remunerado (em espécie ou benefício) ou algum trabalho não remunerado de ajuda a membros da família em seus negócios.

3) Desemprego oculto pelo desalento : pessoas sem trabalho que não estavam à procura de trabalho nos últimos trinta dias por desencorajamento, mas que estiveram à procura efetiva de trabalho nos últimos 12 meses.[185]

[184] Fundação Sistema de Análise de Dados do Estado de São Paulo – SEADE. A Fundação SEADE é um organismo estatal ligado ao governo do Estado de São Paulo.
[185] Informe PED. RMPA, 1999.

CAPÍTULO 4 - O MERCADO DE TRABALHO E A EMERGÊNCIA DO DESEMPREGO NO BRASIL

4.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se mostrar que o processo de emergência da problemática do desemprego no Brasil está diretamente relacionada com as transformações recentes pelas quais vem passando o mundo do trabalho. Se, por um lado, essa emergência está vinculada ao aumento da "privação de emprego" de setores tradicionais da classe trabalhadora assalariada, por outro, ela está associada também à existência das formas precárias, informais e marginais de trabalho na sociedade brasileira. Por isso, essa "emergência do desemprego" é caracterizada pela existência de diferentes modos de categorização do problema da privação de trabalho no Brasil.

Esses modos de categorização não são, porém, simétricos. É a privação de trabalho como privação de emprego que engendra, dá visibilidade e torna pública essa problemática da privação do trabalho no Brasil. Trata-se, pois, de uma privação de trabalho categorizada em termos da norma do emprego e da norma oficial do desemprego. O crescimento das taxas de desemprego aberto é o principal indicador da emergência desse tipo de privação de trabalho. As experiências de desemprego de importantes segmentos da classe trabalhadora brasileira mais organizada e qualificada é a outra faceta dessa nova forma de privação de trabalho no Brasil.

No entanto, outras formas de privação de trabalho estavam e continuam presentes no mundo do trabalho. Pretende-se, neste capítulo, propor alguns indicadores estatísticos a partir dos quais torna-se possível identificar aproximadamente a extensão dessas formas menos visíveis de privação de trabalho. Não se trata, aqui, de propor uma delimitação objetiva e precisa dessa privação de trabalho, mas de indicar os caminhos nos quais essa privação pode se manifestar.

Assim, argumenta-se que na medida em que uma problemática do desemprego emerge e se impõe, também emerge e se manifesta uma problemática mais ampla da privação de trabalho. A identificação dos limites dessa privação de trabalho torna-se mesmo objeto de disputa, como vimos no capítulo anterior, ao analisar-se as metodologias estatísticas destinadas a definir e medir o fenômeno do desemprego.

Finalmente, vale ressaltar que não é apenas a extensão da privação de trabalho que está em questão nesse processo, mas o próprio uso das categorias sociais de entendimento da realidade social, como é o caso da categoria desemprego. Neste sentido, sugere-se que a categoria desemprego é, cada vez mais, uma categoria social ambígüa, pois expressa diferentes formas de privação de trabalho segundo diferentes princípios de categorização da realidade. O uso da categoria desemprego escapa, cada vez mais, à norma do emprego e à norma oficial do desemprego. Ela pode mesmo converter-se em uma categoria identitária de indivíduos, grupos e movimentos situados à margem das relações de assalariamento estável.

4.2. A evolução do mercado de trabalho no Brasil

O conceito de mercado de trabalho é insuficiente para analisar as transformações do trabalho no Brasil. Essa noção supõe a idéia de uma transformação da força de trabalho em uma mercadoria comprada e vendida no mercado; supõe, pois, a formação, expansão e generalização do emprego como forma e relação de trabalho dominante. Ora, sabe-se que, no Brasil, o trabalho assalariado, o emprego, tornou-se a forma mais importante de ocupação econômica, mas não a única. Ela convive e coabita com múltiplas formas e relações de trabalho que nunca deixaram de ser importantes na sociedade brasileira.

Logo, falar de privação de trabalho no Brasil não é falar apenas de desemprego, no sentido estrito de privação de emprego. Trata-se de pensar as múltiplas formas possíveis de privação de trabalho e das relações que se estabelecem entre as diferentes formas e relações de trabalho. O próprios trabalhadores transitam entre essas diversas formas de trabalho ou ocupação. A noção de mercado de trabalho aqui utilizada leva em consideração, portanto, essas diferentes formas e relações de trabalho.

A partir da formação, expansão e consolidação de um modelo de desenvolvimento capitalista urbano-industrial, a evolução do mercado de trabalho brasileiro pode ser distinguida em dois grandes períodos.

No primeiro período, que vai de 1930 a 1980, um amplo mercado de trabalho, sobretudo urbano, se organiza e se expande no país. No entanto, uma forte heterogeneidade marca a constituição desse mercado de trabalho, com fortes desigualdades regionais e intersetoriais. Apesar dessas desigualdades e de algumas formas de exclusão social que se consolidam, o desemprego não aparece nesse período como uma questão social relevante. A questão social e a

questão do trabalho estão, sobretudo, relacionadas com o problema do baixo nível de renda e proteção de amplos segmentos da sociedade brasileira que se vêem diante de uma situação de pobreza e elevada precariedade social.

No período seguinte, a partir dos anos 1980, sinais de crise e instabilidade econômica, em um primeiro momento, e as políticas de ajuste econômico e de reestruturação produtiva, em um segundo momento, levam a uma significativa deterioração do mundo do trabalho e sugerem a existência de um amplo processo de desestruturação do mercado de trabalho. É nesse contexto que o desemprego emerge e se consolida como questão social central. À velha precariedade do mundo do trabalho no Brasil, à pobreza, à marginalidade e à informalidade, somam-se as novas formas de precarização do trabalho, dentre as quais o desemprego é um dos principais sintomas, em um quadro de extrema complexidade social. O problema da privação do trabalho estará marcado, assim, por novas e múltiplas facetas.

No período que se estende de 1930 a 1980, a economia e a sociedade brasileiras passaram por profundas transformações. O crescimento econômico é muito intenso e consolida-se no país uma estrutura produtiva complexa e diversificada. Ao mesmo tempo, ocorre uma forte expansão do mercado de trabalho urbano e da população economicamente ativa. Neste processo, destacam-se dois traços principais. De um lado, a forte expansão das relações de assalariamento e do emprego industrial e, de outro, a significativa presença das atividades econômicas não organizadas em termos propriamente capitalistas. A relevância dessas atividades denominadas "informais" marca profundamente o modelo de modernização capitalista no Brasil, sendo importante objeto de investigação no campo das ciências sociais. A informalidade e o baixo nível de proteção social foram, em geral, considerados como sintomas das profundas desigualdades sociais que marcaram o país em seu processo de modernização capitalista. Apesar disso, ao longo daquele período, o Brasil consolida-se como uma importante sociedade urbano-industrial.

Os dados da Tabela 1 permitem visualizar o processo de expansão demográfica e urbana da sociedade brasileira ao longo dos últimos 67 anos. Durante esse período, a população brasileira multiplicou-se por mais de quatro, chegando a 184 milhões de habitantes em 2007. O crescimento foi de 346% ao longo do período, isto é, a uma taxa anual média de 5,16%. Esse crescimento concentra-se no espaço urbano. Em 1940, a população vivendo nas cidades representava apenas 31,2% do total da população, não chegando a 13 milhões de brasileiros. A população rural era mais que o dobro da população urbana. No campo, viviam 28 milhões de pessoas.

Na década de 1960, há uma inversão da relação entre essas populações. A forte expansão industrial e urbana, verificada, sobretudo, a partir dos anos cinqüenta, faz com que, já no censo demográfico de 1970, a população urbana seja maior que a população rural. Em 2000, a taxa de urbanização da sociedade brasileira ultrapassa os 80%. A partir de 1970, a população rural diminui não apenas em termos relativos, mas também em termos absolutos, reduzindo-se em 10 milhões o número de brasileiros que viviam no campo. Durante esses sessenta anos, a população rural cresceu apenas 12%, o que equivale a uma taxa anual média de 0,2%. A população urbana, ao contrário, cresceu 970%, isto é, a uma taxa anual média de 16,15%.

Tabela 1 - Evolução da população total, rural e urbana. Brasil, 1940 a 2000.

Ano	Rural		Urbana		Total	
	n°	%	n°	%	n°	%
1940	28.356.133	68,8	12.880.182	31,2	41.236.315	100,0
1950	33.161.506	63,8	18.782.891	36,2	51.944.397	100,0
1960	38.767.423	55,2	31.303.034	44,6	70.191.370	100,0
1970	41.054.053	44,1	52.084.984	55,9	93.139.037	100,0
1980	38.566.297	32,4	80.436.409	67,6	119.002.706	100,0
1991	35.834.485	24,4	110.990.990	75,6	146.825.475	100,0
1996	33.997.406	21,6	123.082.167	78,4	157.079.573	100,0
2000	31.835.143	18,8	137.755.550	81,2	169.590.693	100,0
2007	-	-	-	-	183.987.291	100,0

Fonte : IBGE, censos demográficos e contagem da população 1996 e 2007.

Este processo de crescimento demográfico e de intensa urbanização da sociedade brasileira tiveram um impacto importante sobre o mercado de trabalho. O crescimento vegetativo da população urbana aliado aos fluxos migratórios do campo para a cidade pressionaram fortemente o mercado de trabalho urbano.

Os dados da Tabela 2 mostram a evolução da população economicamente ativa no período de 1950 a 2000. Em 1950, a população ativa totalizava 17 milhões de pessoas. Em 2000, esse contingente sobe para 77 milhões, aumentando mais de quatro vezes o tamanho da população ativa nesses cinqüenta anos. O crescimento médio anual da população ativa foi de 7,05%.

Os dados revelam também a importância crescente do mercado de trabalho urbano. Entre 1950 e 2000, a população ligada ao setor primário cresceu apenas 18,2%, passando de 10 para 12 milhões de pessoas ocupadas. A taxa média anual de crescimento foi de 0,36%. Este setor diminuiu de 60% para menos de 18,5% sua participação relativa no conjunto da população economicamente ativa. Entre 1980 e 2000, houve uma redução em termos absolutos do número de trabalhadores ligados ao setor primário. Essa redução foi da ordem de 7,6%.

O comportamento dos setores secundário e terciário é inverso. Neste mesmo período, a população ligada à indústria cresceu em mais de 11 milhões de pessoas, multiplicando-se por mais de cinco. A taxa média anual de crescimento foi de 9,4%, sendo mais acentuado nos anos 1970. Em 1980, o setor secundário respondia por mais de 24% do conjunto da população economicamente ativa. Desde então, a participação relativa do setor industrial tem caído, passando a representar 21,2% da população ocupada em 2000.

O setor terciário cresce em um ritmo muito acentuado neste período, nele incorporando-se mais de 34 milhões de pessoas. O setor já representava 26% da população ocupada em 1950. Em 1980, essa participação chega a quase 45,7% e, em 2000, atinge quase 60%. Juntos, o secundário e o terciário representam 70% da população economicamente ativa em 1980 e mais de 80% em 2000.

Tabela 2 - Evolução da população economicamente ativa segundo o setor da atividade econômica. Brasil, 1950 a 2000.

Ano	Setor da atividade econômica							
	Primário		Secundário		Terciário		Total	
	n°	%	nº	%	nº	%	Nº	%
1950	10.252.839	59,9	2.427.364	14,2	4.437.159	25,9	17.117.362	100,0
1960	12.276.908	54,0	2.940.242	12,9	7.532.878	33,1	22.750.028	100,0
1970	13.087.521	44,3	5.295.417	17,9	11.174.276	37,8	29.557.224	100,0
1980	13.109.415	29,9	10.674.977	24,4	20.012.371	45,7	43.796.763	100,0
1991	-	-	-	-	-	-	58.455.803	100,0
2000	12.119.389	18,5	13.889.223	21,2	38.785.457	59,1	77.467.473	100,0

Fonte: IBGE, censos demográficos.

Ao comparar-se o crescimento da população com o crescimento da população economicamente ativa, conforme a Tabela 3, pode-se fazer uma série de constatações. Primeiramente, a taxa média de crescimento demográfico tende a decrescer ao longo do período. Isso significa que as pressões de natureza demográficas sobre o mercado de trabalho tendem a se arrefecer. É importante notar, no entanto, que o impacto do crescimento demográfico sobre o mercado de trabalho ocorre apenas depois de 15 a 25 anos, idade na qual os indivíduos começam a ingressar na população ativa. Ou seja, na década de 1990 e atualmente ainda se faz sentir o impacto de crescimento demográfico elevado observado nas décadas de 1970 e 1980. Neste sentido, os próximos anos serão mais promissores para o mercado de trabalho.

Tabela 3 - Evolução das taxas de crescimento da população total e da população economicamente ativa. Brasil, 1950-2000.

Período	População total		População ativa	
	var. anual	var. acum.	var. anual	var. acum.
1950-2000	4,53	226,48	7,05	352,57
1950-1980	4,30	129,09	5,20	155,86
1980-2000	2,13	42,51	3,84	76,88
1950-1960	3,51	35,13	3,29	32,91
1960-1970	3,27	32,69	2,99	29,92
1970-1980	2,78	27,77	4,82	48,18
1980-1991	2,13	23,38	3,04	33,47
1991-2000	1,72	15,50	3,61	32,52

Fonte: IBGE, censos demográficos.

Em segundo lugar, pode-se observar que o crescimento da população ativa sofre variações importantes. Conforme a Tabela 3, nas décadas de 1950 e 1960, os ativos crescem menos que a população total. Enquanto que a taxa média anual de crescimento da população é de 3,51% e 3,27%, aquela da população ativa é de 3,29% e 2,99%, respectivamente. A partir da década de 1970, a situação se inverte. A população economicamente ativa cresce a taxas muito mais elevadas. Na década de 1970, essa taxa chega a 4,82% ao ano.

Em parte, isto pode ser explicado pelo impacto do crescimento demográfico que se intensifica nas décadas anteriores. Mas isto parece ser insuficiente. Dois fatores articulados parecem influenciar essa expansão acentuada da população ativa. Em parte, ela pode estar associada à expansão capitalista e à ampliação do mercado de consumo, o que pressiona amplas parcelas da população a aumentar seus rendimentos para participarem desse mercado. Nota-se, pois, que um baixo poder aquisitivo da classe trabalhadora e uma situação de arrocho salarial podem contribuir para pressionar para que mais membros dos grupos familiares ingressem na população ativa. Por isso, uma parte importante desse incremento de ativos é formado por mulheres que invadem o mercado de trabalho, sobretudo, a partir da década de 1970. Esse crescimento da participação feminina tem, certamente, um enorme significado cultural, pois expressa um novo padrão de comportamento que se reflete no mercado de trabalho. As transformações na estrutura de emprego, com o crescimento das atividades de serviço, favorecem essas mudanças no mercado de trabalho e a crescente participação da mulheres.

Através da tabela 3, pode-se observar que, ao longo desses 50 anos, a expansão da população ativa foi, em média, sempre superior ao crescimento demográfico. Enquanto que a população cresceu a uma taxa média anual de 4,53%, a população economicamente ativa cresceu a uma taxa média anual de 7,05%. O mesmo observa-se no período de 1950-1980. Nesse caso, as taxas médias anuais de crescimento da população total e da população ativa são de 4,30% e

5,20%, respectivamente. No período posterior, de 1980-2000, essas taxas são menores (2,13% e 3,84%), mas o crescimento da população ativa continua sendo maior que o crescimento da população total.

Apesar dessa forte pressão da população economicamente ativa sobre o mercado de trabalho, o emprego assalariado e o emprego industrial também cresceram continuamente durante o período inicial a que nos referimos (1930-1980).

Entre 1940 e 1980, o emprego assalariado formal cresceu mais rapidamente que a população economicamente ativa. Segundo Barbosa (2004), enquanto o primeiro cresceu a uma taxa média anual de 6,2%, a segunda cresceu a uma taxa média anual de 2,6%. Durante esse período, o nível global de emprego cresceu 186%, isto é, uma taxa anual média de 4,65%. Já o emprego na indústria de transformação cresceu 423% e a ocupação no setor público cresceu 527%, respectivamente, 10,57% e 13,17% de taxa média anual.

Ao final desse primeiro período de estruturação e consolidação, o mercado de trabalho no Brasil apresentará um conjunto de características que, a seguir, tentaremos apresentar.

Segundo o IBGE, em 1981, mais de 70% da população economicamente ativa concentrava-se em atividades urbanas, sendo que as mulheres representavam 31,2% do conjunto da população ocupada. Em geral, o nível de escolaridade dessa população ocupada era baixo. Cerca de 21,3% não possuíam instrução alguma e 23,4% possuíam apenas até três anos de escolaridade. Outros 32,1% possuíam de 4 a 7 anos de escolaridade. Isto é, aqueles que não possuíam o nível fundamental completo somavam 76,8% da população ocupada em 1981. Aqueles que possuíam de 8 a 11 anos de escolaridade constituíam 16,9% dos ocupados e apenas 6,2% tinham 12 ou mais anos de estudo.

Em relação à idade, a população ocupada estava assim distribuída: 14,2% tinham entre 10 e 17 anos de idade; 21,8% tinham de 18 a 24 anos de idade; 59,5% tinham entre 25 e 59 anos de idade; e, finalmente, 4,5% possuíam 60 anos ou mais. Neste caso, observa-se uma forte presença dos jovens e particularmente dos menores no mercado de trabalho que, somados, perfazem 36% do conjunto da população ocupada.

Naquele mesmo ano, em 1981, os trabalhadores assalariados[186] representavam 58,4% do total da população ocupada e 67,5% do total das ocupações urbanas. Já os trabalhadores

[186] Dentre esses trabalhadores assalariados estão incluídos os empregados do setor público. Eles representavam 8% do conjunto da população ocupada, em 1981, sendo 11,3% do mercado de trabalho urbano.

autônomos[187], os trabalhadores domésticos e os trabalhadores não remunerados[188] representavam, respectivamente, 22,3%, 6,1% e 10% dos ocupados. Nestas categorias de trabalhadores está concentrada a grande maioria dos trabalhadores informais e precários, como veremos mais adiante. Os empregadores representavam 3,2% da população ocupada.

Em 1981, do conjunto dos trabalhadores assalariados urbanos, 80% estava protegido pela previdência social. O nível de proteção previdenciária para o conjunto da população ocupada era, no entanto, mais baixo, atingindo apenas 67,5% desta população.

Observando-se o nível de proteção previdenciária entre as diversas categorias de ocupação, nota-se que este é muito baixo entre os trabalhadores autônomos (41,5%), entre os trabalhadores domésticos (23%) e entre os trabalhadores não remunerados (7,2%). Tais níveis de proteção previdenciária contrastam com aqueles dos empregadores (89,3%), dos empregados públicos (87,1%) e dos empregados privados (79,8%), sendo um claro sintoma de precariedade daquelas categorias de trabalhadores.

O nível de cobertura previdenciária entre os diversos setores da atividade econômica revelam, igualmente, indícios de precariedade para algumas categorias específicas como a dos trabalhadores do setor primário (7,9%), a dos trabalhadores em feiras e comércio ambulante (27,3%), na prestação de serviços[189] (37,8%) e na construção civil (55,1%). Em 1981, o nível de cobertura previdenciária é de 72,6% para o conjunto do setor secundário e de 64,7% para o conjunto do setor de serviços, com forte heteregeneidade no interior desses segmentos.

Analisando-se os dados sobre o rendimento médio dos trabalhadores por setor da atividade econômica, pode-se constatar que os mesmos segmentos que possuem menor cobertura previdenciária possuem também médias salariais mais baixas. A média geral para o conjunto dos trabalhadores ocupados no país era de 4,4 salários mínimos em 1981. As menores médias salariais são aquelas dos trabalhadores domésticos (1,1), dos trabalhadores em prestação de serviços (2,3), dos trabalhadores agrícolas (2,5), dos trabalhadores em feira e comércio ambulante (3,2) e dos trabalhadores da construção civil (3,5).

A média salarial para o conjunto do setor secundário é de cinco salários mínimos e do setor terciário é de 4,8. Apesar da heterogeneidade desses setores, vale ressaltar que o setor terciário já apresenta indicadores de precariedade mais acentuados que o setor secundário. Tais

[187] Esta categoria de trabalhadores autônomos ou por conta própria é importante tanto nas atividades primárias como nas atividades urbanas. Entre as primeiras, eles representavam, em 1981, quase 30% do conjunto dos ocupados. Neste mesmo ano, eles representavam 18,9% dos trabalhadores urbanos.

[188] A grande maioria desses trabalhadores não remunerados está ligada às atividades agropecuárias. Logo, apenas uma pequena parte refere-se ao mercado de trabalho urbano.

[189] Dentre estes estão incluídos os trabalhadores domésticos.

indicadores serão importantes na análise das transformações pelas quais passará o mercado de trabalho no período seguinte.

Vale ressaltar ainda que ao comparar-se as diferenças de rendimento entre os trabalhadores com e sem proteção previdenciária, obtem-se a confirmação da importância deste critério (proteção previdenciária) no diagnóstico das condições de precariedade do mercado de trabalho. Em 1981, a média salarial dos trabalhadores que contribuem para a previdência social é de 6,2 salários mínimos, enquanto que a média salarial daqueles que não possuem cobertura previdenciária é de 2,1 salários mínimos.

Comparando-se o rendimento médio dos trabalhadores por sexo, constata-se que as mulheres possuem médias salariais muito inferiores em relação aos homens. Em 1981, a média salarial masculina era de cinco salários mínimos, enquanto que a média salarial feminina era de 2,7 salários mínimos. Os salários das mulheres representavam, em média, 54% dos salários dos homens. Esta diferença mantém-se na grande maioria dos setores e subsetores da atividade econômica, o que é um importante indicador de uma maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho.

Portanto, apesar de se consolidar, nesse primeiro período, um mercado de trabalho relativamente amplo e moderno, cristalizam-se na sociedade brasileira profundas desigualdades de renda e baixos níveis de proteção social. O forte crescimento dos níveis de ocupação absorve parte importante da população que saiu do campo para as cidades e do crescimento demográfico das cidades brasileiras. No entanto, a expansão do emprego não eliminou a pobreza e a precariedade social que, ao contrário, aumentaram de forma intensa no novo cenário de uma sociedade urbanizada. A pobreza não é mais principalmente rural, ela torna-se cada vez mais urbana.

A partir de 1980, observa-se um forte influxo no mercado de trabalho brasileiro. A década de 1980 foi um período de transição marcado por fortes oscilações na atividade econômica. Alternaram-se períodos de crescimento econômico e períodos de recessão. O saldo final do período foi uma relativa estagnação econômica. A estrutura produtiva mantém-se relativamente intacta e o perfil do emprego não se alterou significativamente. O nível de assalariamento da força de trabalho manteve-se estável, com um pequeno declínio no mercado de trabalho urbano. Houve, ainda, um pequeno crescimento do trabalho por conta própria e um pequeno aumento do assalariamento não protegido, sintomas de uma precariedade que se ampliará no período seguinte. Durante os anos 1980 houve, ainda, um crescimento do assalariamento no setor público que, em 1990, passou a representar quase 10% da população ocupada. Porém, os anos 1980

anunciavam, sobretudo, uma forte desestruturação do mercado de trabalho que ocorreria na década seguinte.

4.3. Mercado de trabalho, crise econômica e a emergência do desemprego

Durante o período de 1930-1980, o mercado de trabalho brasileiro passou por um longo processo de estruturação que culminou na consolidação de uma ampla, diferenciada e heterogênea estrutura ocupacional. Porém, a ampliação das relações de assalariamento e a consolidação de uma economia com uma forte base industrial não produziram um amplo processo de integração do conjunto dos trabalhadores às formas modernas de trabalho e de relações salariais. Tanto o assalariamento desprotegido como as formas de trabalho não assalariadas, marcadas por uma forte precariedade, continuaram a ter uma grande importância na estrutura ocupacional que foi se consolidando. Assim, a modernidade brasileira experimentou um processo de expansão industrial e capitalista marcada por fortes desigualdades no mercado de trabalho e na estrutura social em seu conjunto. Naquele período, o desemprego não só não aparece como um problema econômico relevante, pois as taxas oficiais de desemprego no país eram muito baixas, como nem mesmo comparece no debate político como uma questão social significativa.

Estariam as formas de trabalho informais e não assalariadas mascarando um desemprego invisível? Ou elas constituiriam alternativas aceitáveis de trabalho, o que explicaria a irrelevância do problema do desemprego? Se essas alternativas são amplamente insuficientes para garantir a sobrevivência e a reprodução de amplas parcelas da população, poderia-se abdicar da categoria desemprego para descrever tais situações?

A resposta a estas questões é complexa, implicando diferentes julgamentos a respeito do grau de precariedade dessas formas de trabalho e do nível de privação de trabalho que as acompanha. O desafio, pois, aqui colocado não é o de identificar em que medida essas formas de trabalho não salariais "mascaram" o problema do desemprego e em que medida elas podem constituir-se em alternativas de trabalho socialmente aceitáveis. Pretende-se, tão somente, apresentar um conjunto de dados e indicadores capazes de fornecer critérios de avaliação sobre a relação complexa entre formas precárias de trabalho e privação de trabalho. Antes de mais nada, pretende-se colocar em evidência o contexto sócio-econômico no qual uma problemática da privação do trabalho torna-se relevante.

Em outros termos, sugere-se que a emergência de uma problemática do desemprego constitui-se em uma forma específica de representar a problemática da privação do trabalho no Brasil. Trata-se de uma representação da privação do trabalho fortemente associada à norma oficial do desemprego. Esta representação da privação de trabalho tende a considerar como referência central o trabalho assalariado, sobretudo o emprego estável. Nestes termos, uma problemática do desemprego emerge apenas na medida em que a privação de emprego e a procura regular por emprego tornam-se socialmente relevantes. Esta emergência expressa-se através do crescimento médio das taxas de desemprego aberto medidas pelas estatísticas oficiais.

Pode-se, pois, formular com mais precisão a hipótese desta investigação. O problema de privação de trabalho no Brasil excede e ultrapassa uma problemática em termos de desemprego. Dito de outra forma, a categoria desemprego é insuficiente para expressar e medir o problema da privação do trabalho no Brasil. Essa privação do trabalho é, mesmo, anterior à emergência da problemática do desemprego que se impõe a partir dos anos oitenta e, sobretudo, nos anos noventa no Brasil. Mesmo após a emergência dessa problemática do desemprego, a privação do trabalho continua a exceder e ultrapassar os limites do desemprego. Não está em jogo apenas a privação de emprego, a disponibilidade e a procura por emprego; está em jogo também a privação de trabalho entendida como a necessidade de mais trabalho, de mais atividade econômica a fim de suprir as necessidades individuais e coletivas. Esse trabalho e essa atividade econômica de que se necessita não é necessariamente nem freqüentemente o emprego, o que faz com que os critérios oficiais destinados a definir e medir a privação de trabalho tornem-se problemáticos.

O aumento das taxas históricas de desemprego no Brasil é um dos indicadores de um modo específico de problematizar a privação de trabalho. Nesse modo de problematização, a questão da privação de trabalho torna-se cada vez mais uma questão pública que mobiliza as instituições políticas e que sobre elas recai uma responsabilidade social nunca antes observada. A privação do trabalho torna-se uma questão social, pois a ampliação das taxas de desemprego é considerada como um sintoma de "privação material", da incapacidade a que estão submetidos os trabalhadores de assegurarem sua sustentação econômica. A noção do trabalho como direito é evocada, reforçada, trazida à tona no debate público. No curso desse processo, a questão da pobreza e da vulnerabilidade econômica e social reaparece, a questão do desemprego passando a confundir-se com essa velha questão social no Brasil.

Desta maneira, a emergência da problemática do desemprego segundo o modo de categorização oficial, de acordo com a norma do desemprego e a norma do emprego, não ocorre

sem consequências sobre os velhos problemas da precariedade social e do trabalho no Brasil. Esse modo de categorização da privação de trabalho em termos de desemprego pode ter efeitos simbólicos relevantes. Trata-se de um modo de reconhecimento da realidade do trabalho que pode constituir outros modos de reconhecimento distintos. Dito de outra forma, na medida em que o problema do desemprego ganha o espaço público, a norma do emprego a ele associada, com seu conjunto de valores e representações, pode afetar mais ou menos intensamente diversos grupos sociais mais ou menos afastados do acesso ao emprego estável. Neste sentido, a noção de "direito ao trabalho" pode emergir no imaginário coletivo como elemento novo e que redefine o modo de representar o trabalho e sua privação.

No entanto, essa forma de representar o trabalho – e que se expressa na noção de direito a uma ocupação digna e estável – não é homogênea e nem se generaliza, necessariamente, para o conjunto da sociedade brasileira em um contexto de ascenção do desemprego. Uma "cultura do trabalho autônomo e informal" pode mostrar-se um modo muito peculiar e sólido no enfrentamento dos problemas econômicos e da privação de trabalho. Neste caso, a privação de trabalho pode implicar um conjunto de práticas e representações muito específicas e distantes da norma do emprego e da norma do desemprego, sem que com isso deixe de ser ressentida como "privação de trabalho".

No entanto, na medida em que o desemprego torna-se o alvo do discurso político e mediático, colocando-o como uma questão social de primeira grandeza no Brasil, parcelas cada vez mais amplas da população podem sentir-se identificadas com esse discurso e com essa representação que define o direito ao trabalho como um critério central de integração social e de identidade pessoal.

Sugere-se aqui que essas mudanças no modo de representação da questão do trabalho, além de refletirem as lutas dos movimentos sociais, do movimento sindical e das organizações populares no Brasil, são potencializadas pelo desemprego crescente de setores que integraran diretamente o processo de modernização capitalista no Brasil, isto é, os operários dos setores de ponta da economia, as classes médias, os trabalhadores mais qualificados e escolarizados. É a partir dessa forma específica de privação de trabalho, do desemprego desses setores, que a categoria desemprego emerge e se estende como categoria social relevante, atingindo também os setores sociais historicamente excluídos do acesso ao emprego e às formas de trabalho mais estáveis.

Por isso, a emergência do desemprego no Brasil é historica e socialmente datada. Ela se refere tanto a um momento peculiar na história brasileira, de influxo das relações de

assalariamento, como a grupos sociais específicos vitimizados pelas transformações econômicas que reestruturaram completamente o mercado de trabalho brasileiro nos últimos vinte anos.

A emergência do desemprego nas estatísticas oficiais é, pois, revelador desse modo de categorização da privação do trabalho que se torna hegemônica no Brasil nos anos noventa, mas que, nem por isso, expressa toda a complexidade e extensão dessa problemática no país. Observe-se os dados sobre o desemprego a seguir apresentados.

A Tabela 4 mostra a evolução das taxas de desemprego aberto no Brasil nos últimos 30 anos, segundo dados do IBGE compilados pela Organização Mundial do Trabalho. Os dados revelam que as taxas de desemprego na década de 1970 eram muito baixas, oscilando entre 1,8% e 2,8% como média anual, taxas essas similares ou mesmo inferiores àquelas observadas em países industriais avançados. Em 1976, eram contabilizados 713 mil desempregados no Brasil.

Tabela 4 - Evolução das taxas de desemprego, por sexo. Brasil, 1976-2003.

Ano	Nº de desempregados			Taxas de desemprego			M/T
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	
1976	713,0	511,0	202,0	1,8	1,9	1,8	28,3
1977	952,8	597,8	355,1	2,3	2,1	2,7	37,3
1978	1003,3	629,0	374,0	2,4	2,2	2,8	37,3
1979	1210,5	825,0	385,0	2,8	2,8	2,8	31,8
1981	2023,1	1373,1	650,1	4,3	4,2	4,4	32,1
1982	2533,0	1678,0	855,0	3,9	3,9	4,0	33,8
1983	2474,2	1668,1	806,1	4,9	4,9	4,8	32,6
1984	2234,3	1437,3	797,1	4,3	4,1	4,6	35,7
1985	1875,3	1171,5	703,8	3,4	3,2	3,8	37,5
1986	1380,2	854,1	526,1	2,4	2,3	2,7	38,1
1987	2133,0	1315,3	817,7	3,6	3,4	4,0	38,3
1988	2319,4	1410,3	909,1	3,8	3,6	4,2	39,2
1989	1891,0	1244,0	647,0	3,0	3,1	2,9	34,2
1990	2367,5	1582,4	785,1	3,7	3,8	3,4	33,2
1992	4573,3	2355,1	2218,2	6,5	5,6	8,0	48,5
1993	4395,6	2305,9	2089,7	6,2	5,4	7,4	47,5
1995	4509,8	2327,9	2181,9	6,1	5,3	7,3	48,4
1996	5076,2	2498,3	2577,9	7,0	5,7	8,8	50,8
1997	5881,8	2854,9	3026,9	7,8	6,4	10,0	51,5
1998	6922,6	3301,1	3621,5	9,0	7,2	11,6	52,3
1999	7639,1	3667,9	3971,2	9,6	7,9	12,1	52,0
2001	7853,5	3674,9	4178,5	9,4	7,5	11,9	53,2
2002	7958,5	3685,2	4273,4	9,2	7,4	11,6	53,7
2003	8639,9	3972,8	4667,2	9,7	7,8	12,3	54,0

Fonte: Organização Internacional do Trabalho, OIT.

Na década de 1980, esses números se elevam um pouco, chegando a atingir a taxa de 4,9% no auge da maior crise recessiva da década, em 1983. Chegou a dois milhões e meio o número de brasileiros que ficaram desempregados naquele período, um patamar bem superior àquele observado nos anos anteriores. Logo após, essas taxas se reduzem um pouco, mas mantém-se em níveis similares. Entre 1981 e 1990, a taxa média anual de desemprego foi de 3,7%. A conjuntura econômica desfavorável e o baixo crescimento econômico são os fatores decisivos na configuração desse desemprego emergente que se observa então.

No entanto, na década de 1990, as taxas de desemprego aberto subiriam em níveis ainda mais acentuados, mantendo-se em patamares bem superiores àqueles observados na década anterior. Em 1992, já são quatro milhões e meio de desempregados e a taxa de desemprego chega a 6,5%. Esses números crescerão fortemente durante toda a década, chegando a mais de sete milhões e meio de desempregados em 1999. Neste ano, a taxa de desemprego aberto chega a 9,6%.

Ao observar-se as taxas de desemprego por sexo, constata-se que as taxas femininas são quase sempre superiores às masculinas. Dos vinte e quatro anos mostrados na tabela, em apenas quatro as taxas de desemprego femininas são inferiores às masculinas. A partir de 1990, a diferença entre essas taxas tende a aumentar. Em 1976, as mulheres representavam apenas 28,3% do total de desempregados. Essa participação foi crescendo ao longo do período, chegando a quase 40% em 1988. No entanto, a partir de 1996, as mulheres passam a constituir mais da metade dos desempregados, mesmo sendo minoria na população economicamente ativa[190]. Tal indicador é um claro sinal de uma vulnerabilidade de gênero que penaliza as mulheres no mercado de trabalho. O desemprego expressa, de certa forma, o modo como as relações de gênero se constituem no Brasil. A inserção subordinada das mulheres no mercado de trabalho acompanha-se de uma maior privação de emprego entre elas.

Se, nos anos 1980, a crise provoca uma estagnação na economia brasileira, que, em média, cresceu a taxas muito baixas (1%-2%), nos anos 1990 a economia e o mercado de trabalho passam por um processo de intensa reestruturação, seja pelas políticas macroeconômicas de ajuste fiscal e monetário, seja pelas novas formas de gestão e organização do trabalho promovidas pelas empresas. Nesse contexto, um novo elemento se anuncia no cenário econômico e no mercado de trabalho do país, o elevado desemprego.

[190] Em 1970, as mulheres representavam apenas 20,8% da população economicamente ativa. Com o crescimento da participação feminina, esse índice chega a 27,4%, em 1980. Em 1990, a participação das mulheres atinge 39,2% da PEA. Em 2003, as mulheres representam 44,11% da PEA.

Mattoso et Baltar analisam as transformações ocorridas nesse período, mostrando, assim, o processo de emergência da problemática do desemprego. Segundo esses autores, durante os anos oitenta, "*as condições gerais do mercado de trabalho urbano se deterioraram com um crescimento relativamente lento do emprego formal e da proporção dos trabalhadores autônomos e dos assalariados sem carteira de trabalho, além da significativa redução do nível dos salários. Apareceu, ainda, sobretudo durante os momentos de recessão, um problema social inédito na história econômica e social brasileira : o desemprego aberto. No entanto, tratava-se de um desemprego ligado, em grande parte, às oscilações da atividade produtiva (...) Em seu conjunto, o emprego formal em 1989 atingia já menos da metade das pessoas ocupadas em atividades não agrícolas e somente um terço desses empregos formais foram criados pelos estabelecimentos tendo mais de mil empregados*."[191]

Se, nos anos oitenta, a estagnação e a instabilidade econômica provocam uma deterioração do mercado de trabalho devido, acompanhado de uma redução do ritmo de expansão do emprego formal e da emergência de um desemprego conjuntural, nos anos noventa as mudanças estruturais provocadas pelas políticas liberalizantes acarretam uma nova crise do emprego sem precedentes na história do país.

Essas políticas de abertura comercial e de ajuste econômico realizadas a partir do governo Collor, visando a reestruturação econômica do país através de um choque de concorrência, provocaram um processo de desindustrialização[192] e de deteriorzação ainda maior do mercado de trabalho. Por isso, o emprego formal que havia diminuído em 15% durante a recessão (1990-92), não aumentou com a retomada da atividade econômicas nos anos seguintes.[193] As políticas de gestão das empresas visando o aumento da produtividade e as práticas de sub-contratação, associadas à redução dos investimentos, afetaram diretamente a oferta de emprego. Assim, a taxa de assalariamento diminui e atinge 51,2%, em 1995. O emprego formal que representava 47,5% da população ocupada não agrícola em 1989 se reduz a uma taxa de 40% em 1995. "*O resultado global foi um nível de emprego formal 7% mais baixo em 1995 que aquele de 1989 [...] Além do mais, o desemprego aberto e oculto aumentaram [...] Durante a recessão, a taxa de desemprego em São Paulo aumentou, passando de 8,7% a 15,3%. Durante a retomada das atividades econômicas, a taxa de desemprego não retornou ao mesmo nível de antes da recessão, uma vez que novos empregos formais não foram criados. A taxa de desemprego foi de 13,2% em 1995 e*

[191] Mattoso e Baltar, 1996, pp. 10-11.
[192] A esse propósito, ver com mais detalhes Mattoso e Baltar (1996), pp. 13-24.
[193] Sobre esse aspecto, ver Baltar, Dedecca et Henrique (1995) et Sabóia (1996).

quando o governo restringiu a atividade econômica, em torno de junho de 1996, a taxa de desemprego aumentou rapidamente. Hoje [1996], *esta taxa atinge o mesmo nível que durante a recessão, em 1992*."[194]

Assim, os anos noventa trouxeram um mercado de trabalho ainda mais precário e flexível.[195] O novo modelo de regulação estatal e as políticas de emprego procuraram aumentar esta flexibilidade em nome de uma suposta rigidez das relações de trabalho. A aprovação no parlamento brasileiro da lei sobre o contrato de trabalho por prazo determinado[196], em 1998, estendendo de três meses para dois anos o período de contratação nesta nova modalidade, visou flexibilizar ainda mais as relações de trabalho no Brasil. No entanto, a forte flutuação dos níveis salariais, a elevada rotatividade no emprego, o baixo nível de formalização do emprego, dentre outros fatores, já constituíam traços estruturais que indicavam a existência de uma elevada flexibilidade no mercado de trabalho.

"*Se, a partir dos anos oitenta, o desemprego aparece no cenário sócio-econômico brasileiro, nos anos noventa ele se torna um grave problema estrutural. A população ativa continua a aumentar de maneira relativamente rápida enquanto o nível global de emprego diminui significativamente.*"[197] Observa-se uma forte assimetria entre a evolução do emprego e a evolução da atividade econômica. A retomada da atividade econômica ao longo dos anos noventa não implicou uma diminuição do desemprego. Portanto, cada vez mais, o desemprego torna-se um problema central em um país marcado por uma velha precariedade estrutural que se combina com um processo mais recente de precarização das relações de trabalho.

4.4. A privação de trabalho entre a velha precariedade e a nova precarização do trabalho

Atualmente, o mundo do trabalho no Brasil caracteriza-se, analiticamente, por dois tipos distintos de movimentos. Por um lado, ele está marcado pela velha precariedade estrutural do trabalho, cujos traços tornam-se visíveis pela exclusão de grandes parcelas da população

[194] Mattoso e Baltar, 1996, p. 21.
[195] Sobre esta noção de flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil, ver Baltar e Proni (1995), Sabóia (1996), Mattoso et Baltar (1996) e Dedecca (2006). Segundo Sabóia, é a elevada flexibilidade do mercado de trabalho no Brasil que permitiu a mantenção de taxas de desemprego relativamente baixas durante os anos oitenta.
[196] Sobre o contrato de trabalho por prazo determinado e o sistema de sub-contratação no Brasil, ver Mattoso e Neto (1997).
[197] Mattoso e Baltar, 1996, p. 24.

trabalhadora das formas de trabalho assalariadas, formalizadas e protegidas. Essa tendência ou esse movimento continua presente na sociedade brasileira contemporânea.

Por outro lado, um segundo movimento somou-se ao primeiro, produzindo uma configuração histórica peculiar. Os trabalhadores incluídos e estabilizados pelas formas mais estáveis de emprego capitalista, recebendo salários acima da média, protegidos pela seguridade social e apresentando níveis de qualificação e escolaridade mais elevados passam por um longo processo de desestabilização e precarização que tem como resultado a insegurança no trabalho e um novo tipo de privação de trabalho, raramente visto na história brasileira anteriormente.

Entre os extremos dessa tipologia analítica, temos uma ampla variedade de trabalhadores que experimentaram ou experimentam situações intermediárias, combinando, em níveis diferentes, os diversos elementos que estruturam o mercado de trabalho: proteção previdenciária, escolaridade, renda, qualificação, estabilidade no emprego.

Veja-se, a seguir, alguns dados que permitem uma melhor caracterização desse quadro mais recentemente.

Segundo dados da PNAD/IBGE, em 2003, a população brasileira era de quase 174 milhões de habitantes, dos quais 84,3% viviam em áreas urbanas. Nesse mesmo ano, a população economicamente ativa era de 93,8 milhões de pessoas, das quais as mulheres já representavam 44,1%. A taxa de participação do conjunto da população ativa era de 65,6%, sendo de 75,9% para os homens e de 56% para as mulheres.

Neste mesmo ano, o total da população ocupada somava 79,2 milhões de pessoas, das quais 41,5% eram do sexo feminino. A distribuição dessa população ocupada pela natureza da atividade, por renda e por contribuição previdenciária mostra a dimensão atual da precariedade da estrutura ocupacional do Brasil.

Ainda em 2003, o nível de assalariamento do conjunto da população ocupada é de 54,37%. Esse índice cai para apenas 36,51% se considerarmos apenas o assalariamento protegido, isto é, os empregados que têm carteira de trabalho assinada. Se somarmos os trabalhadores domésticos, os trabalhadores por conta própria, os trabalhadores na produção para o próprio consumo, os trabalhadores não remunerados e ainda os trabalhadores assalariados não protegidos, categorias essas que concentram a maior parte dos trabalhadores precários, obtém-se 59,29% do total da população ocupada.

Ao cruzar-se os indicadores sobre renda e proteção previdenciária, obtém-se um critério mais rigoroso para medir a precariedade da estrutura ocupacional no Brasil. Somando-se a população ocupada que recebe um rendimento inferior a um salário mínimo com a população

sem proteção que recebe até dois salários mínimos, obtém-se um contingente de mais de 30 milhões de pessoas, o que representa 38,34% da população ocupada em 2003. Trata-se, neste caso, de uma situação de elevada precariedade no trabalho, combinando baixos salários e ausência de proteção previdenciária.

Considerando-se que os desocupados em situação de desemprego aberto representam, no ano de 2003, mais de oito milhões e meio de pessoas[198], isto é, 9,1% da população economicamente ativa, chega-se ao seguinte quadro: no Brasil, quase 40 milhões de trabalhadores[199] encontram-se em uma situação de elevada vulnerabilidade no mercado de trabalho. Isto representa 41,5% da população economicamente ativa, somando-se os desempregados mais os trabalhadores precários (baixos salários e sem proteção previdenciária).

Pode-se estimar que essa precariedade está diretamente associada à privação de trabalho e afeta diretamente a sua mensuração estatística. A subestimação da privação de trabalho no Brasil pelas pesquisas estatísticas seria, pois, uma decorrência da incapacidade dos indicadores estatísticos de apreenderem a extensão dessa privação de trabalho que não se reduz à norma oficial do desemprego. Neste sentido, essa subestimação não seria decorrente apenas do fato de que os trabalhadores realizam bicos e trabalhos eventuais enquanto estão à procura de trabalho. Essa subestimação cristaliza-se também pela própria ausência de procura de emprego por parte de um grande contingente de trabalhadores mergulhados nas formas precárias e não assalariadas de trabalho. Não se trata aqui de uma simples situação de desalento, mas de um conjunto de práticas distintas em situações ocupacionais muito peculiares. Fora do mercado formal de trabalho, sem procura de emprego, estes trabalhadores, neste caso, estariam sofrendo um tipo peculiar de "privação de trabalho" que escapa à categoria oficial de desemprego. A própria experiência subjetiva dessa condição de privação pode apresentar-se vaga e imprecisa. Neste caso, propõe-se a hipótese de que a ausência de uma "categoria identitária" específica para expressar esse tipo de privação de trabalho poderia ser explicada como o efeito simbólico importante das desigualdades sociais e das relações de dominação em uma sociedade tão profundamente cindida. Esses trabalhadores que não chegam a se reconhecer como desempregados vivem sua privação de trabalho de forma peculiar: ela torna-se rotina em seu cotidiano de vida e trabalho.

As próprias pesquisas estatísticas têm procurado dimensionar a privação de trabalho através da produção de indicadores alternativos, não diretamente relacionados com o conceito de desemprego. Como vimos no capítulo anterior, a Pesquisa Mensal de Emprego proposta pelo

[198] Mais precisamente, 8.537.033 desempregados.
[199] Mais precisamente, 38.918.422 pessoas, segundo a PNAD de 2003.

IBGE introduz uma série de inovações metodológicas na tentativa de apreender tanto as situações de precariedade no trabalho, através do conceito de subocupação, como as situações de desalento. Nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios – PNAD do IBGE, procura-se, também, superar uma possível subestimação da desocupação, medindo-se a população à procura de trabalho, independentemente do conceito de desemprego.

Assim, os dados da PNAD sobre a procura de trabalho mostram uma série de importantes aspectos sobre o problema da privação de trabalho no Brasil. A população à procura de trabalho divide-se, pois, em dois grupos: os ocupados e os desocupados. Estes últimos, são aqueles indivíduos em situação de desemprego aberto. Os primeiros, aqueles que procuram uma nova ocupação, sem estarem desempregados.

Segundo a PNAD de 2003, dos oito milhões e meio de desocupados, 54% são do sexo feminino. Apesar de as mulheres serem apenas 44,1% da população economicamente ativa, elas formam a maioria dos desocupados. Há, pois, uma sobre-representação das mulheres no desemprego.

Se analisarmos a distribuição da população desocupada por idade, veremos que os jovens menores de 17 anos representam 13,4% do total dos desocupados. Este grupo também está sobre-representado, visto que a parcela de menores na população economicamente ativa é de 7,5%. A taxa de desemprego destes jovens é de 16,2%, muito acima da taxa geral de desocupação (9,1%).

A estrutura da população ocupada que está à procura de trabalho oferece algumas pistas importantes para o exame da extensão da privação de trabalho no Brasil e de sua determinação em termos de gênero. Das seis milhões e novecentas mil pessoas ocupadas à procura de trabalho, 61,6% são homens e 38,4% mulheres. A diminuição da proporção de mulheres neste grupo em relação àquele de desocupados pode ser um dado revelador do modo como as relações de gênero se cristalizam na estrutura da população economicamente ativa. Esta distribuição diferenciada de homens e mulheres à procura de trabalho entre ocupados e desocupados pode ser interpretada como o produto de uma construção dos papéis sexuais, nos quais os homens são muito mais pressionados a terem uma renda para o sustento do grupo familiar. Evidentemente, as mulheres cada vez mais assumem, junto com os homens ou mesmo sozinhas, o papel de provedoras. No entanto, pode-se presumir que esse papel social é muito mais forte na constituição da identidade masculina, o que faz com que as taxas de participação dos homens na população economicamente ativa sejam mais altas que as femininas. Vimos acima que elas são, respectivamente, de 75,9% e 65,6%.

Portanto, a privação de trabalho estrutura-se diferentemente segundo se trata de homens ou mulheres. Mais pressionados pela condição de provedores, os homens à procura de trabalho encontram-se mais freqüentemente ocupados que as mulheres. As mulheres à procura de trabalho, por sua vez, menos pressionadas pela condição de provedor e mais próximas do trabalho e das responsabilidades domésticas, encontram-se mais freqüentemente desocupadas. Estima-se, pois, que essa distribuição desigual do papel de provedor entre homens e mulheres no grupo familiar seria um dos fatores que favoreceriam uma situação mais freqüente de desemprego aberto entre as mulheres. Uma vez inseridas na força de trabalho, as mulheres teriam menos dificuldade em manter-se na condição de desempregadas (procura de trabalho, sem trabalho), dado que a pressão do papel de provedor do grupo familiar é menos intensa sobre elas. Assim, em um mercado de trabalho como o brasileiro, marcado por uma forte precariedade, o recurso ao trabalho eventual e ao bico seria mais forte entre os homens do que entre as mulheres. Neste caso, a subestimação do desemprego por fatores ligados ao trabalho precário seria mais alta para os homens, na mesma proporção em que o desemprego aberto é mais alto para as mulheres.

Analisando-se a estrutura da população ocupada à procura de trabalho, pode-se constatar que a ampla maioria desses trabalhadores, 72,4%, possuem ocupações sem nenhuma proteção previdenciária. Além disso, 32,9% deles recebem uma renda mensal inferior a um salário mínimo. A grande maioria destes trabalhadores, 70,5%, recebem menos de dois salários mínimos. Esses dados mostram o nível de precariedade a que estão submetidos esses trabalhadores e explica, de certa forma, uma das razões pelas quais a procura por trabalho existe. A subestimação da privação de trabalho torna-se, neste caso, bastante evidente. Se somarmos a população desocupada com esses trabalhadores ocupados à procura de trabalho, recebendo uma renda inferior a um salário mínimo, teria-se uma elevação da taxa de desemprego em 2,4%, passando de 9,1 para 11,5% da população economicamente ativa.[200]

4.5. A privação de trabalho e o desemprego oculto: o exemplo da PED em São Paulo

As pesquisas realizadas pela metodologia PED/DIEESE procuram captar situações de privação de trabalho subestimas pela metodologia oficial. Neste caso, o conceito de "desemprego

[200] Se aos desocupados somarmos todos aqueles que recebem menos de dois salários mínimos, a taxa de desemprego subiria para 14,3%. Este último caso não é nem um pouco absurdo, visto que o salário mínimo no Brasil é muito baixo, sendo, em média, insuficiente para sustentar duas pessoas.

oculto" é operacionalizado metodologicamente com o objetivo de captar um certo tipo de privação de trabalho invisível seja pela situação de precariedade ocupacional, seja por uma situação de desencorajamento e abandono da procura de trabalho.

Desse ponto de vista, o conceito de desemprego oculto cristaliza-se estatisticamente em taxas de desemprego que afetam diferenciadamente homens e mulheres. Assim, as relações sociais de gênero tenderiam a estruturar as condições de ocupação e atividade de homens e mulheres no mercado de trabalho, produzindo diferentes mecanismos de ocultamento ou invisibilização do desemprego pelas estatísticas oficiais. Entre as mulheres, a subestimação do desemprego estaria ligada à forte proximidade das mesmas em relação ao trabalho doméstico. As taxas mais altas de inatividade e, sobretudo, a atribuição prioritária do trabalho doméstico são fatores que limitam a mensuração das situações de privação de trabalho entre as mulheres e, portanto, de subestimação do desemprego feminino. Se, por um lado, as mulheres podem se beneficiar de uma situação aberta de procura de trabalho sem a realização de bicos ou ocupações eventuais, tendo em vista a menor pressão sobre elas do papel de provedor, por outro lado, o trabalho e as responsabilidades domésticas assumidos pelas mulheres exercem uma forte pressão em direção à inatividade. Assim, as mulheres tornam-se menos disponíveis para o trabalho remunerado que entra em concorrência com o trabalho doméstico. Tais condições tendem a inibir ou dificultar a procura de trabalho, mesmo que as mulheres queiram, precisem e estejam disponíveis para trabalhar. Como as pesquisas estatísticas captam, em geral, um período muito curto na vida dos trabalhadores para caracterizar a procura de trabalho, o chamado período de referência (uma semana, um mês), é bastante provável que uma parcela muito grande de mulheres não esteja disponível ou tenha cessado a procura de trabalho tendo em vista estas responsabilidades domésticas. Neste caso, elas são mais freqüentemente classificadas como inativas, mesmo que estejam integradas ao mercado de trabalho. Assim, a inatividade pode estar mascarando uma situação invisível de desemprego.

Os dados da PED tornam possível captar pelo menos em parte este fenômeno que se expressa, sobretudo, no conceito de desemprego oculto pelo desalento. Veja-se alguns dados a respeito.

A evolução das taxas de desemprego por sexo na Região Metropolitana de São Paulo entre 1989 e 1998, permite visualizar melhor as diferenças entre homens e mulheres na experiência do desemprego, sobretudo na categoria de desemprego oculto. Através da Tabela 5, observa-se, primeiramente, que as taxas de desemprego femininas são sempre maiores que as masculinas, como, via de regra, apresentam-se todos os dados estatísticos sobre desemprego no

Brasil. Nos anos apresentados na tabela abaixo, o desemprego total feminino é, em média, quase 30% superior ao masculino.

As taxas mais elevadas de desemprego feminino devem-se, sobretudo, ao desemprego aberto. Nesta categoria, o desemprego feminino é, em média, mais de 50% superior ao desemprego masculino. As mulheres estão mais freqüentemente que os homens em situação de desemprego aberto, isto é, em situação de procura de trabalho sem nenhum tipo de ocupação eventual. Para as mulheres, o desemprego aberto responde por mais de 70% da composição da taxa de desemprego total. Já para os homens, o desemprego aberto representa cerca de 60% dessa taxa. Logo, para estes últimos, o desemprego oculto é mais importante do que para as mulheres na formação da taxa de desemprego total.

Tabela 5 - Taxas de desemprego total, aberto, oculto, oculto pela precariedade e oculto pelo desalento, por sexo. Região Metropolitana de São Paulo, 1989-1998.

Ano	a) Total		b) Aberto		c) Oculto		d) Precariedade		e) Desalento	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
1989	7,5	10,6	5,4	8,2	2,1	2,5	1,7	1,2	0,4	1,3
1992	13,9	17,1	7,7	11,5	6,2	5,5	5,4	3,4	0,8	2,1
1996	13,5	17,2	8,1	12,5	5,4	4,7	4,7	2,7	0,7	2,0
1997	14,2	18,3	8,4	12,9	5,8	5,4	4,9	3,1	0,9	2,3
1998	16,1	21,1	9,5	14,7	6,6	6,5	5,4	3,6	1,2	2,9

Fonte: PED,
SEADE/DIEESE.

Observando-se as taxas de desemprego oculto entre homens e mulheres, constata-se que as diferenças entre ambas são muito reduzidas. Segundo o período indicado na Tabela 5, em média, os homens apresentam taxas de desemprego oculto 6% superiores àquelas das mulheres. Porém, considerando-se a composição interna do desemprego oculto, constata-se novamente uma importante diferença de gênero. Enquanto que o desemprego oculto pelo trabalho precário é maior entre os homens, o desemprego oculto pelo desalento é maior entre as mulheres. Percentualmente, as taxas masculinas de desemprego oculto pelo trabalho precário são, em média, quase 60% superiores às taxas femininas. Por outro lado, as taxas femininas de desemprego oculto pelo desalento são, em média, 160% superiores às taxas masculinas. Portanto, por de trás do equilíbrio entre homens e mulheres nas taxas de desemprego oculto, temos diferenças importantes nos sub-tipos específicos desse desemprego. O desalento expressa a maior proximidade das mulheres à inatividade, enquanto que a experiência do trabalho precário é mais

freqüente entre os homens. Temos, neste caso, importantes distinções em termos de experiências de gênero no mercado de trabalho.

4.6. A nova precarização do trabalho e o novo desemprego

Os dados, anteriormente analisados, sobre as transformações no perfil da ocupação no Brasil ao longo dos anos oitenta e noventa revelam uma tendência de desestruturação do mercado de trabalho que afeta segmentos até então pouco atingidos pela crise econômica: operários qualificados, trabalhadores escolarizados e qualificados do setor de serviços, profissionais de nível superior. A partir dos anos noventa, o mercado de trabalho torna-se cada vez mais competitivo. As empresas passam a exigir um novo perfil de trabalhadores, em geral mais escolarizados e qualificados profissionalmente.

Neste sentido, a privação do trabalho deixa de ser um fenômeno tipicamente ligado às camadas subalternas da estrutura de classes no Brasil, isto é, deixa de ser um problema associado apenas à pobreza e à marginalidade social. A privação de trabalho torna-se também um problema que atinge as classes médias e os segmentos mais qualificados e organizados da força de trabalho. O avanço da informalidade não pode mais ser considerado como um fenômeno especialmente ligado às atividades não tipicamente capitalistas. A reestruturação produtiva promove uma importante transformação nas relações de trabalho, de tal forma que o desassalariamento e a informalização atingem os setores mais organizados e dinâmicos da estrutura produtiva, como o setor automobilístico, a petroquímica, os serviços bancários, os serviços públicos, entre outros.

Neste contexto, um novo tipo de privação de trabalho, um novo desemprego, emerge de forma marcante no mercado de trabalho brasileiro. Ainda que este novo desemprego possa manifestar-se de forma mais aberta, dado que certos segmentos mais favorecidos da força de trabalho possam se beneficiar de mecanismos mais amplos de proteção econômica (fundo de garantia por tempo de serviço, indenizações trabalhistas, recursos próprios, estrutura familiar de apoio), este tipo de desemprego também pode ser acompanhado de formas de trabalho eventuais e por tentativas, freqüentemente fracassadas, de realização de empreendimentos autônomos. Nos anos noventa, proliferaram no Brasil tais iniciativas, estimuladas pela instituição dos planos de demissão voluntária (PDV) propostos por empresas privadas e, sobretudo, pelo poder público, com o objetivo de reduzir os gastos públicos com pessoal. Muitos empregados públicos demitiram-se naquele período, motivados pelas indenizações oferecidas pelos empregadores.

Uma parcela importante daqueles trabalhadores, sem experiência empresarial, fracassou em suas tentativas de montarem seus próprios negócios e de se tornarem empreendedores.

Nos últimos vinte anos, o perfil do desemprego mudou significativamente no Brasil. Veja-se, por exemplo, na Tabela 6, os dados da PED sobre a evolução do perfil dos desempregados, segundo o nível de escolaridade, na região metropolitana de São Paulo.

Tabela 6 - Evolução do perfil dos desempregados por nível de escolaridade. Região Metropolitana de São Paulo, 1985-2004.

Ano	Nível de escolaridade					Total
	Analfabeto	Fund. incomp.	Fund. comp. e médio inc.	Médio comp. e sup. inc.	Sup. comp.	
1985	5,1	65,2	17,6	9,3	2,9	100
1986	3,8	67,3	16,8	9,8	2,3	100
1987	4,4	65,8	17,7	9,5	2,6	100
1988	4,6	65,4	18,8	9,0	2,2	100
1989	4,3	63,4	20,6	9,0	2,8	100
1990	3,8	62,4	20,1	11,1	2,6	100
1991	4,1	61,0	20,8	10,9	3,3	100
1992	4,3	60,3	20,4	12,0	3,1	100
1993	4,3	58,2	22,3	12,1	3,1	100
1994	4,1	54,3	24,4	14,0	3,2	100
1995	4,6	52,8	23,8	15,2	3,6	100
1996	4,0	52,3	24,9	15,2	3,6	100
1997	3,5	50,9	26,1	15,8	3,7	100
1998	3,6	46,9	27,4	18,8	3,3	100
1999	3,9	43,1	28,4	20,8	3,7	100
2000	3,5	41,3	28,8	22,6	3,8	100
2001	3,4	39,6	29,1	24,5	3,4	100
2002	3,2	36,5	28,3	28,5	3,5	100
2003	2,9	33,9	28,4	30,7	4,0	100
2004	2,6	30,7	28,3	34,0	4,4	100

Fonte: SEP. Convênio SEADE-DIEESE. Pesquisa de Emprego e Desemprego.

Os dados revelam uma importante redução da participação no desemprego das pessoas apresentando uma escolaridade muito baixa. É o caso dos analfabetos e dos indivíduos com o nível fundamental incompleto. Os analfabetos representavam 5,1% dos desempregados em 1985. Em 2004, eles representam apenas 2,6%. Uma redução de quase 50%. Os indivíduos com o nível fundamental incompleto representavam 65,2% dos desempregados, constituindo-se na grande maioria dos mesmos. Em 2004, eles representam apenas 30,7% dos desempregados, participação esta que se reduz em mais de 50%.

O comportamento dos demais grupos de escolaridade é o inverso. Os indivíduos com o nível fundamental completo ou ensino médio incompleto representavam 17,6% dos desempregados em 1985. Em 2004, a participação desse grupo sobe para 28,3%, um crescimento de 60%. O grupo com ensino médio completo ou superior incompleto foi aquele que mais aumentou sua participação no conjunto dos desempregados. Eles representavam apenas 9,3% dos desempregados em 1985. Em 2004, eles já somavam 34%, um crescimento impressionante de 265%. Este passa a ser, isoladamente, o grupo mais numeroso de desempregados, em 2004. Os indivíduos com nível superior completo também aumentam sua participação ao longo do período. Ela cresce de 2,9%, em 1985, para 4,4%, em 2004, um aumento de 50%.

Os dados acima revelam que as camadas mais escolarizadas e qualificadas da população ativa são cada vez mais afetadas pelo problema do desemprego. Tal fenômeno revela uma importante transformação no mercado de trabalho nos últimos trinta anos. A exigência de escolarização torna-se um critério fundamental para a inserção dos indivíduos nas atividades econômicas mais organizadas, no emprego formal principalmente, o que repercute no próprio perfil dos desempregados. A reestruturação produtiva, as novas modalidades de gestão do trabalho e mesmo o processo de reforma do Estado brasileiro em todas as suas instâncias são elementos que constituem esse quadro de mudanças e contribuem para essa desestabilização dos estáveis.[201] As políticas de redução e enxugamento de pessoal, tanto no setor privado como no setor público, afetam diretamente as camadas mais qualificadas e escolarizadas da força de trabalho. O resultado é um desemprego inédito na história do Brasil.

O perfil dos desempregados quanto à origem dos mesmos na estrutura ocupacional, revela, igualmente, algumas tendências importantes no mercado de trabalho. Os indivíduos que possuíam um emprego assalariado reduziram sua participação no conjunto dos desempregados. Em 1985, eles representavam 78,4% dos desempregados. Em 2004, eles passam a representar 72,5%. Este é um sintoma importante de desassalariamento da força de trabalho em São Paulo, um dos centros mais dinâmicos da economia brasileira. Em compensação, a participação dos autônomos e dos empregados domésticos cresce no período. A participação dos primeiros passa de 10,3%, em 1985, para 14,6% em 2004. Os trabalhadores domésticos têm uma pequena elevação de 9,6%, em 1985, para 11,6%, em 2004.

Em relação ao setor da atividade de origem, aqueles desempregados que vêm da indústria reduziram sua participação de 34,5%, em 1985, para 20,4%, em 2004. Tal dado revela a

[201] Conforme Castel (2001).

intensidade do processo de desindustrialização que sofreu a economia brasileira nos últimos anos, sobretudo a região metropolitana de São Paulo. Nesta região e em outras também marcadas por uma forte base industrial, um desemprego operário elevado apresenta-se como uma nova característica do mercado de trabalho brasileiro, o que afetou não apenas o peão de fábrica, os operários desqualificados, mas também grandes parcelas de operários qualificados que viram seus ofícios se transformarem completamente ou mesmo desaparecerem ao longo desse período.

Em compensação, os desempregados que têm sua origem no setor de serviços aumentaram sua participação de 33,1%, em 1985, para 46,4%, em 2005. Tal acréscimo é acompanhado de um correspondente crescimento da informalidade e das atividades autônomas, como vimos anteriormente. A contribuição do setor de comércio manteve-se estável no período.

4.7. O desemprego como uma categoria social ambígua

É nesse contexto econômico e social que o desemprego emerge como um novo fenômeno na realidade brasileira, expressando um conjunto de transformações pelas quais vêm passando o mundo do trabalho, tais como a flexibilização das relações de trabalho, o aumento da competitividade, da insegurança e da precariedade no trabalho, tudo isso ocorrendo de forma concomitante aos velhos problemas estruturais da informalidade e da baixa produtividade do trabalho entre os indivíduos excluídos dos segmentos mais organizados da atividade econômica.

A categoria desemprego passa a expressar, pois, formas diversas de privação de trabalho no Brasil, ainda que ela seja o produto da desestabilização das formas e relações de trabalho assalariadas e da privação de emprego. Assim, a categoria desemprego, tal qual ela é mobilizada no espaço público, no discurso político e mediático, engendra um conjunto de ambigüidades e contradições inerentes ao mundo do trabalho no Brasil. A categoria desemprego passa a expressar não apenas os novos riscos no mercado de trabalho vividos pelos segmentos sociais mais estabilizados no trabalho assalariado. Ela é também uma tentativa de dar nome às condições de privação de trabalho dos segmentos da classe trabalhadora excluídos do acesso às formas estáveis e regulares de ocupação.

O declínio do assalariamento estável no Brasil a partir dos anos noventa e o conjunto de transformações que afetam o mercado de trabalho têm, pois, efeitos diversos que afetam tanto os segmentos mais estáveis como os mais instáveis. Opera-se um importante deslocamento nas

relações de classe, pois os trabalhadores, sobretudo os mais organizados em termos sindicais e políticos, sofrem um processo de grande fragilização durante este período.

Portanto, estima-se que o desemprego torna-se uma categoria de representação do mundo mobilizada não apenas pelos segmentos estáveis da força de trabalho, mas também pelos trabalhadores precários, habituados à instabilidade e à informalidade das relações de trabalho. Resta saber em que medida essa categoria social é capaz de converter-se em um recurso identitário significativo na mobilização desses setores socialmente mais precários na estrutura de classes.

Neste sentido, pode-se estimar, ainda, que a multiplicação dos discursos sobre o desemprego pode gerar uma espécie de incitamento público a que os trabalhadores instáveis também se reconheçam como desempregados. Neste caso, o desemprego passa a ser um recurso de reconhecimento social, por si mesmo e por outrem. Poderia-se, afirmar, ainda, segundo esse raciocínio, que o desemprego estaria emergindo e se consolidando como uma categoria identitária alternativa à pobreza e à margilidade social. O movimentos dos trabalhadores desempregados – MTD[202] que surgiu recentemente no Brasil na luta contra o desemprego e a exclusão pode ser expressão dessa tendência. Resta saber se esse movimento terá êxito em seus objetivos de constituir uma identidade coletiva em torno do trabalho e na luta contra sua privação.

[202] Em 1999, no Rio Grande do Sul, surgem as primeiras tentativas de organizar o Movimento dos Trabalhadores Desempregados – MTD no Brasil. Desde então, houve um relativo crescimento do movimento que se expandiu por vários municípios gaúchos e Estados brasileiros. Ainda hoje, este movimento tem dificuldade para consolidar-se como uma alternativa de organização e de luta dos setores mais vulneráveis da classe trabalhadora que vive nas médias e grandes cidade brasileiras.

CAPÍTULO 5 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MERCADO DE TRABALHO E O DESEMPREGO NO SUL DO BRASIL

5.1. Introdução

Neste capítulo, procura-se investigar as características e transformações do mercado de trabalho no sul do Brasil, analisando-se diversos indicadores estatísticos referentes às regiões de Porto Alegre e Pelotas. Trata-se, neste caso, de tentar compreender o modo pelo qual se apresentam e se modificam os movimentos entre atividade e inatividade, ocupação e desemprego nestes mercados locais. O estudo destes casos específicos permitirá uma exploração mais detalhada de algumas hipóteses fundamentais desta pesquisa. Através dos dados estatísticos selecionados para estas duas regiões, procura-se aplicar a premissa de que uma adequada compreensão do fenômeno do desemprego supõe a identificação das relações sociais que estão na base do comportamento do atores sociais classificados pelas pesquisas estatísticas na condição de "ativos" e "inativos", "ocupados" e "desempregados". Nestes termos, é preciso investigar não apenas o modo como tais categorias estatísticas são construídas, mas o modo pelo qual elas expressam relações sociais determinadas, deslocando o sentido e a aplicação dessas categorias cujas fronteiras não são fixas nem definitivas.

O conjunto de relações sociais que estruturam essas fronteiras e, conseqüentemente, permitem uma apreciação mais profunda na natureza do problema do desemprego no Brasil, aparecem cristalizadas em uma série de dados e indicadores estatísticos freqüentemente pouco visíveis e insuficientemente analisados nos estudos sobre o mercado de trabalho.

Assim sendo, a dimensão que assume o problema do desemprego não pode ser adequadamente investigada através da análise de variáveis isoladas, expressas de forma linear nas taxas de desemprego aferidas pelas instituições encarregadas de produzir esses dados estatísticos. O desemprego é, antes de mais nada, uma expressão dessas relações sociais nas quais os atores estão inscritos. Sustenta-se que essas relações estruturam também as representações e as experiências que os atores têm no mundo social. Essas representações e as categorias sociais respectivas não são apenas aquelas dos atores individuais inseridos no mercado de trabalho ou em algum outro espaço social relevante. Tais representações são também aquelas das instituições

públicas ou privadas, a partir das quais são definidas as categorias sociais de "conhecimento" e "intervenção" sobre esse mesmo mundo social.

Na medida em que o interesse principal desta investigação consiste em compreender o modo como as relações sociais de classe e de sexo estruturam a constituição dos limites e fronteiras do desemprego no Brasil, tanto de um ponto de vista objetivo (como categoria institucional) como de um ponto de vista subjetivo (como categoria individual na experiência dos desempregados), os dados estatísticos podem fornecer pistas importantes a respeito do modo como estas relações se cristalizam no tempo e no espaço. Trata-se, pois, de tomar esses "dados" como o produto de aparatos construídos e operacionalizados com base em conceitos e critérios específicos que permitem selecionar aspectos significativos da realidade. Essas cristalizações são, pois, o resultado de um processo de objetivação da realidade no intuito de conhecê-la. Neste sentido, o que se entende por relações de classe e relações de gênero não se expressa diretamente através deste ou aquele indicador. Os indicadores estatísticos não expressam relações, mas fixam determinadas características dos atores sociais e de seus comportamentos em grandes agregados. É através da seleção de variáveis significativas teoricamente e da articulação entre essas variáveis e os diversos indicadores estatísticos existentes que se torna possível propor uma interpretação em termos de relações sociais. É preciso afirmar, no entanto, que essas interpretações têm sempre o estatuto teórico de hipóteses provisórias que contribuem para o avanço das investigações.

Neste particular, os movimentos entre "atividade" e "inatividade" e entre "trabalho" e "desemprego" precisam levar em consideração dois tipos de variáveis fundamentais: o sexo e a classe social dos atores sociais investigados nas pesquisas estatísticas.

Se a variável "sexo" pode ser mais facilmente operacionalizada estatisticamente, a partir de critérios sociais de entendimento mais consensuais, o mesmo não acontece com a variável "classe social", pois pode-se utilizar um conjunto muito amplo de indicadores a fim de caracterizar a condição de classe. Assim, a noção de classe social é aqui utilizada em um sentido operacional e descritivo com o intuito de construir, a partir de aproximações sucessivas, uma análise que leve em consideração as diferentes posições sócio-econômicas dos indivíduos investigados, sem estabelecer uma fronteira empírica objetivista e reificadora dos limites das classes sociais existentes. Serão levados em consideração indicadores como rendimento, escolaridade, tipo e natureza da ocupação, entre outros critérios isolados ou combinados, a fim de descrever as diferentes condições de classe, sabendo-se que tais construções são sempre provisórias.

Sendo a categoria desemprego definida como subcategoria da condição de ativo, estando o indivíduo assim classificado 1) à procura de trabalho e, ao mesmo tempo, 2) sem ocupação e 3) imediatamente disponível, é preciso investigar mais detidamente o modo pelo qual as variáveis sexo e classe afetam este fenômeno. As próprias pesquisas estatísticas fornecem uma série de indicadores que, uma vez cruzados, permitem controlar como essas classificações e relações se operam.

Neste capítulo, tenta-se explorar estas possibilidades oferecidas pelas pesquisas estatísticas. Trata-se, pois, de operar com classificações oficiais e não com as auto-classificações dos próprios atores sociais, cujos critérios de avaliação não são necessariamente os mesmos das categorias oficiais de classificação. Pretende-se avaliar em que medida as condições de classe e de sexo estruturam as formas de inserção dos indivíduos na atividade econômica e as condições de desemprego. Trata-se de medir não apenas as taxas de desemprego para determinadas categorias da população, mas de apreciar também os movimentos entre atividade e inatividade, ocupação e desemprego, os deslocamentos possíveis dessas fronteiras em determinadas conjunturas sociais, econômicas e culturais. Assim, os dados estatísticos precisam ser lidos com referência a um contexto histórico específico.

Pretende-se reconstruir, por isso, alguns aspectos mais gerais de formação e desenvolvimento do mercado de trabalho das regiões e municípios que estão sendo investigados.

Enfim, propõe-se a hipótese de que o desemprego expressa as desigualdades sociais engendradas pelas relações sociais de classe e de sexo. Com isso, a vulnerabilidade ao desemprego é expressão direta da condição de classe e de sexo. Mas, mais do que uma maior ou menor vulnerabilidade, as relações sociais desiguais implicam uma importante invisibilidade do desemprego para os grupos sociais mais vulneráveis, o que pode implicar também uma importante subestimação da extensão do fenômeno. As fronteiras do desemprego recortadas pelas categorizações oficiais tendem a ser muito estreitas e limitadas, sendo, por isso, incapazes de dar conta das determinações sociais (de classe e de gênero) que tornam essas fronteiras fluidas e imprecisas. Neste caso, são os critérios oficiais de categorização que são postos em xeque.

5.2. O contexto histórico do trabalho no sul do Brasil

O Estado do Rio Grande do Sul, situado no extremo sul do Brasil, tem como limites, ao sul, o Uruguai, a oeste, a Argentina, ao norte, o Estado de Santa Catarina e a leste, o Oceano

Atlântico. Com uma superfície de 282.062 Km², ele ocupa pouco mais de 3% do território nacional[203]. Atualmente, o Estado é composto por 496 municípios, sendo Porto Alegre e Pelotas as cidades mais importantes e populosas.

Em sua história, a economia do Rio Grande do Sul é marcada por uma inserção periférica na economia nacional, cujo centro principal foi, durante longo período, o Estado de São Paulo. No início do século XVIII, ainda durante o período colonial, as primeiras tentativas de ocupação das regiões meridionais do Brasil foram empreendidas pela coroa portuguesa a fim de garantir a posse da região contra as invasões espanholas. Fortificações militares foram criadas e as primeiras tentativas de exploração econômica foram introduzidas através da criação de gado. Apesar disso, a região permaneceu durante muito tempo isolada. Os conflitos com os espanhóis, as guerras e as disputas de áreas de fronteira marcaram duravelmente a história e as identidades locais, caracterizadas por um forte militarismo. As grandes extensões territoriais, onde sempre predominaram as savanas e pastagens, estimularam a pecuária extensiva. Inicialmente, o gado era deixado livre nos campos. Pouco a pouco, a economia foi se organizando com base nas grandes propriedades de terra, as fazendas, e na criação e transformação das matérias-primas animais. A criação de gado e as atividades econômicas dela decorrentes contribuíram decisivamente para traçar a história econômica e política do Rio Grande do Sul, sempre marcada pela importância das atividades primárias.

Ao longo do século XIX, a cidade de Pelotas ocupou um lugar central na economia do Estado, baseando sua economia na agroindústria alimentar. No final do século XVIII, as primeiras unidades industriais de produção de carne salgada[204] foram instaladas na cidade, as denominadas "charqueadas". Durante o século XIX, estas atividades econômicas encontraram seu apogeu, tornando Pelotas o pólo econômico mais importante do Estado. A carne salgada ou charque era exportada para o centro do país, onde se concentravam as atividades mais importantes da economia brasileira da época: primeiramente, a exploração de metais preciosos, em Minas Gerais, e, a seguir, as plantações de café, em São Paulo. A carne salgada era utilizada para alimentar a mão-de-obra escrava que movia essas atividades.

No final do século XIX, com o fim da escravidão e com a modernização das técnicas de conservação da carne, as charqueadas entraram em decadência. A incapacidade do setor de modernizar seus métodos de produção e a concorrência com as indústrias do Uruguai, da

[203] A superfície do Brasil é de 8.514.215,34 km².

[204] Esta carne salgada, também denominada de charque, era produzida através de uma técnica de conservação da carne baseada no seu salgamento por meio de banhos em salmora quente. Após, a carne era secada ao ar livre durante vários dias. O trabalho era todo realizado pela mão-de-obra escrava.

Argentina e de outras regiões do Brasil levam a uma reestruturação da economia local que diversifica pouco a pouco suas atividades, sem abandonar a tradição da produção agroindustrial.

No entanto, na medida em que o processo de industrialização do país e do Rio Grande do Sul avançava, Pelotas perdia, pouco a pouco, sua posição de destaque na economia do Estado. A região nordeste do Estado – aí compreendida a região de Porto Alegre – é particularmente marcada por um constante e intenso processo de desenvolvimento industrial. Primeiramente, porque a estrutura econômica desta região, alicerçada nas pesquenas atividades rural e urbanas exploradas, principalmente, pelos imigrandes italianos e alemães provoram a formação de um mercado local amplo e diversificado, favorecendo a formação de um conjunto de pequenas atividades industriais artesanais que se tornaram a base de um processo mais intenso de industrialização no período seguinte. Assim, a partir do início do século XX, esta região experimentou um crescimento econômico mais intenso que aquele observado na região de Pelotas, por sua vez, marcada pela extrema especialização econômica nas atividades primárias, por uma estrutura fundiária concentrada e por um mercado local mais restrito. Portanto, Porto Alegre ultrapassou Pelotas em termos de crescimento econômico, tornando-se o principal pólo de desenvolvimento do Estado do Rio Grande do Sul.

A partir dos anos trinta e, sobretudo, a partir do final dos anos cinqüenta, com o forte impulso de industrialização que experimenta a sociedade brasileira, com a presença cada vez mais marcante de uma produção industrial de bens de consumo duráveis e de bens de capital, um processo de expansão industrial mais diversificado torna-se marcante na região de Porto Alegre que passou a concentrar a maior parte das atividades industriais de ponta, como a petroquímica e a metalurgia.

Nesse período, o perfil da economia de Pelotas, baseada na produção agroindustrial[205] e nos serviços urbanos não se alterna substancialmente, enquanto que a região nordeste do Estado e a região de Porto Alegre conhecem um processo mais intenso de modernização capitalista, com a instalação de um parque industrial dinâmica e diversificado.

Deste modo, a crise econômica que assola o país a partir dos anos oitenta e noventa afeta de maneira diferenciada estas duas regiões. O efeito da crise sobre o município e a região de Pelotas é devastador, pois a política de abertura comercial impõe à agroindústria local um processo de concorrência que leva ao fechamento de uma grande quantidade de empresas. Como a dinâmica industrial local esteve sempre muito concentrada nesse setor específico, os efeitos

[205] Indústria artesanal de doces de frutas, indústria tradicional de conservas vegetais, indústria de beneficiamento do arroz, indústria de beneficiamento da carne (frigoríficos), indústria de óleos vegetais, indústria de laticínios.

sobre o mercado de trabalho local são muito negativos. Um forte desemprego afeta quase todas as camadas da população, mas, sobretudo, os trabalhadores mais precários e vulneráveis que tinham nos empregos industriais sazonais uma importante fonte de rendimento. É a força do comércio local e dos serviços públicos que preserva em parte um mercado local de emprego muito limitado e deteriorado.

Na região metropolitana de Porto Alegre, a situação é bastante distinta, mas não menos problemática. A crise dos anos noventa faz emergir, como nas demais regiões industriais do país, um novo desemprego que afeta tanto os operários qualificados como os setores médios e mais escolarizados da população trabalhadora. Neste sentido, como será observado a seguir, a região de Porto Alegre é mais representativa do que a região de Pelotas das novas formas de privação de trabalho que emergem no Brasil, sobretudo a partir dos anos noventa.

5.3. O mercado de trabalho na região metropolitana de Porto Alegre

A discussão que a seguir será apresentada foi construída a partir da análise e interpretação dos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED realizada pelo DIEESE/FEE desde junho de 1992 na Região Metropolitana de Porto Alegre – RMPA. Toma-se como base, a análise de dados estatísticos da série de pesquisas realizadas no período de 1993 a 2004, disponíveis em publicação específica sobre gênero e trabalho[206] e que permitirá analisar a evolução do desemprego em Porto Alegre em uma perspectiva longitudinal.

A interpretação do problema da privação de trabalho aqui proposta não ficará limitada a uma análise estrita dos dados estatísticos sobre desemprego, mas levará em consideração também a dinâmica demográfica e os aspectos relativos à evolução do emprego. Tanto um como outro fator são decisivos para explicar as transformações do fenômeno do desemprego. A comparação entre o comportamento masculino e feminino no mercado de trabalho será o foco principal de atenção, o que permitirá avançar no debate sobre as relações de gênero no trabalho, bem como explorar algumas hipóteses fundamentais propostas nesta investigação.

Na análise das taxas de desemprego da PED, propõe-se o conceito de vulnerabilidade ao desemprego, entendido como a predisposição de determinados segmentos da população a ficarem desempregados. Essa vulnerabilidade é medida em termos estatísticos, a partir das taxas médias

[206] Mulher e Trabalho, 2005.

de desemprego, o que permite avaliar como o desemprego afeta as diversas categorias da população ativa da região metropolitana de Porto Alegre.

5.4. O gênero na dinâmica do mercado de trabalho : inatividade, ocupação e desemprego

Como afirma Freyssinet (1994), o fenômeno do desemprego não pode ser adequadamente explicado se for reduzido, de forma puramente contábil, a uma diferença entre a oferta e a demanda de postos de trabalho. Desse ponto de vista estrito, o desemprego é um resíduo da diferença entre os postos de trabalho oferecidos e o número de indivíduos que demandam emprego no mercado. Mais do que constatar essa diferença ou esse resíduo, uma sociologia do desemprego deve ajudar a compreender os mecanismos sociais, culturais e políticos que influenciam na formação tanto da demanda como da oferta de postos de trabalho. Essa perspectiva contábil, no entanto, pode ser um bom ponto de partida para a construção de um olhar mais apurado sobre os mecanismos profundos na produção do desemprego.

Do ponto de vista estatístico, a análise do desemprego deve levar em consideração, inicialmente, duas dimensões fundamentais. Em primeiro lugar, os movimentos que afetam a demanda por trabalho, a formação daquilo que chamamos de população ativa ou, mais precisamente, de população economicamente ativa (PEA). O aumento da população ativa pode ser um fator importante para explicar o aumento do desemprego. Assim, torna-se necessário identificar os fatores que produzem o aumento ou a diminuição desta população. Em segundo lugar, a análise do desemprego deve levar em consideração os fatores que afetam a oferta de trabalho ou emprego. Uma baixa geração de postos de trabalho também pode ser um fator decisivo para explicar o desemprego.

Todos esses recursos contábeis, estatísticos, apenas sugerem e indicam, no entanto, o que se passa em um nível mais profundo, que não pode ser imediatamente apreendido pelos dados estatísticos. Estes recursos, porém, podem ser importantes instrumentos para a compreensão dos processos sociais não imediatamente visíveis nas estatísticas. Além do mais, eles podem ajudar a compreender melhor o modo como se constitui o problema do desemprego não apenas em Porto Alegre, mas também em todo o Brasil.

Procura-se, pois, observar os dados estatísticos da região metropolitana de Porto Alegre a fim de melhor avaliar a evolução da população ativa, do trabalho e do desemprego.

Conforme observa-se na Tabela 7, em 1993, a região metropolitana de Porto Alegre contava com 3.096.000 habitantes. Em 2004, essa cifra chega a 3.684.000. Nesses onze anos, houve um incremento de 588 mil habitantes, com uma taxa média de crescimento populacional na ordem de 1,7% ao ano. A população em idade ativa (PIA), ou seja, a população com 10 anos ou mais de idade, passou de 2.504.000 pessoas, em 1993, para 3.123.000, em 2004. Houve um aumento de 619.000 pessoas na população em idade ativa ao longo daquele período. A taxa média anual de crescimento dessa população foi de 2,2%.

Tabela 7 – Evolução da população total, da PIA, da PEA, da PO, da PD, segundo o sexo, RMPA, 1993 e 2004.

População	1993		2004		Var. Total	Var. Anual
	Nº	%	Nº	%		
População total	**3.096**	**100**	**3.684**	**100**	**19,0**	**1,6**
População em idade ativa	**2.504**	**100**	**3.123**	**100**	**24,7**	**2,0**
Homens	1.194	47,7	1.477	47,3	23,7	2,0
Mulheres	1.310	52,3	1.646	52,7	25,6	2,1
População Inativa	**1.076**	**100**	**1.316**	**100**	**22,3**	**1,9**
Homens	350	32,5	490	37,2	40	3,2
Mulheres	726	67,5	826	62,8	13,8	1,2
População economicamente ativa	**1.428**	**100**	**1.807**	**100**	**26,5**	**2,2**
Homens	844	59,1	987	54,6	16,9	1,4
Mulheres	584	40,9	820	45,4	40,4	3,7
População ocupada	**1.254**	**100**	**1.520**	**100**	**21,2**	**1,8**
Homens	754	60,1	857	56,4	13,7	1,2
Mulheres	500	39,9	663	43,6	32,6	2,6
População desempregada	**174**	**100**	**287**	**100**	**64,9**	**5,5**
Homens	90	51,7	130	45,3	44,4	4,5
Mulheres	84	48,3	157	54,7	86,9	6,7

Fonte: PED, Dieese, FEE-RS.

Estes dados permitem avaliar a dinâmica demográfica da população da região metropolitana de Porto Alegre no período indicado e seu conseqüente impacto sobre o mercado de trabalho. Sendo a população em idade ativa a população em idade de trabalhar, a cada ano houve, em média, um crescimento de 2,2% dessa população. Em 2004, isto equivale a cerca de 68.700 pessoas. Do ponto de vista estatístico, trata-se de uma população potencialmente apta para ingressar no mercado de trabalho. Efetivamente, uma parte considerável destas pessoas não se torna ativa. No entanto, estes dados permitem medir o grau de pressão do fator demográfico sobre o mercado de trabalho. Além disso, a diferença entre o incremento da 'população total' e da

'população em idade ativa' mostra uma alteração importante na dinâmica demográfica. A taxa mais baixa de incremento da população total (1,7%) em relação à população em idade ativa (2,2%) revela que o crescimento desta última baixará no futuro. Inversamente, a taxa mais elevada de incremento da população em idade ativa em relação à população total revela que no passado o crescimento desta última era mais elevado. A dinâmica populacional mostra, pois, uma tendência positiva para o mercado de trabalho do ponto de vista do problema do desemprego. Isto é, a pressão demográfica por mais postos de trabalho tende a diminuir.

A dinâmica demográfica é, no entanto, apenas uma das variáveis que afetam o problema do desemprego. O impacto do crescimento populacional sobre o mercado de trabalho não é mecânico. Um crescimento populacional elevado no presente não significa necessariamente um desemprego elevado no futuro. Fatores econômicos e culturais afetam profundamente a decisão dos atores sociais, indivíduos ou grupos, de ingressar ou não no mercado de trabalho. O nível de crescimento do emprego e da atividade econômica ou a definição dos papéis sexuais na família são exemplos disso. Logo, o tamanho da população economicamente ativa (PEA) depende não apenas das pressões demográficas, mas da conjuntura econômica e de fatores sócio-culturais e políticos que afetam decisivamente as taxas de atividade econômica. A esse respeito, veja-se mais alguns dados sobre a região metropolitana de Porto Alegre.

Em 1993, a população economicamente ativa era de 1.428.000 pessoas, chegando a 1.807.000 em 2004. 379.000 pessoas ingressaram no mercado de trabalho entre 1993 e 2004. A taxa média anual de incremento da 'população economicamente ativa' é de 2,4%, acima das taxas de crescimento da 'população em idade ativa' e da 'população total'. Um dos fatores importantes que explica esse fenômeno é o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho. Enquanto as taxas de atividade[207] femininas tendem a aumentar, as masculinas, inversamente, tendem a diminuir. No período indicado (1993-2004), o crescimento da população economicamente ativa feminina foi de 3,67% ao ano, muito acima do crescimento da população em idade ativa feminina, de 2,3% ao ano. Já o crescimento da população economicamente ativa masculina foi apenas de 1,54%, bem abaixo do crescimento da população em idade ativa masculina, de 2,1% ao ano. Tratam-se, pois, de padrões de atividade inversos.

Conforme a Tabela 8, a taxa de atividade dos homens caiu de 70,7%, em 1993, para 66,8% em 2004. Já a feminina, no mesmo período, aumentou de 44,5% para 49,8%. Estima-se

[207] A taxa de atividade é a proporção de pessoas ativas no conjunto da população em idade ativa. Mede-se essa taxa dividindo-se a população economicamente ativa (PEA) pela população em idade ativa (PIA). Multiplicando-se por 100, obtém-se a taxa percentual de atividade.

que essa mudança de padrão na taxa de atividade econômica, isto é, a presença mais constante e ativa das mulheres no mercado de trabalho, está associada não apenas a fatores culturais – à forma como os papéis sexuais são definidos, o desejo das mulheres por autonomia – mas a fatores econômicos como a expansão dos postos de trabalho no setor de serviços – considerados mais tipicamente femininos – e a alteração nos padrões de consumo e renda das famílias que pressionam para que mais membros ingressem no mercado de trabalho. Neste sentido, uma redução da renda e do poder aquisitivo familiar pode levar novas pessoas a buscarem um emprego. Mas, uma elevação da renda familiar também pode ter o mesmo efeito se o padrão médio de consumo se eleva igualmente.

Tabela 8 - Evolução anual da taxa de atividade, por sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	Taxas de atividade		
	Homens	Mulheres	Total
1993	70,7	44,5	57,0
1994	68,5	42,5	54,9
1995	68,4	43,9	55,6
1996	67,3	43,0	54,6
1997	67,1	42,3	54,0
1998	68,4	46,1	56,7
1999	68,6	49,0	58,3
2000	69,2	49,7	58,9
2001	68,5	49,6	58,6
2002	66,7	49,3	57,5
2003	67,8	49,2	57,9
2004	66,8	49,8	57,9

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.

De qualquer maneira, observa-se uma importante diferença entre o comportamento das taxas de atividade masculinas e femininas, o que não é um fenômeno puramente conjuntural. No Brasil, a expansão da participação feminina no mercado de trabalho já dura várias décadas. A atividade masculina alterna momentos de estabilidade e momentos de queda, mostrando-se, em geral, mais estável. Em 2004, na Região Metropolitana de Porto Alegre, as mulheres já representavam 45,4% do total da população ativa. Em 1993, elas formavam 40,9% desta população, um crescimento significativo.

Observando-se, ainda, as variações anuais no crescimento da população ativa, percebe-se que essas taxas são extremamente instáveis, alternando períodos de forte expansão e períodos de retração ou relativa estabilidade. Entre as mulheres, essas oscilações são ainda mais intensas, o que revela que os fatores econômicos, políticos e culturais, mais que os demográficos, são muito

mais decisivos para explicar as variações no nível de atividade e no nível de emprego e desemprego. Essa oscilação mais intensa da atividade feminina não é um fenômeno ocasional e isolado, apresentando-se antes como um padrão de inserção mais irregular das mulheres no mercado de trabalho. Esse padrão diferenciado das mulheres em relação aos homens pode ser explicado pela dinâmica das relações de gênero em nossa sociedade. Se, por um lado, fatores econômicos pressionam as mulheres a buscarem uma ocupação econômica para ampliar ou suprir o orçamento doméstico – o que expressa uma transformação importante dos papéis sexuais – por outro lado, as responsabilidades domésticas continuam pressionando pela permanência ou retorno das mulheres à esfera doméstica – o que expressa em parte uma reprodução dos papéis sexuais tradicionais. Apesar do forte e constante crescimento das taxas de atividade femininas, elas permanecem mais baixas que as masculinas.

As observações anteriores sugerem que se as mulheres transitam mais intensamente entre a atividade e a inatividade, isto se devendo ao modo como os papéis sexuais são construídos. Este trânsito só existe porque as mulheres, pouco a pouco, foram combinando o papel de mães, esposas e donas de casa, na esfera doméstica, com o papel de trabalhadoras e profissionais, na esfera econômica. Cada vez mais provedoras – sozinhas ou com seus companheiros – as mulheres nem por isso deixaram de ser donas de casa e as principais responsáveis pelo trabalho doméstico ou por sua gestão. Essa evolução ambígua do lugar das mulheres na sociedade atual revela que se há uma tendência de igualdade dos papéis sexuais na esfera profissional, na esfera doméstica a desigualdade continua acentuada.

Os estudos de gênero, porém, têm demonstrado que uma desigualdade na esfera doméstica afeta decisivamente a forma de inserção das mulheres na esfera profissional, fazendo com que a presença das mulheres nesta última seja mais freqüentemente instável e precária. Logo, essa forma mais precária de participação das mulheres na esfera profissional pode reforçar as desigualdades de gênero e a atribuição das responsabilidades domésticas prioritariamente às mulheres. Para os propósitos desta investigação, vale salientar que essa construção do papel social das mulheres em duas mãos tem efeitos ambíguos para a inserção das mesmas no mercado de trabalho e produz dois tipos de pressão em sentidos opostos, um em direção à atividade e outro em direção à inatividade. Tal fenômeno pode ter importantes conseqüências para análise e compreensão da privação de trabalho.

Observando-se a evolução do desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre, conforme a Tabela 9, verifica-se que seu crescimento relativo foi superior ao crescimento da população ativa e da ocupação. Entre 1993 e 2004, enquanto a população ativa cresceu 26,5%, a

população ocupada cresceu apenas 21,2% e a população desempregada cresceu 64,9%. Esse forte incremento relativo do desemprego nesse período pode ser explicado, fundamentalmente, por uma insuficiente expansão da ocupação, já que o crescimento da taxa de atividade foi muito pequeno, passando de 57% em 1993 para 57,9% em 2004. De 1993 a 2004, a ocupação cresceu em média 1,8% ao ano, enquanto a população ativa cresceu em média 2,4% ao ano. O crescimento do emprego não conseguiu acompanhar o crescimento da população ativa. No período indicado, 379.000 pessoas se somaram à população ativa e apenas 266.000 novas ocupações foram criadas, ficando um saldo negativo de 113.000 novos desempregados. A população desempregada passou de 174.000 em 1993 para 287.000 pessoas em 2004, o crescimento médio da população desempregada ficando em 5,9% ao ano.

Tabela 9 - Evolução das taxas de desemprego total, aberto e oculto, por sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	Desemprego total			Desemprego aberto			Desemprego oculto		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
1993	12,2	10,7	14,3	...	5,9	9,3	...	4,8	5,0
1994	11,3	10,0	13,2	...	6,8	9,7	...	3,2	3,5
1995	10,7	9,2	12,9	...	6,7	10,1	...	2,5	2,8
1996	13,1	12,4	14,1	...	8,2	10,5	...	4,2	3,6
1997	13,4	12,3	15,1	...	8,3	11,4	...	4,0	3,7
1998	15,9	13,7	18,6	...	9,2	13,7	...	4,5	4,9
1999	19,0	16,7	21,9	...	9,5	15,3	...	7,2	6,6
2000	16,6	14,2	19,6	...	8,1	13,3	...	6,1	6,3
2001	14,9	12,3	18,2	...	7,2	12,7	...	5,1	5,5
2002	15,3	13,1	17,9	...	8,0	12,4	...	5,1	5,5
2003	16,7	13,3	20,2	...	8,4	14,5	...	5,5	5,7
2004	15,9	13,1	19,1	...	8,3	13,6	...	4,9	5,5

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.

Nesse período, o crescimento do desemprego feminino foi superior ao masculino. Enquanto a população de desempregadas cresceu, em média, 7,9% ao ano, a de desempregados cresceu, em média, 4% ao ano. Em 1993, 84.000 mulheres estavam desempregadas. Em 2004, essa cifra chega a 157.000. O crescimento do desemprego feminino foi de 86%, com 73.000 novas mulheres engrossando as estatísticas de desemprego. Esse forte crescimento relativo do desemprego feminino explica-se, em grande parte, pela expansão da população ativa de mulheres que cresceu, em média, 3,7% ao ano ou 40% ao longo de todo o período. 236.000 novas mulheres ingressaram no mercado de trabalho. O crescimento da ocupação feminina esteve abaixo do crescimento da atividade, com um incremento de 32,6% no total ou em média 3% ao ano. 163.000 novos postos de trabalho femininos foram criados.

O comportamento de desemprego masculino mostra-se um pouco diferente do feminino. Os homens, que em 1993 formavam 90.000 desempregados, em 2004 eram 130.000. Se, por um lado, o número de desempregados do sexo masculino cresceu menos que o feminino, isto é, 44,4% no período, por outro, o crescimento de postos de trabalho masculinos também foi muito baixo, em média 1,24% ao ano ou 13,7% para todo o período. Entre 1993 e 2004, apenas 103.000 novos postos de trabalho masculinos foram criados. Ao mesmo tempo, a população ativa masculina também cresceu pouco em relação à feminina, em média apenas 1,54% ao ano ou 16,94% no total do período. 143.000 novos homens ingressaram no mercado de trabalho ao longo desse período. No entanto, vale salientar que esse crescimento foi um pouco superior àquele da ocupação.

De uma forma sucinta, vale dizer que enquanto o desemprego feminino é muito mais o resultado de uma forte pressão das taxas de atividade femininas que tendem a crescer em ritmo elevado, o desemprego masculino é antes o resultado de uma tímida expansão da ocupação masculina. O desemprego masculino só não é mais elevado porque as taxas de participação masculinas tiveram uma leve tendência a diminuir, passando de 70,7%, em 1993, para 66,8%, em 2004. Já as taxas de participação femininas se elevaram no período de 44,5%, em 1993, para 49,8%, em 2004.

É importante observar que até 1997, os homens eram a maioria dos desempregados em termos absolutos. No entanto, a partir de 1998, o número absoluto de mulheres desempregadas passa a ser maior que o de homens. Em 2004, elas constituem 54,7% dos desempregados da Região Metropolitana de Porto Alegre, apesar de serem apenas 45,4% do total da população economicamente ativa. Veja-se que apesar de as mulheres estarem sub-representadas em relação aos homens na população ativa (45,4%), uma vez que a parcela feminina constitui 52,7% da população em idade ativa (isto é, demograficamente as mulheres já são maioria), elas estão sobre-representadas no desemprego, o que constitui um importante indicador de vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho.

Assim sendo, conforme se observa na Tabela 9, as taxas de desemprego femininas são sempre maiores que as masculinas. No período indicado, essas taxas oscilam entre um mínimo de 12,9%, em 1995, e um máximo de 21,9%, em 1999. As masculinas oscilam entre 9,2% e 16,7%, respectivamente, nos mesmos anos. Entre 1993 e 2004, o desemprego masculino representou, em média, 74% do desemprego feminino. Neste mesmo período, o crescimento das taxas de desemprego femininas ficou acima do crescimento das taxas masculinas. A taxa de desemprego masculina cresceu 22,4%, enquanto que a feminina cresceu 33,6%. Logo, as taxas de desemprego

feminino não são só maiores que as masculinas. O ritmo de crescimento das mesmas também mostra-se mais elevado.

Analisando-se a composição interna da taxa de desemprego total, que é o resultado da soma entre desemprego aberto e desemprego oculto, observa-se uma diferença importante entre as taxas de desemprego masculinas e femininas. As diferenças entre essas taxas tendem a aumentar no desemprego aberto e diminuir no desemprego oculto. No período analisado, enquanto o desemprego aberto masculino representa, em média, apenas 65% do desemprego aberto feminino, o desemprego oculto masculino representa, em média, 97,5% do desemprego oculto feminino. O desemprego aberto é muito mais intenso entre as mulheres, ao passo que o desemprego oculto tende a distribuir-se mais igualmente entre os sexos.

Portanto, as taxas de desemprego mais elevadas das mulheres em relação aos homens têm a sua origem no desemprego aberto. Algumas razões que explicam esse fato já foram levantadas no capítulo anterior. Considerando-se a hipótese de que há uma divisão sexual das ocupações no mercado de trabalho, pode-se estimar que a concorrência pelos postos de trabalho femininos é muito mais acirrada, de forma que as mulheres estão mais ativas na busca de trabalho. A expansão dos níveis de ocupação é, em grande medida, o resultado da expansão dos postos de trabalho femininos. Logo, há um processo de feminização da força de trabalho. Esta feminização pode estar associada a um tipo específico de utilização dessa força de trabalho feminina, mais marcadamente precário e instável. Tal fator pode ter importantes efeitos sobre o desemprego, pois as mulheres estariam sujeitas a níveis mais elevados de rotatividade no trabalho.

Os dados sobre a relação entre o desemprego aberto e o desemprego oculto revelam que este último é proporcionalmente maior entre os homens. Para os homens, entre 1993 e 2004, o desemprego oculto representa, em média, 60% do desemprego aberto. Para as mulheres, o desemprego oculto representa apenas 40% do desemprego aberto. Esses dados sugerem que os homens, sendo proporcionalmente mais afetados pelo desemprego oculto, submetem-se mais freqüentemente às condições de trabalho precário, permanecendo, com isso, menos tempo no desemprego aberto. Mais pressionados pela condição e papel de provedores, os homens não só são mais ativos que as mulheres, mas resistem mais em permanecer desempregados, a procura de trabalho. Os homens estão mais sujeitos às formas de trabalho eventual.

No caso das mulheres, uma ambigüidade evidente pode manifestar-se nesse contexto. O desemprego decorre em parte de uma intensificação das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho. As mulheres estão mais ativas. Por outro lado, a proximidade do espaço doméstico como espaço legítimo para as mulheres (e menos para os homens), as coloca mais

freqüentemente em uma zona intermediária entre a atividade e a inatividade. Assim, se o desalento atinge mais as mulheres é porque elas têm no espaço doméstico uma presença diferenciada em relação aos homens, sendo mais interpeladas pelas responsabilidades decorrentes desse espaço. Se este fator acarreta um aumento do desemprego oculto pelo desalento e se a inatividade das mulheres é muito maior que a dos homens, pode-se estimar que que há nesse ínterim, nessa zona fluida entre atividade e inatividade, um enorme contingente de mulheres em uma situação de privação de trabalho freqüentemente subestimada pelas estatísticas. Para medi-la, basta modificar e estender os critérios relativos ao período anterior de procura de trabalho, como ocorre em parte com a metodologia da PED em relação à metodologia do IBGE.

Outro indicador importante sobre as diferenças de gênero no desemprego diz respeito ao tempo médio de procura de trabalho, conforme a Tabela 10.

Tabela 10 - Evolução do tempo médio de procura de trabalho, por sexo, RMPA, 1993 a 2004

Ano	Tempo de procura em semanas		
	Total	Homens	Mulheres
1993	25	23	26
1994	26	25	28
1995	25	25	26
1996	31	30	33
1997	36	35	38
1998	40	38	44
1999	46	45	48
2000	45	44	45
2001	43	41	45
2002	45	42	47
2003	44	41	47
2004	45	42	46

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.

O dados sobre desse indicador revelam que as mulheres ficam mais tempo nessa busca que os homens. Em 1993, os homens ficavam, em média, 23 semanas na procura de trabalho, enquanto que as mulheres permaneciam 26 semanas. Ao longo do período, o tempo médio de desemprego feminino é sempre superior ao masculino. Esse tempo de procura cresceu enormemente desde 1993, o que revela um agravamento do problema do desemprego. Em 2004, os homens permaneceram, em média, 42 semanas a procura de trabalho. Para as mulheres, esse número chega a 46 semanas. Estas diferenças podem ser explicadas pelas distintas formas de estruturação dos papéis sexuais na família. Os homens, mais interpelados pelo papel de provedor, tendem a permanecer menos tempo na procura de trabalho, fazendo mais freqüentemente recurso

ao bico ou trabalho eventual. As mulheres, ao contrário, menos interpeladas por esse papel de provedor, permancem mais tempo à procura de trabalho.

5.5. A vulnerabilidade ao desemprego

A vulnerabilidade é aqui definida como uma predisposição ao desemprego. Ela é medida tomando-se como base o grau de afastamento das taxas de desemprego dos diversos grupos sociais em relação à taxa média de desemprego. A operacionalização estatística desse conceito de vulnerabilidade permite aprimorar a comparação das taxas desemprego entre esses diversos grupos da população ativa. Assim, dada uma taxa média anual de desemprego, serão mais vulneráveis ao desemprego aqueles grupos cujas taxas de desemprego estejam acima da média. Inversamente, serão menos vulneráveis aqueles grupos cujas taxas estão abaixo desta média. Os diversos graus de vulnerabilidade são definidos segundo critérios matemáticos precisos. Propõe-se os graus baixo, médio e alto de vulnerabilidade, sendo o primeiro e o último subdivididos em três sub-graus, conforme a Tabela 11, referente aos anos de 1993 e 2004.

Tabela 11 – Níveis de vulnerabilidade ao desemprego, 1993 e 2004

Nível de Vulnerabilidade	1993	2004	Indice
Baixíssimo (BBB)	até 3,49	Até 3,97	até 0,25
Muito Baixo (BB)	3,50 - 6,09	3,98 - 7,94	0,25 - 0,50
Baixo (B)	6,10 - 9,75	7,95 - 12,71	0,50 - 0,80
Médio (M)	9,76 - 14,64	12,72 - 19,08	0,80 - 1,20
Alto (A)	14,65 - 18,30	19,09 - 23,85	1,20 - 1,50
Muito Alto (AA)	18,31 - 24,40	23,86 - 31,80	1,50 - 2,00
Altíssimo (AAA)	24,41 ou +	31,81 ou +	acima de 2,00
Taxa média de desemprego	12,2%	15,9%	**crescimento = 30,3%**

Quando se analisa a evolução das taxas de desemprego segundo o nível de escolaridade, conforme a Tabela 12, observa-se que o desemprego cresce em todas as categorias. Esse crescimento, porém, é mais elevado para a população com nível de escolaridade mais alto. As categorias com os níveis de ensino fundamental incompleto e fundamental completo são, porém, aquelas que apresentam as taxas mais elevadas de desemprego e, portanto, maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

A evolução dos dados estatísticos mostram, pois, uma crescente vulnerabilidade no mercado de trabalho das categorias mais escolarizadas, de tal forma que suas taxas de

desemprego tendem a crescer em um ritmo mais elevado. Enquanto as taxas de desemprego cresceram 18% entre os homens e 25% entre as mulheres na categoria com escolaridade fundamental incompleta, isto é, abaixo da média de crescimento do conjunto do desemprego total (30,3%), esse crescimento foi muito superior nas categorias mais escolarizadas.

Tabela 12 – Evolução das taxas de desemprego, por nível de escolaridade e sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	Fund. Incomp.		Fundam. Comp.		Médio comp.		Superior comp.	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	13,3	16,6	11,0	18,0	6,4	11,4	*	*
1994	12,4	14,4	10,1	18,3	6,5	10,6	*	*
1995	11,2	14,8	9,1	16,8	6,5	9,8	*	*
1996	15,0	15,4	13,0	18,0	8,8	12,9	*	*
1997	15,9	16,7	12,3	19,2	8,4	13,4	*	*
1998	17,5	21,2	14,8	24,8	9,4	16,4	*	*
1999	20,7	24,5	18,4	28,7	11,5	18,9	*	*
2000	17,6	21,6	17,2	26,3	10,1	18,2	*	5,4
2001	15,2	19,4	14,8	25,6	9,1	16,6	*	6,0
2002	15,9	20,1	16,3	25,0	10,3	16,5	*	5,5
2003	16,6	21,2	16,4	28,1	11,7	19,2	*	7,4
2004	15,7	20,7	17,0	27,9	10,4	17,6	*	6,2

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.
*A amostra não comporta essa desagregação.

Entre a população com escolaridade fundamental completa, as taxas de desemprego crescem 55%, tanto para homens como para mulheres. Entre aqueles que apresentam ensino médio completo esse crescimento chega a 63% entre os homens e 54% entre as mulheres. Na categoria com nível superior completo, esse crescimento foi provavelmente elevado, a pesquisa não trazendo essa informação. Isto já não ocorre em 2004, quando a taxa de desemprego entre as mulheres com ensino superior é apresentada pela pesquisa, chegando a 6,2%. É curioso notar que o desemprego na categoria com nível superior completo só é registrado na população feminina a partir do ano 2000, quando a taxa de desemprego registrada é de 5,4%. Entre os homens, as amostras registradas não eram significativas para todo o período, o que revela, provavelmente, taxas de desemprego muito baixas.

Esses dados revelam que a estrutura do desemprego modificou-se nesse período de mais de dez anos. A crescente vulnerabilidade das categorias com mais escolaridade é marcante. Na raiz dessa situação está uma importante transformação no mercado de trabalho, no qual as exigências em termos de escolarização e qualificação profissional cresceram nos últimos anos.

Os dados da Tabela 13, referentes ao desemprego por faixa etária, revelam um altíssimo desemprego entre os jovens, sobretudo na categoria de 10 a 17 anos, na qual os níveis de

precariedade do trabalho são, provavelmente, muito elevados. Pode-se observar que as taxas de desemprego vão decrescendo na medida em que a idade vai aumentando. Porém, nota-se um forte crescimento do desemprego no período de 1993 a 2004, mesmo entre as categorias com mais idade. Observa-se ainda que, entre as mulheres, os níveis de crescimento das taxas de desemprego são muito mais elevados que entre os homens. Percebe-se igualmente que na categoria mais jovem (10 – 17) e na mais velha (40 anos ou +) esse crescimento das taxas de desemprego foi maior do que nas demais categorias, tanto entre os homens como entre as mulheres. A despeito da altíssima vulnerabilidade dos jovens no mercado de trabalho, sobretudo do sexo feminino, pode-se observar que cresce a vulnerabilidade das categorias mais velhas, revelando uma importante modificação na estrutura ocupacional, com uma tendência de redução das oportunidades de trabalho para os trabalhadores com mais idade.

Tabela 13 – Evolução das taxas de desemprego por faixa etário e sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	10 a 17 anos		18 a 24 anos		25 a 39 anos		40 anos ou +	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	29,1	38,5	16,9	22,1	8,4	11,6	5,7	6,7
1994	32,8	41,6	14,9	21,2	7,7	10,8	4,9	5,3
1995	27,5	36,8	14,0	21,2	7,4	10,8	5,1	5,8
1996	32,4	37,3	19,3	23,4	10,3	12,1	7,6	7,2
1997	32,6	40,8	19,1	25,3	10,4	12,9	8,0	8,1
1998	38,6	52,8	20,5	28,7	11,1	15,9	9,0	10,1
1999	48,0	55,2	23,4	34,1	13,2	18,4	11,8	12,6
2000	45,3	53,1	20,9	30,6	11,1	16,1	9,3	11,6
2001	38,9	53,7	19,9	29,9	9,0	14,9	8,4	10,3
2002	41,1	50,6	20,7	28,7	10,4	15,6	8,8	10,6
2003	41,6	56,2	22,2	33,3	11,1	17,6	9,0	11,0
2004	43,3	58,3	22,1	31,5	10,3	16,8	8,0	10,0

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.

Os dados da Tabela 14, sobre o desemprego por cor, revelam que as taxas de desemprego da população não branca são sempre muito superiores às taxas de desemprego da população branca. Essas diferenças são maiores entre os homens, isto é, a distância entre as taxas de desemprego de brancos e não brancos reduz-se entre as mulheres. Ao longo do período indicado, observa-se, no entanto, tendências inversas no comportamento do desemprego segundo o sexo. Essa distância das taxas de desemprego de brancos e não brancos diminui entre os homens e aumenta entre as mulheres. Em 1993, a taxa de desemprego dos homens não brancos, de 16,1%, é 63% superior àquela dos homens brancos, de 9,9%. Em 2004, essas taxas sobem, para 19,2% e 12,4%, respectivamente, mas a diferença entre elas cai para 55%. Em 1993, a taxa de desemprego

das mulheres não brancas, de 17,6%, é apenas 28% superior àquela das mulheres brancas, de 13,8%. Em 2004, essas taxas passam a ser de 27,2% e 18,0% , respectivamente, a diferença entre elas subindo em 51%.

Tabela 14 – Evolução das taxas de desemprego, por cor e sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	Brancos		Não brancos	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	9,9	13,8	16,1	17,6
1994	9,2	12,6	15,4	16,5
1995	8,7	12,7	12,6	14,3
1996	11,5	13,8	19,1	15,5
1997	11,6	14,4	17,1	18,8
1998	13,1	18,1	18,4	22,3
1999	15,8	21,0	23,8	27,9
2000	13,3	18,6	22,1	26,3
2001	11,3	17,2	20,3	24,9
2002	12,3	17,1	20,5	23,8
2003	13,0	19,1	21,3	27,2
2004	12,4	18,0	19,2	27,2

Fonte: PED-RMPA, Dieese, FEE-RS.

Quanto ao crescimento do desemprego no período indicado, ele foi muito mais elevado para as mulheres do que para os homens, sendo muito intenso para as mulheres não brancas. Para esta categoria, o crescimento da taxa de desemprego foi da ordem de 55%, muito acima do crescimento da taxa média global de desemprego (30,3%) no período. A taxa de desemprego passou de 17,6% em 1993 para 27,2% em 2004. Para as mulheres brancas esse crescimento ficou na média e para os homens ficou bem abaixo da média. A taxa de desemprego entre os homens não brancos foi o que menos cresceu, passando de 16,1% para 19,2%, isto é, um crescimento na ordem de 19%.

Esses dados revelam com nitidez que a crescente vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho é ainda mais marcante entre as mulheres não brancas. São elas que apresentam os índices mais elevados de vulnerabilidade. Enquanto o índice de vulnerabilidade dos homens brancos diminui de médio para baixo, a vulnerabilidade dos homens não brancos estabiliza-se no nível alto. Por outro lado, observa-se que a vulnerabilidade das mulheres brancas aumenta do nível médio para o nível alto, enquanto que a vulnerabilidade das mulheres não brancas eleva-se do nível alto para o nível altíssimo.

Os dados da Tabela 15, sobre desemprego por posição no domicílio, revelam que as taxas de desemprego dos filhos são as mais elevadas. Trata-se, portanto, do grupo mais vulnerável.

Entre 1993 e 2004, o nível de vulnerabilidade muito alto mantém-se para homens e para mulheres. Os chefes de domicílio são aqueles que apresentam, ao contrário, as taxas mais baixas e, conseqüentemente, os menores índices de vulnerabilidade. Para as mulheres, o nível de vulnerabilidade médio mantém-se no período, enquanto que para os homens a vulnerabilidade reduz-se do nível baixo para muito baixo. Na categoria que abrange outros membros do grupo domiciliar, o grau de vulnerabilidade diminui entre os homens de alto para médio e aumenta para as mulheres de médio para muito alto, o que revela mais uma vez que é entre as mulheres que a vulnerabilidade ao desemprego tende a crescer.

Tabela 15 – Evolução das taxas de desemprego, por posição na família e sexo, RMPA, 1993 a 2004.

Ano	Chefe		Cônjuge		Filhos		Outros	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1993	6,5	10,7	*	11,0	20,8	23,7	16,2	14,3
1994	5,8	9,2	*	9,3	19,9	23,8	15,9	14,0
1995	5,7	8,9	*	10,0	18,3	20,9	13,3	15,8
1996	8,0	10,4	*	10,8	23,3	23,1	15,9	14,7
1997	8,6	11,4	*	11,8	21,4	23,8	17,8	18,0
1998	9,2	13,2	*	14,6	24,3	29,6	19,5	23,9
1999	11,4	15,7	*	17,5	29,0	33,5	22,8	28,1
2000	9,0	14,5	*	15,0	25,8	30,7	20,3	25,5
2001	7,9	12,3	*	14,2	22,8	29,9	19,1	23,4
2002	8,6	13,0	*	14,1	24,1	28,1	16,9	24,8
2003	8,9	14,5	*	15,7	24,4	31,6	21,5	26,2
2004	7,9	13,6	*	14,7	24,7	30,9	18,8	24,5

Fonte: PED-RMPA, Diesse, FEE-RS.
*A amostra não comporta essa desagregação.

5.6. O perfil da população desempregada em Porto Alegre

Ao observar-se o perfil dos desempregados na região metropolitana de Porto Alegre e sua evolução entre 1993 e 2004, constata-se algumas importantes mudanças, conforme pode-se constatar através da Tabela 16.

Em relação ao nível de escolaridade, constata-se, por um lado, que a maior parte dos desempregados possuem uma baixíssima escolaridade. Em 2004, 70% dos desempregados possuem no máximo o nível fundamental completo. Por outro lado, observa-se que há um aumento do contingente de desempregados com mais escolaridade. Vale observar que há uma importante redução da participação da categoria apresentando apenas o nível fundamental

incompleto, tanto entre os homens como entre as mulheres. Em 1993, essa categoria representava 61,6% dos homens e 51,9% das mulheres, ou seja, a maioria absoluta dos desempregados.

Tabela 16 – Evolução do perfil dos desempregados na RMPA, 1993 e 2004.

Atributos	Mulheres		Homens	
	1993	2004	1993	2004
Escolaridade	%		%	
Fundamental incompleto	51,9	29,9	61,6	39,4
Fundamental completo	24,6	30,7	21,2	30,2
Médio completo	17,9	34,4	11,9	26,8
Superior completo	*	4,2	*	*
Subtotal	100,0	100,0	100,0	100,0
Faixa etária	%		%	
0 - 17 anos	18,6	12,1	20,1	12,2
18 - 24 anos	32,8	35,7	29,5	35,8
25 - 39 anos	35,5	32,9	33,6	28,8
40 anos ou +	13,1	19,3	16,8	23,2
Subtotal	100,0	100,0	100,0	100,0
Cor	%		%	
Branca	82,1	82,6	81,4	84,2
Não branca	17,9	17,4	18,6	15,8
Subtotal	100,0	100,0	100,0	100,0
Posição na família	%		%	
Chefe de família	12,6	14,4	41,8	39,5
Cônjuge	38,7	37,2	*	*
Filho	40,5	39,8	48,1	49,7
Outros	8,2	8,6	9,3	9,5
Subtotal	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PED-RMPA, Diesse, FEE-RS.
*A amostra não comporta desagregação.

Em 2004, essa participação cai para 39,4% entre os homens e 29,9% entre as mulheres. Ao mesmo tempo, observa-se um crescimento do contingente de desempregados com um nível de escolaridade mais elevado. Aumenta a proporção de desempregados com ensino fundamental completo, que passam a representar 30,2% dos homens e 30,7% das mulheres em 2004. Em 1993, essa categoria representava 21,2% e 24,6% respectivamente. O crescimento da proporção de desempregados com ensino médio completo é ainda mais surpreendente. Entre os homens, eles passam a representar 26,8% do total de desempregados em 2004. Um crescimento de 125% em relação a 1993, quando representavam apenas 11,9%. Entre as mulheres, aquelas com ensino

médio completo representam, em 2004, 34,4% do total das desempregadas, com um crescimento de 92,2% em relação a 1993, quando elas representavam 17,9%.

As mulheres com ensino médio completo já constituem, isoladamente, a categoria de escolaridade mais importante no conjunto das desempregadas. Trata-se de uma importante diferença em relação aos homens. Os desempregados do sexo masculino apresentam, em geral, um nível de escolaridade inferior em relação às mulheres.

Em relação à idade, os dados da Tabela 16 revelam que o perfil dos desempregados modificou-se um pouco entre 1993 e 2004. É importante salientar que as categorias mais jovens representam em torno de 50% dos desempregados. De 1993 para 2004 houve uma pequena redução da participação desse segmento. Observa-se, no entanto, um movimento inverso dos menores (10 a 17 anos de idade) e dos jovens (18 a 24 anos). A participação da primeira categoria no desemprego reduziu-se consideravelmente. Entre os homens, a participação dos menores caiu de 20,1%, em 1993, para 12,2%, em 2004. Uma redução relativa de 40%. Entre as mulheres, essa participação caiu de 18,6% para 12,1%, no mesmo período, uma queda de 35%. É possível que essa importante redução da participação desses menores no conjunto dos desempregados seja atribuída às políticas públicas de combate ao trabalho infantil, particularmente ao Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI[208], não somente pelos seus efeitos diretos, através da assistência às famílias de crianças que trabalham, mas também pelos efeitos indiretos das campanhas publicitárias.

Inversamente, a participação dos jovens no desemprego subiu no período analisado. Entre os homens, a participação desta categoria subiu de 29,5%, em 1993, para 35,8%, em 2004. Entre as mulheres esse crescimento foi menor, passando de 32,8% para 35,7%, no mesmo período.

O aumento da participação de jovens no total de desempregados foi acompanhado de uma proporcional diminuição dos adultos (25 a 39 anos). Entre os homens, estes representaram 33,6% dos desempregados, em 1993, e 28,8%, em 2004. Entre as mulheres, os adultos diminuíram sua participação de 35,5%, em 1993, para 32,9%, em 2004.

A taxa de desemprego também apresentou crescimento na categoria dos mais velhos (40 anos ou +), assim como os jovens. Nota-se, no entanto, que este crescimento entre os primeiros foi mais acentuado. Pode-se afirmar que este foi um dos traços mais marcantes na alteração do perfil dos desempregados no que diz respeito à idade. Entre os homens, as pessoas com mais de

[208] O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI é um programa do governo federal, recomendado pela Organização Internacional do Trabalho, destinado a retirar crianças de 7 a 14 anos do trabalho considerado perigoso, penoso, insalubre ou degradante. Esse programa foi instituído no Brasil na década de noventa.

40 anos, que em 1993 representavam 16,8% do total dos desempregados, passaram a representar, em 2004, 23,2%. Um crescimento de 38%. Entre as mulheres esse crescimento foi ainda mais acentuado, passando de 13,1%, em 1993, para 19,3%, em 2004. Um crescimento de 47%.

Enfim, pode-se afirmar que, em relação à idade, o perfil dos desempregados alterou-se, aumentando a presença dos mais velhos e dos jovens, reduzindo-se a presença dos menores e dos adultos.

Em relação à cor, o perfil dos desempregados não se alterou substancialmente. Nota-se um pequeno crescimento da participação dos homens brancos no total dos desempregados. Em 1993, estes representavam 81,4% dos desempregados. Em 2004, os homens brancos passaram a representar 84,2%. Entre as mulheres, a proporção de brancas e não brancas mantém-se praticamente inalterada, as primeiras representando aproximadamente 82,5% e as segundas 17,5% do total de mulheres desempregadas.

Quanto à posição no domicílio, observa-se também reduzidas alterações no perfil dos desempregados. As proporções mantêm-se relativamente estáveis no período, constatando-se, sobretudo, uma pequena inversão de tendência na participação de homens e mulheres "chefes de família" no conjunto dos desempregados. Enquanto entre os homens, a proporção de chefes de família cai de 41,8%, em 1993, para 39,5%, em 2004, entre as mulheres há um crescimento de 12,6% para 14,4%.

Mesmo que se observe uma redução da diferença entre os sexos, ela é ainda muito marcante. Isso significa que o papel de "chefe de família" e provedor é ainda muito freqüentemente percebido como um papel tipicamente masculino. As relações de gênero têm, neste caso, uma importância crucial na representação de como os grupos familiares se organizam. Essas diferenças de gênero são tão marcantes que a categoria cônjuge sequer é significativa estatisticamente para os homens, enquanto que para as mulheres ela é fundamental. Entre as mulheres, esta categoria representa em torno de 38% do total das mulheres desempregadas. Daí porque o fenômeno do desemprego não pode ser lido e interpretado independentemente da forma como os papéis de homens e mulheres se constroem em suas relações de gênero.

No entanto, é preciso tomar uma certa precaução em relação à construção dessa categoria estatística, na medida em que ela, a partir de um certo modo específico de categorização dos papéis sexuais na família – não necessariamente convergente com aqueles dos entrevistados ou com suas práticas – pode estar reforçando e reproduzindo divisões que não são necessariamente pertinentes ou que não tenham a extensão que parecem ter. Neste sentido, os próprios instrumentos de coleta de dados precisam ser reavaliados. Um possível efeito de imposição

objetivista pode ocorrer em casos como este, no qual os homens provedores podem ter a tendência em se classificar ou a serem classificados como “chefes de família”, do mesmo modo que as mulheres com companheiro, mesmo que também sejam provedoras, podem ter a tendência de se classificar ou a serem classificadas como “cônjuges”, na ausência de categorias mais pertinentes.

No que diz respeito ainda às relações de gênero, os dados analisados sugerem que elas são marcadas por uma forte tensão. De um lado, as mulheres tornam-se cada vez mais ativas, apresentando taxas crescentes de participação no mercado de trabalho. Mudanças sociais no sentido de uma maior igualdade entre os sexos e de um maior reconhecimento das mulheres na vida social e no mercado de trabalho são características importantes desse processo. Por outro, as mulheres continuam muito vulneráveis no mercado de trabalho, apresentando taxas de desemprego muito mais elevadas que as masculinas. Isso indica que a divisão sexual tradicional dos papéis e responsabilidades entre homens e mulheres continuam a estruturar o mercado de trabalho e a vida social de uma maneira geral. Neste sentido, pode-se identificar um conjunto de processos sociais que levam, ao mesmo tempo, à mudança e à conservação das relações sociais de gênero. O resultado disso, não se sabe ao certo qual será.

5.7. O desemprego e as relações sociais no mercado de trabalho

Os dados acima apresentados sobre o mercado de trabalho da região metropolitana de Porto Alegre permitem reforçar a hipótese de que um conjunto amplo de relações sociais estruturam fortemente o fenômeno do desemprego. Não apenas as relações sociais de classe e de gênero, mas também as relações étnicas e geracionais. Apesar de não constituírem o objeto central de investigação desta pesquisa, estas últimas relações sociais têm uma importância decisiva na estruturação do mercado de trabalho e nas experiências de desemprego. Cada vez mais, a idade constitui-se em um critério decisivo para orientar as políticas de contratação e gestão do trabalho das empresas. As elevadas taxas de desemprego entre os jovens são reveladoras também de uma situação de forte vulnerabilidade desse grupo social. Uma compreensão mais profunda desses mecanismos que tornam os jovens mais vulneráveis só é possível na medida em que se leva em consideração o modo como se estruturam os papéis, as identidades e as relações que distribuem os indivíduos na sociedade conforme sua posição no ciclo de vida. Os jovens constituem um grupo social que hoje, certamente, tem muita dificuldade

de encontrar, no mundo social, um lugar em que possam se sentir reconhecidos. O crescente desemprego dos grupos mais velhos também indica uma situação de vulnerabilidade crescente. Na medida em que são descartados mais cedo do mercado de trabalho, esses trabalhadores também se vêem no dilema de encontrar um lugar no mundo social.

Os dados referentes às diferentes taxas de desemprego entre brancos e não brancos também constituem um indicador importante das profundas desigualdades étnicas na sociedade brasileira. Apesar de não aparecerem nos discursos dos atores e de ser historicamente uma questão velada, as relações e desigualdades raciais continuam a estruturar o mercado de trabalho e os mecanismos de acesso ao emprego. A maior vulnerabilidade dos não brancos no desemprego é um claro sintoma dessas relações sociais raciais fortemente assimétricas.

Tomando-se a escolaridade como um indicador que permite, em termos gerais, identificar diferenças de classe social no mercado de trabalho, pode-se afirmar que há um importante deslocamento dessas relações sociais na sociedade brasileira. Nesse sentido, o desemprego afeta, cada vez mais, os grupos e classes sociais que ocupam uma posição mais vantajosa na estrutura da própria classe trabalhadora. Tal fato pode ser lido como um nítido processo de fragilização desses segmentos, alguns dos quais os mais organizados, historicamente, em termos políticos e sindicais.

5.8. A privação de trabalho e o desemprego no mercado de trabalho em Pelotas

Se, por um lado, os dados sobre o desemprego na região metropolitana de Porto Alegre permitem identificar a emergência de um novo tipo de privação de trabalho, com a crescente participação no desemprego de setores mais escolarizados e qualificados da força de trabalho, por outro, pode-se identificar, em Pelotas, uma forte incidência de um tipo específico de privação de trabalho, diretamente relacionado com a existência de formas de trabalho precárias, instáveis e informais. Os dados mais recentes sobre o município são do censo de 2000, realizado pelo IBGE, e de uma pesquisa específica do DIEESE utilizando a metodologia PED, realizada em 2006.

Segundo o IBGE, o município de Pelotas contava, em 2000, com uma população de 323.158 habitantes. 93,2% desta população, isto é, 301.081 pessoas habitavam a zona urbana. Vale salientar que essa taxa de urbanização é bem superior à média do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, respectivamente de 81,2% e 81,65% naquele mesmo ano.

Os dados da Tabela 17 revelam que o processo de urbanização do município foi muito intenso nos últimos 50 anos.

Tabela 17 - Evolução da população por situação de domicílio, rural e urbano. Pelotas, 1950 - 2000.

Ano	População					
	Rural		Urbana		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1950	49.627	38,9	78.014	61,1	127.641	100
1960	48.748	27,6	129.517	73,3	176.575	100
1970	53.042	25,5	154.827	74,5	207.869	100
1980	55.147	21,2	204.803	78,8	259.950	100
1991	25.910	8,9	264.738	91,1	290.648	100
1996*	24.954	8,1	282.713	91,9	307.667	100
2000	22.077	6,8	301.081	93,2	323.158	100
2007*	-	-	-	-	339.934	100

Fonte: IBGE, Censos demográficos e contagem populacional.

Em 1950, a população urbana do município representava apenas 61% da população total. A população rural diminui não apenas em termos relativos, representando apenas 6,8% da população do município em 2000, mas também em termos absolutos, chamando à atenção a abrupta redução da mesma nos censos de 1980 e de 1991. Naquele período, a população rural do município diminui em quase 50%. Em parte, este fato pode ser explicado pela emancipação de alguns municípios que originariamente pertenciam a Pelotas. No entanto, o aspecto mais importante do fenômeno parece ser o intenso fluxo migratório no sentido campo-cidade.

Tal fluxo populacional tem um impacto extremamente importante sobre o mercado de trabalho, aumentando a procura por postos de trabalho urbanos. Além disso, este fenômeno agrava os problemas relativos ao processo de urbanização da cidade de Pelotas, marcado por uma intensa e irregular ocupação do solo urbano e por um enorme déficit em termos de infra-estrutura urbana. Vale salientar, ainda, que a taxa de urbanização da cidade de Pelotas é precocemente alta em relação à média brasileira e gaúcha. Nesta cidade, enquanto a população urbana é superior à rural desde a década de 1940, no Brasil e no Rio Grande do Sul, em média, a população urbana ultrapassa a população rural apenas na década de 1960.

Tal fato revela que um amplo mercado de trabalho urbano já estava consolidado no município há cerca de 50 anos. Tal mercado de trabalho apresentou, no entanto, ao longo desse período, duas características marcantes. Primeiramente, a forte presença de atividades

* Contagem populacional.

agroindustriais, de tipo tradicional, formadas por pequenas e médias indústrias empregando grande quantidade de trabalhadores com baixa qualificação e baixos salários e, em segundo lugar, uma forte participação das atividades de comércio e serviços na estrutura ocupacional da cidade. Aparentemente, tais atividades terciárias sempre apresentaram uma forte heterogeneidade, com a presença de empresas organizadas e produtivas e de atividades pouco estruturadas e marcadas pela informalidade.

Os dados da Tabela 18 revelam que o setor primário foi diminuindo gradativamente sua participação na estrutura ocupacional.

Tabela 18 - Evolução da população ocupada segundo o setor da atividade econômica. Pelotas, 1950 a 2000.

Ano	Setor da atividade econômica							
	Primário		Secundário		Terciário		Total	
	n°	%	nº	%	Nº	%	n°	%
1950	14668	33,3	8863	20,1	20519	46,6	44050	100
1960	15936	28,8	9309	16,8	30079	54,4	55324	100
1970	14941	22,4	14926	22,4	36807	55,2	66674	100
1980	15843	15,1	31634	30,1	57522	54,8	104999	100
2000	12724	10,9	23354	20,0	80582	69,1	116660	100

Fonte: IBGE, censos demográficos.

Em 1950, os trabalhadores deste setor representavam 1/3 da força de trabalho do município. Em 2000, eles constituíam menos de 11% da população ocupada. O número absoluto de pessoas ocupadas neste setor manteve-se estável entre 1950 e 1980, mostrando-se em queda a partir de então. Durante o período em questão, a participação do setor industrial na estrutura ocupacional do município apresentou características muito peculiares em relação aos demais setores. Entre 1950 e 1980, o nível de ocupação deste setor aumentou em termos relativos e absolutos. Os trabalhadores da indústria aumentaram de 20% para 30% sua participação relativa na estrutura ocupacional. Em termos absolutos, essa participação mais que triplicou neste período. Neste contexto, a indústria local tornou-se um importante fator de absorção da força de trabalho que migrava do campo para a cidade. Uma grande parte dos operários absorvidos pela tradicional agroindústria local era de origem rural.[209]

A partir de 1980, no entanto, ocorre uma mudança de tendência. A contribuição da indústria na estrutura ocupacional do município reduz-se tanto em termos relativos como em termos absolutos. Em 2000, essa participação cai para 20% da população ocupada. Isto é,

[209] A esse propósito, ver Vargas (1994).

retornou ao nível de 1950. Entre 1980 e 2000, há uma perda de mais de 8.000 postos de trabalho na indústria de Pelotas.

Em 1980 é inaugurado um novo período da economia brasileira, fortemente marcado pelas crises econômicas. Os segmentos tradicionais da agroindústria de Pelotas[210] são fortemente afetados por essas crises. Inicialmente, a economia local entra em um processo de estagnação que, em seguida, nos anos 1990, transforma-se em um nítido processo de desestruturação industrial. As políticas econômicas liberais de desvalorização cambial e de abertura comercial têm como efeito uma abrupta redução das atividades tradicionais. A formação do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL e a importação de conservas industriais da Europa põem a agroindústria conserveira de Pelotas[211] em concorrência com os produtos importados em condições desfavoráveis, levando um grande número de empresas locais a fecharem suas portas[212].

Assim, se, no primeiro período (1950-1980), o crescimento industrial compensou a perda de postos de trabalho no campo, isto já não ocorre no período seguinte (1980-2000). O resultado será um forte inchamento do setor terciário, no qual se concentram as atividades informais, marcadas por baixa produtividade, baixa qualificação e baixos salários. Essa é a alternativa de trabalho daqueles segmentos mais vulneráveis da população que, antes de 1980, ainda tinham como alternativa o emprego industrial. Neste contexto de crise econômica e de redução das atividades industriais, o resultado não poderia ser outro senão uma forte deterioração do mercado de trabalho local.

A participação do setor terciário na estrutura do emprego revela, no entanto, que as condições do mercado de trabalho em Pelotas já não eram animadoras antes de 1980 e das crises que se seguiram. Na verdade, as crises só pioraram um quadro que já se mostrava problemático. Em 1950, essa participação já era elevada. Os trabalhadores ligados ao setor terciário representavam 46,6% do total da força de trabalho do município, muito acima da média nacional e estadual, respectivamente 27% e 28%. Nos censos seguintes essa participação se mantém estável, na faixa dos 55%, chegando a quase 70% em 2000. Essa forte participação das atividades de serviço na economia de Pelotas não é um indicador de desenvolvimento econômico, a supor

[210] Em 1980, a agroindústria da alimentação de Pelotas era responsável por 50% do produto industrial do município e por 68% do emprego industrial.
[211] Nos anos 1980, a indústria de conservas vegetais chegou a criar cerca de 20 mil empregos temporários durante o processamento das matérias-primas sazonais. Nos anos 1990, esse número de emprego caiu para menos de 10 mil.
[212] Nos início dos anos 1960 existiam cerca de sessenta fábricas de conservas em Pelotas. Em 1992 esse número cai para 18. Atualmente, o setor conserveiro conta com 11 empresas que empregam entre 4 e 5 mil trabalhadores durante o período de safra. Na entre-safra, essa indústria conta com um efetivo de cerca de mil trabalhadores.

pelas teorias da sociedade pós-industrial. Ao contrário, essa característica é um sintoma de precariedade do mercado de trabalho local. É a insuficiente geração de postos de trabalho na economia local que leva a um inchamento desse setor.

Nestes termos, tenta-se demonstrar a seguir que a alta precariedade do trabalho e do mercado de trabalho em Pelotas leva à formação de um conjunto de atividades informais e precárias que se tornam o desaguadouro espontâneo de uma situação de privação de trabalho crônica para as categorias mais vulneráveis da população. Nestes termos, o desemprego e o chamado subemprego tornam-se elevados. As atividades econômicas apresentam baixos níveis salariais e índices acentuados de desproteção social. Nesse sentido, a informalidade, o improviso de alternativas de trabalho, as estratégias imediatas de sobrevivência não são o efeito de um empreendedorismo típico de economias flexíveis, mas o resultado de uma profunda desigualdade social enraizada na distribuição desigual do trabalho, do emprego e da renda.

A seguir, procura-se identificar mais detalhadamente essas características do mercado de trabalho em Pelotas.

Através da Tabela 19, pode-se avaliar a evolução da população ativa de Pelotas entre 1991 e 2000, considerando as diferenças entre os sexos. Durante este período, a população em idade ativa (PIA) aumentou cerca de 14,5%, isto é, houve um incremento médio de 1,6% ao ano. Se compararmos a evolução da população em idade ativa (PIA) com a população economicamente ativa (PEA), constata-se que houve no período uma forte pressão sobre o mercado de trabalho, com um aumento da população economicamente ativa acima do incremento da população em idade ativa. A população economicamente ativa cresceu, em média, 22,25% no período. Tal pressão pode ser em parte explicada pela conjuntura de crise econômica, na qual a deterioração do poder aquisitivo da população faz aumentar a procura por trabalho.

Observando-se, no entanto, o aumento da população economicamente ativa segundo o sexo, percebe-se uma tendência de comportamento muito distinta. A pressão no incremento desta população ativa é uma decorrência do aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho. Enquanto que a população economicamente ativa masculina cresceu apenas 11% no período, isto é, abaixo aumento médio da PIA (14,5%), a população feminina cresceu quase 40% no mesmo período. Estes dados, extremamente importantes e significativos, revelam, segundo a hipótese aqui proposta, que estão em curso não apenas importantes mudanças culturais que vêm ocorrendo no Brasil e no mundo nos últimos 40 anos com o aumento crescente e constante da participação feminina no mercado de trabalho. Eles expressam, igualmente, uma nítida divisão sexual das oportunidades de trabalho no mercado, de tal forma que esta segmentação dos postos

de trabalho por sexo tem aumentado as oportunidades de trabalho para as mulheres e diminuído para os homens.

Tabela 19 - População em idade Ativa (PIA), População Economicamente Ativa (PEA) e População não economicamente ativa (PNEA), por sexo, Pelotas, 1991-2000.

	Pelotas				Variação
	1991		2000		
PIA					
Total	236.001	100,00	270.427	100,00	14,59
Homem	110.829	46,96	126.597	46,81	14,23
Mulher	125.172	53,04	143.830	53,19	14,91
PEA					
Total	124.414	100,00	152.096	100,00	22,25
Homem	76.608	61,58	85.247	56,05	11,28
Mulher	47.806	38,42	66.849	43,95	39,83
PNEA					
Total	111.587	100,00	118.332	100,00	6,04
Homem	34.221	30,67	41.351	34,94	20,84
Mulher	77.366	69,33	76.981	65,06	-0,50

Fonte: IBGE, censos demográficos.

Assim, a ocupação feminina cresce mais que a ocupação masculina. Ao mesmo tempo, as mulheres saem mais intensamente a procura de trabalho que os homens, já que para elas as oportunidades de trabalho são maiores. Como os salários médios das mulheres são mais baixos que os dos homens, mais mulheres precisam procurar emprego para compensar a renda obtida pelos homens. O efeito disso é um certo encolhimento das taxas de atividade masculinas e, correspondentemente, um aumento mais elevado das taxas de atividade femininas.

As persistentes taxas mais elevadas de desemprego feminino podem ser explicadas, pelo menos em parte, através desses mecanismos que alteram a estrutura ocupacional segundo o sexo. Sugere-se, pois, que o aumento do nível de ocupação feminina esteja fortemente relacionado com a expansão das ocupações com rendimentos mais baixos. A feminização das ocupações e sua precarização econômica estariam fortemente relacionadas. Ainda assim, os homens continuariam ocupando os postos de trabalho mais qualificados e melhor remunerados, implicando, pois, para eles, níveis de instabilidade e rotatividade menores. Nesse sentido, as relações de gênero seriam elementos fortemente estruturadores do mercado de trabalho, estando na base das taxas de desemprego femininas mais elevadas.

Os dados sobre a evolução da população não economicamente ativa (PNEA) constituem a outra face desse mesmo fenômeno. No período de 1991 a 2000, o crescimento médio destes inativos esteve abaixo do crescimento da população em idade ativa, o que implica uma maior pressão sobre o mercado de trabalho. Especificando essa análise por sexo, percebe-se, na verdade, que tal pressão é decorrente de uma redução da inatividade entre as mulheres. Ao longo do período indicado, a população inativa de mulheres reduziu-se levemente, o que é surpreendente. A população masculina apresenta a tendência inversa. O crescimento da inatividade masculina, conseqüentemente, esteve muito acima do crescimento da inatividade média, isto é, teve um incremento de mais de 20%.

Estes dados sobre o movimento entre atividade e inatividade em Pelotas revelam que as relações de gênero são decisivas para explicar as transformações recentes no mercado de trabalho. Observe-se mais alguns dados sobre o mercado de trabalho local.

Segundo o IBGE, em 2000, Pelotas contava com uma população economicamente ativa de 152.096 pessoas. Destas, 125.768 estavam ocupados e 26.328 desempregadas. Naquele ano, a taxa de desemprego aberto em Pelotas foi de 17,3%.

Os dados da Tabela 20 mostram que as mulheres constituem 46% da população economicamente ativa, o que expressa o persistente crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos 30 anos. Em 1991, elas representavam 38,4% da população ativa.

Tabela 20 - População economicamente ativa, população ocupada e população desempregada, por sexo. Pelotas, 2000.

Natureza da População	População					
	Homens		Mulheres		Total	
	Nº	%	Nº	%	nº	%
PEA	85.247	56,0	66.849	44,0	152.096	100
População Ocupada	72.843	57,9	52.925	42,1	125.768	82,7
População Desocupada	12.404	47,1	13.924	52,9	26.328	17,3

Fonte: IBGE, censo de 2000.

A distribuição da população, segundo o sexo, na ocupação e no desemprego mostra, no entanto, uma maior vulnerabilidade das mulheres no mercado de trabalho. Mesmo sendo minoria na população economicamente ativa (46%), as mulheres são maioria entre os desempregados. O número de mulheres desempregadas (13.924) é maior que o número de homens (12.404), as primeiras representando quase 53% da população desempregada.

A taxa de desemprego feminino chega a 20,8%, enquanto que a masculina permanece em 14,55%. Tais dados revelam que a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho tem como contrapartida uma maior vulnerabilidade em relação aos homens. Tal vulnerabilidade não se expressa apenas pelas mais elevadas taxas de desemprego, mas também pelas condições de participação na própria ocupação. Veja-se como isso ocorre no mercado de trabalho de Pelotas.

A Tabela 21 mostra a distribuição da população ocupada pela natureza do trabalho e pela existência ou não de proteção previdenciária. A categoria dos trabalhadores assalariados ou empregados, aí incluídos os servidores públicos, representa 53,6% da população ocupada de Pelotas. Trata-se de um nível de assalariamento muito baixo. Dentre esses trabalhadores assalariados, 21,2% não possuem nenhum tipo de proteção previdenciária.

Tabela 21 – População ocupada segundo a natureza da ocupação e a proteção previdenciária, por sexo, Pelotas, 2000.

	Homem		Mulher		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
1) Empregados	**41.959**	**57,6**	**26.141**	**49,4**	**67.447**	**53,6**
- Com carteira	27.056	37,1	16.638	22,8	43.694	34,7
- Sem carteira	10.719	14,7	5.568	10,5	16.286	13,0
. Não contribuem	9.546	13,1	4.778	9,0	14.324	11,4
- Servidores públicos	**3.531**	**4,8**	**3.935**	**7,4**	**7.466**	**5,9**
2) Emprego doméstico	**652**	**0,9**	**10.557**	**19,9**	**11.209**	**8,9**
- Com carteira	380	0,5	5.486	10,4	5.867	0,00
- Sem carteira	272	0,4	5.071	9,6	5.343	4,3
. Não contribuem	236	0,3	4.649	8,8	4.884	3,9
3) Empregadores	**3.000**	**4,1**	**1.211**	**2,3**	**4.211**	**3,4**
- Contribuem	2.490	3,4	1.022	1,9	3.511	2,8
- Não contribuem	511	0,7	189	0,4	700	0,6
4) Conta própria	**25.738**	**35,3**	**10.862**	**20,6**	**36.600**	**29,1**
- Contribuem	9.207	12,6	3.578	6,8	12.784	0,00
- Não contribuem	16.531	22,7	7.284	13,8	23.816	18,9
5) Não remunerados	**1.620**	**2,2**	**3.525**	**6,7**	**5.145**	**4,1**
6) Prod. consumo próprio	**525**	**0,7**	**630**	**1,2**	**1.155**	**0,9**
Total	**72.843**	**100,0**	**52.925**	**100,0**	**125.768**	**100,0**

Fonte: IBGE, censo demográfico de 2000.

A maior parte dos trabalhadores precarizados, concentram-se nas categorias de empregados domésticos e trabalhadores por conta própria. Dentre estes últimos, está a maior parte dos trabalhadores que atuam na informalidade. Os trabalhadores por conta própria representam 29,1% da população ocupada. Dentre esses trabalhadores, 65% não possuem

proteção legal, não contribuindo para a previdência social. Os empregados domésticos constituem 8,9% da população ocupada e, dentre esses trabalhadores, 43,6% não têm proteção previdenciária.

Somando-se esses trabalhadores sem proteção àqueles não remunerados e que produzem apenas para o próprio consumo, obtem-se um total de 49.324 trabalhadores atuando em condições de extrema precariedade. Tal contingente representa 39,2% da população ocupada de Pelotas. Se a esse contingente somarmos a população desempregada (26.328), teremos um total de 75.652 pessoas vivendo em uma situação de absoluta vulnerabilidade no mercado de trabalho, o que representa 49,73% da população economicamente ativa. Este apresenta-se, pois, como um importante indicador da elevada precariedade do mercado de trabalho local.

Tais condições de precariedade sugerem a existência de uma situação real ou potencial de de privação de trabalho que, com freqüência, não é captada pelas pesquisas oficiais. Os dados de uma pesquisa realizada pelo DIEESE em Pelotas e seu entorno, utilizando a metodologia da Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED, indicam claramente a existência de uma privação de trabalho subestimada na metodologia do IBGE. Esta pesquisa foi realizada no trimestre de setembro a novembro de 2006, englobando os municípios de Pelotas, Rio Grande, Capão do Leão, São Lourenço do Sul, São José do Norte, Arroio do Padre e Turuçu. Essa região foi denominada de Aglomerado Urbano Sul.

Segundo os dados dessa pesquisa, a população economicamente ativa dessa região contava com 286 mil pessoas, em 2006, 133 mil do sexo feminino e 153 mil do sexo masculino. As mulheres perfaziam, portanto, 45,6% da população ativa. Com uma população em idade ativa de 539 mil pessoas, a taxa de atividade registrada foi de 53%, sendo de 61,7% para os homens e 45,6% para as mulheres.

Tabela 22 – Taxas de desemprego, total, aberto e oculto, e número de desempregados no Aglomerado Urbano Sul, 2006.

Taxas de desemprego	%	Nº desempregados
Taxa total de desemprego	20,8	59 mil
Taxa de desemprego aberto	13,0	37 mil
Taxa de desemprego oculto	7,8	22 mil
Taxa de desemprego oculto pelo trabalho precário	5,4	15 mil
Taxa de desemprego oculto pelo desalento	2,4	7 mil

Fonte: DIEESE, PED, 2007.

Conforme a Tabela 22, desse total de pessoas ativas economicamente, foram identificados 59 mil desempregados, 37 mil em situação de desemprego aberto e 22 mil em situação de desemprego oculto. A taxa total de desemprego foi de 20,8%.

Tratam-se de taxas de desemprego bastante elevadas, o desemprego aberto ficando em 13% e o desemprego oculto em 7,8 %. A taxa de desemprego oculto representa 60% da taxa de desemprego aberto. No total, são 22 mil pessoas em situação ou de desalento ou de realização de um trabalho precário, segundo os critérios da PED. Tem-se aí, um importante indicador de subestimação da privação de trabalho na região pela metodologia oficial.

As taxas de desemprego na região de Pelotas expressam também as fortes desigualdades nas relações sociais. As taxas de desemprego femininas são bem mais altas que as masculinas. A taxa de desemprego total das mulheres foi de 25,2%, enquanto que a dos homens foi de 16,9%. Isto é, a taxa feminina é quase 50% superior à masculina.

É marcante também a diferença entre as taxas de desemprego quanto à cor da pele. A taxa de desemprego total dos não brancos é de 28,8%, enquanto que a taxa dos brancos é de 18,8%. Neste caso, a diferença é ainda maior que aquela entre homens e mulheres, atingindo um patamar de 53%.

As taxas de desemprego também são diferenciadas em relação à idade. Os jovens entre 18 e 24 anos de idade são aqueles que possuem as taxas mais elevadas. A taxa de desemprego total desses jovens atinge 37,5%. Essas taxas vão declinando com o avançar da idade. Para os adultos de 25 a 39 anos de idade, a taxa de desemprego total é de 19,6% e para os indivíduos com 40 anos ou mais, a taxa é de 12,8%. Essa redução das taxas de desemprego na medida em que a idade avança pode ser explicada pela redução da taxa de atividade entre os grupos mais velhos. Para estes últimos, a taxa de atividade é de apenas 50,2%. Para os jovens, a taxa de atividade é de 67,2% e para os adultos é de 78,5%. Essa inatividade dos indivíduos de 40 anos ou mais pode estar mascarando, por isso, formas veladas de privação de trabalho, não captadas nem mesmo pela metodologia PED.

Em relação ao nível de escolaridade, as taxas de desemprego apresentadas por essa pesquisa são também bastante reveladoras, pois as diferenças entre as taxas dos indivíduos mais escolarizados e os menos escolarizados não são muito expressivas. Para os indivíduos com o nível fundamental incompleto, a taxa de desemprego total é de 22,7%. Para aqueles indivíduos portadores do nível fundamental completo ou do médio incompleto, essa taxa é de 25%. Finalmente, para os indivíduos com o ensino médio completo ou o superior incompleto, essa taxa é de 19,2%. Neste caso, pode-se estimar que, nesta região, a escolaridade não é um fator

significativo de proteção, pelo menos não tanto quanto habitualmente se espera. O desemprego tende a se generalizar entre todos os grupos de escolaridade. Como a amostra da pesquisa não comportava a desagregação para o grupo com o nível superior completo, torna-se difícil estimar a relação entre desemprego e nível de formação superior. Provavelmente, as taxas de desemprego desse grupo também sejam altas, ainda que mais baixas do que as demais categorias. Mas é provável também que elas tenham crescido significativamente nos últimos dez ou quinze anos, como indicam os dados das pesquisas em outras regiões.

A pesquisa do DIEESE na região de Pelotas trás ainda uma série de indicadores que permitem captar as condições precárias do mercado de trabalho local. Como se observou acima, as relações de assalariamento atingem apenas 53,6% da população ocupada. Os trabalhadores autônomos e os trabalhadores domésticos, duas categorias marcadas por fortes traços de precariedade, representam, respectivamente, 29,1% e 8,9% do total da população ocupada. Dentre os assalariados, 70,9% estão ligados ao setor privado e 24,3% ao setor público, uma pequena parte deles não tendo sua origem identificada. Do conjunto dos assalariados ligados ao setor privado, 12,6% não possui vínculo formal de emprego. São empregados em situação de informalidade e de ausência de proteção previdenciária e trabalhista. Ainda vale registrar que, mesmo no setor público, a precariedade tem se ampliado, não apenas por causa dos baixos rendimentos, principalmente entre os servidores municipais e estaduais da administração pública, mas também devido às novas modalidades de contratação, cada vez mais freqüentemente sendo utilizadas aquelas de natureza temporária.

Finalmente, a pesquisa do DIEESE mostra que os níveis médios de remuneração na região são, em geral, baixos e fortemente diferenciados entre as diversas categorias de trabalhadores. A remuneração média registrada para o conjunto da população ocupada foi de R$ 768, em 2006. Os trabalhadores do setor público são aqueles que apresentam as médias de rendimento mais elevadas, atingindo R$ 1.376. A categoria mais penalizada é a dos trabalhadores domésticos, majoritariamente formada por mulheres, cuja média salarial é de apenas R$ 286. A média dos trabalhadores assalariados é de R$ 901, bem acima da média dos trabalhadores autônomos, que é de R$ 579. A média de rendimento dos trabalhadores assalariados do setor privado é, porém, um pouco mais baixa, atingindo R$ 723. Entre os trabalhadores assalariados sem carteira de trabalho assinada, essa média cai para R$ 458.

Em relação aos níveis salariais por setor da atividade econômica, nos serviços observam-se os rendimentos médios mais elevados, chegando a R$ 917. A indústria apresenta a segunda melhor média por setor, com rendimento médio de R$ 806. No comércio, essa média cai para R$

691 e na construção civil para R$ 660. Como se afirmou anteriormente, os serviços domésticos apresentam a menor média de rendimento, de apenas R$ 286.

A pesquisa do DIEESE não apresenta dados referentes à parcela da população ocupada com rendimentos abaixo de um salário mínimo. Nestes termos, os dados mais atuais são aqueles fornecidos pelo Censo Demográfico de 2000. Assim, segundo o IBGE e tomando como abrangência o município de Pelotas, constata-se que 26,1% da população ocupada naquele ano ou tinha um rendimento inferior a um salário mínimo ou não tinha nenhum rendimento. Trata-se de uma parcela da população ocupada em condições de extrema precariedade. Constata-se, ainda, pelos dados do Censo daquele ano, que a população cujos rendimentos não ultrapassavam dois salários mínimos atingia um total de 54,7% dos ocupados naquele ano. São números extremamente reveladores de um mercado de trabalho marcado por formas e relações de trabalho extremamente precárias e acompanhadas, provavelmente, de formas também peculiares e invisíveis de privação de trabalho.

Na terceira parte desta investigação, ao analisarem-se as experiências biográficas, procurar-se-á melhor identificar em que consistem essas diversas formas e experiências de privação de trabalho.

CONCLUSÕES DA PARTE II

No Brasil, a heterogeneidade das formas, relações e representações do trabalho e da privação de trabalho acarretam ambigüidades e tensões no processo histórico e institucional de emergência da categoria desemprego. Esse processo é marcado por modos de categorização diversos, às vezes antagônicos entre si, que emergem no seio das instituições encarregadas de tratar e medir o fenômeno do desemprego. Do ponto de vista da dinâmica histórica, é a partir dos anos oitenta e, particularmente, a partir dos anos noventa que o "desemprego" surge na sociedade brasileira como um problema social dotado de visibilidade pública.

Essa emergência é, pois, sobretudo, aquela de uma forma específica e de um modo peculiar de categorização da privação de trabalho que corresponde à norma oficial do desemprego. No entanto, esse processo mostra-se tenso e ambíguo porque a privação de trabalho é constituída também a partir da referência às formas de trabalho instáveis, precárias, domésticas ou não remuneradas. Modos periféricos de categorização da privação de trabalho podem surgir a partir desse quadro no qual o "trabalho" como categoria social e econômica significativa estende-se muito além do emprego assalariado, estável ou instável.

Em relação às políticas públicas de emprego, observa-se um processo de categorização do desemprego que procura dar conta da heterogeneidade das formas e relações de trabalho no Brasil e das tensões daí decorrentes. A política de proteção dos desempregados através do seguro-desemprego, tal qual se encontra desenhada, expressa uma diversidade de registros e lógicas que vão da norma do emprego à "norma" do trabalho instável. Essa política é marcada tanto por uma "lógica do seguro", baseada na norma do desemprego oficial, através da qual procura-se estimular a empregabilidade dos trabalhadores e torná-los ativos na procura de emprego, como por uma "lógica da assistência", baseada na norma da privação de trabalho como vulnerabilidade social, através da qual procura-se assistir os desempregados como indivíduos pobres, sem escolarização e qualificação profissional. Deste modo, as próprias políticas de emprego fixam as ambigüidades e tensões que marcam o mundo do trabalho no Brasil. Neste termos, o desemprego é uma categoria social frágil, incerta, fluida, sem limites precisos, sem fronteiras definidas, incapaz de fornecer aos indivíduos um conjunto de referências seguras a partir das quais eles poder orientar suas percepções e representações sobre suas próprias condições de privação de

trabalho. O desemprego não se constitui, nesse caso, uma categoria identitária acessível aos indivíduos.

Em relação ao processo de categorização estatística, a situação não é muito diferente. A instabilidade das categorias "trabalho" e "desemprego" nas estatísticas oficiais, as próprias tensões e ambigüidades lingüísticas contidas nesse processo de categorização estatística (trabalho, ocupação, desemprego, desocupação, etc) revelam e expressam as tensões e ambigüidades acima referidas.

Deste modo, a instabilidade do emprego e a grande incidência de relações de emprego não regulamentadas produzem uma situação profundamente complexa em termos de mensuração do desemprego. As fronteiras entre o desemprego e o trabalho não são evidentes.[213] O processo de categorização social torna-se complexo e tenso. O modo de definir as propriedades fundamentais da realidade do trabalho, a maneira de captar e organizar os dados, os cortes temporais introduzidos, todas essas operações de categorização e classificação tornam-se problemáticas. Essas operações não são realizadas ao acaso, elas orientam-se em função de normas e representações específicas que legitimam os cortes produzidos e as classificações propostas.

Neste sentido, o IBGE, através de seus instrumentos metodológicos, partindo das normas e representações internacionais, privilegiou um conceito mais restrito de desemprego, evitando mesmo esse termo em relação àquele de "desocupação". Mesmo ampliando o conceito de trabalho, as operações de categorização do IBGE acabam classificando boa parte da população em condições precárias de trabalho na categoria de ocupados. Do mesmo modo, uma grande parte da população desencorajada é classificada como inativa. Os avanços na metodologia da PME permitem, no entanto, identificar esses grupos. O modo de categorização, porém, afasta-se daquele proposto pela PED, que, ao contrário, procura estender a categoria desemprego, utilizando o próprio termo "desemprego" para caracterizar essa diversidade de formas de privação de trabalho.

Todas essas divergências metodológicas não são, porém, meros problemas de nominação. A construção desses instrumentos e os resultados obtidos de suas aplicações supõem tensões e conflitos sociais ancorados em modos distintos de conceber o trabalho, o mundo social e a maneira como este deve ser organizado. Certamente, não há uma relação direta e mecânica entre

[213] Segundo Humphrey e Hirata (1989), "nos países do terceiro mundo, a falta de subsídios do Estado e a existência de um setor informal da economia tendem a tornar difícil a delimitação dos contornos entre o trabalho e o não trabalho. De um lado, é possível supor que aqueles que perdem um emprego não podem ficar durante muito tempo desempregados. De outro lado, o setor informal pode ser capaz de absorver os desempregados, uma vez que ele tem como características, ao mesmo tempo, o fato de ser facilmente acessível e de ser flexível." (p. 84)

esses processos sociais: as formas de categorização estatística e os conflitos sociais e políticos decorrentes de diferentes concepções de sociedade. O uso da noção de "desemprego oculto" ao invés daquele de "subocupação" tem, certamente, efeitos simbólicos distintos. São modos diferentes de categorizar a realidade do trabalho e da privação de trabalho, construídos a partir de concepções e representações que colocam em jogo a visibilidade/invisibilidade das diversas formas de privação de trabalho existentes no Brasil.

Essas formas categoriais e seus diferentes efeitos simbólicos – de maior ou menor visibilização/invisibilização das formas de privação de trabalho – não são apenas o resultado das relações sociais como relações de força (de classe, de gênero). Eles também constituem e podem mesmo contribuir para deslocar essas relações sociais e seus efeitos de distribuição do poder. É assim, por exemplo, que a categoria "desemprego oculto pelo desalento" dá visibilidade às condições de vida e trabalho das mulheres cujas atividades estão muito próximas da esfera doméstica e das condições de atividade oficialmente classificadas como "inativas".

Assim, essas categorias construídas a partir de referências sociais e normativas distintas têm um efeito simbólico significativo. Além do mais, as maneiras diversas de nominar a privação de trabalho no Brasil, tais como "desemprego", "subemprego", "desocupação", "subocupação", dentre outras, não são significativas apenas por seus efeitos simbólicos, mas porque podem constituir ou deixar de constituir as práticas efetivas dos atores sociais (individuais ou institucionais) no seu enfrentamento cotidiano do problema da privação de trabalho. É nesse momento prático que essas categorias ganham relevância social. Neste sentido, estima-se que essas "categorias oficiais", e mesmo aquela de "desemprego", não encontram expressão simbólica e identitária significativa entre os próprios trabalhadores, como veremos nos próximos capítulos. Sugere-se, pois, que o desemprego é uma categoria identitária frágil, a privação de trabalho não encontrando necessariamente meios simbólicos significativos de expressão, sobretudo entre as formas de trabalho mais instáveis e precárias.

Análise dos dados estatísticos sobre a evolução do mercado de trabalho no Brasil e nas regiões de Porto Alegre e Pelotas tornam possível evidenciar que sua estruturação é acompanhada pela presença de formas marcantemente precárias e instáveis de trabalho, o que permite também concluir que a privação de trabalho é um fenômeno extremamente extenso e marcante na sociedade brasileira. As variáveis como renda, escolaridade, formas de ocupação e proteção previdenciária evidenciam tal fenômeno, mostrando ainda as profundas desigualdades de classe, de gênero, de cor e de geração no mundo do trabalho. A vulnerabilidade de determinadas categorias sociais (mulheres, negros, jovens, velhos) expressam as assimetrias e as tensões das

relações sociais nas quais elas estão inseridas. A expansão da atividade feminina nas últimas décadas revela uma significativa transformação das relações sociais de classe e de sexo, de tal forma que se redefine profundamente o papel das mulheres na sociedade e no trabalho. Cada vez mais participativas na esfera profissional, as mulheres tornam-se também cada vez mais importantes no provimento dos grupos familiares, abalando a noção tradicional de que o indivíduo provedor é do sexo masculino. Nem por isso, as mulheres deixam de ser as principais protagonistas do trabalho e das responsabilidades domésticas. Estas transformações afetam significativamente a estruturação do fenômeno da privação de trabalho e do desemprego. Essas mudanças, porém, estão permeadas pela reprodução das tradicionais desigualdades de gênero que penalizam as mulheres no mercado de trabalho, tornando-as mais vulneráveis no trabalho, em sua privação e no desemprego.

O crescimento das taxas de desemprego no Brasil, primeiramente nos anos oitenta e, depois com mais força, ao longo dos anos noventa, expressa, pois, a extensão e a força do problema da "privação de emprego", forma específica de privação de trabalho que se torna significativa na realidade deste país a partir desse período histórico recente. É assim que os trabalhadores mais escolarizados, qualificados e estáveis são cada vez mais concernidos pelo problema do desemprego. É o que se denomina de novo desemprego. Até então, a privação de emprego ou desemprego era um fenômeno residual e sem importância. A privação de trabalho manifestava-se, porém, a partir de outros traços e características, estando historicamente associada aos fenômenos da pobreza, da marginalidade urbana e rural, da informalidade. Trata-se da velha questão do trabalho e da privação de trabalho no Brasil.

É assim que a emergência do desemprego é acompanhada também pela intensificação de outras formas de privação de trabalho, as chamadas subocupações, os subempregos, as formas ocultas e invisíveis de desemprego. Logo, a expansão dessas formas de privação de trabalho e a expansão do desemprego são as diferentes faces de um mesmo processo histórico de transformações no mundo do trabalho no Brasil que articulam, em seu bojo, a velha precariedade estrutural e a nova precarização do trabalho.

PARTE III – A DINÂMICA BIOGRÁFICA DO DESEMPREGO NO BRASIL: FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO

INTRODUÇÃO À PARTE III

Nesta terceira parte, pretende-se investigar o problema da privação de trabalho no Brasil em termos de dinâmica biográfica. Trata-se de deslocar a problemática de investigação, abordada anteriormente em termos de dinâmica histórica e de categorização institucional, para enfocá-la a partir das experiências dos atores individuais em suas trajetórias ocupacionais. Até o presente momento, o conceito de privação de trabalho serviu para mostrar as limitações e ambiguidades da categoria desemprego, aqui entendida como uma forma específica de privação de trabalho. A fluidez e as tensões inerentes ao problema das fronteiras do desemprego, que o distingue tanto da ocupação como da inatividade, estão diretamente relacionadas com a pluralidade de formas de privação de trabalho. Procura-se, pois, identificar essas formas de privação de trabalho tomando-se como objeto de investigação as experiências de trabalho e privação de trabalho de um grupo de indivíduos que constitui a amostra desta investigação.

O conceito de privação de trabalho é aqui utilizado como uma categoria analítica destinada a orientar a análise e interpretação dos dados de campo, particularmente os dados extraídos das narrativas individuais que relatam as trajetórias ocupacionais e as experiências de trabalho e de privação de trabalho. Nestes termos, essa privação não é suposta de antemão pelo dispositivo analítico. Procura-se apreender as categorias nativas dos atores individuais investigados, a partir das quais é possível identificar suas próprias definições de situação que são, elas mesmas, construídas e transformadas em suas trajetórias ocupacionais. Nestes termos, a categoria desemprego pode ou não ser uma categoria identitária mobilizada por esses atores sociais para definir suas experiências de privação de trabalho.

Ao mesmo tempo, essas experiências de privação de trabalho, e as definições de situação nelas implicadas, são analisadas como elementos constitutivos e constituintes das relações sociais de classe e de gênero. Pretende-se argumentar que essas relações estruturam o modo como as situações de privação de trabalho são vividas e categorizadas pelos atores individuais. Essas relações, portanto, estão na base da constituição dessas fronteiras entre trabalho, privação de trabalho e inatividade. É a partir delas que os atores retiram os recursos necessários para definir e categorizar suas condições de atividade e trabalho.

O conceito de privação de trabalho, porém, não se limita a operar como instrumento destinado a apreender as definições subjetivas de privação de trabalho dos atores individuais em suas trajetórias. Trata-se também de apreender as práticas desses atores que se situam em posições específicas no espaço social e nas relações sociais. Portanto, essas relações sociais, as posições ocupadas pelos atores no espaço social e as práticas sociais por eles empreendidas no sentido de obter e/ou preservar uma atividade econômica constituem elementos analíticos centrais a partir dos quais a privação de trabalho é apreendida. A privação de trabalho é, ela própria, uma situação e uma posição que os atores ocupam no espaço econômico, afetando as relações sociais e podendo ser a fonte de uma situação de vulnerabilidade devido à limitação de recursos materiais e simbólicos implicados nesta situação.

No capítulo 6, apresenta-se uma detalhada descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na construção, análise e interpretação das entrevistas biográficas. Pretende-se mostrar que as experiências de privação de trabalho situam-se no interior de um itinerário biográfico e de um contexto sócio-histórico. Por isso, propõe-se uma tipologia de trajetórias a partir das quais as experiências de trabalho e de privação de trabalho dos entrevistados são analisadas. Neste caso, esses tipos de trajetórias, as socialmente precárias e as não precárias, constituem-se em instrumentos analíticos destinados a reconstituir os aspectos mais gerais do contexto social no qual as experiências se desenrolam e podem ser interpretadas. Estima-se que em cada um desses tipos de trajetórias implicam os indivíduos em diferentes padrões de relação com o trabalho e, portanto, com a privação de trabalho. Finalmente, apresenta-se uma primeira descrição da amostra de entrevistados, em uma tentativa de identificar o perfil sócio-econômico e ocupacional dos mesmos.

No capítulo 7, analisa-se as trajetórias ocupacionais dos indivíduos marcados por uma elevada precariedade social, isto é, daqueles indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas. Procura-se traçar um perfil desses entrevistados, identificando aspectos recorrentes em suas trajetórias e experiências de trabalho e de privação de trabalho. Neste sentido, procura-se também apresentar uma tipologia de formas de privação de trabalho ou desemprego, capaz de expressar as especificidades das condições de vida, trabalho e privação de trabalho destes entrevistados. São apresentadas e analisadas, ainda, as experiências de privação de trabalho desses indivíduos, em uma tentativa de identificar suas próprias definições de suas condições de trabalho e de privação de trabalho, seus modos de categorização dessas experiências. Pretende-se, com isso, identificar e analisar o modo como essas experiências subjetivas constituem e são constituídas pelas relações sociais de classe e de gênero.

No capítulo 8, analisa-se as trajetórias ocupacionais dos indivíduos que possuem uma condição social mais favorável, apresentando um perfil diferenciado em termos sócio-econômicos e profissionais. Do mesmo modo que no capítulo anterior, pretende-se analisar as trajetórias e as experiências de trabalho e privação de trabalho destes indivíduos, identificando em que medida um maior controle de recursos materiais e simbólicos afeta as formas e experiências de trabalho e de privação de trabalho.

CAPÍTULO 6 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO NAS TRAJETÓRIAS OCUPACIONAIS: QUESTÕES METODOLÓGICAS

6.1. Introdução

Neste capítulo, apresenta-se uma detalhada descrição dos procedimentos metodológicos utilizados na constituição do campo de pesquisa e na análise e interpretação das trajetórias ocupacionais investigadas. Procura-se identificar e justificar os recursos, operações, técnicas e instrumentos de observação das experiências de privação de trabalho. Na medida em que remetem a dimensões objetivas e subjetivas da biografia de um indivíduo, a apreensão de tais experiências exige um conjunto de procedimentos de objetivação que formam o aparato metodológico utilizado na investigação. Pretende-se apresentar um dispositivo metodológico capaz de apreender essas experiências de privação de trabalho como processos sociais constitutivos e constituídos de relações sociais.

Neste sentido, procura-se identificar, inicialmente, um conjunto de procedimentos que permitem situar os espaços de relações sociais nos quais as experiências se desenrolam. Trata-se de situar os indivíduos investigados no mundo social, de traçar o perfil dos mesmos e do conjunto da amostra, enfim, de identificar o contexto no qual essas experiências podem ser adequadamente analisadas e interpretadas.

Na mesma direção, propõe-se uma série de procedimentos e instrumentos conceituais que permitem compreender as experiências de privação de trabalho como elemento constitutivo das experiências de trabalho. O conceito de trabalho, por isso, como viu-se no capítulo 2, remete não apenas ao trabalho remunerado, orientado em termos de mercado, mas às atividades destinadas à reprodução material dos indivíduos com todas suas repercussões simbólicas. Nesse sentido, o trabalho é tanto atividade prática, material, como atividade simbólica, significativa.

Ao final, apresenta-se uma tipologia de trajetórias ocupacionais, um quadro analítico e sintético a partir do qual pretende-se detalhar e aprofundar a análise e a interpretação das trajetórias ocupacionais e das experiências de privação de trabalho.

6.2. As experiências de privação de trabalho no espaço de relações sociais

As experiências de privação de trabalho serão analisadas, nesta pesquisa, a partir de 54 trajetórias individuais de trabalhadoras e trabalhadores no mercado de trabalho. Inicialmente definida como "*o desejo e a necessidade de obter e manter uma atividade econômica visando prover a sustentação material de um indivíduo ou grupo*", a privação de trabalho é aqui investigada de modo a identificar a maneira pela qual esses indivíduos experimentam tal privação. Trata-se, pois, de reconstruir as trajetórias ocupacionais desses indivíduos, suas experiências de privação de trabalho e o modo como essas experiências afetam e são afetas pelas relações sociais.

A noção de "*experiência*", aqui proposta, remete às dimensões objetiva e subjetiva do itinerário ocupacional desses atores sociais, referindo-se tanto às suas vivências, percepções e representações, como às suas práticas e atividades concretas, exteriorizadas nos atos e nas relações estabelecidas entre esses atores e seu mundo social (demais atores sociais, instituições sociais).

Nestes termos, estima-se que as experiências de privação de trabalho possam ser definidas e categorizadas de diferentes modos pelos atores individuais. Esses modos de categorização, sendo constitutivos de relações sociais, podem implicar níveis e graus diferenciados de definição dessa privação. A própria categoria desemprego pode ser mobilizada e constituir um modo específico de definir a privação de trabalho, fato que pode estar fortemente condicionado pela posição que os indivíduos ocupam em suas relações sociais.

Por todas essas razões, vale salientar que o desemprego é uma categoria social de entendimento da realidade social e individual. Não apenas uma categoria institucional, que se objetiva em definições e procedimentos estáveis, mas também uma categoria subjetiva, uma categoria nativa da linguagem do senso comum.[214] Reconhecer este fato, implica tentar identificar o modo, o processo e o contexto no qual esses atores mobilizam essa categoria para definir suas condições de atividade.

Os significados atribuídos a essa categoria e a maneira de utilizar um termo objetivo da linguagem comum – neste caso, o termo desemprego – não são unívocos. Esses significados podem variar de acordo com a posição social dos atores que mobilizam essa categoria e segundo o contexto em que é mobilizado. É preciso evitar, portanto, uma forma de pensamento

[214] Demazière, 1992, 2003.

substancialista, segundo a qual certas "palavras" correspondem a certas "coisas". Diferentes atores sociais não só podem utilizar o termo desemprego para expressar experiências distintas, diferentes formas de privação de trabalho, como podem mesmo expressar tais condições de privação de trabalho através de outras categorias de linguagem. Tal fato é, em si mesmo, sociologicamente relevante, pois a possibilidade e a capacidade dos atores sociais de expressarem e comunicarem suas experiências é reveladora dessas experiências. Não se trata aqui de supervalorizar a capacidade intelectual e reflexiva dos atores em relação ao desemprego e à sua definição, mas de reconhecer que essa possibilidade (de mobilizar certas categorias e definir certas situações e experiências) é socialmente condicionada, implicando uma distribuição desigual dos recursos materiais e simbólicos entre os atores sociais, o que significa uma distribuição desigual dos próprios atores no espaço social.

Na abordagem aqui proposta, trata-se, inicialmente, de reconhecer que essa privação de trabalho é, antes de mais nada, ressentida como tal pelos indivíduos, implicando um conjunto de práticas e de representações que se procura explicar sociologicamente. Neste sentido, pretende-se identificar em que medida diferentes atores individuais, apresentando atributos específicos e inseridos em contextos sociais particulares, estão implicados em diferentes maneiras de viver, perceber, ressentir, enfim, experimentar a privação de trabalho.

Para alcançar tal compreensão, realiza-se inicialmente um mapeamento dos espaços sociais ocupados pelos atores investigados. Trata-se de identificar o contexto da ação social e das definições de situação desses indivíduos, uma espécie de topografia social no interior da qual as experiências podem ser interpretadas pelo investigador. Nesse momento, as categorias analíticas adquirem um lugar central no processo de interpretação da realidade social, pois são elas que estabelecem interpretativamente as relações entre o espaço social e as experiências de vida dos atores sociais, seus mundos vividos. Este mundo vivido dos atores sociais, suas experiências de vida, suas definições de situação, enfim, o mundo social tal qual ele é vivivo e percebido está, pois, inscrito em um espaço de relações sociais que é analiticamente proposto. Nestes termos, as categorias analíticas do observador e as categorias nativas dos atores sociais articulam-se para que a interpretação sociológica seja construída.

Por isso, propõe-se um conjunto de variáveis – o momento objetivista, no sentido de Bourdieu (1990) – a partir das quais as experiências de privação de trabalho são analisadas e interpretadas. Tais variáveis são categorias analíticas, recortes operatórios iniciais a partir dos quais o investigador, ao mesmo tempo, supõe hipoteticamente e apreende uma certa ordem no mundo social, base das experiências dos atores sociais. Tais recortes podem ser modificados ou

remodelados ao longo da investigação. Dentre essas categorias ou variáveis, algumas são consideradas centrais no tratamento e interpretação dos dados investigados e serão utilizadas como critérios relevantes na apresentação dos resultados da investigação. Tais categorias são:

a) a **condição social** dos entrevistados. Esta variável expressa a condição de classe dos mesmos, isto é, a posição que ocupam no espaço social em termos de distribuição de recursos econômicos e simbólicos. Neste sentido, classifica-se os entrevistados em duas classes ou grupos fundamentais, os socialmente precários e os socialmente "não precários", a partir da hipótese de que essa clivagem de classe afeta de maneira central as experiências de desemprego. Vale insistir que, do ponto de vista metodológico, trata-se de um procedimento analítico inicial, um recorte operatório – neste caso orientado pela hipótese teórico-metodológica de que a condição de classe condiciona a experiência de desemprego – o que não invalida uma reformulação parcial ou completa do dispositivo analítico ao longo ou ao final da investigação.

b) o **sexo** dos entrevistados. Esta variável também é central na construção do dispositivo analítico, na medida em que permite apreender as práticas e representações em termos de gênero. Vale aqui registrar que sexo e gênero são noções teoricamente distintas. Neste caso, o "sexo", no sentido biológico do termo, é apenas um critério objetivo de classificação dos atores sociais investigados que serve de substrato para apreender suas práticas e representações em termos de gênero, isto é, para apreender suas "construções sociais e culturais" que atribuem diferentes papéis, valores e significados à participação de homens e mulheres na vida social. Assim, o sexo biológico – masculino ou feminino – é apenas um critério inicial de classificação que permite acessar e apreender as construções culturais e as relações sociais de gênero.[215]

[215] É importante não esquecer, neste caso, que a própria noção de sexo biológico em termos puramente duais – masculina x feminino – é uma construção social historicamente datada, uma categoria de percepção da realidade que contribui para organizá-la e compreendê-la, ainda que ela possa ser observada de forma praticamente universal na história humana recente. Tal universalidade, na verdade particular e relativa se considerarmos a longa experiência humana passada e futura inacessíveis ao conhecimento histórico e antropológico, não autoriza a dizer que é o substrato biológico que determina as representações de gênero. Ao contrário, sugere-se que são as representações duais de gênero, apoiadas em determinadas diferenças bio-sexuais (não necessariamente universais), que estão na base da dualização do corpo biológico e dos diferentes papéis e posições atribuídos a homens e mulheres no mundo social. A dualização dos corpos, sua distinção em masculino e feminino não constituem, portanto, um dado histórico preliminar. Ela é, ao contrário, um produto histórico, um tipo de resposta histórico-cultural mais ou menos universal para regular a função reprodutiva. Logo, não está inscrito na natureza e nos corpos biológicos sua diferenciação em termos duais, em masculino e feminino, como condição indispensável para a organização da vida social. Essa foi uma possibilidade histórica que se concretizou culturalmente a fim de distribuir determinadas funções sociais e psíquicas. Para melhor ilustrar este ponto de vista, basta dizer que se, historicamente, a função reprodutiva condicionou as diferenças, biológicas e culturais, entre homens e mulheres, nada nos faz crer que essas diferenças sejam imutáveis e que não possam ser modificadas ou eliminadas a partir de práticas e representações da função reprodutiva completamente distintas das conhecidas até hoje. As técnicas reprodutivas contemporâneas descobertas pela ciência podem ajudar a imaginar um tal cenário. Do ponto de vista histórico e cultural, nada garante que ser homem ou ser mulher continuará sendo uma diferença culturalmente relevante na organização do mundo social e

c) a **formação sócio-profissional** dos entrevistados. Trata-se, neste caso, de uma variável sintética que combina escolaridade e formação profissional, contribuindo para apreender os aspectos mais diretamente relacionados com a estruturação das diferentes oportunidades individuais no mercado de trabalho. Assim sendo, os indivíduos investigados foram classificados em quatro grupos em uma escala ordinal em termos de formação sócio-profissional: alta, média, baixa e muito baixa. Esta variável está fortemente combinada com a condição social. No entanto, ela permite fixar mais precisamente o olhar sobre determinados aspectos da vida social mais fortemente determinantes da situação dos indivíduos no mercado de trabalho, como, por exemplo, a escolaridade e a formação profissional. Portanto, a condição social ou de classe dos indivíduos é uma categoria mais geral e abstrata e a formação sócio-profissional uma categoria mais específica e concreta, o que a torna mais operacional na interpretação das experiências no mercado de trabalho.

d) tem-se ainda uma série de outras variáveis a partir das quais pode-se identificar o perfil dos entrevistados (idade, cor, situação conjugal[216]), sua condição familiar (posição no grupo familiar, chefia do grupo familiar, composição da família, número de filhos, todas variáveis que permitem apreender as relações sociais no interior do espaço familiar), sua condição ocupacional (ocupação anterior, natureza da ocupação, setor da atividade econômica, regularidade e estabilidade dos vínculos de trabalho, variáveis que permitem apreender as relações sociais a partir do espaço econômico, a condição de classe, a posição dos indivíduos na estrutura social) e sua condição no desemprego (condição de atividade, tempo de desemprego, número de desempregos na trajetória, seguro-desemprego, variáveis que remetem mais diretamente à compreensão das relações a partir da situação de privação de trabalho), entre outras variáveis relevantes e frequentemente utilizadas nas pesquisas sociais.

Os procedimentos analíticos acima propostos visam traçar um perfil completo das trajetórias que estão sendo investigadas e, a partir disto, construir uma tipologia das experiências de privação de trabalho capaz de oferecer uma compreensão das particularidades do mercado de trabalho brasileiro. Só então será possível avaliar o impacto combinado das relações de classe e das relações de gênero na constituição das experiências de privação de trabalho no Brasil. Nestes

---

psíquico. Tal clivagem "sexual" pode modificar-se ou mesmo desaparecer ou ainda tornar-se secundária, como em alguns casos o é a cor da pele, a idade ou a estatura dos indivíduos.

[216] Utiliza-se o termo "situação conjugal" e não "estado civil", na medida em que este último termo expressa apenas a situação legal do indivíduo e não a situação conjugal de fato. Assim, um indivíduo pode estar "solteiro" ou "separado" legalmente, mas vivendo em uma união estável de fato. Classifica-se, pois, este indivíduo como estando casado.

termos, será possível avaliar, ainda, em que medida estas experiências contribuem para condicionar, influenciar, modificar e/ou conservar tais relações sociais.

Logo, não se trata aqui de reduzir as experiências de privação de trabalho a certas coerções objetivas e exteriores, supostamente determinantes do comportamento individual e que impõem aos indivíduos uma condição particular de privação (de trabalho, de renda, de status social, de bem estar psicológico), a partir das posições que estes indivíduos ocupam nos diversos espaços sociais. Se, por um lado, pode-se afirmar que essas "posições" no espaço social (ser operário ou ser executivo; ser pai de família ou mãe solteira; ser um jovem diplomado ou um trabalhador idoso com qualificações tradicionais) condicionam o comportamento dos indivíduos e as experiências de privação de trabalho, por outro, pode-se argumentar também que essas posições não só não são as únicas determinações do comportamento, constituído de múltiplos condicionamentos, como estas posições não são fixas e estáveis, estando sempre deslocando-se no interior do espaço social. Neste sentido, as experiências de privação de trabalho e os eventos e acontecimentos nelas transcorridos são fatores que podem levar a um deslocamento, a uma re-significação ou mesmo a uma transformação profunda dessas posições e de seus respectivos papéis ou funções no espaço social.

Se, por um lado, não se pretende reduzir a explicação sociológica da privação de trabalho a uma dimensão puramente objetiva, a esses lugares e posições ocupados pelos atores no espaço social, evitando-se, assim, o risco de deduzir e imputar a ação e a intenção dos atores a partir dessas posições, por outro e inversamente, não se pretende reduzir a explicação sociológica a uma dimensão puramente subjetiva, como se a privação de trabalho implicasse apenas uma certa experiência particular do mundo social (fundamentalmente psíquica, individual), uma certa percepção e vivência que se expressa pelo discurso, pela linguagem, em uma perspectiva puramente "semântica" na apreensão das experiências do mundo social. Esse mundo não se resume aos sentidos e significados construídos pelos atores, às suas definições de situação. Neste caso, uma investigação sobre a privação de trabalho se esgotaria em uma espécie de "inventário" das percepções subjetivas e das formas de categorização do mundo realizada pelos atores sociais em condições de privação de trabalho.

Parte-se de uma perspectiva sociológica distinta. As percepções e definições que os indivíduos fazem do mundo são elementos constitutivos dos espaços de relações sociais. Esse conjunto de significados construídos pelos atores sociais em suas experiências, a partir dos "lugares" que ocupam e das "ações" que empreendem, contribuem para transformar ou conservar a ordem (material e simbólica) estabelecida. Isto significa que as subjetividades, as percepções e

representações dos atores são "dados sociológicos centrais" para compreender as mudanças, as lutas e as formas de ser sociais, não sendo, portanto, fenômenos meramente individuais, mas formas de percepção e interpretação do mundo compartilhadas coletivamente e decisivas para explicar esse mesmo mundo, as estruturas de relações sociais existentes.

Assim, na abordagem aqui proposta, pretende-se apreender as experiências de privação de trabalho em seus processos biográficos, enquanto atividade individual produzida em uma dinâmica particular, com os eventos, situações e relações que fazem a história de um indivíduo. Uma biografia é um itinerário ou uma parte de um itinerário de vida no qual um conjunto de eventos de desenrolam em um tempo e em um espaço individual e social. O papel ativo do indivíduo é essencial para compreender estas experiências de privação de trabalho e as mudanças objetivas e subjetivas ao longo desse itinerário, não sendo esta atividade individual um mero reservatório passivo das estruturas exteriores que, supostamente, fariam o indivíduo agir. Assim, "*a experiência aparece, certamente, como um momento no qual se experimenta o mundo exterior e se constitui o sentido de seus limites, mas também e inseparavelmente como uma atividade na qual se experimenta as capacidades que se formam e são exercidas, e na qual se constitui o sentido de ultrapassar esses limites*"[217]

Os indivíduos em relação, situados na história, são também os indivíduos que criam esta mesma história. Esse ator individual não é nem completamente livre, nem completamente determinado. "*O ator é evidentemente confrontado com as coerções de uma situação exterior ; mas, em sua ação, ele incorpora as determinações inerentes ao conjunto de sua própria experiência biográfica e de linhagem, às seus pertencimentos de classe, de sexo, de geração, às suas implicações em outros setores da vida social. A liberdade do ator, o que torna seu comportamento imprevisível, não supõe a possibilidade de escapar às determinações, tirando proveito das 'falhas' do sistema, da fluidez de suas regras, das 'zonas de indeterminação' que comportam toda organização. Não se age no vazio ; a liberdade não começa lá onde cessa o determinismo – sabe-se, aliás, o quanto a mais simples ação em estado de leveza supõe de artefatos... Não é a ausência mas a riqueza de determinações que, abrindo o campo de saídas possíveis, torna a ação imprevisível. Agir é determinar a opção real, transformando as 'causas' da ação, coerções e determinações, em recursos, razões, intenções.*"[218]

[217] *«... l'expérience apparaît certes comme un moment où s'éprouve le monde extérieur et se constitue le sens de ses limites, mais aussi et inséparablement comme une activité où s'éprouvent des capacités qui se forment à s'exercer, et où se constitue par là le sens du dépassement des limites. »* (Terrail, p. 21, 1995)

[218] *« L'acteur est évidemment confronté aux contraintes d'une situation extérieur ; mais il engage dans l'action les détermination inhérentes à l'ensemble de sa propre expérience biographique et lignagère, à ses appartenances de*

Portanto, na análise das entrevistas biográficas centradas nas trajetórias ocupacionais, procurou-se apreender as práticas e as representações dos atores sociais com relação às suas experiências de trabalho e de privação de trabalho.

A análise das trajetórias apresenta-se, primeiramente, como uma interpretação das práticas individuais e coletivas (do indivíduo entrevistado, de seu grupo familiar, dos empregadores, de sindicalistas, servidores públicos, enfim, de todos os atores envolvidos com a questão do desemprego e com o mundo dos desempregados) relatadas pelos entrevistados. Tais "práticas sociais" são tomadas como suporte objetivo de relações sociais mais estruturadas, constituindo-se em um elemento importante de reprodução ou transformação dessas relações. Não se trata, neste caso, de abstrair tais práticas das intenções manifestas pelos indivíduos, mas de reconhecer que essas práticas têm conseqüências não necessariamente previstas na ação e expressa na intenção dos atores.[219] Freqüentemente, a reprodução ou a transformação de determinadas relações sociais ocorre à despeito da intencionalidade manifesta pelos atores sociais em seus comportamentos.[220] Isto não significa que a mudança ou a reprodução ocorram independentemente das intenções dos atores sociais. Essas intenções precisam ser integradas ao quadro sociológico explicativo do objeto investigado, constituindo o campo de visibilidade no qual os atores se movem e definem suas ações e estratégias. No entanto, o que parece fundamental na noção de prática social, é a idéia de que a intenção dos atores individuais, sua capacidade reflexiva, é um dado sociológico insuficiente para explicar o mundo social, sendo por isso apenas um aspecto, ainda que fundamental, do quadro explicativo. Diferentes atores sociais que ocupam posições distintas no espaço social, controlando recursos materiais e simbólicos diferenciados, têm capacidades distintas de agir, conservar ou transformar a vida social. Essas diferentes posições implicam estruturas de oportunidades distintas e as ações levadas a cabo implicam impactos assimétricos sobre o mundo social. As ações e intenções dos atores sociais implicam e às vezes escondem um certo campo de possibilidades que, de maneira sistemática, precisa ser considerado na

---

classe, de sexe, de génération, à ses implications dans d'autres secteurs de la vie sociale. La liberté de l'acteur, ce qui rend son comportement imprédictible, ne tient pas à la possibilité d'échapper à ces déterminations, en tirant profit des 'failles' du système, du 'flou' de ses règles, des 'zones d'indétermination' que comporte toute organisation. On n'agit pas dans le vide ; la liberté ne commence pas là où cesse le déterminisme – on sait d'ailleurs combien la moindre action en état d'apesanteur suppose d'artefacts… Ce n'est pas l'absence mais la richesse des déterminations qui, en ouvrant le champ des issues possibles, fait l'imprédictible de l'action. Agir, c'est déterminer l'issue réelle en transformant les 'causes' de l'action, contraintes et déterminations, en ressources, raisons, intentions. » (Terrail, p. 22, 1995)

[219] Boudon, 1993.

[220] Bourdieu, 1982.

interpretação sociológica. É a partir desse campo de possibilidade que se pode vislumbrar toda força e realidade das estruturais sociais não imediatamente perceptíveis pelos próprios atores em suas interações concretas.

Por todas essas razões, é preciso não apenas inventariar as práticas sociais objetivas e as representações subjetivas narradas pelos atores sociais (com todas as limitações que tal método implica em termos de fidedignidade das informações, falhas e erros de memória, bloqueios morais, psicológicos ou políticos implicados na interação entre pesquisador e pesquisado), mas o modo como tais práticas e representações se associam, se articulam e se opõem. Nestes termos, a explicação sociológica não é a busca da coerência lógica entre práticas, representações e relações sociais, mas o diagnóstico das fissuras, das contradições, dos lapsos, das continuidades e descontinuidades entre essas dimensões da vida social.[221] Eis o paradoxo que exige que se distingüe as "práticas sociais" das "representações sociais" para além das meras "intenções" implicadas na ação social.

Ao mesmo tempo, as representações não podem ser vistas nem como "idéias prontas", expressas de forma lógica e coerente pelo ator em um dado momento de sua narrativa, o que pode levar ao risco de serem supervalorizadas, nem como um epifenômeno das práticas sociais, um dado descartável. As representações precisam ser lidas em seus diversos fragmentos, em seus contextos discursivos e sociais. Elas precisam ser integradas ao conjunto da narrativa, aos fatos, eventos e contextos aos quais os indivíduos fazem referência para que possam ser adequadamente interpretadas, para que se possa estabelecer com mais rigor a importância daquilo que está sendo falado. Essas representações são, pois, conjuntos mais ou menos organizados de idéias, valores e sentimentos reconstituídos e reelaborados pelos atores em suas narrativas.

Tais representações são, pois, reconstruídas a partir da narrativa estabelecida na situação de entrevista, isto é, no quadro de uma interação social específica entre o sujeito investigador e os sujeitos pesquisados, o que implica um contexto social específico, cheio de possibilidades e limites.

As entrevistas biográficas são, pois, instrumentos bastante heterogêneos, cujos resultados dependem, em grande parte, da disposição e da colaboração do entrevistado. Neste sentido, as próprias condições em que se realizam as entrevistas influenciam de maneira decisiva os resultados alcançados. Por isso, a apreensão das representações e das práticas dos atores sociais

[221] A despeito das boas intenções do assistencialismo mais pueril de um indivíduo de espírito bondoso e religioso que se indigna com a maldade, a corrupção e a má intenção de muitos homens poderosos, pode manifestar-se um extremo conservadorismo político-ideológico que contribui de maneira eficaz para a preservação de uma ordem social profundamente desigual, por ele mesmo freqüentemente denunciada.

em relação ao trabalho e à privação de trabalho não é nem homogênea e nem necessariamente comparável, variando o grau de profundidade e a qualidade das informações prestadas. A colaboração dos entrevistados exige condições ideais de interação (disponibilidade de tempo, empatia, confiança, sensibilidade ao tema e problemas investigados) que muitas vezes não se consegue em dadas situações de entrevista.

Por isso, apenas um conjunto mais limitado de entrevistas puderam ser exploradas plenamente como fonte rica de informações capazes de revelar toda a complexidade das práticas e representações dos entrevistados em suas experiências de trabalho e de privação de trabalho. Vale ressaltar, porém, que a totalidade dessas entrevistas constituiu-se em um rico mecanismo de produção de informações sobre aspectos objetivos da trajetória ocupacional dos atores sociais investigados.

A heterogeneidade dos resultados obtidos na realização destas entrevistas permite afirmar, pois, que, em muitos casos, conseguiu-se apenas uma boa descrição das trajetórias ocupacionais e uma identificação do perfil dos entrevistados. Em outros, conseguiu-se descrições mais detalhadas das práticas sociais dos atores e de seus familiares no enfrentamento das experiências no mercado de trabalho. E, finalmente, em um grupo mais reduzido de narrativas (cerca de quinze a vinte entrevistas) ultrapassou-se a mera descrição das práticas no âmbito do mercado de trabalho, avançando na apreensão das relações familiares e permitindo apreender mais profundamente as representações dos atores sociais, sua percepções mais finas, seus sentimentos mais profundos. A apresentação dos resultados da investigação não poderá fugir, portanto, aos limites impostos pela heterogeneidade deste instrumento metodológico em termos de quantidade e qualidade das informações obtidas.

6.3. As experiências de privação de trabalho nas experiências de trabalho

Na medida em que a análise foi avançando, passando-se do relato dos aspectos mais objetivos aos mais subjetivos e na medida em que a qualidade das informações e depoimentos prestados o permitiram, procurou-se mergulhar mais detidamente nos significados mais profundos das experiências de trabalho e de privação de trabalho dos entrevistados. Assim, na análise das entrevistas, procurou-se identificar, quando possível, os “eixos” fundamentais da narrativa dos indivíduos e os “eventos” principais apresentados por eles.

Um “eixo” constitui um objeto ou um conjunto de objetos em torno dos quais a narrativa se organisa. Os indivíduos narram seus percursos a partir dos significados que eles constróem desses objetos. Esses objetos mobilizados e o modo de mobilizá-los e de colocá-los em relação têm um papel importante na análise da narrativa e na interpretação dos fatos. Esses eixos se definem em função da subjetividade individual que reconstrói o percurso segundo uma lógica própria. A interação do pesquisador com o entrevistado tem um papel central na definição desses eixos, na medida em que o tema da entrevista é proposto pelo primeiro, na forma de uma entrevista temática. No entanto, o mais importante na análise da narrativa é identificar o modo como esses eixos se apresentam e se articulam e como novos eixos são propostos pelos entrevistados sem a incitação do pesquisador.

Os eventos narrados pelos entrevistados são os fatos singulares capazes de condicionar o percurso, de definir sua direção e de lhe atribuir um sentido. Assim, procurou-se compreender quais são os eventos relevantes na trajetória dos entrevistados e o modo como eles impregnam e orientam suas biografias.

A “narrativa”, pois, é constituída por um conjunto de “eventos” narrados em torno de certos “eixos”. A partir desses “eventos” e desses “eixos”, pode-se apreender as práticas e representações dos atores sociais enquanto processo de produção, reprodução ou transformação, das relações sociais. A apreensão dessas práticas e representações é realizada, portanto, tendo como referência o itinerário biográfico do indivíduo, o que permite situar o contexto particular no qual essas práticas e representações são apresentadas.

No caso desta investigação, tratou-se de apreender aquelas práticas e representações significativas na constituição das relações sociais de classe e gênero. Assim, pode-se afirmar que as relações sociais apresentam uma dinâmica microssociológica e subjetiva que é possível compreender através da análise de uma dinâmica biográfica narrada pelo indivíduo em seu discurso. Nestes termos, o conceito de “relação social” apresenta-se como uma categoria sociológica mais ampla e abstrata que se articula com os conceitos de “práticas sociais” e de “representações sociais”, sociologicamente mais concretas e mais operacionalizáveis empiricamente, passíveis de serem apreendidos objetivamente através das narrativas dos indivíduos interpelados no quadro de uma entrevista sociológica.

Nestes termos, o conjunto de práticas e representações de um indivíduo constituem sua “relação subjetiva com o mundo social” que, por sua vez, orienta sua ação social neste mesmo mundo. Esta relação subjetiva com o mundo – seja com o trabalho, com a privação de trabalho ou com qualquer outro objeto de referência – não é imediatamente acessível à observação empírica,

ela é reconstruída pouco a pouco, como em um quebra-cabeças ou em uma escavação arqueológica, a partir de fragmentos que vão sendo apresentados e reconstituídos gradativamente, reconstruindo-se um todo que nunca é, porém, definitivo, estável, mas hipotético, provável. Essa relação subjetiva com o mundo é ela própria fragmento de relações sociais mais amplas e estruturadas, constituindo e sendo constituída por essas relações sociais que estão na base da explicação sociológica aqui proposta.

Assim, supõe-se a hipótese de que uma relação subjetiva com a privação de trabalho é, antes de mais nada, condicionada por uma relação particular com o trabalho, tanto remunerado como doméstico. Ao mesmo tempo, essa relação com a privação de trabalho constitui e é constituída pelas relações sociais de classe e de sexo.

No que diz respeito ao espaço econômico e profissional, a "relação com o trabalho remunerado" pode se apresentar primeiramente como uma relação à atividade laboral, manual ou intelectual, fonte de prazer e satisfação, o que se denomina de *relação ao ofício*. Esta relação ao ofício implica evidentemente uma relação consigo mesmo, na qual o indivíduo organiza uma certa definição de seu eu, de seus talentos, de sua vocação, de seus desejos, de sua personalidade.

Essa relação com o trabalho remunerado pode se apresentar em seguida como uma "relação à atividade remunerada" como fonte de reconhecimento social, de um status reconhecido, de um lugar ou posição no mundo social, que se chamará simplesmente de *relação ao status*. Neste caso, o trabalho é o lugar no qual o indivíduo é reconhecido por outrem e se sente reconhecido. Essa relação ao status é evidentemente uma relação aos outros, ao conjunto de expectativas que o indivíduo e os outros têm de seu trabalho ou de sua condição de desempregado. Nas narrativas dos entrevistados, as expectativas dos outros são na verdade aquelas que os entrevistados supõem que os outros tenham a respeito de si mesmos. Dadas as limitações do dispositivo de observação, a interpretação dos outros é, antes de mais nada, uma suposição dos próprios entrevistados : o que eles pensam que os outros pensam. Tais suposições não são, porém, sem importância. Ao contrário, elas orientam as práticas e representações desses indivíduos.

Além disso, a "relação com o trabalho remunerado" pode se apresentar, ainda, como uma *relação à atividade autônoma e à sociabilidade* enquanto fonte de independência, de autonomia individual e de sociabilidade. Neste caso, os indivíduos trabalham não porque dele possam tirar prazer e satisfação ou o reconhecimento de um status, de uma posição que se ocupa no mundo social. O trabalho remunerado torna-se fonte de relações, de trocas, de laços sociais, representando para os indivíduos que trabalham um espaço de "autonomia", uma fonte de

sociabilidade e satisfação. Certamente, o rendimento é um fator decisivo na produção dessa autonomia e satisfação. O modo de obtê-lo, porém, revela-se importante, pois remete à capacidade que sente o indivíduo de se fazer independente, de produzir seu próprio rendimento, independentemente de sua grandeza econômica. Nestes termos, o trabalho é o espaço social no qual o indivíduo pode se tornar autônomo, reconhecendo-se como pessoa independente. Essa construção cultural tem sido central nas sociedades modernas no que se refere aos sentidos do trabalho.

Finalmente, o trabalho pode ser simplesmente uma fonte de satisfação das necessidades econômicas do indivíduo e de seu grupo familiar. Neste caso, o indivíduo trabalha para sobreviver ou para reproduzir-se materialmente. Sua relação com o trabalho torna-se uma *relação puramente instrumental.* O trabalho não passa de um meio para a obtenção de recursos econômicos. Esta situação aplica-se tanto aos indivíduos que estão no limite da sobrevivência, precisando trabalhar para se alimentar, por exemplo, como aos indivíduos que, mesmo tendo uma situação econômica confortável, sentem-se compelidos a trabalhar para manterem ou ampliarem essa condição econômica. Em um caso como no outro, o trabalho remunerado torna-se um "meio". A finalidade está fora do trabalho, está nos recursos materiais obtidos pela atividade produtiva.

Vale registrar que essa tipologia de relação com o trabalho é puramente conceitual, constituindo-se em tipos ideais no sentido weberiano do termo, isto é, são instrumentos conceituais destinados a apreender e interpretar a realidade. Na maior parte dos casos, estes sentidos estão misturados e se confundem de maneiras diversas na realidade concreta. O modo, no entanto, como estes sentidos aparecem e se combinam pode estar fortemente estruturado pelas relações sociais de classe ou gênero. É o que se tentará identificar mais adiante.

A relação subjetiva que um indivíduo estabelece com sua situação de privação de trabalho está, pois, amplamente estruturada pela relação subjetiva que esse mesmo indivíduo estabelece com o trabalho remunerado. Esta relação com o trabalho remunerado, por sua vez, está condicionada pelas relações sociais de classe e de gênero que estruturam uma distribuição diferencial de recursos materiais e simbólicos. Tal distribuição diferencial de recursos se reflete no acesso também diferencial à ocupação econômica no mercado de trabalho. Assim, variáveis importantes na identificação das oportunidades ocupacionais como nível de escolaridade e nível de formação e qualificação profissionais estão fortemente condicionadas pela posição ocupada pelo indivíduo na estrutura sócio-econômica. Estas variáveis podem ser lidas como o efeito dessa desigual distribuição de recursos materiais e simbólicos no mundo social.

Pode-se estimar, hipoteticamente, que uma **forte relação com o trabalho remunerado**, seja à atividade laboral enquanto tal – manual ou intelectual – fonte de prazer e de satisfação (*relação ao ofício*), seja à atividade laboral enquanto fonte de reconhecimento social, de um status social reconhecido (*relação ao status*), seja ainda à atividade laboral como fonte de autonomia, independência individual ou de laços de solidariedade e de sociabilidade (*relação à atividade autônoma e à sociabilidade*), seja, finalmente, à atividade laboral como satisfação das necessidades econômicas e materiais (*relação instrumental ao trabalho*), enfim, em todos esses casos uma forte relação com o trabalho implica o indivíduo em uma forte relação com a privação de trabalho que, face a isso, poderá estar marcada por uma situação de forte sofrimento. Para cada um desses sentidos acima evocados, a privação de trabalho pode significar a privação, ainda que parcial ou transitória, de uma, de algumas ou de todas aquelas dimensões subjetivas implicadas na experiência de trabalho.

Conseqüentemente, por ocasião de uma frágil relação com o trabalho, estima-se que a privação de trabalho não implicará os indivíduos em uma situação de sofrimento, pois levará menos intensamente o indivíduo a sentir-se privado daqueles aspectos acima evocados. No limite, um indivíduo sem um trabalho remunerado pode mesmo não sentir-se privado de trabalho.

Quanto mais forte – material ou simbolicamente – for a relação que um indivíduo estabelece com seu trabalho, no que se refere a cada uma dessas dimensões propostas, mais forte será o sofrimento experimentado no desemprego. Enfim, o sofrimento no desemprego varia segundo a intensidade e a extensão das dimensões materiais e simbólicas mobilizadas pelo indivíduo em sua relação ao trabalho. Porém, estima-se também que quanto mais fortes forem os recursos – materiais ou simbólicos – de que dispõem os indivíduos, maiores serão as oportunidades de encontrarem alternativas às suas condições de privação de trabalho.

A relação subjetiva que o indivíduo estabelece com a privação de trabalho é igualmente estruturada pela relação que este mesmo indivíduo estabelece com o trabalho e o espaço domésticos. As relações sociais de gênero têm um papel fundamental neste caso. Estas relações de gênero estão na base da organização e distribuição dos papéis e responsabilidades de homens e mulheres no seio da família e na sociedade em geral. Assim, a posição do indivíduo no interior do grupo familiar contribui para estruturar as modalidade de inserção dos membros do grupo no mercado de trabalho. Estima-se que o(s) provedor(es) principal(ais) do grupo familiar – em geral um homem e, cada vez mais freqüentemente, também as mulheres – tende(m) a manter uma presença mais ativa no mercado de trabalho, ao contrário de outros membros do grupo familiar – em geral mulheres e jovens – que são chamados a cumprir determinadas funções internas em

termos de distribuição do trabalho e das responsabilidades domésticas ou que cumprem apenas secundariamente o papel de provedor.

Esta relação ao espaço doméstico pode se mostrar mais ou menos coercitiva, tendo um efeito positivo ou negativo, conforme as circunstâncias, em relação à experiência de privação de trabalho. O trabalho doméstico constitui-se em uma atividade laboral no sentido pleno do termo, exigindo disponibilidade de tempo e habilidades para a sua execução. As estratégias e modalidades de partilha e distribuição do trabalho doméstico no interior do grupo familiar ou de sua substituição por bens ou serviços comprados no mercado – segundo os recursos materiais disponíveis pelo grupo familiar – condicionam o grau de disponibilidade de homens e mulheres para o trabalho remunerado. Em geral atribuído às mulheres, o trabalho doméstico pode estruturar de maneira direta a experiência de privação de trabalho.

Assim, uma relação coercitiva com o trabalho doméstico pode estar na origem de uma experiência particular de privação de trabalho. As obrigações contraídas nesse espaço podem contribuir para prolongar o tempo de desemprego, uma vez que o tempo consagrado ao trabalho doméstico é um tempo em concorrência com o tempo consagrado seja ao trabalho remunerado seja à procura de trabalho. As práticas relativas à organização e distribuição das responsabilidades domésticas informam, portanto, algumas condições objetivas nas quais a experiência de desemprego se desenrola, segundo uma certa divisão sexual do trabalho. Essas coerções decorrentes do trabalho doméstico podem ter efeitos subjetivos distintos, podendo gerar um sentimento de "sofrimento", de "isolamento", de "prazer" ou "desprazer" ou ainda uma sensação de "dever' a ser cumprido segundo uma multiplicidade de condições e relações no âmbito do trabalho remunerado e do trabalho doméstico.

Na análise dos itinerários ocupacionais procura-se, pois, captar os sentidos das experiências de privação de trabalho em um determinado momento para esses indivíduos, face a essas modalidades de relações subjetivas que os mesmos estabelecem com o trabalho (remunerado ou doméstico). Presume-se que os sentidos veiculados pelos discursos dos entrevistados estão relacionados e condicionados pelas relações sociais nas quais esses indivíduos se inscrevem. Esses sentidos e essas relações não são acessíveis de forma imediata na narrativa. Eles são apreendidos a partir de fragmentos que são gradativamente organizados e interpretados pelo observador através das categorias analíticas.

Portanto, a análise aqui proposta em termos de uma dinâmica biográfica – inscrita ela mesma em uma dinâmica histórica mais ampla – permite apreender os sentidos das experiências de privação de trabalho para os atores sociais a partir dos eventos profissionais e familiares por

eles vividos em suas trajetórias. Ao mesmo tempo, ela permite apreender a produção e transformação das relações sociais a partir das práticas cotidianas dos atores sociais. Por isso, a análise de um conjunto de condições biográficas específicas – condição de classe, sexo, geração, situação familiar, condições ocupacionais – destina-se a apreender as relações sociais como um **processo de produção** e não como **estruturas dadas e fixas** no mundo social. As atividades cotidianas dos atores sociais constituem uma expressão viva desse processo constante de produção do mundo social.

6.4. A delimitação do campo de investigação : as trajetórias ocupacionais

A partir das entrevistas realizadas com trabalhadores e trabalhadoras, apresenta-se, a seguir, um perfil geral da amostra de entrevistados a fim de melhor caracterizar as condições sociais de vida desses indivíduos, mostrando aspectos referentes às suas condições de formação sócio-profissional, condição familiar, condições ocupacionais e, finalmente, condições de privação de trabalho. Trata-se, neste sentido, de uma primeira aproximação do objeto de investigação, qual seja, as experiências de privação de trabalho. Para tanto, os atores individuais investigados serão situados em seus **contextos sociais**, fazendo emergir um conjunto de **condições sociais** nas quais essas experiências adquirem sentido e as relações sociais são tecidas.

Ao todo foram analisadas cinquenta e quatro trajetórias individuais de homens e mulheres no mercado de trabalho. Com a grande maioria desses indivíduos, realizou-se apenas uma única entrevista, como estava previsto no plano metodológico inicial. Estas entrevistas foram realizadas no final de 1998 e início de 1999. Tendo em vista o andamento da análise, julgou-se pertinente a realização de uma segunda entrevista, o que foi realizado um ano depois, no final de 1999, com apenas oito entrevistados, devido às limitações de tempo e de recursos materiais e financeiros disponíveis. Estimou-se importante a realização desta segunda entrevista na medida em que ela permitiria não apenas buscar informações que não haviam sido prestadas na primeira entrevista, mas também recuperar e aprofundar dados, eventos ou percepções que mereceriam um tratamento analítico mais aprofundado. Os resultados dessas entrevistas foram extremamente positivos, trazendo um aporte significativo de novas informações e permitindo detalhar e investigar aspectos a respeito dos quais haviam ficado dúvidas ou pontos obscuros. Além do mais, o uso "longitudinal" deste instrumento metodológico, as entrevistas biográficas, permitiu não só acompanhar a evolução dessas poucas trajetórias ao longo daquele período, como

propiciou a observação de um interessante deslocamento dos pontos de vista dos entrevistados a respeito da privação de trabalho. Freqüentemente, estas entrevistas complementares foram realizadas em contextos ocupacionais ou familiares distintos daqueles observados na primeira entrevista, o que, ao deslocar as percepções dos entrevistados sobre suas experiências de privação de trabalho, enriqueceu significativamente o instrumento metodológico.

Trinta das cinqüenta e quatro entrevistas foram realizadas em Pelotas e vinte e quatro em Porto Alegre, ambas importantes cidades do Estado do Rio Grande do Sul, no extremo sul do Brasil. A limitação de recursos materiais e financeiros determinou a delimitação do objeto de pesquisa nesse âmbito geográfico, uma vez que o Brasil é um país continental, tornando impraticável a constituição de uma amostra representativa nacionalmente das especificidades regionais. Além do mais, o caráter essencialmente qualitativo dos procedimentos de análise dispensa a representatividade estatística da amostra.

Portanto, a experiência acumulada de pesquisa no sul do Brasil, mais especificamente no Rio Grande do Sul, Estado de origem do pesquisador, orientou tal recorte geográfico. Face ao interesse inicial em investigar as experiências urbanas de privação de trabalho, Pelotas e Porto Alegre foram escolhidas por serem importantes centros urbanos desse Estado, mesmo apresentando especificidades locais relativamente marcantes. Estas especificidades, já referidas anteriormente, contribuíram positivamente para a análise das experiências de privação de trabalho, ampliando o espectro de situações observáveis. Porto Alegre é a capital do Estado e um dos mais importantes centros industriais do Rio Grande do Sul e do Brasil. Nela observa-se a presença de atividades de ponta da economia brasileira, sobretudo na indústria, fortemente afetadas pela conjuntura econômica nacional e internacional da década de noventa e com importantes conseqüências sobre os níveis de emprego. Pelotas é um importante pólo regional, apresentando, no entanto, características distintas em termos de estrutura econômica e funcionamento do mercado de trabalho. Trata-se de uma região que apresenta uma economia mais tradicional, com empresas industriais marcadas por uma forte vinculação com o setor primário. Esse setor agroindustrial também foi fortemente afetado pelas transformações da economia brasileira a partir do início dos anos noventa, com um forte impacto sobre os níveis locais de emprego. Pelotas sempre apresentou também um setor terciário muito expressivo, tanto ligado às atividades mais modernas (setor financeiro, serviços públicos, empresas comerciais) como às atividades mais informais e precárias (comércio ambulante, pequenos prestadores de serviços, trabalhadores domésticos, trabalhadores de rua). Neste sentido, estimou-se que as duas cidades poderiam oferecer um leque importante de casos individuais a partir dos quais se poderia

fazer uma boa descrição e análise das experiências de privação de trabalho no Brasil, dando conta de trajetórias bastante heterogêneas.

Em relação à formação inicial da amostra, escolheu-se entrevistar indivíduos que estivessem à procura de trabalho junto às agências do Sistema Nacional de Emprego – SINE de Pelotas e Porto Alegre. A maior parte dos indivíduos que compõem a amostra foram selecionados e entrevistados nas agências do SINE. Inicialmente de forma aleatória, a escolha dos entrevistados obedeceu a um critério de heterogeneidade da amostra em termos de sexo, idade, cor, escolaridade, formação e qualificação profissional, condição ocupacional e condição familiar.

Observou-se, em um determinado momento, que o perfil dos entrevistados restringia-se a determinadas características em termos de escolaridade, formação e qualificação profissional. Os entrevistados no SINE eram, em geral, trabalhadores menos escolarizados, com baixa qualificação e formação profissionais. Tal fato determinou a necessidade de adotar novas estratégias para a escolha dos entrevistados, buscando-se em agências privadas de emprego a possibilidade de encontrar trabalhadores com um perfil diferenciado. As entrevistas no SINE condicionavam também a condição de atividade dos entrevistados, em sua maioria em situação de desemprego aberto, sem trabalho e à procura de emprego no momento da entrevista. Tinha-se também o interesse de entrevistar trabalhadores desalentados, desencorajados, que tivessem interrompido ou desistido da procura de trabalho por razões diversas que se pretendia investigar. Passou-se, então, a selecionar trabalhadores que procuraram emprego em agências privadas, nelas deixando seus currículos. Pôde-se ter acesso e autorização para examinar um grande número de currículos em uma dessas agências em Pelotas e selecionou-se um certo número de indivíduos. Logo a seguir, entrou-se em contato telefônico com os mesmos, explicou-se o objetivo da pesquisa e as entrevistas foram sendo marcadas em diversos locais, segundo o desejo e a conveniência para os próprios entrevistados.

Entrevistou-se, também, oito trabalhadores ligados a um programa de escolarização destinado a desempregados, promovido por um importante sindicato operário de Porto Alegre. Outros quatro indivíduos, moradores de um bairro periférico de Pelotas e ligados a uma cooperativa popular de reciclagem de lixo, em fase inicial de implantação, também foram entrevistados. Tais entrevistas permitiram, igualmente, um alargamento no perfil dos entrevistados, uma vez que dentre os indivíduos envolvidos com esses projetos, alguns se encontravam completamente excluídos do mercado formal de trabalho havia alguns anos.

Além das vinte e nove entrevistas realizadas em agências do SINE, outras nove foram realizadas na Universidade Federal de Pelotas (opção proposta pelo pesquisador), seis nas residências dos próprios entrevistados, cinco em um sindicato, duas em uma associação de bairro, uma em um posto de saúde comunitário e uma no local de trabalho de um entrevistado que se desempregara e abrira uma pequena loja de mercadorias populares.

O perfil dos entrevistados, a seguir apresentado, foi organizado com base nos dados e informações mais objetivos coletados durante as entrevistas. Em geral, antes dos entrevistados narrarem suas experiências no mercado de trabalho, aplicou-se um instrumento mais estruturado, tipo formulário, onde foram registrados os dados mais gerais do perfil dos entrevistados e de seus grupos familiares. Registrou-se também os dados referentes às experiências profissionais anotadas nas carteiras de trabalho dos entrevistados, quando este documento estava disponível no momento da entrevista. Estas carteiras de trabalho foram, pois, uma importante fonte de informação sobre as trajetórias ocupacionais destes indivíduos. Após essa primeira etapa mais estruturada, passou-se a orientar a entrevista a partir de um roteiro semi-estruturado, gravando-se o conteúdo da narrativa com a prévia autorização dos entrevistados. Todas as entrevistas foram degravadas e transcritas em documento eletrônico, conforme consta nos anexos desta pesquisa.

O processamento e a análise dos dados e variáveis mais objetivos foram realizados com o auxílio do software *Statistical Package for Social Science (SPSS)*, versão 16.0, o que facilitou imensamente o processo de tratamento das informações e de montagem das tabelas que serão apresentadas a seguir. Ao todo, foram registradas quarenta e duas variáveis organizadas em sete grupos assim delimitados :

1º grupo – variáveis de “identificação das entrevistas”.

2º grupo – variáveis de “identificação dos entrevistados”.

3º grupo – variáveis de identificação da “condição familiar dos entrevistados”.

4º grupo – variáveis de identificação da “formação sócio-profissional dos entrevistados”.

5º grupo – variáveis de identificação da “condição ocupacional dos entrevistados”.

6º grupo – variáveis de identificação da “situação de privação de trabalho dos entrevistados”.

7º grupo – variáveis de identificação das “condições de renda dos entrevistados”.

6.5. As trajetórias ocupacionais em seu contexto social : o perfil dos entrevistados

Conforme consta na Tabela 23, das cinquenta e quatro pessoas entrevistadas, trinta e duas eram do sexo feminino e vinte e duas do sexo masculino. Doze pessoas estavam na faixa etária entre 18 e 29 anos de idade, vinte e oito na faixa entre 30 e 45 anos de idade e quatorze com 46 anos de idade ou mais. O entrevistado mais jovem tinha 18 anos de idade e o mais velho 63 anos.

Tabela 23 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Jovens 18 a 29 anos	5	9,3	7	13,0	12	22,2
Adultos 30 a 45 anos	10	18,5	18	33,3	28	51,9
Adultos 46 anos ou +	7	13,0	7	13,0	14	25,9
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Apesar da importante participação dos jovens menores de idade no mercado de trabalho brasileiro e no desemprego, não se chegou a entrevistá-los nesta pesquisa, o que reflete os procedimentos metodológicos utilizados na seleção da amostra que privilegiaram as agências de emprego como estratégia principal de abordagem de campo. Estima-se que esses jovens menores não utilizam ou utilizam muito pouco essas agências, públicas ou privadas, para procurar trabalho. Provavelmente, a forte informalidade a que estão submetidos esses jovens menores faz com que suas modalidades de procura de trabalho também sejam mais informais. Vale ressaltar, porém, que na análise das trajetórias dos entrevistados aqui apresentadas, pôde-se explorar abundantemente o problema da inserção precoce dos jovens menores no mercado de trabalho, sobretudo daqueles em situação de maior precariedade social. Uma parte muito expressiva desses entrevistados iniciou muito cedo suas investidas no mundo do trabalho remunerado.

Em relação à cor da pele, conforme a Tabela 24, quarenta pessoas eram brancas e quatorze eram negras ou mestissas, segundo um critério visual de classificação da cor da pele adotada pelo pesquisador, o que comporta elementos subjetivos importantes.

Tabela 24 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a cor.

COR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	**17**	31,5	**23**	42,6	**40**	74,1
Negra ou parda	**5**	9,3	**9**	16,7	**14**	25,9
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Dadas as características étnicas da população brasileira, fortemente marcada pela miscigenação e, conseqüentemente, por uma enorme variação de tonalidade na cor da pele, observa-se um continuum que vai do branco mais claro ao negro mais escuro, o que torna difícil a classificação dos entrevistados que se situam em uma situação intermediária desse continuum. Não se utilizou um procedimento metodológico específico para o tratamento dessa problemática de cor ou étnico-racial, na medida em que esse não era o objeto central de investigação desta pesquisa.

Ainda conforme a Tabela 24, observa-se que entre os brancos, tem-se vinte e três mulheres e dezessete homens. Já entre os negros ou mestissos, tem-se nove mulheres e cinco homens.

Em relação à situação conjugal, vinte e nove pessoas eram casadas ou viviam com um companheiro, doze eram solteiras, dez eram separadas ou divorciadas e três eram viúvas. Na Tabela 25, observa-se a distribuição da condição conjugal dos entrevistados por sexo.

Tabela 25 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a situação matrimonial.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Solteiros	**5**	9,3	**7**	13,0	**12**	22,2
Casados	**14**	25,9	**15**	27,8	**29**	53,7
Separados ou divorciados	**3**	3,0	**7**	13,0	**10**	18,5
Viúvos	**0**	0,0	**3**	5,6	**3**	5,6
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Dos vinte e nove entrevistados casados, quatorze eram homens e quinze eram mulheres. Já entre os solteiros, tinham-se cinco homens e sete mulheres. Entre os separados ou divorciados, sete eram mulheres e três eram homens. E, finalmente, as três pessoas viúvas entrevistadas eram todas do sexo feminino. A seguir, apresenta-se mais detalhes sobre a condição familiar dos entrevistados e as implicações disso sobre suas experiências de privação de trabalho.

6.6. A condição familiar nas trajetórias ocupacionais

Em relação à posição dos entrevistados no interior de seus grupos familiares, observa-se que a maior parte dos mesmos, conforme a Tabela 26, em um total de trinta e sete, eram pais e mães de família, provedores em sua maioria.[222] Nesta condição estão doze homens e vinte e cinco mulheres. Dentre estas mulheres, seis eram mães sozinhas, quase todas provedoras de seus grupos familiares e responsáveis pela guarda e educação dos filhos. Dezenove mulheres, conseqüentemente, viviam com seus maridos e companheiros, dividindo, de formas variadas, as responsabilidades domésticas e a educação dos filhos.

Tabela 26 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a posição no grupo familiar.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Provedor principal	**17**	31,5	**20**	37,0	**37**	68,5
Provedor secundário	**2**	3,7	**6**	11,1	**8**	14,8
Não provedor	**3**	5,5	**6**	11,1	**9**	16,7
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Destes trinta e sete entrevistados, vinte e nove possuíam filhos menores e, portanto, juridica e financeiramente dependentes dos pais. Tal fato pode ter importantes conseqüências na constituição das experiências de privação de trabalho. Estas, em muitos casos, colocam em risco a capacidade de alguns indivíduos de cumprirem seus papéis de provedores de seus grupos familiares. As mulheres são cada vez mais afetadas por situações como estas. Pôde-se observar que muitas mulheres eram ou tornaram-se as principais provedoras de seus grupos. Tais condições afetam significativamente não apenas as experiências de privação de trabalho, cada vez mais marcadas pela presença das mulheres no mundo do trabalho, mas também e, principalmente, as relações sociais de gênero.

Dez entrevistados ocupavam a posição de filho ou filha em seus grupos familiares[223], nesta condição estando cinco homens e cinco mulheres. Observou-se que estes entrevistados, em geral jovens, experimentaram condições menos claramente demarcadas de privação de trabalho e desemprego. Um elevado grau de incerteza em relação ao futuro é, porém, muito comum entre os

[222] Além destes 37 entrevistados, outros três com idades mais avançadas possuíam filhos adultos e independentes economicamente.
[223] Um desses entrevistados morava, na verdade, com sua avó, que era a provedora do grupo familiar.

jovens pouco qualificados. Ao mesmo tempo, nesta etapa do ciclo de vida uma importante distinção em termos de gênero já se faz notar de forma marcante. Algumas das jovens mulheres entrevistadas já estavam muito fortemente afetadas pelas tarefas e responsabilidades domésticas.

Três entrevistados, dois homens e uma mulher, viviam com seus cônjuges e não tinham filhos ; outros três, também dois homens e uma mulher, moravam sozinhos. Um jovem morava com seu irmão, dividindo com ele as despesas e responsabilidades domésticas.

Das trinta e três mulheres entrevistadas nesta pesquisa, pelo menos onze eram as principais responsáveis por seus grupos familiares (chamados, nas pesquisas estatísticas, de chefes de domicílio), respondendo pelo provimento dos mesmos. As demais também eram quase todas provedoras, seja na condição de provedoras principais (partilhando esse provimento), seja na condição de provedoras secundárias. Se, por um lado, as mulheres podem passar a experimentar subjetivamente essa privação de trabalho de forma cada vez mais semelhante àquela vivida pelos homens, por outro, as especificidades do trabalho remunerado feminino e das responsabilidades no âmbito doméstico continuam implicando essas mulheres em experiências de trabalho e de privação de trabalho muito peculiares.

De uma maneira geral, constatou-se que uma divisão sexual do trabalho de tipo mais tradicional se faz presente, de tal forma que é imputado às mulheres a maior parte das responsabilidades domésticas. Os homens assumem, em muitos casos, várias tarefas domésticas, freqüentemente "ajudam" suas companheiras, mas quase sempre de forma secundária e periférica. Pôde-se constatar, no entanto, algumas experiências significativas nas quais uma divisão sexual não tradicional do trabalho doméstico afetou de maneira importante a conformação das experiências de trabalho e de privação de trabalho de alguns entrevistados.

Apesar da força dos mecanismos tradicionais que fazem pesar sobre as mulheres as responsabilidades domésticas, pode-se constatar, ainda, que muitas mulheres encontram, com freqüência, alternativas para desobrigarem-se dessas responsabilidades e dar prioridade às suas trajetórias profissionais. No entanto, constatou-se que a possibilidade de contornar essas pressões advindas da esfera doméstica passa, quase sempre, pela presença de outras mulheres, uma mãe, uma filha ou mesmo uma pessoa contratada para tal fim. A disponibilidade de estruturas e equipamentos públicos como creches e escolas maternais também têm um papel decisivo na estruturação da relação que as mulheres têm com o espaço profissional e com o trabalho remunerado. As mulheres mais pobres são as mais afetadas, pois não podem pagar por esse tipo de serviço quando ele não está disponível pelas instituições públicas, o que é a regra no Brasil.

6.7. A formação sócio-profissional nas trajetórias ocupacionais

O primeiro indicador sobre a formação dos entrevistados é o nível de escolaridade. Conforme a Tabela 27, observa-se que esse nível é, em geral, baixo. Dentre os entrevistados, encontrou-se uma pessoa analfabeta, quatro pessoas apresentando entre 1 e 3 anos de escolarização[224], dezessete pessoas apresentando entre 4 e 7 anos de escolarização[225], onze pessoas apresentando entre 8 e 10 anos de escolarização[226], dez pessoas apresentando o ensino médio completo, cinco pessoas apresentando o nível superior incompleto e seis pessoas apresentando o nível superior completo, isto é, um diploma universitário.

Tabela 27 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o nível de escolaridade.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	Nº	%
Analfabeto ou semi-alfabetizado	**3**	5,6	**2**	3,7	**5**	9,3
Fundamental incompleto	**5**	9,3	**12**	22,2	**17**	31,5
Fundamental completo ou médio incompleto	**5**	9,3	**6**	11,1	**11**	20,4
Médio completo	**5**	9,3	**5**	9,3	**10**	18,5
Superior incompleto	**4**	7,4	**1**	1,9		9,3
Superior completo	**0**	0,0	**6**	11,1	**6**	11,1
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Quanto à distribuição do nível de escolaridade por sexo, observa-se que na categoria de mais baixa escolaridade (analfabetos ou semi-alfabetizados) tem-se duas mulheres e três homens, já na categoria ensino fundamental incompleto tem-se doze mulheres e cinco homens, na categoria ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto tem-se seis mulheres e cinco homens, na categoria ensino médio completo tem-se cinco mulheres e cinco homens, na categoria ensino superior incompleto tem-se uma mulher e quatro homens e na categoria ensino superior completo tem-se seis mulheres e nenhum homem.

[224] Isto é, esses entrevistados não completaram o ciclo básico de alfabetização, podendo ser considerados como semi-alfabetizados.
[225] Isto é, esses entrevistados não completaram o ensino fundamental, que abrangia, até recentemente, oito anos de escolarização, a partir da primeira série. Atualmente, o ensino fundamental é constituído por nove séries.
[226] Isto é, esses entrevistados completaram o ensino fundamental, mas não completaram o ensino médio, este último correspondendo, até recentemente, a onze anos de escolarização. Atualmente, com as nove séries do ensino fundamental, o ensino médio completo corresponde a doze anos de escolarização.

O segundo indicador de formação dos entrevistados é aqui denominado de formação sócio-profissional. Entende-se por formação sócio-profissional a combinação entre o nível de formação escolar e o nível de formação e qualificação profissional dos entrevistados. Construiu-se, pois, neste caso, uma variável sintética e classificou-se os entrevistados em quatro grupos distintos :

1) Formação sócio-profissional muito baixa : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com muito baixa escolaridade e sem formação profissional. Entende-se por escolaridade muito baixa a situação daqueles indivíduos que não completaram o ensino fundamental.

2) Formação sócio-profissional baixa : Nesta categoria incluem-se tanto os indivíduos com escolaridade média (ensino médio completo) e sem nenhum tipo de formação profissional como os indivíduos com escolaridade baixa mas que seguiram algum tipo de formação profissional breve. Incluem-se, neste caso, cursos de curta duração, de algumas semanas ou meses.

3) Formação sócio-profissional média : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com escolaridade média e com formação profissional técnica. Inclui-se também os indivíduos com ensino superior incompleto, mesmo que não tenham formação profissional de nível médio. Em alguns casos, considerou-se relevante também a experiência profissional contínua do indivíduo que caracterizava uma certa qualificação profissional bastante evidente apesar de não ser formalizada.

4) Formação sócio-profissional alta : Nesta categoria incluem-se os indivíduos com nível superior completo ou com nível superior incompleto e com formação profissional de nível médio.

Conforme a Tabela 28, a distribuição dos entrevistados quanto à variável formação sócio-profissional fica assim estabelecida : sete entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional muito baixa, vinte e nove entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional baixa, oito entrevistados apresentam uma formação sócio-profissional média e dez entrevistados apresentam um formação sócio-profissional alta. As duas primeiras categorias somadas atingem o total de trinta e seis entrevistados. Isto é, tratam-se daqueles indivíduos que apresentam recursos mais limitados em termos de formação profissional e educacional para enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais concorrido e seletivo. Estes indivíduos estão aquém das exigências mais recentes dos segmentos mais estruturados do mercado de trabalho brasileiro, o que implica para eles, quase inevitavelmente, o acesso aos postos de trabalho mais precários e pior remunerados. Apenas dezoito entrevistados apresentam um nível de formação sócio-profissional médio ou alto. As novas condições de privação de trabalho no Brasil indicam, porém, que essas duas categorias de trabalhadores são cada vez mais afetados pelo denominado desemprego aberto, o que implica

a necessidade de investigar e compreender as experiências desses indivíduos nesse "novo desemprego" que desponta no cenário econômico nacional.

Tabela 28 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a formação sócio-profissional.

FORMAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Muito baixa	**4**	7,4	**3**	5,6	**7**	13,0
Baixa	**9**	16,7	**20**	37,0	**29**	53,7
Média	**5**	9,3	**3**	5,6	**8**	14,8
Alta	**4**	4,0	**6**	11,1	**10**	18,5
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Conforme observa-se através da Tabela 28, três mulheres e quatro homens apresentam um **nível muito baixo** de formação sócio-profissional. Já no **nível baixo** de formação sócio-profissional, encontram-se vinte mulheres e nove homens. Entre os que apresentam um **nível médio** de formação sócio-profissional tem-se três mulheres e cinco homens. E, finalmente, tem-se seis mulheres e quatro homens entre aqueles entrevistados que apresentam um **nível alto** de formação sócio-profissional.

Dos indivíduos entrevistados, trinta e um disseram não possuir nenhum tipo de formação profissional, sendo vinte e quatro classificados no nível de formação sócio-profissional baixa e sete classificados no nível de formação sócio-profissional muito baixa. Dos vinte e três entrevistados que afirmaram ter algum tipo de formação profissional, seis possuíam curso superior completo e cinco possuíam curso superior incompleto. Aqueles que possuíam a formação superior completa tinham as seguintes habilitações profissionais : uma administradora de empresas, uma psicóloga, uma jornalista-relações públicas, uma farmacêutica e bioquímica, uma engenheira química industrial e uma pedagoga. Entre aqueles que possuíam nível superior incompleto, três haviam cursado administração de empresas, dos quais um continuava a estudar no momento da entrevista e dois haviam interrompido suas formações. Os outros dois entrevistados sem formação superior completa haviam interrompido os cursos de informática e de licenciatura em letras. Destes cinco indivíduos sem formação superior completa, dois tinham formações técnicas de nível médio, um eletrotécnico e um técnico em segurança do trabalho. Além destes últimos, outros quatro entrevistados possuíam cursos técnicos de nível médio : um técnico em contabilidade, um técnico em mecânica industrial, um técnico em química (e

desenhista auto-didata) e uma técnica em telecomunicações. Vale registrar ainda que quatro entrevistados possuíam amplas qualificações profissionais não formais, atestadas por longas experiências profissionais, destacando-se uma secretária com nível médio completo e três ex-bancários (dois com nível médio completo e um com nível superior incompleto).

Outros cinco entrevistados possuíam cursos de formação profissional de curta ou média duração, como curso de auxiliar de enfermagem, curso de mecânica geral (SENAI), curso de padeiro e confeiteiro, curso de vigilante, além de outros cursos de curta duração na área de comércio e negócios (ADVB, SENAC).

6.8. As condições de trabalho nas trajetórias ocupacionais

A situação ocupacional dos entrevistados refere-se tanto à ocupação atual, no caso daqueles que se encontravam ocupados no momento da entrevista, quanto à ocupação anterior, no caso daqueles que se encontravam desempregados ou inativos. Pôde-se constatar que a situação ocupacional dos entrevistados era bastante heterogênea, abrangendo desde ocupações qualificadas no setor industrial e no setor de serviços até ocupações sem nenhuma qualificação, sobretudo no segmento de serviços domésticos.

Tabela 29 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a natureza da ocupação.

NATUREZA DA OCUPAÇÃO	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Emprego ou estágio	18	33,3	27	50,0	45	83,3
Emprego público	0	0,0	1	1,9	1	1,9
Empregador	1	1,9	1	1,9	2	3,7
Trabalho por conta própria	3	5,6	3	5,6	6	11,1
Total	22	40,7	32	59,3	54	100

Conforme mostra a Tabela 29, a grande maioria dos entrevistados, somando-se quarenta e seis indivíduos, eram trabalhadores assalariados, estando inscritos em uma relação de emprego. Estão incluídos neste cálculo um servidor público, aprendizes e estagiários, trabalhadores contratados temporariamente e os trabalhadores em serviços domésticos. Seis entrevistados trabalhavam por conta própria, desenvolvendo atividades econômicas autônomas, sem vínculo

empregatício. Dois entrevistados eram empregadores, possuindo pequenos negócios próprios e empregando terceiros. Vale registrar que, freqüentemente, ao mudarem de trabalho, as pessoas modificam a natureza de suas próprias ocupações, alternando, por exemplo, formas de trabalho assalariadas com o trabalho independente. É o caso das mulheres que trabalham no emprego doméstico como faxineiras e cujo estatuto é ambíguo. Em princípio trabalhadoras independentes, estas mulheres inserem-se em uma relação de trabalho similar àquela das empregadas domésticas regulares. Além do mais, este tipo de trabalho pode se constituir, em dado momento, em um tipo de bico ou trabalho eventual, uma situação provisória, enquanto essas mulheres procuram um emprego mais estável. Neste sentido, esta classificação é apenas um indicador parcial e provisório do perfil ocupacional dos entrevistados. A dinâmica do mercado de trabalho no Brasil mostra-se muito complexa e diferenciada.

Quanto ao tipo de ocupação dos entrevistados, conforme observa-se na Tabela 30, dezoito eram trabalhadores ocupados em serviços administrativos e de escritório, onze eram operários de indústria, trabalhadores manuais e operadores de máquinas e equipamentos, nove eram trabalhadores domésticos ou trabalhadores em serviços de limpeza, quatro eram profissionais de nível superior, três eram técnicos de nível médio, três eram trabalhadores ocupados em vendas ou representação comercial, dois eram trabalhadores em serviços de vigilância, dois em serviços de restauração e um trabalhador rural.

Tabela 30 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a categoria ocupacional.

CATEGORIA OCUPACIONAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Serviços administrativos e escritório	**3**	5,6	**15**	27,8	**18**	33,3
Serviços de vigilância	**2**	3,7	**0**	0,0	**2**	3,7
Serviços de limpeza	**1**	1,9	**3**	5,6	**4**	7,4
Serviços de restauração	**0**	0,0	**2**	3,7	**2**	3,7
Condutor de veículos, motorista	**1**	1,9	**0**	0,0	**1**	1,9
Operário	**7**	13,0	**4**	7,4	**11**	20,4
Trabalhador doméstico	**1**	1,9	**4**	7,4	**5**	9,3
Trabalhador rural	**1**	1,9	**0**	0,0	**1**	1,9
Vendas e representação comercial	**2**	3,7	**1**	1,9	**3**	5,6
Profissão de nível médio	**3**	5,6	**0**	0,0	**3**	5,6
Profissão de nível superior	**1**	1,9	**3**	5,6	**4**	7,4
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Analisando-se a distribuição destas ocupações por sexo, constata-se uma nítida divisão sexual do trabalho. Apesar de as mulheres constituírem quase 60% da amostra, é expressiva a participação das mesmas em algumas categorias ocupacionais como entre os trabalhadores em serviços administrativos e de escritório, entre os trabalhadores domésticos, entre os trabalhadores em serviços de limpeza e entre os trabalhadores em serviços de restauração. Essas têm sido categorias ocupacionais tipicamente femininas no processo de expansão da participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos 30 anos no Brasil. A presença masculina em alguns tipos de ocupação como entre os operários e os vigilantes também expressa essa tipicidade em termos de divisão sexual do trabalho.

Em relação ao setor de atividade onde trabalhavam os entrevistados, conforme mostra a Tabela 31, pode-se notar que a grande maioria dos indivíduos concentra suas ocupações no comércio e nos serviços, o que corresponde a trinta e seis pessoas. Os entrevistados que trabalhavam na indústria e na construção civil somam dezessete pessoas e, finalmente, apenas um entrevistado tinha sua ocupação no setor primário. A distribuição por sexo corresponde às tendências observadas acima, a presença feminina sendo mais marcante no comércio e serviços, particularmente nos serviços domésticos, e a masculina na indústria, particularmente na construção civil.

Tabela 31 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e o setor da atividade econômica.

SETOR DA ATIVIDADE ECONÕMICA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Agricultura e pecuária	**1**	1,9	**0**	0,0	**1**	1,9
Construção civil	**3**	5,6	**0**	0,0	**3**	5,6
Indústria	**7**	13,0	**7**	13,0	**14**	25,9
Comércio	**2**	3,7	**11**	20,4	**13**	24,1
Serviços (setor público)	**1**	1,9	**2**	3,7	**3**	5,6
Serviços (setor privado)	**7**	13,0	**8**	14,8	**15**	27,8
Serviços domésticos	**1**	1,9	**4**	7,4	**5**	9,3
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Em relação à trajetória ocupacional dos entrevistados, pode-se observar que a grande maioria ingressou no trabalho remunerado ainda muito cedo. Pelo menos trinta entrevistados declararam ter começado a trabalhar ainda menores, antes dos 18 anos de idade. Destes, vinte declararam ter ingressado no mundo do trabalho antes mesmo dos 14 anos, idade legal mínima

para trabalhar no Brasil. Constatou-se alguns casos em que o início da trajetória laboral começou entre os cinco e os seis anos de idade, sendo particularmente o caso de alguns entrevistados que são de origem rural. Observou-se ainda nove casos em que os indivíduos, todas mulheres, começaram suas trajetórias ocupacionais após os 25 anos de idade e, em alguns casos, após os 30 anos de idade. Neste último caso, o ingresso refere-se ao emprego assalariado urbano, pois, em geral, são mulheres de origem rural, mães, donas de casa, que se ocupavam do trabalho doméstico e/ou do trabalho agrícola familiar exercido em âmbito doméstico.

A grande maioria dos trabalhadores entrevistados tiveram muitas experiências de trabalho, assalariado ou não, em suas trajetórias ocupacionais. Apenas cinco indivíduos declararam ter tido apenas um único tipo de trabalho em suas trajetórias e apenas doze declararam ter tido até três empregos ou ocupações. São frequentes as trajetórias marcadas por cinco, seis, sete, oito empregos ou ocupações distintas, o que expressa uma altíssima rotatividade da força de trabalho no mercado de trabalho. No caso de duas mulheres que haviam trabalhado como safristas na indústria de conservas de Pelotas, um emprego tipicamente sazonal, observou-se em suas carteiras de trabalho, respectivamente, dezessete e vinte e dois registros distintos de emprego. A essa ocupação sazonal somam-se ainda as experiências de trabalho não registradas, freqüentemente bicos e trabalhos eventuais não assalariados, como faxinas, trabalhos de costura no domicílio, limpeza e capina de pátios e jardins, entre outras atividade tipicamente femininas. Muitas foram as trajetórias nas quais não se pôde identificar o número preciso de experiências de trabalho, na medida em que as mesmas eram muito pouco delimitadas no tempo e na forma de atividade, como é o caso das mulheres realizando trabalhos domésticos ocasionais ou de homens realizando bicos na construção civil, ou ainda dos indivíduos que trabalham com vendas, à margem de uma relação de trabalho estável e formal.

As experiências de trabalho informal, sem registro oficial e, portanto, sem as proteções legais correspondentes, são muito freqüentes entre os entrevistados. A grande maioria possui tanto experiências formais como informais de trabalho em suas trajetórias ocupacionais. Apenas dezesseis entrevistados revelaram terem tido apenas experiências formais de trabalho e um entrevistado disse nunca ter tido nenhum tipo de trabalho registrado formalmente. Neste último caso, encontrava-se uma mulher vivendo em uma situação de elevada precariedade social. Separada e morando com seu filho já adulto, ela vivia de faxinas ocasionais e havia trabalhado com seu ex-marido em uma atividade autônoma, um pequeno negócio – um açougue – que ajudava a cuidar.

Pode-se constatar, ainda, uma elevada descontinuidade das trajetórias ocupacionais. Pelo menos dezesseis das cinqüenta e quatro trajetórias analisadas eram descontínuas, os indivíduos abandonando suas atividades econômicas remuneradas e recolhendo-se à inatividade. Dessas dezesseis, quatorze eram femininas e duas masculinas. Observa-se, neste caso, um forte componente de gênero estruturando essa prática. Interpeladas pelas exigências e responsabilidades domésticas, muitas mulheres entrevistadas interromperam suas trajetórias de trabalho seja para cuidar dos filhos ou de algum familiar, seja para dar seguimento a um projeto de formação profissional ou de escolarização. As poucas experiências masculinas de descontinuidade constatadas nesta pesquisa não são provocadas por exigências do trabalho doméstico, mas por arranjos familiares que permitem ou exigem a presença desses homens no espaço familiar. É o caso de um jovem que, sem perspectivas de emprego formal, ajudava sua família na condução de um pequeno negócio familiar, no caso um bar. Essa atividade, no entanto, não absorvia de forma contínua esse jovem ou outros membros de seu grupo. Sem emprego formal havia mais de um ano e sem procura imediata de trabalho, esse jovem não possuía também um rendimento individual, prestando ajuda descontínua no pequeno negócio familiar encabeçado pelo seu pai. Neste caso, a descontinuidade deste jovem em sua trajetória frágil e fluida no mercado de trabalho decorre, em grande medida, de sua posição secundária no grupo familiar, um filho, ainda sem a responsabilidade de prover o grupo familiar. Assim, constata-se que na medida em que vão assumindo o papel de provedores principais de seus grupos familiares, os homens passam a atribuir um valor central às suas atividades remuneradas, não interrompendo-as como as mulheres. Logo, a descontinuidade das trajetórias femininas reflete, por um lado, a centralidade dos papéis e responsabilidades por elas assumidas no âmbito doméstico e, por outro, suas precárias condições no mercado de trabalho.

6.9. A privação de trabalho nas trajetórias ocupacionais

Em relação à condição de atividade dos integrantes da amostra[227], conforme a Tabela 32, vinte e sete entrevistados estavam em situação de desemprego aberto no momento da entrevista, quinze estavam trabalhando e doze estavam inativos. Esta distribuição é, em grande parte, uma decorrência do próprio dispositivo metodológico adotado nesta investigação que, na constituição

[227] Segundo critérios oficiais, utilizados pelo IBGE e recomendados pela Organização Internacional do Trabalho.

da amostra, priorizou inicialmente indivíduos à procura de trabalho em duas agências públicas de emprego (em Pelotas e em Porto Alegre), passando em seguida a adotar novos critérios para selecionar os entrevistados. Em decorrência desses novos critérios de seleção, pôde-se encontrar indivíduos trabalhando ou inativos, o que permitiu ampliar o espectro de análise da privação de trabalho para além dos casos de desemprego aberto.

Tabela 32 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade (IBGE).

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE (IBGE)	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Ocupado	**7**	13,0	**8**	14,8	**15**	27,8
Desocupado	**11**	20,4	**16**	29,6	**27**	50,0
Inativo	**4**	7,4	**8**	14,8	**12**	22,2
Total	**22**	40,7	**32**	59,3	**54**	100

Esta classificação inicial, porém, comporta sérios problemas, na medida em que muitos indivíduos experimentavam uma condição de atividade cujos limites entre trabalho, desemprego e inatividade eram fluidos e indeterminados. Pôde-se constatar essa dificuldade tanto entre os indivíduos marcados por uma forte precariedade e instabilidade no trabalho, para os quais é freqüentemente de difícil aplicação os critérios oficiais de distinção entre "trabalho" e "desemprego", como para os indivíduos desalentados cuja procura recente de trabalho não foi sistemática, mas efetivamente existiu. Neste sentido, os critérios de objetivação destas classificações, ainda que válidos na tentativa de dimensionar o desemprego, mostram-se limitados para caracterizar certas experiências de privação de trabalho. Critérios centrais como a "procura de trabalho", o "exercício de uma ocupação remunerada" ou mesmo a "disponibilidade imediata para o trabalho" apresentam muita dificuldade de serem dimensionados quando se analisa várias experiências individuais. Esses critérios comportam elevado grau de interpretação subjetiva e imprecisão. O que se evidencia, neste caso, é o baixo grau de institucionalização das práticas relativas à procura de trabalho e das próprias condições de exercício do trabalho.

Deste modo, conforme observa-se na Tabela 33, a classificação dos entrevistados segundo a metodologia PED modifica a distribuição dos mesmos em termos de condição de atividade. Segundo estes critérios, não mais se teria vinte e sete desempregados, mas quarenta e três, dos quais vinte e sete em situação de desemprego aberto, oito em situação de desemprego oculto pelo

trabalho precário e oito em situação de desemprego oculto pelo desalento. Somente sete entrevistados seriam classificados como ocupados e quatro como inativos.

Tabela 33 - Perfil dos entrevistados segundo o sexo e a condição de atividade IBGE x PED.

CONDIÇÃO DE ATIVIDADE PED	CONDIÇÃO DE ATIVIDADE IBGE							
	Ocupado		Desocupado		Inativo		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	Nº	%
HOMENS								
Ocupado	**2**	3,7	**0**	0,0	**0**	0,0	**2**	3,7
Desemprego aberto	**0**	0,0	**11**	20,4	**0**	0,0	**11**	20,4
Desemprego oculto pela precariedade	**5**	9,3	**0**	0,0	**0**	0,0	**5**	9,3
Desemprego oculto pelo desalento	**0**	0,0	**0**	0,0	**2**	3,7	**2**	3,7
Inativo	**0**	0,0	**0**	0,0	**2**	3,7	**2**	3,7
Sub-total	**7**	13,0	**11**	20,4	**4**	7,4	**22**	40,7
MULHERES								
Ocupado	**4**	7,4	**0**	0,0	**0**	0,0	**4**	7,4
Desemprego aberto	**0**	0,0	**16**	29,6	**0**	0,0	**16**	29,6
Desemprego oculto pela precariedade	**3**	5,6	**0**	0,0	**0**	0,0	**3**	5,6
Desemprego oculto pelo desalento	**1**	1,9	**0**	0,0	**6**	11,1	**7**	13,0
Inativo	**0**	0,0	**0**	0,0	**2**	3,7	**2**	3,7
Sub-total	**8**	14,8	**16**	29,6	**8**	14,8	**32**	59,3
Total	**15**	27,8	**27**	50,0	**12**	22,2	**54**	100

Alguns fatores contribuem para dificultar a classificação da condição de atividade dos entrevistados. Entre os indivíduos socialmente precários e sujeitos a formas muito instáveis de ocupação, a procura de trabalho não é uma atividade exterior à própria situação ocupacional. Isto é, a procura de trabalho não é uma atividade diferenciada do próprio trabalho, distinta, demarcada no tempo. Ao ser integrada à própria rotina ocupacional desses indivíduos, a procura de trabalho deixa de ser uma condição provisória e intermediária que demarca a separação entre o "tempo de trabalho" e o "tempo de não trabalho". Um indivíduo em condições ocupacionais extremamente instáveis, pode ser considerado e classificado, ao mesmo tempo, como um ocupado permanente (já que de sua atividade extrai uma remuneração sistemática) ou um desempregado crônico (já que a procura de trabalho é uma constante em sua atividade econômica). Este é o caso, por exemplo, dos indivíduos que trabalham com pequenos concertos e reparações e cujo volume de trabalho é incerto. Estes indivíduos estão, de certa forma, sempre à procura de trabalho. Logo, a procura de trabalho é dificilmente um critério de classificação claro e unívoco. Do ponto de vista subjetivo das experiências de tais condições instáveis de trabalho, as próprias definições de

situação podem se mostrar diversas, conforme a trajetória e as experiências anteriores de trabalho desses indivíduos. Se, por um lado, essas experiências podem se tornar rotineiras para alguns indivíduos que interiorizam tais práticas como normais, familiares, por outro, elas podem ser vividas e definidas como uma clara situação de privação de trabalho. Nesta pesquisa, este é o caso, por exemplo, de um operário da indústria que se encontrava sem emprego formal havia vários anos. Vivendo de bicos, dessas formas instáveis de trabalho, esse indivíduo continuava a tomar como referência para definir sua condição de trabalho a norma do emprego. Este ex-operário considerava-se efetivamente um desempregado.

Estima-se que essa dinâmica é freqüentemente distinta para homens e mulheres, isto porque formas diferenciadas de trabalho precário afetam essas diferentes categorias de gênero. Para algumas mulheres, a ocupação doméstica é o exemplo típico da existência dessas especificidades que afetam a dinâmica ocupacional. Este tipo de trabalho é, quase sempre, extremamente precário, sem vínculo formal, sem continuidade no tempo, sem jornada definida e sem uma série de garantias legais. As faxinas ocasionais constituem a única forma de trabalho e renda para um sem número de mulheres das classes populares.

Por isso, os critérios estatísticos destinados a classificar a condição de atividade dos indivíduos e a avaliar as condições de funcionamento do mercado de trabalho mostram-se amplamente insuficientes para compreender o processo de construção das experiências de privação de trabalho.

Entre os trabalhadores mais estáveis socialmente, as dificuldades de classificação de suas condições de atividade decorrem de fatores distintos. Em muitos casos, o recuo à inatividade, a ausência de procura, revelam o fracasso de uma procura de trabalho que já se esgotou, podendo ou não estar permeada por formas eventuais e precárias de trabalho. Nestes casos, está em xeque um mercado de trabalho extremamente limitado em termos de oportunidades de trabalho aceitáveis para esses indivíduos com uma formação sócio-profissional mais elevada. O investimento em novas modalidades de formação e qualificação também pode mascarar uma situação de privação de trabalho vivida na ausência de procura de emprego e, principalmente, na sua transferência para o futuro. Neste caso, o próprio conceito de desalento mostra-se limitado. Ele não expressa adequadamente experiências de privação de trabalho marcadas por um forte desejo de obter um novo emprego e por uma intensa atividade voltada para a formação, reciclagem e qualificação. Também nestes casos, as fronteiras entre o trabalho, o desemprego e a inatividade tornam-se um tanto fluidas. Em certas ocasiões, as responsabilidades domésticas também podem contribuir para que essa fluidez se intensifique.

Dos entrevistados investigados nesta pesquisa, constatou-se que apenas dezessete indivíduos tinham tido apenas uma experiência de desemprego em suas trajetórias ocupacionais. Outros dezessete tinham tido entre duas e quatro experiências de desemprego e em vinte trajetórias analisadas sequer foi possível identificar o número preciso de experiências de privação de trabalho. Tratando-se de trajetórias muito instáveis, nem havia registros escritos dessas experiências, nem a memória dos entrevistados permitia reconstituí-las com precisão. É, ao contrário, entre os indivíduos com trajetórias ocupacionais estáveis que se pode observar uma clara identificação objetiva e subjetiva dessas experiências de privação de trabalho. Vale registrar, porém, que essa fluidez na identificação dos limites e do número de experiências de desemprego não é observável apenas entre os trabalhadores apresentando condições de vida socialmente precárias. Uma elevada instabilidade e precariedade do trabalho é também muito freqüente entre os trabalhadores não precários socialmente, mesmo entre aqueles que apresentam níveis mais elevados de formação sócio-profissional.

Essa fluidez das experiências de privação de trabalho reflete-se também na tentativa de identificar a duração do desemprego. Essa identificação só foi possível nos casos em que os trabalhadores possuíam experiências estáveis de emprego e registros das mesmas em suas carteiras de trabalho ou em suas memórias. Muito freqüentemente, a identificação da duração do desemprego foi feita a partir de indicações muito gerais, alguns indivíduos apresentando muita dificuldade de reconstituir com precisão suas experiências no mundo do trabalho remunerado. Assim, constatou-se que dezessete entrevistados tinham tido experiências curtas de privação de trabalho, não excedendo seis meses de permanência nessa condição. Outros quatorze tiveram experiências que não ultrapassavam um ano de desemprego. Para vinte entrevistados, foram constatadas longas experiências de desemprego, todas acima de um ano e em dois casos com mais de quatro anos. Em três ocasiões, não foi possível identificar a duração do desemprego, pois tratavam-se de trabalhadores ocupados cujas experiências de privação de trabalho tinham ocorrido já havia algum tempo e cujas trajetórias eram muito instáveis.

A maior parte dos entrevistados, trinta no total, em algum momento de suas trajetórias, receberam o benefício do seguro-desemprego, em muitos casos mais de uma vez. Observou-se, no entanto, que pelo menos vinte e um entrevistados nunca receberam tal benefício, o que reflete a limitada proteção a que estão sujeitos os trabalhadores privados de trabalho no Brasil, principalmente em razão do baixo nível de formalização do vínculo empregatício e/ou da elevada rotatividade do emprego, de tal forma que os trabalhadores não conseguem cumprir os requisitos mínimos para terem direito ao mesmo. Em três situações, não foi possível identificar se o

entrevistado recebeu o benefício do seguro-desemprego, carecendo as entrevistas dessa informação.

6.10 . As trajetórias ocupacionais no espaço de relações sociais

Na análise das experiências de privação de trabalho dos trabalhadores entrevistados nesta pesquisa, propõe-se dois critérios distintos para diferenciar e tipificar suas trajetórias ocupacionais. As trajetórias ocupacionais e as experiências de privação de trabalho serão apresentadas e analisadas a partir desses critérios tipológicos. A definição desses tipos não implica uma pré-definição das experiências de privação de trabalho. Não se trata, a partir desses tipos, de imputar aos indivíduos determinadas formas de viver e ressentir essa privação de trabalho. Trata-se, antes de mais nada, de organizar analiticamente o espaço de relações sociais no qual estas experiências podem ser melhor analisadas e interpretadas sociologicamente. Os diferentes tipos de trajetórias referem-se, pois, a diferentes contextos sociais considerados teoricamente relevantes na análise e interpretação das experiências. Os tipos são, portanto, construções heurísticas e um ponto de partida para apresentar e compreender as trajetórias ocupacionais e as experiências de privação de trabalho dos atores sociais.

Dois critérios são aqui propostos para operar tais classificações, organizando o espaço de relações sociais no qual as experiências de privação de trabalho se configuram. Primeiramente, a condição social dos entrevistados ou, mais especificamente, um critério relativo às relações sociais de classe, permite classificar as trajetórias em dois tipos principais : as trajetórias consideradas socialmente precárias e as trajetórias consideradas socialmente não precárias. Considera-se essa posição na estrutura econômica como um elemento fortemente estruturador das experiências de privação de trabalho, na medida em que ela implica uma distribuição desigual de recursos materiais e simbólicos que afetam diretamente a inserção no mundo do trabalho.

Em segundo lugar, a condição familiar dos entrevistados ou, mais especificamente, um critério relativo às relações sociais no espaço familiar (gênero, geração) permite classificar os entrevistados em dois tipos principais : os indivíduos provedores de seus grupos familiares e os indivíduos não provedores de seus grupos. Considera-se essa condição de provedor um elemento social fortemente estruturador das experiências de privação de trabalho, na medida em que ela implica a constituição de papéis e responsabilidades específicas na relação do indivíduo provedor com os outros indivíduos do grupo familiar.

Vale salientar que as relações sociais de classe e de gênero são consideradas constitutivas dos diversos espaços sociais, não se operando apenas em um único espaço. Nestes termos, o espaço familiar não é apenas o espaço das relações de gênero, nem o espaço econômico e profissional aquele das relações de classe. As relações sociais de gênero também se operam e se constituem no espaço profissional e na esfera pública, tanto quanto as relações sociais de classe se operam e se constituem no espaço familiar. Não há um *locus* fundamental dessas relações, ainda que o processo de socialização dos indivíduos e de aprendizagem dos respectivos papéis e posições concentre-se em determinados espaços sociais. Enfatiza-se, aqui, o caráter co-extensivo e co-substancial dessas relações sociais nos diversos espaços sociais.[228]

Essa tipologia e a caracterização que a acompanha têm uma tripla função teórica : primeiramente, a função de sintetizar os resultados mais gerais das observações de campo, das análises das trajetórias ; em segundo lugar, a função de organizar a apresentação dos resultados da investigação, tornando-os compreensíveis e ; finalmente, a função de construir heuristicamente as condições lógicas a partir das quais dá-se continuidade ao processo de observação e interpretação dos dados, em direção a uma construção teórica mais fina e apurada. Essa tipologia é, pois, tanto o resultado do processo de interpretação sociológica como a condição para a continuidade do mesmo.

Em relação à condição social do entrevistados, propõe-se dois tipos gerais de trajetórias a seguir caracterizadas. A condição de provedor é aqui apresentada como elemento constitutivo desses dois tipos gerais de trajetórias :

1) As trajetórias socialmente precárias são marcadas, em geral, pela sucessão de empregos instáveis e pelo recurso freqüente às formas de trabalho independentes, informais e precárias. Refere-se àqueles indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas que apresentam um baixo nível de formação sócio-profissional, pouca ou nenhuma qualificação profissional e baixa escolaridade. Assim, uma considerável precariedade social (pobreza, baixa escolaridade, baixa qualificação profissional) combina-se com uma forte precariedade no trabalho remunerado (formas de trabalho instáveis e informais, alta rotatividade no emprego, realização freqüente de bicos e trabalhos eventuais). Esta precariedade social implica os indivíduos em uma forte vulnerabilidade material e, quase sempre, em uma relação com o trabalho predominantemente de tipo instrumental, marcada pela necessidade de obter um rendimento para a sobrevivência do indivíduo e/ou de seu grupo familiar. Neste contexto, a experiência de privação de trabalho está

[228] A esse propósito, ver Kergoat (1992).

fortemente associada ao desafio de suprir as necessidades básicas, o que varia segundo a posição do indivíduo no grupo familiar e o número de indivíduos integrados no trabalho remunerado.

Essas trajetórias são fortemente marcadas por uma cíclica e repetida privação de trabalho, (um "desemprego cíclico"), resultando em uma espécie de banalização da mesma. Essa privação pode evoluir para formas longas de privação de trabalho (um "desemprego de longa duração") ou mesmo para formas crônicas de privação (um "desemprego crônico"). Uma privação de trabalho peculiar entre os jovens (um "desemprego juvenil") é particularmente observável nessas classes desfavorecidas. Essas experiências de privação de trabalho são, freqüentemente, fluidas e pouco delimitadas ao longo das trajetórias ocupacionais. A instabilidade no trabalho se mostra, antes de tudo, como uma situação "normal", como uma outra "norma" da vida ocupacional, afetando profundamente a própria percepção subjetiva das condições de "privação de trabalho". Pode-se constatar que essa "normalidade" torna-se particularmente problemática aos olhos destes indivíduos nos momenos de crise econômica, quando as experiências de privação de trabalho se prolongam no tempo.

Por todas essas razões, o "desemprego" como categoria social de percepção da realidade e de auto-identificação é menos freqüentemente mobilizada por esses indivíduos, o que indica que as formas de privação de trabalho por eles vividas encontram menor probabilidade de expressão. Neste sentido, considera-se que o ato de "dar nome", "definir', 'identificar" determinados fenômenos e experiências constitui o arsenal de recursos simbólicos de um indivíduo ou grupo. A atividade simbólica é, ela própria, o efeito e a condição das relações sociais. Logo, uma menor capacidade e possibilidade de expressar as condições de privação de trabalho é aqui entendida como o efeito simbólico das desigualdades de classe.

Para os grupo familiares mais numerosos, as experiências de privação de trabalho parecem se tornar menos difíceis, na medida em que vários membros da família contribuem para o orçamento doméstico. A posição do indivíduo no grupo familiar tem, pois, uma importância crucial neste caso. Em se tratando de um pai, de uma mãe ou de um filho, a experiência de privação de trabalho pode se modificar consideravelmente. O grau de responsabilidade do indivíduo na qualidade provedor de seu grupo condiciona, portanto, o nível de sofrimento pessoal (ou sua ausência) nas experiências de privação de trabalho.

A disponibilidade de muitos indivíduos para o trabalho remunerado pode produzir diversas estratégias de inserção no mercado de trabalho, de tal maneira que as formas de trabalho assalariadas e autônomas se combinam segundo as circunstâncias. Deste modo, entre esses indivíduos considerados socialmente vulneráveis, a precariedade do trabalho se manifesta seja

pela instabilidade do emprego assalariado, por uma elevada rotatividade no emprego, seja pelo recurso freqüente às formas de trabalho autônomas e informais, igualmente instáveis e descontínuas. No primeiro caso, a precariedade do trabalho se manifesta, sobretudo, pela perda freqüente do emprego. No segundo caso, essa precariedade se manifesta principalmente por uma instabilidade da renda e pela descontinuidade do trabalho. Em um caso como no outro, o nível do rendimento familiar torna-se baixo e às vezes insuficiente para atender às necessidades do grupo. É nesse contexto que a privação de trabalho torna-se um desafio para o indivíduo e para o seu grupo familiar.

Nesse contexto social, a inserção econômica dos membros disponíveis do grupo familiar torna-se essencial. O trabalho das mulheres e dos jovens menores manifesta-se, neste caso, como uma regra. As exigências do trabalho doméstico impõem, no entanto, um limite a esta saída para o trabalho remunerado. Logo, esse fator afeta as estratégias econômicas do grupo familiar, reservando, em geral, às mulheres a responsabilidade pelas tarefas domésticas e pela educação das crianças. Tais responsabilidades afetam, conseqüentemente, o estatuto de atividade dessas mulheres que estão submetidas a *uma dupla tensão em suas condições de trabalho e atividade : de um lado, a pressão do trabalho remunerado que as empurra em direção à atividade e, de outro, a pressão do trabalho doméstico que as empurra em direção à inatividade.* O nível que atinge essa tensão e a possibilidade de resolvê-la dependerão de condições muito particulares : da posição dessa mulher no espaço econômico (sua condição sócio-econômica ou condição de classe), de sua posição no espaço familiar e doméstico (sua condição matrimonial, sua posição no ciclo de vida), enfim, das relações sociais no interior das quais essa mulher está inserida.

2) As trajetórias socialmente não precárias são marcadas por uma situação sócio-econômica mais favorável, a renda familiar e a formação sócio-profissional são mais elevadas. No entanto, freqüentemente os indivíduos pertencentes a esse grupo apresentam um "déficit" em termos de formação escolar e profissional em comparação com as exigências mais recentes no mercado de trabalho.

Entre esses indivíduos, observa-se tanto situações profissionais estáveis como condições ocupacionais fortemente instáveis. Assim, constata-se que a precariedade do trabalho não é peculiar apenas aos grupos sociais mais desfavorecidos socialmente e que se situam na fronteira da pobreza e da exclusão social. Essa precariedade afeta também e, às vezes, muito intensamente, os grupos populares não pobres e as classes médias. Trata-se de um tipo distinto de precariedade, implicando os indivíduos em formas diferenciadas de trabalho em relação àquelas dos grupos

sociais mais vulneráveis. Essa instabilidade ocupacional afeta decisivamente as experiências de privação de trabalho desses indivíduos.

Dentro desse grupo, porém, essas experiências estão mais próximas à norma do desemprego, sendo mais freqüentemente marcadas pela busca e pela expectativa de obter um emprego. Essas experiências são também subjetivamente mais claramente delimitadas, marcadas e categorizadas. Os indivíduos falam mais freqüentemente de suas experiências de privação de trabalho como "desemprego", isto é, mobilizam esta "categoria social de entendimento" da realidade para expressar uma situação significativa de privação de trabalho. Entre os jovens, um "desemprego de inserção" é frequentemente delimitável, observável e entre as pessoas mais velhas um "desemprego de longa duração" é cada vez mais presente.

No entanto, nem mesmo entre estas camadas sociais mais favorecidas, a categoria desemprego é uma categoria identitária forte. Isto se deve ao fato de que o desemprego é também uma categoria institucional fraca, implicando para os indivíduos benefícios limitados, mecanismos de auxílio e proteção frágeis. Enfim, enfrentar o desemprego e tentar dele sair significa mobilizar e assumir individualmente um conjunto de práticas, estratégias e recursos. A procura de emprego em agências privadas, o envio de currículos, a realização de entrevistas de emprego, a busca de contatos pessoais, a realização de cursos e atividades de formação e capacitação profissional são atividades inteiramente assumidas pelo indivíduo, baseadas em seu interesse e vontade, utilizando recursos financeiros próprios.

Como no caso das trajetórias anteriormente caracterizadas, a posição do indivíduo no grupo familiar tem um papel fundamental no desenrolar de suas atividades e estratégias em relação ao mercado de trabalho. Os jovens, em geral em uma situação econômica mais favorável, dispõem de melhores condições para escolher os empregos que desejam. As mulheres dispõem, também, de melhores recursos econômicos para administrar as necessidades impostas pelo trabalho doméstico. Porém, em um caso como no outro, a limitada disponibilidade de boas oportunidades de emprego pode implicar esses indivíduos em experiências prolongadas e desalentadas de privação de trabalho. Essas experiências serão mais ou menos significativas, mais ou menos ressentidas e sofridas, segundo a posição que esses indivíduos ocupam em seus grupos familiares.

As diferentes pressões sobre as mulheres são igualmente observáveis. Em muitos casos, as pressões decorrentes do trabalho doméstico prevalescerão sobre o desejo e mesmo a necessidade de continuar no mercado de trabalho, pois as oportunidades de emprego mostram-se freqüentemente muito precárias. Nos casos em que o trabalho remunerado se impõe como opção

fundamental, observa-se um padrão de comportamento cada vez mais próximo àquele típico dos homens.

Nos próximos dois capítulos, tratar-se-á de examinar separadamente e de forma mais detalhada esses dois conjuntos distintos de trajetórias ocupacionais.

CAPÍTULO 7 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO E A VELHA PRECARIEDADE

7.1. Introdução

Neste capítulo, pretende-se analisar mais detidamente as trajetórias ocupacionais dos entrevistados marcados por uma forte precariedade social. Busca-se analisar as experiências de trabalho e de privação de trabalho desses indivíduos, identificando suas práticas e representações narradas a partir das entrevistas biográficas. Supõe-se que tais práticas e representações estão alicerçadas e alicerçam, ao mesmo tempo, as relações sociais de classe e gênero em sua dinâmica de mudança e permanência. Neste sentido, as trajetórias individuais serão descritas, analisadas e interpretadas com o intuito de compreender as condições particulares nas quais estes indivíduos marcados por fortes carências materiais experimentam suas condições de trabalho e de privação de trabalho.

Em um primeiro momento, pretende-se caracterizar o que se define por "precariedade social", pois uma tal condição social refere-se a um contexto específico no qual as experiências de trabalho e de privação de trabalho adquirem sentido para os atores individuais. Portanto, a noção de "precariedade" remete às características sociais daqueles indivíduos que ocupam uma posição vulnerável na estrutura de classes, estando mais ou menos próximos de uma situação de probreza. Essa "precariedade social estrutural", historicamente importante na constituição do capitalismo industrial brasileiro desde seus primórdios, distingüe-se, analiticamente, do processo mais recente de "precarização do trabalho", decorrente de um conjunto de transformações sociais, econômicas e políticas que acarretam a reestruturação produtiva das empresas e a aceleração do processo de globalização econômica.

Por isso, nesta pesquisa, o termo "precariedade" é utilizado de forma distinta do termo "precarização", uma vez que esses termos referem-se a processos sociais historicamente distintos na sociedade brasileira. O primeiro refere-se a fenômenos sociais mais antigos que têm sua origem no processo de formação e consolidação do capitalismo industrial brasileiro. O segundo refere-se a fenômenos mais recentes, ocorridos no Brasil a partir dos anos oitenta, mas sobretudo nos anos noventa, acarretando profundas transformações no mundo do trabalho. A diferença no

uso desses termos não é aquela entre o que é permanente, "estrutural", e o que é "processo"[229], pois ambos são resultantes de processos históricos, mais ou menos recentes. A combinação desses processos sociais, analiticamente distintos, é o que confere uma forte especificidade da realidade brasileira em relação aos outros países no atual contexto mundial.

A distinção analítica desses dois processos históricos e a clivagem conceitual aqui proposta, apresentando e analisando separadamente dois grupos distintos de entrevistados, os precários e os não precários, constitui um recurso e um recorte teórico-metodológico destinado a identificar e caracterizar diferentes contextos sociais e relacionais nos quais as experiências de trabalho e de privação de trabalho se desenrolam. Esses processos sociais e econômicos estruturam fortemente e diferentemente as trajetórias individuais no mundo do trabalho. Logo, na compreensão das experiências de trabalho e de privação de trabalho, realiza-se um esforço analítico de identificação, análise e interpretação desses contextos sociais nos quais os indivíduos definem seus mundos e suas experiências de vida.

Esta distinção entre "precários" e "não precários" não remete de forma mecânica a uma dimensão subjetiva. Esses dois grupos de entrevistados não são considerados como atores sociais dotados de uma identidade comum ou de uma ação coletiva referida ou não a uma dimensão política. Tal clivagem refere-se, apenas, no sentido weberiano do conceito de classe social, a um grupo de indivíduos que ocupam uma posição comum no espaço econômico, o que supõe uma distribuição diferencial de recursos econômicos, de bens e serviços.[230] Ora, essa identificação da "condição social" ou "condição de classe" é relevante na medida em que permite problematizar o "espaço social" no qual os indivíduos constroem suas experiências ao longo de um itinerário. Tal fato permite afirmar que a privação de trabalho é não apenas um fenômeno economicamente relevante, isto é, que afeta diretamente o suprimento econômico, a possibilidade de garantir materialmente a reprodução dos indivíduos e de seus grupos familiares. Mais do que isso, essa privação de trabalho é também um fenômeno social, econômico, político e culturalmente condicionado, pois as oportunidades e os riscos que os indivíduos têm no mercado de trabalho dependem de suas posições e relações sociais; dependem, pois, da estrutura de oportunidades de acesso a recursos materiais e simbólicos.

Tal recorte analítico, ao isolar um conjunto de indivíduos em condições mais ou menos semelhantes em termos de condição social ou de classe, fornece ao observador a possibilidade de mobilizar analiticamente um conjunto de "variáveis" que podem apresentar-se como relevantes

[229] Appay, 1997.
[230] Weber, 1991.

no processo de interpretação das experiências de trabalho e de privação de trabalho. Nestes termos, tal procedimento é, ao mesmo tempo, descritivo, analítico e interpretativo, constituindo-se, pois, em uma útil ferramenta tanto para a apresentação dos resultados da investigação como para a explicação dos fenômenos sociais em questão.

A seguir, apresentar-se-á as trajetórias ocupacionais dos indivíduos em situação de precariedade social. Após analisar o perfil dos entrevistados, pretende-se analisar mais detidamente as características dessas trajetórias, as práticas e representações dos indivíduos em suas experiências de trabalho, na tentativa de apreender padrões sociais de comportamento desses atores individuais na construção de suas experiências de privação de trabalho.

7.2. A precariedade social nas trajetórias ocupacionais

Das cinqüenta e quatro trajetórias individuais investigadas nesta pesquisa, vinte e quatro são consideradas socialmente precárias, sendo quatorze trajetórias femininas e dez masculinas. Destes vinte e quatro entrevistados, seis são jovens entre 18 e 29 anos de idade, onze são adultos entre 30 e 45 anos de idade e, finalmente, sete adulto-idosos, com idade acima de 45 anos, conforme se observa na Tabela 34.

Tabela 34 - Perfil dos entrevistados em condição social precária segundo o sexo e a faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Jovens 18 a 29 anos	3	12,5	3	12,5	6	25,0
Adultos 30 a 45 anos	5	20,8	6	25,0	11	45,8
Adultos 46 anos ou +	2	8,3	5	20,8	7	29,2
Total	10	41,7	14	58,3	24	100

Conforme a Tabela 35, as pessoas negras ou mestiças estão fortemente concentradas neste grupo de trabalhadores socialmente precários, em um total de dez entrevistados, sete mulheres e três homens.[231] Apesar de não se tratar de uma amostra estatisticamente representativa, esta proporção é exemplar de como as fortes desigualdades sociais e raciais estão combinadas no

[231] Isto é, quase dois terços do total de quatorze negros e mestiços entrevistados nesta pesquisa.

Brasil, estando os negros e mestiços fortemente concentrados nas posições inferiores e subordinadas da hierarquia social.

Tabela 35 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a cor.

COR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	**7**	29,2	**7**	29,16	**14**	58,3
Negra ou parda	**3**	12,5	**7**	29,16	**10**	41,7
Total	**10**	41,7	**14**	58,3	**24**	100

A totalidade destes vinte e quatro entrevistados apresenta uma formação sócio-profissional baixa ou muito baixa. Um deles é analfabeto, quatro são semi-alfabetizados e a maioria, onze no total, apresenta apenas o nível escolar fundamental incompleto ; outros cinco têm o nível fundamental completo, dois possuem o ensino médio incompleto e apenas um o ensino médio completo. Este último, uma mulher, 40 anos, viúva, completou sua formação escolar, no entanto, em condições muito excepcionais, em um curso especial de formação para adultos. Mesmo tendo concluído o ensino médio, esta mulher não conseguiu converter sua formação escolar em uma situação ocupacional mais favorável. Ao contrário, ela trabalhava precariamente como faxineira em residências particulares, não conseguindo preencher a maior parte de seu tempo disponível.

Apenas quatro entrevistados apresentam algum tipo de formação profissional específica, em geral breve. Os demais, nunca passaram por nenhum tipo de curso, formação ou qualificação profissional. Um desses entrevistados com formação profissional, ex-operário da indústria metal-mecânica, 37 anos, separado e vivendo sozinho, havia feito um curso de mecânica geral no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Um outro, um homem, 45 anos, casado, ex-vigia em um condomínio residencial, havia feito o curso de vigilante e as respectivas reciclagens necessárias ao exercício profissional. Um outro jovem, 26 anos, solteiro, havia feito um curso intensivo, de curta duração, de padeiro e confeiteiro e estava decidido a seguir carreira profissional nesta área. Finalmente, uma mulher, 33 anos, separada, que trabalhara em serviços de escritório e como recepcionista, havia feito alguns cursos breves na área administrativa.

Mesmo esses indivíduos com uma melhor formação escolar e qualificação profissional apresentam trajetórias ocupacionais e condições de trabalho muito precárias. Além de iniciarem

muito cedo suas experiências no mundo do trabalho remunerado – quinze dos vinte e cinco entrevistados começaram a trabalhar antes dos 15 anos de idade e dezoito antes dos 18 anos de idade – esses indivíduos apresentam, em geral, trajetórias ocupacionais muito instáveis, marcadas por uma forte alternância de empregos e formas de trabalho remunerado. Além de uma alta rotatividade em seus empregos, esses indivíduos apresentam também condições ocupacionais muito fluidas, indeterminadas, algumas vezes não sendo possível demarcar com precisão as experiências de trabalho das experiências de privação de trabalho e de inatividade.

A maioria dos indivíduos deste grupo tiveram muitas experiências de emprego formal, em geral breves, com alguns meses de trabalho, na sua maioria não ultrapassando um ou dois anos de trabalho contínuo. Um exemplo extremo, é a situação de um homem, 35 anos de idade, que teve apenas três breves experiências de emprego formal em sua trajetória ocupacional. A mais longa não durou mais do que dois meses. No momento da entrevista, ele trabalhava fazendo bicos, trabalhos eventuais na construção civil, um trabalho instável e discontínuo, não tendo um emprego formal havia cinco anos. Este tipo de experiência revela-se extremamente problemática quando se trata de enquadrar estes indivíduos nas categorias estatísticas oficiais, pois estas fixam e estabilizam o que, em si mesmo, é fluido e instável.

Deste grupo de entrevistados, somente uma mulher confessou que nunca tivera nenhuma experiência de trabalho informal. Suas experiências, porém, também eram marcadas por elevada rotatividade no emprego, alternando períodos de emprego e privações cíclicas de trabalho. A alternância entre o trabalho informal e o emprego formal é, do mesmo modo, muito freqüente entre esses trabalhadores, constituindo, o primeiro, não apenas uma alternativa de trabalho nos momentos de privação de trabalho, mas um elemento constitutivo de um padrão de inserção no trabalho remunerado.

Observou-se, neste sentido, que a incidência do trabalho ou emprego informal de maneira contínua durante longos períodos é um traço comum em muitas trajetórias. Quase sempre, os indivíduos em tal situação encontram-se em uma situação de elevada vulnerabilidade social, face a condições de trabalho sem as proteções legais correspondentes. O emprego doméstico entre as mulheres é um exemplo emblemático. Na amostra de entrevistados desta pesquisa, observou-se, por exemplo, que o recurso ao trabalho assalariado informal é frequente entre crianças e jovens menores de idade. Assim, este grupo de trabalhadores, como ver-se-á em seguida, torna-se um alvo fácil de estratégias de superexploração por parte de alguns empregadores.

As narrativas das condições ocupacionais desses indivíduos eram com frequência imprecisas, incertas, os próprios entrevistados não sabendo identificar claramente em suas

trajetórias o número de empregos e trabalhos remunerados que tiveram, a duração dos mesmos, o período preciso em que trabalharam (meses, anos). Uma das entrevistada, já citada anteriormente, 40 anos, viúva, nunca tivera nenhuma experiência de emprego formal e, no momento da entrevista, trabalhava havia três anos como faxineira, um trabalho fortemente instável e precário. Muitos anos antes, ela trabalhara com seu ex-marido em um pequeno negócio independente, um trabalho familiar em um açougue. À procura de trabalho, esta mulher estava mergulhada em uma situação prolongada de privação e precariedade de trabalho. Sua condição de provedora, seu desejo de trabalhar e a ausência de oportunidades de emprego davam a sua experiência um certo tom dramático.

As experiências mais longas de emprego formal, para além de três, quatro anos de trabalho contínuo, são minoritárias no conjunto das trajetórias aqui analisadas e no interior das trajetórias consideradas individualmente. É o caso, excepcional neste grupo de entrevistados, de um homem que trabalhara durante quinze anos como vigia em uma cooperativa industrial. Com a idade de 45 anos, sem qualificação profissional e com uma baixa escolarização, esse homem ficara desempregado e, no momento da entrevista, esta situação de privação de trabalho já durava dois anos. O recurso aos bicos, sobretudo na construção civil, tornou-se, desde então, freqüente.

Pôde-se constatar, ainda, outras experiências longas de emprego formal, com duração de quatro, cinco anos de trabalho contínuo. Entretanto, essas experiências são, em geral, isoladas nas trajetórias dos indivíduos, revelando-se, igualmente nestes casos, uma forte instabilidade no mercado de trabalho para o conjunto da trajetória.

Apesar disso, a maioria dos indivíduos deste grupo, em um total de dezoito, havia tido, em período recente, um emprego formal. As ocupações anteriores desses entrevistados eram, em sua maioria, manuais, nelas expressando-se não só uma forte precariedade ocupacional, mas, igualmente, uma nítida divisão sexual do trabalho. As atividades eram as seguintes: as mulheres trabalhavam como empregadas domésticas[232], faxineiras, em serviços de limpeza, como auxiliares de cozinha, cozinheiras, auxiliares de fábrica, operárias safristas, costureiras ; os homens, trabalhavam como operadores de máquinas, pedreiros, serventes de pedreiro, serralheiros, vigilantes e operário rural.

Um homem trabalhara em um emprego doméstico como caseiro e um jovem trabalhara em serviços de limpeza em uma empresa do setor. Apenas dois entrevistados haviam trabalhado

[232] É importante observar que a quase totalidade dos trabalhadores engajados neste tipo de emprego são mulheres e que a grande maioria se encontra na informalidade. Mesmo quando registrados legalmente, esses trabalhadores não têm direito à totalidade dos direitos previstos na legislação brasileira, tais como o FGTS e o seguro desemprego. Recentemente estes dois últimos direitos tornaram-se facultativos para os trabalhadores domésticos.

em atividades administrativas e de escritório, uma mulher que trabalhara como recepcionista e auxiliar administrativo e um jovem que trabalhara como auxiliar em serviços administrativos de cobrança. Apenas três indivíduos entrevistados trabalhavam em ocupações autônomas, por conta própria, os demais eram empregados, entre estes estando incluídos os empregos informais (os domésticos, por exemplo) e os estágios.[233]

Quanto ao homem que trabalhara como empregado doméstico, ele realizava tarefas tipicamente masculinas, tais como vigiar a casa, realizar serviços de jardinagem, providenciar consertos em geral e cumpria ainda a tarefa de motorista. Ele reclamava, aliás, dessa diversidade de funções em contraposição à limitada proteção legal proporcionada pelo emprego doméstico. Insatisfeito com seu emprego pela sobrecarga e diversidade de tarefas, ele se demite, ficando desempregado.

O caráter fortemente marcado em termos de gênero do trabalho doméstico fica evidenciado também pelo fato de que das quatorze trajetórias femininas analisadas neste grupo de entrevistados, em nove foi constatada a realização de algum tipo de trabalho remunerado doméstico em algum momento da trajetória dessas mulheres. Deste modo, este tipo de ocupação é amplamente recorrido pelas mulheres seja como alternativa de trabalho nos momentos de privação de trabalho, seja como forma regular de inserção no trabalho remunerado. O trabalho doméstico é o emblema da precariedade do trabalho feminino no Brasil.

Entre os homens, o caráter sexualmente marcado das ocupações está igualmente presente. Vários desses homens entrevistados tinham ou tiveram, em algum momento de suas trajetórias, experiências de trabalho ligadas à construção civil ou ao reparo e conserto de instalações habitacionais. As ocupações na construção civil, regulares ou não, são o equivalente masculino do emprego doméstico feminino. É, pois, um dos emblemas da precariedade do trabalho conjugada no masculino.

7.3. As formas de privação de trabalho nas trajetórias precárias

As trajetórias da maior parte dos jovens e adultos em situação de precariedade social apresentam uma característica marcante : a entrada muito precoce no trabalho remunerado. A

[233] Esta classificação é problemática. Freqüentemente, a precariedade e a instabilidade no trabalho não permitem uma definição precisa da categoria ocupacional ou da condição de atividade dos entrevistados. Em alguns casos, classificamos os indivíduos com base no seu último emprego formal. Porém, alguns indivíduos estavam excluídos do emprego formal há muito tempo. Neste caso, tivemos que considerar a natureza do trabalho informal e precário realizado pelo indivíduo, mesmo instável e descontínuo.

maior parte desses jovens e adultos começaram a trabalhar muito cedo, entre 8 e 14 anos de idade. Aqueles que começaram mais tarde, o fizeram com a idade de 17 anos, isto é, antes de atingir a maioridade no Brasil.

Na maior parte dos casos, a entrada precoce no mercado de trabalho implicou em uma interrupção também precoce da trajetória escolar. A necessidade de contribuir com o orçamento doméstico está na raiz dessa inserção precoce. Assim, o trabalho remunerado, em princípio muito instável, torna-se a atividade principal desses jovens que, porém, continuam freqüentemente mobilizados pela idéia de continuar seus estudos a fim de melhorar suas condições de vida. Apesar desse desejo, os recursos materiais e simbólicos limitados, as experiências de fracasso escolar e o atraso acumulado em suas trajetórias de vida impedem esses jovens, e depois adultos, de continuarem seus estudos, inicialmente conciliados com o trabalho remunerado e, em seguida, completamente abandonados. Deste modo, a articulação entre "trabalho" e "formação escolar" é, em geral, realizada atribuindo prioridade ao primeiro em detrimento do segundo. Todavia, modalidades de articulação que conferem prioridade aos estudos também foram observadas entre alguns entrevistados, sobretudo jovens, como ver-se-á mais adiante.

Um baixo nível de escolarização é, em geral, acompanhado de um baixo nível de qualificação profissional e por um ingresso em formas muito precárias de trabalho. Assim sendo, esses jovens ainda menores de idade transitam de um trabalho a outro na expectativa de encontrar um emprego mais estável. Pressionados pelas necessidades materiais, mas, também, por um desejo de independência econômica e autonomia individual, esses jovens ficam freqüentemente confrontados a uma situação na qual *o trabalho remunerado torna-se a condição para a retomada de seus estudos e para a realização de um projeto de formação profissional ou de um projeto de vida familiar*.

Neste caso, a *inversão da relação formação-emprego* torna-se um importante indicador do efeito das relações sociais de classe no mercado de trabalho. Excluidos de um escolarização "normal", esses jovens não são apenas vítimas de um processo de seleção social que se opera através do sistema escolar e de formação profissional e que se prolonga no mercado de trabalho. Eles são, desde muito cedo, objeto de relações de exploração econômica que convertem os jovens menores de idade em alvos fáceis de práticas de contratação e gestão da força de trabalho fora das normas do direito do trabalho. Esse tipo de contratação e de uso da força de trabalho é freqüentemente considerado "normal" pelos próprios jovens, pelos seus familiares e pelos empregadores, o que já implica esses indivíduos nessa etapa inicial de seus ciclos de vida em uma situação de elevada informalidade, ausência de proteção social e baixos salários.

Esta modalidade de inserção precária no trabalho remunerado caracteriza-se também por uma forte mobilidade e instabilidade no trabalho. Esses jovens, ainda menores de idade e em alguns casos ainda crianças, mudam freqüentemente de trabalho e experimentam uma modalidade particular de privação de trabalho que não é socialmente visível e reconhecida, um *desemprego infanto-juvenil, um desemprego precoce*. Aos olhos destes jovens e de seus familiares, as condições de atividade a que estão submetidos não caracterizam nitidamente uma situação de privação de trabalho. Portanto, o estatuto subordinado desses indivíduos em seus grupos familiares condiciona fortemente suas condições no mercado de trabalho e o tipo de privação de trabalho que experimentam.

Vários dos jovens entrevistados relatam suas várias experiências de trabalho vividas nessa condição intermediária entre a infância e a idade adulta. Em alguns casos, o trabalho não é, principalmente, condição fundamental para o provimento do grupo, ainda que a contribuição financeira desses jovens seja importante. Trabalhar, nesses casos, é um pouco o destino desses jovens que não vêem na continuidade da escolarização uma situação possível, pois têm suas vidas marcadas por carências e privações materiais. Mesmo não sendo os provedores de seus grupos familiares, esses jovens menores sentem-se impelidos a trabalharem para terem acesso a algum tipo de consumo que, normalmente, não poderiam concretizar.

Mesmo que a renda obtida por esses jovens e crianças tenha fundamental importância para o grupo familiar, seu valor é considerado simbolicamente secundário em relação àquela dos pais e adultos. Além disso, para eles e suas famílias, a renda não se traduz em uma maior autonomia individual. Ainda que o rendimento obtido signifique um certo grau de independência – em suas representações individuais evocam as razões que os levam a trabalhar fora, o fato de ajudarem a família e, principalmente, de poderem comprar o que querem – esta independência é sempre regulada segundo as necessidades da família e as decisões tomadas segundo os critérios dos adultos. Nestes termos, o rendimento obtido por esses jovens e crianças não é, em alguns casos, apropriado por eles, mas pelos adultos que chefiam o grupo familiar.

Uma função econômica instável e frágil dentro do grupo familiar, aliada a uma posição subordinada no âmbito jurídico, implica estes jovens e crianças em uma situação de extrema vulnerabilidade social, na qual à instabilidade e à informalidade no trabalho se adicionam um desemprego precoce pouco visível. Não sendo considerados adultos e responsáveis, esses jovens menores não são habitualmente definidos como "desempregados". A esse tipo de "trabalhador parcial" – meio trabalhador, meio criança – não se atribui a condição legítima de "demandante de emprego", ainda que eles possam ser explorados por inteiro e não pela metade. Esses jovens e

crianças, no entanto, estão ativos – ainda que parcialmente – estão à procura de trabalho, o rendimento que auferem é importante para seus grupos familiares. Tão ou mais chocante que muitas formas de trabalho desses jovens menores de idade é sua privação de trabalho. Essa privação não se define em um nível puramente individual e subjetivo. Ela é muito mais o resultado de um contexto social e familiar. A privação de trabalho, neste caso, não é propriamente ressentida pelos indivíudos menores, mas por seus grupos familiares, pelas práticas e representações que evocam, pelas idéias que veículam de que o trabalho é o caminho, o meio para alcançar a dignidade, para ocupar positivamente e produtivamente a vida dessas crianças e jovens. O trabalho é, pois, um elemento central no destino desses indivíduos, comportanto não apenas significados econômicos, mas também simbólicos. O desejo de trabalhar, o desejo de ajudar a família, o desejo de ter seu próprio dinheiro é, além de tudo, o desejo de estar no caminho certo, de corresponder às expectativas do mundo adulto, baseadas na responsabilidade, no compromisso em prover e ajudar a prover. E é na medida em que o trabalho dos menores está constituído por esses significados morais e não apenas e nem principalmente de finalidades econômicas associadas à subsistência do grupo familiar, que a privação de trabalho torna-se uma experiência frágil, fluida, pouco definida subjetivamente.

De qualquer forma, a privação precoce de trabalho é, na maioria das vezes, um claro indicador da vulnerabilidade social desses segmentos da população que se desenha na articulação das relações sociais de classe e de geração. Trata-se, na verdade, de uma privação de trabalho difícil de medir, não só por sua "ilegitimidade social", mas também porque, em se tratando de menores, torna-se difícil atribuir a eles próprios a responsabilidade de decidir se eles estão ou não disponíveis e a procura de emprego[234]. Esta decisão, tanto em um nível mais prático como em um nível jurídico, repousa fundamentalmente sobre a autoridade parental e depende das estratégias familiares em relação ao mercado de trabalho. Esta decisão repercute também sobre a possibilidade da criança ou jovem continuar ou não sua formação escolar, o que terá implicações definitivas sobre suas trajetórias futuras no mercado de trabalho[235].

Além desse "desemprego precoce" vivido pelos jovens menores de idade que entraram precocemente no trabalho remunerado, pode-se distinguir ainda outro tipo de privação de trabalho entre os trabalhadores mais jovens : a privação cíclica de trabalho ou "desemprego cíclico", vivido de forma mais ou menos distante de uma situação de "inserção profissional".

[234] Aliás, no Brasil, é proibido o trabalho de menores de idade antes dos 14 anos.
[235] No Brasil, até a idade de 14 anos, a escolarização é obrigatória, os pais ou responsáveis podendo ser juridicamente responsabilizados em caso de não cumprimento da lei.

A noção de inserção mostra-se problemática para caracterizar as condições de ingresso no mercado de trabalho para a maior parte desses jovens em situação de precariedade social. Sendo o trabalho precoce uma resposta às condições econômicas precárias, a inserção não se caracteriza como uma fase inicial e demarcada da trajetória profissional, na qual estes indivíduos buscam uma integração ao mundo profissional, ao mundo do trabalho. Logo, o recurso precoce ao trabalho remunerado constitui, em geral, uma estratégia individual ou coletiva imediata cujo objetivo não é a realização de um "projeto profissional" ou mesmo de um "projeto de vida" pessoal para o qual o trabalho remunerado seja uma condição essencial. Esses jovens, sobretudo os menores de idade, não se identificam ainda plenamente como trabalhadores, nem sustentam um projeto autônomo a longo prazo. É nesse sentido que a noção de "desemprego de inserção" não se aplica plenamente a eles.

A noção de inserção aqui utilizada remete à idéia de constituição de um projeto de vida pessoal e de conquista da independência econômica e profissional. Neste sentido, as "trajetórias de inserção" são aquelas nas quais os indivíduos visam atingir tais objetivos. Ora, como se pôde observar nesta pesquisa, os jovens em situação de precariedade social, sobretudo quando ainda são menores, não se colocam tais metas. Freqüentemente, estes jovens de origem modesta e fortemente marcados pela pobreza estão mergulhados em uma situação de precariedade social que se prolonga desde a infância até a idade adulta, sem que se apresente um período claramente demarcado no qual o problema da inserção profissional se apresente nitidamente como uma etapa diferenciada de suas trajetórias de vida. Para os jovens que já são maiores de idade e, portanto, adultos, esta inserção já é um fato consumado, o objetivo sendo, antes de mais nada, ou, simplesmente, a busca de um trabalho para sobreviver ou, em alguns casos, a busca de uma atividade estável, capaz de garantir uma certa estabilidade ao indivíduo e ao seu grupo familiar.

Deste modo, as condições precárias de trabalho desses jovens desde o início de suas trajetórias ocupacionais faz com que, quando se tornam adultos e aumentam suas responsabilidades, eles já estejam mergulhados em um círculo de instabilidade e vulnerabilidade cuja chance de ser rompido é muito fraca. Mergulhados na precariedade, as trajetórias desses jovens são freqüentemente marcadas por muitos períodos de privação de trabalho. Por isso, na continuação de experiências de "desemprego precoce", esses jovens seguem seus percursos experimentando uma série de novos períodos de privação de trabalho, um "desemprego cíclico". Em geral, essas experiências são fluidas e mal demarcadas, vividas sem muita nitidez subjetiva na experiência da precariedade social.

Na continuidade de um "desemprego cíclico", apresenta-se e consolida-se na trajetória de vida de alguns desses trabalhadores um outro tipo de privação de trabalho, sobretudo na medida em que esses indivíduos vão atingindo uma idade mais avançada. Trata-se de uma "*privação crônica de trabalho*", um "*desemprego crônico*" ou "*desemprego de exclusão*". Neste caso, as experiências de privação de trabalho não só se repetem mais constantemente, mas, sobretudo, se prolongam em sua duração. Em um primeiro momento, esses trabalhadores têm cada vez mais dificuldade de encontrar um emprego formal. As formas de trabalho informais e precárias tornam-se mais recorrentes, até que eles se vêem completamente excluídos do emprego, da relação de trabalho assalariada e protegida. Essa exclusão pode se tornar também uma exclusão formas mais regulares de trabalho informal, até o ponto em que só o bico, o trabalho absolutamente eventual e o próprio desalento tornam-se a rotina desses trabalhadores.

Essas experiências ocorrem, em geral, com homens e mulheres em idade mais avançada e caracterizam-se pela completa ausência de perspectiva de um emprego ou de um trabalho minimamente estável. Recolher-se à inatividade pode ser a opção de alguns desses trabalhadores tomados por esse "desemprego de exclusão". No entanto, uma boa parte deles irá persistir, ainda que irregularmente e desalentadoramente, seja devido à necessidade de prover ou contribuir para o provimento do grupo familiar, seja pelo simples desejo de continuar trabalhando e manter sua autonomia pessoal.

As experiências dessas formas de privação de trabalho vividas na precariedade social e em condições de carência material poderão variar, porém, de acordo com a posição específica que os indivíduos ocupam em suas relações sociais. A condição social ou de classe constitui-se em um tipo específico de condicionamente dessas experiências. Outras relações sociais também contribuem para estruturar essas experiências, como é o caso das relações familiares, elas próprias constituídas em termos de classe, gênero e geração. Esse conjunto de determinações permite falar das "formas de privação de trabalho", dos "tipos de desemprego" na construção da interpretação sociológica. Impõe-se, no entanto, a passagem dos "tipos" e das "formas" analiticamente descritas de privação de trabalho às "experiências", às "vivências" e aos "conteúdos" e "sentidos" atribuídos e construídos pelos atores nessas experiências. Antes, porém, tentar-se-á explorar mais intensamente as formas de privação de trabalho a partir da análise das relações sociais nas quais os indivíduos estão inscritos. A relações familiares serão o alvo a seguir.

7.4. A privação de trabalho e a posição dos entrevistados no espaço familiar

A posição que os indivíduos ocupam em seus grupos familiares ou domicialiares tem uma grande importância na conformação das experiências de privação de trabalho. Isto porque a busca ou a ocupação de uma atividade econômica remunerada, destinada a dar sustentação material aos indivíduos, não é definida em termos puramente individuais. Neste sentido, a unidade econômica fundamental a ser considerada não é o indivíduo, mas o grupo familiar ou, mais precisamente, a unidade domiciliar dentro da qual o indivíduo está inscrito, podendo esta ser composta por familiares consanguíneos ou não.

A seguir, descrever-se-á as características dos grupos familiares dos indivíduos entrevistados, procurando-se identificar as diferentes posições que estes indivíduos ocupam nesse espaço social e suas repercussões sobre suas experiências de privação de trabalho.

Inicialmente, vale registrar que dos vinte e quatro indivíduos entrevistados deste grupo, dez eram casados ou viviam com seus companheiros, seis eram solteiros, cinco eram separados ou divorciados e três eram viúvos. Observa-se, neste caso, conforme a Tabela 36, que quatorze dos vinte e quatro entrevistados não tinham parceiros ou companheiros, o que pode ter um importante efeito sobre suas condições de sobrevivência material.

Tabela 36 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a situação matrimonial.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Solteiro	**3**	12,5	**3**	12,5	**6**	25,0
Casado	**5**	20,8	**5**	20,8	**10**	41,7
Separado ou divorciado	**2**	8,3	**3**	12,5	**5**	20,8
Viúvo	**0**	0,0	**3**	12,5	**3**	12,5
Total	**10**	41,7	**14**	58,3	**24**	100

Todos os indivíduos solteiros são jovens que, em geral, ocupam uma posição secundária em termos de provimento das necessidades materiais de seus grupos familiares. Todos os indivíduos separados ou divorciados são adultos entre 30 e 45 anos de idade e são os principais provedores de seus grupos familiares. Os adultos mais idosos são indivíduos situados em uma faixa etária que, mesmo dispondo da ajuda de seus companheiros e de seus filhos – que, em muitos casos, já chegaram na etapa de ingresso no mercado de trabalho – continuam a ser

importantes provedores de seus grupos familiares. Veja-se mais detalhadamente essas diferenças de status que os indivíduos ocupam em seus grupos familiares segundo suas posições no ciclo de vida.

Conforme a Tabela 37, classificou-se os entrevistados segundo sua função no provimento das necessidades materiais do grupo familiar a que pertencem e suas posições no ciclo de vida. Considerou-se "provedores principais" aqueles indivíduos que têm a responsabilidade primordial de garantir a sustentação material do grupo, seja pelo volume de rendimento que esses indivíduos habitualmente aportam ao mesmo, seja pela responsabilidade subjetivamente reconhecida por eles mesmos como provedores principais. Os "provedores secundários" são aqueles indivíduos que também têm uma importante responsabilidade no provimento do grupo, mas cuja contribuição não é economicamente suficiente para garantir o provimento do mesmo – por existir outro membro que cumpre essa função – ou cujo reconhecimento subjetivo indique tal secundariedade. Os "não provedores" são aqueles indivíduos que não têm a responsabilidade pelo provimento do grupo familiar, seja porque uma ausência de renda não afeta a sustentação material do grupo, seja porque a renda desses indivíduos não é destinada ao grupo, mas à satisfação de suas necessidades individuais. Assim, tentou-se classificar estes entrevistados levando-se em conta tanto a contribuição econômica dos indivíduos para o grupo, como as percepções que eles deixaram transparecer nas entrevistas a respeito do valor subjetivo de seus rendimentos para o provimento do mesmo.

Tabela 37 - Perfil dos entrevistados em condição social precária, segundo o sexo e a posição no grupo familiar.

POSIÇÃO NO GRUPO FAMILIAR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Provedor principal	**7**	29,2	**10**	41,6	**17**	70,8
Provedor secundário	**0**	0,0	**3**	12,5	**3**	12,5
Não provedor	**3**	12,5	**1**	4,2	**4**	16,7
Total	**10**	41,7	**14**	58,3	**24**	100

Deste modo, conforme observa-se na Tabela 37, a grande maioria dos entrevistados, vinte ao todo, são provedores de seus grupos familiares. Destes, dezessete são provedores principais e três são provedores secundários. Apenas quatro entrevistados, todos jovens, não são provedores de seus grupos familiares. Pressupõe-se que essas diferentes posições no espaço familiar tem uma importante influência na construção das experiências de desemprego. Isto porque diferentes

posições implicam diferentes níveis de responsabilidade no interior do grupo. Nota-se, porém, que está em jogo não apenas o preenchimento de uma "função econômica", mas de uma "função psicológica" que traz à tona a questão da "identidade" do indivíduo e de sua "relação com seu próprio grupo familiar". Nestes termos, o indivíduo privado de trabalho não tem apenas "mais" ou "menos" responsabilidade no provimento de seu grupo, na garantia de sua reprodução material, o que, em si mesmo, tem enorme importância na estruturação dessas experiências. Ao assumir ou deixar de assumir essas responsabilidades, os indivíduos mantém também uma relação consigo mesmos, definindo seu papel, sua condição no grupo e o significado do grupo para si mesmos. Todas essas dimensões influenciam decisivamente a experiência de privação de trabalho. Nesse particular, as relações de gênero parecem estruturar fortemente essa relação com o grupo e com o espaço doméstico. É o que será analisado a seguir.

7.5. A privação de trabalho nas trajetórias juvenis : entre "desesperança" e "projeto"

Dos seis jovens entrevistados, quatro não eram os principais provedores de seus grupos familiares, o que os coloca em uma situação peculiar em suas experiências de privação de trabalho. Nas trajetórias de duas jovens provedoras, nas quais novos papéis e responsabilidades foram assumidas, observa-se que uma mudança de papéis na família acarreta novas formas de experimentar o trabalho e a privação de trabalho.

Todos os quatro jovens não provedores principais de seus grupos eram solteiros e não possuíam filhos, sendo três homens e uma mulher. Eles mantinham, em geral, uma relação muito frágil e incerta com o emprego e o trabalho, o que está na raiz de uma situação fluida de privação de trabalho. Apesar de serem jovens pobres, de apresentarem carências materiais evidentes e de participarem do provimento de seus grupos familiares, o provimento principal estava mais ou menos assegurado por outros membros. Ao mesmo tempo, o trabalho também não se impunha, em geral, como um referencial ético fundamental. Com ele, esses jovens nutriam uma relação de tipo mais instrumental. Ter uma profissão não estava em seus horizontes de vida, senão de forma parcial e incerta. O ideal do emprego estável, com uma renda igualmente estável é o elemento central dessa construção subjetiva. Ela remete, sobretudo, à noção e ao desejo de segurança econômica. No entanto, tal desejo aparece, com freqüência, muito distante de suas possibilidades reais de vida. Eventualmente, um projeto profissional é claramente delineado e torna-se uma

referência para alguns desses jovens. Neste caso, reabilita-se uma forte relação com o trabalho e uma outra experiência de privação de trabalho.

As trajetórias de alguns desses jovens apresentam um traço em comum, uma forte "desesperança" decorrente de suas baixas perspectivas de encontrar um novo emprego. São jovens com muito baixa formação sócio-profissional e que se deparam com um futuro incerto. Essas experiências de privação de trabalho são freqüentemente marcadas por uma procura irregular de emprego, por um certo desalento.

Um desses jovens, Davi, 24 anos, sem qualificação profissional e com apenas o ensino fundamental completo, integra um grupo familiar formado pelo pai, pela mãe e mais três irmãos. Apenas seus irmãos menores, uma criança de dois anos de idade e um adolescente de quinze anos, não eram ativos economicamente. No momento da entrevista, Davi estava sem emprego havia sete meses, com procura apenas nos últimos dois meses.

Este jovem já possuía várias experiências de emprego, em geral breves, tanto formais como informais, tanto na indústria como no setor de serviços. Em sua curta trajetória, já tivera quatro empregos registrados, intercalando-os com períodos de "desemprego". Davi começou a trabalhar ainda muito cedo, com quatorze anos de idade, e seus primeiros vínculos de empregos eram informais. Suas descrições a respeito são imprecisas. Ele contribuía também com seu trabalho em um pequeno negócio familiar, um bar, pelo qual seu pai era o principal responsável, atendendo ao público e trabalhando, ainda, como cabeleireiro. Segundo este jovem, tanto seu pai como sua mãe não possuíam empregos formais e estáveis, vivendo de bicos e atividades eventuais. A mãe trabalhava em empregos domésticos e o pai, quando não tinha trabalho, tomava conta do negócio familiar. Apenas a irmã de Davi, que já concluíra o ensino médio, tinha um emprego regular.

Assim, este jovem tinha uma experiência peculiar de privação de trabalho que combinava períodos de trabalho autônomo no domicílio e procura de emprego. Nos sete meses que separavam sua última demissão até o momento da entrevista, Davi permanecera a maior parte do período sem procurar emprego, pois recebia o seguro-desemprego e ajudava no negócio da família. Esta atividade funcionava como uma espécie de "regulador" da instabilidade ocupacional que marcava os membros do grupo. Na ausência de um trabalho ou emprego remunerado externo, os membros do grupo também consagravam parte de seu tempo ao negócio da família. Porém, este negócio também funcionava como uma espécie de "bico coletivo", pois, segundo Davi, ele não permitia que o grupo dele extraísse um rendimento suficiente para cobrir a maior parte das

necessidades da família. Esse pequeno negócio era, portanto, uma expressão da precariedade social do grupo familiar e da precariedade ocupacional de seus membros.

Nestes termos, a privação de trabalho é, antes de mais nada, uma experiência coletiva e não apenas individual. Ela é, sobretudo, uma situação de privação de rendimento, de condições financeiras e materiais mínimas necessárias à subsistência do grupo. Na narrativa deste jovem, ela aparece como uma experiência difícil, como uma "necessidade de trabalho", de emprego, em uma economia cada vez mais escassa de empregos e cada vez mais exigente na hora de contratar :

> *É horrível, a pessoa precisa trabalhar, né, na vida da gente precisa, né. E falam aí que tá tudo certo, não sei o quê, e fizeram fábrica e tudo aí, só que a gente não pode nem ...[risos]. Tem que ter bastante estudo para trabalhar nessas fábricas deles, aí. É brabo, né. Tá ruim, o desemprego tá horrível, tá cada vez piorando mais, aí.*(Davi, 24 anos)

A referência aos "estudos", ao déficit de formação escolar, é recorrente entre os indivíduos em situação de precariedade social. Esse déficit aparece, pois, como uma carência pessoal, como uma incapacidade individual face às exigências das empresas. Essa sensação de incapacidade está na raiz de um certo desalento, mais ou menos generalizado entre esses indivíduos, que provoca uma forte sensação de dificuldade e mesmo de impossibilidade de obter um emprego.

Na narrativa deste jovem, é significativo o fato de que ele mobilize o termo desemprego para denominar sua situação de privação de trabalho. É marcante em seu discurso, a noção de que o desemprego é um fenômeno coletivo, algo que se generaliza. Davi define o próprio pai como um desempregado, mesmo que este continue trabalhando em casa, no negócio familiar e nos bicos e trabalhos eventuais. Afirma-se, neste caso, uma representação do trabalho que toma como referência a "norma do emprego". A representação da privação de trabalho, por outro lado, é aquela da "necessidade de trabalho" que nunca é suprida pelas formas eventuais e precárias. É o emprego estável que está no horizonte deste jovem, mesmo que essa forma de trabalho torne-se cada vez mais distante.

Se, por um lado, essa experiência de privação de trabalho relatada por Davi, essa sensação de necessidade de trabalho, é, antes de mais nada, uma experiência coletiva, por outro, ela é vivida por ele de forma peculiar. Davi é jovem, não é o provedor principal do grupo e isto conta muito em sua experiência. Isto fica evidente quando ele relata sua última demissão. Esta partiu voluntariamente de uma decisão do próprio jovem que estava cansado de seu emprego e pretendia receber as indenizações trabalhistas. Em seu último emprego, em uma associação de servidores públicos, o jovem permanecera empregado durante quase três anos, trabalhando como

auxiliar em serviços gerais. Sua posição no grupo familiar foi decisiva para que tomasse tal decisão. Davi contava com o suporte de sua família.

É nesse quadro que a experiência de privação de trabalho de Davi adquire um sentido muito peculiar. É sua condição de jovem, de não ter a pressão de ser o principal provedor do grupo familiar e de participar de um grupo com vários membros trabalhando que faz Davi negociar sua demissão e buscar novas alternativas no mercado de trabalho. Tal quadro, porém, apresentava-se na total incerteza. Tal opção reflete não só sua posição no grupo familiar e uma certa liberdade de opção face às características do mesmo (um grupo extenso, vários membros com trabalho remunerado), mas também uma ausência de projeto profissional, uma certa "desesperança" em relação ao seu futuro no mercado de trabalho.

Se, por um lado, o sonho de Davi era de encontrar um emprego estável, em atividades administrativas, no qual pudesse retirar um rendimento regular, por outro, ele aceitaria qualquer emprego que aparecesse naquele momento. Na verdade, uma lógica de ação construída em torno de uma relação instrumental com o trabalho prevalescia sobre qualquer sonho ou desejo. Davi não tinha propriamente uma estratégia para enfrentar sua condição de "desempregado". O "desejo" de ter um emprego estável se apresentava como uma possibilidade distante, pois as oportunidades de emprego eram escassas, nele provocando uma forte situação de incerteza. Essa incerteza era, pois, sua rotina de vida.

É neste sentido que a experiência de privação de trabalho de Davi, vivida coletivamente na urgência e na necessidade de trabalho, era modulada pela sua posição no grupo familiar. Com frágeis recursos materiais e simbólicos, este jovem não chegou a formular nem um projeto de vida profissional, nem uma estratégia alternativa capaz de alterar sua condição precária no mercado de trabalho.

Para esses jovens em situação de precariedade social, a experiência de privação de trabalho é, em geral, um tempo de espera, sem perspectivas, sem investimentos, sem projetos. Essa forma de viver a privação de trabalho revela não apenas uma carência de recursos materiais, de recursos financeiros, mas uma carência de recursos simbólicos em relação ao mundo do trabalho. Carências objetivas e subjetivas se nutrem reciprocamente. Esses jovens terminam por viver em uma espécie de inércia, de limbo, de não ter para onde ir, nem o que esperar. Para esses jovens pobres, o trabalho imediato, visando a sobrevivência, é, em geral, o único e o principal destino. Quando não há trabalho, não há futuro e, às vezes, nem mesmo presente.

A experiência de privação de trabalho de um outro jovem apresenta algumas características distintas daquelas observadas acima. Nela um aspecto fundamental se destacava :

um projeto profissional como um fator importante de mobilização subjetiva. Este jovem chamava-se Lúcio, 26 anos, e tinha apenas o ensino fundamental incompleto. No momento da entrevista, ele morava com sua mãe e duas crianças, meios-irmãos de Lúcio, filhos do segundo marido de sua mãe, já falecido. Sua mãe era uma dona de casa, viúva, que recebia uma pensão de seu segundo marido. Apesar do baixo rendimento de sua mãe, Lúcio gozava uma situação de relativa autonomia em relação à responsabilidade de prover o grupo, pois sua mãe contava, ainda, com a ajuda de outros dois irmãos de Lúcio, mais velhos, que moravam no mesmo local, em casas separadas. Esses dois irmãos do entrevistado possuíam seus grupos familiares independentes, mas davam suporte material à mãe. Assim, Lúcio, que trabalhara dois anos como operário rural em uma fazenda no Uruguai, não se sentia obrigado a prover o grupo e podia pensar em usar o rendimento de seu trabalho em seus próprios projetos pessoais. Trata-se, pois, neste caso, de uma rede familiar mais ampla, com vários membros partilhando a sustentação econômica do grupo.

No momento da entrevista, Lúcio estava sem emprego havia um mês e, diferentemente de outros jovens entrevistados, marcados por uma forte desesperança, este jovem mostrava-se mobilizado, apresentando uma intensa procura de trabalho. Depois de alguns anos longe de casa, Lúcio retornara a morar com sua família, em Pelotas. Mas, o mais importante para ele era seu futuro profissional. Algum tempo atrás, este jovem fizera um curso de padeiro e confeiteiro. Na ocasião, ainda estava empregado. Como seu trabalho seguia um ritmo sazonal, com períodos de atividade reduzida, Lúcio aproveitara uma dessas ocasiões para realizar o curso. Seu objetivo era de montar seu próprio negócio, uma padaria artesanal e caseira, destinada a fornecer pão para bares e restaurantes. Seu sonho era ter sua própria padaria.

No momento da entrevista, Lúcio tentava obter uma vaga para trabalhar em uma padaria. O jovem já tentara outros empregos, mas a situação mostrava-se muito difícil. Lúcio não tinha preferência por algum tipo específico de emprego, aceitava em trabalhar em qualquer atividade que aparecesse. O mais importante para ele, era conseguir um novo trabalho e poder dar continuidade a seus projetos profissionais.

Em sua narrativa, Lúcio fala sobre o trabalho utilizando o termo “serviço”, comum entre as camadas populares no Brasil. Ele afirma que em períodos anteriores de sua trajetória não faltava “serviço”, sempre tinha um emprego. Este jovem começou a trabalhar muito cedo, desde os doze anos de idade, e teve vários empregos na indústria e no comércio, muitos dos quais em situação de informalidade, sem registro em carteira de trabalho. Ultimamente, porém, a situação estava muito difícil, segundo o entrevistado. O trabalho estava ficando escasso, as empresas

empregando menos, o "serviço" estava diminuindo. Em nenhum momento de seu discurso, este jovem evoca o termo "desemprego". Habituado à instabilidade, às oscilações do trabalho, quando se refere à privação de trabalho esse jovem faz referência principalmente à falta de "serviço", o que faz com as empresas empreguem menos. Perguntado sobre como foram os períodos em que ficou sem trabalho em sua trajetória, Lúcio afirmou o seguinte :

> *Não, não cheguei a ficar sem trabalho, eu sempre batalhei, sempre ... Mesmo sem carteira, sempre trabalhando. [...] Naquela época eu conseguia rapidamente. Não cheguei a ficar uma semana parado. Eu saí da* Empresa A*, eu saí numa ... sexta-feira, na segunda eu peguei no supermercado. Eu sempre tive assim, sorte, para conseguir serviço. Agora, de noventa... noventa e seis para cá, parece que as portas fecharam. Diminuiu o "emprego", diminuiu bastante. [...]*
>
> P: E como está sendo para ti esse período sem trabalho, essa experiência ?
>
> *Ah, bastante ruim. Sai e chega em casa assim... [...] Não muito agradável, te digo. Você sai assim de manhã ; não, é hoje que eu consigo, aí vocês chega de noite, não consegue nada, né. É bem desagradável. Mas tendo fé em Deus e sempre pensando para frente, nunca pensando para baixo.*(Davi, 26 anos)

Neste extrato, é possível identificar que as oscilações no emprego, a instabilidade do trabalho sempre foi considerada natural para esse jovem que, inclusive, evoca sua confiança em Deus para superar as dificuldades. Ele evoca, ainda, o "esforço pessoal" como uma condição importante para ter um emprego, um serviço. No entanto, a situação se modifica nos últimos anos, segundo sua avaliação. O emprego tornou-se mais escasso, o serviço diminuiu.

Observa-se, pois, que este jovem também têm no emprego, mas não no emprego estável, uma referência para suas práticas e representações, mesmo que essa referência não seja a única. É principalmente através dele, do emprego, que se consegue sobreviver. Mas sua relação com o emprego é puramente instrumental. O objetivo de se ter um emprego é subsistir. Em seu caso, mais do que isso, é viabilizar seu projeto profissional, montar seu próprio negócio. É a atividade autônoma, independente, por conta própria, que constitui, neste caso, a referência principal desse jovem em termos de trabalho ideal. Neste sentido, o desemprego não é apenas uma categoria invisível, não mobilizável. A privação de emprego não constitui uma referência estável, uma condição que implique, necessariamente, uma identificação e uma auto-identificação. Nestes termos, a situação familiar do entrevistado e a referência ao trabalho autônomo minimizam a "privação de emprego" como situação problemática.

Nas trajetórias dos jovens acima relatadas, cujas condições ocupacionais são muito precárias, marcadas por baixa remuneração, baixa qualificação, curtas experiências de trabalho e emprego, ausência de registro formal e períodos de privação de trabalho que se repetem

ciclicamente, observa-se, portanto, diferentes relações com o trabalho e, conseqüentemente, com a privação de trabalho. Se, por um lado, a "privação de trabalho" já aparece em suas trajetórias como uma "experiência familiar e rotineira", ela também pode ser vivida como uma etapa provisório de um projeto de vida que se desenha para suas vidas. Percebe-se claramente, no entanto, que os recursos de que dispõem esses jovens para realizar seus projetos são muito limitados. No caso de Lúcio, ele estimava que os recursos financeiros necessários para financiar seu projeto seriam tirados de seu próprio salário, quando viesse a obter um novo emprego. Logo, a "privação de emprego" significava também para ele o bloqueio de seu projeto profissional.

Uma outra modalidade de experiência de privação de trabalho vivida muito fortemente em torno de um projeto de formação escolar e profissional é identificada na trajetória ocupacional de uma outra jovem chamada Sara. No momento da entrevista, esta jovem solteira, 26 anos de idade, estava sem emprego havia três meses. No entanto, ele não estava à procura de trabalho. Depois de um curto período de emprego formal, seguido de um período difícil de privação de trabalho, Sara decidiu dar prioridade aos seus estudos. Ela estava matriculada em um programa de escolarização para trabalhadores desempregados, levado a cabo por uma importante confederação de trabalhadores do setor metalúrgico. O objetivo desse programa era de elevar o nível de escolarização dos trabalhadores a fim de que pudessem melhor enfrentar um mercado de trabalho cada vez mais competitivo e exigente em termos de escolarização formal. Sara estava engajada no programa havia mais de um ano e seu pleno era de, uma vez concluído o ensino fundamental, procurar um emprego de vigilante.

A entrevistada já tinha feito um curso de formação de vigilante, além de um curso de informática. Apesar desses investimentos, realizados principalmente durante os primeiros meses de sua experiência anterior de desemprego, ela não conseguira encontrar um emprego na área. Segundo relatou, duas razões principais eram evocadas para explicar seu insucesso. Primeiramente, sua idade. As empresas tinham preferência por pessoas mais velhas, com 30 anos idade ou mais. Em segundo lugar, seu nível de escolarização. As empresas exigiam o ensino fundamental completo.

Decepcionada depois de muitos meses de procura de emprego, Sara pouco a pouco foi se desencorajando, decidindo, assim, priorizar sua formação escolar. Neste meio tempo, ela consegue um emprego temporário, nele permanecendo apenas dois meses. Sem emprego havia três meses, sem procura de trabalho e investindo-se em sua formação escolar a fim de melhorar sua empregabilidade, Sara experimentava uma situação de privação de trabalho invisível à luz das categorias oficiais. Sua "inatividade" não expressava sua forte disposição em obter um novo

emprego, ela mascarava-se em seu desalento. Seu investimento na escolarização não decorria de uma prioridade concedida aos estudos, mas antes de uma prioridade concedida ao emprego remunerado. Os estudos constituíam apenas em um meio para chegar ao emprego, passando por uma melhoria de sua empregabilidade. O investimento em sua escolarização era uma espécie de substituto do emprego, expressando seu engajamento em relação ao mundo profissional. Esse investimento foi possível graças à posição desta jovem no grupo familiar, pois ela podia contar com a mãe como a principal provedora do grupo. A formação escolar é, neste caso, uma quase-inserção profissional, uma modalidade específica de relação com a atividade econômica remunerada. Esta jovem não estava apenas disponível e disposta a ter um emprego, ela havia efetivamente procurado emprego, sem sucesso. Ainda que formalmente inativa, sua experiência de privação de trabalho é subjetivamente significativa.

Essa experiência inicia-se muitos meses antes, quando Sara perdeu seu penúltimo emprego, no qual permaneceu por mais de cinco anos, trabalhando como operadora de máquina de usinagem em uma empresa industrial do setor metalúrgico. Ao todo, sua experiência de desemprego cobriu um período de um ano e oito meses, podendo ser divido em três fases distintas.

Na primeira fase, durante os sete primeiros meses de desemprego, Sara recebeu as cinco prestações do seguro-desemprego. Naquele momento, ela não procurou emprego, consagrando seu tempo à realização dos cursos acima referidos (agente de vigilância e informática). Como já foi observado no capítulo 3, o abandono da procura de trabalho durante o período em que o indivíduo recebe o seguro-desemprego constitui uma prática recorrente no Brasil. Neste caso, mais do que uma proteção contra o desemprego, este benefício apresenta-se como um substituto de rendimento. Este fato expressa também uma relação com o trabalho fortemente instrumental. No entanto, no caso de Sara, o seguro-desemprego não é utilizado exclusivamente como um substituto do emprego, tal como se observa entre outros entrevistados. Diferentemente, ela o utiliza para investir em sua formação, tendo em vista os frágeis dispositivos institucionais destinados a este fim. Tratou-se, efetivamente, de uma interrupção provisória da procura de trabalho com o intuito de retoma-la mais tarde.

Após essa primeira fase, Sara se consagra intensamente mais de três meses à procura de emprego. Face ao insucesso de suas investidas, ela desencoraja-se pouco a pouco e tenta redefinir seu percurso profissional. Na terceira fase, esta jovem já desalentada, interrompe definitivamente a procura de trabalho e retoma seus estudos através do programa acima referido. Essa situação de privação de trabalho vivida nesse contexto de formação e desencorajamento, na fronteira entre o

desemprego e a inatividade, constitui-se em uma das formas ditas invisíveis de desemprego que afeta os jovens e os trabalhadores no mercado de trabalho brasileiro. As relações sociais de classe, de gênero e de geração constituem fortemente essas experiências.

A esse propósito, veja-se como a própria Sara narra essa experiência de privação de trabalho :

> *Ah, foi horrível. É horrível.*[...] *Aaah, a gente só passa por muita coisa, desempregado. Vai a gente tem que ter, tem que ter... eu acho que tem que ter muito, eu pego muito no estudo, né, a gente tem que estudar bastante. Eu tive a oportunidade de estudar só acho que com a infância muito preguiçosa alguma coisa assim que não estudou, mas hoje eu me arrependo muito, né, podia tá formada já. E o estudo é essencial prá tudo. Prá estudar, prá te comunicar mais com as pessoas, saber falar olhando assim diretamente com a outra pessoa seriamente, sabe. E a gente tem que estudar muito e hoje eu me agarro muito é no estudo, sabe. Às vezes nem me preocupo tanto em procurar emprego agora que eu quero primeiro é estudar. Que adianta sem estudar?* ***Não adianta eu procurar, não tem emprego.*** *Não tem, prá qualquer coisa, prá gari eles tão pedindo estudo. Não é vergonha ser gari, mas eles tão pedindo estudo, então, a gente tem que estudar. Então eu não tô procurando agora, eu quero é estudar, terminar o 1º Grau* [ensino fundamental] *que prá eles já é pouco, eles tão pedindo já é o 2º Grau* [ensino médio], *mas eu quero continuar estudando, eu vou fazer o 2º Grau também.* (Sara, 26 anos)

Neste extrato, observa-se como esta jovem se culpabiliza por não ter estudado suficientemente durante sua infância, referendo-se mesmo à sua preguiça e mostrando-se arrependida. Sua experiência de privação de trabalho é ressentida, em parte, como o resultado dessa falta grave. Segundo seu relato, a escolaridade é uma condição essencial para garantir uma condição favorável no mercado de trabalho, evitando assim o desemprego. Sara abdica completamente da procura de trabalho, pois julga não existir emprego para ela, uma vez que seu nível de escolaridade é muito baixo. Neste caso, a referência ao emprego é central em seu discurso. É essa combinação de "emprego" como objetivo (poderia-se precisar: um bom emprego, regular, estável) e "baixa escolaridade" como condição é que provoca o sentimento de sesalento nesta jovem, isto é, a sensação subjetiva de que não há um lugar para ela no mundo do trabalho. Neste caso, a privação de trabalho é vivida como "a experiência da desqualificação", independentemente do critério "procura por trabalho". Essa experiência é vivida de uma maneira um tanto dolorosa, pois o desalento, a ausência de procura, é precisamente a expressão da percepção subjetiva de um "déficit" fundamental no mercado de trabalho. Trata-se mesmo do auto-reconhecimento de uma condição de classe inferior, daqueles indivíduos vulneráveis socialmente que não tiveram os recursos e a oportunidade de investirem em sua escolarização e formação profissional. A experiência de privação de trabalho é, pois, a experiência do fracasso pessoal e que define uma marca de classe desses indivíduos.

No entanto, Sara não se resigna a essa constatação de fracasso. Ela dá prioridade aos seus estudos, seu desafio consistindo em tentar superar o atraso e o défict acumulado em termos de escolarização desde sua adolescência, quando ela abandona seus estudos. Naquele momento de sua vida, esta jovem estimava que trabalhar era mais importante. No trecho a seguir, ela própria define o significado do trabalho naquele momento de sua trajetória:

> *Eu sempre tive essa intenção porque a minha mãe sempre foi uma pessoa trabalhadora, né. Então eu achava também que tinha que ser. Sempre fui, nunca fiquei em casa. Além disso, antes de trabalhar na* Empresa A *eu .. .. tinha obsessão tinha que trabalhar, tinha que trabalhar. Então eu tinha um irmão, hoje já falecido, então antes de trabalhar [...] a gente vendia pastel, eu tinha que trabalhar, eu tinha que ter o meu dinheiro. E a minha mãe me disse: ah, tu não tem idade prá trabalhar, tu não pode trabalhar. Eu disse não, eu quero trabalhar pra ajudar a senhora. Então eu vendia pastel, né, depois fui pra* Empresa A [onde] *eu peguei com 15 anos, 15 prá 16 aí eu peguei na* Empresa A *[.....], eu passei por um curso [.....] que tinha que passar, aí peguei na* Empresa A, *mas... báh! Aquilo ali prá mim foi um choque, né, porque lidar com público, né, tinha que ser educada, não podia .. .. sempre tinha razão era o cliente, né, não podia ser... em casa eu era digamos, eu era um pouco revoltada e no serviço não podia. Tinha que obedecer, né. E foi muito bom, eu gostei muito de trabalhar na* Empresa A. *Foi pouco tempo, mas eu gostei muito. Foi aí que eu aprendi a lidar com as pessoas, né, ser, ser gente, né, como se diz, né, a gente saber lidar. Eu aprendi muita coisa na* Empresa A. (Sara, 26 anos)

Assim, Sara mostra como em um momento preciso e crucial de sua trajetória, o trabalho torna-se, a despeito dos estudos, a atividade principal em sua vida. Minimizando a importância econômica do trabalho, certamente enorme naquele contexto de sua vida, esta jovem exalta, porém, seus aspectos sociais e pessoais, a independência e a a autonomia que ele propicia, o aprendizado das relações sociais e da disciplina implicados naquela experiência.

Não é por acaso que, na ordem de sua trajetória individual, Sara atribui um significado fundamental primeiro aos trabalho e em seguida aos seus estudos, o que corresponde a etapas do ciclo de vida nas quais estas prioridades deveriam, em princípio, estar invertidas. Esta inversão, porém, é somente aparente. Ela obedece, antes de mais nada, a uma lógica típica de uma certo contexto social de classe. Esta ordem descrita pela jovem entrevistada – na qual o trabalho torna-se prioritário em uma etapa da vida na qual a prioridade deveria ser atribuída ao estudos e, inversamente, os estudos tornando-se prioritários em uma outra etapa na qual o trabalho remunerado e a inserção profissional deveriam passar na frente – é a ordem "normal" socialmente construída no universo de vida das classes sociais mais desfavorecidas no contexto das transformações recentes do mundo do trabalho. Nela, a sobrevivência, a participação na produção da renda familiar é uma prioridade. Também nela, emerge mais recentemente uma certa consciência do caráter imperativo dos estudos na tentativa de obter uma lugar melhor no mercado

de trabalho. Neste caso, o desejo de estudar torna-se freqüentemente muito marcante entre esses indivíduos. Na maior parte das vezes, porém, ter um trabalho remunerado é a condição necessária para tentar dar continuidade aos estudos, o que quase nunca mostra-se viável.

Portanto, entre essas classes sociais mais desfavorecidas, entre as quais os recursos econômicas mas igualmente os culturais e simbólicos são frágeis, uma relação precoce com o trabalho se constrói naturalmente como uma resposta às coerções materiais imediatas. Mas esta relação apresenta-se também como um meio importante de aprendizagem e de socialização, às vezes mesmo como o único caminho que torna possível encontrar um lugar no mundo social. O trabalho é com freqüência considerado como uma "escola", aliás a "verdadeira escola", a escola da vida[236]. A valorização do trabalho, expresso na narrativa desta jovem, é um indício dessa relação peculiar com o trabalho entre os jovens menores pertencentes às classes sociais mais vulneráveis. Esta valorização do trabalho, os "fracassos" e "atrasos" escolares acumulados pelas crianças e adolescentes, as privações materiais e os desejos de ter mais dinheiro, de poder comprar o que se quer e o que se precisa, são elementos que constituem e exprimem esta relação particular com o trabalho. O trabalho remunerado apresenta-se, pois, como um atividade social importante na formação dos "habitus" econômicos dessas classes desfavorecidas.

A escola também parece ter um papel fundamental na construção dessa relação com o trabalho remunerado, na medida em que a experiência do "fracasso escolar" estimula essas crianças e jovens a se dirigirem para o mercado de trabalho. Esta relação com a escola, porém, pode mostrar-se ambígua. Se o fracasso escolar estimula os jovens a abandonar seus estudos, se na escola eles têm freqüentemente a experiência do limite intransponível, de sua exclusão das melhores posições na sociedade – isto é, a experiência dos "verdadeiros" lugares a eles destinados – esses jovens continuam a alimentar, em relação à escola, uma esperança que consiste em considerar os estudos como a única chance de ter um bom emprego, uma vida melhor. É esse, particularmente, o caso de Sara. Portanto, uma relação tardia à escola[237] se constrói naturalmente entre esses jovens vulneráveis cujas trajetórias são quase sempre marcadas por esses traços distintivos: o trabalho precoce, os fracassos escolares e as privações econômicas.

A combinação dessa relação precoce com o trabalho e dessa relação tardia com a escola imprime no percurso de Sara uma marca peculiar, implicando-a em uma experiência igualmente

[236] A esse propósito ver Vargas (1994).
[237] Essa relação tardia à escola se caracteriza pela necessidade de continuar investindo na formação escolar e profissional nas etapas do ciclo de vida nas quais esta formação já deve estar, em princípio, adquirida entre as camadas sociais mais favorecidas.

típica e particular de privação de trabalho. A posição desta jovem no grupo familiar contribui decisivamente para configurar essa experiência. Apesar das dificuldades econômicas, Sara contava com fato de que sua mãe tinha um emprego estável havia mais de dez anos, sendo a provedora principal do grupo familiar. Aliás, é a profissão da mãe, ela também trabalhando como vigilante, que estimula esta jovem a seguir seu próprio projeto profissional. Se a estabilidade no emprego e a condição de provedora da mãe permitem a Sara de investir em sua formação e de se manter em uma situação de privação de trabalho, o seu papel econômico no grupo não pode ser negligenciado. Sem uma renda complementar, as dificuldades econômicas do grupo são consideráveis. Quando trabalhava, Sara sempre contribuiu de maneira significativa para ajudar nas despesas domésticas.

Logo, por um lado, as relações sociais nas quais esta jovem está inserida – de classe e de geração, principalmente – a constrangem no sentido de uma inserção precoce e precária no mercado de trabalho, tornando-a vulnerável. Por outro lado, sua posição nessas relações e na família também favorece uma apropriação do tempo de privação de trabalho que pode ser convertido na formação de novos recursos, neste caso, a escolarização. Esta apropriação é, no entanto, ambivalente e, às vezes, uma provação para Sara. Ainda que permitindo o aprendizado de um ofício e a experiência enriquecedora de aquisição de seu diploma escolar, ela é igualmente marcada pela incerteza em relação ao futuro, pelo "mal estar" de não poder ajudar a mãe e de não gozar de uma situação de independência econômica.

Ao mesmo tempo, esta apropriação depende de condições econômicas precisas. No início de sua experiência anterior de desemprego, a renda que Sara obteve do seguro-desemprego favoreceu seu investimento em formação (realização do curso de vigilante e de informática). Do mesmo modo, Sara só pôde seguir seus estudos porque, de um lado, dispunha do apôio de sua mãe e, de outro, porque seu curso era gratuito e mesmo subsidiado (ela dispunha de passagens de ônibus e alimentação, por exemplo). Todas essas condições materiais são decisivas na estruturação das experiências de privação de trabalho, constituindo um conjunto de recursos mais ou menos expressivos mobilizados pelos indivíduos na tentativa de superar suas dificuldades.

Ainda em relação à sua experiência de privação de trabalho no momento da entrevista, Sara afirmava que a maior dificuldade era devido à limitação de seus recursos financeiros, o que lhe impedia, segundo seu ponto de vista, de realizar investimentos ainda mais importantes em sua formação, realizando outros cursos. Perguntada se ela se considerava uma desempregada (palavra que ela mobilizava espontaneamente, por conta, também, de sua participação no programa sindical de escolarização para "desempregados") naquele momento, Sara assim respondeu:

Ah, me considero. Não tem de onde receber nada, não trabalha. Só sou, agora tô de novo cuidando da casa, aí fica muito ruim, né. Tu fazer a mesma coisa, tu levantar sabendo que tem que fazer a mesma coisa todo o dia, tu tem que modificar, tu tem que bater lá alguma coisa prá ti modificar porque senão não é a mesma coisa. E nem fazer um curso, não tem dinheiro, não pode fazer um curso, né, não tem como, tudo vai dinheiro. (Sara, 26 anos)

Assim, esta jovem confessa ficar a maior parte de seu tempo de « desemprego » em casa, ocupando-se do trabalho doméstico. Diferentemente das trajetórias dos jovens do sexo masculino, a experiência de Sara como aquelas de outras jovens, é fortemente concernida pelas responsabilidades domésticas.

Além das relações de classe e de geração, a experiência de privação de trabalho desta jovem é também fortemente vivida no feminino, na proximidade do espaço doméstico, constituída pelas relações de gênero. Nestes termos, nos períodos em que estava sem emprego, Sara tornava-se, segundo sua própria definição, uma dona de casa: "*Então, eu ficava em casa, como dona de casa, era só me perguntar o que estava faltando, eu não podia trabalhar* [fora], *eu cuidava da minha irmã, eu estudava e tudo isso, e eu, dona de casa.*" (Sara, 26 anos)

Toda essa rotina começou muito cedo para esta jovem. Depois de ter sido demitida de seu primeiro emprego, quando tinha ainda 16 anos de idade, Sara fica quase dois anos e meio em casa sem trabalhar. Naquele momento, ela retomou seus estudos que foram interrompidos em razão de seu emprego. Sua presença em casa, porém, tornou-se imperativa. Sua irmã caçula acabara de nascer e seus cuidados com ela eram essenciais para que sua mãe continuasse suas atividades profissionais. Esse arranjo familiar declinado no feminino foi decisivo para que Sara permanecesse esse longo período longe do mercado de trabalho.

Ainda que o trabalho doméstico não proporcionasse prazer a essa jovem, ser uma dona de casa não lhe era estranho. Ao contrário, essa rotina parecia-lhe natural, as responsaabilidades domésticas fazendo parte de seu destino. Sobre essa experiência como dona de casa, Sara relatou o seguinte :

Ah, prá mim não é muito bom. [Risadas][…] Eu não gosto muito. Eu prefiro trabalhar [fora]. *Trabalhar e ser dona do lar, só fim de semana, né. Cuidar só o que tem que cuidar, só fim de semana. Mas sem ser dia de semana assim, dia a dia não é muito bom prá quem já trabalhou, sempre trabalhando, não é bom, né.* (Sara, 26 anos)

Refusando a rotina inerente ao trabalho doméstico, esta jovem o opõe ao trabalho remunerado, que ela chama simplesmente de trabalho. É este e não aquele (que ela não denomina trabalho) que representa autonomia e independência. Logo, estar privado de trabalho remunerado, de uma atividade na esfera pública, significa, dia após dia, estar tomado pelas tarefas e pelo confinamento domésticos.

Por isso, Sara investia-se em seu projeto profissional, em sua escolarização, o que constituia em uma prioridade para ela. Mesmo abandonando a busca imediata por uma emprego, essa era a alternativa para que, em um futuro próximo, ela pudesse retornar ao mercado de trabalho. Continuar seus estudos até completar o ensino médio e, a partir de então, procurar um emprego como vigilante, eram seus objetivos estratégicos. Sara não considerava realizável a possibilidade de seguir os estudos universitários, pois os custos de um tal empreendimento eram, do seu ponto de vista, muito elevados.

A propósito do trabalho de vigilante, Sara relata como, nos últimos anos, esse ofício masculino torna-se cada vez mais freqüentemente exercido por mulheres. Ela evoca assim as razões de uma tal mudança :

> *É...* [as empresas] *acharam que é importante porque tem várias coisas* [que] *a mulher tem, mais educação e sabe tratar mais do assunto e o homem já é mais bruto. Então, foi isso que eles passaram no curso prá gente, que por isso que tiveram essa idéia da vigilância mulher, feminina, por causa que os homens são muito bruto e a mulher às vezes tem várias questões, várias coisas que ela sabe se controlar, sabe amenizar e o homem não, o homem já vem agredindo, já quer, né, já é do homem isso, né, e a mulher não, a mulher já é mais pacífica.* (Sara, 26 anos)

Para explicar a incorporação das mulheres no ofício de vigilante, Sara faz referência a uma natureza feminina e masculina que estariam na origem das respectivas qualidades mobilizadas no trabalho. Assim, a necessidade de um novo perfil de vigilantes, aptos a lidar com o público, com sensibilidade, auto-controle e gentileza, explicariam o recurso ao trabalho feminino. A natureza "pacífica" das mulheres estaria na base, pois, de uma tal política de recrutamento e contratação.

Esse discurso veiculados nos cursos de formação profissional e narrados pela entrevistada no extrato acima parece sensibilizar esta jovem convencida por uma tal justificação. Neste caso, a "naturalidade" com a qual um discurso e uma visão de mundo impregnam os indivíduos não pode ser explicada como um simples efeito de imposição ideológica e de propaganda, mas como o resultado mais profundo de um longo processo de reprodução de práticas cotidianas. Logo, na base da "espontaneidade" de um tal discurso estão as relações sociais de gênero que definem e informam cotidianamente os lugares e os papéis "naturais" de homens e mulheres na vida social. Esse discurso de justificação da feminização do ofício de vigilante é, ele mesmo, a operacionalização das relações sociais de gênero em sua dimensão simbólica e lingüística.

A trajetória ocupacional de uma outra jovem também apresentava aspectos muito peculiares em termos de gênero. Como na trajetória de Sara, a experiência de trabalho de Arlinda

que, em princípio, não estava centralmente referida em torno do emprego assalariado, passa a sê-lo a partir de um conjunto de circunstâncias específicas. Logo, o trabalho autônomo e artesanal sempre cumpriu um papel decisivo na estruturação de suas experiências de privação de trabalho.

Já muito cedo interpelada pela maternidade, Arlinda, 20 anos, solteira, ensino fundamental incompleto, tinha sob sua responsabilidade a educação de uma filha. No momento da entrevista, ela morava com seus pais, ambos dispondo de trabalho remunerado, e com a sua filha pequena cujo pai não é referido durante a entrevista. O pai de Arlinda era vigilante, tendo um emprego formal. Sua mãe trabalhava em casa, como artesã, produzindo peças de confecção. Arlinda tinha tido três curtíssimas experiências de emprego formal, de alguns meses apenas, alternando o emprego assalariado com o trabalho de artesã – em conjunto com a mãe e uma tia – e com o trabalho de pesca artesanal.

Arlinda pertencia a uma família de pescadores, possuía carteira profissional de pesca e seu irmão trabalhava regularmente nessa atividade. Tanto a pesca como o trabalho artesanal não garantiam, no entanto, uma renda estável. A pesca era uma atividade sazonal e o trabalho artesanal estava sujeito à instabilidade das condições de comercialização das mercadorias. Por isso, Arlinda estava a procura de um emprego que, segundo ela, propiciasse uma renda mais estável e contínua. O fato de ter que sustentar sua filha pesava muito para ela, mesmo morando com os pais e dispondo do apoio econômico deles.

Neste sentido, a maternidade foi um fator decisivo para que Arlinda buscasse de forma mais regular um emprego assalariado. Anteriormente, ela trabalhara seis meses como empregada doméstica. No momento da entrevista, ela estava sem emprego havia dois meses. Observou-se, ainda, que sua forte relação à atividade devia-se não apenas ao seu estatuto de mãe, provedora, mas a uma certa "cultura do trabalho" de seu ambiente familiar, marcado por um forte sentido de responsabilidade na participação das atividades econômicas destinadas ao provimento do grupo familiar. Por isso, esta jovem começou a trabalhar muito cedo, ainda criança, quando tinha pouco mais de oito anos de idade. A maternidade, no entanto, foi decisiva para que ela decidisse investir mais na busca de uma emprego assalariado. Esta jovem contava, ainda, com a ajuda de sua mãe para poder investir-se no trabalho remunerado, uma vez que ela se ocupava de sua filha enquanto Arlinda estava fora de casa. A estrutura familiar, nestes casos, torna-se decisiva para que mulheres como Arlinda, mães de crianças pequenas, possam dedicar-se ao trabalho remunerado. A distribuição das tarefas e responsabilidades domésticas recaem, deste modo, quase sempre sobre as mulheres.

No caso de Arlinda, observa-se um importante deslocamento de suas referências subjetivas em termos de trabalho. Na sua trajetória ocupacional, o fato de intercalar formas distintas de trabalho, o trabalho artesanal urbano, a pesca, o emprego doméstico e assalariado, faz com que a privação de trabalho não se apresente imediatamente como uma questão problemática para ela. A privação de trabalho não tem limites subjetivos claros. O recurso ao emprego assalariado passou a ser uma referência mais recente para Arlinda em sua trajetória, em razão da experiência da maternidade. Sobre esse ponto, sobre a procura de emprego, a jovem afirmou o seguinte, referindo-se a sua condição de atividade : "*... eu tenho trabalhado sim, mas eu trabalho com artesanato. É só uma coisa com carteira assinada, eu quero um seguro para mim e para a minha filha, por isso que eu tô procurando emprego.*" Mais adiante ela reforça: "*... eu tenho a minha filha e agora não posso mais estar numa coisa insegura, eu tenho que estar numa coisa segura, que eu tenha certeza se acontecer alguma coisa pra mim, ela vai ter algum benefício.*" (Arlinda, 20 anos)

Deste modo, nas representações dessa jovem, o trabalho assalariado está associado à noção de segurança. Essa forma de trabalho entra em contraste com as demais, marcadas pela sazonalidade (pesca artesanal) e pela instabilidade do mercado (trabalho artesanal). O emprego assalariado oferece a possibilidade de uma proteção previdenciária e trabalhista, além de uma renda contínua. Porém, desde muito pequena, Arlinda alterna essa formas de trabalho, afirmando, inclusive, uma identidade profissional de pescadora: "*... a minha profissão, eu tenho carteira de pescadora*." Assim, nos períodos em que não estava pescando, durante três ou quatro meses no ano, esta jovem ou trabalhava com artesanato ou buscava um emprego assalariado. Ela tinha dois registros formais de emprego em sua carteira de trabalho, com duração de apenas alguns meses.

Portanto, esta jovem nunca teve no emprego uma referência única e estável em termos de ocupação econômica. Só mais recentemente, ela passa a almejar um emprego assalariado, tendo em vista sua responsabilidade como mãe. Por isso, o desemprego, a privação de emprego, nunca foi para uma experiência claramente demarcada para ela. Perguntada, porém, se já ficara desempregada em sua trajetória, ela firmou categoricamente :

> *Já fiquei sim, mas ... ... é como te digo, eu tô sempre tentando fazer alguma coisa, têm vezes que a gente emprega dinheiro e não sai ... Porque tudo que eu faço em artesanato sai do meu bolso. ... ... Se não tiver, tu não pode produzir, tu tem que ver dinheiro, porque tô trabalhando e têm vezes que não dá. ... ... Então, têm vezes que a gente fica sem emprego ou sem alguma coisa prá fazer ...* (Arlinda, 20 anos)

Percebe-se claramente que a noção de desemprego para Arlinda remete a uma situação geral de estar "privada de trabalho" e não, particularmente, à privação de emprego, e, portanto, ao

trabalho assalariado. Como no caso de Davi, as formas de trabalho não assalariadas, ao absorver o tempo de trabalho disponível desses indivíduos, contribui para que a experiência de privação de trabalho não seja claramente delimitada. Ao mesmo tempo, essa privação é repetida e constantemente ressentida por eles. No caso de Arlinda, a privação de trabalho não só é uma experiência fluida, pouco demarcada em sua trajetória ocupacional, como a própria categoria desemprego, praticamente não mobilizada por ela ao longo de sua narrativa, aparece de forma ambígua. Ao ser perguntada se já ficara desempregada, Arlinda responde referindo-se às formas não assalariadas de trabalho. A categoria desemprego é, pois, uma categoria fluida, dotada de múltiplos significados, pouco definida e demarcada socialmente, um recurso da linguagem cotidiana que não expressa e define plenamente suas experiências de privação de trabalho.

A experiência de privação de trabalho vivida por Arlinda no momento da entrevista, era, pois, o produto de um deslocamento subjetivo decorrente de sua experiência recente da maternidade. Mesmo trabalhando com o artesanato, Arlinda estava à procura de emprego, pois só o emprego assalariado permitiria, segundo ela, oferecer mais segurança e estabilidade para sua filha. Esta jovem experimenta, pois, uma situação de privação de emprego, de desemprego, na medida em que afirma sua identidade de provedora, de quem tem responsabilidade de cuidar e sustentar sua filha. Neste sentido, ao falar sobre a importância de ter um trabalho, ela afirma:

> *... uma pessoa que tenha a minha idade e que fique em casa só dormindo, eu acho que não é uma pessoa com muita responsabilidade, eu tenho muita responsabilidade. E eu tenho que assumir pelos meus atos, eu não posso deixar pessoas ... ... sofrendo por causa de mim, por isso que eu tenho que trabalhar.* (Arlinda, 20 anos)

O trabalho aparece nesse discurso como uma referência normativa e moral central. Diferentemente de Sara, para quem os estudos são prioritários na estruturação da experiência de privação de trabalho, para Arlinda essa prioridade é acordada ao trabalho. É o trabalho que define sua condição de provedora, de pessoa responsável por outrem. Essa identidade é vivida muito cedo por essa jovem mãe, com apenas 20 anos de idade. Porém, não se trata mais de fazer qualquer trabalho, mas de tentar conseguir um emprego. O emprego passa a ser sua referência normativa e redefine sua própria experiência de privação de trabalho.

Ao falar de seus sonhos e projetos sobre o futuro, essa jovem retoma, porém, seus referenciais em torno do trabalho artesanal. Seu sonho era ter uma loja de produtos artesanais. Os estudos também estavam no horizonte dessa jovem mãe, ainda que de uma forma muito geral e abstrata, como um desejo distante, quase inalcançável. Seu sonho era de estudar administração de empresas. Percebe-se, pois, que sua relação ao emprego era uma relação de tipo instrumental. O

essencial era poder dar boas condições de vida para sua filha e para sua família. O emprego era apenas um meio para isso.

Enfim, na análise das trajetórias desses jovens observa-se que embora eles não sejam os principais provedores de seus grupos familiares, eles têm ou tiveram um papel importante no provimento dos mesmos ou no auto-provimento, o que os impele a ingressar no mercado de trabalho, a tornarem-se ativos economicamente. Mesmo quando seus rendimentos são usados apenas para suas despesas individuais, o que não é geralmente o caso, isto já representa uma ajuda significativa para seus grupos familiares. As condições para o exercício da atividade econômica, no entanto, mostram-se muito limitadas e precárias, sendo reduzidas as oportunidades de trabalho para esses jovens com baixa escolaridade e baixa qualificação profissional. Por isso, em suas trajetórias ocupacionais, esses jovens vivem diferentes experiências de privação de trabalho, todas marcadas por condições sociais muito semelhantes : carências materiais, baixa formação sócio-profissional, instabilidade ocupacional, formas precárias de trabalho e emprego.

A experiência da privação de trabalho é um episódio recorrente em suas trajetórias, tornando-se mesmo uma experiência banal e familiar. Ela não é, por isso, um evento particularmente traumático, constituindo, ao contrário, um momento inevitável no interior de um padrão de inserção no mercado de trabalho marcado pela instabilidade, pela ausência de perspectivas profissionais.

Dentre essas trajetórias juvenis analisadas, observa-se uma importante diferença em termos de gênero. A experiência da maternidade vivida por Arlinda, lhe implica em uma condição tipicamente feminina, de cuidar e prover seu filho, vivida na articulação com o ciclo de vida. A maternidade já é a antecipação das responsabilidades adultas, de um novo ciclo que se inaugura em sua vida, de quem torna-se responsável, provedora. Aliás, essa antecipação das responsabilidades típicas do mundo adulto é um traço comum entre os jovens das classes mais desfavorecidas. A entrada precoce no mercado de trabalho marca um padrão distinto deste grupo em relação àqueles que ocupam uma posição mais favorável na estrutura social. A consequência disso é que, freqüentemente, as etapas da escolarização regular e da formação profissional – típicas entre os setores de classe média – inexiste ou é pulada por esses jovens, o que tende a reforçar as desigualdades sociais através da seletividade imposta pelo mercado de trabalho. A privação de trabalho, o desalento e a desesperança dela decorrentes, significa muitas vezes para estes jovens o bloqueio das possibilidades de afirmação pessoal em um mundo adulto que chegou precocemente.

Em relação às diferenças de gênero, duas observações se impõem. Primeiramente, a experiência da precariedade é já marcada por um divisão sexual do trabalho, de tal forma que as moças são fortemente afetadas pelo emprego doméstico e pelos serviços de limpeza, enquanto os rapazes são mobilizados para o trabalho na construção civil e em serviços de reparação em geral. Em segundo lugar, as moças estão, desde muito cedo, mobilizadas para o trabalho doméstico familiar, o que não acontece com os rapazes. Nas entrevistas realizadas com esses jovens, essas diferenças já aparecem nitidamente na forma como eles apresentam suas narrativas, no modo como organizam seus discursos e nele expressam suas práticas cotidianas. Para os rapazes, falar de trabalho não implica, em nenhum momento, falar de tarefas e responsabilidades referentes ao espaço doméstico. A divisão sexual do trabalho já está em processo adiantado de produção entre esses jovens.

7.6. Formas e experiências de privação de trabalho : o papel de provedor se conjuga no masculino ?

As trajetórias de homens e mulheres adultos apresentam algumas características distintas daquelas dos jovens apresentados acima. O fato de ocuparem a posição de provedores principais de seus grupos familiares implica esses indivíduos em uma relação peculiar com o trabalho remunerado. Em geral, a necessidade dar sustentação material ao grupo torna esses indivíduos muito ativos economicamente. Essa relação com o trabalho remunerado é, freqüentemente, de tipo mais instrumental. Por isso, a privação de trabalho apresenta-se comumente como um bloqueio dessa função de prover adeqüadamente o grupo familiar, o que pode produzir uma experiência de relativo sofrimento. Neste caso, as conseqüências de uma tal experiência não são apenas econômicas, mas também psicológicas. Mesmo em grupos com vários indivíduos participando da atividade econômica remunerada, o desemprego do provedor principal acarreta, às vezes, um intenso sofrimento. Ainda que economicamente o grupo esteja provido – ainda que de maneira precária – o efeito simbólico da privação de trabalho pode ser devastador, pois ela coloca em xeque a identidade e a função social e psicológica do provedor no grupo. Essa identidade se constrói muito fortemente no masculino.

Este é particularmente o caso de Josué, 47 anos, operário da construção civil, ensino fundamental completo. Havia vários anos, este operário sofria uma situação crônica de privação de trabalho, realizando bicos cada vez mais escassos. No momento de nossa primeira entrevista,

ele encontrava-se sem nenhum tipo de trabalho e rendimento havia quatro meses. Assim, esse pai de família sentia-se pronfundamente ferido por não poder garantir plenamente a sustentação de seu grupo familiar, formado pela esposa, um filho e uma filha jovens, vivendo em casa com os respectivos companheiros – a nora e o genro – um filho menor, de 13 anos de idade e um neto, de dois anos de idade. A esposa de Josué fazia trabalhos domésticos de limpeza e faxina em residências familiares. O filho, 20 anos, estava sem emprego e sua companheira, grávida de nove meses. O genro de Josué tinha um trabalho estável e planejara fazer reformas na casa para acomodar-se melhor com a esposa, a filha de Josué, que se ocupava do menino de dois anos. Apesar da relativa proteção econômica por estar em um grupo familiar mais extenso, com vários membros inseridos ou em busca de trabalho remunerado, Josué vivia uma situação muito sofrida de privação de trabalho, no contexto de uma forte relação com a atividade.

Essa experiência masculina, construída a partir do papel de homem provedor principal do grupo familiar, evidenciava-se no próprio depoimento de Josué que narrava os conflitos familiares decorrentes desse quadro de privação de trabalho. Esses conflitos expressavam uma certa crise de autoridade vivida pelo entrevistado. Tendo que aceitar que outros membros estavam sustentando o grupo familiar, Josué sentia-se profundamente cobrado por não estar cumprindo seu papel de provedor. Assim, o "desemprego" colocava em risco a identidade e a posição de Josué em seu grupo familiar. E como essa situação de privação de trabalho já não era um fenômeno recente, a crise familiar vinha se desenhando havia muito tempo. Além dos quatro meses sem nenhum tipo de trabalho, Josué já experimentara outros períodos de privação, a cada ocasião mais longos, durante os últimos quatro anos de sua vida.

A trajetória de Josué é particularmente exemplar das condições precárias de vida e trabalho dos indivíduos das classes sociais mais dessfavorecidas. As oscilações dessa trajetória se inscrevem de maneira coerente nos ciclos de instabilidade da economia brasileira nas últimas décadas.

No momento da primeira entrevista[238], este homem de origem rural estava completamente sem trabalho havia quatro meses, vivendo uma situação de desemprego aberto, mas com traços de desalento. Em sua última ocupação, ele trabalhara durante vinte dias nas obras de reforma de uma padaria, uma atividade no setor da construção civil. Josué ressentia-se do problema da privação de trabalho havia quatro anos, alternando períodos de trabalho e de desemprego. Os períodos de desemprego tornavam-se cada vez mais longos e o trabalho escasso. O ofício de

[238] Em outubro de 1998. Um anos após, a segunda entrevista foi realizada.

pedreiro era exercido de maneira autônoma e informal, o trabalho sendo contratado através de contatos pessoais e através da agência pública de emprego (SINE), na qual Josué estava inscrito como trabalhador autônomo.

A trajetória deste operário da construção civil é reveladora de uma forte mobilidade ocupacional. Essa mobilidade apresentou-se, primeiramente, através da passagem do trabalho rural, familiar e autônomo, ao trabalho urbano, assalariado e industrial. Em seguida, Josué transitou do trabalho assalariado ao trabalho autônomo, independente. Finalmente, a degradação de suas condições e oportunidades de trabalho o levaram a experiências recorrentes e cada vez mais prolongadas de privação de trabalho.

Josué confessa que começou a trabalhar muito cedo, aos seis anos de idade, ajudando seu pai no trabalho agrícola. Muitos anos mais tarde, as dificuldades em continuar trabalhando no campo (perdas sucessivas da produção agrícola, endividamento, baixa renda), obrigam seu pai a entregar suas terras para um banco e a abandonar a vida e o trabalho rural. É neste momento que Josué e sua família migram para a cidade, à procura de trabalho e de uma vida melhor.

Com 18 anos de idade, este homem começa a trabalhar na indústria da alimentação de Pelotas, primeiro em um frigorífico, um emprego sazonal, e, em seguida, em uma fábrica de industrialização de pescados, um emprego informal, pago como diarista. Josué permanece nesse emprego durante dois anos. É nesta ocasião que Josué começa a realizar seus primeiros serviços como servente de pedreiro, inicialmente na própria fábrica onde trabalhara e após em empresas da construção civil. Com o aprendizado do ofício, ele passa a ser regularmente contratado pelas empresas do setor, tendo tido diversos empregos formais ao longo de 10 anos de atividade. É só então que Josué começa a trabalhar na construção civil como trabalhador autônomo.

Segundo o entrevistado, a passagem ao trabalho autônomo se dá por duas razões principais. Em primeiro lugar, devido à sua participação no movimento sindical do setor da construção civil, inclusive de um movimento grevista ocorrido no final dos anos setenta. Tal fato, segundo o entrevistado, dificulta sua contratação pelas empresas do setor. Josué afirma que ficara marcado pelos patrões, sendo obrigado a buscar outras alternativas de trabalho. Além do mais, o trabalho autônomo era uma boa alternativa para quem queria ganhar mais e melhorar de vida. É o próprio Josué que conta como ocorreu essa mudança em suas condições de trabalho:

> *Até os, os, é... 79, por aí, eu vinha trabalhando com carteira assinada, né. Que eu trabalho em obra desde 71. E... então eu trabalho, né, por essa época que eu fui membro de um movimento de greve na construção civil em Pelotas, daí a classe patronal, né, me marcou. Por eu ser da liderança, fiquei marcado e aí fui obrigado a passar a trabalhar por conta.* […] *Aquela época era rotativo, né. Tu trabalhava..., o salário tava meio, tava... tu sentia*

que tinha propostas melhores, né, porque tinha bastante trabalho, né. Então, de repente, surgia uma proposta melhor, tu saía daquele ali prá ganhar mais em outro lugar. ***Eu sempre fui muito de aventurar,*** *né. Tentar ganhar um pouco mais, porque, né, às vezes a gente vai ficando numa firma, naquela época podia ter 10 anos de firma que o salário era o mesmo, né. Então, aí, de repente surgia uma oportunidade, um trabalho ganhando mais, eu procurava ganhar mais. E... tive trabalhando em São Lourenço, em firmas de São Lourenço. E... trabalhei em várias firmas sempre procurando uma oportunidade de ganhar um pouco mais. Só que aí depois, também na tentativa de ganhar um pouco mais, fui trabalhar por conta. Tinha bastante trabalho, né. Foi aonde eu consegui alguma coisa na vida, né. Casei e tal, não tinha casa própria, não tinha onde morar. E hoje, não tenho uma casa pronta, né, mas já tenho uma boa, ã... promessa.*

P: A casa é tua?

Essa é minha, é. É minha. Então, tô construindo em cima e tudo, tentando fazer um sobrado, meu genro tá me ajudando. Então, quer dizer, eu não tenho uma casa acabada, mas a tentativa foi de ter uma casa de bom tamanho, né. Uma casa de bom tamanho, a tentativa foi essa. Só que as coisas foram diminuindo, né. O trabalho foi diminuindo, daí não concluí nada, né. Sonhei, sonhei, mas não consegui concluir nem um sonho, né. [riso] (Josué, 47 anos)

Dois aspectos importantes são evidenciados por Josué em sua narrativa.

O primeiro aspecto, a elevada mobilidade no emprego e a abundância de trabalho. Evidentemente, a prática da rotatividade levada a cabo pelas empresas sempre as beneficiou, tendo em vista a economia propiciada em termos de custos trabalhistas. Na construção civil essa prática parecia ser ainda mais marcante devido ao caráter descontínuo das atividades do setor. Josué mostra, porém, a experiência dessa mobilidade do ponto de vista do trabalhador e de uma maneira essecialmente positiva. Evidentemente, tratava-se de uma conjuntura econômica caracterizada pelo crescimento, o que favorecia uma prática "flexível" dos trabalhadores em relação aos seus empregos. A procura de melhores oportunidades de trabalho (de rendimento, mais precisamente), Josué mudou vários vezes de emprego e viveu sua "aventura" no mercado de trabalho. O termo aventura expressa claramente o modo como este entrevistado experimentou essa mobilidade. Para Josué, os riscos inerentes a essa mobilidade eram a condição para conseguir progredir. As oportunidades de trabalho compensavam esses riscos, pois elas eram numerosas e dificilmente alguém ficava muito tempo sem um trabalho. Não se falava mesmo de desemprego, a privação de trabalho praticamente inexistia. A mobilidade era comum, natural, sendo percebida mesmo como inerente às relações e condições de trabalho. Esta "naturalização" da mobilidade no trabalho, isto é, esta percepção da mobilidade como "normal" e mesmo positiva, era constitutiva da relação com o trabalho desses setores mais precários socialmente da classe trabalhadora, sobretudo dos homens. Uma tal representação do trabalho também favorece uma representação também "naturalizada" da privação de trabalho, pelo menos de uma privação

de curta duração (de algumas semanas, no máximo alguns poucos meses). Essas interrupções do trabalho não eram necessariamente consideradas negativas ou problemáticas. Ao contrário, elas poderiam ser consideradas a expressão de uma certa liberdade dos trabalhadores face à disciplina do trabalho imposta pelos patrões. Essa conjuntura econômica favorece o aparecimento de uma "cultura do trabalho flexível" por parte dos trabalhadores, o que implica a constituição de um conjunto de referências e critérios específicos para julgar o que é um bom ou um mal trabalho, ou, ainda, o que é ou deixa de ser uma situação de privação de trabalho. Eis que Josué não fala de "desemprego" nesse momento de sua trajetória ocupacional.

Segundo aspecto, a mobilidade no mercado de trabalho que é, em um primeiro momento, ascendente, torna-se, em seguida, descendente. Apesar de tudo, do êxodo do campo, da ruptura e do sofrimento vividos em condições de privação durante aqueles anos de adaptação à vida urbana, Josué afirmava seu sucesso, ainda que parcial. Afinal de contas, ele que não tinha para onde ir quando chegou à cidade, conseguira um lugar para morar, ele tinha sua própria casa, construída por ele mesmo. Ele construiu também sua própria família, casou-se, teve filhos e já tinha netos. No entanto, ele não conseguiu terminar completamente sua casa[239] que permanecia inacabada. Seus sonhos e projetos não se realizaram plenamente. A crise ficou a espreita. Pouco a pouco, seu caminho começa a ficar mais difícil, os obstáculos se multiplicam, suas condições de vida se deterioram.

Assim, o trabalho autônomo é, ao mesmo tempo, o fim e o começo de dois processos que se opõem em sua trajetória. Ele é o ápice de seu percurso de ascenção social e o início de um processo de deterioração de suas condições de vida e de trabalho face a uma nova conjuntura econômica de crise que se anunciava.

Durante alguns anos, Josué contribuiu para a previdência social como trabalhador autônomo. Porém, a redução das oportunidades de trabalho em razão da crise e as dificuldades financeiras correspondentes o fizeram deixar de contribuir. No momento da entrevista, Josué não contribuía havia mais de 12 anos, estando completamente à margem dos direitos sociais e trabalhistas. Esta informalidade acompanhava-se, pois, de um processo constante de precarização das condições de trabalho e de vida. Sem nenhum tipo de proteção legal, sem direito ao seguro-desemprego, Josué fora acometido, além de tudo, por graves problemas de saúde, o que tornava sua situação ocupacional ainda mais complicada. A própria procura de trabalho estava restringida, devido à sua saúde debilitada. Por isso, também, suas chances de conseguir um

[239] A casa de Josué fora construída em alvenaria, mas não estava acabada. Os tijolos ficaram à vista, sem que as paredes fossem rebocadas com argamassa.

emprego eram menores, pois o trabalho na construção civil era extremamente penoso do ponto de vista físico. Nesse contexto, sua idade era um complicador decisivo, considerando que o direito à aposentadoria ainda não estava próximo, pois seu tempo de contribuição ainda era insuficiente. A informalidade também prolongaria o direito de gozá-la.

Este estado de vulnerabilidade ressentido por Josué foi o foco central de sua narrativa. É através dessa vulnerabilidade que o entrevistado define sua experiência de privação de trabalho. Esta privação está na raiz dessa experiência vivida pelo entrevistado, marcada pelo sofrimento, pelo sentimento de exclusão em relação à sociedade.

A chegada da privação de trabalho não é, portanto, um evento claramente demarcado. Trata-se, ao contrário, de um processo lento e gradual no qual os episódios de privação de trabalho se repetem, se intensificam, multiplicam pouco a pouco as privações materiais e os problemas pessoais e familares. Por isso, a discontinuidade e a instabilidade do trabalho não permitem estabelecer com precisão o momento da chegada dessa privação de trabalho. Os trabalhos realizados tornam-se, pouco a pouco, "bicos" mais do que "verdadeiros" trabalhos e os períodos sem trabalho se prolongam. Chamado a falar sobre essa experiência de privação de trabalho, Josué define assim sua condição de atividade :

> *... quatro meses eu estou sem pegar nenhum trabalho* [...] *mas faz uns... uns quatro anos que eu venho sofrendo, né, violentamente a falta de trabalho.* [...] *O que tem ocorrido comigo é o seguinte: eu pego uma obra, por exemplo, de, é, 5 ou 6 meses e aí eu passo mais 5 ou 6 meses sem trabalho. Correndo atrás e sem trabalho. Só que agora não venho pegando mais obra grande, eu venho pegando há uns dois anos, eu venho pegando serviço pequeno que me dura um mês, dois meses, né. E daí eu trabalho um mês ou dois, fico dois ou três sem trabalho, né. Isso vem ocorrendo... Agora já faz quatro meses que eu venho sem nenhum trabalho, né. Não tenho pego nada, corro atrás. Eu levanto de manhã, eu vou atrás; eu já ando, né, passando por uma depressão violenta. Tá me faltando as coisas dentro de casa. E o que eu tô dizendo, os amigos é que vêm me alcançando algumas coisas, né.* (Josué, 47 anos)

A privação de trabalho não é, pois, uma situação nova para este entrevistado. Ela é, mesmo, "normal" ao longo de sua trajetória ocupacional. Porém, ela é ressentida de maneira mais aguda nos últimos quatro anos. Antes, a falta de um trabalho não era considerada verdadeiramente uma privação. Só mais recentemente que os episódios normais de falta de trabalho transfiguram-se em uma situação violenta de privação de trabalho. Portanto, esta privação torna-se subjetivamente significativa, a tal ponto que Josué passa a reconhecer-se como um verdadeiro "desempregado". A própósito dessa sua experiência de privação de trabalho, Josué declara:

[gagueja] *Isso eu não desejo nem prá cachorro, né, o que eu venho vivendo, porque o cara olha prá... tu olha prá tua esposa, ela olha, né ... e tu sente nela* [hesitação] *tristeza nela. Tu olha pros teus filhos, também. Aquela preocupação, né. E aí dali há pouco a tua esposa diz assim: ó, o gás tá acabando. E, não tem de onde tirar. E aí eu digo assim: Pôxa, será que vou ter de roubar, o que é que eu faço? Ó, a conta da luz já venceu ... ... e vão cortar a luz. E aí tu sai. Eu vou atrás de um amigo ou de outro, agora eu já tô praticamente sem condições de recorrer a amigos.*

P: Tu não tens nenhuma, nenhuma fonte de renda?

Não tenho nenhuma fonte de renda, eu não tenho nenhuma fonte de renda, né. Então, eu tô é nessa aí, quer dizer, eu já tô apavorado porque os amigos, os que já tinham prá me ajudar, né. Porque a ***pobreza*** *não é só em mim, a pobreza é quase geral, então o que eles já tinham prá me ajudar já me ajudaram. Eu tenho telefone, mas, é..., o mês passado... já faz uns três meses que os amigos que me pagam o telefone, até porque às vezes eles precisam se comunicar comigo, então, né, eles me pagam, eles me pagam a conta do telefone. Então agora já venceu o telefone, me chegou a outra conta hoje, eu não tenho condições de pagar. Então... é... assim é que eu tô vivendo, quer dizer... é... dói na alma. Olha, vou dizer uma coisa; O homem diz que é difícil chorar, né, eu muitas vezes eu me escondo, né, até me cubro a cabeça e vou chorar de depressão. Eu pesava 64 kg e eu emagreci bruscamente, né. Eu tô com 56 kg e meio, né. Então, quer dizer, eu emagrecendo, eu tô me sentindo mal, eu tô com vergonha de sair na rua. Eu tenho vergonha de sair na rua, né, eu tenho vergonha de ficar na frente da minha casa, porque me parece que as pessoas olham prá mim e me chamam, né... como um* ***vagabundo****. Eu tô expulso da sociedade, eu me sinto rejeitado...., e não por minha vontade, porque eu sou uma pessoa que... quem me conhece, né, e talvez por isso têm me ajudado, porque me viram trabalhando. Domingo, feriado, sempre que eu tive trabalho, né, que eu podia trabalhar, eu não tive domingo nem feriado. Eu, quando meu filho menor, que tá com 13 anos, ele nasceu, eu trabalhava... numa obra e pegava biscates prá fora prá fazer aos domingos. Então, eu saía de noite de casa e voltava de noite prá casa. O meu filho com três mês não me conhecia. O primeiro dia que eu fiquei, ele com sete meses é que ele me viu deitado na cama um fim de semana, ele acordou comigo na cama, ele se apavorou, saiu apavorado correndo atrás da mãe com medo de mim, porque meu filho não me conhecia, né. Eu tive que... aí passei a ficar mais com o filho, porque meu filho tinha medo de mim, pelo fato de eu trabalhar dia e noite, né, o meu filho não me conhecia. Eu era um estranho pro meu filho. Então, quer dizer, hoje eu sou um vagabundo... me sinto um vagabundo... ... um cara que... não tenho... ... um indigente mesmo, sou realmente um indigente. Um cara que não tem direito a nada, tô doente, tô com dificuldade.* (Josué, 47 anos)

Neste trecho de sua narrativa, Josué revela a intensidade de sua experiência de privação de trabalho, uma experiência vivida na privação material, no sofrimento de não poder cumprir com seu papel de provedor, uma experiência declinada no masculino.

Nas circunstâncias de vida de Josué, as necessidades materiais fazem da privação prolongada de trabalho não somente uma experiência objetivamente constrangedora, mas também uma experiência subjetivamente devastadora. As redes próximas de solidariedade (os amigos, os vizinhos, la família), as únicas formas de proteção com as quais esse indivíduo pode contar, se esgotam pouco a pouco, pois a pobreza é generalizada em seu meio social. A crise econômica

afeta a todos em seu redor, incluive aqueles que poderiam oferecer uma alternativa eventual de trabalho, um bico. Assim, a privação de trabalho é, primeiramente, a experiência da privação material, a experiência da pobreza e de suas mazelas.

Mas essa privação é também uma experiência moral e psicológica. O sofrimento pessoal de Josué se exprime sobretudo pela vergonha, vergonha de sair e ficar em frente à sua casa, vergonha ao olhar os outros. Sem seu trabalho, Josué sente-se considerado um vagabundo, um indigente. Em seu discurso, ele sente-se impelido a rejeitar essa imagem, afirmando que sempre trabalhou, de maneira árdua e persistente, inclusive nos domingos e feriados. A referência que faz ao espaço doméstico, à distância em relação ao seu filho, para quem ele era um estranho, é particularmente representativa de uma experiência de trabalho vivida no masculino.

Essas observações permitem mostrar que a relação com o trabalho e, por conseqüência, a relação com a privação de trabalho, são constituídas também pela relação particular que o indivíduo estabelece com o trabalho e espaço domésticos, o que, neste caso, se exprime pelo papel por ele desempenhado como provedor principal do grupo familiar. A "ausência" evocada pela entrevistado apresenta-se como um traço distintivo dessa relação com o espaço doméstico declinada no masculino, o que é a expressão de uma prioridade atribuída ao trabalho remunerado, exercido no espaço público. Em sua narrativa, Josué faz referência a essa ausência e, por isso, sua distância em relação ao filho, como uma justificativa de seu papel social adequadamente cumprido. Trata-se de uma "prova", de uma evidência de que ele se consagra inteiramente à sua família, que ele não é um vagabundo e que sua privação de trabalho é, pois, uma situação involuntária, que foge ao seu controle, ocasionando-lhe forte sofrimento.

Mas, apesar de tudo, Josué sente-se estigmatizado como um vagabundo em sua experiência de privação de trabalho. Esse sentimento mina sua relação subjetiva consigo mesmo, ele coloca em questão as definições que faz a seu próprio respeito. Essencialmente, este homem define-se como o provedor principal de seu grupo, como alguém que vive prioritariamente para seu trabalho remunerado, pois esta é sua função principal no grupo. A ausência é, portanto, a afirmação legítima e radical do cumprimento dos deveres inerentes a esse papel, ainda que isso possa privá-lo de viver mais intensamente a relação com seu filho. É esta definição de si mesmo como trabalhador, enquanto alguém que tem essa enorme responsabilidade em relação à sua família – definição essa constituída em termos de gênero, isto é, no masculino – que é colocada em questão pela privação de trabalho. Esta relação peculiar ao espaço doméstico é, pois, constitutiva de uma relação igualmente peculiar ao trabalho remunerado. Em outros termos, a

relação com o espaço doméstico contribui para estruturar a relação que o indivíduo estabelece com seu trabalho remunerado e vice-versa.

Certamente, essa relação com o trabalho remunerado é também constituída por outros fatores e condições sociais, como os recursos econômicos disponíveis (no caso particular de Josué, as condições de pobreza e privação material), a formação e qualificação profissional, bem como os eventos que fazem a biografia de um indivíduo.

A forte relação com o trabalho construída por Josué apresenta-se, primeiramente, como uma relação contra a pobreza e suas privações. Para os indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas trabalhar é "naturalmente" e imediatamente uma necessidade material. O trabalho faz parte da vida em sua cotidianidade; não se pode viver sem trabalhar. Não é por acaso que Josué trabalha desde os seis anos de idade. O trabalho como meio de subsistência constitui essencialmente o modo de vida desses segmentos sociais.

No entanto, para este entrevistado, esta relação com o trabalho não é puramente instrumental, na qual o trabalho se reduziria a um meio através do qual tentaria-se sobrepujar as privações materiais. Em seu percurso de luta contra essas privações, Josué mostra a importância do aprendizagem de um ofício, o trabalho de pedreiro, um ofício aprendido na própria prática, no canteiro de obras. Assim, percebe-se que essa relação com o ofício contribui igualmente a estruturar sua relação consigo mesmo, seu auto-reconhecimento enquanto trabalhador, o que tem uma importante repercussão sobre sua experiência de privação de trabalho. Esse ofício é decisivo para ter um lugar no mundo, um lugar no qual se pode encontrar reconhecimento. A esse propósito, Josué afirma:

> *Olha, é o que eu sei fazer e o que eu adoro fazer. Eu faço por amor. Eu gosto do trabalho. Construção civil é uma das coisas que, que eu não sei viver sem a construção civil. Eu vivi a maior parte da minha vida na construção civil e eu gosto dela.*

Perguntado, ainda, se pudesse escolher um trabalho, uma profissão, o que faria a respeito, Josué responde:

> *Bom, eu, na porcaria que eu tô, se me convidarem prá limpar a rua, a valeta, eu vou lá limpar, porque eu preciso trabalhar, né, eu sou obrigado a trabalhar seria obrigado a fazer isso. Mas nem isso existe, nem isso tá acontecendo. Então, mas eu gosto da construção civil, mas eu gosto. Eu faço porque gosto. Foi uma profissão que eu... que nem sei porque escolhi, né, é uma profissão que eu trabalho mais ao ar livre, né, eu me sinto bem. Eu estando trabalhando, eu tô feliz. Eu gosto da construção civil prá mim é... é uma arte. A construção civil prá mim é... é uma arte. A construção civil prá mim ela é uma arte.*
>
> P: E você já sonhou em ter algum outro tipo de trabalho ou não?

Não, eu... eu sou a construção civil. Eu não ... eu saindo da construção civil é como tirar um peixe fora d'água, eu vou me sentir mal, né. Eu vivi, né... Eu poderia... eu gostaria, por exemplo da agricultura, de plantar, cuidar da terra é uma coisa que eu também faria com muito carinho, né. Eu gostaria muito também, porque foi o que me criou. A terra me criou, né, e a terra vai me consumir. Então eu gostaria de trabalhar na terra, mas já que... tô aqui há anos, minha família nasceu aqui na cidade e criei meu filho na construção civil, né. Então, eu gosto da construção civil. Prá mim a construção civil é uma das coisas que faço por amor. (Josué, 47 anos)

Neste trecho, Josué mostra que o trabalho é importante para ele não apenas porque pode dele tirar sua sobrevivência, mas porque ele ama seu trabalho, com ele se identifica. Hoje, ele não saberia mesmo fazer outra coisa, salvo talvez o trabalho agrícola. Apesar da precariedade social a qual está submetido este homem, de sua falta de qualificação formal, ele mantem uma relação forte e positiva com seu trabalho, uma relação com o ofício. Sua idade, a posição que ocupa no ciclo de vida tem também um papel importante em sua experiência, uma vez que essa relação é construída em um longo itinerário. Portanto, esta relação positiva com o trabalho contribui para reforçar o sentimento de sofrimento em sua experiência de privação de trabalho. Esta é também a privação de um ofício, de uma atividade que proporciona reconhecimento e satisfação pessoal. Sugere-se que essa relação com o ofício, sobretudo entre os indivíduos das classes mais desfavorecidas, é igualmente constituída pelas relações de gênero, sendo um traço mais saliente entre os homens, na construção de suas identidades.

A desesperança e os sentimento de exclusão tocam profundamente este homem afastado de seu trabalho. Esse processo de exclusão é claramente percebido por ele. Com a idade avançando e a deterioração de suas condições de saúde, o desemprego torna-se uma sombra da qual é difícil escapar. É o próprio Josué que mostra as dificuldades para conseguir um novo emprego :

Em firmas, em firmas ... se eu chegar numa firma com os pés cheios de ferida, jamais o patrão vai me dar trabalho. Se ele me fizer um exame vai ver que eu tô com problemas de circulação nas pernas, né? Então não vai me dar trabalho em firma. E "por conta" eu tô enfrentando essa dificuldade, não há dinheiro, o povo não tem dinheiro.... Pelotas tá... Pelotas me parece, que é um outro mundo ... Pelotas é... não existe no Estado do Rio Grande do Sul nem no Brasil, pelo que tinha de indústria aqui, acabou, não existe mais nada. A construção civil que ... que, que era uma fonte de renda do município, hoje tá parada. A cidade só cresce em favela e em indigente, em número de indigente ... ... Vai fazer esta pesquisa por aí, vai ver o que é que dá, vai ver aonde vai chegar. Porque talvez eu não chegue. Talvez eu não consiga chegar ao final, porque tá além do que você possa chegar. A miséria em Pelotas, a fome. As pessoas tão vendendo a panela de pressão prá comprar medicamento pro filho. ... ... Então, se, eu tô enfrentando dificuldade, mas não tô sozinho nessa dificuldade, mas, não tô sozinho nessa dificuldade. É um terço da

população de Pelotas tá enfrentando a mesma dificuldade, vivendo a dura vida que eu tô vivendo. ... ... Então, não é fácil cara ... (Josué, 47 anos)

Josué reconhece que não se trata de um problema individual. A pobreza encontra-se em toda parte, o mercado local de trabalho mostra-se restrito, a crise econômica e suas conseqüências para a região não escapam ao seu olhar crítico. No entanto, este homem sente-se fragilizado, incapaz mesmo de enfrentar as novas exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo. Ele se sente frágil e limitado por seus problemas de saúde. Ele se sente excluído, um indigente, sem uma boa saúde e sem uma formação escolar e profissional que lhe permitam ocupar um lugar "digno" na sociedade:

Eu tenho dificuldades de trabalhar também porque... eu, até prá caminhar. Eu, teve uma época que eu caminhava uma meia quadra e tinha que me sentar, né. Porque eu não conseguia caminhar uma quadra, porque tinha muita dor nas pernas, devido aos problemas de circulação, talvez. Que é, segundo os médicos, problema de circulação. Só que, até agora, os médicos ... Faz anos que eu venho sofrendo esse problema, né, e eu tenho procurado os médicos e não me fazem um exame, até porque eu sou um indigente, né. Então eu não existo com gente, né. Então não me mandam fazer um exame melhor, só ficam me... tentando colocar medicamento nas feridas, né... E que não tem resolvido praticamente... não tem servido de nada. E os exames que tenho que fazer, que eu fiz, exame de sangue não consta, há... açúcar no sangue, não tem colesterol e não tem outro problema aí, né. Então deve ser alguma veia entupida, alguma coisa, mas eu não passei desses exames daí, né. Então eu falo pro médico: ó, acho que meu problema é uma veia entupida, mas às vezes... né... eu não existo.

Perguntado porque se considerava um indigente, Josué respondeu:

Indigente, eu uso o termo indigente porque lamentavelmente quem não tem o primeiro grau completo... é... quem não é... Quer dizer, não existe prá sociedade, lamentavelmente, há políticos e políticos, até agora né, tem todos os planos, projetos políticos tanto nacional como municipal ou estadual, é... ele não leva ... ele só fala em dar educação. Só que me parece que a educação vai ser privatizada. Se eu que sou pai não tive condições de dar uma educação, né, aos meus filhos continuar os estudos, né, prá que eles continuassem os estudos, com o estudo do Estado, né, pelo governo. Já imaginou com a educação privatizada? Eu só vejo falarem em mão de obra especializada, né. Pessoas que têm o segundo grau. Quando as firmas pedem um profissional prá qualquer área, até prá limpeza de rua, ou prá catar lixo, né, essas pessoas tem que ter o primeiro grau completo. ***Então como eu não tenho o primeiro grau completo, eu sou expulso da sociedade. Eu... eu me sinto valendo menos que cachorro****. Porque um cachorro de madame é, se ele tiver qualquer probleminha, até mesmo uma diarréia, ele vai, é até hospitalizado, pagam a conta e tudo o mais. Só que eu não existo prá sociedade, nem eu, nem esses novos que estão chegando, meus filhos, essas pessoas que não tem o primeiro grau. E os meus netos, talvez, se privatizarem a educação, vão ser menos do que eu... é... menos que indigente, né, porque não vão ter condições de alcançar nada. Então quer dizer, tá evoluindo né, me parece que falam na evolução, falam na modernidade, mas só que essa modernidade tá esquecendo de mais de 1/3 do povo brasileiro. Porque são esses que não tiveram alcance,*

né, de estudarem um pouco mais, né, primeiro ou segundo grau, então não são especializados.

[...]

P: Tu usaste o termo indigente [...] ... tu te consideras também um desempregado?

É um desempregado, exatamente, um desempregado. Uma pessoa que não existe, né, eu tô deixando de existir assim como empregado, né, como uma força de trabalho eu tô deixando de existir assim como vários aqui em Pelotas tão, tão, né, expulsos da sociedade. Só que há nas firmas é que não há vagas, não há vaga nem prá nós que somos é.. praticamente analfabetos, mas também prá aqueles que não são analfabetos. Tu deve tá notando isso aí, que são várias pessoas desempregadas dentro dessa cidade, né?

P: Desempregado seria prá ti uma espécie de indigente?

Indigente, indigente, um desempregado prá mim não passa de ser indigente. Porque ele, no momento que a pessoa não tem um trabalho, não tem dinheiro é... prá, prá comprar, né, e que não pode andar pelas próprias pernas, ele passa a ser indigente, não existe a nível estadual, é, municipal, estadual e perante a sociedade. Eu me sinto indigente, né. Parece que prá sociedade eu tô valendo muito pouco, porque ninguém se preocupa com nós, ninguém se preocupa com o trabalho, né, prá nós. Ninguém se preocupa... a zona sul principalmente que tá sofrendo mais isso aí. Essa zona sul[240] *do Estado. Então nós somos indigentes, não existimos. Vê se eu existo lá nos planos do governo prá alguma coisa, municipal ou em qualquer lugar, eu não existo, né. No plano de saúde, eu existo? Eu não existo, né. Não tem INSS, eu não existo. Então eu sou indigente mesmo, me considero isso aí. Não só eu, mas eu considero todas essas pessoas indigentes,* ***porque o trabalho é que nos dá dignidade, nos dá capacidade de vivermos como gente. E não tendo esse trabalho nós deixamos de existir****..,..,..,..* [risadas][...] *Mas é a grande verdade né? É a grande verdade porque só quem tá desempregado, né, é quem tá, vê os filhos pedir um pedaço de pão, né, um copo de leite, ou alguma coisa e não tem prá dar, isso dói muito. É pior que a gente... é pior que talvez... que antes a gente dizia assim: Pô, a pior coisa que tem é cuspir na cara, quando o cara detesta alguém, vou cuspir na cara dele, vou cuspir na cara, ele não existe, vou cuspir na cara, ele não é nada, né, e pedir essas coisa e a gente não ter prá dar é como se nos cuspissem na cara. Isso dói e dói demais.* (Josué, 47 anos)

Esse longo depoimento expressa o sofrimento ressentido por este homem. Este sofrimento, profundo e intenso, é provocado por um longo período de privação de trabalho. Para Josué, um "desempregado" é um excluído, um indigente, alguém que não existe para a sociedade. A experiência de privação de trabalho é, portanto, essencialmente, a experiência da precariedade, da pobreza e da vergonha, pois só o trabalho é capaz de levar a uma vida digna. Ela é ainda a experiência da "desqualificação social", da baixa escolaridade, signo da exclusão e da inferioridade ressentidas pelo entrevistado.

Além do mais, estar privado de trabalho, ser um desempregado é ficar à margem da sociedade, privado não apenas de recursos econômicos, mas de dignidade, de um lugar no

[240] O termo zona sul refere-se ao conjunto de 22 municípios do extremo sul do Estado do Rio Grande do Sul, na qual Pelotas e Rio Grande destacam-se como pólos econômicos e sócio-culturais.

mundo. Trata-se, pois, de uma experiência que se articula na intersecção das relações familiares, de classe, de gênero, de geração, vivida por um pai, um provedor com idade avançada e em condições sociais vulneráveis.

No momento da segunda entrevista, um ano após a primeira, Josué já tinha conseguido superar os piores momentos de sua longa experiência de privação de trabalho. Durante quase um ano, ele continuou desempregado, até que, ao final deste período, ele conseguiu um novo emprego como pedreiro. Tratava-se, segundo ele, de uma grande obra na qual estimava permanecer durante cerca de dois anos. Ele estava empregado havia cinco meses, primeiro informalmente, sua situação sendo regularizada e a carteira de trabalho assinada.

No momento da entrevista, Josué estava havia quinze dias de licença de saúde, pois sofrera um acidente de trabalho algumas semanas antes. Aliviado por não ter sido demitido pelo seu patrão, Josué ressentia-se ainda de uma forte insegurança em relação às suas condições de trabalho. Neste caso como em outros, observou-se que um sentimento de medo prolonga-se após as experiências de privação de trabalho. De fato, a generalização do desemprego tem um efeito importante sobre as relações sociais de classe, na medida em que o risco da perda de um novo emprego subsiste e pode ter efeitos favoráveis aos empregadores em termos de disciplina.

Ao longo desse segundo encontro, Josué falou muito de sua família e dos conflitos decorrentes de sua experiência de privação de trabalho, sobretudo com sua esposa e com sua filha. As marcas deixadas pareciam ainda muito forte e, provavelmente, irremediáveis. Segundo o entrevistado, as feridas abertas não seriam mais fechadas completamente. Deste modo, a experiência de privação de trabalho afetou de maneira decisiva as relações familiares, desestabilizando a "ordem das coisas", isto é, as relações sociais tradicionais:

> *Olha eu... diria sinceramente que...teve momentos que dava vontade do cara pegar e até se apagar, né, terminar com a vida dele porque além do, do, do cara tá desempregado, né, não ter condições de trazer a... comida prá família, né, é, há uma pressão também da família, isso é... até ... ... causa até separação, né, do casal, e eu tive momentos de grandes dificuldades com a minha família devido à falta de trabalho, porque a gente entra dentro de casa é... se sentindo um... um vagabundo a... a mulher vai tentar fazer a comida .. .. .. não tem as coisas, fala pro cara, já olha pro cara, parece que tá chamando o cara de, de, de vagabundo, né, que o cara, né, porque o ...* ***o homem ele é o responsável pela família, isso sempre foi, é trabalhar prá trazer a comida prá, o pão de cada dia prá casa, né, e... o homem aonde ele tá desempregado desanda tudo*** *e eu sinceramente eu me causou grandes problemas com a família, a minha convivência com a mulher e com os filhos foi, né, foi violenta, né, e isso me causou grandes aborrecimentos até vontade de me tirar a própria vida. Porque o cara, eu não tenho a coragem de sair prá roubar, né, e jamais eu vou, não tenho coragem mesmo, acho que morro, mas não faço isso, mas por isso que muitas vezes a gente é obrigado a .. .. .. a aceitar hoje a ser roubado ou ver*

roubarem, a gente já não condena mais o ladrão porque não se sabe se o ladrão ele é ladrão ou tá tentando trazer a comida, né, prá dentro de casa prá família, né. E então tá difícil a coisa, né, isso é... dói e... criam grandes dificuldades em todos os sentidos, ***é dificuldade em termos até morais a um, a um homem desempregado. Um homem desempregado ele não tem .. .. ele perde a dignidade, né, porque o cara se apóia no trabalho e aonde ele não tem isso aí, não tem nada*** *.. .. .. então é muito difícil.*

P: E esses conflitos com a tua família, agora tá melhor a situação?

É um pouco a... mas já não volta a mesma coisa, né, mesmo... mesmo voltando a .. .. ao trabalho, né, eu conseguindo, né, trazer as coisas prá dentro de casa mas ficaram, né, ficaram marcas, né, disso aí que acho que talvez são feridas que dificilmente vai, vai conseguir cicatrizar, né. Eu acho que estou enfrentando grandes dificuldades ainda, né, devido a esse, a esse desemprego que me causou a culpa de tudo isso porque antes eu era um cara, né, que trabalhava, eu chegava em casa era brincando com os filhos, era dava bem com a esposa, era um casal que nós éramos uma família de dar inveja, né, nas pessoas e hoje, lamentavelmente, é... resta só o a... a lembrança daquele, daquele passado porque foi horrível para mim eu ... ... né, não quero nem, gostaria de nem voltar a pensar nesse, nessa época de desemprego.

[...]

P: Os teus filhos continuam morando contigo aqui?

A minha menina foi embora, né, inclusive ficou de mal comigo, né, e ela engravidou, o rapaz assumiu mas é... devido até ia ficar, porque o meu sonho era que os meus filhos construíssem, ficassem todos morando comigo, né, e... ela .. .. devido a esse problema aí o rapaz é... trabalhava e às vezes trazia algumas coisas prá casa, começou a ... parece que me, meio que achando que eu tava vivendo na "aba", né, e... e... e daí foi .. .. .. acabou nós nos desentendendo feio, né, foi embora e ficou de mal comigo e prá mim os filhos é... era a coisa mais sagrada que eu tinha, né, e a minha filha não me procura mais justamente por isto, porque foi a um ponto que é... .. .. .. eu me vi acossado de maneira tal que .. .. acabou acontecendo o atrito, né. (Josué, 47 anos)

Neste longo trecho, observa-se que Josué se culpabiliza por não ter podido cumprir com seu papel de provedor principal de seu grupo familiar. Ele evoca mesmo o suicídio como alternativa face às suas condições de extremo sofrimento. Impedindo o cumprimento desse papel de provedor, a experiência de privação de trabalho torna-se extremamente sofrida, supondo um sofrimento moral, pois um "desempregado" perde sua própria dignidade. Este valor moral do trabalho, anunciado no masculino – "*o homem, ele é o responsável pela família*" – mostra quanto sua perda pode afetar o indivíduo privado de um trabalho. O crime, enquanto ruptura moral, pode mesmo ser justificado em razão do "desemprego". Segundo Josué, atualmente não se sabe bem se um criminoso comete seu crime por razões morais ou por necessidade. Em sua narrativa, ao evocar o crime e a ruptura moral que ele implica, Josué revela toda a importância que o trabalho tem para ele como força moral (e não apenas econômica), com todas as implicações disto para a compreensão da experiência de privação de trabalho: "*Um homem desempregado ele não tem .. ..*

ele perde a dignidade, né, porque o cara se apóia no trabalho e aonde ele não tem isso aí, não tem nada".

Assim, a experiência de privação de trabalho como perda moral implica este homem em uma situação de forte mal estar e culpa, o que está na raiz, segundo ele conta, dos conflitos domésticos. O conflito de Josué com sua filha e seu genro – este o único membro da família a trabalhar regularmente em um dado momento – é revelador de uma situação na qual uma "inversão" dos papéis familiares tradicionais – onde o "chefe de família" deixa de ser o prevedor principal e "perde sua autoridade" – pode desencadear fortes tensões. O conflito chegou a um nível tal de tensão que a filha de Josué acabou deixando de morar com os pais.

Mas assim como a privação de trabalho pode levar ao conflito, tendo em vista a desestabilização dos papéis sociais e o conseqüente confronto entre o "chefe da família", cuja autoridade foi contestada, e outros membros do grupo, ela pode ser a oportunidade para a afirmação de um ato de proteção e responsabilidade do chefe em relação aos demais membros do grupo. Esse foi o caso do filho mais velho de Josué, também vitimizado pelo desemprego havia muito tempo. Em razão disso, o entrevistado reafirmou seu dever de provedor principal do grupo e de acolhimento ao filho: "...[meu filho] *tá desempregado, eu agora tô trabalhando graças a Deus, eu, né, a gente faz, né, eu compro o rancho e ele, né, sustento ele, não tem problema, ele e a família porque eu acho que* ***esse é o meu dever."*** (Josué, 47 anos)

Ainda em relação às condições precárias de seu filho no mercado de trabalho, Josué afirma:

> [Ele] *tá desempregado há muito tempo. Ele não conseguiu pegar o primeiro emprego, né, não conseguiu ainda ...* [Ele] t*á com vinte ... ... vinte e um anos e não conseguiu pegar o primeiro emprego ainda ... ... porque vai procurar serviço, quando aparece uma vaga eles querem experiência, como eu trabalhava hã... por conta, ele trabalhava comigo, né, então as experiências que ele tem é de trabalho comigo sem assinatura, sem comprovante nenhum, né, então ele tá ainda atrás do primeiro emprego com carteira assinada.*
>
> P: E ele tá procurando como pedreiro, como servente?
>
> *Como qualquer ... ... servente, qualquer coisa, né, o que aparece, né, mas ... ... não ... ... tá, tá muito difícil, raramente aparece um bico ou outro prá ... é duro. Tava tentando ver se metia ele lá na firma comigo, né, mas agora me acidentei, eu queria que ele entrasse como pintor já prá não ... ... estavam esperando entrar já a época da pintura ... ... prá que ele entrasse como pintor e agora o negócio de eu me acidentar não sei quando retorno, né, prá levar ele ... ... então por enquanto ele continua desempregado. Mas* ***é um filho ... ... exemplar, é um filho que não me custa ajudar, ele porque foi aquele filho que tá com vinte e um anos e nunca levantou a voz comigo ... ... e é um exemplo de filho.*** (Josué, 47 anos)

No fim desse extrato, Josué revela seu ideal de uma relação intergeracional hierarquizada, na qual a autoridade parental não é questionada. Esta autoridade implica, porém, uma responsabilidade aumentada, prover os outros membros da família. Neste caso, a privação de trabalho pode acarretar uma perda dessa autoridade paternal, masculina, dada a impossibilidade de cumprir com o papel de provedor do grupo. O conflito de Josué com sua filha e com sua esposa mostram bem esse fato.

O relato de Josué mostra ainda a situação ocupacional precárias de seu filho. Ele jamais teve um emprego formal, trabalhando sempre com o pai, em condições de trabalho instável e informal. Para este jovem, a privação de trabalho é uma experiência precoce, prolongada, e as perspectivas para o futuro completamente incertas, tendo em vista suas frágeis condições de escolarização e qualificação profissional. Mesmo os bicos são raros naquele momento.

A nora de Josué também ela vive de bicos, de trabalhos eventuais, em uma situação de precariedade vivida no feminino. Uma divisão sexual do trabalho precário é claramente visível no próprio depoimento de Josué :

> *Ah... de vez em quando ela pega umas coisinhas prá vender, ou pega uma limpeza numa casa de família coisa e tal ... porque* ***hoje tá mais fácil prá mulher [...]... hoje tá mais fácil prá mulher do que pro homem***. [...] *Porque a mulher pega numa casa de família, fazer uma limpeza, coisa assim. Então prá ela aparece bico, né, de vez em quando aparece uma coisinha ou outra prá fazer, e o homem não aparece, né, homem tá mais difícil, bem mais difícil.*
>
> E o teu filho não tem conseguido nem bico?
>
> *Nem bico, raramente aparece alguma coisa de pintura, alguma coisinha mínima e... né, e... mas já passa mais ... ... termina aquilo ali fica um monte de tempo parado.* (Josué, 47 anos)

Josué afirma que há mais trabalho para as mulheres que para os homens em momentos de crise como aquela, uma vez que as mulheres podem recorrer ao emprego doméstico. Este tipo de trabalho é menos afetado pela crise que aqueles ligados à construção civil, tipicamente masculinos.

A situação da esposa de Josué também é reveladora dessa divisão sexual do trabalho no interior da família e de um questionamento do poder masculino nas situações de desemprego. No momento da segunda entrevista, esta mulher estava trabalhando havia oito meses, tendo conseguido um emprego formal antes mesmo de Josué. Tal fato produziu um enorme mal estar no entrevistado, como ele revela a seguir:

> [Ela trabalha] *no Hotel "X"[...]... lava louça, essas coisas assim. Então tá ... ... tá levando porque antes ela pegou serviço primeiro que eu, daí ela trazia ... ... aonde gerou mais essa*

confusão porque ... ... ela trazia ... ... né, as coisas prá dentro de casa e eu ... ... não, né, e aí a coisa complicou porque ela tá sustentando, sustentando o homem, né, então aí complicou mais, foi justamente aí. Mas numa dessas foi melhorando...

P: Foi difícil prá ti essa, essa situação dela estar sustentando [a família]?

Foi, foi muito difícil. Foi muito difícil porque eu ... ... eu acho que a gente que tem, ***o homem que tem vergonha na cara, ele não quer ser sustentado por mulher****, né, então ... ... é... é, poderia até em outro caso, né, porque cada caso é um caso, né, mas é que às vezes a mulher também ... ... talvez devido ao ... ... cansaço de muito tempo eu sem trabalhar... e doente também, que eu tinha problema de saúde, né, e... ... ... e achar que... ... ... já tava muito desgastado, né, e aí de vez em quando ... ... eu ia reclamar alguma coisa porque tava gastando excesso de luz ou coisa assim, por exemplo,* [ela dizia] *quem paga sou eu, né, sou eu que tô pagando, então eu posso gastar porque sou eu que tô pagando e tu não paga nada, não abre a boca. Então aí perdi, comecei a perder minha autoridade de, de homem, de dono de casa e de chefe da família ...* (Josué, 47 anos)

Portanto, a privação de trabalho está na origem dos conflitos de Josué com sua esposa. A autoridade masculina e paterna foi questionada e o entrevistado ressentiu-se profundamente pelo fato de sua esposa estar sustentando a família. Através desse relato, observa-se que o papel masculino de provedor esta no centro da definição que Josué faz de si mesmo. Este papel organiza sua identidade e lhe confere a estabilidade emocional perdida na ocasião de sua experiência de privação de trabalho. Ele se reconhece enquanto provedor e enquanto homem, um e outro sendo inseparáveis. Esta privação de trabalho coloca igualmente em perigo seu poder masculino, tendo em vista que este se apóia exatamente no exercício dessa função legítima e primordial na família, ser provedor. O trabalho é, portanto, fonte de autoridade e de masculinidade, fonte de identidade e de estabilidade pessoal e familiar. O trabalho remunerado implica, pois, ter um papel e um lugar nessas relações sociais.

É assim que Josué explica e justifica o trabalho remunerado de sua esposa como secundário na família. Ele afirma que ela sempre trabalhou, sempre realizando, porém, bicos, trabalhos temporários ou empregos sazonais na indústria de conservas. Habitualmente, ela trabalhava apenas dois ou três meses por ano, raramente mais do que isso, a intenção sendo de assinar a carteira de trabalho e manter os direitos previdenciários em vigor. O resto do tempo, segundo afirma o entrevistado, sua esposa se consagrava à família e ao trabalho doméstico.

Esta inserção feminina considerada secundária no mercado de trabalho sofre um processo de resignificação em razão de uma situação prolongada de privação de trabalho. Tal situação pode provocar mesmo uma "inversão" dos papéis "masculinos" e "femininos" no interior da família. Os conflitos decorrem das tensões decorrentes desses deslocamentos.

Apesar de fazer um discurso igualitário no que diz respeito às relações entre homens e mulheres e mesmo sobre as tarefas e responsabilidades domésticas, Josué mantém uma relação bastante distante com o trabalho doméstico. Este distanciamento se expressa ainda pela "vergonha" de estar em casa durante suas experiências de privação de trabalho e por um discurso muito abstrato a respeito da distribuição concretas das tarefas domésticas:

> *… eu acho que o casal, ele tem, né, a obrigação de pegar junto, né, eu acho que não é só um, não se pode jogar a responsabilidade em cima de um, tanto que a mulher lutou tanto pela igualdade, né, então acho que nós temos que olhar as coisas com igualdade, né.* [...]*... e por exemplo, ela tem os direitos iguais. Antes se tu batia na mulher, tá bateu na mulher e ficou por isso aí, né, ficava tudo em casa. Hoje se tu, né, levantar a voz com a mulher tu já ... ... até processado, tu é dependendo de, de coisa, né, que tu fizeres então a... nós temos igualdade, né, e a igualdade eu acho que inclui isso ai também ... ... vamos trabalhar, vamos, vamos os dois pegar junto e vamos tocar, né.*
>
> P: Tu nunca, tu nunca fosse contra ela [esposa] trabalhar fora?
>
> *Não, não. Nunca me opus a isso porque eu acho que isso aí vem a somar, né, dentro da, dentro da casa...* (Josué, 47 anos)

A propósito de estar a maior parte do tempo em casa durante a experiência de desemprego:

> *Eu tinha vergonha de estar em casa, né, porque eu saía atrás do trabalho, né, de manhã .. .. aí tu chegava em casa ... ... comia alguma coisa e de tarde dava uma volta de novo e procurava, né, ficar, ficar até me escondendo de vergonha de, de estar desempregado. Porque as pessoas olham o cara muito seguido em casa já, já, ah!, esse cara é vagabundo, não trabalha, né. Então eu me sinto assim porque sempre trabalhei, né, desde guri eu trabalhei, então eu ... ... eu ficando desempregado, eu fico, né, inquieto, eu fico envergonhado ... ...* (Josué, 47 anos)

Em relação às tarefas domésticas, Josué afirma:

> *Bom, aí se divide, né, o que tá em casa providencia a comida que tem que fazer, né, se eu tô desempregado, né, a mulher tando trabalhando eu faço, não tem problema nenhum ou se é... nós tiver todos trabalhando ou ela* [comida] *fica pronta de noite pro outro dia ou então o rapaz faz a comida senão ou a minha nora quando tá faz também, não tem problema nenhum, no trabalho doméstico a gente se divide. Aí uma mão lava a outra, né, e eu lá por exemplo, eu passo o dia, né, eu... hã almoço no serviço, a firma dá comida, né, e a minha esposa almoça também no serviço, né, então seria mais é só eles em casa e eles se viram.* (Josué, 47 anos)

A igualdade entre os sexos proposta por Josué implica uma clara divisão sexual do trabalho que pode, porém, ser modificada em uma situação de desemprego. Às mulheres não fica interditado o acesso ao mercado de trabalho. Ao contrário, tal acesso é considerado positivo e a expressão dessa igualdade. Todos devem ajudar-se mutuamente. No entanto, este acesso deve preservar os papéis tradicionais e a experiência de privação de trabalho faz emergir as diferenças

de sexo. O sentimento de vergonha de estar em casa mostra que, para Josué, o espaço doméstico não é, de forma legítima, um espaço de trabalho para os homens. Um homem até pode trabalhar em casa, ajudar nas tarefas domésticas, mas trata-se, evidentemente, de uma responsabilidade secundária, de um constrangimento transitório (a ausência de uma mulher em casa), uma concessão mesmo em relação ao sexo oposto.

Portanto, o trabalho que se realiza no espaço doméstico é, primordialmente, uma responsabilidade feminina. Desse ponto de vista, só uma mulher pode estar legitimamente neste espaço de forma plena e integral. Para o homem, trata-se apenas de um espaço de descanso, de lazer, de cultivo dos laços afetivos. É esse "descanso" que pode ser confundido com "vagabundagem" e gerar vergonha no indivíduo, como acontece com Josué. Em geral, o modo como os homens falam de seus afazeres domésticos, da contribuição (ajuda) que dão às suas esposas e companheiras, mostra bem essa relação distanciada com tais responsabilidades. Em suas narrativas, as referências a esse respeito são sempre muito gerais e muito raramente os homens falam do trabalho doméstico quando falam de suas atividades profissionais. As referências a esse respeito são feitas quando são incitados e induzidos por uma questão ou observação do entrevistador. É o caso de Josué que, ao mesmo tempo em que faz um discurso igualitário, descreve objetivamente uma divisão sexual de tipo tradicional que sempre prevaleceu em sua família. O trabalho e as responsabilidades domésticas sempre foram atividades prioritariamente atribuídas à sua esposa.

Neste sentido, as experiências de privação de trabalho podem provocar uma mudança desses papéis tradicionais, deslocando-os consideravelmente. Esse deslocamento, porém, mostra-se em geral provisório, o que, a longo prazo, pode ter inclusive o efeito de reforçar esses papéis e divisões tradicionais, dependendo do modo como os arranjos, os conflitos, as tensões são resolvidos. No caso de Josué, esse deslocamento produziu efeitos aparentemente duráveis, pois sua esposa passou a investir-se mais regularmente no mercado de trabalho. Quanto às tarefas domésticas, porém, essas mudanças não pareciam ser tão expressivas. A obtenção de um novo emprego colocavam Josué prioritariamente voltado para suas atividades profissionais.

Observa-se ainda que essa relação distanciada face ao trabalho doméstico implica uma maior disponibilidade dos homens para a procura de trabalho. Josué se dizia sempre a procura de trabalho, mesmo que essa busca fosse puramente retórica, uma maneira de sair de casa, já que, na sua avaliação, não existiam oportunidades de trabalho para ele. Por isso, essa procura era para ele muito mais uma tentativa de escapar do estigma de vagabundo do que uma avaliação positiva da probabilidade de obter um novo trabalho. Assim, se nas pesquisas estatísticas os homens

aparecem mais ativos que as mulheres, isto deve-se, em grande medida, à disponibilidade dos mesmos em relação ao trabalho remunerado. Ao contrário, a atividade feminina pode ser mascarada por uma demanda específica no âmbito do trabalho e do espaço domésticos. Para os homens, essa disponibilidade para o trabalho remunerado apresenta-se, em contrapartida, como uma indisponibilidade para o trabalho doméstico. Por isso, o trabalho doméstico pode ter um papel fundamental na flutuação da atividade e do trabalho femininos.

Observa-se, enfim, em sua narrativa, que a categoria desemprego é mobilizada por Josué no sentido amplo de privação de trabalho, de necessidade de trabalho, não tendo como referencial exclusivo o emprego assalariado. Como em vários casos similares, caracterizados por uma forte instabilidade ocupacional, o comportamento individual não é orientado em função da norma do emprego e do desemprego. Nestes casos, a norma, de fato, é aquela do trabalho em geral, de uma atividade remunerada, e de uma ética do trabalho. Do ponto de vista desta ética, a privação de trabalho pode significar "vergonha". A própria experiência de privação de trabalho torna-se uma experiência ilegítima. Ela é vivida na tentativa de se esconder do olhar dos outros. Logo, não se reivindica ser um "desempregado", ser um desempregado não é possuir uma "identidade legítima", pois, em condições de pobreza e precariedade social, ela pode ser confundida com "vagabundagem", com a "falta de vontade de trabalhar". Uma "ética do trabalho" opõe-se, portanto, a uma "ética da malandragem".

Neste sentido, a categorização proposta por Josué afasta-se da categorização oficial, mesmo que a procura de trabalho constitua elemento comum entre esses dois referenciais normativos. Em um caso, porém, essa procura caracteriza-se como "legítima", na medida em que ela indica uma situação involuntária de "privação de emprego" e o desejo de obter um trabalho. No outro caso, a procura representa, simplesmente, a tentativa de evitar um julgamento negativo. Neste último caso, a responsabilidade pela situação de privação de trabalho é do indivíduo. A referência não é apenas o "emprego", mas principalmente o "trabalho", isto é, qualquer trabalho. Se ter ou não um "emprego" não depende da vontade e do desejo individual, este não é o caso de estar ou não trabalhando. O bico, o trabalho eventual, por isso, torna-se uma referência normativa e um critério de categorização nativa das condições de trabalho e atividade desses indivíduos. Uma tal extensão do conceito de trabalho tem como efeito uma correspondente redução do âmbito da privação de trabalho.

Além do mais, esta "ética do trabalho" (no sentido ampliado), que se constitui historicamente no Brasil contra uma "ética da malandragem", parece ser eficaz como norma disciplinadora em conjunturas econômicas nas quais não há escassez de trabalho e emprego. No

contexto atual da economia brasileira, porém, ela pode ter efeitos psicológicos devastadores sobre os trabalhadores mais pobres que orientam sua condutas por esses princípios. Ao mesmo tempo, essa ética parece ser mais freqüente entre os trabalhadores mais velhos, pertencentes a uma geração menos habituada a experiências recorrentes e prolongadas de privação de trabalho.

Essas normas que regulam as práticas em situação de privação de trabalho são também aquelas que definem as responsabilidades do provedor no interior do grupo familiar. O papel de provedor está colado a esses princípios, pois a procura regular e insistente de trabalho nada mais é do que a afirmação do compromisso de garantir a sustentação econômica do grupo.

Se, para estes indivíduos em uma situação de precariedade social, a norma do emprego não é a referência central na constituição de suas experiências de privação de trabalho e de suas formas de categorização dessas vivências, pois esta referência é a norma do trabalho no sentido amplo do termo (referindo-se a outras formas de trabalho, não assalariadas), a procura de trabalho não é equivalente à procura de emprego. A dificuldade ou inexistência de emprego não justifica uma interrupção da procura de trabalho, pois, nestas circunstâncias, é preciso fazer qualquer coisa, não é legítimo ficar a espera de um emprego. Salvo nos casos de debilidade física – como é o caso, por exemplo, de Josué em determinadas ocasiões de sua trajetória – nem mesmo o desalento – no sentido de uma interrupção de procura de trabalho – se justifica, ainda que uma desesperança seja subjetivamente ressentida.

A pobreza, as carências materiais, impõem a esses indivíduos a impossibilidade de ficar esperando por um "emprego". Nesse sentido, como afirmam Demazière, Guimarães e Sugita (2006), a lógica que prevalesce no Brasil é de que "é preciso se virar". Por isso, o "desemprego" chega a ser um luxo do qual a maior parte dos trabalhadores, sobretudo os provedores, não podem usufruir. O desemprego pode provocar uma suspeição sobre esses indivíduos situados muito próximos da pobreza. A experiência de privação de trabalho é vivida, pois, freqüentemente, como no caso de Josué, como uma luta contra essa suspeita.

7.7. Precariedade e privação de trabalho nas experiências masculinas

Outras experiências masculinas de privação de trabalho apresentam traços distintos daquela vivida por Josué. Para este entrevistado, a privação de trabalho colocou em risco poder masculino baseado no exercício do papel de provedor do grupo familiar, o que não é, necessariamente, ressentido pelos demais entrevistados. De qualquer modo, pôde-se observar que

o papel de provedor é fortemente constitutivo da identidade masculina, o significado trabalho remunerado estando fortemente construído em torno da conformação desse papel social.

Em geral, nos grupos familiares mais extensos, nos quais mais de um membro da família participa no provimento do grupo, a experiência de privação de trabalho pode ser fortemente atenuada. O trabalho remunerado feminino têm um papel fundamental nesse sentido.

Esse aporte familiar é expressivo na experiência de outro entrevistado, Juliano, 45 anos, ensino primário incompleto, vigilante, sem emprego havia quase dois anos e que tinha, no trabalho de sua esposa, uma fonte importante de provimento do grupo familiar. Sua família era composta ainda por quatro filhos, um jovem de 19 anos, filho da primeira esposa de Juliano, e três crianças de 11, 8 e 7 anos de idade, filhos de sua segunda esposa. Todos os seus filhos estudavam. No momento da entrevista, sua esposa, Elaine, 43 anos, ensino fundamental incompleto, trabalhava como empregada doméstica havia cerca de um ano em uma residência familiar.

Juliano foi um dos raros entrevistados deste grupo que possuía uma trajetória ocupacional marcada por um longo vínculo empregatício formal. De origem rural, esse homem trabalhara muito tempo no campo, em atividades agrícolas junto com sua família, em terras próprias e arrendadas. Mas a terra era insuficiente para garantir a sobrevivência do grupo familiar. Aos vinte e quatro anos de idade, abandonou a vida no campo e foi para a cidade procurar emprego. Segundo Juliano, havia muito emprego naquela época e as indústrias alimentares constituíam um forte atrativo para a população que vivia no campo em condições precárias de trabalho e rendimento. Assim, ele conseguiu um emprego como vigia em uma cooperativa industrial de laticínios, nele permanecendo durante quinze anos. No momento da entrevista, Juliano estava desempregado havia quase dois anos, vivendo de trabalhos eventuais na construção civil. Ele procurou emprego nas indústrias da cidade, mas nada conseguiu, atribuindo tal fato a dois fatores : à sua baixa escolaridade e à sua idade.

Por isso, Juliano foi gradativamente perdendo a esperança de conseguir um novo emprego e acabou envolvendo-se em um projeto comunitário de formação de uma cooperativa de reciclagem de lixo, o que absorvia uma boa parte de seu tempo. Além disso, ele participava também da associação de moradores de seu bairro, da qual era membro da diretoria. No momento da entrevista, Juliano deixara de procurar emprego havia cerca de dez meses, o desalento em relação ao emprego fazendo-lhe buscar outras alternativas de trabalho nesse momento crítico de sua vida. A atividade comunitária e o projeto da cooperativa deram-lhe uma nova esperança.

Nesse sentido, Josué procurava redefinir seu rumo na esfera profissional. Explicitamente, passara a rejeitar a hipótese de obter um novo emprego. O emprego começava a deixar de ser uma referência na definição de sua condição ocupacional. O emprego implicava para ele uma situação de fragilidade, insegurança, seu "desemprego" era uma prova disso. Por isso, Juliano tentava investir na cooperativa, consagrando boa parte de seu tempo às atividades do grupo e da associação de bairro. Perguntado sobre sua experiência de privação de trabalho e sobre a realização de trabalhos eventuais, é ele mesmo que define sua situação :

> *Eu tenho feito trabalho de bico. De pedreiro [...] E... aqui na associação. Quando eu não estou nos bicos eu estou aqui na associação, no trabalho. Mas é ... a pessoa perdendo a frente de trabalho ... ... o sistema das pessoas trabalhar de empregado pra mim já quando eu vim prá cidade já era ilusão, não passa disso aí.* ***Eu estou desempregado****, não tenho a minha* ***frente de trabalho*** *prá sobreviver e não têm outras pessoas que tenham condições de oferecer outra frente de trabalho com carteira assinada como deveria ser. Eu estou na mesma situação quando eu estava no meio rural, não tinha propriedade prá morar, não tinha onde produzir e agora* ***eu estou desempregado****, estou na mesma situação. Eu tenho onde morar, mas* ***não tenho onde produzir****, não tenho a frente de trabalho. E com o modernismo do trabalho aí, como eles dizem, a globalização do trabalho, de quarenta anos prá cima não pega mais serviço. As empresas exigem qualidade, pessoas qualificadas. Tem que ter o 1º grau ou 2º grau completo.* (Juliano, 45 anos)

Esse extrato é muito representativo de uma transição do significado do emprego, do trabalho assalariado capitalista em sua trajetória ocupacional. Ao mesmo tempo em que ele é uma referência para definir sua situação de privação de trabalho, pois Juliano se considera um "desempregado", o emprego é visto também como uma "ilusão", como uma referência com a qual não se pode mais contar. Juliano tem a clara percepção de sua exclusão do mercado formal de emprego. O desemprego, portanto, veio para ficar. Mas, ao mesmo tempo, ao negar o emprego como referência principal e apostar no projeto de formação da cooperativa, Juliano procurava redefinir seu futuro ocupacional. Mesmo admitindo ser um desempregado, o entrevistado, ao mesmo tempo, renega tal condição. A idéia do emprego como "ilusão", ao compará-lo com o período em que vivia no campo, do trabalho na terra, mostra que, ao seu juízo, não se pode depender do "emprego" para se ter um "trabalho", um "serviço". Logo, apesar de "desempregado", Juliano afirma-se como trabalhador, como alguém que passa a ter um projeto de trabalho autônomo, cooperativo. É verdade que esse projeto é incerto, não se sabe se será exitoso. Logo, a privação de trabalho ressentida por Juliano é vivida na transição entre essas formas de trabalho, o emprego assalariado e o trabalho autônomo cooperativo. Neste sentido, a privação de trabalho existe, mas dilui-se nesse contexto social marcado pela refência a uma nova forma de trabalho. O bico, o trabalho eventual não é para ele senão uma alternativa provisória e paliativa.

Por isso, a cooperativa torna-se a referência principal de Juliano no seu modo de definir sua experiência de trabalho e de privação de trabalho. É através dessa nova forma de trabalho que Juliano estima poder recuperar sua capacidade de prover seu grupo familiar. Além do mais, o trabalho cooperativo é capaz de proporcionar a ele o que o emprego não proporcionava, isto é, uma autonomia no próprio trabalho. Assim, para ele "*a pessoa que trabalha de empregado perde toda essa liberdade*", pois não trabalha para si mesma, trabalha para um patrão.

Há ainda nessa experiência um traço marcante em termos de gênero. Como o próprio entrevistado afirma, quando ele não está realizando seus bicos e trabalhos eventuais, ele está ou na cooperativa ou na associação de moradores. Nesse sentido, o trabalho doméstico não é uma referência a partir da qual este homem organiza seu tempo e suas atividades, o que constitui uma experiência tipicamente masculina.

Diferentemente da experiência de Josué, em nenhum momento Juliano mostrou-se inquieto por ver restringida sua condição de provedor do grupo. Essa questão não chega a ser abordada diretamente na entrevista, mas o fato de realizar bicos e atividades eventuais expressa claramente que o cumprimento dessa obrigação está fortemente estruturada na sua forma de percepção de seu próprio papel na família.

De qualquer forma, o emprego de sua esposa tornara-se fundamental para a estabilidade econômica de seu grupo familiar. Esse parece ser um traço marcante no modo de vida dos grupos familiares em situação de precariedade social. A renda obtida pelas mulheres, sobretudo nos momentos de crise econômica, parece ser cada vez mais fundamental para garantir a estabilidade econômica dos mesmos.

Em alguns casos, essa estabilidade é também garantida pela presença de outros membros economicamente ativos, não só mulheres (mães e esposas), mas também dos filhos e filhas. Logo, os indivíduos que pertencem a grupos familiares mais extensos, nos quais vários membros têm um trabalho remunerado, são aqueles que gozam de mais estabilidade econômica e proteção nos momentos de crise e de privação de trabalho. Entre os entrevistados mais velhos, com filhos maiores, esta situação é mais freqüentemente observada.

Em algumas trajetórias nas quais não haviam grupos extensos, o provimento sendo feito por apenas um ou dois indivíduos, observou-se níveis muito acentuados de precariedade social e insegurança. Nos casos em que os entrevistados viviam sozinhos, observou-se que as experiências de privação de trabalho e a precarização dela decorrente contribuíram decisivamente para desencadear fortes conflitos familiares. Em um desses casos, o entrevistado fora recolhido ao sistema prisional pelo não pagamento da pensão alimentícia dos filhos.

Portanto, observa-se, em algumas trajetórias, traços muito intensos de precariedade social, de instabilidade ocupacional, de pobreza e de isolamento.

Um desses entrevistados é Márcio, 35 anos, analfabeto, operário da construção civil. Este homem tivera poucas e curtas experiências de emprego formal em sua trajetória ocupacional. Ele vivia em uma situação de forte pobreza e, no momento da entrevista, vestia-se precariamente, o mesmo valendo para suas condições de higiene. Ele iniciara a trabalhar muito cedo, aos 12 anos de idade, com seu pai, na construção civil. Na maior parte de sua trajetória, trabalhara como servente de pedreiro, primeiro ajudando seu pai, depois sozinho, como trabalhador autônomo.

Observou-se apenas três registros formais de emprego em sua carteira de trabalho, dois dos quais não chegaram a completar um mês de trabalho. O terceiro durou menos de dois meses. O primeiro e o último registro cobrem um período de 7 anos, o que expressa o altíssimo grau de informalidade na trajetória ocupacional desse entrevistado.

No momento da entrevista, Márcio encontrava-se sem emprego formal havia cinco anos. Na semana anterior, terminara um serviço que durara apenas quatro semanas, ficando novamente sem trabalho. A forte instabilidade ocupacional deste entrevistado, que intercalava períodos curtos de trabalho precário e períodos sem nenhuma ocupação, revelam uma forte deterioração de suas condições de vida e trabalho. Tratava-se de uma situação de privação crônico de trabalho, com a total exclusão do mercado formal de trabalho.

O sentimento de impotência de Márcio frente a esse quadro expressava-se, sobretudo, pela impossibilidade de pagar a pensão a seus três filhos que estavam sob a guarda de sua ex-esposa. Assim, para subsistir, ele contava com a ajuda de sua mãe e de alguns familiares, estando mergulhado em uma situação de profunda insegurança material.

Seu depoimento fora muito curto, mas nele pôde-se identificar essa privação crônica de trabalho, um certo sentimento de inferioridade por não conseguir sustentar a si mesmo e aos filhos. Ele dependia da ajuda dos outros, dos familiares, da mãe, da ex-esposa, o que lhe causava muito constrangimento. Márcio afirmara que procurava trabalho havia mais de cinco anos, o que significa que não era mais emprego que procurava, mas bicos, “serviços”, como ele mesmo afirmava.

Essa situação de elevada vulnerabilidade social marcada pela fragilidade dos laços sociais também é vivida por outro entrevistado, Jorge, 37 anos, operário industrial, ensino médio incompleto. Este entrevistado também dependia de ajudas externas, neste caso de uma irmã, que, segundo ele, o ajudava de vez em quando. Separado de sua ex-esposa havia sete anos e com quatro filhos (três dos quais eram menores de idade), Jorge também não conseguia pagar a

pensão dos filhos. Por esse motivo, fora preso durante um período de 21 dias, o que lhe causara um enorme sofrimento. O entrevistado descreve o evento com pesar, dizendo que teve que vender um carro e aparelhos domésticos para poder sair da prisão. Também neste caso, o papel de provedor foi seriamente comprometido com a privação de trabalho. Além de não conseguir prover sua família, Jorge encontrava-se em uma situação de forte desamparo, sem laços estáveis de integração social.

Na ocasião da entrevista, Jorge encontrava-se sem emprego havia onze meses, realizando bicos e trabalhos eventuais na serralheria de um conhecido seu. No seu último emprego, ele trabalhara em uma fábrica de tintas como auxiliar, tendo permanecido no emprego por um período de dois anos e meio. Jorge tinha uma longa trajetória como operário industrial. Na ocasião de seu primeiro emprego na indústria, contava com apenas 15 anos de idade. Nos registros em sua carteira de trabalho, contabilizou-se onze experiências de emprego formal. A mais longa delas, em uma empresa da indústria eletrônica, durou quatro anos e oito meses. Na maioria das vezes, os vínculos de emprego não ultrapassavam dois anos de duração. Assim, diante de uma importante rotatividade no emprego, Jorge alternou períodos de emprego com períodos de privação de trabalho, a maioria dos quais curtos, de apenas poucos meses. No entanto, em pelo menos três ocasiões, entre as quais aquela em que estava vivendo no momento da entrevista, Jorge passara por longos períodos de privação de trabalho que excederam um ano de duração.

Perguntado sobre como estava sendo sua experiência de privação de trabalho, Jorge afirmou :

> *Ah, difícil. Dá um desespero, né. [...] Arrumo um biquinho daqui, um biquinho dali. A minha irmã me ajuda de vez em quando. ... ... [...] [Antigamente] ainda tinha um recurso. Agora ... vai fazer um ano [...] Agora tá horrível, né. Pior que é geral tudo. Ontem eu fui numa agência aqui na ... ... Nonoai ... ... tinha duas vagas ... eu cheguei ali as ... ... cinco para as seis. ... ... Tinha mais de quinhentas pessoas na frente.*[...]
>
> P: Desististe de procurar emprego durante esse período ?
>
> *Não. Não dá, porque* ***eu tô passando necessidade****, eu tô sozinho, tenho contas pra pagar. [...] Não posso viver em cima da minha irmã., né. É ruim.* (Jorge, 37 anos)

Apesar de uma longa experiência como operário trabalhando em diversos setores da indústria, Jorge não chegara a especializar-se em um determinado ofício. Com baixa escolarização e sem qualificação formal, o emprego na indústria não estava mais ao seu alcance. Apesar de desejar um "emprego fixo", suas chances eram pequenas, pois a quantidade de indivíduos em situação semelhante era enorme.

A experiência de privação de trabalho de Jorge era vivida no sentimento de necessidade, de vulnerabilidade, de dependência em relação aos outros, de privação material e, ao mesmo tempo, de privação moral. O período na prisão e o fato de não poder pagar a pensão para os filhos foram ressentidos como um dilema moral para este entrevistado.

Apesar dos níveis elevados de privação material observados entre esses dois entrevistados, Jorge e Márcio, têm-se dois padrões distintos de precariedade ocupacional. O primeiro padrão, aquele de Márcio, essa precariedade é vivida à margem do emprego formal e das instituições públicas de proteção trabalhista e previdenciária. Neste caso, um modelo de exclusão ou de inclusão marginal no mundo do trabalho implica o indivíduo em uma situação de elevada vulnerabilidade social que pode ser potencializada pela ausência ou fragilidade de vínculos familiares e/ou comunitários. A privação de trabalho, neste caso, é uma experiência constante, permanente, rotineira, freqüentemente naturalizada e, às vezes, de dificil delimitação objetiva e subjetiva. Isto é, o tempo de duração da experiência de privação de trabalho não é facilmente identificável por critérios objetivos (duração do emprego, do trabalho) ou por critérios subjetivos (sensação de privação, de necessidade). A privação de trabalho inscreve-se e dissolve-se, portanto, em um padrão instável de experiência ocupacional, de caráter não assalariada. Trata-se, aqui, de um outro modelo de inserção ocupacional, de um *padrão de trabalho precário*. Nele, a privação do trabalho é freqüentemente invisível do ponto de vista das estatísticas oficiais. Do ponto de vista subjetivo, essa forma de privação de trabalho só se torna realmente visível e perceptível para os próprios trabalhadores na medida em que sua duração se estende no tempo e vai comprometendo cada vez mais a reprodução material do indivíduo e/ou de seu grupo familiar. Neste caso, a experiência de privação de trabalho é, quase sempre, a experiência da necessidade, confundindo-se com a pobreza. Estes indivíduos definem-se mais como pobres, vulneráveis, do que como desempregados.

O segundo padrão, aquele de Jorge, a precariedade é vivida no interior do mercado de trabalho formal e da formas capitalistas de emprego assalariado, marcadas, no entanto, por elevada instabilidade ocupacional. Trata-se, aqui, de um outro modelo de inserção ocupacional, o *padrão do emprego precário*. Nela, a privação de trabalho é mais freqüentemente visível e demarcada objetivamente, mas também é rotineira e banalizada subjetivamente, não implicando os trabalhadores em fortes vínculos com seus trabalhos e com suas empresas. A privação cíclica de trabalho é a outra face desse padrão precário e instável de ocupação. Também neste caso, essa privação torna-se significativa subjetivamente apenas na medida em que sua experiência se prolonga no tempo e compromete a reprodução material do indivíduo e/ou de seu grupo familiar.

Em ambos os casos e em ambos os padrões ocupacionais, as formas de organização do grupo familiar e a posição que o indivíduo ocupa em seu seio têm um papel fundamental na estruturação da experiência de privação de trabalho. Nos dois casos acima descritos, o sentido do trabalho reduz-se dramaticamente à "necessidade de garantir a reprodução material" do indivíduo ou grupo familiar. Tendo já vivido a impossibilidade de cumprir adequadamente o papel de provedor, esses indivíduos marcados por um sentimento de inferioridade (dependência, filhos desassistidos, prisão) fazem do trabalho apenas a tentativa e o meio de escapar à completa privação material.

Portanto, estes indivíduos estão cada vez mais distantes das formas e das oportunidades de emprego, em um mercado de trabalho mais organizado. Com as transformações mais recentes nos padrões de recrutamento das empresas, esses trabalhadores vão experimentando cada vez mais dificuldade em obter empregos formais, estáveis e seguros. Face às novas exigências do mercado de trabalho, esses trabalhadores, sobretudo os operários industriais, mas também os trabalhadores em comércio e serviços, vêem-se diante de um processo acelerado de desqualificação profissional, na medida em que a "velhas" qualificações tornam-se obsoletas diante das "novas" exigências (técnicas ou relacionais) no perfil do trabalhador. Esse processo atinge com mais intensidade os trabalhadores mais velhos. Estes ressentem-se desse processo de deslegitimação de suas qualificações tradicionais, enfrentando cada vez mais o sentimento de incapacidade no enfrentamento dessas novas exigências impostas pelas empresas no mercado formal de trabalho. A própria idade torna-se um critério decisivo de seletividade profissional, o que produz nos trabalhadores mais idosos uma nítida sensação de exclusão do mercado de trabalho.

Os limitados recursos materiais e simbólicos dos trabalhadores submetidos a uma situação de precariedade social agravam ainda mais esse quadro de redução das chances profissionais e de exclusão do mercado de trabalho. Com muita frequência, os entrevistados reclamam dos escassos recursos para investir em suas capacitações profissionais e em suas escolarizações, seja pelo custo elevado dessas atividades – pagamento de inscrições, mensalidades, materiais, alimentação, transporte – seja pela necessidade de priorizar a sustentação material imediata do grupo familiar. Nessas circunstâncias, até mesmo a procura de emprego fica fortemente limitada face à dificuldade em arcar com os custos do transporte urbano para comparecer às agências de emprego ou às empresas que estão recrutando. Neste sentido, essas carências materiais, os escassos recursos econômicos desses indivíduos, os colocam em um circulo vicioso de reprodução das desigualdades sociais através de sua exclusão das melhores posições no mercado de trabalho.

7.8. A privação de trabalho nas trajetórias femininas

A análise das trajetórias femininas, assim como já faz transparecer a análise das trajetórias masculinas, indica que as mulheres ocupam um papel cada vez mais importante no provimento de seus grupos familiares. Nesse sentido, as mulheres tornam-se cada vez mais ativas, mantêm-se mais tempo integradas no trabalho remunerado, sustentando um padrão de atividade mais próximo do modelo masculino. Neste sentido, suas experiências de privação de trabalho também são muito próximas àquelas vividas pelos homens, marcadas por uma forte necessidade do trabalho para garantir a subsistência do grupo familiar.

No entanto, são as mulheres que continuam, fundamentalmente, a ter que gerir o problema do trabalho e das responsabilidades domésticas, independentemente da classe social a que pertençam. As pressões do trabalho doméstico, portanto, contribuem para absorver o trabalho feminino e, em alguns casos, para tornar invisível uma situação de privação de trabalho vivida no espaço doméstico. Em um contexto familiar mais favorável, com outros membros participando do provimento do grupo, uma situação de desalento é, com freqüência, observável, tendo em vista as precárias e limitadas oportunidades de trabalho e emprego. Entre as mulheres mais velhas, essa situação é mais frequente.

Das treze trajetórias femininas analisadas neste grupo de entrevistadas, quase todas contribuíam ou contribuíram decisivamente, em algum momento de seus itinerários, para o provimento de seus grupos familiares. Pelo menos dez dessas mulheres eram suas provedoras principais, compartilhando esse provimento com seus companheiros ou assumindo sozinhas tal responsabilidade. Assim, destas treze mulheres, cinco eram casadas e compartilhavam com seus companheiros a sustentação econômica de seus grupos familiares. Seis destas mulheres eram separadas, divorciadas ou viúvas, assumindo a "chefia da família" sem a presença de um companheiro. Duas dessas treze mulheres eram jovens solteiras, conforme já se analisou anteriormente.

Para as mulheres casadas que vivem com seus companheiros ou maridos, partilhar a responsabilidade de prover o grupo familiar significa um segurança a mais para o grupo. Porém, as carências materiais típicas das classes sociais mais desfavorecidas não deixam muita margem para tranquilidade.

Este é o caso, por exemplo, de Ivete, 36 anos, empregada doméstica, ensino fundamental incompleto. Casada com seu marido havia mais de 12 anos, Ivete tinha dois filhos, um menino de 11 anos e uma menina de dois anos de idade.

No momento da entrevista, ela encontrava-se sem emprego havia dez meses. Sua última ocupação fora um emprego temporário no qual cuidara de uma pessoa idosa, nele permanecendo por apenas três meses. Já fazia mais de dois anos que Ivete deixara seu último emprego doméstico, onde ficara por mais de quatro anos. A entrevistada deixou esse emprego para ganhar sua filha, interrompendo sua trajetória ocupacional. Apesar de seu marido estar trabalhando, de ter um rendimento de dois salários mínimos mensais e de ser o provedor principal de seu grupo familiar, Ivete considerava fundamental sua contribuição para o orçamento doméstico, pois além dos filhos para criar, o casal tinha inúmeras carências materiais a serem supridas.

Em sua narrativa sobre suas experiências no trabalho remunerado, o discurso de Ivete gira muito em torno do problema da pobreza, das carências materiais de sua família, da necessidade de manter-se em um trabalho remunerado. Em vários momentos, ela referiu-se a essa "pobreza" para definir sua situação, afirmando explicitamente que ela é era uma pessoa "pobre", uma simples "empregada doméstica" e que, portanto, tinha necessidade de trabalhar. Ivete define assim sua situação de privação de trabalho :

> *... não existe serviço, eu tô louca para trabalhar, a pessoa ficar em casa é brabo ... uma pessoa só, sozinho, como meu marido, ele ganha só trezentos reais por mês*[241]*, ele ganha cento e quarenta por quinzena, nem chega bem a trezentos reais, dá, dá duzentos e oitenta... o que é que a gente faz com dois filhos. Ainda bem que a gente não paga aluguel, mas a minha luz é cara, porque eu tenho... eu tenho máquina de secar, eu tenho máquina de lavar, então quer dizer que .... a minha luz é cara, às vezes vem trinta, às vezes vem dezenove e pouco, eu acho caríssima. A água também é cara, é roupa, é calçado, é alimento, é fruta. Às vezes nem tem condições de comprar tudo, porque o dinheiro não dá, ele ganha só cento e quarenta por quinzena, tu imagina só, dali daqueles cento e quarenta tu tens que tirar pra água, tu tens que tirar pra luz, tu tens que tirar pro alimento e agora ainda tem que tirar setenta reais do conserto da máquina*[242]*... quer dizer que a pessoa fica às vezes até com necessidade, às vezes eu fico com falta das coisas em casa porque uma pessoa só...* (Ivete, 36 anos)

Logo, o trabalho de Ivete e da maioria das mulheres das classes sociais menos favorecidas é essencial para o provimento das necessidade materiais do grupo familiar. A sua preocupação com as contas a pagar, com os filhos, com a alimentação é aquela de uma provedora que encontra enormes dificuldades para satisfazer as necessidades do grupo.

Essa relação que Ivete estabelece com o trabalho remunerado é, ao mesmo tempo, uma relação de tipo instrumental, pois o emprego doméstico para ela se impõe tendo em vista a impossibilidade de conseguir algo melhor. Ela reclamava que, em seu trabalho, as pessoas a tratavam como uma "empregada" e não como uma pessoa. O termo ganha, neste caso, um sentido

[241] Na ocasião da entrevista, o salário mínimo era de R$ 130,00.
[242] A máquina de lavar roupa de Ivete havia estragado.

profundamente pejorativo. Apesar de estar procurando um emprego doméstico, Ivete desejaria trabalhar em outra coisa, de ter um emprego regular, de trabalhar para uma empresa, com todos os direitos trabalhistas garantidos. Percebe-se, pois, que o emprego formal e regular é uma referência para ela, mesmo sendo estimada como uma possibilidade distante.

O trabalho doméstico e a educação dos filhos também é uma referência constante na narrativa de Ivete. Logo, o trabalho remunerado é, antes de mais nada, a possibilidade de suprir as necessidades do grupo. Os filhos têm um papel fundamental na construção de seu discurso e nas próprias práticas em relação ao trabalho remunerado. Nestes termos, a trajetória de Ivete é uma trajetória tipicamente feminina, não só pela natureza de seu trabalho remunerado – um emprego doméstico – mas também pela dinâmica dessa trajetória. Na ocasião do nascimento de seu último filho, Ivete interrompe sua trajetória, deixa seu emprego, para ocupar-se da criança. O nascimento da filha é marcada, portanto, por uma situação ocupacional precária, sem a proteções trabalhistas correspondentes. A vinda de um filho representa, freqüentemente, para as mulheres das classes sociais mais desfavorecidas, o abandono do trabalho remunerado, uma situação potencial de privação de trabalho. É a partir, pois, desse fato e dessa decisão que um longo período de privação de trabalho é por ela experimentado.

Além do mais, Ivete tinha que encontrar estratégias para poder conciliar a procura de trabalho com a maternidade. Neste sentido, ela sempre tinha a ajuda de uma pessoa conhecida, uma mulher, que ficava com sua filha quando ela saía à procura de emprego. Quando podia, Ivete pagava a essa pessoa. Porém, a experiência de privação de trabalho é, por excelência, uma experiência de privação econômica, de rendimento limitado, o que dificulta e limita a procura de emprego, pois esta exige recursos financeiros que às vezes os indivíduos não dispõem. O transporte coletivo é um desses custos considerados significativos por esses trabalhadores mais pobres.

Se, no caso de Ivete, o emprego doméstico implicou para ela em um vínculo relativamente prolongado, pois em seu último emprego permaneceu mais de quatro anos, esse geralmente não é o caso. Apesar de se constituir em um importante refúgio para as mulheres das classes sociais mais desfavorecidas, contribuindo para a subsistência de seus grupos familiares, o emprego doméstico pode implicá-las em graus muito distintos de precariedade no trabalho. O emprego doméstico pode ocorrer tanto na formalidade, com o acesso a alguns direitos trabalhistas (salário mensal, férias, 13º salário, licenças), como na mais completa informalidade e no total descumprimento desses direitos. O emprego doméstico pode ser exercido, ainda, na mais absoluta instabilidade, quando o trabalho e a remuneração são apenas a contrapartida de uma prestação

pontual de serviços, como é o caso das diaristas, das “faxineiras”. Neste caso, a privação de trabalho deixa de ser uma situação definida e demarcada para tornar-se a rotina do próprio trabalho.

Além de uma forte relação à atividade, observou-se também entre as mulheres em situação de precariedade social, geralmente marcada por necessidades e carências materiais prementes, algumas situações de desalento e de desmotivação em relação ao trabalho remunerado. Este é o caso, principalmente, de mulheres casadas, geralmente mais velhas, vivendo com seus companheiros ou em grupos familiares compostos por outros provedores. O trabalho e as responsabilidades domésticas são, muito freqüentemente, um dos fatores que ou levam a uma interrupção do trabalho remunerado ou mantêm as mulheres dele afastado. Em certas ocasiões, como no caso do nascimento de um filho, na educação de filhos pequenos, ou ainda quando é necessário cuidar de um parente doente, o trabalho doméstico impõe-se como necessidade primeira, relegando o trabalho remunerado a um segundo plano. Sem dúvida, a baixa qualidade, a precariedade e a frágil proteção social no trabalho remunerado contribui decisivamente para que as mulheres, em certas ocasiões, se invistam prioritariamente no trabalho doméstico.

Na medida em que a idade vai avançando e que as oportunidades de emprego, principalmente formais, vão se reduzindo, este mecanismo torna-se mais freqüente. Assim, o padrão de inserção das mulheres no trabalho remunerado vai se alterando com o avanço no ciclo de vida.

Encontrou-se algumas entrevistadas em um situação como esta. Todas possuíam companheiros com rendimento e suas experiências de privação de trabalho, apesar de diferenciadas, apresentavam traços mais ou menos marcantes de desalento. Todas elas possuíam, ainda, longas trajetórias no mercado de trabalho como operárias, alternando o trabalho industrial com outras formas de trabalho, seja o emprego doméstico, seja o trabalho agrícola no campo.

Márcia, 46 anos, auxiliar de cozinha, ensino fundamental incompleto, começou a trabalhar com 14 anos de idade, empregando-se na indústria de alimentação, na indústria farmacêutica e em empresas de serviços de limpeza. No momento da entrevista, sua experiência de privação de trabalho já se prolongava por quase um ano e meio. Durante esse período, o marido do Márcia teve um acidente de trabalho e entrou em licença de saúde. Isso a obrigou a cuidar do marido, dos afazeres domésticos e contribuiu para que disistisse da procura de emprego. A insistente e frustrada procura por emprego nos primeiros meses após a demissão também contribuíra para o desalento de Márcia que afirmou ser a idade um fator que dificultava suas investidas no mercado

de trabalho. Dos seus três filhos, o mais velho, de 19 anos de idade, estava procurando emprego. O segundo, de 18 anos, estava no quartel e o menor, de 16 anos, ainda estudava. Desse modo, esses jovens já começavam a participar da vida adulta, a serem chamados a contribuir para o orçamento doméstico, inserindo-se no trabalho remunerado em condições de baixa escolaridade e baixa qualificação profissional.

Ana, 54 anos, auxiliar de serviços de limpeza, com apenas três anos de escolarização, também experimentava uma situação de "desalento", pois depois de sua demissão, dois meses antes da entrevista, ela não havia mais procurado emprego. O fato de receber o seguro-desemprego e de dedicar-se à formação de uma cooperativa de doceiras em seu bairro também contribuía para isso. De fato, além da enorme dificuldade para conseguir um novo emprego, Ana já começara a investir em outras alternativas de trabalho, como é o caso do trabalho cooperativo e comunitário. O uso do seguro-desemprego como um substituto do emprego mostra também uma relação fortemente instrumental ao trabalho remunerado. Além disso, a situação econômica de Ana era estável, seu marido estava aposentado e seu filho mais velho, 26 anos, trabalhava como operário rural em uma granja[243] de arroz. Sua filha pequena, 12 anos, estava estudando. Ana tinha, ainda, dois outros filhos, de 23 e 27 anos de idade, que não moravam mais com ela.

Deste modo, esta ex-operária da indústria de conservas de Pelotas investia parte de seu tempo disponível na cooperativa de doces, mas dela extraía um rendimento muito baixo e variável. As atividades de produção estavam apenas no seu início. Era, pois, uma atividade incerta. Porém, Ana nutria esperanças de que o negócio pudesse ir adiante. Assim, a privação de trabalho vivida por Ana a implicava na inserção de vários espaços sociais que absorviam seu tempo de trabalho. O trabalho doméstico pela manhã e o trabalho na cooperativa pela tarde constituíam sua rotina diária. A procura de emprego, portanto, ficara adiada. O critério que determinaria tal procura, segundo Ana, seria o critério econômico do rendimento. O futuro, pois, mostrava-se incerto e o fato de contar com outros indivíduos provedores em seu grupo tornava possível a opção de investir no trabalho cooperativo, já que o retorno financeiro do mesmo era ainda muito baixo. Sobre essa experiência de privação de trabalho, um tanto fluida e indefinida, é Ana mesma que a define :

> *... por enquanto, por enquanto prá mim ainda não mudou nada, porque eu ainda fiquei no seguro-desemprego, não é. Quer dizer que aquilo ali é uma coisa que todos os meses vem pra mim, né. Então, por enquanto ainda não notei nada, não senti nada ainda, né. Mas tô*

[243] Fazenda, grande propriedade destinada à monocultura do arroz.

pensando agora no que ele termine, né, eu tô pensando num serviço que eu possa pegar igual ou que seja pouco menos do que eu ganhava, mas que dê para sobreviver.

P: Tu pretendes procurar outro trabalho ?

Ah, é, eu enquanto tô no seguro eu tô aqui [na cooperativa]. *Mas ... já no último mês eu tenho já que me virar porque senão aperta, porque a minha despesa é grande. Aí a minha despesa não pode descuidar.* (Ana, 54 anos)

Perguntada explicitamente se sentia uma desempregada, Ana assim respondeu :

Eu ... ... até que não me sinto uma desempregada. Desempregada eu acho que é aquele que não tá ganhando nada. E a gente, é pouquinho, pouquinho, mas a gente tá sempre lutando prá ganhar os troquinhos da gente. É pouco, mas tá sempre ganhando. Eu não me sinto desempregada, de um todo, de um todo não. (Ana, 54 anos)

Percebe-se, neste extrato, que Ana não se sente realmente uma desempregada, pois a situação de privação de emprego não implicara para ela, até aquele momento, uma privação de renda. A referência central na sua forma de categorização da experiência de privação de trabalho não é o emprego e sua ausência, mas o rendimento. Além disso, a experiência de trabalho também não é apenas a experiência de emprego, do trabalho assalariado, mas dos trabalhos eventuais, dos "serviços" que realiza. Portanto, um indivíduo que tem serviço pra fazer, mesmo que sejam bicos e trabalhos eventuais, não é propriamente um desempregado. Como afirma Ana, pelo menos não "no todo", completamente. No entanto, o "desemprego", a privação de renda, espreitam, estão próximos. A partir desse modo de categorização da realizadade, o desemprego não é, pois, uma condição claramente delimitada. Qual seria o nível de renda abaixo do qual se caracterizaria, para esta mulher, uma situação de privação de trabalho? Trata-se, efetivamente, de uma definição e de um critério impreciso, subjetivo, que remete ao contexto familiar e pessoal do indivíduo que trabalha. Neste caso, o desemprego define-se, antes de mais nada, como uma privação de renda e não de trabalho, pois a referência ao trabalho também mostra-se heterogênea e plural.

Nem por isso, no entanto, Ana deixava de nutrir uma forte relação com o trabalho. Sua longa experiência como operária sazonal da indústria conserveira era impressionante. Ana tinha anotado em sua carteira de trabalho nada mais nada menos que vinte e dois registros de emprego em diferentes fábricas da cidade. Sendo, em sua maioria, contratos sazonais, eles duravam apenas algumas semanas, raramente ultrapassando dois ou três meses. Assim, seu último trabalho em uma empresa de serviços funerários fora sua mais longa experiência de emprego, durando quase cinco anos e meio. Ao longo de seus quase vinte anos como operária sazonal, Ana alternava as curtas experiências de emprego na fábrica com outras formas de trabalho precário, o emprego doméstico como faxineira, a limpeza e capina de pátios, além de cumprir com a exigências do

trabalho doméstico em sua própria casa. Segundo afirmou essa mulher, os filhos para criar e as necessidades econômicas exigiam que conciliasse as responsabilidades domésticas com o trabalho remunerado.

Na entrevista, Ana afirmou que quando os filhos eram pequenos, seu marido trabalhava como operário rural, ficando longos períodos longe de casa. Tal fato a obrigava a procurar um trabalho remunerado a fim de garantir o rendimento necessário para a sustentação do grupo familiar. Neste período de sua vida, marcada por condições de extrema instabilidade e de transição constante entre formas distintas de trabalho – entre o trabalho assalariado capitalista e o trabalho autônomo precário – as experiências de privação de trabalho eram freqüentes, mas fluidas. Nestes termos, essa privação de trabalho era vivida no feminino, como afirma Ana em sua narrativa quando perguntada se ficava desempregada naquelas ocasiões:

> *É, principalmente quando tinha as ... crianças todas pequenas, ficava tudo mais difícil pra mim. Aí não é fácil não, inclusive prá eu sair a pé a fazer limpeza em pátio. Fazer limpeza em pátio, capinar pátio prá poder não deixar o aperto chegar dentro de casa. O meu esposo saía, trabalhava nessas granjas e eu ficava com as crianças. Então, tinha que me defender até ele vir. Eu tinha que tentar me defender prá não me deixar apertar.* (Ana, 54 anos)

Nesse contexto familiar, o trabalho feminino é imprescindível. É ele que mantém a estabilidade do grupo, garante renda através do trabalho remunerado e o cuidado e educação dos filhos através do trabalho doméstico ou de sua gestão. Uma divisão sexual do trabalho é nítida neste caso. Era ela, Ana, que ficava com a crianças. O marido, prioritariamente provedor, investia-se de forma exclusiva no trabalho remunerado, ficando longos períodos fora de casa. Falar de desemprego, pois, segundo Ana, é referir-se às carências, às necessidades materiais vivida por ela e por seu grupo familiar.

A gestão do trabalho doméstico, principalmente quando as crianças eram pequenas, colocava-se como um sério problema a ser contornado. Durante alguns períodos, Ana deixava as crianças com sua mãe. Quando a mãe não estava presente, ou ela levava as crianças consigo – no caso das formas de trabalho eventuais, bicos, capinas – ou ela deixava as crianças em casa, às vezes sozinhas, às vezes sob o cuidado de algum vizinho. Sobre a importância do trabalho doméstico naquele momento, Ana o definiu de forma muito precisa : "*esse é sagrado, esse é sagrado. Esse eu não posso descuidar*".

Mas, para essa mulher, a relação com o trabalho não tem apenas o caráter de uma relação instrumental, do emprego como meio para sobrevivência, ainda que esse fato seja central em sua experiência. Falando a respeito das razões que a levavam a trabalhar, Ana afirmou o seguinte :

... eu não era de ficar em casa, não gostava de ficar em casa. Eu gostava sempre de, de lutar porque eu sempre ganhei meu dinheiro. [...] Eu sempre gostava de trabalhar, eu nunca fui de estar em casa parada. Eu nunca fui [disso] *: uma vez trabalhei e agora vai descansar, tirar uns tempos parada em casa descansando. O que, descansar, eu ? Eu não vou descansar coisa nenhuma ... [...]* (Ana, 54 anos)

Sobre o trabalho operário nas fábricas de conservas, ela afirmou :

Ah, eu gostava, ah, gostava. Por que a gente um pouco trabalhava, outro pouco brincava [risos] *[...] ... era bom trabalhar lá. Era uma firma que no começo, agora já tá muito cheio de bobagem, mas a gente trabalhava a vontade, eles não judiavam do empregado, não. Dava gosto trabalhar ali, dava gosto mesmo. [...] Mas era bom trabalhar lá. Eu gosto de ir lá prá encontrar com eles. Eu parei de trabalhar uma por causa da minha idade, que eles já não aceitam mais gente com idade, já de 50 anos, 40 e poucos, não aceitam mais. Então agora eu parei de trabalhar.* (Ana, 54 anos)

Ana mostra que o trabalho significa para ela também o desejo de autonomia, o fato de pode contar com seu próprio rendimento. O trabalho é também um espaço de sociabilidade, de outros vínculos e relações, um lugar de prazer. Sua inserção no trabalho cooperativo também têm essa dimensão e esse significado. Ao mesmo tempo, o espaço doméstico não é considerado um espaço desejável de trabalho, pois não garante nem rendimento, nem autonomia, nem mesmo uma rede de sociabilidade. É por isso que Ana afirma que não é mulher de ficar em casa, como se poderia supor em um modelo mais tradicional de divisão sexual do trabalho. Esse modelo não é uma referência para ela.

Apesar disso, a renda é o fator central na sua forma de categorização da privação de trabalho, até porque essas outras dimensões do trabalho, que remetem às relações e à autonomia individual, podem, pelo menos em parte, serem supridas por outras atividades, como é o caso do trabalho cooperativo. Esse significados, no entanto, não podem ser isolados e dissociados na experiência de vida desta mulher.

7.9. A privação de trabalho das “chefias femininas”: mulheres no singular, mulheres singulares

A análise das trajetórias ocupacionais das mulheres “chefes de famílias” e que, em geral, assumiam sozinhas a responsabilidade de prover seus grupos familiares mostra que as suas experiências de privação de trabalho adquirem traços muito peculiares. Na medida em que essas mulheres passam a exercer funções no espaço público antes consideradas tipicamente ou

primordialmente masculinas, suas experiências de trabalho e de privação de trabalho passam a ter um contorno mais dramático, pois aumentam as responsabilidades femininas no interior dos grupos familiares.

Ao assumirem a posição de chefes e provedoras de seus grupos familiares, as mulheres, com freqüência, rompem com os papéis sexuais tradicionais que faziam recair sobre os homens a responsabilidade principal e, às vezes, quase exclusiva de prover o grupo familiar. Neste sentido, as mulheres vão construindo um novo significado para o trabalho remunerado, pois as pressões materiais são cada vez mais decisivas para que essas mulheres estejam ativas, ocupadas ou à procura de trabalho.

Não se pode deixar de considerar, no entanto, que, mesmo entre as classes sociais mais desfavorecidas economicamente, as mulheres atribuem significados diversos ao trabalho remunerado. Este não representa apenas a possibilidade de garantir a sustentação econômica do grupo familiar, como observou-se acima, mas pode ser considerado também uma fonte de autonomia e independência pessoal. As transformações nas relações de gênero indicam que as mulheres, de todas as classes sociais, estão cada vez mais valorizando essa autonomia propiciada pelo trabalho remunerado, como transparece na experiência de Ana.

Sobretudo entre as classes sociais mais desfavorecidas, a conseqüência dessas transformações em direção a uma maior responsabilização das mulheres no provimento da família pode ser uma situação de maior vulnerabilidade objetiva e subjetiva. Se, em um modelo de relações de gênero mais tradicional, essa "privação de trabalho ou emprego" pode não significar uma "privação material" e uma "privação de autonomia", uma vez que a sustentação econômica do grupo está nas mãos de outros membros e que a "autonomia" não se constitui em um desejo e em um projeto de vida pessoal, essas transformações sociais mais recentes nos papéis sexuais indicam a construção de novas experiências femininas de privação de trabalho. Deste modo, esta privação afeta cada vez mais as mulheres tanto objetiva como subjetivamente, pois cada vez mais os grupos familiares dependem delas para proverem-se materialmente e cada vez mais essas mulheres valorizam sua autonomia e consideram-se responsáveis pelo provimento de seus grupos familiares.

Ainda que os pais continuem juridicamente responsáveis por seus filhos em caso de separação ou divórcio, tendo, por exemplo, a obrigação de pagar uma pensão, na maior parte das vezes são as mulheres que se tornam as principais provedoras da família e as responsáveis pela educação e guarda das crianças. Os efeitos práticos de uma tal situação sobre a disponibilidade e a inserção das mulheres no mercado de trabalho tornam-se evidentes. Pressionadas em relação à

atividade econômica, essas mulheres ficam não apenas mais expostas à privação de trabalho, como são obrigadas a encontrar estratégias alternativas para proverem e manterem a guarda dos filhos pequenos. Em geral, essas tarefas domésticas são cumpridas por outras mulheres que, por sua vez, também ficam com sua disponibilidade comprometida, seja para o trabalho remunerado, seja para a procura de emprego.

As experiências de duas entrevistadas são sugestivas desse novo quadro. Ambas essas mulheres, Cristina, 30 anos, e Samanta, 33 anos, eram separadas de seus maridos, possuíam filhos pequenos e contavam apenas com o ensino fundamental completo. No caso de Samanta, a situação era um pouco mais confortável, pois sua mãe, 50 anos, viúva, morava com ela. Apesar de ser uma pessoa doente e de ter passado por graves problemas de saúde, sua mãe recebia uma pensão e ajudava a cuidar de seu filho de nove anos de idade. Samanta possuía, ainda, um irmão caçula, 20 anos de idade, que estudava, porém não trabalha.

No momento da entrevista, Samanta estava sem emprego havia um ano e cinco meses. Em seu último emprego, trabalhara em serviços administrativos no escritório de um estacionamento de automóveis, onde permanecera por quase três anos. Samanta já tivera muitas experiências de emprego – muitas das quais curtas e as mais longas não excedendo um ano de duração – sempre intercaladas por períodos de privação de emprego que duravam alguns meses. Na ocasião do nascimento de seu filho, a entrevistada interrompeu sua trajetória ocupacional por mais de quatro anos. Naquele momento, ela ainda estava casada e sua separação coincidiu com seu retorno ao mercado de trabalho.

A privação de trabalho adquiriu um novo significado para ela a partir daquele momento. Apesar de contar com a pensão do filho, Samanta alegava que o valor da mesma era insuficiente para manter o grupo familiar. Deste modo, ela mantinha-se muito ativa no mercado de trabalho, com procura permanente de emprego e com a realização de bicos e trabalhos eventuais. A responsabilidade pelo provimento do grupo pesava-lhe enormemente, o desemprego tendo se tornado uma experiência árdua para ela. Samanta afirmava explicitamente na entrevista que era ela que tinha que sustentar seu grupo familiar e que isso lhe causava muita ansiedade :

> *... lá em casa é só eu no caso, né, prá sustentar a família. Então eu, às vezes, pego, vendo, faço alguma coisa prá vender na rua tipo salgadinho, essas coisas, né. Saio a vender prá poder segurar um pouco a barra, né, que não tá fácil. [...] A última vez que eu fiquei desempregada foi dois anos, dois anos eu fiquei desempregada. Agora há um ano e meio, né. Agora tá sendo muito difícil prá mim, porque, báh, a responsabilidade da casa no caso fica comigo, né.* (Samanta, 33 anos)

Neste trecho fica evidente que a experiência de privação de trabalho é diretamente vinculada, por ela, à sua condição de provedora principal do grupo familiar. Essa responsabilidade pesa imensamente sobre a entrevistada. A realização de bicos impõem-se para ela como necessidade. Um provedor não pode se dar ao luxo de ficar parado. Neste sentido, as experiências femininas no mercado de trabalho se assemelham muito às experiências masculinas de provedor. Ao mesmo tempo, o emprego continua sendo uma referência central para esta mulher em seu modo de definir sua situação de privação de trabalho. Como teve muitas experiências de emprego formal, regular, Samanta identifica claramente suas experiências de privação de trabalho, contando com precisão o tempo de desemprego.

Apesar de o trabalho remunerado representar para ela, principalmente, a possibilidade de sustentar economicamente seu grupo familiar, ela evoca uma série de outras razões que justificam sua escolha em trabalhar fora. Ela diz assim :

> *Eu gosto de ter um emprego, eu gosto. Eu gosto de conhecer pessoas novas, eu gosto de trabalhar, sabe. Eu não sei ficar parada. Agora faz um ano e cinco meses que eu tô poarada, eu tô ficando quase louca. Porque eu fico desatinada mesmo, porque a gente precisa de dinheiro, né. E o trabalho enobrece também, né. Acostumada a acordar todo dia cedo, ir trabalhar. Eu gosto, eu gosto.*
>
> P: A tua rotina mudou muito depois que tu ficaste desempregada ?
>
> *Fiquei aborrecida, fiquei nervosa demais, porque, sei lá, acostuma, né.*
>
> P: Como é teu dia a dia de desempregada ?
>
> *Uma porcaria. [...] O meu dia a dia de desempregada é sempre acordar de manhã, sabe, e saber que é outra manhã que eu vou procurar serviço, que eu vou andar, que eu vou bater nas portas, né. ... ...e não conseguir nada. Mas sempre tem uma esperança, né. Eu tenho muita esperança de conseguir outro serviço de novo. Mesmo porque eu preciso muito, né.* (Samanta, 33 anos)

Observa-se, portanto, que o papel de provedora é estruturante na experiência de privação de trabalho de Samanta. Mas o trabalho não representa apenas garantir o rendimento para a reprodução material do grupo. Ele representa também autonomia, independência. Em outros momentos de sua narrativa, Samanta faz questão de frisar que sempre fora uma pessoas muito independente, mesmo quando estava casada, vivendo com seu ex-marido. Essa autonomia constitui, pois, um traço marcante na construção de sua identidade, na sua relação com o trabalho e com a privação de trabalho.

A semelhança observada no padrão de inserção de Samanta com um padrão mais masculino é, evidentemente, o resultado de uma crescente igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho e na definição dos papéis sexuais. No entanto, esse padrão só se efetiva

realmente na medida em que estas mulheres conseguem atender às demandas do espaço doméstico. No caso de Samanta, a presença da mãe sempre foi fundamental. Esse padrão de inserção feminina que se aproxima do padrão masculino não é exclusivo, porém, às mulheres provedoras e chefes de família, o que revela que essas mudanças são muito profundas, implicando alterações significativas na construção dos papéis sexuais.

No caso de Cristina, 30 anos, a situação familiar torna sua inserção no mercado de trabalho mais difícil de ser administrada. Sem vínculos familiares próximos, Cristina morava sozinha com seus dois filhos pequenos, uma menina de 5 anos e um bebê de oito meses, não tendo mãe, que já falecera, nem familiares próximos, pois era filha única. Na ocasião da entrevista, Cristina estava separada de seu ex-marido havia quase dois anos e em situação de privação de trabalho desde o nascimento de seu último filho. Desde então, até sua filha completar quatro meses, ela interrompera a procura de emprego. Cristina retomara efetivamente essa procura havia quatro meses.

Seu emprego anterior fora em uma pizzaria como auxiliar de cozinha, onde ficara por apenas três meses, dele saindo para ganhar sua segunda filha. Antes disso, quando casada, Cristina tivera vários experiências de emprego, todas muito breves, realizando serviços diversos como limpeza, atendimento ao público, como garçonete, como auxiliar de cozinha, além de uma breve experiência de um mês como operária safrista. Sua mais longa experiência de emprego não durara mais do que sete meses, tendo ocorrido quatro anos antes da realização da entrevista. Cristina trabalhara em diversos tipos de estabelecimento, em duas padarias, em uma lancheria, em uma fábrica de conservas, em uma casa de jogos (bingo) e, finalmente, em uma pizzaria.

Esta mulher apresentava, pois, um padrão de inserção instável no emprego assalariado. Em seu primeiro emprego, Cristina tinha apenas 21 anos, tendo sido contratata por apenas 14 dias. Portanto, ao longo de nove anos, desde que ingressara no mercado de trabalho, seu tempo de serviço não ultrapassava 16 meses corridos. Tal fato revela uma forte instabilidade que acabava prejudicando enormemente a entrevistada na tentativa de conseguir um novo emprego. Na ocasião da entrevista, Cristina alegou que não conseguia ser contratata porque, em geral, os empregadores exigiam um ano de experiência de trabalho comprovada em carteira, o que ela não possuía. Assim, ela sentia-se vítima das próprias práticas de gestão de pessoal dos empregadores, baseada em uma elevada rotatividade da força de trabalho.

Observa-se, neste caso, que a instabilidade torna-se um círculo vicioso, sendo a privação de trabalho a rotina predominante na trajetória de trabalho desta entrevistada. Trata-se, pois, de uma privação vivida na precariedade social, na instabilidade econômica. Enquanto casada,

Cristina contava com o rendimento do marido. Depois de separada, ela passou a ter do ex-marido o pagamento da pensão referente às suas duas filhas. O valor da pensão não atingia um salário mínimo. Cristina afirmou que esse rendimento não era suficiente. Por isso, tinha que trabalhar, não poderia ficar sem emprego, pois tinha que sustentar suas filhas. E para cuidar de suas filhas, ela estava dependendo da ajuda de uma amiga, graciosamente, pois não podia pagá-la pelo trabalho enquanto ela saía para procurar emprego. Quando estava trabalhando, no entanto, sempre pagava alguém para ficar tomando conta das meninas.

E, assim, ela levava sua vida de desempregada, morando em um bairro muito pobre da periferia de Pelotas e tendo que caminhar durante 25 minutos de sua casa até o centro da cidade, pois não queria gastar dinheiro com o transporte coletivo. Como viu-se anteriormente, os custos com o transporte coletivo são difíceis de serem suportados pelos indivíduos marcados por uma elevada precariedade social. Cristina e tantos outros entrevistados frisaram veementemente esse detalhe incômodo de suas experiências de privação de trabalho.

Nas trajetórias de outras entrevistadas deste grupo, observou-se que a condição de chefes, de provedoras principais do grupo familiar era exercida em condições de elevada precariedade no trabalho, à margem do mercado formal de emprego. Assim, uma privação crônica de trabalho, vivida em uma situação de extrema precariedade social e ocupacional, com recurso permanente às formas eventuais de trabalho, é a outra face de um longo processo de precarização social no qual, em geral, estão combinados baixa escolaridade, ausência de qualificação profissional, idade "avançada", ausência ou escassas experiências de emprego ou ainda experiências de emprego "invalidadas" pelas novas exigências das empresas. Esses, entre outros atributos, tornam muito remotas as possibilidades dessas mulheres de serem integrados ao mercado de trabalho mais organizado.

Um desses casos é o de Maria, 40 anos, ensino médio completo e que, no momento da entrevista, vivia de serviços domésticos eventuais e faxinas havia três anos. Maria sustentava seu filho de 19 anos que, na ocasião, estava cumprindo o serviço militar. Sem nenhuma experiência de emprego formal em sua trajetória ocupacional, sem qualificação profissional, Maria ostentava um nível de escolarização surpreendente alto, considerando sua condição social altamente precária. Ela havia completado o ensino fundamental e o médio através dos exames supletivos destinados a adultos. Maria havia realizado, também, cursos de computação básica, de edição de texto e planilha eletrônica. No entanto, tais qualificações não haviam se concretizado, até aquele momento, em nenhuma vantagem competitiva para ela no mercado de trabalho. Maria alegava que as exigências quanto à idade e à experiência barravam suas chances de conseguir um

emprego. Assim, sua situação de privação de trabalho começara quando ela resolveu mudar sua residência para Pelotas, experimentando, desde então, uma privação crônica de trabalho confundida com a pobreza.

A procura de emprego formal era episódica na trajetória dessa mulher que ficara muito tempo desalentada. Nos três meses anteriores à entrevista, porém, ela resolvera retomar a procura de emprego. Segundo revela Maria, essa procura de emprego fora muito intensa e insistente, mas com resultados desanimadores.

As experiências e mudanças vividas por Maria no espaço familiar contribuíram decisivamente para levá-la a essa situação de vulnerabilidade social. Quando casada, ajudava o marido em um pequeno negócio familiar, um açougue, em uma pequena cidade próxima a Pelotas. Na verdade, era Maria que trabalhava a maior parte do tempo nesse negócio, enquanto o marido trabalhava fora de casa como pedreiro. Só depois que se separou do marido que ela resolveu trabalhar fora, como empregada doméstica. Segundo relata, depois da separação, ela criou seu filho praticamente sozinha. Quando o menino terminou o ensino fundamental, prestou exame para uma escola técnica agrícola e foi aprovado. Foi então que Maria resolveu mudar de residência para acompanhar o filho, instalando-se definitivamente em Pelotas. Inicialmente foi morar com uma irmã, depois, com a ajuda do ex-marido, Maria providenciou a construção de sua própria casa, onde morava no momento da entrevista[244]. É em Pelotas que Maria decide retomar seus estudos. E é nesse quadro de estranhamento e de "deslocamento" em termos de ciclo de vida, de classe e de sexo que essa mulher tenta, quixotescamente, encontrar um lugar ao sol no mercado formal de trabalho.

No caso de Maria, a separação torna-se o evento peculiar em sua trajetória de vida que vai modificar sua relação com o trabalho remunerado e com o trabalho doméstico. Assim, esse evento – a separação – tem um efeito importante sobre as relações de gênero que, anteriormente, implicam a entrevistada em uma relação secundária com o trabalho remunerado. Essa posição secundária, subordinada, construída no espaço familiar, afeta a autonomia pessoal, a independência, também colocadas em segundo plano. A separação, portanto, produz uma situação de ruptura com esse modelo, de tal forma que não só Maria precisa dar prioridade à sua atividade remunerada, como deve ainda continuar arcando com a educação de seu filho. A

[244] Segundo o relato de Maria, sua casa ficara inacabada, pois seu ex-marido, que a estava construindo, falecera. A casa, segundo a entrevistada, não tinha nem piso, nem reboco nas paredes, nem instalação sanitária. Localizada em um bairro muito pobre da periferia urbana de Pelotas, a casa não tinha nenhum conforto, mas, segundo conta, era uma casa bem construída, com uma boa fundação. Esta casa foi construída com o dinheiro da venda de sua casa anterior, na cidade onde morava, que ficara com Maria depois de sua separação.

ambigüidade dessa mudança reside no fato de que, por um lado, ela modifica a relação que estabelece com o trabalho remunerado, implicando-se no papel de provedora. Por outro, as responsabilidades com o filho e com as tarefas domésticas continuam ainda mais intensamente sob seu encargo. Este é, em parte, um dos dilemas fundamentais dessas mulheres. Apesar de terem aumentado sua participação no trabalho remunerado e na esfera pública em geral, as mulheres continuam sendo – e em alguns casos muito intensamente – implicadas pelas responsabilidade no âmbito do espaço doméstico. As mudanças nas relações de gênero, nesse aspecto, parecem não favorecer as mulheres.

As ambigüidades da experiência de Maria são notáveis. De origem social muito humilde, tendo começado a trabalhar muito cedo, ainda menina, e ficando a maior parte de sua vida ativa fora do emprego assalariado formal, ela consegue obter o que uma grande parte dos entrevistados em situação social semelhante almejam, a retomada dos estudos e a melhoria de sua qualificação profissional. Mesmo conseguindo realizar o improvável, Maria não chega, porém, a conseguir o que deseja, um emprego. Ou seja, ela não consegue suplantar outros obstáculos, aparentemente intransponíveis no estágio em que se encontrava em sua trajetória ocupacional. Esse "*handicap*", esse déficit de Maria pode ser definido como uma decorrência de um conjunto de características (adquiridas e atribuídas) que penalizam sua inscrição no mercado de trabalho (idade, inexperiência em emprego, condição social precária expressa, por exemplo, na aparência física, na expressão lingüística). Apesar da escolarização formal, Maria carece de "empregabilidade".

Assim, na tentativa de superar seus déficits no mercado de trabalho, Maria não teve êxito. Em um mercado de trabalho cada vez mais saturado de rótulos, com currículos cada vez mais recheados, têm vantagens apenas aqueles que dispõem dos recursos materiais e simbólicos para acumular esses requisitos exigidos pelos empregadores (formais, relacionais, vinculados à imagem, etc), o que não é o caso dos indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas. Neste sentido, a exclusão ou, em outros termos, a "desclassificação" e a "desqualificação social" definitiva de alguns torna-se um fato inevitável. E, por consequência, as desigualdades sociais seguem sendo produzidas por tais mecanismos discriminatórios.

Além da percepção desses mecanismos sociais de classe na produção das desigualdades sociais, também são perceptíveis na trajetória de Maria e de outras mulheres precárias outros mecanismos, desta vez de gênero. Seu déficit de experiências de emprego é, sem dúvida, resultado de uma inserção secundária no trabalho remunerado em relação ao seu então marido. O pequeno negócio familiar, o açougue, ficou a cargo de Maria que, na proximidade do espaço doméstico, compartilhou o trabalho remunerado com o trabalho e as responsabilidades da casa.

Essa possibilidade de partilhar o tempo entre o trabalho remunerado e o trabalho doméstico é freqüentemente evocada tanto pelos próprios trabalhadores como pelos empregadores para justificar a adequação de um tipo qualquer de ocupação para as mulheres. Em Pelotas, esse argumento sempre foi mobilizado para mostrar que o trabalho safrista, sazonal, na indústria de conservas, além de ser composto de tarefas tipicamente femininas (que exigem habilidade manual, destreza, minúcia) permitiam que as mulheres ficassem a maior parte do ano em seus lares como donas de casa[245]. Assim, o trabalho remunerado não concorreria com as exigências do trabalho doméstico. Apesar do caráter fortemente discriminatório desse discurso, que reserva às mulheres as formas mais precárias de emprego, nele também fica ausente a evidência de que o trabalho das mulheres é cada vez mais central na sustentação material dos grupos familiares. Logo, estas mulheres das classes sociais desfavorecidas estão fortemente sujeitas a formas invisíveis de privação de trabalho e de sub-emprego, sobretudo nos períodos de retração da atividade econômica, formas estas freqüentemente imperceptíveis socialmente. Neste sentido, a presença dessas mulheres no espaço doméstico é considerada natural, mesmo que ela esteja marcada por uma experiência muito intensa de privação de trabalho e de renda.

Um exemplo disso é a situação de Selma, 62 anos, ex-operária, viúva, semi-alfabetizada, marcada por uma altíssima vulnerabilidade social, em um contexto de elevada pobreza e baixíssimos níveis de proteção social. Selma tinha uma idade avançada, sem chances de conseguir um emprego formal, não contando, ainda, com uma rede familiar de proteção. Ela morava em uma vila muito pobre, em condições habitacionais muito precárias, juntamente com uma filha, de 25 anos de idade, que não travalhava e que se ocupava de sua filha de seis anos de idade, neta de Selma. Ela tinha ainda mais cinco filhos, quase todos morando em outra cidade, não podendo contar com a ajuda dos mesmos. Ou seja, Selma era a chefe de família e provedora de seu pequeno grupo, mantendo uma relação ativa com o trabalho remunerado precário.

Com uma longa trajetória como operária na indústria conserveira, Selma tinha registrado em sua carteira de trabalho dezessete experiências de emprego formal, quase todos sazonais, em diversas fábricas da cidade. A maior parte dessas experiências, ao longo de 17 anos de sua trajetória operária[246], também foram muito curtas, como no caso de Ana, durando algumas semanas ou meses. Sua mais longa experiência de emprego fora em um frigorífico, nele

[245] A esse propósito ver Vargas (1994).

[246] Selma tinha também uma longa trajetória como trabalhadora rural. Filha de uma família de pequenos agricultores, desde pequena ela começou a ajudar na lavoura. Casou-se aos 22 anos de idade e continuou a viver e trabalhar no campo. Mudou-se para a cidade com o marido e a família quando já tinha mais de 40 anos de idade devido às dificuldades em sobreviver com o trabalho agrícola. A partir de então, começou a trabalhar regularmente como operária safrista na indústria de conservas de Pelotas.

permanecendo empregada durante quatro anos. Este fora seu penúltimo emprego. No último, trabalhara apenas dois meses e, no momento da entrevista, Selma estava sem emprego formal havia quase quatro anos. Depois de sua última experiência de emprego, ela ainda tentou arranjar um trabalho na indústria local, mas não teve sucesso. Deste modo, vivia da pensão que recebia de seu ex-marido, que falecera havia mais de 10 anos, e dos bicos – serviços de costura – que realizava em sua casa.

Assim, Selma mantinha-se compulsoriamente "ativa", à margem do mercado formal de trabalho, sem procura de "emprego", mas sempre à procura de "serviço", como dizia, apesar de sua idade avançada. Sua privação crônica de trabalho, vivido na exclusão do mercado de trabalho organizado e formal, confundia-se na pobreza, na experiência do trabalho precário, no desalento em relação ao emprego formal. Neste caso, o prolongamento da atividade em uma idade mais avançada era a expressão de uma situação de pobreza que pressionava esta mulher a encontrar algum trabalho, qualquer que seja, pois seu rendimento estava muito abaixo das necessidades básicas do grupo familiar. O resultado desse quadro é um *desemprego de exclusão*, situação muito típica entre as pessoas de mais idade das classes sociais marcadas por uma forte vulnerabilidade social.

Perguntada se se considerava uma desempregada, Selma mostrou claramente o modo como vivia sua experiência de privação de trabalho :

> *Me considero. Porque eu acho que se eu fosse, tivesse serviço mesmo, ah... ... .. quando eu trabalhava mesmo nunca me faltava os meus trocos no bolso, sempre eu tinha dinheirinho e nunca faltava nada e graças a Deus eu sempre ia prá frente. E agora eu me considero mesmo, me considero.*
>
> P: E faz tempo que a senhora está desempregada ?
>
> *Faz. Desde que eu trabalhei na* "Fábrica X" *nunca mais consegui um serviço, né. [...] A gente se sente mal, né, porque a gente não tem o dinheiro prá luz, não tem o dinheiro pra isso, não tem o dinheiro prá aquilo, né. A gente se sente, se sente mesmo, eu me sinto* [uma desempregada]. (Selma, 62 anos)

Apesar de receber uma pensão de seu ex-marido, Selma vivia uma situação de forte privação material, pois tinha uma filha e uma neta para sustentar, sendo e considerando-se a provedora principal do grupo. Observa-se que os bicos que realizava em casa não eram considerados por ela como suficientes, pois deles não conseguia extrair um rendimento expressivo. Selma define sua situação de privação de trabalho com referência à sua última experiência de emprego e, sobretudo, à regularidade do rendimento obtido do trabalho. É, pois, neste caso, o trabalho com rendimento regular e, particularmente, o emprego assalariado, o

critério a partir do qual ela define sua condição que é, antes de mais nada, marcada pela privação material, pela pobreza. Trata-se de uma experiência de privação de trabalho vivida em uma situação de fortíssimo desalento e de invisibilidade no interior do espaço doméstico, onde seu bicos são realizados. Essa experiência de privação de trabalho é vivida, portanto, na articulação de um conjunto de traços muito peculiares : de classe (pobreza, carências materiais), de gênero (no âmbito doméstico, trabalho feminino domiciliar de costura) ; de geração (idade avançada, exclusão do emprego formal) ; de relações familiares (condição de provedora, chefe de família). Apesar da idade, o baixíssimo rendimento recebido por essa mulher é ainda o que mantinha minimamente seu grupo familiar, sua privação de trabalho sendo vivida em uma situação de forte invisibilidade e vulnerabilidade sociais.

Neste sentido, para essas mulheres em situação de precariedade social, a privação de trabalho é, por um lado, uma rotina, uma banalidade, uma experiência invisível aos olhos dos outros, e, por outro, uma experiência de dor, de sofrimento, de solidão, de incerteza em poder garantir uma vida digna aos próprios filhos. Essa experiência feminina de privação de trabalho é única, intraduzível, irredutível e distinta das experiências masculinas, ainda que marcada por um padrão que delas se aproxima, se assemelha.

Portanto, essas experiências das mulheres provedoras, mães, chefes de família, sozinhas nessa responsabilidade, parecem assemelhar-se em intensidade e sofrimento àquelas experiências tradicionais de privação de trabalho vividas pelos homens e permanentemente retratadas pela sociologia do desemprego. O drama social e o desafio face a essas experiências femininas de privação de trabalho não reside apenas no fato de que elas não têm o devido reconhecimento público. Não reside apenas na sua invisibilidade social, mas também, com freqüência, na invisibilidade aos olhos dessas próprias mulheres que, tomadas pela rotina da privação, de trabalho, de renda, de segurança, de apoio, não encontram meios de expressão para o próprio sofrimento, para o próprio drama no qual estão imersas. Essas experiências de privação de trabalho tornam-se, efetivamente, para elas, experiências de pobreza, de privação material.

7.10. A privação de trabalho que se conjuga no feminino

A análise das trajetórias femininas em situação de precariedade social indica, portanto, que as tarefas e responsabilidades das mulheres no espaço doméstico não só afetam suas

condições de exercício do trabalho remunerado, como afetam também as próprias experiências de privação de trabalho.

Por um lado, pode-se afirmar que algumas mulheres apresentam trajetórias ocupacionais muito semelhantes às trajetórias masculinas, isto é, uma forte relação à atividade remunerada, com intensa e contínua participação no mercado de trabalho. Por outro lado, mesmo estas mulheres apresentam ou apresentaram interrupções em algum momento de suas trajetórias ocupacionais, em geral associadas às demandas provenientes no espaço doméstico (maternidade, cuidado com filhos ou familiares, etc.). Além do que, o próprio exercício da atividade econômica remunerada só se torna possível para muitas dessas mulheres na medida em que outras mulheres possam dar conta das responsabilidades domésticas muitas vezes prementes. Assim, se muitas mulheres mães, com filhos pequenos, conseguem se manter ativas, isto se deve, em geral, à presença de uma outra mulher, uma mãe, uma filha ou mesmo uma amiga ou conhecida que ajuda na tarefa de cuidar e educar os filhos.

Constatou-se também que o acesso a equipamentos coletivos de guarda e de educação infantil – as creches, as escolas infantis – é escasso mas de fundamental importância para possibilitar o ingresso de muitas mulheres no mercado de trabalho. Em alguns casos, constatou-se que, para ter acesso aos serviços de creches públicas, é exigida da mulher a comprovação de vínculo empregatício através da carteira de trabalho assinada. Uma parcela importante destas mulheres em situação de precariedade social, porém, não tem acesso a um emprego formal. Freqüentemente, essas mulheres vivem de bicos e trabalhos eventuais, sobretudo de faxinas e serviços de limpeza. Nestes casos, não é possível comprovar a relação de emprego ou trabalho, o que acarreta prejuízo a essas mulheres em sua inserção no mercado de trabalho. Constatou-se, ainda, que algumas mulheres, mesmo vivendo em situação econômica precária, pagam pelo serviço de guarda infantil para garantir o cuidado com seus filhos. Outras deixam seus filhos sozinhos ; em alguns casos, os mais velhos cuidam dos mais novos, mesmo que essas crianças, muitas vezes, sequer tenham atingido a adolescência. Em qualquer destes casos, pode-se constatar que a inexistência de um estatuto socialmente reconhecido da condição de "desempregado" prejudica nitidamente as mulheres que não encontram respaldo social e institucional para garantir seu direito à procura de trabalho.

Em situações como essas, em que as pressões das responsabilidades domésticas, sobretudo o cuidado de filhos pequenos, são muito fortes, a própria experiência de privação de trabalho fica dissolvida neste jogo de pressões contrárias : as pressões econômicas exigindo a saída para o trabalho remunerado e as pressões familiares exigindo permanecer no espaço

doméstico. No caso das mulheres em situação de precariedade social, as pressões econômicas são, em geral, muito fortes, o que as implica na mobilização de mecanismos informais, não institucionais, para garantir a guarda dos filhos, como aqueles relatados anteriormente. Portanto, na medida em que as oportunidades de trabalho remunerado são precárias e instáveis, a experiência de privação de trabalho e a experiência do trabalho doméstico sobrepõem-se, acavalam-se, tornando-se fluidas as fronteiras entre "desemprego", "trabalho" e "inatividade".

Observou-se ainda que, no âmbito do trabalho doméstico, as demais tarefas como o preparo de refeições, a limpeza da casa, a lavagem e a passagem de roupas, etc., mesmo sendo tarefas que absorvem bastante tempo do trabalho feminino, não impedem as mulheres nem de manterem um trabalho remunerado, nem de procurarem emprego. Essas tarefas são, em geral, transferidas para serem realizadas em horários alternativos, isto é, fora do horário de trabalho remunerado, o que acarreta uma sobrecarga de trabalho para as mulheres que, em geral, utilizam a noite e os fins de semana para colocar em dia essas tarefas. O mesmo vale para as situações de privação de trabalho. O trabalho doméstico, neste caso, não impede a procura de emprego por parte das mulheres. Todavia, em condições de desalento e de baixas perspectivas de encontrar um emprego, muitas mulheres, absorvidas pela rotina do trabalho doméstico, podem ficar mergulhadas em uma situação invisível de privação de trabalho, um "desemprego invisível" tanto objetivamente – aos olhos dos outros – quanto subjetivamente – aos seus próprios olhos.

Neste caso, é o próprio lugar ocupado pelas mulheres no espaço social que está na raiz dessa privação de trabalho fluida e invisível. Entre as mulheres das classes sociais mais desfavorecidas, para as quais a importância do trabalho remunerado está principalmente ligada a uma função instrumental na garantia da sobrevivência do grupo familiar, nem o trabalho doméstico nem o trabalho remunerado são centrais no sentido forte do termo, pois neles essas mulheres não encontram nenhum tipo de reconhecimento social significativo, sobretudo simbólico. No entanto, para muitas mulheres, mesmo trabalhando em condições precárias, o trabalho remunerado é importante não apenas no circuito da sobrevivência de seus grupos familiares, mas também porque nele elas encontram algum tipo de reconhecimento, independência econômica, autonomia pessoal e/ou formas de sociabilidade. Mesmo entre as mulheres em situação de forte precariedade social, o trabalho remunerado é muito freqüentemente marcado por esse conjunto de significados.

No entanto, a esfera do trabalho quase nunca é, para essas mulheres, um espaço de investimentos que implique um reconhecimento significativo, sobretudo em termos simbólicos. Essa relação predominantemente instrumental ao trabalho remunerado tem importantes efeitos

sobre a inserção das mulheres no espaço doméstico e vice-versa. Em geral, o trabalho e as responsabilidades domésticas, a educação dos filhos, principalmente, implicam investimentos práticos e emocionais intensos no interior do espaço familiar, supõem, pois, um certo centramento em torno do mundo privado e doméstico. Neste espaço, todavia, o trabalho doméstico, como o era no modelo tradicional de família, não é mais uma forma de inserção a partir da qual as mulheres dão prioritariamente sentido às suas vidas e encontram reconhecimento. As mulheres não se sentem mais reconhecidas e não se reconhecem apenas como mães, esposas e donas de casa. Porém, as mulheres também não encontram possibilidades significativas de reconhecimento em outros espaços sociais, particularmente no trabalho remunerado. Entre essas mulheres em situação de precariedade social, esse dilema é ainda mais evidente.

Logo, as mulheres que habitam essas zonas mais vulneráveis da vida social vêem-se também diante desse dilema de papéis e identidades, de ocupações e responsabilidades. É a partir desses contrastes e dessa posição subordinada ocupada por boa parte dessas mulheres no espaço social (tanto no mercado de trabalho como no espaço doméstico) que a privação de trabalho torna-se um experiência fluida e freqüentemente invisível objetiva e subjetivamente, pois a experiência da privação de trabalho é atravessada por esses processos e forças sociais distintas. Mas que forças são essas ?

Por um lado, as mulheres foram e são chamadas a se tornarem provedoras de seus grupos familiares, provedoras principais ou secundárias. Essa exigência só se firmou historicamente na medida em que um duplo movimento foi se configurando. Primeiramente, as ditas "habilidades femininas" foram sendo apropriadas e utilizadas no mundo do trabalho pelas empresas, pelas organizações públicas e privadas. A simplificação e a parcelização do trabalho industrial e a expansão do trabalho no setor de serviços contribuíram decisivamente para a consolidação desse processo. Em segundo lugar, o aumento crescente das necessidades de consumo familiar decorrentes de carências materiais e/ou de pressões econômicas e simbólicas em uma sociedade de consumo de massa cada vez mais mercantilizada colocaram as mulheres como atores econômicos importantes no provimento dessas necessidades. O modelo tradicional de família, no qual o homem é o provedor e a mulher se ocupa das responsabilidades domésticas, não deu conta das pressões econômicas constantes e crescentes, seja pelo excesso de incitamento ao consumo, seja pela redução do poder aquisitivo dos salários dos trabalhadores. Para sobreviver e reproduzir-se materialmente, o grupo familiar passa a depender não apenas do salário do marido, mas também da esposa e, em muitos casos, dos próprios filhos. Entre as camadas mais pobres da

população esse quadro é ainda mais marcante. As mudanças de valores culturais também colocaram em xeque esse modelo tradicional de família e, sobretudo, o papel e as responsabilidades das mulheres na vida social. Assim, valores mais igualitários foram forjando um conjunto de expectativas e necessidades das mulheres em torno de sua participação e reconhecimento no espaço público e, particularmente, no trabalho remunerado. A realização pessoal e profissional, a autonomia e a independência individual tornaram-se valores cada vez mais centrais para as mulheres.

É a esse conjunto de forças em transformação que se pode atribuir as taxas crescentes de participação das mulheres no mercado de trabalho nos últimos cinqüenta anos. Hoje, essas taxas estão muito próximas às taxas masculinas e o próprio padrão de inserção das mulheres no trabalho remunerado assemelha-se àquele dos homens. As diferenças, porém, não são negligenciáveis. Não se trata aqui de uma distância que será eliminada com o tempo, supondo-se que haja um processo contínuo de substituição dos padrões tradicionais de comportamento de homens e mulheres. As diferenças subsistem e é preciso compreendê-las mais detidamente, o que leva a identificar-se um outro conjunto de forças sociais que não favorecem a mudança no sentido de uma maior igualdade entre homens e mulheres. Ao contrário, este outro conjunto de forças está na raiz das diferenças e das desigualdades de gênero nas sociedades contemporâneas.

Assim, por outro lado, as mulheres continuam sendo chamadas a responderem pelas principais responsabilidades instituídas no espaço doméstico. Se é verdade que os homens compartilham cada vez mais essas responsabilidades, é verdade também que essa tendência ou é minoritária ou não atinge o conjunto das tarefas domésticas, pois a clássica "ajuda" – periférica e típica de quem, em uma relação ainda assimétrica, não é efetivamente protagonista – é ainda um eco e talvez uma nova forma de expressão das desigualdades contemporâneas de gênero, mais doce e sutil que sua versão tradicional.

Para as mulheres das classes sociais mais desfavorecidas, esse jogo de forças contraditórias torna-se particularmente perverso. As carências materiais imediatas limitam profundamente as oportunidades e as opções que essas mulheres têm de prover seus grupos familiares e de cumprir com as responsabilidades domésticas. As oportunidades de emprego e trabalho são escassas, implicando baixa remuneração e baixa ou ausência de proteção social. Os equipamentos coletivos de guarda e proteção das crianças, sobretudo daquelas em baixa idade, são também escassos, assim como os recursos financeiros para "pagar" por tais serviços. Restam como opção as redes familiares e pessoais, informais, em geral definidas, geridas e executadas pelas próprias mulheres. Esse quadro é ainda mais difícil para as mulheres chefes de domicílio,

pois o provimento do grupo ficando sob o seu encargo, isto as implica, em geral, em uma situação de maior carência material.

A privação de trabalho, portanto, é em grande parte um produto desses contrastes, dessas forças sociais em processo. O que torna possível falar de "desemprego" em um quadro como esse, é que o trabalho remunerado tem se tornado, cada vez mais, um centro fundamental na vida das pessoas e, particularmente, das mulheres, sobretudo entre as populações mais vulneráveis socialmente. A dependência do trabalho é aqui definida como uma dependência de um rendimento mensal capaz de garantir condições materiais mínimas de vida, ainda que se possa discutir o que seja esse mínimo e como cada um o define.

Neste sentido, a pobreza é um elemento fortemente estruturador das experiências de privação de trabalho entre os grupos sociais socialmente mais precários. Mesmo que não haja emprego ou trabalho, mesmo que o nível de "empregabilidade" dos indivíduos seja muito baixo, ser pobre e estar sem trabalho ou, mais especificamente, sem trabalho fixo, sem emprego formal, significa ressentir algum nível de privação de trabalho, reconhecidamente ou não. Essa privação de trabalho, pois, impõe-se como rotina, assim como o trabalho eventual, o bico, as tarefas domésticas cotidianas. A privação de trabalho de que se fala aqui não é, pois, o desemprego oficial, o desemprego das estatísticas, das definições metodológicas institucionais, isto é, uma categoria social precisa, clara, delimitada. A privação de trabalho, neste caso, é uma experiência subjetiva em um quadro de condições objetivas, uma experiência que espreita, um fantasma que ronda, uma bruma que estreita a visão, que some e reaparece. Essa privação de trabalho, sempre à espreita, mesmo não estando fortemente presente, nunca está completamente ausente.

Entre as mulheres, esse espectro da privação de trabalho também está presente de forma particular, pois a experiência feminina do espaço doméstico torna ainda mais fluida essa privação de trabalho, pois estar neste espaço é, freqüentemente, uma forma de manifestação da privação de emprego, de rendimento, de reconhecimento. Estar neste espaço social reconhecível, identificável e, diga-se de passagem, associado ao "feminino", pode produzir o entendimento, muitas vezes errôneo, de que não se está privado de trabalho, de que tal privação não existe. Este espaço pode ser, ao mesmo tempo, um refúgio e um véu sobre a privação de trabalho. Nele refugia-se quem não tem mais onde ficar, onde trabalhar, onde sentir-se reconhecido. Neste caso, um véu se interpõe entre a privação de trabalho e sua percepção. Ou então neste espaço refugia-se quem quer positivamente escapar-se, defender-se, proteger-se das desilusões de outros espaços e lugares. De qualquer forma, o espaço doméstico apresenta-se como um dos últimos refúgios, particularmente para as mulheres que nele podem encontrar o que fazer e um papel reconhecido e

reconhecível a desempenhar, mesmo que este papel seja cada vez menos satisfatório para essas mulheres.

Deste modo, ser reconhecido e reconhecer-se como "desempregado" é, pois, um fenômeno que se constrói a partir desse conjunto de forças sociais em processo, a partir dos lugares ocupados pelos indivíduos no mundo social, a partir dos recursos materiais e simbólicos de que dispõem esses indivíduos e, além de tudo isso, a partir das próprias experiências concretas e das interações significativas que se realizam cotidianamente na trajetória desses indivíduos.

Homens e mulheres têm, efetivamente, diferentes probabilidades de terem sua privação de trabalho objetivamente e subjetivamente reconhecida. Isto porque homens e mulheres não só ocupam diferentes posições no espaço social, com diferentes implicações para eles em termos de direitos e responsabilidades, mas também porque homens e mulheres dispõem de recursos materiais e simbólicos diferenciados. Essas diferenças não são, pois, apenas diferenças de classe, mas diferenças de gênero. Essas diferenças não são apenas verticais (de uma classe para outra), mas também horizontais (em uma mesma classe social). Mas essas diferenças horizontais não são completamente horizontais, pois hierarquias se configuram em um mesmo nível social. O conhecimento ou desconhecimento, o reconhecimento ou o não reconhecimento são eles próprios recursos simbólicos a partir dos quais os indivíduos levam adiante suas vidas e relações, travam suas lutas, buscam alternativas de vida.

Assim sendo, o lugar das mulheres no mundo social, objetivamente e subjetivamente, as coisas concretas que elas fazem (como cuidar da casa e dos filhos, como ir trabalhar e cumprir com suas tarefas profissionais, p.ex.) e o modo como elas percebem, definem e representam esse mundo (o papel de mãe, de mulher, de esposa, de trabalhadora, de profissional, etc.) estruturam suas experiências em geral e, neste caso em particular, aquelas de privação de trabalho. Logo, dizer que as experiências e as responsabilidades particulares das mulheres no espaço doméstico contribuem para que se constitua um véu sobre a privação de trabalho significa afirmar que não há apenas obstáculos objetivos para que as mulheres reconheçam-se e sejam reconhecidas como desempregadas, para que elas efetivamente tenham tempo e disponibilidade para procurar emprego. Significa afirmar também que existem obstáculos subjetivos que impedem tal reconhecimento. Isto é, interpeladas pelas responsabilidades e necessidades decorrentes da vida privada e doméstica, a privação de trabalho e as necessidades e responsabilidades decorrentes do espaço profissional e econômico podem ocupar uma importância menor em relação àquelas necessidades e responsabilidades.

Isto não significa que para as mulheres o espaço profissional seja menos importante, ele pode até ser mais importante e ocupar um lugar mais central em suas vidas e em suas subjetividades. O fato é que, na construção da subjetividade feminina, os aspectos referentes à vida doméstica têm uma importância maior do que para os homens, o que tem um efeito subjetivo imediato sobre o significado do próprio espaço profissional. O efeito disso em termos de experiência de privação de trabalho para as mulheres tanto pode ser benéfico como maléfico. Pode tornar-se benéfico no sentido de uma "proteção subjetiva" contra as experiências de perda e fracasso no mundo do trabalho remunerado. Afinal de contas, existem outras preocupações importantes na vida, como a educação dos filhos, a vida familiar, por exemplo. Pode tornar-se maléfico no sentido de que assumir essas responsabilidades distintas em espaços sociais distintos pode significar uma sobrecarga de responsabilidades. Este pode ser o caso das mulheres chefes de família que se vêem em uma situação de privação de trabalho semelhante àquela dos homens – um "desemprego clássico" – com o agravante de que o provimento do grupo familiar não é apenas financeiro, econômico, mas afetivo, emocional.

Esse jogo de conhecimento e reconhecimento objetivo e subjetivo da privação de trabalho torna-se particularmente problemático entre as camadas mais empobrecidas da população. Pois, na ausência ou fragilidade de instituições e mecanismos coletivos de proteção contra o desemprego, o reconhecimento não só se torna supérfluo, ineficaz – pois não há quase contrapartida financeira para quem está privado de trabalho – como pode converter-se em um estigma que associa a privação de trabalho com preguiça, falta de voltade de trabalhar, ausência de vontade de vencer na vida. Neste caso, a privação de trabalho, o desemprego não é propriamente algo que se deseja ver reconhecido ; ao contrário, é algo que se quer esconder, para não vinculá-lo ao estereótipo de vagabundo. É por isso que os pobres não podem parar. Eles podem não ter nem mesmo direito ao "desemprego", como ocorre entre as classes médias. Os pobres precisam, de alguma forma, estar fazendo alguma coisa, um bico, uma atividade eventual, remunerada, é claro. Se entre as mulheres isto também é cada vez mais verdade, entre os homens isto é ainda mais forte. Neste sentido, pedir dinheiro pode ser preferível a ficar em casa sem fazer nada, o que na linguagem popular é chamado de "coçar o saco". Aliás, esta expressão encerra, ela própria, o caráter de gênero da vagabundagem. "Vai trabalhar vagabundo !" torna-se uma lema fundamental, mesmo que não haja trabalho digno a fazer, e ele se pronuncia muito especialmente no masculino. Uma mulher nunca estará em casa coçando o saco, não porque não tenha um para fazê-lo, mas porque o espaço doméstico é sempre um "espaço de trabalho" para elas.

Assim, o trabalho doméstico também é um refúgio para as mulheres pobres que podem justificar nele sua condição de trabalhadoras, de não vagabundas, ainda que muitas delas digam que não gostam de ficar em casa, de ficar sem fazer nada. De qualquer forma, em um mundo marcado pela pobreza, muitos não podem se dar ao luxo de estarem "desempregados", pois corre-se o risco de ser taxado como vagabundo. Ao mesmo tempo, se as oportunidades de trabalho e emprego das mulheres em situação de precariedade social são ainda mais precárias e limitadas que as dos homens, isto pode fazer com que elas não se reconheçam como "desempregadas" quando estão realizando seus bicos ou trabalhos eventuais ou quando estão ocupadas com suas rotinas cotidianas no espaço doméstico. A privação de trabalho é, pois, freqüentemente, apenas um espectro que ronda, cuja silhueta torna-se apenas perceptível à medida em que as pressões econômicas se intensificam.

Para essas mulheres pobres, o trabalho remunerado é, quase sempre, um lugar sem identidade, em geral um lugar neutro, pois sua relação com ele é, em geral, puramente instrumental, assim como também é o trabalho doméstico, um lugar cada vez mais sem identidade, na melhor das hipóteses também um lugar neutro, na pior, um enclausuramento, uma limitação insuportável, pois além de representar uma privação material – restrição econômica, financeira – pode representar também uma privação simbólica de autonomia, de independência pessoal.

CAPÍTULO 8 – FORMAS E EXPERIÊNCIAS DE PRIVAÇÃO DE TRABALHO E A NOVA PRECARIZAÇÃO

8.1. Introdução

No capítulo anterior, observou-se que as trajetórias analisadas são marcadas por uma forte "precariedade social" e pela instabilidade no mercado de trabalho. Desde muito cedo implicados pelo trabalho remunerado, esses indivíduos são também, precocemente, envolvidos pela privação de trabalho, freqüentemente pouco visível e imersa na instabilidade. Em geral, essa situação de "precariedade do trabalho" está associada à "precariedade social" mais ampla, na qual a pobreza, a carência de recursos materiais, culturais e simbólicos alimentam um percurso ocupacional marcado pela insegurança. Mas, como se viu, a "precariedade do trabalho" não é somente o efeito dessa "precariedade social" mais ampla. Em grande medida, o trabalho precário, instável e desprotegido, contribui decisivamente para produzir e reproduzir aquela "precariedade social" na qual esses indivíduos estão mergulhados, reforçando, assim, as profundas desigualdades sociais que marcam de forma durável as relações de classe na sociedade brasileira.

Tentou-se mostrar que essa velha e conhecida situação de privação de trabalho está diretamente associada à pobreza e à precariedade social, podendo ser definida como a "velha questão do trabalho", da privação do trabalho, presente no debate teórico clássico sobre a formação dos excedentes de trabalhadores no Brasil. Essa velha questão do trabalho sempre esteve no centro do debate político e da crítica sociológica, evidenciando-se como uma preocupação essencial do pensamento social e da ação política no sentido de compreender e modificar os efeitos do processo de modernização capitalista pela qual passou a sociedade brasileira nos últimos 50 anos. A modernidade brasileira – periférica, tardia – mostrou-se sempre extremamente problemática, ambígua, contraditória, geradora de desigualdades extremas. O novo e o moderno não apenas destruíram o velho e o tradicional. Eles os redefiniram, os perpetuaram, os renovaram.

Assim, neste capítulo, tenta-se explorar analiticamente as trajetórias profissionais daqueles indivíduos que estão a uma certa distância daquilo que definimos como sendo uma situação de "precariedade social". Não se trata mais dessa "velha privação de trabalho", vivida

por esses trabalhadores ligados às formas instáveis e, mesmo, marginais de trabalho. A "nova privação de trabalho", o "novo desemprego", manifesta-se em um contexto social profundamente transformado. A reestruturação produtiva do capital, a globalização econômica e a intensificação das trocas internacionais, as profundas transformações tecnológicas ora em curso, a crise do Estado e as políticas públicas liberalizantes, produziram nos últimos anos da história da sociedade brasileira um impacto profundo sobre o trabalho e o mercado de trabalho. Neste contexto, novas práticas empresariais de gestão e organização do trabalho foram ativadas e novas exigências em termos de escolarização e competências profissionais provocaram uma ampla e rápida dissolução das antigas qualificações e habilidades profissionais. Intensificou-se o processo de seletividade da força de trabalho, na medida em que a oferta de mão-de-obra tornou-se cada vez mais abundante, mesmo entre os segmentos mais escolarizados e profissionalmente qualificados da sociedade. Os trabalhadores vinculados aos setores mais organizados e estruturados da atividade econômica ressentiram-se de forma aguda dessas transformações. A escalada do desemprego aberto, atingindo agora as camadas mais organizadas e estruturadas da classe trabalhadora e das classes médias, pareceu gerar uma sensação maior de insegurança econômica e incerteza pessoal.

Se, por um lado, as relações de classe deslocaram-se consideravelmente, aumentando a competição e as condições de exploração do trabalho, bem como acentuando a distância social entre os estáveis, os instáveis e os excluídos, por outro, as relações sociais de gênero também se deslocaram consideravelmente. A presença cada vez mais marcante das mulheres no mercado de trabalho expressa um conjunto de mudanças que são ambíguas e contraditórias. A dissolução das tradicionais fronteiras entre o masculino e feminino e a possibilidade de uma maior igualdade entre os sexos é acompanhada de novos arranjos, de novas divisões sexuais do trabalho que freqüentemente colocam as mulheres em uma posição subordinada em suas relações com os homens. Elas continuam a ser particularmente afetadas pelo trabalho e pelas responsabilidades domésticas, o que as coloca em uma situação de maior vulnerabilidade no mercado de trabalho.

O "novo desemprego", resultado desse conjunto de transformações, constitui-se em um novo componente dessas relações sociais de classe e de sexo. Ele não expressa apenas uma certa "ofensiva" do capital que se reestrutura e que procura livrar-se de seus "custos" mais pesados, ele recoloca o problema da identidade dos próprios trabalhadores, da conformação de suas lutas e de seu lugar no mundo social. Ao mesmo tempo, esse novo desemprego reativa o velho problema estrutural dos excedentes de força de trabalho, pois se os excluídos, os marginais, os

trabalhadores periféricos se nutrem das sobras e das franjas do sistema, o que pode acontecer quando essas sobras são cada vez mais reduzidas e a riqueza se concentra no topo?

A seguir, procura-se identificar as peculiaridades das experiências de trabalho desses indivíduos mais distantes da precariedade social, a fim de compreender em que medida as respectivas formas e experiências de privação de trabalho afetam e são afetadas pelas relações sociais de classe e de gênero no Brasil. Neste sentido, estima-se que uma condição favorável em termos de classe social pode fazer emergir um conjunto de condições materiais e simbólicas específicas na configuração desse desemprego. As classes médias e os operários mais qualificados foram particularmente afetados pelas transformações recentes no mundo do trabalho. Estes setores médios e mais estáveis da sociedade brasileira estiveram e estão realmente implicados nisso que se poderia chamar de uma nova forma de privação de trabalho, de um "novo desemprego"? Que privação do trabalho seria essa? Quais são as suas características? Como os indivíduos em questão vivenciam essas experiências de privação ? De que forma a condição de classe e de gênero afetam a construção dessas experiências e reconfiguram as relações sociais ?

Antes de se avançar na análise destas questões e na investigação dessas formas e experiências de trabalho e de privação de trabalho, apresenta-se um breve perfil dos entrevistados a fim de melhor identificar o contexto social e ocupacional no qual essas trajetórias podem ser melhor compreendidas e interpretadas.

8.2. As trajetórias ocupacionais e a nova precarização do trabalho

As trajetórias analisadas neste capítulo formam um grupo de trinta entrevistados, dezoito mulheres e doze homens. Desse total, seis entrevistados são jovens entre 18 e 29 anos de idade, dezessete são adultos entre 30 e 45 anos de idade e, finalmente, sete são adultos com idade acima dos 45 anos, conforme se observa na Tabela 38.

Tabela 38 – Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a faixa etária.

FAIXA ETÁRIA	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Jovens 18 a 29 anos	2	6,6	4	13,3	6	20,0
Adultos 30 a 45 anos	5	16,6	12	40,0	17	56,6
Adultos 46 anos ou +	5	16,6	2	6,6	7	23,3
Total	12	40,0	18	60,0	30	100

Quanto à cor da pele, conforme observa-se na Tabela 39, vinte e seis entrevistados são brancos e apenas quatro são negros ou mulatos. Como já foi observado no capítulo anterior, esta sub-representação dos não brancos dentro deste grupo de trabalhadores socialmente não precários expressa, em certa medida, as desigualdades étnicas no mercado de trabalho e na sociedade brasileira que penalizam os negros e mulatos.

Tabela 39 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a cor.

COR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Branca	**10**	33,3	**16**	53,3	**26**	86,6
Negra ou parda	**2**	6,6	**2**	6,6	**4**	13,3
Total	**12**	40,0	**18**	60,0	**30**	100

Em relação à escolaridade, conforme a Tabela 40, seis entrevistados apresentavam o nível de ensino fundamental incompleto (menos de oito anos de escolarização), quatro entrevistados o nível fundamental completo ou o ensino médio incompleto, quatorze entrevistados o nível de ensino médio completo ou o superior incompleto e seis entrevistados o nível superior completo.

Tabela 40 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e o nível de escolaridade.

NÍVEL DE ESCOLARIDADE	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Analfabeto ou semi-alfabetizado	**0**	0,0	**0**	0,0	**0**	0,0
Fundamental incompleto	**3**	10,0	**3**	10,0	**6**	20,0
Fundamental completo ou médio incompleto	**0**	0,0	**4**	13,3	**4**	13,3
Médio completo	**5**	16,6	**4**	13,3	**9**	30,0
Superior incompleto	**4**	13,3	**1**	3,3	**5**	16,6
Superior completo	**0**	0,0	**6**	20,0	**6**	20,0
Total	**12**	40,0	**18**	60,0	**30**	100

Trata-se, pois, de um grupo cujo nível de escolarização concentra-se em uma faixa intermediária (nível médio), o que significa dizer que o grupo em questão apresenta um baixo nível de formação profissional e/ou qualificação formal, considerando, sobretudo, que, no Brasil, o ensino médio regular não visa à profissionalização. Apenas cinco indivíduos pertencentes a

esse grupo apresentam formação em escolas técnicas profissionalizantes de ensino médio.[247] Os seis indivíduos com nível superior completo, todos do sexo feminino, apresentavam as seguintes áreas de formação: pedagogia, administração de empresas, comunicação social – relações públicas, psicologia, química industrial e farmácia e bioquímica. Dessas seis mulheres com nível superior completo, três não exerceram suas profissões, seus empregos anteriores não tendo nenhuma relação com as respectivas formações. Uma quarta mulher teve uma atividade profissional muito curta dentro de sua área de formação, não tendo, posteriormente, oportunidades de emprego satisfatórias. Logo, apenas duas dessas seis mulheres tiveram experiências significativas em suas profissões.

Dos cinco indivíduos que apresentam curso médio profissionalizante (uma mulher e quatro homens), quatro trabalharam efetivamente em suas áreas específicas de formação. Um quinto indivíduo passou a trabalhar em outra área técnica que não aquela de sua formação inicial. Um desses cinco entrevistados, técnico em eletricidade, trabalhou como operário qualificado em várias empresas do setor metal-mecânico de Pelotas. Com o agravamento da crise econômica, esse indivíduo foi sofrendo um processo gradativo de precarização de suas condições de trabalho até o ponto de não mais conseguir empregos formais. Assim, ele passou a trabalhar por conta própria, fazendo bicos e trabalhos eventuais no ramo da construção civil.

A partir desses dados, pode-se inferir que, dos trinta entrevistados, apenas nove trabalharam em atividades relacionadas diretamente à sua formação profissional antes de suas experiências de privação de trabalho. Os demais, ou careciam de uma formação profissional específica ou não trabalhavam em suas áreas de formação. Tal fato tem um importante efeito no que diz respeito à "identificação" que os trabalhadores constroem com sua atividade profissional. Vale lembrar, porém, que muitos indivíduos constroem uma tal identificação na própria prática profissional, formando-se a partir dela um forte vínculo com o oficio. Neste sentido, a formação profissional e o exercício efetivo de uma profissão não contribuem apenas para desenvolver nestes indivíduos uma qualificação ou uma competência para o trabalho. Eles têm um papel importante na estruturação da relação que esses trabalhadores estabelecem com sua atividade, com o mundo social e consigo mesmos. O trabalho pode ser, pois, fonte de identidade para o indivíduo. Do mesmo modo, a ausência de um "trabalho significativo", com o qual se possa se identificar, pode ter efeitos igualmente importantes na estruturação das experiências ocupacionais dos indivíduos, com evidentes repercussões sobre outras esferas da vida. Logo, uma frágil relação

[247] Neste grupo, tem-se uma técnica em telecomunicações, um técnico em mecânica industrial, um técnico em química, um técnico em segurança do trabalho e um técnico em eletricidade.

e identidade com o trabalho pode estar presente, seja porque o conteúdo desse trabalho é considerado desinteressante, seja porque as perspectivas de segurança, estabilidade e crescimento na "carreira" são quase inexistentes.

Em relação aos trabalhadores que atuavam fora de suas área de formação, estima-se que este seja uma característica marcante no mercado de trabalho brasileiro, uma vez que as boas oportunidades de emprego não são suficientes para a população escolarizada e qualificada. Com freqüência, os trabalhadores jovens ou adultos, com formação técnica ou com nível superior completo, têm dificuldade em encontrar emprego em suas respectivas áreas de formação. As conseqüências desse quadro são variadas. Por um lado, forma-se uma "população desempregada" altamente escolarizada, intensificando-se a competição e provocando uma redução dos níveis salariais desses segmentos. Por outro lado, em suas estratégias de recrutamento, os empregadores tendem a elevar os níveis de exigência em termos de escolarização. Assim, uma seletividade, muitas vezes perversa, intensifica as barreiras para aqueles que estão "em baixo" e, ao mesmo tempo, produz uma dissociação entre o "conteúdo do trabalho" e a "qualificação-escolarização" exigidos.[248] Assim, um excedente de trabalhadores com formação/qualificação (inflação de rótulos) pode estar gerando não apenas uma grande insatisfação entre os mesmos em relação ao conteúdo de seus trabalhos, pois a formação gera expectativas profissionais não atendidas pelo mercado de trabalho, mas um fosso cada vez maior entre os "incluídos" e os "excluídos" das boas oportunidades de emprego. Entre os primeiros, como observou-se nos depoimentos de vários entrevistados, a experiência de privação de trabalho pode revelar-se muitas vezes como uma recusa, como uma estratégia de resistência dos "trabalhadores mais escolarizados e qualificados" às limitadas condições e oportunidades de trabalho com as quais se defrontam. Entre os últimos, uma exclusão mais ou menos gradativa pode levá-los à completa eliminação do mercado de trabalho mais organizado, como se viu no capítulo anterior.

Em suas ocupações imediatamente anteriores, a maior parte dos entrevistados realizou atividades de média qualificação, sem exigências consideráveis de formação profissional. Dez entrevistados trabalharam em serviços administrativos ou similares, como serviços de secretaria, caixa e outras atividades de escritório; sete trabalharam com vendas, como vendedores ou como representantes comerciais; quatro entrevistados trabalharam em profissões técnicas de nível médio, um dos quais, um desenhista, não havia qualificação formal específica, apenas uma aprendizado informal do ofício; quatro trabalharam em atividades de nível superior, dois

[248] A esse propósito, ver também Pochmann (2001) e Senett (2005).

professores – um deles sem o nível superior completo – uma química industrial e uma psicóloga; quatro eram trabalhadores manuais, um motorista e três operários, um dos quais com formação técnica de nível médio; e dois eram proprietários de pequenos estabelecimentos comerciais.

A maior parte dos entrevistados, mais precisamente vinte e quatro, eram empregados assalariados em suas ocupações anteriores. Seis entrevistados trabalhavam autonomamente, seja como proprietários de um pequeno negócio comercial, seja nas atividades de venda. Vale ressaltar que, freqüentemente, essas atividades de venda (corretores de imóvel, representantes comerciais, vendedores à domicílio) escondem uma relação de emprego encoberta, sem remuneração fixa e à base de comissões. Havia, ainda, um entrevistado que era um trabalhador manual com formação técnica e que trabalhava fazendo bicos.

Segundo os critérios oficiais para definir o desemprego, dos trinta trabalhadores entrevistados, dois estavam inativos, seis estavam ocupados e vinte e dois estavam desempregados. Várias trajetórias, no entanto, comportam uma série de ambigüidades em termos de classificação da condição de atividade. Dada a limitação dos critérios formais para operar tais classificações, elas não correspondem, necessariamente, às autodefinições construídas pelos próprios indivíduos. Assim, muitos entrevistados que se definem como "desempregados" poderiam ser classificados ou na condição de ocupados ou na condição de inativos, segundo os critérios oficiais. Portanto, vale ressaltar que, neste grupo, a condição de "desempregado" prevalece sobre aquela de "ocupado" ou "inativo" na própria definição que os indivíduos fazem de si mesmos. A norma do emprego é uma referência subjetiva mais central. O trabalho eventual ou o abandono recente da procura de trabalho não são critérios suficientes, aos olhos de muitos desses indivíduos, para deixar de caracterizá-los como "autênticos" desempregados, como será possível observar nas narrativas analisadas mais adiante. Sugere-se, pois, que, sendo as experiências de trabalho mais bem demarcadas objetiva e subjetivamente, o mesmo também deve ocorrer com as experiências de privação de trabalho.

Mas, nem por isso, as condições de instabilidade no trabalho deixam de ser importantes e recorrentes nesse grupo. Vários entrevistados faziam bicos ou trabalhos eventuais durante suas experiências de privação de trabalho. Essas atividades não eram consideradas por eles como empregos, ocupações regulares, mas atividades inscritas em um registro de "provisório". Em alguns poucos casos, porém, a instabilidade não era mais circunstancial, tornando-se a forma rotineira de integração no mercado de trabalho. Nesses casos, o padrão de inserção no trabalho passa a ser muito próximo àquele apresentado pelos entrevistados analisados no capítulo anterior.

Nesse contexto, a privação de trabalho torna-se freqüentemente uma experiência cíclica, por vezes também fluida, pouco significativa e pouco demarcada subjetivamente.

Entre os trabalhadores que apresentavam um nível de formação sócio-profissional mais elevado e experiências duráveis e significativas de emprego, observou-se as experiências mais marcantes de privação de trabalho. Em vários casos, uma forte relação com o trabalho como ofício, paralelamente a uma relação muito forte com as empresas nas quais trabalhavam, produziram experiências muito marcantes e sofridas de privação de trabalho, sobretudo no momento de ruptura da relação de trabalho. Nestes casos, essa experiência manifestou-se, sobretudo, como "privação de uma atividade significativa" à qual esses indivíduos sentiam-se engajados em seus mundos. Em alguns casos, esse sentimento se combinava com aquele de uma "perda de status", de uma desestabilização social e mesmo de uma tendência a "cair" na escala social. Esses indivíduos sentiam-se ameaçados e, em alguns casos, com a clara sensação de que não mais poderiam reconquistar a "posição" que gozavam anteriormente. Neste caso, o desemprego é sentido como uma perda irreparável. Aqueles indivíduos que têm recursos lutam contra essa possibilidade. Os que não os têm, ou conformam-se ou lutam contra essa possibilidade, defendem-se como podem através de estratégias que visam evitar perdas maiores.

Mas, as experiências de privação de trabalho desses indivíduos não são condicionadas apenas por uma peculiar relação com o trabalho remunerado. A posição desses indivíduos no espaço familiar também desempenha um papel fundamental na estruturação dessas experiências. O papel de provedor é, neste caso, decisivo na conformação dessa relação subjetiva que esses indivíduos estabelecem com a privação de trabalho. Por isso, as relações familiares tanto podem contribuir para intensificar como para amenizar o impacto negativo da perda de um emprego.

8.3. A posição no espaço familiar

Até o presente momento, constatou-se que as experiências de privação de trabalho têm uma forte relação com a posição que os indivíduos ocupam no espaço familiar, de tal forma que as mesmas tornam-se mais "problemáticas" na medida em que os indivíduos que as vivenciam são os principais provedores de seus grupos familiares. Tais experiências são afetadas, ainda, pelo fato de existirem ou não outros membros do grupo familiar que contribuam para a formação do orçamento doméstico.

As trajetórias analisadas neste capítulo confirmam plenamente essa hipótese. Neste sentido, a combinação de certas determinações específicas, particularmente da condição de provedor principal com uma forte relação com o trabalho (como ofício, como status e como fonte de rendimento) implica os indivíduos em experiências de privação de trabalho marcadas por uma situação de forte sofrimento e insegurança. Por isso, o partilhamento do provimento no grupo familiar pode ter um efeito extremamente positivo e protetor nas situações de privação de trabalho. Observa-se, neste grupo de entrevistados, que esse partilhamento é cada vez mais freqüente, a atividade feminina tornando-se cada vez mais central para assegurar a segurança e a estabilidade econômicas dos grupos familiares.

Como se constatou, porém, no capítulo anterior, esse papel de provedor tem, sobretudo entre os homens, uma função essencial não apenas em termos materiais e econômicos, mas também psíquicos. Na trajetória de Josué observou-se que ser provedor não é apenas ter uma função material no grupo familiar, que se expressa na remuneração decorrente da atividade econômica. Ser provedor é, também, ter uma identidade específica, um modo peculiar de se ver e de se definir no grupo, implicando uma dimensão psíquica e emocional importante. Mesmo quando outros membros do grupo contribuem para a formação do orçamento doméstico, o que a privação de trabalho pode colocar em risco não é apenas o suprimento objetivo das necessidades materiais do grupo, mas a "necessidade psicológica" do indivíduo provedor de sentir-se útil, participante e integrante ativo de seu grupo. A experiência de Josué revelou que o fato de outros indivíduos suprirem a função econômica não reduz o sofrimento do provedor que está privado de uma fonte de rendimento. Ao não conseguir cumprir adequadamente com seu papel econômico, este indivíduo não consegue, ao mesmo tempo, sentir-se psicologicamente satisfeito, tranqüilo e seguro, o que acarreta para ele um forte sofrimento.

É neste sentido que a condição de provedor produz uma identidade específica, isto é, um modo peculiar de o indivíduo definir-se, atribuindo a essa condição significados que remetem à relação com o seu próprio "eu". O papel de provedor, portanto, é uma construção social e psicológica que pode afetar intensamente a experiência de privação de trabalho. As relações sociais de gênero constituem decisivamente a construção desse papel social. Tradicionalmente, a construção social do papel de provedor é mais central entre os homens. O adequado cumprimento desse papel parece penetrar mais profundamente a construção da identidade masculina e a relação que os homens estabelecem com o mundo social.

Esse quadro, no entanto, está em profunda transformação. Não só os homens sentem-se menos "pressionados" por essa função, como, inversamente, as mulheres sentem-se cada vez

mais afetadas por ela, como se pretende mostrar mais adiante. Por isso, sugere-se que, entre as mulheres, essa identidade de provedor é, com freqüência, muito forte, sobretudo naqueles casos em que elas são as únicas e principais provedoras de seus grupos familiares. Entre os homens, ao contrário, a identidade de provedor torna-se menos marcante, não apenas porque cada vez mais as mulheres contribuem para o provimento do grupo, mas também porque esses homens passam a construir uma outra relação com o trabalho remunerado e com o trabalho e o espaço doméstico, como ver-se-á mais adiante.

Analisando-se alguns dados do perfil dos entrevistados em relação à posição dos mesmos no espaço doméstico, pode-se constatar uma série de características importantes.

Em relação à situação matrimonial dos entrevistados, observa-se que, neste grupo, dezenove indivíduos eram casados, seis eram solteiros e cinco separados ou divorciados, conforme se pode visualizar na Tabela 41. Logo, dezenove entrevistados possuíam companheiros ou cônjuges e onze não possuíam, o que pode ter um efeito importante para as condições de provimento do grupo familiar e, conseqüentemente, para a compreensão das experiências de privação de trabalho.

Tabela 41 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a situação matrimonial.

SITUAÇÃO MATRIMONIAL	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Solteiro	**2**	6,6	**4**	13,3	**6**	20,0
Casado	**9**	30,0	**10**	33,3	**19**	63,3
Separado ou divorciado	**1**	3,3	**4**	13,3	**5**	16,6
Viúvo	**0**	0,0	**0**	0,0	**0**	0,0
Total	**12**	40,0	**18**	60,0	**30**	100

A grande maioria dos entrevistados deste grupo eram provedores de seus grupos familiares. Assim, conforme se observa na Tabela 42, vinte e sete entrevistados encontravam-se nesta situação, sendo vinte provedores principais e sete provedores secundários. Apenas três entrevistados, todas mulheres, não eram provedores de seus grupos familiares.

Outras variáveis podem ajudar a compreender a importância dessa condição de provedor, como, por exemplo, a presença de filhos e, principalmente, de filhos menores de idade no grupo familiar do entrevistado. Dos trinta entrevistados deste grupo, vinte e um tinham filhos. Dentre os

provedores, vinte e sete no total, dezenove tinham filhos e quinze tinham filhos menores de idade, o que pode ter uma importante repercussão sobre o papel destes indivíduos no grupo familiar e, conseqüentemente, na constituição de suas experiências de privação de trabalho.

Tabela 42 - Perfil dos entrevistados em condição social não precária, segundo o sexo e a posição no grupo familiar.

POSIÇÃO NO GRUPO FAMILIAR	SEXO					
	Masculino		Feminino		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%
Provedor principal	**10**	33,3	**10**	33,3	**20**	66,6
Provedor secundário	**2**	6,6	**3**	10,0	**5**	16,6
Não provedor	**0**	0,0	**5**	16,6	**5**	16,6
Total	**12**	40,0	**18**	60,0	**30**	100

Vale registrar ainda que os arranjos familiares destes entrevistados eram, em geral, muito tradicionais, predominando o casal e os filhos como célula principal da organização familiar. A presença de outros membros da família, no entanto, é comum, sobretudo de uma mãe ou de uma avó. Também foram constatados re-arranjos familiares ocasionados pelo desemprego, devido à necessidade econômica de reduzir os custos com moradia. Por esta razão, alguns entrevistados voltaram a morar com seus pais. Não se observou nenhum arranjo familiar no qual o pai ficasse sozinho e prioritariamente responsável pela guarda e educação dos filhos.

Assim, sugere-se que está em curso um modelo de família e de relações de gênero no qual o papel do provedor não se encontra mais tão concentrado na figura do homem como chefe de família. Um modelo de relações baseado na partilha, na co-responsabilidade dessas funções, pode ter, por isso, importantes conseqüências sobre a experiência de privação de trabalho.

Nem por isso, no entanto, pode-se negligenciar a existência de um padrão bastante assimétrico de relações de gênero, no qual as "mulheres provedoras", tendo ainda uma função secundária no provimento do grupo familiar, estão sujeitas a uma forte vulnerabilidade no mercado de trabalho, caracterizada por uma elevada precariedade no emprego, por experiências repetidas de privação de trabalho – um desemprego cíclico feminino – pouco visível objetiva e subjetivamente. Por isso, apesar das evidentes mudanças nas relações de gênero e do constante distanciamento em relação a um modelo de tipo tradicional – homem-provedor/mulher-cuidadora – as novas formas de organização familiar conservam ainda fortes assimetrias entre homens e mulheres, com importantes repercussões sobre suas inserções no trabalho remunerado.

8.4. Em busca do emprego estável

Alguns jovens de classes médias e de classes populares, sem marcas de pobreza e privação material, também apresentam desde muito cedo uma forte relação com o trabalho. Para esses indivíduos, o que está em questão na busca por um emprego não é propriamente a sobrevivência, mas a continuidade de seus projetos de vida. Evidentemente, tal fato tem a ver com a reprodução e/ou ampliação das condições materiais e simbólicas de classe desses indivíduos. Movidos pelo desejo de autonomia e independência econômica, estes jovens procuram um emprego às vezes muito cedo, antes mesmo de completarem a maioridade (18 anos de idade). Em geral, eles não abandonam seus estudos, conciliando a vida escolar com a atividade remunerada. Em alguns casos, o término do ensino médio torna-se um marco a partir do qual passa-se a dar maior importância ou mesmo prioridade ao trabalho remunerado. Por isso, nem sempre a continuidade dos estudos universitários apresenta-se como possível para esses jovens, ainda que seja desejável.

Nesta pesquisa, constatou-se que é comum entre esses indivíduos uma relação muito peculiar com o trabalho, aqui definida como uma "busca prioritária pelo emprego estável". Neste caso, o importante para o indivíduo é a possibilidade de vir a obter um bom emprego, estável, seguro, protegido e, de preferência, bem remunerado. A inserção no mundo do trabalho não se dá, prioritariamente, pelo projeto de aquisição de uma profissão, de um ofício, de uma competência profissional. A inserção pode se caracterizar como um processo de aquisição de experiências profissionais, experiências de emprego que visem atingir esse fim. Nestes termos, esses jovens até aceitam empregos menos estáveis e seguros, tomando-os como meios para atingir seu objetivo principal que é o "emprego estável".

Uma trajetória exemplar neste sentido é aquela de Clarice, 18 anos, solteira, ensino médio completo. No momento da entrevista, esta jovem morava sozinha, sendo, porém, sustentada por seu pai, um produtor rural e vereador de um município vizinho a Pelotas. Clarice começara a trabalhar meses antes, com 17 anos de idade, desempenhando funções administrativas em uma cooperativa industrial. Este fora seu primeiro emprego e nele permanecera por sete meses, interrompendo-o por um pedido de demissão. Arrependendo-se mais tarde da iniciativa de sair desse emprego, essa jovem encontrava-se "desempregada" havia três meses.

Deste modo, mesmo sem problemas econômicos imediatos, esta jovem não provedora encontrava-se em uma situação peculiar de privação de trabalho, um "desemprego de inserção",

no qual o desafio principal, em curto prazo, era a construção de um projeto de vida baseada na independência e na autonomia pessoal.

A experiência anterior de emprego desta jovem não fora muito positiva. Na entrevista, ela reclamara das condições de trabalho, dos horários rígidos, do baixo salário. Ela sentia-se explorada e desejava um emprego melhor. Foi exatamente isso que a motivou a sair daquela empresa. Questionada sobre sua experiência de privação de trabalho, Clarice a relata assim:

> *É terrível* [risos], *terrível. Aí, a gente se apavora, sabe. A vontade que eu tenho é de sair daqui de Pelotas, porque eu não tenho condições de ficar aqui. E... ainda mais quando se consegue serviço, tu és ... explorado, porque ... Esses tempos quando eu estava trabalhando na "Empresa X", eu pegava às 7 horas da manhã, a gente trabalhava um monte, eu trabalhei na fábrica, né. Então, sei lá ... O teu salário é lá em baixo, tu te mata trabalhando e se tu reclama alguma coisa do serviço ou do salário, coisa assim, eles botam pra rua. Porque não querem saber, tem um monte de gente desempregada, tem um monte de gente procurando, né. Então, se tu consegue, tu tem que agüentar tudo aquilo ainda. É difícil... Eu estou procurando alguma coisa melhor. Não saí por causa disso, saí porque eu achava que eu ia conseguir um negócio melhor. Acabei me ralando mais.*
>
> P: Saíste espontaneamente, então?
>
> *É, saí espontaneamente, mas o gerente lá, todo mundo acho que queria que eu saísse, porque faziam de tudo, né. A gente fazia hora-extra, mas não ... não ganhava... Então, acho que a maioria das firmas também aqui em Pelotas, acho que são assim. Porque eu vejo as outras colegas minhas falando, né. Então, é difícil. Se eu tivesse alguém de conhecido morando em algum* [outro lugar]*, Porto Alegre, principalmente, eu já teria saído daqui. Não tem condições.* (Cristina, 18 anos)

Neste pequeno extrato, Clarice define, ao mesmo tempo, como foi sua experiência de emprego e sua experiência de privação de emprego. De seu ponto de vista, a qualidade dos empregos disponíveis é muito baixa. Além do mais, o desemprego é elevado e tem muita gente precisando de emprego. Logo, para preservar um emprego, é preciso sujeitar-se a essas condições de trabalho. Na sua opinião, as empresas valhem-se disso para explorar ainda mais os empregados. Clarice, porém, não aceita sujeitar-se a essas condições de trabalho, mesmo arrependendo-se depois. Sua experiência de privação de trabalho é, pois, antes de mais nada, a recusa dessas condições precárias de emprego: baixos salários, exploração, jornadas extensas. Ela é, ao mesmo tempo, a experiência dos limites desse mercado de trabalho restrito e limitado, sem muitas alternativas aceitáveis.

Em seu curto depoimento, Clarice fala pouco sobre suas perspectivas no mercado de trabalho e sobre a continuidade de seus estudos. Ela relata que desejaria continuar estudando, entrar na universidade, mas não estava disposta a abandonar a idéia de ter um trabalho remunerado. Para continuar seus estudos, teria que fazê-lo à noite, o que seria possível apenas em

uma universidade privada, cujo custo financeiro ela considerava muito alto. Para estudar na universidade pública, ela teria que deixar de trabalhar, o que não era uma opção naquele momento. Logo, Clarice continuava tentando obter um novo emprego.

Observa-se, pois, que, para esta jovem, o ingresso no mercado de trabalho prevalecia sobre a possibilidade de continuar investindo em sua formação profissional. Clarice já participara também de alguns concursos para empregos públicos, um dos caminhos preferidos por aqueles que desejam obter um emprego estável. Logo, sua perspectiva em termos futuros manifestava-se mais na esperança de conseguir um bom emprego do que de ter uma "profissão", uma atividade com a qual se identificasse. Esta desconexão e sobrevalorização da "natureza do emprego" almejado, do vínculo de trabalho, em relação ao "conteúdo do trabalho e da atividade profissional", reflete-se nessa estratégia "imediatista" de inserção no mercado de trabalho.

Deste modo, sua experiência de privação de trabalho é o resultado desse contexto e dessa "lógica da prioridade ao emprego". Na expectativa de conseguir um emprego melhor, Clarice pede demissão, esse "desemprego voluntário" manifestando-se como uma espécie de estratégia de resistência às sofríveis condições de trabalho e remuneração que tivera em seu primeiro emprego.

A inserção profissional desta jovem já indica uma tendência marcante no mercado de trabalho entre os grupos sociais mais escolarizados e qualificados: a baixa qualidade dos postos de trabalho disponíveis, tanto em termos de remuneração como em termos de condições de trabalho. Neste sentido, a instabilidade no trabalho é uma característica que marca também as trajetórias ocupacionais daqueles indivíduos que conseguem escapar às condições sociais mais precárias. O investimento em formação escolar e profissional torna-se um dos recursos estratégicos na luta por emprego em um mercado de trabalho cada vez mais seletivo e competitivo. As primeiras experiências de emprego tornam-se cada vez mais precárias, instáveis, multiplicando-se as contratações temporárias, os estágios, enfim, modalidades periféricas de inserção no mercado de trabalho às quais esses jovens precisam se sujeitar para melhorar suas experiências e, conseqüentemente, sua "empregabilidade".

8.5. Instabilidade e precarização ocupacional

A precariedade ocupacional não é, porém, apenas um traço característico do processo de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Mesmo entre os trabalhadores mais velhos, mais

qualificados e escolarizados, uma situação de instabilidade e precariedade pode estar presente em etapas posteriores à inserção profissional, sobretudo nos períodos de crise econômica e recessão.

Este era o caso, por exemplo, de Ronaldo, 32 anos, solteiro, ensino superior incompleto. Ronaldo era professor de inglês e morava junto com seu irmão que também trabalhava como professor e consultor. No momento da entrevista, este homem passava por um período de forte instabilidade no mercado de trabalho. Esta instabilidade o precipitara em uma crise financeira e em uma forte insegurança em relação ao seu presente e ao seu futuro. Ronaldo começara a trabalhar há mais de doze anos como professor de inglês em cursos privados de língua. Ao longo de sua trajetória, ele lograra obter uma situação econômica relativamente confortável e segura, apesar de ter tido vários empregos em diferentes escolas de língua.

No momento da entrevista, sua condição de atividade era relativamente incerta, pois apesar de trabalhar autonomamente, dando aulas particulares de inglês, Ronaldo estava sem emprego havia cerca de cinco meses. Anteriormente, ele trabalhara durante dois anos e meio em uma escola privada de formação profissional, sem vínculo empregatício. Sua relação de trabalho estava assentada em um contrato de prestação de serviços renovado mensalmente, o que acarretava para ele uma relativa instabilidade e insegurança profissionais. Naquela conjuntura de crise econômica e de baixa demanda, o resultado foi a redução de sua carga horária de trabalho e, conseqüentemente, uma drástica redução de sua remuneração. É assim que Ronaldo desistiu de continuar trabalhando naquela escola, decidindo investir-se mais nas aulas particulares e formando turmas de alunos em empresas onde oferecia seus serviços. Além disso, Ronaldo permaneceu à procura de um emprego mais estável, o que o levara a agência de emprego onde a entrevista foi realizada.

Vale salientar que Ronaldo possuía uma longa experiência didática e organizava seu próprio método de ensino da língua, desenvolvido ao longo de sua vivência em duas outras escolas privadas onde trabalhara anteriormente. Apesar de não ter completado sua formação superior em Letras, Ronaldo considerava-se um profissional muito competente e qualificado, tendo feito inclusive, conforme relatou, estágio lingüístico nos Estados Unidos.

Assim, a trajetória profissional de Ronaldo passava por um processo de degradação, de precarização crescente, pois ele não mais conseguia manter o padrão de vida que tivera anteriormente. Tratava-se, pois, de uma situação de privação de trabalho não muito diferente daquela vivida pelos trabalhadores mais precários socialmente. A precarização e instabilização das condições de trabalho e de renda e a tentativa de organizar sua própria atividade de ensino, montando turmas e oferecendo seus serviços a empresas, levam esse indivíduo a uma situação

fluida e incerta de privação de trabalho. De fato, a atividade autônoma de Ronaldo é, ao mesmo tempo, o produto de uma situação de privação de emprego e um fator de invisibilização dessa privação. O que acontece com a maior parte dos brasileiros que trabalham em atividades autônomas informais, acontece também com Ronaldo, ainda que as características de seu trabalho sejam muito diferentes, sendo marcado por uma elevada qualificação profissional.

O processo de precarização das condições de trabalho desse entrevistado era relativamente recente. Sua instabilidade estava diretamente relacionada com as práticas de contratação de professores adotadas pelas escolas privadas, sobretudo em um contexto de crise econômica e de restrição da demanda por esses cursos. Essas práticas, organizadas em torno de um modelo de "flexibilização do trabalho", permitem a essas empresas gerirem e adaptarem-se melhor às flutuações do mercado, permitindo ainda uma redução dos custos previdenciários e trabalhistas. Apesar de desempenhar uma atividade altamente qualificada que o implicava em uma forte relação com o trabalho – o entrevistado mostrou-se intensamente engajado em sua atividade profissional, em seu ofício de professor – Ronaldo experimentava uma situação de insegurança em relação ao seu presente e ao seu futuro. O dilema de sua experiência de privação de trabalho estava situado no contexto desse processo de precarização das relações de trabalho. Ao generalizarem-se tais práticas "flexibilizadoras" entre os segmentos mais qualificados da força de trabalho, estes passam a verem diminuídas suas chances de reintegração no emprego estável.

Neste sentido, a experiência de privação de trabalho de Ronaldo era claramente uma experiência de privação de rendimento, de redução de seu padrão de vida, de privação de um status baseado na segurança, na estabilidade. Ronaldo considerava-se claramente um desempregado, a norma do emprego sendo para ele uma referência central. A atividade autônoma, antes de mais nada, era uma alternativa provisória e uma fonte circunstancial de trabalho e de renda. Em seu horizonte, não estava colocada a possibilidade de constituir-se como um empresário do ensino, montando sua própria escola e seus próprios cursos, ainda que as iniciativas práticas de Ronaldo caminhassem nessa direção.

O emprego estável era, no entanto, uma possibilidade que distanciava-se de seu horizonte de vida. Havia vários anos que ele já se ressentia dessa situação de instabilidade, da necessidade de multiplicar as alternativas de trabalho. Ronaldo relata assim sua experiência de privação de trabalho :

> *É uma experiência muito complicada, né. Porque ... eu perdi, eu tinha duas linhas telefônicas, perdi uma das linhas, o celular, eu estou à beira de perder, porque eu não consigo pagar... esse lugar que eu estou morando é um lugar muito bom, mas*

anteriormente eu morava num lugar muito melhor, né. Eu pagava um, um aluguel... ... um valor bem alto e era um lugar assim muito confortável. Então, assim, o meu padrão caiu ... ... assim ... sei lá, a nível de esgoto, né.

P: Tu tinhas um bom rendimento, quando tu estavas na "Escola X"?

... eu tinha tinha poucas turmas lá, mas eu tinha vários ... ... trabalhos esporádicos, né. Mas ganhava um bom valor em função disso, de trabalhos de tradução simultânea. [...] E tinha uma quantidade muito grande de, de alunos em empresas. [...] Eu ainda tenho alunos lá, ela está fechando as portas e eles vão se mudar pro interior do Estado... [...] Então, com inúmeras empresas tá acontecendo isso, né. Então, as pessoas acabam tendo o salário encurtado, então, eles vêem que o inglês naquele momento não é uma coisa necessária, então acabam não tendo interesse e eu vou perdendo os alunos em função disso, né. Mas, por sorte, vão aparecendo outros, né. Porque eu batalho bastante, eu mando currículo, faço visitas, exponho o material, etc e etc. As pessoas, eu percebo que têm interesse e o que eu cobro não é caro, mas é que as pessoas não têm dinheiro para esse "supérfluo", porque estudar idiomas é um supérfluo nesse momento. A não ser que a pessoa precise desesperadamente, porque vai viajar ou por causa do emprego, por exemplo. (Ronaldo, 32 anos)

Perguntado se tivera experiências anteriores de privação de emprego, Ronaldo afirmou o seguinte:

Não, não, não com ... ... não com a intensidade de agora, né. Eu estive assim, durante curtos períodos, desempregado, mas eu sempre tive alunos particulares que me garantiam aquele padrão... [aceitável], *vamos dizer assim, né. Mas nunca como agora ... ... nunca como agora*. (Ronaldo, 32 anos)

Nitidamente, a experiência de privação de trabalho manifesta-se, inicialmente, para Ronaldo, como uma situação de privação material, de redução de seu padrão de vida, de precarização social. A instabilidade de suas condições de trabalho não é, porém, recente. Ele já vinha alternando, havia vários anos, o emprego na escola com outras formas de trabalho, como serviços de tradução e as aulas particulares, principalmente aquelas organizadas junto às empresas. Essas atividades foram fundamentais para que ele mantivesse seu padrão de vida. A crise econômica, porém, afetou o ritmo dessas atividades organizadas por iniciativa própria.

Deste modo, a combinação dessas diversas formas de trabalho tornou-se gradativamente uma rotina para esse entrevistado. A própria categorização dessa experiência de privação de trabalho também remete a essas formas diversas de trabalho e não apenas ao emprego. É por isso que Ronaldo afirma que tivera, anteriormente, curtos períodos de desemprego, mas que isso não afetou suas condições de vida. A privação de trabalho não foi ressentida como ocorreria posteriormente. Logo, a privação de trabalho vivida por Ronaldo é, ao mesmo tempo, a combinação da privação de diferentes formas de trabalho. Essas formas de trabalho são

complementares para ele, contribuindo, ambas, para o provimento de suas necessidades econômicas. Na medida em que dependem da dinâmica econômica mais ampla, essas formas de trabalho são igualmente afetadas pela crise econômica.

Percebe-se, pois, que a experiência da privação de trabalho torna-se menos demarcada objetiva e subjetivamente para Ronaldo na medida em que há uma processo de instabilização de suas condições de trabalho e de multiplicação das formas de trabalho. Mesmo que sempre tivesse dado aulas particulares de inglês, essa tipo de trabalho não era significativo, do ponto de vista econômico, em etapas anteriores de sua trajetória ocupacional, quando trabalhara em outras escolas privadas de línguas. O recurso ao trabalho autônomo é, já, o resultado de um processo de precarização e, conseqüentemente, de gradual privação de trabalho e rendimento.

Do ponto de vista familiar, a situação de Ronaldo não se mostrava confortável, pois seu irmão encontrava-se em uma situação semelhante à sua, realizando atividades de ensino e consultoria sem nenhuma garantia de estabilidade. O fato de compartilharem as despesas era um fator positivo para ambos, mas nem por isso a insegurança era menor. Além de algumas dívidas acumuladas, Ronaldo e o irmão foram obrigados a mudar de apartamento a fim de reduzir as despesas com aluguel. A privação de trabalho, o desemprego, era, portanto, uma experiência vivida em família e que acarretara uma nítida redução de seu padrão de vida.

Experiências semelhantes ocorrem também com outros entrevistados deste grupo. Tratam-se, em geral, de experiências de privação de trabalho vividas em situações cada vez mais marcantes de "instabilidade ocupacional", nas quais multiplicam-se as formas de trabalho, de tal maneira que as experiências de privação tornam-se pouco demarcadas. Ainda que esses indivíduos tenham no "emprego assalariado", sobretudo estável, a referência principal no modo de categorizarem suas experiências de trabalho, essa referência enfraquece-se, dissolve-se, tornando-se menos nítidas objetiva e subjetivamente suas experiências de privação de trabalho.

Portanto, como ocorre no caso de Ronaldo, a privação de trabalho ou emprego torna-se menos demarcada subjetivamente na medida em que os indivíduos encontram, ainda que provisoriamente, meios alternativos necessários à satisfação de suas necessidades econômicas. Nem sempre, porém, isso acontece. Quando a privação de trabalho e rendimento se torna mais crônica, os indivíduos afetados se vêem ameaçados e sujeitos a uma situação de forte vulnerabilidade social. Em alguns casos, os trabalhadores situados nessa *zona de instabilidade* correm o risco de despencarem na estrutura social vigente e de ingressarem em uma *zona de*

pobreza e exclusão mais ou menos permanente.[249] Assim, esses trabalhadores cada vez mais vulneráveis em um contexto de elevado desemprego estrutural, sentem-se ameaçados seja por um *desemprego parcial*, seja por um *desemprego crônico, de longa duração.*

Mas o que está em questão aqui não é apenas o destino individual desses trabalhadores, mas o destino de coletividades inteiras e das relações e instituições sociais. Nesse contexto, a instabilidade pode não ser apenas uma situação conjuntural decorrente de uma recessão econômica provisória. Ela pode estruturar novos padrões de integração dos indivíduos no mundo do trabalho. Por isso, a experiência dessas condições de instabilidade ocupacional pode ter importantes efeitos sobre a privação de trabalho, sobretudo sobre sua experiência subjetiva.

Essa nova precarização do trabalho, ao instabilizar os setores mais escolarizados e qualificados da população trabalhadora, mais familiarizados às relações de emprego estáveis e com maiores expectativas de segurança e estabilidade, desloca consideravelmente as relações sociais de classe na sociedade brasileira e aproxima, torna mais semelhantes, as formas de trabalho e de privação de trabalho vividas por diferentes segmentos das classes trabalhadoras. Esse movimento de aproximação resulta, do mesmo modo, de uma similaridade também das experiências de privação de trabalho, mais fluidas, pouco delimitadas objetivamente e subjetivamente.

Vale sublinhar, finalmente, que a experiência da privação material é completamente diferente entre esses dois grupos que ocupam posições distintas no espaço econômico. Entre os trabalhadores melhor situados na estrutura social e econômica, o que parece estar em xeque não é propriamente a subsistência, como ocorre nas trajetórias socialmente mais precárias. O que parece assustar mais é o risco de não poder garantir um padrão de vida que se havia conquistado. O risco é de descer na escala social, de não ter futuro, social e profissional, pois aos olhos de muitos desses entrevistados, parece não haver luz no fim do túnel. Neste sentido, a proteção decorrente da integração do indivíduo no grupo familiar também torna-se cada vez mais importante entre esses segmentos médios da sociedade. Os arranjos familiares têm um papel decisivo, portanto, na constituição das experiências de trabalho e privação de trabalho desses indivíduos.

[249] Castel (2001) define esses indivíduos antes como "desfiliados" do que como "excluídos". Esta última noção, apesar de revestir-se de um significado mais político, apresenta-se menos pertinente sociologicamente.

8.6. Precariedade, profissão e as novas experiências de privação de trabalho

Nesta investigação, observou-se que a experiência da precarização do trabalho e da instabilidade ocupacional afeta homens e mulheres indistintamente. Observou-se, ainda, que as diferenças de gênero, extremamente relevantes e acentuadas em certas condições sociais e em determinadas experiências particulares, nem sempre são importantes e relevantes. Em alguns casos, inclusive, não se pode falar de uma diferença em termos de relações de gênero. É nesse sentido que se pode afirmar que algumas experiências de trabalho e de privação de trabalho não são significativamente marcadas pelas relações de gênero, pelo menos em alguns contextos e circunstâncias observados em algumas trajetórias individuais. Pode-se afirmar, neste sentido, que algumas trajetórias masculinas e femininas apresentam características semelhantes, o que pode indicar uma crescente igualdade de gênero na relação que estes indivíduos estabelecem com o trabalho e com a privação de trabalho.

Para ilustrar esse argumento, apresenta-se a seguir duas trajetórias femininas exemplares desse processo em direção a uma maior igualdade de gênero. Essa igualdade pode significar, de certa forma, uma dissolução, ainda que parcial, das diferenças de gênero como referentes culturais significativos (papéis, valores, normas, concepções) a partir das quais os indivíduos orientam suas ações e constroem suas experiências no mundo social e, particularmente, no mundo do trabalho.

Ambas as mulheres nutrem uma forte relação com o trabalho profissional, conferindo a ele total prioridade. Em nenhum desses casos, o trabalho e as responsabilidades domésticas afetam negativamente a inserção das mesmas no mundo profissional. Uma dessas mulheres passou por uma luta muito difícil por um lugar no espaço profissional. A outra, luta para manter-se nesse espaço e não regredir profissionalmente. Suas experiências de privação de trabalho são marcadas por esses traços fundamentais.

A difícil luta por um lugar no espaço profissional

A primeira destas mulheres, Maristela, 33 anos, solteira, sem filhos, nível superior completo, era formada em Administração de Empresas. Ela morava com a mãe, 66 anos, ensino fundamental completo, dona de casa, e com uma irmã, 36 anos, nível superior incompleto, estudante. Maristela partilhava o provimento de seu grupo com a mãe, já aposentada e contando com um rendimento estável.

No momento da entrevista, Maristela estava desemprega havia dez meses, tendo recebido o seguro-desemprego após sua última demissão. Sua forte relação com a atividade econômica remunerada, implicava-a em uma prática de procura regular e insistente de emprego ao longo daquele período de privação de trabalho. Suas condições familiares e econômicas favoreciam uma tal postura.

Pode-se distinguir pelo menos duas etapas distintas na trajetória de Maristela no mercado de trabalho.

Em sua primeira etapa, ainda muito jovem, com apenas 19 anos, Maristela experimentou um processo inicial de inserção no mercado de trabalho através de breves experiências de emprego, em geral estágios. Suas duas primeiras experiências de trabalho, em atividades financeiras e de secretaria, foram desse tipo, não durando mais do que seis meses. Sua terceira experiência de emprego, na qual trabalhou como auxiliar de contabilidade, também durou pouco, apenas oito meses. Durante este período, Maristela estava na faculdade investindo em sua formação profissional. Como estudava em uma universidade privada, precisava trabalhar para enfrentar os elevados custos de sua formação. Além do rendimento, a entrevistada acreditava que, através desses empregos, ganharia experiência profissional. Seu espírito, pois, era de quem estava disposta a aprender, a acumular conhecimentos práticos. Solteira e sem o ônus de ser a provedora principal de seu grupo familiar, Maristela pôde investir-se na esfera profissional, tanto no trabalho remunerado como nos estudos.

Em seu quarto emprego, Maristela rompe o padrão anterior de instabilidade, passando a trabalhar como auxiliar do departamento de pessoal de uma empresa local. Esta foi sua mais longa experiência no mercado de trabalho, durando mais de cinco anos. Seu trabalho remunerado lhe tomava bastante tempo e, por isso, acabou prolongando além do esperado seu curso universitário, cuja duração foi de oito anos. Já ao final da faculdade, Maristela demite-se desse emprego para realizar estágio curricular na área de auditoria financeira em uma importante empresa da cidade.

Ao final desse estágio e já formada, inaugura-se, então, a segunda etapa da trajetória profissional de Maristela. Nesse novo momento, a entrevistada buscava um emprego mais adequado à sua formação profissional. Não se tratava mais de aprender apenas, nem de aceitar qualquer proposta de trabalho que aparecesse. Maristela nutria maiores expectativas e passou a investir de maneira mais ambiciosa e criteriosa em sua procura de emprego.

Na ocasião, a entrevistada decidiu procurar emprego em outras cidades, maiores e mais importantes, como Curitiba e Porto Alegre. Sua investida, porém, não obteve sucesso. O mercado

de trabalho estava muito competitivo e, segundo relata a entrevistada, os critérios utilizados para contratação nas grandes empresas eram muito exigentes. Ela referiu-se, por exemplo, à exigência de domínio de uma língua estrangeira, o que não estava entre suas competências. De volta a Pelotas, Maristela diminuiu suas exigências e acabou conseguindo um emprego abaixo de suas expectativas, em uma pequena empresa local, na qual trabalhara na administração, como encarregada de escritório.

Ao todo, essa primeira experiência significativa de desemprego de Maristela durara cerca de um ano, o que revela as condições adversas de procura de emprego em um mercado de trabalho escasso e competitivo, mesmo entre trabalhadores com elevada qualificação profissional.

O novo emprego fora, portanto, uma estratégia adotada por Maristela para fazer frente a essas condições adversas. Aceitar um emprego abaixo de suas expectativas era uma forma de acumular recursos financeiros e, se possível, algum novo investimento em formação para enfrentar novamente a procura de trabalho.

Ao todo, Maristela permaneceu três anos e oito meses no seu novo emprego. Durante este período, ela conseguiu investir apenas em um curso de língua espanhola, tendo em vista as oportunidades de trabalho que poderiam surgir com a existência do MERCOSUL.[250] A demissão, porém, a precipitaria em uma nova experiência de privação de emprego.

Em sua segunda experiência significativa de privação de trabalho, Maristela considerava as condições do mercado de trabalho ainda mais adversas. Nas grandes empresas, as entrevistas de emprego eram ainda mais raras e as oportunidades que surgiam eram consideradas insatisfatórias. No momento da entrevista, apesar de estar sem trabalho havia dez meses, Maristela ainda resistia em aceitar qualquer oportunidade de emprego que surgisse. Quanto a isso, ela manifestava uma forte indignação, pois recebera propostas, a seu ver, inaceitáveis, não condizentes, em termos de salário e condições de trabalho, com sua qualificação profissional, o que considerava uma exploração. Sua posição no grupo familiar permitia-lhe, ainda, que pudesse suportar a procura de trabalho por mais algum tempo. Mas, ela já estimava que, em breve, deveria mudar sua estratégia, voltando a aceitar novamente qualquer emprego que surgisse, acumulando novamente recursos para a futura procura de um emprego melhor.

A experiência de privação de trabalho, neste caso, constrói-se a partir não só da norma do emprego, mas do emprego regular, bem remunerado, em uma empresa estável. Ainda que um

[250] Mercado Comum do Sul. Acordo comercial assinado entre Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai, através do tratado de Assunção, que começou a vigorar em 31 de dezembro de 1994.

emprego "qualquer" possa ser aceitável em determinadas circunstâncias, ele é percebido como uma situação provisória no interior de uma estratégia mais a longo prazo de inserção no mundo profissional. A procura de emprego é, pois, o foco central de sua narrativa. Perguntada sobre sua experiência de privação de trabalho e sobre essa procura de emprego, Maristela expressou-se da seguinte forma:

> *Bem, como eu te disse, eu estou exigindo um pouco* [mais]*, né. Um pouco mais, porque aqui em Pelotas me ofereceram um serviço de auxiliar de escritório que era uma empresa que tinha sido aberta numa garage, né. Eu me senti* ***humilhada*** *com isso, né. Não que eu tenha um currículo maravilhoso, né. Mas isso sim é um pouco de* ***abuso*** *das pessoas oferecerem. E é isso que estão fazendo. Elas estão oferecendo para as pessoas com bom currículo, coisas que elas tem capacidade prá muito mais, né. Elas tem capacidade pra mais, só que a maioria das pessoas aceita porque têm família, têm ... ... casa, têm muitas coisas prá pagar, prá sustentar. [...] Uma pessoa que passa trabalhando [...] eu levei oito anos, eu acho, pra me formar, né. [...] Então são oito anos, tu pagando uma fortuna, eu nunca quis fazer as contas de quanto eu paguei, né, prá se formar, perde tempo, e ganha duzentos, te oferecem duzentos e cinqüenta reais*[5]*.* ***Eu não, não aceito isso, não aceito isso****. [...] Então não vou te dizer assim que eu ... ... estou me sentindo uma infeliz, que eu ainda não estou me sentindo. Vamos ver na hora que acabar essas verbas que eu tenho, né. Aí eu não vou me sentir muito feliz. Então eu me sinto, eu me sinto ainda, estando todo esse tempo de, de fevereiro até agora* [dezembro] *desempregada. Não, não é desempregada, é ... ...* ***profissional disponível. Profissional disponível, né. Esse tempo que eu sou uma profissional disponível, eu ainda me considero especial em relação a muitos casos que tem por aí, porque no caso, eu posso escolher, eu tenho ... ... uma boa formação, né****.* (Maristela, 33 anos)

Através desse extrato, percebe-se a forte indignação da entrevistada em relação à qualidade dos empregos disponíveis. Sua formação e qualificação profissional criam nela uma expectativa que é dificilmente correspondida no mercado local de trabalho. O seu investimento em formação está na base dessa indignação e de sua forte identidade profissional. Aliás, o modo como esta entrevistada categoriza sua experiência de privação de trabalho remete, antes de mais nada, a essa identidade profissional. Um "profissional disponível" é o termo utilizado pela entrevistada e que expressa mais adequadamente a sua definição de situação. Neste sentido, o "desemprego" é uma categoria frágil, suspeita, que não expressa essa especificidade de Maristela, de ser uma profissional qualificada. O "desemprego" é definido como uma condição inferior à sua. A entrevistada percebe-se como alguém que ainda pode "escolher" e que possui uma "formação". Este não é o caso dos "desempregados". O desemprego remete, pois, a uma condição social e ocupacional inferior.

Portanto, essa privação de trabalho, além de ser a privação de um emprego estável, bem remunerado, era também a privação do exercício profissional, de um ofício aprendido

arduamente, com sacrifício, em um longo período de investimentos. A privação de trabalho era, ainda, para ela uma certa privação econômica. Maristela sentia-se, ainda, capaz de escolher, pois as pressões econômicas ainda eram suportáveis. As indenizações acumuladas nas experiências anteriores de emprego permitiam-lhe manter a independência econômica. Mas, uma incerteza quanto ao futuro estava presente. A privação de trabalho era, também, a experiência dessa incerteza, de uma insegurança profissional e econômica.

Trata-se, enfim, de uma trajetória instável, em certa medida, mas contínua. Essa trajetória fora intercalada, no início, por algumas experiências, em geral breves, de privação de trabalho. Mais adiante, essas experiências tornaram-se mais mais prolongadas, tendo em vista a forte deterioração do mercado de trabalho local. Maristela mostrou-se sempre uma mulher muito ativa, concedendo total prioridade à sua atividade profissional. Seu padrão de inserção no mercado de trabalho jamais fora pautado por exigências referentes ao trabalho e ao espaço doméstico. Ela não tinha filhos, nem as exigências da maternidade, e contava ainda com o suporte da mãe que se ocupava dos afazeres domésticos. Em sua narrativa, os projetos no âmbito profissional são centrais, não emergindo questões referentes à afetividade, à maternidade ou à constituição de um outro projeto de vida familiar. Sua forte relação com o trabalho remunerado está acompanhada, logo, da ausência de pressões ou restrições no âmbito do trabalho doméstico.

Ao mesmo tempo, pelo fato de não ser a única provedora de seu grupo e de contar com o apoio de sua mãe, Maristela pode explorar ao máximo suas possibilidades e limites no mercado de trabalho. Sua privação prolongada de trabalho torna evidente, por isso, as fortes limitações e precariedades do mercado de trabalho local.

Tratava-se, pois, de uma mulher que mantinha-se intensamente ativa ao longo de sua trajetória, experimentando uma situação de privação de trabalho muito típica das camadas médias urbanas da sociedade brasileira. Essa experiência de privação de emprego, como no caso de uma grande parte dos trabalhadores de mesmo nível sócio-econômico, apresentava-se, de forma marcadamente aberta – do ponto de vista oficial – e claramente demarcada tanto objetiva como subjetivamente.

Assim sendo, torna-se evidente que para melhor compreender as experiências de privação de trabalho é preciso levar em consideração a posição do indivíduo tanto no espaço econômico e profissional como no espaço doméstico. São as pressões econômicas, os recursos materiais já acumulados combinados com a posição e o papel ocupado pelo indivíduo no espaço doméstico que vão condicionar suas escolhas no mercado de trabalho, o recurso a formas alternativas e informais de trabalho, por exemplo, ou o total investimento da procura de emprego. Na medida

em que dispõem de recursos, como é o caso de Maristela, os indivíduos tendem a prolongar suas experiências de privação de trabalho, investindo tanto na procura de emprego como na formação profissional.

A difícil luta para manter-se no espaço profissional

Alice, 36 anos, ensino superior completo, era farmacêutica e bioquímica, tendo realizado também especialização e mestrado na área de ciência e tecnologia de alimentos. Casada com Ricardo, 41 anos, ensino superior completo, ela tinha dois filhos, de 4 e 11 anos de idade. Geólogo de formação, Ricardo trabalhava como bancário em um banco estatal, tendo ingressado neste emprego através de concurso público depois de um longo período de desemprego.

No momento da entrevista, Alice estava empregada, seu contrato temporário de trabalho como professora substituta em uma universidade federal encaminhando-se para o último mês. Ela recém iniciara a trabalhar em um novo emprego. Fazia apenas duas semanas que Alice fora contratada como farmacêutica para trabalhar no laboratório de um hospital público. Depois de passar por um duro processo de seleção, disputado por onze candidatos, ela conseguiu a vaga, um emprego regido pela Consolidação das Leis de Trabalho. Portanto, seus três meses precedentes foram marcados por uma experiência de procura de trabalho, realização de provas seletivas e incertezas em relação ao futuro. Tratara-se de uma situação de "desemprego potencial", vivido na insegurança de quem tem um emprego com estatuto precário.

Apesar de sua formação sócio-profissional elevada, Alice tivera uma trajetória profissional instável, com vários empregos intercalados por duas experiências marcantes de desemprego. Nas duas ocasiões, ela recebeu o seguro-desemprego que, no seu caso, teve um impacto muito pouco significativo para amenizar a privação de rendimento.

Sua primeira experiência de emprego fora imediatamente após sua formatura na faculdade, tendo sido uma continuação de seu estágio de formação profissional. Já pensando em morar mais próximo de seu futuro marido, na época ainda noivos, que vivia em outra cidade, Alice deixou seu primeiro emprego, que durara apenas alguns meses. Na ocasião, ela conseguiu um novo emprego em outra cidade, mais próxima de onde morava seu companheiro, porém ainda distante. Meses após, ela vai morar com ele, deixa seu segundo emprego e se inscreve em um curso de especialização em sua área de formação. A entrevistada permaneceu, ainda, vários meses apenas estudando até empregar-se novamente em uma importante fábrica de conservas vegetais em sua nova cidade. Nesse meio tempo, Alice engravidou, casou-se, sem nunca deixar

de investir em sua vida profissional. A maternidade nunca se colocou para ela como um obstáculo à sua carreira.

Na ocasião, seu marido trabalhava como gerente de uma grande loja, recebendo um ótimo salário, o que favoreceu as mudanças ocorridas em sua vida. Portanto, as condições econômicas favoráveis e o projeto de vida familiar estiveram na raiz da mobilidade profissional e geográfica de Alice no início de sua trajetória ocupacional. A precariedade no emprego, porém, não permitira, até aquele momento, que Alice conquistasse uma posição estável no mundo profissional.

Depois de alguns anos de trabalho e em um novo contexto de vida familiar (marido, filho), Alice foi novamente demitida. Imediatamente, porém, conseguiu um novo emprego em uma outra empresa industrial da cidade, onde permaneceu por mais alguns meses. É então que uma nova demissão precipita-a em sua primeira experiência significativa de privação de trabalho, distinta das anteriores, quase sempre motivadas pelo projeto de vida familiar.

No começo, o desemprego não foi uma experiência difícil para Alice. Depois de muitos anos de trabalho, sem períodos de férias, ela decidiu usar seu tempo disponível para descansar. Segundo a própria entrevistada, seus primeiros meses foram tranqüilos, sua vida familiar era estável e segura. Seu marido continuava empregado e Alice não tinha pressa para conseguir um novo emprego.

Com o passar dos meses, porém, a situação começou a mostrar-se mais difícil do que o esperado. Haviam poucas oportunidades de emprego na cidade. A economia do país e a indústria da região mostravam sinais de crise. Assim, Alice decide retomar o investimento em sua formação profissional, preparando-se para realizar o processo de seleção a um mestrado em sua área de formação. Na ocasião, seu primeiro filho era pequeno e ela combinava seus estudos com a maternidade, contando também com a ajuda de uma empregada doméstica. A atividade profissional de Alice permitia também que mantivesse um trabalho autônomo como responsável técnica por uma farmácia. Tal atividade lhe propiciava um rendimento estável, apesar de muito baixo, durante o período de "desemprego". Tratava-se de uma atividade sem vínculo empregatício. Ao todo, Alice permaneceu mais de um ano sem emprego.

Um fato inesperado, porém, ao final desse período, altera um pouco sua experiência: seu marido fica desempregado em decorrência da falência da empresa onde trabalhava. A situação gera uma forte insegurança no casal que dispõe, porém, de recursos suficientes para se sustentar durante um certo período. Alice passara no processo de seleção para a mestrado, vindo a receber

uma bolsa de estudos, o que contribuiu para que o casal conseguisse contornar as dificuldades daquele momento.

Ricardo, seu marido, permaneceu um longo período desempregado, tendo investido a maior parte de seu tempo disponível nos estudos preparatórios para concursos públicos, entre os quais o concurso para um banco público no qual viria a ingressar mais tarde.

Logo após o início do mestrado, Alice conseguiu um novo emprego em uma fábrica da região. Para não interromper seu curso, ela negocia um contrato de trabalho em tempo parcial, o que permite conciliar seus estudos com o novo emprego. Seu marido conseguiu passar no concurso para o banco, mas ficou um longo período esperando ser chamado para assumir o novo cargo. Durante cerca de dois anos, Alice fora a provedora principal de seu grupo familiar.

Depois de quatro anos no novo emprego, Alice foi demitida novamente, entrando em sua segunda experiência significativa de privação de trabalho. Esta experiência fora bem mais difícil para ela desde o início, pois enfrentou imediatamente um mercado de trabalho ainda mais deteriorado, quase sem oportunidades de emprego. Apesar de seu marido já estar novamente empregado, seu salário não era tão bom como no emprego anterior, não permitindo ao grupo familiar uma situação tão confortável como no passado. A entrevistada permaneceu quase dois anos desempregada, atuando novamente como responsável técnica de uma farmácia e como instrutora em treinamentos promovidos por uma escola de formação profissional. Alice resolvera também montar uma empresa de consultoria em conjunto com uma colega de trabalho. Surgiram alguns projetos, mas a atividade não deu certo. As despesas eram grandes e a rentabilidade muito baixa. Ao final desse período, após a realização de seleção para professora substituta na universidade, Alice é aprovada e chamada logo em seguida, superando esta etapa de privação de trabalho em sua trajetória. Começava assim sua migração do setor privado para o setor público, onde as oportunidades de emprego ainda existiam.

Apesar de se tratarem de empregos no setor público, Alice queixava-se das duas oportunidades que estava tendo naquele momento de sua trajetória. Além de serem as únicas disponíveis na ocasião, apresentavam dois inconvenientes fundamentais: a precariedade do vínculo (contrato temporário), em seu contrato como professora substituta, e os baixos salários. Mesmo em seu novo emprego como farmacêutica em um hospital público, Alice não tinha estabilidade no emprego, pois não se tratava de um emprego público regido pelo estatuto dos servidores públicos. Juridicamente, tratava-se de um emprego privado, regido pela CLT. No entanto, era um emprego com perspectiva de permanência a longo prazo. O vínculo não era tão

precário como aquele que tivera na universidade, caracterizado pela caráter temporário da relação de trabalho.

Quanto ao setor privado, as perspectivas de trabalho eram desalentadoras. Depois de muitos anos de crise e reestruturação do setor agroindustrial, Alice não tinha esperanças de voltar a trabalhar naquele setor.

Portanto, crise, reestruturação e precarização são as marcas principais das condições de trabalho encontradas por Alice em sua trajetória ocupacional. Se a migração do setor privado para o setor público mostrava-se para ela como a única alternativa possível, nem aí as perspectivas eram satisfatórias, visto que os salários eram muito baixos. A precarização do emprego no setor público vinha sendo uma tendência marcante no mercado de trabalho no Brasil, o que restringia ainda mais as boas oportunidades de emprego para os segmentos mais escolarizados e qualificados da população.

As oportunidades "autônomas" de trabalho permitiram a Alice dispor de uma fonte alternativa de renda durante seus períodos de privação de emprego. No entanto, pelo baixo rendimento e pela instabilidade do trabalho, tais opções sempre se inscreveram em uma lógica de "atividades suplementares", precárias, nunca opções definitivas. O trabalho como instrutura em cursos de treinamento, baseado em uma relação de prestação de serviços, inscrevia-se também nessa lógica de "precariedade", pois nele não havia segurança econômica.

Portanto, a lógica da precarização afeta também os trabalhadores mais qualificados e que possuem, freqüentemente, uma elevada formação profissional. Conseqüentemente, estes trabalhadores, como é o caso de Alice, ficam vulneráveis em um mercado de trabalho em crise e fortemente competitivo. Nesse caso, a privação de trabalho deixa de ser um episódio ocasional e, mesmo, uma opção individual do próprio trabalhador, para se tornar uma experiência cada vez mais recorrente e prolongada. Uma experiência cíclica e repetida de privação de trabalho, não é, pois, uma exclusividade dos trabalhadores socialmente precários. Ela atinge também os trabalhadores mais qualificados e os estratos mais favorecidos da classe trabalhadora.

Os recursos materiais e simbólicos disponíveis pelos indivíduos têm um papel fundamental no enfrentamento dessas experiências. Como no caso de Alice, além dos recursos financeiros decorrentes das indenizações trabalhistas, as oportunidades autônomas de trabalho e o próprio investimento em formação propiciam os recursos econômicos necessários para o enfrentamento da situação. Além do mais, o investimento em formação profissional – como no caso de Alice – e o investimento nos estudos para a realização de concursos – como no caso de Ricardo, seu marido – indicam não apenas a disponibilidade de recursos financeiros, mas também

de recursos simbólicos, educacionais e intelectuais, mobilizados no momento de privação de trabalho. Esses recursos, ao expressarem uma condição de classe social, estão desigualmente distribuídos na vida social e reforçam essas desigualdades. Logo, a condição de classe é uma variável estruturante das chances de que dispõem os indivíduos para superar suas condições de privação de trabalho. Os trabalhadores que dispõem de recursos financeiros e intelectuais para investirem em formação profissional terão muito mais chances de obter um novo emprego.

Por outro lado, a posição que o indivíduo privado de trabalho ocupa em seu grupo familiar também é crucial na constituição de sua experiência. O fato de Alice compartilhar o provimento com seu marido, que possuía um emprego estável, é um fator decisivo para minimizar sua experiência de privação material. A decisão de Alice, no início de sua trajetória, abandonando seu emprego e mudando-se de cidade, esteve sempre condicionada pelo cumprimento do papel de provedor por parte de Ricardo, seu companheiro. Anos depois, o súbito desemprego vivido por seu marido, coincidindo com o de Alice, cria, ao contrário, uma situação de forte insegurança no casal.

Mesmo tendo superado sua primeira experiência de privação de trabalho, a partir da qual Alice torna-se a principal provedora de seu grupo familiar, devido ao desemprego de seu marido, a situação de insegurança persistiu. Como mostra em seu depoimento, essa insegurança é vivida no sentimento de quem não pode perder o seu emprego, não pode ser novamente demitida, pois o grupo familiar está sob sua responsabilidade. Essa experiência subjetiva de ser o provedor, tão tradicionalmente masculina, é freqüentemente vivida pelas mulheres e narrada assim por Alice:

> *Horrível, é horrível [...] quando tem um* [dos membros do casal] *empregado, não tem nenhum... quando tem dois, tu ainda tem a possibilidade de um* [sustentar]. *Então, como tava só eu, eu tinha de garantir de todas as formas que eu não ía sair do emprego... eu não podia sair do emprego sem ele ter conseguido alguma coisa. Então, é uma tensão muito grande, é uma... é horrível... a sensação... de ... tu não poder perder o emprego. Amanhã tu tem que estar empregado, então, qualquer coisinha que há, algum comentário que vão demitir, tu já fica naquela tensão. Será que eu não estou no meio, né ? Por que tu sabe, a tua casa tá dependendo de ti naquele momento, né. Então é uma barra pesadíssima, é violenta, é depressão, é... prá baixo, assim prá baixo, tu não consegue ver alegria nas coisas, né.* (Alice, 36 anos)

O depoimento da entrevistada revela que sua experiência de provedora em um contexto de desemprego na família foi muito sofrida. A privação de trabalho, neste caso, é uma experiência familiar, uma experiência coletiva compartilhada pelo casal. Para Alice, a privação de trabalho não é apenas aquela vivida pelo seu marido, mas uma "ameaça" que pesa sobre sua própria

experiência de emprego. O risco de perder o emprego implica a entrevistada em uma situação de forte insegurança. Ser provedor, nessas circunstância, é um peso enorme, segundo relata.

No caso de Alice, mesmo que sua relação com o trabalho remunerado seja muito forte e marcada por um padrão semelhante àquele vivido pelos homens, percebe-se que a construção social do papel de provedor e, portanto, a relação com o espaço doméstico, mostra-se muito peculiar, expressando-se como uma experiência muito feminina dessa condição de provedor principal do grupo. Isto é, trata-se de uma experiência nova, que inverte os papéis tradicionais, que subverte a experiência emocional dessas circunstâncias que passam a ser vividas com insegurança, incerteza, como uma experiência desestruturante, desestabilizadora.

Ricardo, em outros momentos da trajetória do casal, também viveu essa condição de provedor principal do grupo. No entanto, na ocasião, as experiências sucessivas de privação de trabalho não produziram em Alice os mesmos efeitos, não gerou insegurança, nem foi desestabilizante. Observa-se, pois, que essa experiência de provedor é fortemente constituída pelas relações de gênero que distribuem desigualmente os papéis sexuais. Tal divisão sexual do trabalho tem efeitos importantes sobre a subjetividade individual.

Pode-se inferir desse fato que algumas experiências femininas de privação de trabalho, sobretudo daquelas mulheres responsáveis pelo provimento de seus grupos familiares, estão, com muita freqüência, marcadas por um forte sentimento de insegurança e sofrimento, como se verá mais adiante.

Deste modo, a presença mais forte e constante das mulheres no mercado de trabalho não tem efeitos apenas econômicos. Ela afeta a própria constituição dos papéis sexuais no seio da família e da subjetividade dos trabalhadores. Essa mudança social importante traz uma nova configuração das experiências de privação de trabalho. As mulheres são cada vez mais afetadas por esse novo desemprego vivido na condição objetiva e subjetiva de provedor. Neste sentido, as elevadas taxas de desemprego feminino precisam ser compreendidas às luz desse novo fenômeno e de um considerável sofrimento que ele passa a implicar para as mulheres.

A feminização do desemprego tem, portanto, efeitos diversos. Um deles é a aproximação das experiências de homens e mulheres que se tornam mais simétricas objetiva e subjetivamente. No caso de Alice e Ricardo, seu marido, as diferenças de gênero parecem não ser, em princípio, muito significativas. Ambos possuem relações muito semelhantes com o trabalho remunerado. Ambos são igualmente ativos, tendo na atividade profissional uma importante fonte de autonomia material, de independência e identidade pessoal, de satisfação subjetiva e de sentido às suas próprias existências. A maternidade não parece afetar significativamente essa relação com o

trabalho remunerado. Ao mesmo tempo, conforme sugere Alice, o casal também apresenta uma relação bastante simétrica com o trabalho doméstico, dividindo bastante as tarefas.

No entanto, em seu depoimento, Alice revelou uma experiência muito peculiar dessa situação de privação de trabalho, ressentindo um forte peso emocional pelo fato de ter sido a provedora única e principal do grupo em um determinado momento de sua trajetória. Manifesta-se, neste caso, um importante deslocamento das relações de gênero em um contexto de feminização do emprego e do desemprego.

Ao mesmo tempo, Alice revela em seu depoimento que os principais encargos decorrentes do trabalho doméstico sempre foram superados pelo fato de o casal dispor de recursos financeiros para isso, seja através da contratação de empregada doméstica, seja através da contratação de creches e escolas maternais particulares. Em várias ocasiões, porém, a entrevistada afirmou que também podia contar com a ajuda de sua sogra – uma mulher – para cuidar de seus filhos, ainda que essa solução fosse ocasional. Assim, pode-se observar que entre as classes médias esses encargos domésticos e as tensões daí decorrentes são normalmente resolvidos através da compra desses serviços no mercado, o que pode amenizar conflitos potenciais, mas também mascarar as relações de gênero sob a aparência de uma igualdade que não existiria em condições econômicas mais adversas. De qualquer forma, a condição de classe desse casal permite que se estabeleça um modelo mais igualitário de relações de gênero, mesmo que, para isso, novas desigualdades sociais (de classe e gênero), por exemplo, sejam perpetuadas, pois, na sua maioria, as empregadas domésticas, as babás, as professoras e atendentes de escolas infantis são mulheres.

No caso de Alice, uma relação forte com o trabalho remunerado implica-a em um certo distanciamento em relação ao trabalho doméstico. Diferentemente de outras trajetórias femininas que serão analisadas mais adiante, a presença no espaço doméstico não constitui uma salvaguarda ou uma proteção contra o desemprego. Em um determinado momento da entrevista, Alice afirma explicitamente que permanecer em casa por um ou dois meses pode até ser muito agradável. Mais do que isso, a seu ver, a situação começa a ficar insuportável. Segundo a entrevistada, o espaço doméstico restringe os horizontes de vida, deteriora a relação do casal e empobrece o diálogo. Depois de um certo tempo, afirma ela, as pessoas não tem o que conversar. Na representação de Alice, é a atividade profissional a fonte principal de sentido de sua vida. Nestes termos, o trabalho doméstico é meramente instrumental, não é em si mesmo, portador de sentido. Logo, ele não é também, nos momentos de desemprego, um espaço no qual se possa redescobrir o mundo, resgatar sentidos e significados, preencher adequadamente seu tempo, como se verá a seguir.

8.7. Vida profissional e a experiência feminina de privação de trabalho

As experiências de privação de trabalho entre os indivíduos que apresentam elevada formação sócio-profissional adquirem contornos muito específicos quando estes estabelecem vínculos estáveis de emprego com suas empresas e, portanto, constroem uma relação muito forte com a atividade profissional. Observou-se que esse tipo de experiência acontece tanto com os homens como com as mulheres. A existência de trajetórias femininas com essas características mostra que as mulheres também conseguem estabelecer vínculos estáveis e prolongados com suas atividades profissionais, o que as implicam em uma situação muito particular no momento em que ocorre a perda do emprego. Mesmo nesses casos, porém, pode-se observar entre as mulheres uma relação muito peculiar com o trabalho doméstico. É o que se mostrará a seguir, na trajetória de Helen.

A trajetória dessa mulher distingue-se das anteriores na medida em que ela logrou conquistar uma situação de alta estabilidade na esfera profissional. Tanto Alice como Maristela, ao contrário disso, tiveram experiências mais precárias e instáveis de emprego, o que repercutiu sobre suas experiências de privação de trabalho. Helen, como Alice, logrou conquistar uma posição destacada no espaço profissional. Ao contrário desta última, porém, nutria uma relação peculiar ao espaço doméstico, o que se expressou também em sua experiência de privação de trabalho.

A trajetória de Helen, 43 anos, com formação superior em química industrial e especialização em ciências dos alimentos, é marcada por uma longa e estável relação com o seu trabalho. Ela permanecera mais de vinte anos na mesma empresa, ligada ao setor agroindustrial, nela fazendo carreira e atingindo os postos mais elevados de sua hierarquia.

Helen era casada com Sílvio, 41 anos, Engenheiro Civil de formação e bancário, tendo, ainda, uma filha de 14 anos de idade. Helen sempre partilhou o provimento do grupo familiar com o marido e durante muito anos teve um salário mais elevado, tendo em vista o cargo de gerente de produção que ocupou na empresa onde trabalhara.

Deste modo, Helen nunca tivera uma experiência significativa de privação de trabalho, salvo um breve período de inserção profissional no início de sua trajetória ocupacional. Sua forte relação com o trabalho remunerado se caracterizava também por uma forte relação com a empresa, pautada por laços de fidelidade e dedicação. Ela consagrava quase todo seu tempo para a empresa, dispondo de pouco tempo para a filha e para a família. Sobretudo nos períodos de produção mais acelerada, tendo em vista o caráter fortemente sazonal da atividade produtiva,

Helen investia quase toda sua disponibilidade de tempo para o trabalho que não era, para ela, uma atividade meramente instrumental. Ao contrário, nutria uma forte paixão pela seu campo profissional e pela sua área de conhecimento, a química industrial e a química de alimentos. Na empresa, também tivera a oportunidade de investir em sua formação profissional, realizando um curso de especialização, em nível de pós-graduação.

No momento da primeira entrevista, Helen estava sem emprego havia oito meses. Em uma conjuntura econômica desfavorável, a empresa atravessara graves problemas financeiros depois de vários anos, não conseguindo superá-los. A empresa fechou as portas e os trabalhadores foram todos demitidos.

O fechamento da empresa marcou, por conseguinte, o início de um período de grandes dificuldades pessoais para Helen que, desde muito cedo, pôde investir em sua carreira e em sua formação profissional. As circunstâncias nas quais ocorreu sua demissão marcaram profundamente esta mulher sempre muito devotada ao seu trabalho.

O fechamento da empresa, a demissão e a ruptura dos laços com sua atividade profissional foi um processo extremamente dolorido para ela. Não apenas pela privação de um trabalho que amava fazer, ao qual se dedicava inteiramente. Seu sofrimento foi ainda mais profundo pelas circunstâncias nas quais essa demissão ocorreu. Helen queixava-se de não ter sido procurada pela direção da empresa para colocá-la a par do que vinha ocorrendo. Além do mais, em sua demissão não foram cumpridas todas as exigências legais e parte de sua indenização não foi paga. Helen teve que recorrer ao sindicato e à justiça para reaver seus direitos. Enfim, ela sentiu-se profundamente traída e usada pela empresa que, segundo ela, não soube valorizar todos seus anos de profunda dedicação ao trabalho. Mágoa e ressentimento foram a tônica desse difícil processo de ruptura com a empresa. Essa foi a marca fundamental de sua experiência inicial de privação de trabalho.

O desemprego mudou completamente a vida de Helen, produzindo um profundo deslocamento de sua maneira de perceber o mundo. Sua atividade profissional sempre foi central em sua vida, tanto na organização de seu tempo como na expressão de seus desejos e necessidades. O trabalho sempre regulou seu tempo, seu ritmo de vida, suas relações. Não se tratava, para ela, de uma atividade meramente instrumental, com fins puramente econômicos, mas de um verdadeiro ofício, uma atividade portadora de sentido, um fim em si mesmo, capaz de preencher sua vida. Seu trabalho era também seu mundo na empresa, em um espaço importante de relações, um lugar com o qual ela guardava uma relação de identidade. Sua trajetória e aquela da empresa se confundiam. A empresa era uma família para Helen. Ela era seu universo de

sociabilidade professional, onde tinha reconhecida sua competência, seu valor profissional; onde, enfim, Helen aprendeu a construir sua identidade como pessoa e profissional.

Uma tal relação com o trabalho não poderia implicar, para ela, senão uma experiência de radical ruptura no momento da demissão. O sentimento de traição e decepção foi muito profundo. A mágoa prevaleceu naquele momento difícil, conforme seu próprio relato:

> *E ali eu cresci, quer dizer, eu cheguei num laboratório que não tinha nada, que a empresa queria montar, controle de qualidade. Então fui contratada como química e ali eu fui pegando desde o início até chegar ao último cargo que eu poderia chegar dentro da empresa, que era gerente industrial. E então quer dizer, eu trabalhava naquilo que eu gostava. E todos os cursos, tudo que eu fiz era em função disso aí. Eu vinha calculando sempre, eu vinha sentindo a evolução da empresa, da gente poder sempre trabalhar melhor, procurando crescer, mas até que chegou o momento que ela cerrou as portas.[...]... eu só esperava, então, quando chegasse o fim, como eu vinha participando destas dificuldades, eles dissessem, olha, nós vamos encerrar, tu sabia que ... nós vamos lhe pagar agora, um pouco cada mês. Só que eu não tive esta conversa, quer dizer que, esta é a minha mágoa, que eu não tive é ... o diretor não teve, ninguém ...* (Helen, 43 anos)

Essa mágoa foi ainda mais forte porque Helen teve que procurar o sindicato dos trabalhadores para reivindicar seus direitos trabalhistas. Sobre isso, ela afirma:

> *eu como .. .. representante do patrão da empresa, sempre que tinha greve, eu sempre trabalhei, eu nunca deixei de trabalhar, sempre procurei trazer as pessoas, eu sempre representei a empresa. Quando vinha o pessoal do Sindicato, eu sempre batia de frente. [...] ... um dia uma pessoa disse assim, oh, vai chegar um dia, a senhora [...] vai ser a primeira a ir lá no sindicato. Isso que o meu sindicato é outro, eu tenho um sindicato profissional, mas tive que ir lá [...]... fui bem recebida e tudo, mas tive que ir lá, quer dizer, isso me magoou ... [...] ... porque eu representei o lado da empresa e não tive nem essa consideração na hora de sair.* (Helen, 43 anos)

Após esse período inicial, Helen iniciou a procura de um novo emprego sem nenhum sucesso. Em uma conjuntura de crise e enxugamento das atividades industriais, não havia nenhuma chance de conseguir um emprego semelhante ao anterior. Segundo a entrevistada, que sempre trabalhou nas atividades de controle de qualidade, as empresas não estavam contratando pessoas com o seu perfil, experientes e altamente qualificadas do ponto de vista técnico. As empresas que ainda existiam preferiam trabalhadores jovens e pagavam baixos salários. Também preferiam manter em seus quadros, técnicos de nível médio e não engenheiros, pois os custos eram mais baixos.

Deste modo, Helen foi se deparando com essa forte seletividade de um mercado de trabalho restrito, ressentindo-se fortemente da questão da idade. Sentia-se descartada em razão desse fator. Sentia-se, ainda, penalizada pela sua experiência e qualificação técnica. Sem

oportunidades de emprego à vista, Helen foi desanimando, reduzindo cada vez mais sua estratégias de procura de emprego.

Durante os quatro primeiros meses, Helen colocou-se intensamente à procura de emprego. Ela enviou currículos, fez entrevistas, visitou agências de emprego, fez contatos junto a empresas locais, mas nada conseguiu. É assim que ela começa a redefinir suas estratégias de reinserção no mercado de trabalho, abandonando a procura ativa de emprego e investindo seu tempo em uma nova formação profissional, o ensino de química. Tratava-se, em sua opinião, de um campo que apresentava amplas possibilidades de inserção profissional. Além da rede privada e pública de ensino, haviam ainda na cidade duas escolas técnicas que comportavam o ensino de química em um nível mais aplicado. Helen estimava, naquele momento, que a sua experiência na indústria alimentar seria uma vantagem incomparável na atividade de ensino neste tipo de estabelecimento.

Para a entrevista, este novo projeto de reciclagem profissional, que consistia em realizar uma formação pedagógica específica para obter a habilitação ao ensino, tinha um duplo sentido na tentativa de reorientar o seu percurso profissional. Permitiria, em primeiro lugar, recuperar o seu saber-fazer e sua qualificação profissional, cujos riscos de sub-utilização eram evidentes, dada a inexistência de perspectivas de reinserção profissional no mercado de trabalho local. Em segundo lugar, tal estratégia permitiria uma retomada de seu projeto de vida construído em torno da atividade profissional, reduzindo, por conseguinte, o impacto inicial do desemprego.

Além disso, a atividade docente lhe aprazia e a idéia de mudar de atividade profissional era uma forma de manter seu vínculo com sua área original de formação, a química. Assim, ela estaria abrindo um novo campo de oportunidades de emprego, já que o antigo estava completamente esgotado naquela conjuntura econômica. Helen aguardava a abertura de um curso especial para formação de professores oferecido à profissionais como ela por uma escola técnica de formação profissional

Em sua experiência de privação de trabalho, Helen procurava ocupar seu tempo com atividades "mentais", como dizia, pois o desemprego significava para ela, sobretudo, um "vazio intelectual". Perguntada como estava sendo sua experiência de desemprego, Helen afirmou:

> *Olha, é ... ... é difícil porque a gente passa a não ter, não tem atividade mental ... ... tá acostumado assim a ter sempre o que fazer, planejar, né, a trabalhar com as pessoas. Assim, agora nós vamos fazer isso, quem vai fazer isso, qual é o equipamento envolvido, o que precisa ser providenciado. Fazer essa programação e depois fazer o acompanhamento do trabalho. Isso aí que eu fiz nesses vinte e um anos, eu tive filhos nesse tempo. Quer dizer, eu saía prás férias e mesmo nas férias às vezes eu interrompia prá ter que voltar. Então eu estranhei isso aí. Claro, eu tenho uma casa, eu tenho uma casa grande, gosto de cozinhar. Procurei preencher esse lado, mas é que falta a atividade mental, paralelo a isso.*

Então, prá me ocupar, eu também passei, eu organizei todo o meu arquivo em casa ... ... e a parte técnica prá procurar preencher isso e também fui convidada e estou fazendo parte do Conselho de Química, como conselheira. Então, eu tenho uma reunião por mês. Quer dizer que eu estou, também estou um pouquinho ainda ligada prá saber como é que estão os outros profissionais. (Helen, 43 anos)

É assim que Helen se ocupou, durante alguns meses, na organização do seu arquivo pessoal, acumulado durante os anos de trabalho na empresa. Esta atividade a ajudou a se manter ocupada intelectualmente. Também apareceram outras atividades ligadas à sua profissão. Ela foi convidada a participar do Conselho de Químicos, a entidade de classe que fiscaliza a atividade profissional da categoria. As atividades domésticas têm também um papel importante no preenchimento de seu tempo disponível. Mas nada disso preenche plenamente o vazio deixado pela atividade profissional. Nestes termos, a privação de trabalho é vivida, nesse momento de sua trajetória, como um vazio que se impõe, como um completo deslocamento em seu modo de vida, como uma desorientação de seu tempo, uma sensação de estranhamento.

Helen encarava ainda outras possibilidades, como a realização de concurso público para uma Fundação estatal de controle de desejos industriais ou ainda a realização de consultorias técnicas, o que chegara a realizar naquele momento. Apesar da abertura de novas possibilidades profissionais, estas atividades constituíam, segundo seu depoimento, em alternativas secundárias, dado que ou eram eventuais, como as atividades de consultoria, por exemplo, ou absorviam apenas algumas horas de trabalho por mês, como as atividades de representação de classe.

A entrevistada afirmava desejar um "verdadeiro trabalho", um emprego estável, uma atividade profissional que lhe agradasse, ainda que as condições salariais não viessem mais a ser as mesmas de antes. Segundo afirmava, o importante não era propriamente o salário, mas a satisfação que pudesse tirar de seu trabalho.

Portanto, depois de muita procura, Helen foi gradativamente desencorajando-se, perdendo a esperança de conseguir um emprego em sua atividade profissional e redefinindo seu projeto para o futuro. procurar, no entanto, Helen foi gradativamente desencorajando-se dores para reivindicar seus direitos.

Na ocasião da segunda entrevista, realizada um ano após, a situação desta mulher não havia se modificado consideravelmente. Ela continuava desempregada, sem procura regular de emprego, pois, na região, não haviam oportunidades de trabalho em sua área de formação. Ela ainda aguardava a abertura do curso de formação de professores cujo início atrasara. Helen continuava firme no propósito de se tornar uma professora.

Mas, se, inicialmente, a experiência de privação de trabalho apresenta-se como uma tentativa de redefinir e retomar o seu itinerário profissional, pouco a pouco ela vai alterar sua percepção do espaço profissional e do significado do trabalho. Certamente, Helen desejava continuar investindo em sua formação profissional. Subjetivamente, porém, o lugar ocupado pelo trabalho profissional não seria mais o mesmo. O espaço e o trabalho domésticos também teriam um papel fundamental nessa experiência de privação de trabalho.

Diferentemente de Alice, foi no trabalho e na relação com o espaço doméstico que Helen mobilizou boa parte de seu tempo disponível. Mas o trabalho doméstico não era apenas uma atividade destinada a preencher seu tempo. Nele, novos sentidos foram descobertos ou redescobertos.

Depois de muitos anos habituada à rotina da atividade profissional, Helen precisou readaptar-se a um novo modo de vida, a uma nova relação com o tempo e com as pessoas de sua família. Em razão disso, uma dose inicial de sofrimento foi cedendo lugar a uma série de descobertas, de prazeres cotidianos e de deveres que tinham sido completamente abandonados durante toda sua trajetória ocupacional. Pouco a pouco, Helen foi redescobrindo o prazer de coisas simples como ficar em casa, tomar o café da manhã sem pressa na companhia da filha e do marido, ler o jornal, fazer uma atividade física, cuidar-se mais. Para a entrevistada, tudo isto foi uma novidade. Ela passou a ter a sensação de que não aproveitava a vida direito quando trabalhava, de que sua dedicação ao trabalho era excessiva e a impedia de fazer com tranqüilidade todas aquelas coisas simples. A privação de trabalho, o desemprego, passou a ser vivido como uma experiência que trouxe a oportunidade dessas novas sensações e prazeres:

> *Passei a dormir um pouco mais* [risadas]. *Tô procurando atender um pouco mais as coisas da casa. Acima de tudo, muito mais atenção à minha filha na parte da escola, acompanhar ela mais na escola, as atividades dela, que é pela idade. Como durante todo esse tempo eu não tive muita, assim, mais o pai... [...] ... então eu tô procurando completar isso aí, conhecer mais a turma dela, fui muito mais à escola. Ah, também um tempo mais prá mim, de caminhar, de procurar me cuidar, aquelas coisas como mulher. Dar um passeio a mais, fazer curso de bordado ... [...]... prá me preencher um pouco mentalmente. Porque sentia a falta de atividade, de não ter aquela rotina, levantar... [...] ... as atividades mais da casa, isso tudo [...] ... eu sei que eu não vou ficar fazendo sempre isso.*
>
> P: E o trabalho da casa tem te absorvido muito ou não?
>
> *Tem, tem me absorvido, mas eu gosto, eu gosto de cozinhar. Então, mas como é um período, então... se eu dissesse vai ser sempre assim, eu na realidade não sei se eu ía receber assim, porque eu quero voltar. [...] ... eu preciso de atividade mental.[...]*
>
> P: Falaste em dar um tempo mais pra ti mesma, o que significa exatamente isso?
>
> *Ir mais a cinema, ver mais fita* [filmes], *procurar assim, antes era muito corrido.*

P: Lazer?

Lazer, lazer, porque no caso, sempre eu digo assim olha, eu sou uma pessoa assim que contribuo mais em casa, mas sou a que menos usufruo da casa, porque eu tava, eu tinha uma rotina puxada, e quando chegava assim a cobrança, o ensinamento da minha filha, era mais comigo do que com o meu marido. Então eu me sentia mais cobrada nisso aí. Então é claro, tem uma folga maior prá curtir isso, mas isso não, mentalmente .. tá faltando.[...]... o fato de ter me dedicado tantos anos, muitos anos de agito, não viver o verão, isso não adianta nada. Se eu pudesse voltar no tempo, porque a maneira que foi esse final na empresa... [...]... igual a qualquer um que levou na flauta, que só cumpriu o horário. Então isso aí foi uma coisa que eu tive que ...[...] Então... [...] ... não adianta se apegar muito, ***esse lado afetivo no trabalho****, a gente tem que ser um pouco mais frio, isso prá mim foi uma lição. Tem que ser mais, é isso, é aquilo, não, não dá pra ... ... não adianta se ligar demais, porque a gente perde com isso. Isso, isso foi mais difícil prá mim. [...] ... as pessoas que me conheciam* [diziam] *ah, fizeram isto contigo, tu que fazia, que era ... essa parte dói. Então, isso aí hoje eu senti como quem diz, ah, foi um aspecto ruim, que eu poderia trabalhar de outra forma, eu não esperava isso. Então da minha própria família, a família diz, ah, mas como ninguém falou contigo, mas não, não pode, trabalhou tanto tempo, trocava as férias por isso, no meio das férias chamavam pra aquilo. Quer dizer, então é uma coisa que não... que marca, que o pessoal não, não, ah, mas não é possível que ninguém falou. Então as pessoa até não acreditam, acham até que a gente tá inventando. Então essa de ter que entrar na Justiça ... ... não, não, não foi fácil, isso não. Este aspecto é ruim, ter que encerrar todo este tempo de trabalho dessa forma.*

[...] É importante trabalhar, [mas]não adianta a gente trabalhar assim, de não poder viver, de não curtir a casa e a família. Então, eu não vou voltar mais a um ritmo de loucura que eu vivia. [...] Nesse período parada, eu vi assim, que a qualidade de vida melhorou, a gente tem mais tempo pra conversar, pra curtir, isso aí melhora. Apesar de diminuir esta parte [dinheiro]. (Helen, 43 anos)

Apesar de todos esses aspectos positivos vividos por Helen em sua experiência de privação de trabalho, a redução do orçamento trouxe um impacto importante para a família. Várias despesas foram cortadas e Helen deixou de ter uma empregada doméstica regular. Assim, era a própria entrevistada que realizava o trabalho doméstico mais rotineiro como cuidar da casa, fazer a comida, cuidar da roupa, fazer as compras.

Conforme seu relato, o marido sempre a ajudou em algumas dessas tarefas domésticas. Era ele, por exemplo, que fazia as compras. Na maior parte do tempo, Helen não tinha tempo para tais tarefas. A contribuição do marido, no entanto, não era tão expressiva assim, até porque era a empregada doméstica que realizava a maior parte das tarefas cotidianas do lar.

Mesmo não realizando diretamente estas tarefas, era Helen que sempre fora responsável pela gestão da vida doméstica. Se não havia uma divisão sexual tradicional do trabalho doméstico, este também não era partilhado de forma igualitária. Em geral, era o marido de Helen que fazia as compras no supermercado, mas era ela que definia o que deveria ser comprado, quais

os pratos que deveriam ser preparados. Logo, se ela não executava propriamente o trabalho doméstico, ela pelo menos o mantinha sob o seu comando.

Deste modo, quando o desemprego chegou, a entrevistada passou a assumir quase inteiramente as responsabilidades domésticas. Ela mantinha ainda uma faxineira que limpava a casa semanalmente. Tal fato revela que a experiência de privação de emprego, neste caso, implicou uma sobrecarga considerável de trabalho doméstico para Helen e reforçou um modelo muito tradicional de divisão sexual do trabalho. Ao mesmo tempo em que ela foi absorvida pelo trabalho e pelas responsabilidades domésticas, o marido de Helen passou a assumir sozinho o papel de provedor do grupo familiar.

A forte relação com a atividade profissional nunca implicou, para ela, um alheamento em relação ao trabalho doméstico. Aquele era apenas prioritário em relação a este. Diferentemente de Alice, que considerava o trabalho doméstico um atividade desprazerosa e limitadora, Helen afirmava sentir prazer em estar em casa, sobretudo em cozinhar. Ao cozinhar, ela mobilizava seus conhecimentos de química, observava, aprendia e ensinava muitas coisas para sua filha e para seu marido. Do mesmo modo, ela tinha prazer também em acompanhar os estudos da filha, o que ela nunca pudera fazer anteriormente. Helen tinha muito interesse pelos conteúdos programáticos e pelos métodos de ensino utilizados pelos professores da filha, sobretudo no ensino de ciências e de química. Ao ajudar a filha, ela estava atenta, também, a seu projeto profissional de se tornar uma professora.

Portanto, apesar do trauma inicial, a experiência de privação de trabalho de Helen foi marcada por muitas (re)descobertas, por novos prazeres e por um profundo questionamento da relação que mantivera com sua atividade profissional. Ela afirmava que o trabalho não era tudo na vida e que jamais voltaria a se dedicar tanto a ele como já o fizera. A mágoa e o sentimento de traição ficaram muito vivos em sua memória.

Em sua experiência de privação de trabalho, Helen conseguiu, enfim, mobilizar todos os seus recursos intelectuais e emocionais para fazer frente a um momento de profunda ruptura e sofrimento em sua vida. A relação com o espaço doméstico, constituída claramente no feminino, serviu de suporte nesse processo de superação da experiência de privação de trabalho e do sofrimento que a acompanhou. Além de preencher seu tempo, o trabalho doméstico também a ajudou a descobrir novos significados em sua vida. Neste caso, portanto, uma relação peculiar ao espaço doméstico, vivida no feminino, ajuda decisivamente a entrevistada a superar as dificuldades de sua situação de privação de trabalho, sem abandonar seus projetos de continuidade da atividade profissional. O espaço e o trabalho domésticos não significaram para

ela apenas responsabilidade e obrigação, mas também acolhimento, prazer, um espaço de relações afetivas.

Todos esses elementos mostram claramente que a condição de atividade de Helen, oficialmente inativa, não reflete sua forte relação com a atividade profissional e seu enorme desejo em retomá-la. Neste sentido, a relação que ela estabelece com o trabalho e o espaço doméstico é um fator que contribui para tornar invisível sua privação de emprego. Helen jamais se colocou na situação de ter que aceitar qualquer emprego que aparecesse. Tendo o marido como provedor, Helen sempre preferiu investir-se na formação profissional e deixar a procura de emprego para o futuro. Sua condição social contribuiu decisivamente para que adotasse essa estratégia. Ela dispunha de recursos econômicos para isso. No entanto, sua relação com o espaço e o trabalho domésticos também contribuíram para conformar esta opção que, em termos de classe e gênero, torna-se legítima e aceitável.

Por isso tudo, a experiência de privação de trabalho dessa mulher mostra-se muito peculiar, pois estando oficialmente em uma situação de inatividade, observa-se na prática uma mulher que sempre foi extremamente ativa e que deu total prioridade à atividade profissional. Essa prioridade continuava existindo. A experiência de privação de trabalho de Helen era, antes de mais nada, a privação de um ofício, um trabalho à altura de suas qualificações e competências. Por isso, seu investimento na reciclagem profissional e o adiamento para o futuro da procura de emprego.

Mas, se o trabalho doméstico tomava bastante o seu tempo, ela considerava essa situação provisória. Não passava pela sua cabeça tornar-se uma dona de casa em tempo integral. Ela afirmava ter necessidade de uma atividade intelectual. Não sabia mesmo dizer o que faria se uma situação como essa se tornasse definitiva. Essa percepção das atividades domésticas em um registro provisório e parcial fazia com que ela tivesse uma vivência positiva desse espaço, benéfica para sua vida familiar. Mas não era essa uma opção permanente de vida. Apesar desse gosto pelo espaço e pelas atividades domésticas, Helen não desejava manter esse estilo de vida. Seu objetivo principal era de continuar centrada em seus projetos profissionais, ainda que o trabalho remunerado não tivesse mais o mesmo significado de antes.

Deste modo, a experiência de privação de trabalho levou a um importante deslocamento dos sentidos atribuídos ao trabalho profissional. Esta experiência provoca um questionamento de sua antiga devoção ao trabalho, à empresa, tendo seu tempo quase completamente tomado pelas atividades profissionais. Essa relação com o trabalho e com a empresa era fortemente carregada afetivamente. Não se tratava apenas de dedicar à empresa seu tempo, tratava-se de dedicar a ela

sua disposição intelectual e emocional, sua devoção. As circunstâncias nas quais ocorreu a demissão colocaram em xeque esse tipo de relação com a atividade profissional. Não se tratava mais de voltar a ter aquele tipo de vida e dedicação ao trabalho. Conforme afirmava a entrevistada, o trabalho passaria a ser, a partir de então, um outro tipo de atividade, menos carregada afetivamente, mais pragmática e racional. O tratamento que lhe foi dado pela empresa por ocasião de sua demissão serviu-lhe de lição. A sua devoção à empresa não lhe serviu para nada no momento mais difícil. Ao contrário, implicou para ela, no final das contas, apenas tristeza e decepção.

Assim, de acordo com Helen, se trabalhar é importante, usufruir do lar e da vida familiar também o é. Logo, seu ritmo anterior de vida passou a ser considerado enlouquecedor. Segundo afirmava, depois da demissão, sua qualidade de vida melhorara consideravelmente. Viver deixou de ser quase tão somente a atividade profissional. Assim, o lugar subjetivo do trabalho em sua vida reduz-se drasticamente, cedendo espaço a outras atividades e relações, tais como a família, o lazer, o bem-estar pessoal.

Este deslocamento de sua relação subjetiva com a vida e com o espaço doméstico, ainda que represente uma ruptura com seu modo de vida anterior, implicava também uma certa continuidade. Se, anteriormente, as tarefas domésticas mais pesadas não diziam respeito a ela, mesmo quando sua filha era pequena, dado que tinha empregada doméstica e que sua sogra a ajudava a cuidar da menina, a administração e o acompanhamento dessas atividades nunca deixaram de estar sob sua responsabilidade. Segundo descreve a entrevistada, seu marido sempre a ajudou muito. Ele passeava com a filha, fazia as compras – com uma lista preparada por ela, contribuía, enfim, para o cumprimento das tarefas domésticas. No entanto, era Helen quem tomava as principais decisões na gestão do espaço doméstico, sem jamais deixar de ser a "dona de casa".

Por conseguinte, a relação que esta mulher estabelece com o espaço doméstico é ao mesmo tempo alterada e reforçada com a chegada do desemprego. Sua atividade profissional significou sempre para ela um sacrifício imposto à família, um tempo indisponível para sua filha, seu marido, seu lar. Tratava-se, no entanto, de um preço a pagar pelo valor central por ela atribuído à sua vida profissional, pelo bom emprego que tinha, pelas características de uma profissão exigente. Com o desemprego, Helen retoma plenamente seu papel de dona de casa, sua responsabilidade em relação aos afazeres domésticos. Sua relação peculiar ao trabalho doméstico não se modifica substancialmente, o que muda é sua disponibilidade de tempo para estas atividades que tinham sido colocadas em segundo plano enquanto estava empregada.

Assim, a relação com o espaço doméstico afeta diretamente a experiência de desemprego e vice-versa. Neste caso, o desemprego acarreta claramente um reforço dos papéis tradicionais construídos no espaço doméstico. Ainda que esses "papéis" tenham sofrido importantes modificações, sobretudo com a presença mais maciça das mulheres no mercado de trabalho, eles parecem ter sido menos afetados em suas formas no interior mesmo do espaço doméstico. No caso de Helen, o desemprego apenas "libera" o tempo até então indisponível para o trabalho doméstico. É verdade também que este trabalho doméstico, neste caso particular, não impede uma procura sistemática de trabalho, visto que a entrevistada dispõe de mecanismos para poder efetivar essa busca, suas condições econômicas são favoráveis, seu marido está empregado, sua filha já está crescida. Os principais obstáculos enfrentados por ela para efetivar sua reintegração na atividade profissional decorrem de dois fatores essenciais: a baixa oferta de postos de trabalho em sua atividade profissional, devido à própria crise do setor na região de Pelotas, bem como sua condição de idade, já que muitas empresas parecem preferir contratar jovens ao invés de trabalhadores mais velhos, qualificados e experientes profissionalmente.

Se, no início, o desemprego gera em Helen uma sensação de estranhamento, de ruptura e sofrimento, pouco a pouco essas sensações vão dando lugar a uma sensação de "familiaridade" vivida por ela no interior do espaço doméstico. Essa relação de familiaridade ao espaço doméstico parece oferecer uma relativa proteção no momento de desemprego. Este deixa de significar para ela apenas a "ruptura" de uma "forte relação com o trabalho", passando a significar também e de forma positiva um tempo disponível para a vida doméstica, familiar e pessoal.

Mas a relação de Helen com o espaço doméstico também é modificada pela chegada do desemprego, que exige dela a mobilização de seus recursos intelectuais e emocionais na tentativa de redefinir seus projetos de vida. Deste modo, a forte relação que ela nutre com a sua atividade profissional constitui uma fonte importante de recursos mobilizados para enfrentar o período de desemprego. Veja-se mais detalhadamente como isso ocorre.

A sua paixão pela química permite-lhe uma peculiar reapropriação do trabalho doméstico, particularmente o trabalho de cozinha, de preparo das refeições, para o qual os seus conhecimentos técnicos são mobilizados. Segundo Helen, o que era a cozinha senão uma química cheia de sabor e que cheirava bem muito? Ela e sua família apreciavam realmente os bons pratos, fazer a boa cozinha, com qualidade e prazer. Assim, o seu tempo no desemprego também era um tempo apropriado e recriado como um tempo para o prazer, para o exercício de uma competência profissional e pessoal.

Deste modo, a química permitia-lhe ainda uma reapropriação do tempo dedicado à educação de sua filha. Além de poder dedicar muito mais tempo a ela, Helen passou a acompanhar melhor o seu percurso escolar, ajudando-a em seus deveres. Mas, não era apenas isso. Ao ajudar sua filha, Helen tentava compreender melhor como evoluiu o ensino da química, como os conteúdos eram trabalhados na escola, quais os métodos eram utilizados para o ensino da disciplina, enfim, como a didática do ensino de química era posta em prática naquele contexto escolar. Ao ensinar sua filha, Helen sentia-se também aprendendo. Acompanhar sua filha se articulava com os seus projetos de reconversão profissional e de investimento no trabalho remunerado. Uma atividade levada adiante no interior do espaço doméstico, como o acompanhamento da educação escolar de sua filha, sofria uma re-significação e relacionava-se diretamente com seus interesses profissionais. Deste modo, o seu tempo no desemprego era um tempo no qual Helen mobilizava seus recursos intelectuais e emocionais para cumprir com suas responsabilidades e, ao mesmo tempo, ampliar ainda mais esses mesmos recursos, de tal forma que ela pudesse convertê-los em instrumentos para sua nova atividade profissional em projeto.

Nestas circunstâncias, o tempo de desemprego não é mais um tempo de sofrimento, um vazio, uma perda de identidade, mas, ao contrário, um tempo de investimento em si mesma, um tempo de procura e investigação, de formação e, mesmo, de prazer.

8.8. A relação com o trabalho profissional nas experiências masculinas

A seguir, descrevem-se algumas trajetórias ocupacionais masculinas nas quais as experiências de privação de trabalho também são estruturadas por uma forte relação com o trabalho como ofício. Em alguns casos, essa relação com o trabalho combina-se com uma situação familiar peculiar, com a condição de provedor e a necessidade de estabilizar um projeto de vida pessoal e familiar.

A situação de dois entrevistados, ainda jovens, é muito peculiar neste sentido, não apenas porque passaram a ocupar a posição de provedores principais de seus grupos familiares, mas porque, em determinado momento de suas trajetórias, lograram obter empregos estáveis e perspectivas de carreira relativamente promissoras. Em ambos os casos, as experiências de privação de trabalho por eles vividas foram particularmente marcantes e até, em certo sentido, desestruturadoras, colocando seriamente em questão o futuro dos projetos de vida familiar e profissional dos mesmos.

Um desses jovens teve uma trajetória ocupacional ascendente. De origem humilde, ele começou a trabalhar muito cedo, mas logrou, anos depois, ter acesso a uma emprego estável. Esse jovem chamava-se Gabriel, 26 anos, casado, ensino médio completo. Ele viveu uma dura experiência de privação de trabalho após desligar-se da empresa onde trabalhara por mais de quatro anos como desenhista. Tratava-se de um emprego "estável" e bem remunerado em uma empresa pública, na área de telefonia, que fora privatizada e que, portanto, passava por um processo de reestruturação. Gabriel tivera a oportunidade de continuar na empresa, o que implicaria para ele uma mudança de cidade. Atraído pela indenização do plano de demissão voluntária proposto pela mesma e movido por uma expectativa otimista de conseguir um novo emprego em sua cidade, onde vivera toda sua vida, Gabriel decide aderir ao plano.

Algumas semanas após sua demissão, este jovem casou-se com sua companheira, o que já fora previsto muito tempo antes da demissão. Segundo afirmou, o período não seria o mais adequado, mas os preparativos para o casamento já tinham sido feitos. Além disso, com a poupança de que dispunha, o jovem estimara que poderia suportar um longo período de desemprego. Conforme avaliava na ocasião, o mais importante era de que pudesse dispor de tempo para conseguir um bom emprego. Parte da poupança que acumulara foi utilizada para pagar a entrada da compra de um apartamento para o casal. Na ocasião, a companheira de Gabriel não trabalhava, pois ainda estava cursando o ensino médio. Logo, estava sob sua responsabilidade o provimento do casal.

É nesse contexto econômico e familiar que Gabriel atravessa uma dura prova em sua vida pessoal e profissional, pois o período de privação de trabalho prolongara-se mais do que imaginara e as boas oportunidades de emprego que apareciam não lhe eram acessíveis. Na ocasião da primeira entrevista, este jovem encontrava-se "desempregado" havia sete meses, sem perspectivas de obter um emprego no curto prazo. Na segunda entrevista, constatou-se que o período de privação de trabalho durara quinze meses, o que mudara radicalmente suas condições de vida. Em relação a isso, duas observações se impõem.

Primeiramente, ao longo daquela experiência de privação de trabalho, Gabriel "toma consciência" de seu déficit de qualificação profissional. As oportunidades de emprego que surgiram como desenhista foram todas perdidas, pois as empresas passaram a exigir o uso e o domínio da computação gráfica. Gabriel acostumara-se a trabalhar de forma manual, usando réguas, lápis, borracha, enfim, todas as ferramentas de um desenho de tipo artesanal. Desta forma, durante esse período de privação de trabalho, este jovem mobilizou seus esforços no sentido de superar esse déficit, investindo recursos na realização de cursos de computação

gráfica. Mais tarde, tal investimento mostrou-se exitoso, pois Gabriel conseguiu, ao final do período aludido, um novo emprego em sua área de atuação.

Em segundo lugar, com o esgotamento de seus recursos financeiros, o casal vê-se obrigado a alugar o apartamento que havia comprado e vai morar com os sogros de Gabriel, o que representou para ele um retrocesso e um enorme sofrimento pessoal. Assim, a privação de trabalho colocou em xeque seu projeto de vida pessoal, profissional e familiar. Estava em jogo não apenas a possibilidade de ter um emprego estável e uma profissão digna, mas também uma vida familiar e afetiva independente, junto com sua companheira. Sua responsabilidade na sustentação desse projeto era imensa, daí porque sua experiência de privação de trabalho mostrou-se particularmente sofrida.

Pode-se demarcar três fases distintas na trajetória de Gabriel.

Na primeira, este jovem, ainda menor de idade, começa a trabalhar muito cedo e tenta conciliar a atividade remunerada com os estudos. Diferentemente dos jovens analisados no capítulo anterior, Gabriel deu prioridade aos seus estudos. Seu primeiro emprego, quando tinha apenas 14 anos de idade, foi em uma oficina de pintura de motos de um primo. Após, teve duas experiências breves de trabalho, pequenos bicos, até conseguir seu primeiro emprego formal em uma fábrica de plásticos, onde operava uma máquina de corte e solda. Gabriel não se lembrava com precisão do tempo de duração desse emprego que não fora muito prolongada, não chegando a durar um ano. Ele estudava pela manhã e trabalhava à tarde. Perguntado sobre as razões de trabalhar naquela etapa de sua vida, ele respondeu:

> *Porque... os meus pais são pobres, né, somos uma família relativamente grande. Nós éramos seis filhos. Nós éramos oito pessoas, né, os meus pais mais, é, eu e mais cinco irmãos. Então nós éramos oito pessoas e só o salário do meu pai não dava e a minha mãe trabalhava só em casa. E eu era o segundo mais velho, né, tinha um irmão e depois eu ... ... o meu irmão e depois eu.*
>
> P: Então o teu pai... tu é de uma família pobre e o teu pai não podia sustentar a família. É isso?
>
> *É. É muito difícil ele sustentar a família. Passava por sérias dificuldades.*
>
> P: O que o teu pai fazia?
>
> *O meu pai era mecânico, mecânico industrial, trabalhava numa indústria como mecânico de... daquelas máquinas de ... ... mas ele não ganhava o suficiente prá sustentar. O meu pai não tinha casa própria, casa de aluguel e tudo isso pesava muito, todas as despesas. Então. ... então eu trabalhava assim de uma forma informal porque o principal era o estudo, né, eu queria me formar prá ter um emprego.* [Na época] *... eu cheguei a fazer uns trabalhos rápidos assim, cheguei a trabalhar um mês ... ... umas empresas assim tudo informal, trabalhando meio turno, não tinha carteira assinada. ... ... E foi isso.*

Depois trabalhei numa serigrafia mas aí tive que, eu sempre dava prioridade para os estudos, então.... nunca, então eu trabalhava de meio turno também nessa serigrafia e como o patrão não tinha boas intenções com os funcionários, os funcionários eram todos jovens, adolescentes, eu também era. Então ele não tinha boas intenções, eu me irritei com aquilo e saí. E aí só me dediquei aos estudos. Depois, depois eu trabalhei nessa empresa de plásticos, né, como auxiliar de serviço de corte e solda, depois eu trabalhei na serigrafia, depois eu trabalhei na serigrafia. E aí depois eu resolvi me dedicar só aos estudos, me formar, me preocupar só com os estudos prá depois me formar e aí sim trabalhar e ser um profissional. (Gabriel, 26 anos)

Este jovem de origem modesta, pai operário, desde muito cedo experimentou uma situação marcada pela privação material, o que o levou a procurar um trabalho a fim de ajudar sua família. Esses trabalhos precários, informais, passagem quase obrigatória para a maior parte dos jovens das classes sociais menos favorecidas, constituiam para Gabriel em um meio para que pudesse ter a sua profissão. Por isso, ele jamais deixou de estudar. Já naquela ocasião, sua formação escolar constituía-se em uma referência central em sua trajetória de vida. Para Gabriel, a possibilidade de ter um bom trabalho e poder ser um profissional, já passavam pela necessidade de continuar estudando. Apesar das dificuldades econômicas do grupo familiar, este jovem pôde, finalmente, se consagrar a seus estudos e terminar seu curso técnico.

Nesta etapa, sua experiência de emprego formal, como operário, durou apenas um ano e meio. É ao final desse período, quando resolve ingressar no ensino médio profissionalizante, que Gabriel enfrenta o dilema de escolher entre o trabalho e os estudos, já que encontrava cada vez mais dificuldade de conciliá-los. Assim, o entrevistado abandonou seu emprego e passou a dar total prioridade à sua formação até o final do ensino médio:

Depois eu quis sair porque o estudo tava me ... ... o estudo e o trabalho tavam me desgastando muito, né, eu não tava conseguindo dar conta de tudo, tava rodando já. E aí como eu tava sendo sustentado pelos meus pais... [...] ... então eu trabalhei final de 87 a início de 89, mas como eu tava estudando na Escola Técnica, esse emprego era só prá me ajudar nas despesas assim do colégio e prá mim ter um dinheiro pro final de semana. E aí como eu não tava mais conseguindo conciliar o emprego com a escola, tava rodando, começando a rodar, aí resolvi desistir do emprego. Cheguei a passar prá meio turno antes, fiquei alguns meses com meio turno e depois, depois ... ... (Gabriel, 26 anos)

Apesar da importância econômica de sua atividade remunerada para o grupo, Gabriel não fala de desemprego nesta primeira etapa de sua trajetória. As flutuações do trabalho, contadas de maneira imprecisa em sua narrativa, não são identificadas como verdadeiras experiências de desemprego. Tratava-se, antes, de uma privação de trabalho fluida e imprecisa.

Desta maneira, sua relação com a atividade econômica é percebida como expressão de uma necessidade imediata de sua família, o comportamento de procura de trabalho obedecendo,

na ocasião, a uma lógica coletiva – fonte de renda complementar – na qual o indivíduo não é verdadeiramente considerado um trabalhador, ainda que tivesse uma função econômica no grupo.

Portanto, se a privação de trabalho manifesta-se com dificuldade como uma experiência demarcada objetiva e subjetivamente, é porque a relação que os jovens menores têm com o trabalho é secundária em relação a seus estatutos no interior dos grupos familiares (filhos, menores, subordinados). Esse estatuto subordinado na família faz com que eles não sejam percebidos como trabalhadores plenos. A contribuição econômica que proporcionam ao grupo é percebida apenas como uma ajuda, como uma função secundária e menor em relação àquela do provedor principal.

Essa construção do papel dos jovens menores nos grupos familiares, a meio caminho entre a infância e a idade adulta, faz com que eles tornem-se muito vulneráveis no mercado de trabalho. Submetidos a relações de trabalho e de poder fortemente desiguais, as condições de exploração destes trabalhadores torna-se particularmente intensa e, com freqüência, pouco perceptível em seu próprio meio social. Por esta razão, a precariedade vivida por esses jovens é antes encarada como normal, ou pelo menos aceitável, pois não se tratam de verdadeiros trabalhadores engajados no mercado de trabalho. Em sua narrativa e a partir de um olhar já distanciado de sua experiência passada, Gabriel pôde identificar uma tal situação de exploração. Na ocasião, a prioridade acordada aos seus estudos, revelou-se, também, uma forma de resistência às condições precárias de trabalho a qual estava submetido. A esperança de vir a ter um trabalho digno e estável revelou-se, pois, uma forma importante de resistência simbólica.

Na segunda fase de sua trajetória de vida ocupacional, após terminar o curso técnico de química, Gabriel inicia um período de inserção profissional no mercado de trabalho, experimentando um desemprego de inserção. Este período o levará a sua experiência posterior de emprego estável, na qual ele redefine sua área de atuação profissional – escolhendo ser desenhista – construindo uma nova identidade com o trabalho. Será após este emprego que iniciará a terceira fase de sua trajetória, aquela marcada pela privação de trabalho, pelo desemprego.

Antes, porém, ainda na segunda fase de seu percurso, Gabriel chegou a ter uma brevíssima experiência em sua área de formação, realizando um estágio de seis meses em uma empresa industrial do setor químico, em uma cidade próxima. Terminado esse estágio, a experiência de um desemprego de inserção será precedida de sua mudança profissional em direção ao ofício de desenhista. A propósito desse desemprego de inserção, este jovem afirmou o seguinte:

Bom, eu recém tinha me formado e havia terminado o estágio. Então eu estava empolgado em conseguir um emprego como químico, numa nova empresa. Não tava pretendendo sair de Pelotas porque não tinha dinheiro pra ir pra outra cidade procurar emprego... Então eu... estava motivado, lia os jornais regularmente e mandava os currículos e só.[...] Mandava os currículos, visitava as empresas... algumas empresas aqui de Pelotas solicitavam e eu ia, naquela época tinha mais emprego. E eu procurava, mas havia muita, muita concorrência e as empresas ofereciam pouco também, né. ... Mas mesmo assim eu queria trabalhar. Bom, ***no início eu não me sentia um... um desempregado, eu estava motivado pra arrumar emprego****. Mas o tempo foi passando e era muito difícil, não davam emprego e as empresas até esnobavam um pouco. Eu senti um pouco isso, esnobavam porque havia muitas pessoas que se formavam aqui na cidade. Como disse, havia muita concorrência, muitas... muitas pessoas concorrendo pelo mesmo emprego... [...] Mas já... já depois de alguns meses ... procurando emprego, desde que eu saí do meu estágio em abril de 93, depois de algum tempo eu já tava desmotivado, triste e sem muita esperança, né... Já muito triste com a cidade, com o desemprego. Acaba desmotivando a pessoa, acaba... acaba ficando sem .. já não .. acaba ficando desacreditado em si mesmo, né. Aí... até que surgiu esse emprego, que foi até de boca, que precisavam de um desenhista. Eu fui lá e fui ver, era até uma empresa de porte muito grande, que era a "Empresa X".* (Gabriel, 26 anos)

Para esse jovem, a situação de privação de trabalho torna-se significativa, um verdadeiro desemprego, na medida em que a sua duração se prolonga no tempo e as dificuldades se intensificam. Um jovem motivado e à procura de emprego não é, em princípio, um desempregado. O desemprego define-se, pois, também como um estado de espírito; supondo, em um contexto de dificuldades, desconforto, tristeza. As condições desfavoráveis no mercado de trabalho confrontam, pois, o indivíduo com a privação de trabalho persistente e prolongada. Nestes termos, o desemprego é categorizado como uma privação de emprego suficientemente prolongada, capaz de gerar no indivíduo um sentimento de frustração, desesperança e insegurança na relação consigo mesmo.

Na ocasião, as sucessivas tentativas frustradas de encontrar um emprego em sua área de formação foram minando o moral desse jovem, no início muito motivado. Já naquele momento de sua trajetória, o trabalho não significava apenas a possibilidade de ter uma renda e uma independência econômica. O trabalho já significava uma fonte de auto-estima, uma maneira de estar no mundo, de melhorar de vida, de progredir. Assim, em sua narrativa dessa experiência, Gabriel evoca os diversos sentidos do trabalho:

… às vezes tu conversa com outros amigos que tem emprego e que tão... de alguma forma sobem um pouco na vida, vão adquirindo coisas, comprando e tu, parece que tu sente, eu me sentia estagnado, assim porque não tinha um emprego, não evoluía ... porque uma pessoa que tá empregada em uma empresa ela conhece muitas coisas, lida com várias pessoas de todos os tipos, de outras empresas, acaba conhecendo muitas coisas, acaba tendo oportunidade de fazer outros cursos, até de aprender outras línguas e dependendo

da empresa de conhecer outras coisas. Então é uma pessoa que fica sempre informada e atualizada com muitas coisas, aprende muitas coisas. Fora o que tem o seu salário e se sustenta, né, então tudo isso eu não tinha porque eu tava procurando emprego, não tinha emprego. Então isso tudo claro, isso tudo vai te causando um desânimo e a pessoa até, eu até me sentia em parte um pouco inferior às outras pessoas por não ter um emprego, né, porque uma pessoa que tem emprego a gente olha prá ela, é mais dinâmica, mais ágil, ela tá mais de bem com a vida assim, né, uma pessoa que tem emprego, trabalhando naquilo que ela gosta, principalmente tando trabalhando naquilo que ela gosta. (Gabriel, 26 anos)

Portanto, naquele momento de sua trajetória, esse desemprego de inserção já colocava em questão a relação desse jovem consigo mesmo. Estar privado de um emprego significava para ele estar privado de uma vida digna. A privação de emprego torna a auto-estima vulnerável, pois é através do trabalho, um trabalho que se ama, que um indivíduo pode se realizar como pessoa.

Naquela ocasião, Gabriel era solteiro e morava com seus pais. Apesar de tudo, podia contar com o apoio da família em um momento difícil de luta pela inserção no mundo profissional. Além do mais, a duração do desemprego não fora assim tão longa. Ao final de seis meses, Gabriel encontrou, um pouco por acaso, um emprego inesperado. Ao ficar sabendo, através de seu irmão, que uma empresa estava precisando de um desenhista, Gabriel corre atrás da oportunidade. Desde muito pequeno dotado e apaixonado pelo desenho, ele se apresenta no processo de recrutamento, realiza os testes, é chamado pela empresa e, finalmente, contratado. É assim que este jovem muda repentinamente seu percurso em direção a um outro campo profissional, para o qual sentia que seus talentos o inclinavam.

Imaginando, no início, que se trataria de um trabalho provisório, enquanto aguardava um emprego em sua área de formação, Gabriel é surpreendido pelas circunstâncias de uma situação profissional estável e razoavelmente bem remunerada. Tratava-se de uma grande empresa que oferecia ótimas condições de trabalho e oportunidades de ascenção profissional. Além do mais, o jovem podia trabalhar com o que mais gostava na vida, o desenho. Seu trabalho consistia na elaboração de desenhos publicitários, na preparação de *lay-out*, na realização de composições gráficas.

No entanto, quatro anos e meio após, em um contexto de privatização e completa reestruturação da empresa, Gabriel deixa seu emprego. O escritório de Pelotas, onde trabalhara, fora fechado. Para continuar na empresa, Gabriel teria que mudar-se para outra cidade, o que não estava nos seus planos. Assim, acreditando na possibilidade de encontrar um novo e bom emprego em Pelotas, Gabriel adere ao plano de demissões voluntárias da empresa e durante um ano e três meses vive uma dura experiência de privação de trabalho. Começa, então, a terceira fase de sua trajetória profissional.

Nesta nova fase, vários eventos vão marcar profundamente o modo como este jovem experimentou o desemprego. A conjuntura econômica adversa, por um lado, e seus projetos pessoais e familiares, por outro, deram uma coloração especial a essa experiência.

Duas semanas após sua demissão, Gabriel casa-se, sua vida afetiva e familiar constituindo um eixo importante na construção de sua experiência profissional.

A chegada do desemprego não muda os planos do casal. Os recursos econômicos decorrentes da indenização, o seguro-desemprego e uma poupança pessoal davam a eles uma certa confiança na capacidade de enfrentamento daquela dificuldade. Gabriel fora otimista, acreditando que poderia arrumar um novo emprego sem muitas dificuldades. Sua avaliação daquela conjuntura mostrou-se completamente equivocada, principalmente no que dizia respeito às condições de emprego em sua nova área de atuação profissional, o desenho. Por isso, a chegada do desemprego não chegou a atrapalhar os planos do casal que não assustou-se com a situação.

Porém, o mercado de trabalho mostrou-se restrito, as oportunidades de emprego eram raras e, pouco a pouco, este jovem foi se dando conta que suas qualificações profissionais estavam defasadas. Cada vez mais, as empresas exigiam profissionais capazes de utilizar as ferramentas digitais. O domínio da computação gráfica e dos vários programas existentes era uma condição para obter um emprego de desenhista. A paixão pelo desenho e a experiência profissional anterior eram insuficientes para enfrentar as novas exigências do mercado. Em seu último emprego, a utilização do computador era muito restrita e Gabriel ainda não tinha tomado consciência da importância dessas novas ferramentas. Seu saber profissional não havia acompanhado as mudanças em curso naquele momento.

Assim, o desemprego se prolonga mais que o esperado, a defasagem em termos de qualificação impondo-se como um problema crucial. É o próprio Gabriel que relato essa experiência da defasagem de suas qualificações profissionais no mercado de trabalho:

> *Quando eu entrei em 93 prá "Empresa X"eles precisavam de um desenhista, de um lay-outista, mas de um desenhista e eu fui lá e tinha habilidade suficiente, então eu trabalhava com lápis, borracha, nanquim e régua. Nisso eu era muito bom. E aí entrou o computador, a coisa mudou, né, porque prá desenhar no computador tem que saber usar os programas do computador, os softwares. Prá desenhar no papel tem que saber usar o material: caneta, lápis, borracha e régua. Prá trabalhar no computador é outro material.* [...] *Eu aprendi a* [trabalhar] *no Machintoch, na "Empresa X". Mas como eu não gostava muito de computador e ainda não entendia muito bem, eu não quis fazer curso e não quis me aperfeiçoar naquilo, claro que eu me arrependi depois. Depois eu me desempreguei e quando eu ia procurar emprego em agências de publicidade e outras empresas que trabalhavam com ... ... serigrafia e arte, agências de propaganda, também gostavam*

muito do meu trabalho, mas me perguntavam principalmente qual eram os softwares que eu sabia e aí quando eu dizia é alguns só e os softwares principais eu não sabia, como Corel Draw, aí eles já ... já não me .. .. já não me ... ... eu já não servia mais, né. […] *Eu acredito que prá qualquer profissão, saber computação é fundamental. Prá mim agora, agora, né, em matéria de arte-finalista e lay-outista, o principal é saber mexer em computador, né, ter computação, ter os cursos de artes gráficas assim como Corel Draw, Free Hand, Page Maker, Photo Shop, esses softwares tem que saber mexer.* (Gabriel, 26 anos)

No entanto, esta tomada de consciência não foi imediata. Apesar da disponibilidade de recursos financeiros, Gabriel não pensou em realizar um investimento em sua qualificação profissional logo após sua demissão. Assim, seis meses depois e após inúmeras tentativas fracassadas de obter um novo emprego, Gabriel já não mais dispunha de recursos financeiros. A situação econômica do casal deteriorou-se consideravelmente e, como as despesas com aluguel eram elevadas, o casal decidiu mudar-se para a casa dos sogros do entrevistado. Do mesmo modo, eles desistiram da compra de um apartamento que estava ainda na fase de projeto e para o qual Gabriel dera uma entrada e já pagara algumas prestações mensais. Foi um duro golpe para o casal, a privação de trabalho significando o recuo de um projeto de vida em comum.

Em sua narrativa, Gabriel confessou que não soube administrar seus recursos financeiros depois da demissão. Conforme afirmou, ele não deu prioridade à sua reciclagem profissional:

Não, eu não soube usar o dinheiro e gastei muito desnecessariamente o dinheiro. O que eu precisava mesmo fazer que era o curso, esse curso prá me especializar nesses softwares que eu precisava, eu acabei não fazendo, eu gastei o dinheiro em outras coisas e aí... ... ... claro, eu gastava dinheiro demais, não que eu só gastasse em bobagens, mas eu não sabia controlar o dinheiro. Eu era solteiro, eu morava com os meus pais e ganhava bem lá, relativamente bem na "Empresa X". Depois que eu me casei, eu não soube me controlar ... ... por inexperiência eu acabei gastando o dinheiro, achei que ia conseguir logo um emprego e me dei mal, não consegui. Principalmente porque eu não sabia os softwares. Porque senão, se eu soubesse, eu já estaria empregado logo, em questão de alguns meses depois, dois ou três ou quatro ou cinco, no máximo, eu já taria empregado. (Gabriel, 26 anos)

Assim, alguns meses depois, o casal encontra-se ameaçado em sua independência material, seu projeto de vida estando seriamente ameaçado. O retorno à casa dos pais/sogros, a dificuldade de obter um novo emprego, o sentimento de desqualificação profissional, foram todas situações vividas por Gabriel como um fracasso pessoal, acompanhdo de um forte sofrimento, principalmente porque era ele o provedor. Na ocasião, sua esposa ainda não tinha um trabalho remunerado, investindo prioritariamente em seus estudos.

Por todas essas razões e sem os recursos financeiros necessários, este jovem não tinha meios para investir em sua formação profissional. Os cursos para o aprendizado dos softwares de sua área de trabalho eram todos pagos, oferecidos por escolas privadas. Além do mais, as novas circunstâncias ocasionadas pelo desemprego, a perda de independência, impõem novos constrangimentos pessoais e afetivos. É ele mesmo que fala sobre essa fase de sua trajetória:

[...] prá mim era uma situação horrível, eu casado, desempregado, sem um tostão, morando com meus sogros. Era uma situação terrível. [...] Eu me sentia muito ruim, muito ruim mesmo. Porque ***eu sempre fui independente,*** *sempre trabalhei, nunca fui folgado, digamos assim, né, sempre gostei de ajudar o meu pai, a minha família e muitas coisas eu pagava prá minha noiva e ajudava ela. Até quando uma vez que ela precisou prá fazer um curso e os pais dela não tiveram, eu é que emprestei o dinheiro. Então, o tratamento que te dão quando tu tá empregado e vai te casar, o tratamento que os teus amigos e sogros e conhecidos te dão é um.* ***Quando tu te desemprega aí a coisa muda um pouco.***

P: É? Por quê?

Muda um pouco, bom, quando eu fui morar com os meus sogros mudou claro, né, eu já não era mais aquela pessoa ***independente*** *que tinha um emprego e tudo, né, o tratamento é diferente,* ***quando tu tem emprego te tratam melhor, quando tu não tem emprego, tu não tem muito valor.*** *Pros teus pais, aquelas pessoas que são teus amigos, são tuas amigas: pai, irmão, te tratam normal porque não vêem a tua* ***posição social****, vêem tu como uma* ***pessoa****, como um ser humano, como irmão, como filho, né, os pais vêem como filho. Então, já outras pessoas, algumas pessoas, colegas, né, sogro e sogra também vêem a pessoa pelo emprego dela, pelo dinheiro que ela tem.*

P: Como é que tu percebias isso? Tu sentias cobrança por parte deles?

Não, não era uma cobrança, mas ... ... quando eu me... quando eu... não mas era uma questão de ***dependência*** *de que eu precisava... porque eu tava utilizando a luz, a água.[...] E comendo a comida deles também. E eles gastavam com isso, são pessoas pobres, sorte que tinham uma casa própria. Mas eles ajudavam muito, né, porque eu tava dependendo deles ali, eles me sustentaram por esse tempo.[...] Eles são pessoas boas e não que isso, isso não incomodava eles, né. Mas eles... isso na verdade* ***eles se sentiam tristes assim, como os meus pais também por eu tá, por nós estarmos casados recentemente, eu e a minha esposa, e eu ter me desempregado e não ter conseguido um emprego. Eu ganhava bem e eles sabiam que eu não ia conseguir um emprego com aquele mesmo salário****. Isso eles tinham uma idéia, os meus sogros e até os meus pais também.*

P: A relação com a tua esposa não modificou também com a questão do desemprego?

Não, não. Profundamente não. Mas algumas coisas hã... claro que algumas irritações aconteciam, né. Às vezes nós ... ... discutíamos e no fundo tava ligado a isso, ao desemprego. Nós tavamos morando ali ***dependendo.*** *Às vezes a minha esposa ficava triste e aborrecida por algumas coisas que os próprios pais dela diziam, porque a gente tava morando ali de favor, mas em momento algum foram agressivos assim, jamais, agressivos ou mal educados assim, né. Mas ... ... eu como era uma pessoa sempre* ***independente*** *e a minha sogra tinha me convidado prá mim morar lá e eu rechaçava de pronto, de primeira, eu não, rechaçava, já negava isso, porque eu queria a minha casa, morar* ***independente****, que até quando eu tava morando com os meus pais antes de me casar, eu já queria ter a*

minha casa, ter a minha independência. Ter a minha casa, o meu quarto, isso ***um homem precisa, a pessoa precisa, né, ter sua casa, suas coisas, né, ser dona do seu lar****. Então quando eu me casei, aí que eu queria ter a minha casa, jamais morar na casa de alguém, e os meus sogros me ofereciam peças prá gente morar, eles têm um sobradinho, ofereciam as partes de cima, oferecia as peças de cima mas eu não aceitei, quis a minha própria casa.* (Gabriel, 26 anos)

Neste trecho, o drama pessoal deste jovem no início de sua vida matrimonial é claramente explicitado. A privação de trabalho não coloca em risco somente seu casamento, mas sobretudo sua autonomia pessoal, sua independência, o que é extremamente importante para ele. Ainda mais que a independência econômica, o trabalho proporciona, igualmente, um lugar no mundo, uma posição social através da qual uma pessoa é reconhecida e valorizada. Sem seu trabalho, sem um emprego, Gabriel se sente desvalorizado em relação aos outros. Seu valor social, definido pelo trabalho e que se expressa na relação com os outros (amigos, sogros, etc.) é construído separadamente de seu valor pessoal e íntimo. Se este último continua intacto, seu valor social é profundamente questionado devido ao desemprego.

Portanto, para este jovem que havia percorrido um itinerário de ascenção social, o trabalho é o único meio de realizar seus projetos, de superar suas privações econômicas (vividas, aliás, ao longo de toda sua vida), de obter reconhecimento social. Eis porque o desemprego lhe provoca tanto medo e sofrimento. Além de seus efeitos materiais, o desemprego coloca em risco o valor social de um indivíduo, ele o torna inferior, abala duramente suas referências centrais de vida.

Depois de muitos meses desempregado, Gabriel chegou a recorrer, sem sucesso, ao trabalho autônomo, realizando atividades de venda. No entanto, as condições de trabalho eram muito difíceis, o mercado pouco favorável e o rendimento obtido irrisório. O entrevistado procurou também outros empregos, no comércio, por exemplo, mas as oportunidades eram limitadas e a concorrência muito grande. Além dos baixos salários e das más condições de trabalho, Gabriel não tinha nenhuma experiência no setor.

Depois de onze meses desempregado, Gabriel chegou a ter uma oportunidade de trabalho como desenhista em uma agência de publicidade. Porém, ele permaneceu nesse emprego apenas uma semana, pois sua qualificação era insuficiente para trabalhar com os programas de computador utilizados pela empresa. Foi um duro golpe para Gabriel. Mais uma vez, a experiência da desqualificação o deixou arrasado, o que veio a reforça a necessidade de investimento em sua formação. Assim, dois meses após, Gabriel recebe a devolução do dinheiro que havia utilizado como entrada do apartamento que comprara. Com a desistência da compra,

muitos meses antes, a devolução finalmente havia chegado. Esses recursos permitiram-lhe realizar o investimento que precisava em termos de formação profissional. Também permitiram que o casal alugasse um apartamento e recuperasse sua independência. Assim, um mês após a mudança, Gabriel conseguiu um novo emprego em sua área, graças ao curso que ainda realizava na ocasião.

É o próprio Gabriel que narra o modo como esses eventos ocorreram e a decisão de realizar a mudança surgiu:

> *[...] Eu não tinha conseguido emprego, mas com a devolução do dinheiro do apartamento que eu tava comprando, né, a construtora tava me devolvendo o dinheiro em 20 vezes e aí* ***eu resolvi que não dava mais prá morar na casa dos meus sogros,*** *né. Claro, eu fui morar por necessidade. Aí a situação não ficou muito boa, né, porque eles tinham a vida deles, né, e eu com a minha esposa, recém-casado, tinha me casado em 98 também, maio, me casei em maio de 98, duas semanas depois de ter me desempregado. E aí não deu, na casa dos meus sogros não deu certo, tinha o meu cunhado também que não... a gente não... a gente não se entendia muito bem e daí eu, resolvemos sair, eu me resolvi sair. Em 10 de julho eu me mudei de novo e em agosto eu consegui, eu consegui* [o novo] *emprego.*
>
> *[...] eu continuei procurando* [emprego] *sempre, cada vez mais eu intensificava, não desistia, arrumava mais força prá continuar procurando emprego. Cada vez mais eu me enchia de motivação e apesar das cabeçadas, né, que a gente dá, que eu dava, que depois eu fui me arrepender de não ter me qualificado, de ter ficado parado e não ter aprendido mais softwares que são usados principalmente, né, que são usados atualmente em qualquer lugar, né, prá arte, prá arte. Então me arrependi muito e continuei procurando, procurando muito. Já não procurava mais na minha área, já procurava em qualquer área claro, né, mas procurava, insistia sempre na minha área claro, que é o que eu sabia fazer, e... cheguei até a trabalhar esse ano numa agência, mas a minha dificuldade como já te disse nos softwares, né, computador, PC, que eu não tinha muito conhecimento, acabaram fazendo eu perder o emprego, né.* (Gabriel, 26 anos)

Esta enorme vontade consagrada à procura de trabalho revela a total disponibilidade desse jovem para o trabalho remunerado, sobretudo nesse momento extremamente delicado. Tal disponibilidade é o resultado de um conjunto de fatores, dentre os quais o papel de provedor tem uma importância crucial. Quanto maior é sua responsabilidade no provimento do casal – no qual Gabriel é o único membro ativo – maior é também sua disponibilidade no mercado de trabalho. Essa procura intensa de emprego revela-se, pois, como o cumprimento de um dever, como uma tentativa de superar as privações presentes e a incerteza em relação ao futuro.

No trecho a seguir, Gabriel expressa de maneira marcante os desafios desse difícil momento de sua trajetória e os riscos e ansiedades a ele inerentes:

> *E aí, quando eu me mudei com a minha esposa, ela se apavorou, né. Mas ela também sentia que a gente tinha que ir embora, né, mesmo sendo a casa dos pais dela, ela sentia.*

> *Mesmo sabendo que aquela casa seria dela, é dela, e um dia seria dela, quando os pais dela falecerem, mas ela também sentia a necessidade, via que não dava mais, já era uma situação insuportável, né, tínhamos que ir embora. E aí fomos embora e aí então eu dava muito força prá ela e dizia prá ela que nós tínhamos que ter muita força agora e que a gente tinha que lutar e que os dois juntos a gente ia conseguir. Que eu ia arrumar um emprego, que nós dois íamos conseguir. E procurava não desanimar, e logo que eu me mudei, então, eu fui com toda a força conseguir um emprego, tentar conseguir um emprego, procurei, procurei, procurei e até que no jornal eu consegui um emprego e por sorte ela também conseguiu um emprego e era tudo ou nada prá mim agora.* (Gabriel, 26 anos)

Essa prática de intensa procura de emprego, conjugada no masculino, parece reveladora do modo de construção dos papéis sexuais dentro do casal. É sobre ele, o homem, que repousa a estabilidade e segurança econômica do casal. O casamento tornou-se possível graças à atividade profissional de Gabriel que, para sua infelicidade, desempregou-se às vésperas de seu casamento. Somente um ano após o casamento e ao final do estágio de formação do ensino médio profissionalizante é que a esposa de Gabriel investe-se no mercado de trabalho, colocando à procura de emprego.

Essas diferentes práticas em relação ao trabalho remunerado se constituem como práticas sociais construídas em termos de gênero. Essas diferenças práticas são também diferenças subjetivas, simbólicas. Logo, a relação com a atividade econômica é o resultado de um conjunto de construções sociais – materiais e simbólicas, implicando práticas e representações – que situam os indivíduos em posições diferentes, desiguais e relacionadas nos espaços sociais (em termos de gênero, classe, geração, etnia). As relações sociais de gênero estruturam, pois, as diferentes relações com a atividade econômica de Gabriel e sua esposa. Em outros termos, as práticas e representações a respeito dos papéis e do lugar de cada um no casal os implica em uma divisão sexual desigual do trabalho e das responsabilidades sociais. Eis porque, neste caso particular, um desemprego masculino, aberto, nítidamente demarcado, clássico em sua forma e conteúdo (isto é, próximo de uma defnição oficial) coexiste no casal com uma inatividade feminina. Ao mesmo tempo, esse desemprego aberto, visível, de um homem provedor, contrasta com o desemprego juvenil, fluido, impreciso em seus limites, vivido por este mesmo indivíduo quando ainda era um jovem menor de idade, filho, dependente. Assim, os lugar socialmente construídos e definidos nas relações de geração contribuem igualmente na constituição dessa relação com a atividade econômica e, conseqüentemente, da experiência de privação de trabalho.

O modo como Gabriel conta e apresenta a diferença entre seu desemprego de inserção, na segunda fase de sua trajetória, e seu desemprego atual, vivido na terceira fase de sua trajetória, é revelador de uma construção da categoria desemprego em termos de relações de geração:

> *[...] eu tava desanimado na época* [do desemprego de inserção], *eu recém tinha me formado. É bem diferente de quando eu tava desempregado agora, porque eu a recém tinha me casado agora, sabia que o que eu queria era ser desenhista mesmo, né, não queria voltar prá química, mas quase acabei voltando, né, a trabalhar com química porque quando a gente tá desempregado em primeiro lugar é o emprego, né, e depois, trabalhar na função que se quer, mas em primeiro lugar é o emprego de qualquer coisa, hoje em dia, né. Que hoje em dia é muito difícil conseguir emprego. E era bem diferente a situação desde aquela época. Eu ainda tava sendo sustentado pelos meus pais, agora quando eu fiquei desempregado, não, eu tava casado e depois tive que morar com os meus sogros. Emprego prá mim era uma questão ... ... era uma necessidade urgente, né, era uma questão vital prá mim arrumar um emprego agora quando tava desempregado.* (Gabriel, 26 anos)

Além da urgência imposta pela condição de provedor (construída em termos de gênero e de geração), observa-se também que essa experiência de desemprego de Gabriel constrói-se também em torno da norma do emprego como referência central. Seu alvo é um emprego assalariado e estável, de preferência em sua área de predileção, o desenho, com a qual mantém uma relação de prazer e satisfação. Para Gabriel, a relação com o trabalho apresenta-se, em grande medida, como uma relação com o ofício. Mas essa relação com o trabalho é também uma relação com o *status* propiciado pelo mesmo, pelo reconhecimento que se obtém dos outros. O trabalho simboliza, nesse sentido, dignidade, independência, autonomia.

Além disso, Gabriel está mergulhado em um projeto de vida pessoal, familiar, sendo o provedor do grupo. Neste sentido, uma mudança de posição nas relações familiares e nas relações geracionais, descrita no trecho acima, afeta diretamente a experiência de privação de trabalho. De filho, dependente, Gabriel torna-se provedor, chefe de família. Desta maneira, uma tal transformação do estatuto do indivíduo no interior do grupo familiar não implica somente uma mudança de relação com a atividade econômica, mas também uma outra experiência de privação de trabalho. Eis que um maior sofrimento marca esta última experiência de Gabriel. O emprego, a retomada de sua atividade profissional, significa para ele a recuperação de sua dignidade enquanto provedor.

Portanto, essa relação com a atividade econômica e essas experiências de privação de trabalho são constituídas, ao mesmo tempo, por um conjunto de relações sociais que se articulam e que se co-constituem reciprocamente. Por isso, o sofrimento do provedor, diferentemente de outras experiências de privação de trabalho, é vivido, neste caso, no masculino e se constrói em

um espaço e em um tempo precisos das relações sociais de classe. Trata-se da experiência de um indivíduo de origem muito modesta que conseguiu construir, através do trabalho, uma outra relação com o mundo. É exatamente isso que o desemprego coloca em risco, essa nova construção (a estabilidade, a segurança, o bem estar material). O passado, neste caso, pode estar presente subjetivamente como um fantasma com o qual Gabriel se defronta em razão do desemprego. O desemprego, pois, apresenta-se como uma ameaça que faz reviver as privações do passado.

8.9. A privação de emprego estável nas experiências masculinas

Em algumas trajetórias ocupacionais, as experiências de privação de trabalho implicaram um processo muito doloroso de ruptura dos trabalhadores com suas empresas. Nesse sentido, o desemprego não implicou apenas a restrição no exercício de um ofício, mas também a perda de uma identificação que o indivíduo construiu com a empresa ao longo de sua trajetória. Viu-se já esse tipo de experiência na trajetória de Helen, analisada anteriormente. Observou-se traços semelhantes em algumas trajetórias masculinas, nas quais essas experiências de privação de trabalho assumiram, porém, contornos específicos em termos gênero. É o que se pretende explorar a seguir.

Dentre os entrevistados, alguns indivíduos, após a demissão, passaram por um processo de precarização muito forte no trabalho remunerado, experiências essas muito tipicamente construídas no masculino. No caso apresentado a seguir, o desfecho de um tal quadro não vislumbrava-se através da possibilidade de retorno ao emprego assalariado estável, de uma recuperação aceitável do padrão de vida e trabalho construído anteriormente. Vários outros entrevistados também apresentaram destinos semelhantes, a privação de trabalho implicando para eles um processo quase irremediável de descenso na escala social, de perda de *status* em suas trajetórias.

Mateus, 26 anos, casado, sem filhos, é um desses indivíduos cuja experiência de privação de trabalho é vivida nesse contexto de perdas, de precarização social e profissional. A exemplo do itinerário de Gabriel, aquele de Mateus é igualmente marcado por uma entrada precoce no mercado de trabalho e por uma mobilidade social ascendente que desemboca em uma situação de emprego estável. No entanto, esta trajetória de ascensão social será interrompida pela chegada do

desemprego. Sem ter terminado sua formação universitária, este jovem atravessou dificuldades enormes na tentativa de encontrar um novo emprego estável e de qualidade.

No momento da entrevista, Mateus estava sem emprego havia pouco mais de três meses e tentava recuperar-se do trauma que representou para ele sua demissão. Este jovem trabalhara mais de seis anos em um banco privado, tendo chegado ao cargo de gerente de atendimento. Tratava-se, segundo ele, de um ótimo emprego, bem remunerado e que absorvia bastante seu tempo e suas energias. Mateus não se poupava em seu trabalho, fazendo normalmente aquilo que se espera de um bom funcionário, isto é, ele "vestia a camiseta" da empresa. Em uma onda de reestruturação, no entanto, foi pego de surpresa com a demissão.

Apesar do trauma que representou essa demissão, Mateus conseguiu manter-se equilibrado economicamente. Além do seguro-desemprego e das indenizações que recebeu, sua esposa tambémque recebeu, sua esposa tambe equilibrado economicamente. epque se espera de um bom funcionte de atendimento. trabalhava fora. Porém, seu rendimento era muito baixo, insuficiente para dar conta das demandas do orçamento doméstico. Por isso, durante o período de privação de trabalho, Mateus realizava também, para um amigo seu advogado, um trabalho informal de cobrança. Neste sentido, a perda do emprego trouxe conseqüências importantes para o casal em termos econômicos, reduzindo bastante seu padrão de vida e consumo.

Apesar da mobilidade inicial em sua trajetória no mercado de trabalho, com três experiências sucessivas de emprego, Mateus afirmou que nunca tivera nenhuma experiência de desemprego. Um após outro, o jovem deixou seus empregos a fim de melhorar suas condições de trabalho e de rendimento. Aos vinte anos de idade, este jovem é contratado pelo banco e inicia sua trajetória na empresa. É durante este período que Mateus termina seus estudos secundários, interrompidos durante a adolescência, e ingressa na universidade. Assim, ele inicia seu curso de administração de empresas que será interrompido mais tarde tendo em vista a sobrecarga de trabalho no banco. Apesar de representar um investimento em sua carreira no banco, Mateus precisou dar prioridade ao seu trabalho.

O desemprego, portanto, ainda não estava presente no horizonte profissional deste jovem ambicioso. Contratado pelo banco para trabalhar como caixa, Mateus ascendeu na hierarquia da instituição e tornou-se chefe de setor, função na qual permaneceu nos últimos treze meses de trabalho. Muito engajado em suas tarefas, ele investiu-se completamente em sua vida profissional e em sua carreira. Por isso, a demissão representou para ele um fato inesperado e um duro golpe em sua vida. É o próprio jovem que narra o modo como vivencia esses crucial momento de sua vida profissional:

A gente acha que... é um ótimo funcionário que você ... ... tá sempre sendo elogiado, eu mesmo tinha ganho prêmio de Top de RH do ano ... como melhor funcionário da diretoria ... ... eu me sentia até o momento intocável, a última coisa que eu esperava naquele ano, esse ano era ser desligado ... ... porque, em noventa e seis, primeiro semestre, eu ganhei funcionário qualidade da diretoria ... ... considerado o melhor funcionário por procurar trabalhar com qualidade ... ... sempre buscar o melhor prá empresa ... ... quer dizer, eu sempre fui colocado entre os melhores ... ... daí você não entende por que ser desligado, você não aceita ... ... não há o que te fale que aceite, até hoje eu não aceito ... ... acho que foi uma sacanagem o que fizeram comigo. Então isso te machuca, te deixa indignado, né, vontade de fazer ... ... qualquer coisa assim prá tentar mudar isso, né, conseguir um emprego melhor prá provar prá eles que você era bom e que eles erraram ... ... só que aí emperra ... ... porque o mercado não tem essa oportunidade. (Mateus, 26 anos)

Este trecho resume de maneira marcante a dor e a mágoa ressentidos por este jovem devido à sua demissão. O sentimento de injustiça e de traição o acompanhava ainda três meses após seu desligamento da empresa. A reestruturação dos serviços bancários havia provocado uma forte redução de pessoal. Segundo o entrevistado, 30% dos funcionários seriam demitidos no prazo de um ano. As demissões afetaram igualmente os funcionários mais qualificados, com funções de direção e chefia e que recebiam salários mais altos.[251] Assim, a redução dos efetivos não poupou ninguém, qualquer que fosse o nível hierárquico.

O impacto da privação de trabalho desestabiliza profundamente este jovem habituado à rotina do trabalho. Afetado igualmente em sua vida e relações pessoais, ele passa a se sentir desvalorizado e inferiorizado em relação aos outros. Até então, sua vida se resumia ao trabalho, o desemprego representando seu fracasso profissional e pessoal.

Entretanto, a decepção ressentida por Mateus no momento de sua demissão provoca nele um profundo questionamento de sua relação com o trabalho, pois sua dedicação à empresa não garantiu seu emprego, não o impediu de ser demitido. Depois de tudo, seu esforço não foi reconhecido e seu investimento sem limites na empresa nenhum retorno proporcionou a ele. É assim que sua experiência de privação de trabalho e o forte sofrimento que a acompanha provocam uma mudança significativa de sua percepção do trabalho e do lugar que deveria ocupar em sua vida. Perguntado como essa experiência de privação de trabalho tinha afetado suas relações pessoais, Mateus mostrou assim a mudança de sua percepção sobre o trabalho:

[O desemprego] *afeta, afeta muito* [as relações] *porque a pessoa, eu mesmo quando no meu caso,* ***a pessoa se sente... inferior às outras****, porque ela tá desempregada e os amigos, as pessoas que cercam não ... ... e todo mundo fica com pena de você. E você não quer que ninguém sinta pena ... ... então você está acostumado a sempre* ***as pessoas te tratarem de***

[251] Segundo o entrevistado, três diretores, vinte e quatro gerentes intermediários e dezesseis chefes de setor foram demitidos junto com ele.

igual prá igual *... ... ... internamente você já acha que tão rebaixando você. Até mesmo quando você não tá sendo rebaixado, você já pensa, né, ah,* ***o fulano lá tá bem empregado, eu tô desempregado ele já acha que é melhor que eu.*** *... ... Claro isso,* ***também tem um outro lado*** *... ... que eu dentro do banco* ***eu vivia estressado*** *demais ... ... eu não convivia com ninguém mais. Era de casa pro banco, do banco prá casa. Em casa eu mal conversava.* ***E hoje eu sou outra pessoa*** *... ... ... porque eu não tô estressado. Então eu tô enxergando outras coisas boas na vida que eu não enxergava lá, só enxergava o banco ... ...* ***o banco era tudo na minha vida****. Então foi um outro lado que foi bom também, né.*

P: Foi um aspecto positivo.

Foi, foi muito positivo porque eu voltei a sorrir. Porque eu entrava sete e meia da manhã, saía onze horas da noite do banco. ... ... Trabalhava que eu não enxergava o sol praticamente. [...] Não vou me dedicar e... me doar tanto prá empresa como eu fiz. Acho que tem que se doar, mas tem que ter um limite. Porque na hora de demitir, eles não pensam no prá traz ... ... dizia um antigo chefe meu que passado não garante presente ... ... não garante de forma nenhuma. Então, eu me dediquei, me doei totalmente ... ... e fui demitido. Então agora, a partir de agora, eu não faço mais isso. Eu trabalho as minhas oito horas, se tiver que trabalhar nove horas eu trabalho, até dez horas eu trabalho. Agora quatorze, quinze, dezesseis horas como eu trabalhava, não faço mais. E não ter horário prá almoço, não ter horário de lanche, não ter nada. Comer em pé num canto isso também eu não faço mais. Prejudica a saúde. Isso não leva a nada isso.[...] ... ... por exemplo gastrite que eu nunca tive, adquiri por não comer. Passava dez horas sem comer ... ... sempre achando que aquilo ia ser o melhor prá mim e nunca foi. Se eu parasse ... ... trinta minutos prá comer tranqüilo, num lugar calmo, acho que o meu trabalho renderia muito mais do que eu fazendo o que eu fazia. Só que a empresa não te deixa ... ... porque se tu tá almoçando, tu tem que tá autorizando... (Mateus, 26 anos)

Portanto, para Mateus, é no trabalho que uma pessoa se sente valorizada, em situação de igualdade em relação aos outros. Desempregada, na opinião do entrevistado, essa pessoa se sente inferior ; os outros a vêem com outro olhar, ela passa a ser objeto de pena. Ao mesmo tempo, a partir dessa dura experiência de desemprego, o entrevistado vai percebendo que seu ritmo anterior de vida e de trabalho não eram satisfatórios. A atividade profissional tomava completamente seu tempo de vida. O trabalho estava em primeiro lugar ; a saúde, a vida familiar, o tempo para si mesmo, vinham depois. O sofrimento no momento da demissão foi, pois, proporcional a essa devoção ao trabalho.

Por outro lado, com a chegada do desemprego, aquela relação subjetiva com o trabalho foi posta em xeque. Na sua avaliação, ele era uma pessoa muito estressada, excessivamente voltada para seu trabalho no banco. A partir do desemprego, Mateus passa a considera-se outra pessoa, menos tensa, mais tranqüila, capaz de sorrir, de viver uma vida normal. O entrevistado, pois, tentava reconstruir sua vida pessoal e profissional a partir de outras referências. Essa transformação pessoal, essa reconstituição de sua subjetividade é, precisamente, uma redefinição e uma reorientação de seus valores, idéias e práticas de vida. Essa mudança é marcada por uma

carga emocional muito forte, o que faz com que as mesmas fossem ressentidas com muita intensidade e profundidade.

Apesar disso, as adversidades enfrentadas pelo entrevistados no mercado de trabalho continuavam a ser ressentidas com muita dificuldade e incerteza. Afinal de contas, a atividade profissional continuava no centro de sua experiência de vida. A privação de trabalho mudara bruscamente os projetos profissionais de Mateus, colocando em risco seu futuro. Sem um emprego estável e sem uma perspectiva de carreira, o entrevistado sentia-se vulnerável, pois, na sua percepção, nem haviam as oportunidades e nem ele tinha os recursos necessários para encontrar um emprego similar ao anterior em termos de qualidade, perspectivas de carreira e nível salarial. O investimento em sua formação universitária, interrompida alguns anos antes, não poderia ser retomado sem que Mateus voltasse a ter um emprego relativamente estável. Além do mais, os custos de uma tal formação, na sua estimativa, eram muito altas. Na ocasião, o entrevistado fizera seus estudos em uma universidade privada. Tal fato também foi decisivo para que abandonasse sua formação.

A fim de enfrentar suas necessidades materiais e pagar suas contas, Mateus realizava um trabalho de cobrança, autônomo, junto a um escritório de advocacia. Tratava-se para ele de um bico, apesar de ser uma atividade regular e contínua, da qual, aliás, ele obtinha um rendimento também regular, apesar de baixo. Essa remuneração, porém, dependia do próprio fluxo de trabalho, pois o entrevistado dependia das comissões obtidas das cobranças que realizava. Tratava-se também de um trabalho informal, sem nenhuma proteção social. Apesar de tomar-lhe muito tempo, essa atividade lhe permitia dar continuidade à sua procura de emprego. Até aquele momento, não se tratava, para ele, de aceitar qualquer emprego formal, mal pago e sem perspectivas profissionais. Suas condições econômicas, apesar de incertas em relação ao futura, ainda estavam relativamente asseguradas devido às reservas decorrentes da indenização trabalhista e do seguro-desemprego. Além do mais, a esposa de Mateus também tinha um emprego remunerado no comércio. Apesar do baixo salário, sua contribuição também era importante para o provimento do casal, sobretudo naquele momento.

De fato, a administração da situação econômica tornara-se muito delicada com a chegada do desemprego. O casal vivia junto havia um ano e as despesas mensais, sobretudo com a prestação de um apartamento próprio, muito inquietavam este jovem :

> *Isso, isso é o mais complicado, né, claro que eu tive uma rescisão boa ... ... porque eu tinha seis anos. Então o fundo de garantia, férias vencidas e décimo terceiro ... ... vários itens, né. A minha rescisão foi razoavelmente boa ... ... mas o problema é que esse, esse*

dinheiro normalmente você ... guarda ele prá comprar um imóvel, algum bem ou até melhorar o que tu já tem, né. ... ... só que aí tu necessariamente tem que usar ... ... no orçamento do mês ... ... porque ... ... eu mesmo tinha uma renda de... mil e duzentos reais ... . passei a ganhar duzentos e quarenta que é o seguro-desemprego ... ... vinte por cento ... ... do que eu ganhava. Então eu só de prestação, eu pago quatrocentos reais, não dava nem prá pagar a prestação. Então eu fui obrigado a mexer neste dinheiro que eu recebi. ... ... então isso é muito complicado ... ... e ... psicologicamente te deixa ... ... apavorado, né, porque ... ... tu não imagina, tu sabe que o mercado... ... tá horrível ... ... Pelotas tem mais de cinqüenta mil desempregados ... ... uma cidade de duzentos mil, são vinte e cinco por cento ... ... é muita gente, ... tem gente de todos os níveis ... ... melhores que você, piores que você ... ... mas tem, né. Daí você começa a pensar ... ... e emprego não vem, emprego não vem, começa a ir o dinheiro ... ... é assustador né. (Mateus, 26 anos)

Apesar de estar trabalhando, Mateus se sentia um verdadeiro desempregado, seu objetivo estando claramente estabelecido : encontrar um novo emprego, estável, bem remunerado, em uma grande empresa. Neste sentido, essa era sua referência central: a norma do emprego estável. Sua estratégia de procura de emprego estava claramente definida, conforme ele narra no trecho a seguir :

Eu quero, eu quero um trabalho numa empresa que me dê ... ... oportunidades, que eu possa crescer dentro da empresa, que eu possa mostrar ... ... que eu tenho condições de subir e principalmente almejando cargos melhores que vão te dar mais segurança e um salário melhor. Até uma empresa de pequeno porte eu não me interesso trabalhar mesmo que surja uma oportunidade ... ... porque... quando eu trabalhava num escritório de contabilidade eu iniciei como auxiliar ... ... cheguei até supervisor de Recursos Humanos. Até não tinha mais como subir ... ... e o meu salário era baixo. Então eu preferi ... ... trocar pelo emprego do banco e iniciei como caixa ganhando até menos ... ... mas que eu tinha uma possibilidade de ascensão enorme ... ... então hoje eu dispensaria um emprego numa, numa pequena empresa. A não ser claro que ... ... eu não tivesse saída, aí tudo bem. Mas por enquanto graças a Deus ainda tem. ... ... (Mateus, 26 anos)

Assim, a fim de levar adiante sua estratégia, Mateus mantem-se em seu trabalho autônomo informal, conciliando-o com a procura de emprego. Este trabalho tem um caráter provisório, pois não proporciona a garantias trabalhistas e previdenciárias de um emprego estável. Logo, o desemprego desse jovem é vivido como uma experiência de privação de segurança, de oportunidades de ascenção na carreira, de boas condições salariais e de trabalho proporcionadas por um emprego estável em uma grande empresa. O desafio maior deste jovem era gerenciar uma contradição fundamental, a saber : seu nível de formação e escolarização não eram compatíveis com as exigências do mercado de trabalho. É ele mesmo que afirma : « *As grandes empresas organizam seus níveis hierárquicos segundo uma escola de escolarização... Para ter um cargo de chefia, é preciso então ter o nível universitário, senão não entra.* » Deste modo, após muitas tentativas de encontrar um emprego em uma grande empresa, de enviar

currículos e de realizar entrevistas, Mateus não havia ainda conseguido encontrar o emprego desejado. Uma mudança de estratégia, porém, já começava a ser levada em consideração. Se o desemprego se prolongasse por mais algumas semanas ou meses, Mateus consideraria a possibilidade de aceitar um emprego qualquer, que garantisse um mínimo de segurança.

Assim, sendo a norma do emprego estável uma referência central, Mateus via na atividade de cobrança um trabalho eventual, provisório, um bico. Tratava-se de um trabalho necessário para sobreviver. Seu objetivo central era encontrar um novo emprego, estável, protegido, bem pago. Logo, sua experiência de trabalho eventual, do bico, era claramente ressentida como uma experiência de privação de trabalho em vários sentidos: de privação de um ofício, de privação de renda, de privação de um status e de segurança. As péssimas condições do mercado local de trabalho davam um tom muito pessimista ao seu discurso. Para este jovem, o futuro desenhava-se como incerteza e a privação de trabalho era vivida na luta para conseguir um lugar melhor na esfera profissional. Sua experiência ainda inscrevia-se no registro do provisório, mas suas estimativas para o futuro eram um tanto desanimadoras. Entrar definitivamente no circuito da instabilidade, da informalidade, para superar a privação econômica não era ainda o horizonte de Mateus. Essa possibilidade, porém, não poderia ser completamente descartada. A conjuntura econômica do final dos anos noventa favorecia a antecipação de um tal cenário.

De fato, Mateus tinha um problema muito sério à sua frente: a impossibilidade de continuar investindo em sua formação universitária. A privação de trabalho lhe impedia de seguir tal alternativa, pois os custos de tal projeto eram altos. Diferentemente do caso de Gabriel, que pôde investir-se em sua formação profissional (de curto prazo, porém, e com custos bem mais reduzidos), o que abriu novas oportunidades para ele no mercado de trabalho, a situação de Mateus era bem mais complexa. Seu investimento deveria dar-se mais a longo prazo, com custos bem mais elevados. Neste caso, Mateus não tinha a possibilidade de converter os recursos disponíveis, materiais e simbólicos, em novos recursos para o enfrentamento de sua privação de trabalho. Este fora o caso de Gabriel, que realizou tal conversão com sucesso. Mateus, porém, situava-se em outro patamar de exigência, não dispondo de tais recursos (materiais). Logo, a situação de privação de trabalho também era para Mateus a experiência desses limites insuperáveis, pelo menos no curto prazo.

8.10. Outras facetas da precarização

O processo de precarização social de trajetórias estáveis também é observado na experiência de outro homem, um ex-bancário que viu sua situação deteriorar-se com a chegada do desemprego, sem nutrir muitas esperanças de recuperar as condições de vida e trabalho que tivera anteriormente. Nesse caso, a relação com a privação de trabalho não aparece fundamentalmente como a privação de um ofício, mas como uma perda de segurança e de estabilidade, a qual é preciso conformar-se. Definitivamente, este homem não imaginava que pudesse encontrar um novo emprego estável, pelo menos não com as características de seu emprego anterior.

Na trajetória de Mauro, 38 anos, ensino médio completo, ex-bancário, a experiência de privação de trabalho é vivida como um processo de "perda de status social", como insegurança, manifestando-se uma nítida ausência de perspectivas de uma recolocação profissional plenamente satisfatória. Ao mesmo tempo, observa-se de modo peculiar nesta trajetória o modo como a privação de trabalho afeta e redefine as relações de gênero e a divisão sexual das responsabilidades domésticas dentro da família.

Mauro era casado, morando com sua esposa e dois filhos pequenos, um de três e outro de nove anos de idade. No momento da entrevista, a esposa de Mauro, Gilse, 32 anos, ensino fundamental completo, dona de casa, estava à procura de emprego para ajudar no orçamento doméstico.

O entrevistado estava sem emprego havia cinco meses e trabalhara quase dezoito anos como bancário. Tratava-se, pois, de uma trajetória de trabalho estável, na qual lograra percorrer uma carreira profissional marcada pela segurança econômica, pela estabilidade no trabalho e com perspectivas de ascensão profissional. No momento da demissão, Mauro trabalhava como supervisor de caixa e ganhava um bom salário. Como nos casos de dois outros entrevistados que trabalhavam neste setor, o banco fora privatizado e passava por um processo de reestruturação, o que resultou na demissão de funcionários estáveis. A demissão pegou Mauro de surpresa. Ele até tentou negociar uma redução de salário ou uma mudança de função, não tendo sucesso. A demissão foi marcada por uma certa mágoa e por um sentimento de injustiça. O entrevistado questionava as razões de sua demissão em comparação com outros colegas seus que, segundo afirmava, não "vestiam a camiseta" da empresa como ele o fizera.

Mauro começou a trabalhar no banco com 19 anos de idade, crescendo, pouco a pouco, na hierarquia da empresa. Ele afirmou que sempre dedicou-se muito ao trabalho, trabalhando além

do expediente normal, principalmente quando passou a exercer funções de mais responsabilidade. Essa dedicação ao banco orientava sua conduta profissional, o trabalho sendo para ele fonte de valorização profissional e de identidade pessoal. Mauro afirmou que considerava os colegas de trabalho e as relações pessoais travadas no banco como uma família.

Essa relação de confiança e valorização pessoal é, porém, rompida no momento da demissão. Segundo o entrevistado, a direção da empresa não soube valorizar sua dedicação ao trabalho, o desprezando em relação a outros funcionários menos devotados ao trabalho. É precisamente neste ponto que Mauro mostrava seu descontentamente, sua mágoa. Sua demissão fora para ele um ato de injustiça.

Apesar dessa forte relação com o trabalho, Mauro mostrava, no momento da entrevista, um certo « distanciamento » em relação a tudo que ocorrera. O entrevistado mostrava-se mesmo resignado, parecendo aceitar e adaptar-se sem muita dificuldade ao novo cenário de sua vida profissional. Para este homem, o ofício de bancário era uma atividade de tipo relacional com a qual ele adaptou-se muito bem ao longo de sua trajetória. Mauro considerava-se naturalmente dotado para este tipo de trabalho, gostava de conversar com as pessoas, mantinha com elas boas relações, amistosas e gentis. Ela considerava também que tinha uma ótima relação com os clientes, muitos deles tendo se tornado seus amigos. Sua atividade profissional, pois, não se apresentava para ele como um conjunto muito definido de habilidades e competências que implicassem um campo de qualificação claramente delimitado. Para ele, seu trabalho no banco era, sobretudo, um universo particular de relações, de convivência e de sociabilidade.

Mauro não percebe, pois, essas “habilidades” exercidas por ele ao longo de sua trajetória profissional como “qualificações profissionais” propriamente ditas, mas antes como “qualidades naturais” de quem têm facilidade de comunicação e de relacionamento com as pessoas, particularmente com os clientes do banco.

Neste sentido, a perda do emprego não significou para Mauro a perda de um ofício, de um espaço de atividades particularmente significativas pelos seus conteúdos intrínsecos. Por isso, a perda do emprego foi para ele, sobretudo, a perda de um status, de uma posição confortável, de um ótimo trabalho em uma empresa estável. Esse fator subjetivo favoreceu Mauro no seu enfrentamento de sua experiência de privação de trabalho. Se, no início, a ruptura do vínculo empregatício implicou um certo sofrimento para o entrevistado – o mesmo sentimento de traição e indignação registrado nas trajetórias de outros entrevistados que apresentavam longos laços com suas empresas –, logo a seguir a experiência de privação de trabalho torna-se

fundamentalmente a tentativa de gerir os custos e as limitações materiais resultantes desse processo.

Neste sentido, a chegada do desemprego impõe a Mauro uma dupla preocupação. Primeiramente, ele implica um conjunto de restrições econômicas imediatas. Logo em seguida, ele exige a capacidade de recomeçar uma nova vida.

Os recursos financeiros decorrentes de sua longa trajetória ocupacional constituíam-se numa referência importante para ele, gerando uma certa sensação de segurança. No banco, ele ganhava um ótimo salário, considerando sua escolarização (ensino médio) e sua falta de formação profissional. Aliás, essa fora, aparentemente, uma das razões principais de sua demissão. A reestruturação da empresa implicava, entre outras coisas, uma drástica redução de custos com pessoal.

Com o desemprego, Mauro sabia que precisava reduzir drasticamente suas despesas domésticas para se adaptar a nova situação. Enquanto provedor principal e exclusivo de seu grupo familiar, ele temia principalmente por seus filhos. É neste aspecto, exatamente, que a experiência de privação de trabalho, sobretudo no início, mexeu mais intensamente com este homem, gerando insegurança e um certo sofrimento. No entanto, pouco a pouco este sofrimento foi deixando lugar a uma sensação de equilíbrio, de relativo domínio da situação. Assim, Mauro conta, ele mesmo, o impacto inicial do desemprego sobre sua vida e relações familiares :

> *No início, é claro, principalmente em casa, né, em casa tu fica [...] ... porque as crianças te pedem, tu tinha uma facilidade, quer dizer tem um guri meu que tem nove anos. Então, ele queria levar dinheiro pro lanche e tal e eu disse prá ele: agora o pai tá desempregado, não vou deixar de te dar o teu lanche, não vou deixar de te dar o dinheiro, mas a gente tem quer ir levando, maneirando, quer dizer, já ir acostumando ele a se auto...* [Se auto-limitar] *... a se auto-limitar, né. Então ele disse: não pai, tudo bem, quando der, quando não der tudo bem. Então a gente conseguiu levar, eu consegui em casa procurar conversar e consegui harmonizar todo mundo, né. Claro, no início foi, no início foi até os dois primeiros meses, terceiro mês, tu ficas, a gente fica, custa a respirar direito, né, fica ... mas graças a Deus deu prá assimilar e ...* (Mauro, 38 anos)

Ao falar um pouco mais sobre essa experiência de privação de trabalho, Mauro afirmou:

> *Pô, não foi fácil. Não é fácil, não é fácil. É como eu te disse, a gente tinha um ritmo de vida médio, né. Então, claro, tudo muda, tudo tem que limitar, né, então fica difícil, fica difícil mesmo. A gente fica, a gente quer fazer alguma coisa não pode fazer porque a gente sabe que não, se a gente gastar aquele dinheiro daqui a um pouco pode futuramente não ter. Então fica, a gente ficou bem, bem magoado, bem uma coisa bem* ***insegura*** *porque... é difícil.* (Mauro, 38 anos)

No início, a experiência de privação de trabalho é, sobretudo, para Mauro, a experiência da insegurança, a experiência dos constrangimentos materiais que restringem seu modo de vida e sua capacidade de consumo. Essas restrições afetam diretamente o cumprimento de sua função de provedor, implicam a necessidade de impor limites aos próprios filhos, o que gera um enorme desconforto para o entrevistado.

As parcelas do seguro-desemprego, apesar de baixas, e as indenizações trabalhistas recebidas por Mauro permitiram-lhe manter a situação sob controle, preservando a estabilidade do grupo. Ele sabia, porém, que esses recursos acabariam e que seria preciso reestruturar o modo de vida e de consumo da família.

Por isso, o desemprego não é vivido apenas como uma situação provisória de procura de trabalho, de restrições econômicas. Ele apresenta-se claramente para o entrevistado como uma situação que irá repercutir definitivamente sobre sua vida futura, mudando os rumos de sua trajetória pessoal e familiar. Neste sentido, ele sabia que seria preciso começar uma nova vida, com novas referências e padrões de consumo e bem estar material. Mauro afirmava saber que ele não teria mais o mesmo padrão de emprego e salário anteriores.

Desde o início muito voltado para a procura ativa de trabalho, o entrevistado tentava administrar sua condição de desempregado de forma pragmática. Sua estratégia imediata era de conseguir qualquer emprego razoável que aparecesse, isto é, um emprego formal com todas as garantias trabalhistas. Assim, uma vez empregado, ele estimava que poderia continuar procurando um trabalho melhor, mais estável e mais bem pago. O importante era reduzir ao máximo a utilização da poupança decorrente de sua indenização trabalhista. Mauro descartava quase completamente a possibilidade de obter um bom emprego, semelhante ao seu trabalho no banco.

Depois de alguns meses de procura de emprego, currículos distribuídos – mais de 200, segundo ele – entrevistas e contatos realizados, Mauro tinha em vista uma perspectiva de emprego que lhe proporcionara um certo alento. Tratava-se de um trabalho em uma empresa que estava formando um setor de tele-marketing, destinado a promover vendas e publicidade por telefone. Mauro conhecia o responsável pela implantação desse serviço que lhe prometera uma vaga na empresa.

No entanto, enquanto aguardava essa nova oportunidade, o entrevistado mantinha sua procura de trabalho. As dificuldade por ele ressentidas eram enormes, pois, segundo afirmava, as pessoas não davam a ele as oportunidades que surgiam. Assim, nos trechos a seguir, Mauro relata

suas experiências de procura de emprego, as entrevistas e contatos realizados, particularmente uma tentativa de conseguir um emprego como frentista[252] em um posto de gasolina :

> *Ah eu fiz* [uma entrevista] *até no "Posto de Gasolina X", lá num posto de gasolina, o rapaz tava precisando de um frentista e aí eu fui lá fazer uma entrevista com ele. Aí ele olhou o meu currículo, ele foi bem claro prá mim: com esse currículo que tu tem, tu não pode ser frentista. Aí eu expliquei prá ele, eu digo: mas não é o problema de eu querer ou tu não querer me dar o serviço, o problema é a* ***necessidade****, que a gente precisa. Não é necessidade, a gente graças a Deus não tá passando necessidade, mas a gente quer trabalhar porque hoje em dia o dinheiro que eu recebi, daqui a um pouco acaba, termina, né. Então, o pouco que a gente ganhar, independente de ser frentista ou não, que não é* ***desonra****, prá mim não é* ***desonra*** *ser frentista num posto, eu tô ganhando o meu novamente, entendeste. Então eu tô ganhando o meu e tô deixando aquele que eu tenho lá de reserva.* (Mauro, 38 anos)

Perguntado se estava realizando bicos ou trabalhos eventuais, Mauro responde:

> *Não. Não tenho feito. Não tenho porque... até gostaria de ter, me propus até a fazer com clientes que trabalhavam conosco no banco, lá, né. Mas os clientes ficavam meio assim, né. Báh!, Mauro, pô, te dar um bico. Eu disse prá eles: é preferível eu te pedir um bico do que eu sair por aí roubando, que não é o caso, mas seria entendeste. Ele disse: pois é, fica chato, pô, tu trabalhou em banco. Eu digo: ah, trabalhar em banco prá mim e trabalhar organizando um depósito ou carregando umas caixas não vai ser* ***desonra*** *prá mim, não vai ser* ***desonra****, eu acho que não é* ***desonra*** *prá ninguém. Como eu te disse****, a gente tá num patamar e daqui um pouco a gente desce.*** *Tem que procurar estabilizar, né. Ah, mas não dá, pois é, tal. Quer dizer, a gente procura fazer alguma coisa, mas as pessoas também não deixam a gente fazer, né. Então fica meio, a gente fica meio trancado, meio trancado, é a mesma coisa em relação aos empregos que aparecem. Que no caso eu tava te falando, quer dizer, eu vou lá, levo o meu currículo, teria condições de pegar o serviço nesse do posto mesmo, né, é 350 reais, é 350 reais*[253] *mas me ajudaria, entendeu. Aí o rapaz: pois é, mas não é prá ti, por causa do teu currículo, o teu currículo é... Eu acho que hoje em dia as pessoas vêem muito o que a gente fez, não o que a gente pode fazer. Então o que acontece? Ele viu o currículo, viu que eu tinha dezoito anos de banco e tal: tu trabalhar como frentista seria, prá ele, seria não sei, uma diferença, uma* ***desonra****. Mas eu acho que não é por aí, né. Mas é o que acontece e a gente vê a realidade que aparece, né.* (Mauro, 38 anos)

Estes dois trechos revelam de maneira intensa os desafios materiais e simbólicos vividos por Mauro em sua experiência de privação de trabalho. Antes de mais nada, o trabalho tem um significado simbólico insistentemente por ele evocado. O trabalho, o emprego situam os indivíduos em uma certa posição social, implicando-os em um « *status* social » determinado. Esse « status » implica também um certo nível de prestígio, de reconhecimento social. Um

[252] Funcionários dos postos de gasolina que dão atendimento aos clientes, realizando, principalmente, o abastecimento dos veículos.
[253] No banco, Mauro recebia mais de R$ l.600,00 por mês. Na ocasião, o salário mínimo era de R$ 130,00.

trabalho não é somente um conjunto de atividades realizadas em um certo setor de atividades e mediante certas relações, produzindo um nível particular de remuneração. Ele é também um símbolo de distinção social, um signo de pertencimento a um grupo, o objeto de avaliação e julgamento, podendo implicar uma certa « honra » para o indivíduo que trabalha. Eis o que um currículo, em parte , revela. Enfim, o trabalho é objeto de uma construção social e simbólica que condiciona o modo como os indivíduos vão fazer suas escolhas e definir suas preferências. Esta construção social e simbólica cria igualmente certos constrangimentos e limites em relação às oportunidades de cada um em um espaço social determinado.

Mauro dizia estar disponível para trabalhar como frentista em um posto de gasolina ou como um simples trabalhador manual em um depósito, mesmo que isso significasse uma redução de seu nível salarial e de seu status social. Mas, segundo ele, as barreiras sociais o impediam de trabalhar nestes tipos de atividade. Sua estratégia, obedecendo a uma lógica estritamente econômica, procurava reduzir o impacto financeiro de sua situação de desemprego. Era preciso preservar sua poupança, economizar os recursos já acumulados. Pouco importava o tipo de emprego e o nível do rendimento. O importante era neutralizar o impacto financeiro negativo daquela situação. Nestes termos, a experiência de privação de trabalho é claramente vivida na tentativa de amenizar esse impacto, essa "perda de status" que implicava uma brusca redução do padrão de vida.

Por isso, a privação de trabalho implica Mauro em uma "lógica de sobrevivência", uma sobrevivência material minimamente aceitável, já que a privação de trabalho impôs uma queda de posição na estrutura social (material e simbólica). A preservação de um mínimo em termos materiais contrasta com a perda inevitável de prestígio e reconhecimento. Mauro renuncia a uma situação de *honra diferencial superior* de um emprego dotado de um status mais elevado. Certamente, essa renúncia mostra-se provisória, pois visa amenizar o impacto financeiro imediato do desemprego, sem deixar de lado a possibilidade de um emprego melhor. No entanto, este emprego melhor nunca mais terá o *status* do emprego anterior.

Se Mauro aceita trabalhar em ocupações e bicos com baixo valor econômico e simbólico não é porque ele está livre das referências e julgamentos sociais dominantes à respeito do *status* de um determinado trabalho, mas porque percebe-se em uma situação frágil e vulnerável : o desemprego. Neste sentido, ter um trabalho qualquer é preferível a continuar desempregado. A *honra do trabalho*, de qualquer trabalho, a *honra diferencial inferior* de um *trabalho inferior* permite-lhe, pelo menos, escapar à *desonra do desemprego*.

Assim, Mauro está disposto a renunciar à *honra superior* de seu emprego anterior, procurando, de qualquer modo, um trabalho honrado. Dois fatores principais o colocam nessa direção. Primeiramente, sua condição de gênero. Trata-se, evidentemente, de um homem, chefe de família, inscrito em relações nas quais ele é o provedor do grupo familiar. Encontrar um emprego é a condição *sine qua non* para continuar a cumprir esse papel fundamental. Em segundo lugar, sua condição de classe, o capital econômico e cultural acumulado. Se, do ponto de vista econômico, Mauro gozava de uma relativa segurança (poupança decorrente da indenização), podendo consagrar-se inteiramente à procura de emprego, do ponto de vista do capital cultural (escolarização, formação profissional) sua situação era muito delicada e desalentadora. Ainda que tivesse uma enorme experiência profissional, esta não lhe era um fator favorável em uma conjuntura recessiva e em um segmento (setor bancário) em processo de reestruturação (desestruturação dos empregos). Suas competências profissionais adquiridas em anos de trabalho não poderiam ser imediatamente aproveitadas no mercado de trabalho como um recurso diferencial positivo. Postos de nível equivalente ao seu no banco não eram acessíveis senão a pessoas com formação universitária. Por isso, a concorrência lhe era completamente desfavorável. O entrevistado tinha plena consciência que restava-lhe apenas os postos de trabalho e empregos médios e inferiores na escala das empresas.

Por todas essas razões, ter um trabalho ou emprego inferior ao anterior era uma realidade inexorável para Mauro. A privação de trabalho torna-se, pois, uma experiência inevitável de descenso na escala social. Trata-se, logo, de amenizar o impacto econômico de uma tal situação. Essa era a preocupação principal deste entrevistado.

Tendo recebido o seguro-desemprego e uma boa indenização, Mauro encontrava-se, ainda, em uma situação de relativa segurança econômica, pois poderia suportar o desemprego por mais algum tempo. Vale ressaltar, porém, que, desde o primeiro momento, a postura de Mauro frente ao mercado de trabalho mostrou-se bastante distinta dos entrevistados que apresentavam elevada qualificação profissional e cujas estratégias eram de prolongar ao máximo a procura de emprego a fim de conseguir um bom trabalho.

Desde o momento de sua demissão, Mauro procurou regorganizar o orçamento doméstico a fim de reduzir as despesas. Não seria mais possível manter o padrão de vida passado, já que seu salário anterior era muito bom, inexistindo a perspectiva de conseguir outro emprego com o mesmo padrão salarial. Por isso, os ajustes no orçamento eram absolutamente necessários. Por isso também, Mauro não pretendia prolongar sua situação de procura de emprego. Na sua própria avaliação, sua qualificação profissional era insuficiente em um mercado de trabalho competitivo.

Além do ensino médio, o entrevistado possuía apenas um curso básico de computação, alem, é claro, de sua longa experiência no banco.

Por todas essas razões, a esposa de Mauro também decidira procurar emprego, tornando-se também ela uma "desempregada". Neste sentido, a situação deste casal era reveladora dos rearranjos familiares nos momentos de privação de trabalho. O desemprego do marido acabou gerando não um, mas dois desempregados.

Até a chegada do desemprego, a divisão habitual das responsabilidades domésticas fazia recair sobre Mauro o papel de provedor principal e único de seu grupo familiar, ficando sua esposa encarregada de cuidar da casa e das crianças ainda pesquenas. Seu padrão salarial no banco permitia uma tal divisão tradicional dessas responsabilidades.

A privação de emprego, no entanto, mudou esse quadro. De fato, o desemprego do entrevistado provoca um retorno a uma situação passada, modificada pelo nascimento dos filhos. Muitos anos antes, a esposa de Mauro trabalhara como comerciária. Com a vinda do primeiro filho do casal, ela ainda continuou trabalhando por alguns anos. Nesse período, o casal contava com a ajuda da mãe de Gilse para cuidar do primeiro filho. Com uma situação econômica estável, o casal pôde construir sua casa própria, livrando-se das despesas de aluguel. Em função disso, Mauro propôs à sua esposa que parasse de trabalhar, pois, segundo ele, seu trabalho remunerado não era economicamente compensador. O salário no comércio era muito baixo. Na ocasião, o salário do entrevistado no banco era de três a quatro vezes superior ao de sua esposa. Desde então, Gilse deixou de trabalhar fora, dedicando-se à casa e aos filhos. Alguns anos depois nasceria o segundo filho do casal, reforçando ainda mais essa divisão tradicional das responsabilidades domésticas. Só mais tarde, com o desemprego de Mauro, é que Gilse reingressaria no mercado de trabalho, retomando a procura de emprego.

A situação, porém, parecia provisória aos olhos do entrevistado. Segundo ele, havia um acordo entre eles de que ela deixaria de trabalhar tão logo ele obtivesse um novo emprego. Por outro lado, Mauro mostrava-se claramente colaborativo em relação ao trabalho doméstico, afirmando ajudar sua esposa em várias tarefas da casa. Ele foi muito taxativo, porém, ao afirmar que preferia que sua esposa não trabalhasse fora. De seu ponto de vista, ninguém cuida tão bem dos filhos como a própria mãe.

Neste caso, a privação de trabalho produziu uma alteração dos papéis sexuais dentro da família, a esposa passando a procurar emprego e o marido passando a realizar algumas tarefas domésticas. Essa situação, porém, mostrava-se provisória aos olhos do entrevistado, revelando-se excepcional e não uma regra básica que regulava a relação do casal.

Apesar de a situação mostrar-se incerta quanto ao futuro, essa experiência de privação de trabalho deslocou, ainda que parcialmente, as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho tradicionais. Tal deslocamento, no entanto, ainda mostrava-se excepcional aos olhos de Mauro. Uma cristalização desse deslocamento em um futuro próximo parecia bastante provável, pois a precarização das condições de trabalho do entrevistado mostrava-se como o horizonte mais provável. Em um quadro como esse, o trabalho remunerado de Gilse seria, provavelmente, essencial para o grupo familiar.

Percebe-se, pois, que nas relações entre o casal, estruturadas em termos de gênero, há um jogo de posições no modo de ocupar o espaço econômico e o espaço doméstico. A ocupação de um desses espaços condiciona a ocupação do outro e vice-versa. Na base dessas estratégias e das decisões tomadas pelo casal, estão os papéis estruturados em termos de gênero. Tais papéis têm importantes efeitos na estrutração das formas e das experiências de privação de trabalho desses indivíduos.

A experiência de Mauro é tipicamente masculina, estruturada em torno da prioridade atribuída ao trabalho remunerado e à condição de provedor principal do grupo familiar. Por outro lado, a experiência de Gilse, sua esposa, é tipicamente feminina, estruturada em torno da prioridade atribuída ao trabalho doméstico e à condição de provedora secundária. É por isso que o desemprego de Gilse é uma decorrência do desemprego do marido. Estando Mauro provisoriamente incapaz de cumprir sua função de provedor principal do grupo, Gilse é levada a reingressar no mercado de trabalho, daí sua condição de desempregada. Neste caso, uma inserção periférica no trabalho remunerado implica esta mulher em um tipo de desemprego também periférico, como se verá logo adiante.

No caso de Mauro, a experiência do trabalho doméstico, a ajuda nas tarefas de cuidar dos filhos, lavar a louça, entre outras, inscreve-se em um registro provisório e secundário. Se durante o período de privação de emprego a realização dessas tarefas torna-se mais freqüente, essa não é a regra das relações em um quadro de "normalidade". De qualquer forma, não se observa, nesse caso, uma rígida divisão sexual do trabalho. A "ajuda" masculina nas atividades domésticas é freqüente, não só durante as experiências de privação de trabalho, mas também em um contexto em que ambos estejam empregados. Se, por um lado, essa "ajuda" representa uma flexibilização e um deslocamento do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, por outro, essa divisão de tarefas continua nitidamente demarcada em termos de gênero. Eis, pois, que as formas e experiências de privação de trabalho adquirem características peculiares entre homens e mulheres.

Para Mauro, uma relação peculiar com o trabalho remunerado implica também uma relação peculiar com o trabalho e o espaço domésticos. Em seu caso, tais relações se conjugam no masculino. O desemprego não muda substancialmente os papéis sociais deste homem : provedor, pai, marido. Sua contribuição para as tarefas domésticas resta limitada. O entrevistado admitia ajudar sua esposa em casa, cuidando das crianças, lavando a louça. Os termos de seu própria narrativa indicam, porém, o caráter secundário desse trabalho, dessa « ajuda » : *« Sim, eu ajudo minha esposa, se eu tenho que lavar a louça, eu lavo, menos fazer comida, porque eu não entendo de cozinha, mas eu lavo a louça, eu cuido das crianças. »*

De fato, o desemprego altera a divisão sexual do trabalho doméstico e passa a exigir de Mauro essa « ajuda » nas tarefas domésticas. Sua esposa passara a procurar emprego, não podendo mais se dedicar inteiramente às tarefas da casa. A presença do entrevistado era importante para que ela se liberasse para o mercado de trabalho, principalmente no cuidado com os filhos[254].

Essa « inversão » dos papéis era considerada, porém, provisória. No trecho a seguir, Mauro tenta explicar o modo como o casal estava administrando essa situação :

> *É, a princípio, até eu voltar a trabalhar, eu vou ficar com eles* [filhos], *né. Mas assim que eu voltar a trabalhar, ela disse que ela sai do emprego e fica com eles**. Que não adianta, não adianta tu ganhar, por exemplo, 250 reais e pagar 130 prá uma empregada. Que aí não adianta, tu vai trocar dinheiro, como diz o outro, né. Que aí prá tu deixar eles, tu vai deixar com quem? Então tem que ter uma pessoa prá cuidar deles.***
>
> P: A não ser que ela conseguisse um emprego com salário melhor ?
>
> *Pois é, aí até dá prá se estudar, dá **prá mim ficar em casa e ela trabalhar***. [Risos]. *É, não, são oportunidades que não… é, mas **eu sempre tenho aquela teoria que eu acho que a mulher tem que ficar em casa e o homem trabalhar.** [...] ... porque eu acho que ela em casa, ela em casa, não quer dizer que a pessoa que vai cuidar os guris, os meus filhos no caso, não vai cuidar direito, mas **mãe é mãe, né, mãe é mãe, e uma empregada, sabe como é que é, hoje em dia a gente vê cada coisa que acontece aí ... ... então, eu prefiro que ela fique em casa e eu vá trabalhar.** [...]*
>
> P: Prá ela [esposa] não tem problema?
>
> *Prá ela não tem problema. Só que claro, **se tiver que ela trabalhar, ela vai trabalhar,** entendesse. **Se ela quiser trabalhar, eu nunca me opus a ela, a aceitar ela trabalhar, porque quando a gente casou, nós dois trabalhávamos,** né.* (Mauro, 38 anos)

Os argumentos evocados por Mauro justificam plenamente uma divisão sexual tradicional do trabalho. As práticas e representações que estão na base dessa visão de mundo implicam uma

[254] Na ocasião da entrevista, realizada em uma sala da universidade, Mauro trouxera seu filho, estando dele cuidando naquele momento.

situação de desigualdade de gênero que estrutura fortemente não apenas a inserção de homens e mulheres no trabalho remunerado como também as formas e experiências de privação de trabalho. A posição de Gilse no grupo familiar, tal qual ela é definida por seu marido, revela que as pressões econômicas obrigam as mulheres a saírem para o mercado de trabalho, a despeito da prioridade atribuída ao trabalho doméstico. Por outro lado, a própria inserção precária das mulheres no trabalho remunerado, sobretudo em termos salariais, acaba reforçando um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho. Neste caso, pelo menos nos momentos de estabilidade econômica, prevalece esse modelo de divisão sexual do trabalho no qual o homem insere-se prioritariamente no trabalho remunerado e a mulher no trabalho doméstico.

Mas, nem sempre foi assim. A esposa de Mauro já trabalhava antes do casamento. A decisão de que ela pararia de trabalhar ocorreu um ano após o nascimento do primeiro filho. Segundo o entrevistado, a situação econômica era estável e confortável, o casal havia se mudado, indo morar em casa própria e eliminando as despesas com aluguel. Sua esposa, sem formação profissional e com um baixo nível de escolarização, trabalhava havia oito anos como vendedora no comércio, recebendo um salário muito baixo. Por isso, Mauro lhe propôs que parasse de trabalhar fora e ficasse em casa, cuidando das crianças.

Porém, a chegada do desemprego mudou a situação econômica do casal, Gilse decidindo procurar um emprego. O entrevistado afirmou não se opor e à propósito de uma conversa entre com sua esposa, ele afirmou: "*Se tu quer trabalhar, vai. Se tu encontrar um emprego, tudo bem. Então, ela me disse: 'não, se eu encontrar um emprego e se tu encontrares também, eu peço demissão e tu ficas. Pelo menos um de nós está trabalhando'.*"

Nestes termos, a procura de emprego por parte de Gilse, segundo afirma o entrevistado, constituía-se, antes de mais nada, em uma estratégia temporária destinada a enfrentar aquele momento peculiar de desemprego de Mauro. Em resumo, tratava-se de uma situação estimada como provisória, a referência central quanto ao mercado de trabalho permanecendo inalterada : o marido investe-se prioritariamente no trabalho remunerado e a esposa no trabalho doméstico.

Se, aparentemente, o desemprego desestabiliza essa divisão sexual tradicional do trabalho, essa mudança provocada mostra-se, em princípio, provisória. A divisão mais igualitária no momento de desemprego – homem e mulher à procura de trabalho e partilhando as tarefas domésticas – mostra-se, conseqüentemente, excepcional.

Neste caso, observa-se que a inserção de Gilse no mercado de trabalho torna-se subordinada àquela de seu marido, o papel de mãe e esposa prevalecendo sobre aquele de trabalhadora e provedora. A oposição entre esses dois tipos de papéis sociais, mãe e esposa de um

lado, e trabalhadora, de outro, constitui-se como um efeito das relações sociais de gênero. Tudo se passa de modo diferente quando se trata de um homem, o papel de provedor não entrando em conflito com aquele de pai e marido. Ao contrário, esses papéis são indissociáveis, pai e marido sendo provedor.

Portanto, a relação com o espaço doméstico apresenta-se diferentemente entre homens e mulheres. Em uma situação na qual prevalece uma divisão sexual do trabalho de tipo tradicional, como é o caso deste casal, a relação com o trabalho doméstico é considerada prioritária para a mulher, sobretudo o trabalho de cuidado e educação dos filhos. A experiência de um « desemprego eventual », periférico, na qual a atividade remunerada é estimada como provisória – uma reação ao desemprego do marido – expressa o caráter subordinado de inserção desta mulher no mercado de trabalho. Este tipo de inserção, implicando uma subordinação econômica, pode implicar igualmente uma subordinação mais ampla – política, cultural – das mulheres no mundo social.

Esse movimento « feminino » de interrupção e retomada da atividade econômica, ocasionando, a cada retorno, um « desemprego de reinserção », tem como efeito o reforço da divisão sexual tradicional do trabalho. A esposa de Mauro, que trabalhava quando os dois se casaram, abandonou sua atividade profissional em razão dos filhos. A interrupção acarretou um custo no momento da retomada da atividade. A idade mais avançada, o baixo nível de escolarização, a falta de uma experiência « atual » de emprego, foram todos fatores que afetaram a empregabilidade dessa mulher. Mesmo entre as mulheres mais escolarizadas e qualificadas profissionalmente, o tempo longe do mercado de trabalho pode converter-se e ser considerado pelos empregadores como um tempo de perda das qualificações e saberes, um tempo irrecuperável, sem investimento no mundo profissional. Tal fator pode provocar não apenas um prolongamento na duração do desemprego, mas também uma completa exclusão do mercado de trabalho mais organizado. Ainda que essas mulheres encontrem um emprego, será sempre muito grande a probabilidade que seja um emprego precário e com baixo salário. Por sua vez, uma inserção precária no emprego não favorecerá a permanência dessas mulheres no mercado de trabalho, quando as pressões o trabalho doméstico são significativas. Neste sentido, o retorno ao lar reforça o círculo vicioso de exclusão do trabalho remunerado e de subordinação social.

Para os homens e, neste caso, particularmente para Mauro, a relação com o espaço doméstico se coloca de maneira inteiramente diferente. Distanciado das tarefas domésticas e investindo-se integralmente no mundo profissional, essa relação expressa-se tanto na sustentação

econômica do grupo como na afetividade. O espaço doméstico não é, tipicamente, um espaço de trabalho, mas uma espaço de expressão emocional, de lazer, de convivência íntima.

A experiência de privação de trabalho desse entrevistado, um « desemprego de tipo clássico », conjugado no masculino e seguido de uma situação de emprego estável, expressa-se principalmente na vivência das dificuldades em cumprir adequadamente com esse papel de provedor principal do grupo familiar. Se, por um lado, os recursos econômicos acumulados têm um papel importante para amenizar o impacto da privação de trabalho – pelo menos do ponto de vista econômico -, por outro, essa experiência de desemprego será vivida na completa disponibilidade e prioridade em relação ao mercado de trabalho, nenhuma barreira doméstica interpondo-se aos seus investimentos no mundo profissional. É mesmo essa relação particular com o espaço doméstico que contribui para tornar esse indivíduo totalmente disponível para o trabalho remunerado.

Na ocasião da entrevista, estimulado a falar sobre o seu cotidiano, sobre como ocupava seu tempo e se ficava em casa, Mauro respondeu : « *sim, eu fico em casa, eu fico em casa, porque tu distribui os currículos para as empresas, tu deixa teu número de telefone de casa, então, quer dizer, é preciso ficar em casa. Às vezes minha esposa sai, e eu, eu preciso ficar em casa, ou eu saio e ela fica em casa…* » (Mauro, 38 anos)

Neste sentido, o entrevistado associa diretamente a casa à procura de emprego. Para ele, não é o trabalho doméstico que conta, prioritariamente, mas o trabalho remunerado. Estar em casa significa estar disponível para a procura de emprego, sem estar submetido às pressões do trabalho doméstico. O tempo de desemprego é um tempo disponível para a procura de trabalho. Não se trata, também, de um tempo livre, um tempo de lazer, mas um tempo disponível apenas secundariamente dedicado ao espaço doméstico.

Sendo um tempo disponível para o trabalho remunerado, o tempo de desemprego não é, no entanto, um tempo utilizado para o investimento em formação profissional. Ainda que realizasse, aos sábados, um curso de informática pago pelo banco[255], não estava no horizonte de Mauro um investimento profissional mais a longo prazo. A fraca propensão do entrevistado em investir-se em sua formação, revela-se como uma evidente limitação de recursos em nível cultural e simbólico. Sem uma clara identidade profissional, Mauro não tinha propriamente um projeto profissional definido. Nestes termos, sua relação com o trabalho não se apresentava

[255] O contrato coletivo de trabalho do setor bancário previa uma cláusula que responsabilizava os bancos a assumirem os custos de um curso de formação profissional em caso de demissão. Mauro aproveitava tal dispositivo para realizar o referido curso de informática, no qual eram ensinadas noções básicas sobre sistema operacional (windows), edição de texto (word), planilha eletrônica (excel) e navegação na internet (internet explorer).

propriamente como uma relação com um « ofício », mas como uma relação com um « estatuto » de atividade que lhe proporcionara estabilidade e segurança. Sua experiência de privação de trabalho era vivida, pois, na condição de quem, definitivamente, descera na escala social.

8.11. O novo desemprego e a experiência de privação do trabalho operário

Em algumas trajetórias ocupacionais, a privação de trabalho está na origem de um processo de forte precarização social. Neste sentido, alguns indivíduos conseguiram conquistar uma situação de relativa estabilidade que, no entanto, foi posta em xeque pela privação prolongada de trabalho. Em alguns casos, as experiências de emprego não lograram apenas atingir uma certa estabilidade ocupacional, mas igualmente uma identidade peculiar com o trabalho, uma relação como ofício. Por isso, as experiências de privação de trabalho, nesses casos, não estão na origem apenas de uma desestabilização econômica de alguns indivíduos e grupos familiares, mas de uma forte desestabilização subjetiva e de um forte sofrimento. Nestes casos, a norma do emprego é central no processo de categorização social das experiências de privação de trabalho.

Este é o caso de Antônio, 31 anos, um ex-operário industrial, operador de máquinas de ferramentaria, que nem chegou a terminar a quarta série do ensino fundamental. Ele morava com a esposa, que também se encontrava sem emprego, e com dois filhos, de oito e cinco anos de idade. No momento da entrevista, Antônio se encontrava sem nenhum emprego havia três anos e dois meses, um longo período durante o qual vivera de bicos, de trabalhos eventuais de diversos tipos, como serviços de pintura, de alvenaria, de eletricidade, de vidraçaria e, ainda, como motorista de taxi. A construção civil foi, portanto, o principal refúgio de Antônio durante esse longo período de privação de trabalho, uma situação muito tipicamente masculina, vivida pela maior parte dos homens das classes menos favorecidas.

A esposa de Antônio, Roseli, 32 anos, ensino médio completo, estava sem emprego formal há quase cinco anos, quando fora demitida da empresa onde trabalhara durante mais de seis anos em serviços administrativos, uma fábrica de sabonetes e produtos de higiene e perfume. Após a demissão, ela teve algumas experiências de emprego temporário em uma empresa de serviços de limpeza, na qual ela trabalhava períodos de no máximo três meses. Devido à dificuldade de gerenciar a guarda dos filhos pequenos, que durante um longo período ficaram em creche ou sob os cuidados da mãe de Antônio, Roseli decidira montar uma pequena creche

informal em sua casa, acolhendo quatro crianças, juntamente com seus dois filhos. Com este trabalho, o casal conseguia manter uma renda baixa mas estável, o que contribuiu decisivamente para o provimento do grupo familiar. Antônio ajudava sua esposa a cuidar das crianças, envolvia-se na atividade da creche, mas sempre manteve-se ativo na busca de emprego e na realização dos referidos "bicos".

Esse ex-operário já perdera, no entanto, a esperança de voltar a trabalhar na indústria, tendo sofrido um processo de forte precarização de sua condição social. Antônio contava com o apoio de sua mãe, uma funcionária pública estável que nunca deixara de lhe ajudar nos momentos de dificuldade. Mesmo assim, suas dificuldades econômicas eram enormes. No momento da entrevista, Antônio encontrava-se sem nenhum tipo de trabalho ou rendimento havia quarenta dias, o que expressava claramente para ele a deterioração de suas condições de vida.

Assim, a trajetória de Antônio é particularmente representativa de uma nova forma de privação de trabalho que atinge os operários brasileiros nas últimas décadas e, sobretudo, durante os anos noventa. Esses operários vêem seus velhos ofícios serem destruídos ou completamente tranformados, jogando-os em experiências de privação de trabalho marcadas pelo sentimento de "desqualificação".

Devido ao longo período de desemprego, Antônio já havia utilizado todas as reservas financeiras decorrentes de sua demissão. Ex-operário da indústria metalúrgica, este entrevistado também freqüentava um curso de escolarização promovido pelo Sindicato.

Em sua trajetória ocupacional, Antônio já tivera três empregos formais como operário. Antes disso, porém, desde os doze anos de idade, ele já trabalhava para ajudar sua mãe, responsável pelo provimento do grupo. O abandono precoce dos estudos, em favor do trabalho remunerado, iria repercutir mais tarde na trajetória deste operário, como se mostra a seguir.

Antônio tinhas apenas 16 anos de idade quando obteve seu primeiro emprego formal em uma fábrica de beneficiamento de arroz. Em uma conjuntura econômica favorável, ele pede demissão quase dois anos depois, logo em seguida sendo contratato por uma empresa do setor metalúrgico. Três anos e meio após, em uma conjuntura econômica mais crítica, Antônio é demitido, permanecendo seis meses desempregado.

À l'occasion, il a eu droit à quatre prestations de l'allocation chômage.

Após este período, aos 23 anos de idade, Antônio é novamente contratado por uma outra empresa do setor metalúrgico, permanecendo neste emprego por mais de cinco anos. É neste período que o entrevistado se casa, o primeiro filho do casal vindo a nascer logo em seguida.

A última demissão de Antônio ocorre em uma conjuntura econômica marcada pela crise. Deste modo, uma longa experiência de privação de trabalho marca sua trajetória desde então. Até o momento da entrevista, já haviam se passado três anos.

Ao longo da entrevista, observou-se que a narrativa de Antônio é fortemente marcada pela referência ao seu déficit de formação e qualificação escolar e profissional, razão pela qual ele explica seu longo período de desemprego. Vitimado pelas mudanças nas políticas de recrutamento e contratação das empresas industriais, Antônio queixava-se das dificuldades de investir em sua qualificação profissional. Segundo afirmava, não apenas as empresas na hora da admissão, mas os próprios cursos de formação profissional existentes em sua área já exigiam o ensino fundamental completo como requisito mínimo para ingresso. É assim que este ex-operário vive uma experiência de privação de trabalho marcada por esse sentimento de apresentar um forte "déficit" de formação sócio-profissional: "*Mão-de-obra qualificada tendo o estudo, tudo bem, se não tiver estudo, infelizmente vai prá fila do desemprego, que é onde eu me encontro hoje*."

O confronto com essas novas exigências das empresas em termos de escolarização e qualificação profissional ocorre principalmente por ocasião da realização das entrevistas de emprego, sobretudo nas agências do SINE:

> *A psicóloga, eu conversei com a psicóloga, ela disse, ela mesmo me disse prá mim que ... ... ela foi bem, ela foi bem realista, né, que fazer emprego ninguém faz mais, os empregos que tem, tem que esperar ou alguém ser desempregado, porque abrir alguma indústria, alguma fábrica, alguma frente de trabalho no país é muito difícil. Porque eu sou bem franco prá te dizer, eu já fiquei revoltado, certo, porque com dois filhos, né, não tenho o 1º grau, isso aí é ... ... o fundamental da vida do brasileiro ter o 1º e 2º grau, só que tu volta prá trás da fila. Tu sai de casa quatro e meia da manhã, tu chega em casa dez horas da manhã, tu vê os filhos em casa ... ...* ***tu tem que passar às vezes o dia todo em casa parado, porque tu não tem o que fazer****, porque não é, não é dizer assim: não, sempre tem o que fazer, mas é ... ... como é que eu vou te dizer, são pessoas que nunca foram prá uma fila de 3.000 desempregados onde tem professor, onde tem técnico mecânico, tem técnico eletricista, técnico em eletrônica, lubrificador, tem mecânico, tem ajustador, tem torneiro. Quer dizer que* ***tu volta pro final da fila****. Eles te dão uma senha, eles dizem: ah, tal dia tu vem aqui e aí tu volta lá, só que daí tu ... ... ta, infelizmente tu não... não tem um cursinho de cálculo técnico, leitura e interpretação de desenho, aí quer dizer que tu fica de mãos atadas.* (Antônio, 31 anos)

Este extrato resume com precisão a experiência de privação de trabalho de Antônio, que é vivida no sentimento de desqualificação para o trabalho. Essa experiência de desqualificação fica evidente, conforme seu relato, no confronto com as qualificações dos outros trabalhadores desempregados. Antônio tem plena consciência também da extensão da crise econômica que faz piorar ainda mais a situação de pessoas como ele. Não há perspectivas de que novos empregos

sejam criados. Logo, seu destino, como a de outros trabalhadores, é de sempre voltar para o fim da fila do desemprego, uma fila interminável.

No trecho acima, Antônio faz referência também ao fato de ter que ficar em casa parado, sem fazer nada, o que significa sem ter um trabalho remunerado. Esta afirmação expressa claramente que é o trabalho remunerado a sua referência central no modo como categoriza a realidade social e sua situação ocupacional. Trata-se de uma categorização declinada no masculino. Neste modo de definir a realidade, a casa, o espaço doméstico, aparecem como um lugar onde não se trabalha, mesmo que Antônio também ajude na pequena creche doméstica montada por sua esposa. Fazer alguma coisa, estar ativo, para Antônio, é estar vinculado a uma atividade remunerada, fora do espaço doméstico.

Por isso, Antônio sempre esteve muito ativo na procura de trabalho, sobretudo nos primeiros meses de desemprego. Seu alvo era o emprego assalariado, industrial. No entanto, na medida em que o tempo passava, as negativas de emprego e as decepções se acumulavam. Como sempre retornava ao "fim da fila", este ex-operário passou a procurar outras alternativas de trabalho, os pequenos bicos e trabalhos eventuais que surgiam esporadicamente. Esses bicos, a espera, a ajuda em casa, marcaram a experiência de privação de trabalho de Antônio desde então. Essas "atividades" não constituíam, porém, uma referência normativa para ele, tratavam-se, na verdade, de alternativas não só insatisfatórias como também constrangedoras. Como para Josué, ficar em casa implicava para ele um sentimento de "vergonha", um sofrimento considerável. É o próprio Antônio que descreve esses sentimentos em sua experiência de privação de trabalho:

> *São três anos e dois meses desempregado. É assim, tu passa por, como é que eu vou te dizer assim, por várias situações, sabe, porque tu imagina um vizinho que trabalha, se acorda todos os dias de manhã, ele chega, ele sai, ele te vê em casa e diz: Pô! Mas esse cara não trabalha, tchê,* ***esse cara é um vadio****, entendeu. E aquilo tu não sente, as pessoas não te dizem diretamente, mas tu sente nas pessoas, certo. Tu procura por aí, tem gente que diz: ah, mas o fulano podia trabalhar em tal empresa. Aí tu vai lá, tu trabalha em tal empresa, chega lá faz uma ficha na empresa e tu faz uma ficha na empresa. Aí o vizinho diz: não, tu não te preocupa com a carteira, eles tão com o número do RG da tua carteira lá. Tu trabalhou cinco anos naquela empresa, tu não te preocupa que a empresa vai te dar uma chamada lá, eu venho aí e te dou uma força. Aquilo ali te dá uma ponta de esperança sabe, só que daí passa um mês, passa dois, passou três meses. Não precisa esperar que eles não vem te chamar mais. Aí aquilo ali vai te angustiando, vai te trancando, tu vai sentindo porque eu sinto assim prá mim, ó, o meu filho chegar e dizer assim prá mim: Báh! Pai, eu queria um tênis, pai eu queria uma camiseta do meu time de futebol e tu saber assim que, pó, amanhã é dia de domingo, né, amanhã é tantos reais a entrada do clube de futebol, tu diz: Pô! Vou pegar o meu filho e vou ver um jogo de futebol, mas tu não tem da onde tirar, aí tu vai fazer o quê? Aquilo vai te angustiando, aquilo vai te deixando trancado por dentro, né, tu vai ficando assim desanimado, aí tem gente, tem certos tipos de pessoas que*

diz assim: Ah não, tem que ser positivo, tem que ser otimista. Mas tu vai ser otimista até quando? Três anos desempregado, prá quem trabalhou cinco anos na última empresa e ficar três mês, ficar três anos desempregado. Quer dizer prá mim hoje pegar numa empresa eu tenho que ter um curso, senão eu não pego. Faz três anos que eu tô desempregado, quer dizer três anos que eu tô fazendo o que? Tô fazendo serviço, eu trabalhei de taxista, eu trabalhei de pedreiro, eu trabalhei de eletricista, eu trabalhei de pintor. Quer dizer que em toda essas áreas, eu não tenho qualificação nenhuma e aí tu vai dizer: Não mas tu é pintor? Não, mas tu tirou um cursinho de pintura, aonde? Tu sabe como é que se faz a mistura da tinta PVA com água? Tu sabe qual é a porcentagem de água? Eu digo: Não, só se eu ler na lata. Quer dizer, pô, a gente não tem uma formação, entendeu? Que nem pedreiro, tu faz uma parede, eles diz: Pô, mas tu tirou um cursinho no SENAI de pedreiro? Tu sabe usar promo e esquadro? Não sei. Ah, mas o senhor não é nem credenciado aí prá trabalhar de pedreiro. Eu arrumo um serviço e outro prá fazer mas nada que seja assim na área certa, assim, tu é uma pessoa, tu estudou [Entrevistador: Qualificada] *... qualificada prá aquilo ali, né. Tu não tem assim, vamos dizer assim, ah não, eu estudei, eu tenho a ...* [Entrevistador: Formação] *... formação nisso aí. Não, eu não tenho entendeu?* (Antônio, 31 anos)

Este longo desabafo é extremamente revelador da experiência de privação de trabalho de Antônio. Como no trecho anterior, o sentimento de "desqualificação" é marcante. Esse sentimento se expressa também na sua relação com os bicos, com os trabalhos eventuais. Tais bicos não são para ele um verdadeiro trabalho. Um verdadeiro trabalho supõe uma certa qualificação, uma certa formação. Um verdadeiro trabalho supõe o dimínio de certos conhecimentos, de saberes específicos. Um trabalhador é alguém que domina seu ofício, as competências necessárias para executar seu trabalho. Isso também vale para um operário, para um trabalhador manual. Logo, o desemprego não privou Antônio apenas de um emprego, privou-o também de um ofício que, mal ou bem, ele possuía. Privou-o, pois, de um conjunto de qualificações que eram importantes na constituição de sua própria identidade como "trabalhador". Ao perder seu emprego, Antônio viu-se diante de sua "desqualificação" como trabalhador. Logo, o bico não é um trabalho. Antônio sente-se profundamente como um desempregado, ao longo de todos esses anos. Sua referência central é o emprego assalariado, uma ocupação regular, contínua, portadora de direitos, em uma empresa. É com base nessa sólida referência que ele define-se claramente como um desempregado, mobilizando continuamente essa categoria social de entendimento.

Mas seu desemprego não é vivido na provisoriedade, na expectativa e na esperança de obter um novo emprego. O desemprego é vivido na dor de perder sua própria identidade, na vergonha de não poder trabalhar, de não ter um lugar na sociedade. Logo, a experiência de privação de trabalho é vivida com uma certa culpa, com um certo pesar que remete a uma "deficiência" individual. Essa experiência é vivida na solidão, não é compartilhada, não é

institucionalizada. O desempregado não é objeto de uma intervenção pública, o desemprego não é objeto de um processo de re-significação, de uma indenização[256], mesmo que se saiba que não há empregos para todos. Um desempregado corre o risco de ser sempre considerado um "vadio", um vagabundo, como já o afirmara Josué em seu discurso.

Ao mesmo tempo, essa vergonha ressentida por "estar em casa" não exprime apenas uma relação com o trabalho remunerado, mas também com o trabalho doméstico. Essa vergonha expressa o significado de que esse indivíduo não apenas está totalmente disponível para o trabalho remunerado, este trabalho constitui mesmo uma obrigação, uma norma de conduta. Neste sentido, o papel de provedor do grupo aparece de forma marcante em sua narrativa. A dor do desemprego é também a dor de não poder dar aos filhos o que eles precisam, de não poder prover suas necessidades, seus desejos.

A presença no espaço doméstico e o trabalho doméstico não aparecem como elementos estruturantes dessa relação com o trabalho. Antônio ajuda ativamente sua esposa a cuidar das crianças da creche e de seus próprios filhos. Esse tempo, no entanto, é uma decorrência de seu tempo disponível devido à privação de trabalho remunerado. Antônio afirma explicitamente o caráter secundário dessa atividade, mesmo que ela seja a principal fonte de renda de seu grupo familiar. Trata-se, para Antônio, de um bico, enquanto continua suas investidas na busca por um trabalho qualquer. Esta enorme disponibilidade de Antônio para o mercado de trabalho, comparativamente à situação ocupacional de sua esposa, é ainda mais surpreendente se considerar-se que sua esposa teria muito mais chances do que ele de encontrar um emprego, pois ela é mais escolarizada, tendo concluído o ensino médio. Além do mais, as oportunidades de emprego para as mulheres, sobretudo no setor de serviços, são mais numerosas que aquelas existentes para os homens, principalmente na indústria. Efetivamente, ela goza de maior empregabilidade. No entanto, é ela que fica, prioritariamente, em casa cuidando das crianças (da creche e de seus próprios filhos). Poderia-se perguntar em que medida uma troca de papéis seria aceitável, tanto para o próprio casal e como para os outros (os pais das crianças, por exemplo). Evidentemente, essa distribuição das tarefas não é arbitrária, ainda que aparentemente contraditória do ponto de vista das chances que cada um dos membros do casal tem no mercado de trabalho. Ela está estruturada em torno de um modelo de relações sociais de gênero na qual é o

[256] Afinal de contas, a indenização do seguro-desemprego não tem, necessariamente, um significado apenas econômico. Ela pode ter, igualmente, um significado moral. Indeniza-se também, simbolicamente, através do benefício em dinheiro, um dano moral ocasionado pela perda do emprego. Além do mais, esse benefício pago supõe ainda a existência objetiva de instituições que "reconhecem" a dificuldade do indivíduo desempregado e o protegem. Econômica e simbolicamente, esse indivíduo não está só.

homem que se investe prioritariamente no mercado de trabalho e é a mulher que realiza as atividades tradicionais de cuidar e educar, sobretudo no âmbito doméstico. Portanto, a relação com o espaço doméstico apresenta-se e estrutura-se diferentemente para homens e mulheres.

Desta maneira, a experiência de privação de trabalho vivida por Antônio é a experiência da angústia, a angústia, ao mesmo tempo, da espera e da ausência de perspectiva, a angústia de não poder cumprir adequadamente o papel de provedor, de atender às necessidades e desejos de seu filho, de leva-lo a uma partida de futebol, por exemplo. A experiência de privação de trabalho é também vivida no interior do espaço doméstico em uma espécie de vazio, uma vez que este não é um espaço social legítimo de trabalho, mesmo que haja trabalho a fazer. Segundo Antônio, é preciso mesmo evitar de estar em casa, o que significa evitar a auto-recriminação e o sofrimento. A esse propósito, ele afirma:

> *Tem dias que eu chego vir pro Sindicato, eu venho pro Sindicato [...] eu venho e fico no Sindicato, aí*[257]*. Eu fico lendo* [o jornal] *Zero Hora, aí às vezes eu venho de manhã prá cá, pego a Zero Hora com o guarda, dou uma lida na Zero Hora, acho algum emprego e vou. Porque eu não tenho dinheiro, onde é que eu vou tirar dinheiro prá comprar uma Zero Hora? Daí eu venho aqui e leio, me dou bem com os guardas e vou ver se eu arrumo serviço.* (Antônio, 31 anos)

Assim, ir ao sindicato é uma alternativa utilizada pelo entrevistado a fim de preencher seu tempo disponível, não completamente absorvido pela procura de trabalho ou pelo trabalho realizado em casa. Tal estratégia, o ajuda a contornar o mal estar provocado pela presença no espaço doméstico.

Para Antônio, a luta contra a privação de trabalho foi sempre uma luta árdua. Primeiramente, foi preciso superar o sentimento de frustação e impotência vivido na procura de emprego, pelas sucessivas tentativas fracassadas de obter um novo emprego. Depois, os bicos, o sentimento de desqualificação, a experiência cotidiana de voltar para casa sem nada. Essa luta contra a privação de trabalho foi também uma luta contra esse "déficit acumulado" em termos de escolarização e formação profissional. Uma luta igualmente árdua, uma vez que o investimento em formação é um processo longo, caro e penoso para Antônio. Nesse sentido, a tentativa de seguir o curso de escolarização promovido pelo sindicato o ajudou a encontrar um pouco de esperança em si mesmo. Ainda a esse respeito, Antônio afirma :

> *É que as empresas ... quando tem vaga, eles tem mais vaga é pela área técnica, né, e aí já na portaria da empresa, na recepção da empresa, então, já são bem explícitos no cartaz, né, a empresa oferece vaga prá operador de máquina, operador de CMC, hã, torneiro mecânico, frezador e aí depois vem os pré-requisito, né, a empresa, a empresa exige 2º*

[257] A entrevista foi realizada no sindicato dos trabalhadores do setor metalúrgico.

grau, curso técnico, curso do SENAI ou 1º grau, noções de cálculo técnico, leitura e interpretação de desenho. Mas exige a certificação de 1º grau, esse é fundamental, não tem. Além do mais uma pessoa de 4ª série que nem eu, que saiu da escola com doze anos, na 4ª série, eu sai com doze anos prá ... trabalhar num depósito de banana lá em Santa Catarina, né, que eu fiquei lá oito meses, lá em Santa Catarina [...] *quando eu voltei de lá prá cá aquele ano eu já tinha perdido. Eu já tinha perdido e não voltei mais prá escola e continuei ficando assim em carga, era guri, né, e foi. E aí fui trabalhar com 16 anos na* [indústria] *depois de lá prá cá só veio e é onde eu me encontro hoje, no final da fila. Espero, né, que depois que nem os professores diz prá nós: tu obtendo o 1º grau não te garante emprego, te garante mais dignidade de lutar por uma vaga ou de tu lutar por um direito no SENAI prá obter um curso prá tu dizer assim: bom, eu tô desempregado não é porque eu não tenho formação e sim é porque não tem vaga. Porque é brabo ter a vaga e tu não ter qualificado prá aquela vaga. Pô, porque ele é mais novo do que eu, tu tá lutando e eu sou mais velho do que ele, tenho mais conhecimento, trabalhei em mais empresas, mas eu não tenho a qualificação, não tenho o 1º grau, então quer dizer que volto pro final da fila de novo.* (Antônio, 31 anos)

A partir desse depoimento, pode-se afirmar que a experiência operária de Antônio permitiu-lhe construir uma relação com o trabalho enquanto ofício, a partir da qual o entrevistado dá um sentido à sua experiência de privação de trabalho. Trata-se de uma experiência da "ausência", do "déficit", da "espera", enfim, a experiência da privação de um emprego industrial qualificado, de um verdadeiro trabalho. Por isso, os bicos e trabalhos eventuais realizados em serviços de reparação e também o trabalho realizado em casa não preenchem sua expectativa de um emprego adequado. A privação de trabalho torna-se, pois, uma experiência fortemente demarcada subjetivamente, construída em torno da norma do emprego. Particularmente do emprego operário qualificado. Neste sentido, Antônio sente-se verdadeiramente um desemprego. A categoria "desemprego" expressa essa condição de privação que é claramente nomeada, definida. Essa delimitação da experiência de privação de trabalho é proporcional ao sofrimento ressentido por Antônio ao longo de todo esse período.

8.12. A privação de trabalho e os pequenos negócios

Nas trajetórias a seguir analisadas, procura-se identificar o papel dos pequenos negócios, das pequenas atividades empresariais e autônomas na constituição das formas e experiências de privação de trabalho. No Brasil, é muito freqüente, entre os trabalhadores, o ideal e o discurso do trabalho autônomo, do negócio próprio, da atividade econômica independente. Esse ideal está presente tanto entre os trabalhadores mais precários socialmente como entre os trabalhadores não precários e com um nível mais elevado de formação sócio-profissional. Propõe-se a hipótese,

nesta pesquisa, de que a construção desse ideal e desse discurso está diretamente relacionada com o baixo nível de segurança e estabilidade das relações salariais. Desta forma, a precariedade das condições de trabalho e a dificuldade dos trabalhadores de estabelecerem um vínculo mais forte com seus empregos assalariados os predispõem à construção desse outro "ideal" de trabalho. O emprego, nesse contexto, está freqüentemente associado a um conjunto de traços negativos, como a dependência, a subordinação, o trabalhar para o outro, a rigidez na gestão do tempo, jornadas longas, enfim, muito trabalho e pouco retorno material e simbólico. O trabalho autônomo, ao contrário, aparece como o oposto disso, remetendo aos ideais de liberdade, autonomia, trabalhar para si mesmo, possibilidade de uma situação mais compensadora. Tratava-se, enfim, de uma alternativa de trabalho extremamente desejável para um sem número de trabalhadores.

A maior parte dos trabalhadores que constroem esse ideal de trabalho não têm, porém, nem os recursos financeiros, nem a experiência e nem a formação necessária para a organização de atividades autônomas mais regulares. Em geral, quando decidem montar seus próprios negócios, esses trabalhadores alicerçam-se mais no desejo e no voluntarismo pessoal do que em um conhecimento prévio da atividade na qual tentam inserir-se.

Este é, por exemplo, o caso de Gustavo, 34 anos, proprietário de uma pequena loja, divorciado, sem filhos, ensino médio completo. Depois de sua separação, que ocorrera havia mais de quatro anos, o entrevistado voltara a morar com seus pais e com uma irmã. Gustavo estava noivo de sua nova companheira que o ajudava em sua loja. Esta fora montada depois de uma longa trajetória de emprego estável no setor bancário.

Gustavo começou a trabalhar aos 19 anos de idade, como office-boy, em um escritório. Em seguida, ele conseguiu um emprego em um banco privado, nele permanecendo por mais de três anos. Depois de realizar um concurso para um banco público, Gustavo é aprovado e permanece nesse emprego por quase dez anos.

Tendo em vista o processo de reestruturação produtiva que atingiu o setor bancário naquele período, Gustavo decidiu aderir ao plano de demissão voluntária (PDV) proposto pelo seu banco. É nessa ocasião que ele decide montar seu próprio negócio, uma pequena loja de artigos populares.

Assim, em sua trajetória e experiência de trabalho, a atividade autônoma apresentou-se para Gustavo como uma alternativa ao cenário de desemprego que se desenhara. Segundo declarou o entrevistado, a escolha em aderir ao plano não foi propriamente voluntária. Sentindo-se pressionado, Gustavo estimava que se ele não aderisse ao plano, seria demitido do mesmo modo, sem receber, porém, os incentivos financeiros correspondentes. Assim, com os recursos da

indenização, o entrevistado montou sua loja na qual vendia produtos importados de baixo preço. A conjuntura econômica favorecia esse tipo de atividade. A intensificação do comércio internacional e a taxa de câmbio favorável tornavam atrativos esses negócios. Naquele período, houve uma forte proliferação desse tipo de comércio no Brasil. Inúmeras lojas do mesmo tipo eram abertas e serviam de desaguadouro para uma grande parcela de novos desempregados pertencentes aos setores médios da sociedade brasileira.

A noiva de Gustavo, também desempregada, o ajudava em seu negócio. Ela tinha o curso superior em pedagogia e havia interrompido sua formação em psicologia.

Apesar de se encontrar ocupado, este ex-bancário ressentia-se da privação de trabalho, mesmo não estando à procura de emprego. Gustavo considerava seu negócio uma atividade provisória, não lhe inspirando segurança. Na sua avaliação, a situação econômica do país era muito instável. A renda que obtinha deste negócio não permitia que pudesse levar uma vida confortável ou mesmo reinvestir no negócio, pois as despesas eram altas. Além dele próprio e de sua noiva, Gustavo contava ainda com o trabalho de mais dois empregados. Este ex-bancário não nutria, pois, nenhuma ilusão em relação às perspectivas de seu negócio, nem em relação ao seu futuro profissional, vago e incerto. A esse respeito ele afirma :

> *Eu vejo todo o comércio com grandes probabilidades de dar certo, desde que tu não faça disto teu ganha pão principal, desde que tu não faças disso aqui o dinheiro que tem que sair prá tudo, viver disso aqui. Se tu tiveres um outro salário que seja fixo, faça chuva ou faça sol, aí o comércio daria resultados excelentes. Mas agora, tu tirando tudo ... ... prá tua vida, tu tirando desse próprio comércio ... ... aí vai acontecer como acontece com a maioria dos comércios, porque tu tem que tirar dinheiro dali prá tudo, prá ti viver, prá ti pagar e aí daqui a pouco começa teus títulos a vencer e tu tira prá ti jantar fora... e aí é o que acontece... é o que acontece nos comércios. Os micro comércios cresceram muito por causa desse desemprego. Todo mundo, os funcionários acabaram saindo, pegando a rescisão e faz o quê ? Não tem emprego, o que é que faz ? Abre um negocinho, abre um troxinho aqui, abre uma lancheria ali, abre um açougue ali, né. [...] ... e cada vez mais aumenta a concorrência... porque todo mundo tá ficando desempregado, todo mundo que tá saindo do seu emprego vai pegando a sua rescisão e vai abrindo o seu negocinho. E aí cada vez mais aumenta a concorrência dos micro negócios, micro-comércios, micro-empresas.* (Gustavo, 34 anos)

Observa-se, através desse trecho, que o pequeno negócio é para Gustavo uma alternativa precária de trabalho, face a um desemprego crescente. Trata-se, na verdade, de um bico, de uma atividade complementar que não substitui o emprego estável. Perguntado se ainda tinha a expectativa de ter um emprego estável, Gustavo respondeu positivamente, pois para ele o emprego significava segurança e estabilidade. A respeito de seu emprego anterior no banco, sua posição deixa muito claro o modo como esse entrevistado define sua situação ocupacional :

Não era um trabalho que eu não gostasse, mas era um trabalho que me dava ***segurança****, né. Um trabalho que ... não atrasava o pagamento nunca. Quer dizer, tu podia ... ... podia ...* ***estabilizar a tua vida****, tu já sabia que daqui a ... seis meses tu ía ganhar aquele mesmo valor, no mesmo dia, no dia certo ... isso tem as suas vantagens. Tinha essas coisas boas, né. ... ... Claro, o cara não gostaria de sair. Hoje se tu me oferecesse um emprego de novo, eu trabalharia na mesma função.* (Gustavo, 34 anos)

Fica muito claro que a norma do emprego estável era uma referência central para Gustavo em seu modo de definir sua situação ocupacional. Ele considerava-se, explicitamente, um desempregado, da mesma maneira que sua noiva. O pequeno negócio inscrevia-se, antes de mais nada, na própria lógica do desemprego. Esta referência é tão central para Gustavo, a ponto dele afirmar que aceitaria o mesmo emprego que tivera no banco. Isto é, ele não saiu do banco por vontade própria, mas pelas contingências de uma conjuntura de reestruturação produtiva e desemprego em massa.

Essa experiência de privação de trabalho vivida por Gustavo torna-se, evidentemente, invisível sob o ponto de vista das representações oficiais sobre o desemprego. Trabalhando em seu próprio negócio, sem procura de emprego, observa-se, neste caso, uma forma peculiar de privação de trabalho freqüentemente imperceptível ao olhar dos outros, de fora, de quem não conhece a experiência do indivíduo implicado nessa forma específica de privação de trabalho.

A condição familiar de Gustavo contribuía para aliviar um pouco as pressões econômicas de uma trajetória que se precarizara. Seu pai era aposentado, sua mãe uma dona de casa e sua irmã, que estava na faculdade, era funcionária de uma companhia telefônica. Logo, Gustavo não era o provedor de seu grupo familiar, retornando, após o divórcio, a uma condição de filho solteiro. O fato de contar com essa rede familiar de apoio, contribuiu para amenizar as pressões econômicas decorrentes de sua situação após a demissão.

Enfim, a trajetória e a experiência do negócio e da atividade empresarial de Gustavo não se inscrevia na lógica do "ideal do trabalho autônomo" proposta hipoteticamente acima. Ao contrário, esse trabalho autônomo equivalia, para Gustavo, ao bico e ao trabalho eventual da maioria dos trabalhadores brasileiros que vivem sua privação de trabalho em uma situação de precariedade.

Mas nem sempre essa é a regra. Alguns indivíduos constroem outro tipo de relação com o trabalho autônomo e com a atividade empresarial, em torno dela formulando seus projetos profissionais. Este é o caso de Aline, 31 anos, divorciada, ensino superior completo. Oficialmente inativa no momento da entrevista, Aline estava tentando realizar o projeto de montar seu próprio negócio. Sua condição familiar a favorecia, pois ela não era provedora de seu grupo familiar,

podendo contar com a pensão de seu ex-marido. Aline tinha duas filhas, uma de doze e outra de oito anos de idade. A maternidade fora decisiva no desenho de sua trajetória pessoal e profissional.

A inexistência de pressões econômicas imediatas, as limitadas oportunidades de emprego em um mercado de trabalho restrito e competitivo e a maternidade fizeram da "inatividade" a alternativa "natural" desta mulher que, aparentemente, priorizara o trabalho doméstico em detrimento do trabalho remunerado. Essa "inatividade" oficial, no entanto, é muito mais problemática do que parece. Ela esconde, de certa forma, uma situação de privação de trabalho pouco evidente.

Aline morava com suas filhas e já estava separada de seu ex-marido havia cerca de quatro anos. Tratava-se de uma mulher que não tinha problemas financeiros, morando em um apartamento amplo e confortável. No momento da entrevista, Aline estava sem trabalhar havia quatro anos, tendo se dedicado, nesse período, à educação das filhas, à casa e, mais recentemente, à realização de alguns cursos, na área de estética, com a intenção de abrir uma clínica particular. Aline já tivera seu próprio negócio e, segundo relatou, seu pai e seu irmão também trabalhavam como comerciantes. Ela mobiliza esse fato para justificar seu desejo de ter seu próprio negócio, uma atividade autônoma.

Aline era formada no curso superior de Pedagogia. Durante sua formação, conciliou seus estudos com suas responsabilidades familiares, pois tornou-se mãe e dona de casa muito cedo, com apenas 19 anos de idade. Logo após sua formatura, ela tentou conseguir emprego como pedagoga, mas, conforme afirmou, não surgiram oportunidades, nem concursos públicos, nem contratos emergenciais. Tal quadro a levou a desistir de procurar emprego em sua profissão. Além disso, os salários eram considerados desestimulantes.

Logo em seguida, Aline teve sua primeira experiência de trabalho, na loja de sua cunhada, onde permanecera durante alguns meses. Não foi um trabalho com registro formal, pois tratara-se de um negócio familiar no qual ela não era propriamente uma empregada, tendo bastante liberdade para organizar seus horários.

Foi após ter deixado este trabalho que Aline abriu seu próprio negócio, uma loja de roupas e confecções, na qual trabalhou durante um ano e meio. Com o advento de sua separação, Aline encerrou seu negócio e um ano mais tarde decidiu mudar-se de cidade. Sem precisar as circunstâncias de sua separação e do fechamento de seu negócio, Aline interrompeu sua atividade remunerada com o objetivo de retomar seus projetos mais adiante.

Logo após mudar-se de cidade, ela ainda procurou emprego, mas não encontrou nada que, na sua opinião, compensasse a troca de suas atividades e responsabilidades domésticas – sobretudo o cuidado e a educação das filhas – pelo trabalho remunerado. Ela alegava que os salários eram muito baixos, não justificando o "desamparo" que resultaria para as filhas. Segundo sua descrição, esse período de desemprego fora muito difícil para ela, pois nunca precisara procurar emprego, sempre tivera uma situação econômica confortável. Seu primeiro negócio, por exemplo, fora montado não por necessidade econômica e sim porque gostava de trabalhar com moda, venda de roupas, e prezava ter sua independência. Sobre essa experiência de procura de emprego logo após ter-se mudado de cidade, Aline a define assim:

> *Foi terrível porque eu nunca, eu nunca precisei ... ... procurar emprego. Quer dizer, não por necessidade, né. Tem pessoas que não precisam, mas procuram. É que eu sempre tive, eu tive o meu negócio. Eu sempre tive condições financeiras, né. Nunca precisei de dinheiro, né. Aí eu tive a minha loja. A minha loja foi assim, mais pra eu ... ... ter um negócio meu, minha independência financeira, né. E eu queria trabalhar, eu não queria mais ficar em casa. Eu tinha me formado... Eu me formei em pedagogia, né. Só que ... foi difícil arrumar emprego logo que eu me formei. [...]Daí, nessa área eu deixei de lado, se bem que eu gostaria de ter trabalhado... na minha área, porque eu estudei pra isso e eu sempre tive o sonho de, né, até de fazer um mestrado, alguma coisa assim, nesse sentido. Aí eu pensei, vou abrir uma loja, né, com uma amiga minha, nós duas abrimos. Aí depois da experiência de procurar ... alguma coisa, né, que eu tava precisando, foi difícil porque ... eu chegava nos lugares, eu não tinha, eu não sabia, eu nunca ... ... nunca fui à procura, entende, em busca disso. Foi horrível, só diziam não, não tem, isso nas agências de emprego, ficar em fila, aquelas coisas assim.[...] Mas aí já não era uma coisa assim de ... prá sair de casa, já era uma "necessidade", entende? Aí parece que muda, muda a coisa quando tu vai... ... pra ter uma coisa pra fazer, aquela coisa light, né. Agora,* ***quando tu precisa realmente*** *... ... Aí é decepcionante, sabe? Aí eu me via nas outras pessoas que ... que tão pior, abaixo de mim, que tão realmente precisando daquele salário, do salário mínimo. E pra mim, um salário, dois salários, pra mim não vale a pena, entende?* (Aline, 31 anos)

Neste extrato, Aline mostra que o episódio de procura de emprego, sua experiência anterior de privação de trabalho, ocorreu durante um curto período de sua trajetória, logo depois que ela se mudara de cidade e tentava reorganizar sua vida. Naquele momento, ela sentiu "necessidade" de procurar emprego, tentando recuperar sua independência econômica. Porém, segundo relata, as condições do mercado de trabalho eram adversas, não havia quase empregos, os salários eram muito baixos. Por isso, ela desiste da procura de emprego. Em sua forma de narrar esses episódios, fica evidente um modo de categorização dessa experiência de privação de trabalho na qual a "necessidade de ter um emprego" é um critério central. A categoria "desemprego" é utilizada nesse sentido preciso. Naquele momento, Aline tornou-se uma

desempregada, sentiu na própria pele o que é o desemprego e teve, ainda, a capacidade de compreender como os outros, aqueles estão em uma posição "abaixo" dela, vivem o desemprego. Ela classifica essa experiência como "horrível".

Mas essa não era propriamente sua experiência atual de privação de trabalho, no momento da entrevista. Esta fora uma experiência anterior, episódica. Não sendo o trabalho, o emprego, voltados apenas para suprir uma necessidade econômica, material, a privação de trabalho para Aline não tem esse significado estrito, como privação de renda, como privação econômica. Segundo ela própria afirma, esse aspecto já estava suprido em sua vida, ela contava com a pensão de seu ex-marido, ela dispunha de recursos financeiros para prover sua família, suas filhas. Essa distância em relação às necessidades materiais sempre foi, aliás, um traço de sua trajetória.

Neste sentido, o trabalho tem outros significados para Aline. Ele significa independência, autonomia, a possibilidade de sair de casa, de ter uma vida para além do espaço doméstico. Logo, a opção de permanecer em casa, de cuidar das filhas, impôs-se a Aline muito mais como uma decorrência da ausência de boas alternativas de trabalho remunerado do que como uma verdadeira opção pessoal. É verdade também que Aline não deu continuidade ao seu investimento profissional inicial, à realização de um mestrado, por exemplo. A maternidade teve, certamente, um papel importante nesse processo. O cuidado e educação de suas filhas tomou objetivamente seu tempo. Mas, mais do que isso, a maternidade teve um papel ainda mais importante. Ela também tomou subjetivamente seu tempo, o que a colocou a uma certa distância do espaço profissional.

Por todas essas razões, Aline seguiu investindo prioritariamente na maternidade, na condição de dona de casa, pois tinha uma situação econômica confortável. Mas ela não abandonou seus projetos profissionais. Seu objetivo era ter seu próprio negócio. Daí porque, no momento da entrevista, Aline investia na sua formação e na tentativa de concretização de seu projeto. Tratava-se, pois, de uma experiência particular de privação de trabalho. Não é a privação de emprego, o desemprego, como ocorrera anteriormente. Aline abandonara o emprego como norma orientadora de suas práticas profissionais. Sua referência central era o "trabalho autônomo", a atividade empresarial, seu negócio independente. A experiência da privação de trabalho, nestes termos, tem um sentido muito preciso, é a privação de uma atividade profissional significativa, portadora de sentido, de independência, de satisfação pessoal e, conseqüentemente, de autonomia financeira. Era isso precisamente que Aline almejava. Esse não era um objetivo secundário em sua vida. Ao contrário, esse projeto afirmava-se cada vez mais como prioritário.

A inatividade de Aline era, portanto, uma situação provisória, pois seu projeto de montar em breve seu novo negócio, a clínica de estética, estava já em uma fase bem avançada. Assim, Aline dedicava-se a realização de seus cursos, enquanto cumpria com suas responsabilidades de mãe e dona de casa. Já fazia um ano e meio que ela interrompera a procura de emprego. Ela própria define sua situação da seguinte forma:

> *Eu tô parada ... faz cinco anos. [...] um ano e meio pra cá* [sem procurar emprego], *porque... eu cansei de procurar, né. Porque o mercado de trabalho tá muito competitivo, né. E ... o salário também tá muito baixo. ... ... No meu ponto de vista, eu precisava ganhar razoavelmente, assim que desse prá me sustentar ... pagar as contas e ... ... Os empregos que apareceram por aí não, não ía valer a pena. ... ... se eu botasse uma empregada ... ... né. Então, eu acho assim, como eu já sou divorciada e já tenho esse lado do pai* [ex-marido] *... Então eu tento ... equilibrar, entende. Eu fico com elas* [as filhas], *porque elas precisam, né. E me sai ... vale mais a pena, né. Porque se eu vou trabalhar fora, passar o dia fora ... ... e pagar uma empregada, elas vão ficar ... ... desamparadas, né. Só vou ter a noite pra ficar com elas ... ... e vou estar cansada ... e o salário não vai compensar.* (Aline, 31 anos)

Deste modo, a inatividade provisória de Aline era o resultado de uma combinação muito particular de ausência de necessidade econômica imediata – o provimento de suas filhas era garantido pela pensão de seu ex-marido –, as limitadas oportunidades de emprego em um mercado de trabalho precário e em crise e o projeto de montar seu próprio negócio. Apesar de ocupar a posição de dona de casa, Aline não era propriamente uma dona de casa tradicional, pois essa condição era vista por ela como provisória, mantendo a expectativa de retomar suas atividades profissionais.

O abandono da procura de trabalho e seus projetos profissionais indicavam claramente que Aline vivia uma situação de privação de trabalho muito particular, uma experiência pautada na prioridade em atender suas responsabilidades domésticas – em detrimento de um emprego imediato – e seu investimento na preparação de seu negócio. Percebe-se, portanto, que sua posição no espaço familiar tem um papel importante na estruturação de sua experiência sobre o mercado de trabalho e na consolidação de sua condição oficial de "inativa" e não de "desempregada". Por não ser provedora de seu grupo, Aline não estabelece uma forte relação à atividade econômica enquanto satisfação imediata das necessidades materiais do grupo familiar.

Nem por isso, deixa de existir uma situação de privação de trabalho na experiência de Aline. Neste caso, não se tratava de uma privação de renda, de sustentação material de seu grupo familiar, já assegurada. Tratava-se da privação de um trabalho remunerado, estável, seguro e satisfatório para ela. Essa privação permanecia imediatamente invisível em face de seu contexto

sócio-econômico e familiar, pois sendo mãe, Aline tem neste importante papel social uma razão e uma justificativa plena para a sua inatividade. A maternidade tem um papel importante na estruturação do tempo e das responsabilidades dessa mulher, absorvendo-a consideravelmente e contribuindo para tornar invisível sua privação de trabalho.

Trata-se, pois, de uma experiência muito tipicamente feminina, com uma trajetória ocupacional descontínua, organizada e justificada em torno da prioridade concedida ao trabalho doméstico, à educação das filhas. Entre as mulheres de classe média ou mesmo entre aquelas que não possuem pressões econômicas imediatas, não sendo as provedoras principais de seus grupos familiares, a maternidade e a educação dos filhos é, freqüentemente, uma razão muito forte para permanecer em casa, pois as más oportunidades de emprego muitas vezes não justificam, do ponto de vista de algumas dessas mulheres, a busca de trabalho remunerado. Ainda que desejem trabalhar, estas mulheres não se sentem suficientemente motivadas e mesmo impelidas a procurar emprego.

8.13. A privação "masculina" de trabalho: o provedor em questão ?

As experiências de privação de trabalho variam de acordo com um conjunto muito amplo de determinações que podem favorecer ou não a superação das dificuldades enfrentadas pelos indivíduos. Se, por um lado, ocupar uma posição favorável no espaço econômico dá ao indivíduo um conjunto de recursos materiais e simbólicos significativos para superar positivamente a situação de privação de trabalho, por outro, outras dimensões significativas da experiência individual podem tornar mais difícil essa superação. Entre os homens, observou-se, sobretudo, que o papel de provedor tem um importante impacto sobre suas experiências de privação de trabalho.

Porém, as experiências masculinas dessa privação de trabalho também podem ser favorecidas por arranjos nos quais outros membros do grupo familiar desempenham o papel de provedor. Deste modo, o trabalho feminino tem sido decisivo não apenas para dar estabilidade econômica às famílias, mas também para redefinir os papéis sexuais no espaço doméstico. Estima-se que o trabalho feminino esteja produzindo um importante deslocamento nas relações de gênero, afetando a própria relação que os homens estabelecem com o espaço e a vida doméstica. Se este tem sido considerado um espaço prioritariamente feminino, no qual as mulheres encontram não apenas um trabalho para fazer, mas também um lugar legítimo para

estar, esses significados típicos das experiências femininas também podem estar presentes, de alguma forma, nas experiências masculinas.

Neste sentido, as condições familiares e a relação com o espaço doméstico podem contribuir para que alguns homens enfrentem positivamente suas experiências de privação de trabalho e as incertezas a elas inerentes.

A trajetória de Júlio, 51 anos, casado, ensino fundamental incompleto, é exemplar nesse sentido. Devido à idade e ao processo de "perda" de suas qualificações profissionais, este ex-operário qualificado passava por uma situação de desalento e de recuo à inatividade. Em relação ao mundo profissional, Júlio vivia uma situação de incerteza, uma dificuldade de definir os rumos de sua trajetória. Longe de significar um sofrimento, sua experiência de privação de trabalho o levou a um questionamento existencial sobre o próprio sentido do trabalho em sua vida. Sua relativa estabilidade econômica contribuía para isso, o que também estava relacionado com a situação de seu grupo familiar.

A esposa de Júlio, Roberta, 48 anos, sempre trabalhou fora, com exceção de uma interrupção de cinco anos destinada ao cuidar e educar o filho. Com várias experiências de emprego operário, no momento da entrevista esta mulher era funcionária pública havia seis anos. Isto é, ela tinha um emprego estável, o que contribuía decisivamente para garantir uma certa estabilidade econômica ao grupo familiar, formado também por um filho adulto. O rapaz, com 21 anos de idade, estava estudando, cursando o final do ensino médio.

Júlio tinha uma longa trajetória operária marcada pela presença constante em postos mais elevados na hierarquia de trabalho, tendo ocupado muitas vezes as funções de encarregado, chefe e supervisor nas fábricas onde trabalhou. Aos vinte e um anos teve seu primeiro emprego formal, como operário, tendo passado por outros três empregos ao longo de 26 anos de experiência na indústria. Ao longo desse período, ele teve, também, algumas experiências de privação de trabalho, todas muito curtas.

Após ter sido demitido de seu último emprego, quatro anos antes da realização da entrevista, Júlio abre sua própria firma de prestação de serviços e fabricação de peças em fibra de vibro, destinada a atender uma empresa que estava terceirizando parte de suas atividades produtivas. A empresa de Júlio funcionou precariamente durante quase dois anos e, sem revelar os detalhes do negócio, surgiram dificuldades financeiras e sua empresa foi desativada. A privação de trabalho, portanto, foi um processo que foi se instalando em sua trajetória recente, tendo em vista as profundas transformações ocorridas no mundo do trabalho industrial. Em um contexto de terceirização produtiva, a experiência "empresarial" de Júlio fracassou.

Para muitos trabalhadores, a externalização dos riscos das atividades industriais através das políticas de terceirização implicaram o enfrentamento de experiências de privação de trabalho vividas na ausência de perspectivas profissionais, na exclusão gradativa do mercado de trabalho e em um forte desalento. Júlio não tinha mais o perfil dos novos operários contratados pelas empresas industriais em suas novas práticas de recrutamento. Ele possuía baixa escolaridade, idade avançada e suas qualificações formais foram adquiridas em um contexto econômico e produtivo completamente transformado. Neste sentido, esses eram fatores que não indicavam perspectivas promissoras para este ex-operário. Por essa razão, ele estava matriculado em um projeto de escolarização para desempregados promovido pelo sindicato dos metalúrgicos. Logo, suas estratégias de procura de emprego não tinham logrado qualquer sucesso até então.

Das experiências de privação de trabalho vividas em sua trajetória, em geral de curta duração, em uma delas o entrevistado ressentiu-se fortemente, vivendo com muito sofrimento a sua demissão. Na ocasião, ele possuía um vínculo muito intenso com o seu trabalho e com a empresa. Era no momento da entrevista, porém, que Júlio estava vivendo sua mais longa experiência de privação de trabalho. O significado por ele atribuído a essa última experiência, no entanto, modificara-se significativamente. O próprio entrevistado fala sobre essas diferentes experiências de privação de trabalho:

> *Olha, o primeiro horror que eu tive na minha vida, o primeiro pavor que eu passei na minha vida foi quando eu fui demitido. Pra mim aquilo foi o fim do mundo, o fim do mundo. Eu fiquei assim, sem saber o que fazer, né. Depois, as outras vezes, eu já tirei de letra, já tirei de letra, tá. Então, eu passei quase 30 anos dentro de fábrica, porque em qualquer uma dessas empresas que eu trabalhei, eu sempre me envolvi muito até em termos de responsabilidade e independentemente do salário, do dinheiro, né. Claro, isso é importante, é a tua sobrevivência, mas eu gosto de trabalhar, eu gosto muito de trabalhar. Eu sou daqueles caras que é o primeiro a chegar e o último a sair, sabe.* (Júlio, 51 anos)

Neste trecho e ao longo de sua narrativa, Júlio revela que sempre teve uma relação muito forte com seu trabalho, não apenas em termos econômicos, mas como uma atividade significativa, extremamente importante na constituição de sua própria identidade. O trabalho era sua vida, nele passando a maior parte de seu tempo. Sua última experiência de privação de trabalho, no entanto, colocou em xeque essa sua relação com o trabalho. Sobre isso, ele afirma :

> *A partir desse tempo agora que eu parei, que eu resolvi parar, dar um tempo prá mim, parece que eu fiz uma operação de catarata, porque eu sempre fui cego, entende. Eu acho tudo bonito, tudo ótimo agora, tudo excelente. Eu estou desempregado, não tenho dinheiro, azar ! Eu estou tranqüilo, sabe. Eu estou bem. É exatamente ao contrário, né. Porque normalmente, pelo que eu vejo, pelo que eu leio, inclusive tem até um departamento ali no SINE que normalmente cuida dessa parte psicológica, né, o pessoal entra em depressão. E*

comigo aconteceu o contrário. Claro, eu tenho toda uma estabilidade de vida, né. Por exemplo, o meu filho tem 21 anos, é um adulto, não tem grandes despesas, a casa que eu moro é própria, entende. Eu tenho telefone, tenho carro, né. O apartamento é financiado pelo BNH, mas é dos antigos ainda e a prestação é baixa. Então, eu não tenho grandes despesas, né. Por exemplo, eu, quando muito, eu saio, vou num cinema. Eventualmente, eventualmente, sair às sextas-feiras para tomar uma cervejinha... Então, é comida e as despesas de casa, tudo tranqüilo. Então eu sobrevivo com pouco, não preciso de muito. Claro, o meu padrão de vida baixou bastante, né. Por exemplo, se eu só comia cochão de dentro, hoje eu tenho que comer uma carne bem inferior, né. Tenho que comer frango hoje. Se todo o final de semana eu tomava uma cervejinha, agora não dá mais, é uma vez por mês e tal. Claro, teu padrão baixa, mas isso tu te adapta tranqüilamente, tranqüilamente, né. Então, eu posso te dizer com certeza, não é difícil. Pode ser que daqui a algum tempo, eu não sei quanto tempo eu vou conseguir me manter desempregado, mas eu estou muito bem, cara, estou muito bem. (Júlio, 51 anos)

Neste extrato, estão expressos os principais significados atribuídos por Júlio à sua experiência de privação de trabalho. Primeiramente, fica explíticito que ele define o desemprego como privação de renda, como privação econômica. Neste sentido, ele se considera um desempregado. Mas, Júlio evoca a representação dominante do desemprego como uma experiência desestabilizadora e marcada pelo sofrimento para mostrar que não é esse o seu caso. Isto porque ele aprendeu a ter uma outra relação consigo mesmo, com seu tempo e com o trabalho. A experiência de privação de trabalho permitiu a ele realizar essa rutpura. Ainda que o desemprego implique uma série de limitações financeiras, Júlio sente-se tranqüilo no enfrentamento dessa situação, pois goza de estabilidade econômica, tem poucas despesas e sua esposa tem um emprego estável. Seu desemprego não rompe com essa estabilidade. O entrevistado não sabe ao certo qual será seu futuro. Mas o fundamental para ele é que esteja bem, o desemprego não apresentando-se como uma experiência desestabilizadora.

Assim, Júlio atravessava relativamente tranqüilo sua experiência de privação de trabalho, com uma clara mudança de percepção a respeito do lugar do trabalho em sua vida pessoal. Depois de uma longa e relativamente estável trajetória operária, marcada por um forte investimento e uma intensa dedicação ao trabalho, esse trabalhador questionava o excesso de valor e de tempo que ele atribuído. De certa forma, sentia-se renovado por perceber as coisas de outra forma, valorizando seu tempo disponível que consagrava para ficar em casa, para o lazer. Sobre sua rotina de desempregado, ele conta:

Por exemplo, hoje, o que eu fiz ? A minha esposa tem problema de coração e, inclusive, semana que vem ela vai ser operada da vesícula e então, eu assumi todo o serviço da casa. Eu acordo de manhã, vejo o jornal Bom Dia Rio Grande, o Bom Dia Brasil, tomo o meu banho, saio, dou uma caminhada, volto, vou lavar roupa, vou limpar a casa, vou limpar o banheiro, vou lavar os vidros, vou passar roupa, faço o almoço, entende. Ao meio dia, vejo

> *um pouco de televisão, vejo um pouco de esporte, que eu gosto muito de esporte, né, vejo ali o Vídeo Show, vejo um programa de um outro canal qualquer, durmo de tarde, levanto, tomo banho e venho pro Integrar* [Programa de escolarização] *tranqüilo, cara.* (Júlio, 51 anos)

A experiência de privação de trabalho é marcada por essa relação peculiar ao trabalho e ao espaço doméstico, relatada em sua narrativa. Júlio não só não se constrangia em ficar em casa e fazer as tarefas domésticas, como se sentia muito à vontade. Dizia que fora criado ajudando seus pais em casa, nas tarefas do lar, em trabalhos na horta e também no trabalho de pedreiro, que era a profissão de seu pai. Por isso, a inversão dos papéis sexuais na qual sua esposa era a provedora e Júlio o "dono de casa" não lhe parecia totalmente estranha, não tendo nenhum constrangimento falar a respeito. De certa forma, o "desemprego" o fizera redescobrir essa relação com o espaço doméstico que perdera durante a maior parte de sua vida profissional. Júlio sentia-se mesmo feliz em recuperar essa tranqüilidade e bem estar que sentia em casa, pois gostava de fazer as coisas que estava fazendo. Neste sentido, o espaço doméstico funcionou para Júlio como um antídoto contra a privação de trabalho, ao contrário do foi observado entre outros entrevistados.

Ainda que esta experiência não represente a regra, observa-se nela outra relação com o espaço doméstico, de maior proximidade e identificação, o que se assemelha com algumas experiências femininas. Apesar de desejar um emprego, ao relativizar o papel do trabalho em sua vida, Júlio pode enfrentar sua situação de privação de trabalho como uma oportunidade para fazer as coisas que gosta, curtir um pouco mais a vida doméstica. Esse espaço não é, pois, um lugar de isolamento, de confinamento, mas uma lugar de tranqüilidade, bem-estar e liberdade. Essa relação positiva com o espaço doméstico pode contribuir, pois, decisivamente, para proteger alguns indivíduos em suas experiências de privação de trabalho.

A posição que Júlio ocupa no ciclo de vida também parece decisiva para a configuração de sua experiência. Com uma longa experiência de trabalho e consciente das limitações de sua formação sócio-profissional, Júlio não nutria mais esperanças de fazer do trabalho remunerado uma atividade central em sua vida. É nestes termos que o espaço privado, doméstico, torna-se mais significativo para ele, em detrimento do espaço profissional. Mas, seu engajamento no programa de escolarização é, ainda, um bom indicador de que Júlio continuava atribuindo importância ao espaço público e às relações que nele de desenvolvem e à atividade profissional.

8.14. O desemprego periférico nas trajetórias femininas

Se, por um lado, é possível constatar que as experiências masculinas de trabalho e de privação de trabalho estão fortemente estruturadas em torno do papel de provedor do grupo familiar, por outro, é igualmente observável que novos arranjos familiares e novos papéis, responsabilidades e identidades consolidam-se na direção de um maior partilhamento dessa função de provimento. Tal fato tem importantes conseqüências para a análise das experiências de trabalho e de privação de trabalho de homens e mulheres.

Estima-se que uma maior participação das mulheres nas funções de provimento do grupo familiar pode implicá-las em um maior distanciamento em relação ao espaço doméstico, com importantes efeitos sobre a divisão sexual do trabalho doméstico e, conseqüentemente, sobre as experiências femininas de trabalho e privação de trabalho.

Essa estimativa, porém, parece não se confirmar. Isto porque, como se viu anteriormente, se existe de fato um maior envolvimento dos homens com o espaço doméstico, esse envolvimento é, ainda, periférico e, freqüentemente, provisório, como ocorre, por exemplo, durante os períodos de privação de trabalho. As principais demandas decorrentes do trabalho doméstico continuam a ser atendidas pelas mulheres e não pelos homens. Nestes termos, a privação de trabalho parece não alterar substancialmente as relações de gênero. Ainda que deslocamentos importantes possam ocorrer, alternando-se ou mesmo invertendo-se papéis e responsabilidades entre homens e mulheres no âmbito doméstico, essas mudanças parecem se manter em um registro provisório, não se tratando de tendências fortes e a longo prazo.

Entretanto, se, de um lado, os homens continuam a nutrir uma forte relação com o trabalho e com o espaço profissional, de outro, tal tendência também pode ser observada cada vez mais intensamente entre as mulheres. Para elas, tal combinação de tendências e movimentos acarreta, freqüentemente, um acúmulo de responsabilidades, com conseqüências importantes tanto sobre seu papel no mundo profissional como sobre seu papel no espaço doméstico. Trata-se, pois, de procurar identificar, nas trajetórias femininas, em que medida esses diferentes movimentos (em direção ao trabalho doméstico e em direção ao trabalho remunerado) contribuem para estruturar as formas e as experiências femininas de privação de trabalho.

Dentre o conjunto de trajetórias femininas analisadas nesta pesquisa, observou-se que algumas estão mais próximas de um modelo tradicional de participação das mulheres no espaço econômico e no espaço doméstico, para as quais o trabalho remunerado e o provimento do grupo familiar não se colocam como aspectos prioritários. Assim sendo, propõe-se a hipótese de que ao

ocuparem uma posição secundária no trabalho remunerado e no provimento de seus grupos familiares, muitas mulheres experimentam um desemprego também secundário, periférico, fluido em suas fronteiras objetivas e subjetivas. Nestes termos, esse desemprego periférico, feminino, torna-se menos perceptível aos olhos dos outros e das próprias mulheres. Estas se vêem tomadas por uma situação de privação de trabalho caracterizada pela proximidade com as exigências do espaço doméstico e pela precariedade das condições de inserção no trabalho remunerado.

A fluidez desse desemprego periférico tem efeitos objetivos e subjetivos extremamente importantes. Essa fluidez contribui tanto para que essas experiências não sejam tão traumáticas e sofridas – como suporia certa representação dominante do desemprego[258] – como também para que as mesmas se tornem pouco visíveis ou mesmo invisíveis. Neste sentido, a privação de trabalho passa a ser percebida – pelos outros e por si mesmo – como uma situação "secundária", não colocando em xeque a posição e a identidade do indivíduo em seu mundo social. Isto não significa que essa privação seja ressentida como uma experiência sem importância. De fato, ela é a contrapartida da relação peculiar que essas mulheres estabelecem com o trabalho remunerado. Trata-se, enfim, da experiência de uma certa subalternidade feminina no espaço profissional.

Esse desemprego periférico, feminino, é, pois, primeiramente, o produto de uma inserção instável e/ou descontínua de muitas mulheres no mercado de trabalho. Em geral, um baixo ou médio nível de formação sócio-profissional – sem excluir, porém, níveis mais elevados – combina-se com empregos mal remunerados, pouco protegidos e sem perspectivas de crescimento profissional. As mulheres estabelecem com esses empregos uma relação mais instrumental, ainda que a autonomia e a satisfação com o trabalho sejam preocupações importantes. Cada vez mais, essas mulheres sentem-se impelidas a contribuírem para o provimento de seus grupos familiares. Neste caso, porém, essa contribuição não se impõe como prioritária, seja porque o companheiro ou outros membros são os provedores principais do grupo, seja porque os níveis de remuneração recebida são exíguos, insuficientes para justificar um investimento mais intenso na esfera profissional.

Logo, essas mulheres muito raramente chegam a estabelecer uma forte relação com o trabalho como "ofício" ou como "status" e, mesmo quando o fazem, mantêm uma relação peculiar com o trabalho e o espaço doméstico. Nestes termos, as demandas externas ao trabalho remunerado, a maternidade, o cuidado com os filhos ou com outras pessoas da família afetam decisivamente a relação com a esfera profissional, podendo levar à descontinuidade da trajetória

[258] Ver Demazière (2005).

ocupacional e um recuo à inatividade. Do mesmo modo, nos momentos de privação de trabalho, a ausência de perspectivas profissionais faz com que algumas dessas mulheres que compartilham o provimento com outros membros da família ou mesmo que não são as provedoras do grupo prefiram realizar algum investimento em formação escolar ou profissional, deixando a procura por emprego em segundo plano. Em outros casos, algumas mulheres se consagram prioritariamente ao trabalho e ao espaço doméstico, sentindo-se apenas concernidas pela privação de trabalho quando novas pressões econômicas levam à deterioração do orçamento doméstico por fatores diversos como, por exemplo, o desemprego do companheiro ou de algum outro membro da família.

Neste sentido, as experiências de privação de trabalho ou ficam diluídas nesse conjunto de pressões e condições decorrentes tanto do espaço profissional como do espaço doméstico, ou tornam-se significativas apenas na medida em que ocorre uma mudança inusitada na situação familiar que obriga essas mulheres a contribuir para o orçamento doméstico.

Uma experiência de privação de trabalho tipicamente feminina é, por exemplo, aquela vivida por Lídia, 19 anos, casada, sem filhos e que, no momento da entrevista, estava à procura de trabalho havia cerca de nove meses, desde que perdera seu último emprego. Com baixa escolaridade, apenas o fundamental completo, esta jovem tivera apenas duas breves experiências de emprego, um estágio de seis meses em um escritório e um emprego de três meses como operadora de caixa em um supermercado. O recente desemprego de seu companheiro fizera o casal atravessar um momento de insegurança e instabilidade, o que precipitara Lídia a dedicar-se mais intensamente na procura de trabalho.

Deste modo, apesar de seu baixo nível de formação sócio-profissional, Lídia privilegiara uma estratégia imediatista de inserção no mercado de trabalho, tendo em vista a necessidade de contribuir para o orçamento doméstico. Mesmo que esta jovem pensasse em investir em sua formação, essa possibilidade tinha sido descartada, pelo menos no curto prazo. A prioridade era suprir o déficit causado pelo desemprego do companheiro.

De fato, Lídia ocupava uma posição secundária no provimento econômico do casal, já que seu companheiro, com formação universitária, tivera um bom emprego como diretor de arte em uma agência de publicidade. Com a chegada do desemprego, o casal vivia apenas das indenizações e do seguro-desemprego recebidos pelo seu companheiro, além dos trabalhos eventuais que apareciam em sua área de atuação profissional, a publicidade gráfica.

Por isso, a privação de trabalho de Lídia só surge e adquire contornos dramáticos na medida em que seu próprio companheiro torna-se um desempregado. É então que ela passa a

vivenciar com mais "consciência" suas próprias fragilidades no mercado de trabalho. Sua posição econômica secundária no grupo familiar torna-se um peso e a privação de trabalho provoca uma vivência da desqualificação e da necessidade de investir em sua formação profissional. É ela mesma que define sua situação de privação de trabalho orientada em torno da procura de emprego:

> *Ah, é horrível, horrível, porque tu tens uma expectativa a cada vez que tu chegas numa empresa e de repente, a empresa ... não tá fazendo cadastro... apesar do cadastro não ser uma segurança de emprego, mas já é alguma coisa, né. E então... ouvir um não é ... horrível, tem sido terrível... [...] Já vai fazer quase um ano que eu estou desempregada, é horrível, é cansativo também, ter que .. levantar e ir atrás e não conseguir, é horrível.* (Lídia, 19 anos)

Essa experiência de privação de trabalho é vivida por Lídia no plural, pois não se trata apenas de sua experiência de privação de trabalho, mas também aquela de seu companheiro. De fato é a experiência de privação de trabalho de seu companheiro que estrutura sua própria experiência. Deste modo, Lídia relata também a situação de seu companheiro, afirmando toda a dramaticidade do desemprego:

> *Olha ... ... é horrível isso, porque ... ... a gente acha que ... a pessoa que faz faculdade, que sempre tem um estudo, que faz faculdade, facilita as coisas, quando na verdade é bem difícil também, né. E ... ele estudou tanto tempo e na verdade hoje ele não tem retorno nenhum, não tem um salário fixo, alguma coisa a ver. É horrível, ele não gosta, ele prefere nem falar na situação [...] Ele tem ido atrás, ele tem ... ... como ele trabalhou nas agências, ele tem amigos que já estão trabalhando, que tão tentando ajudar, né. Se surgir alguma coisa, eles vão nos falar, ele tem mandado currículo, tem ido a agências, tem corrido atrás, também, mas tá difícil.* (Lídia, 19 anos)

O relato sobre a privação de trabalho feito por Lídia é, pois, em grande medida, uma descrição da situação de seu companheiro, pois é ele o provedor principal do grupo e é sua experiência que traz dramaticidade à situação do casal. Essa dramaticidade não esteve presente em ocasiões anteriores nas quais Lídia também estava sem emprego. Sua experiência de privação de trabalho torna-se significativa na medida em que seu companheiro é afetado pelo desemprego.

É nesse contexto que Lídia afirma a importância em investir na formação profissional, ao falar sobre suas próprias perpectivas pessoais e profissionais:

> *Bem, olha, ... eu pretendo me profissionalizar cada vez mais, curso ... Estudar, estudar ... eu pretendo ... encarar a faculdade, até lá cursos bastante, eu pretendo me profissionalizar cada vez mais, mais, mais, em termos de conhecimento, de tudo. E ... acredito que ele também, ele tem planos, né, no momento que ele consiga trabalho, que eu tiver trabalhando, curso de inglês, a gente pretende estudar junto neste curso de inglês, e ... continuar estudando, pós-graduação, ele quer, a gente pretende continuar sempre,*

> *sempre estudando, sempre, pra melhorar de vida um pouco, né. Porque a gente mora, a gente tem financiamento da Caixa* [banco], *pra pagar o apartamento, o imóvel. Então, a gente paga todo mês, é como um aluguel, na verdade. A gente usufrui, mas é um aluguel, não deixa de ser. E ... então a gente pretende ter um dinheiro, comprar uma casa, se livrar de aluguel, se livrar de condomínio, se livrar de box, né. Esse tipo de coisas, assim, que o dinheiro tem que ter todo mês, aquele dinheiro, não adianta. Tendo uma casa própria, a gente não precisaria todo mês pagar estas contas. Então, a gente espera isso, né, melhorar um pouquinho mais, não precisa nem ser muito, e comprar a casa própria, e ... ter o que é da gente.* (Lídia, 19 anos)

A experiência de Lídia é, pois, em grande parte, vivida nesta sensação de fragilidade em termos de formação sócio-profissional. A procura de emprego a fez ter que enfrentar um mercado de trabalho competitivo e extremamente seletivo. Ela se ressentiu de um tal enfrentamento. A percepção dessa realidade foi dura para ela, pois seus projetos pessoais e do próprio casal dependiam dessa condição básica: um emprego remunerado que desse estabilidade econômica a eles. Apesar de atribuir uma enorme importância à sua autonomia pessoal e à independência econômica, Lídia estava à mercê da tentativa de seu companheiro de conseguir um bom emprego para conseguir investir em sua própria formação escolar e profissional.

Ainda que o casal tivesse uma concepção igualitária de partilhamento de suas responsabilidades domésticas e econômicas, suas diferenças em termos de formação cristalizavam desigualdades que os colocavam em uma situação bastante tradicional. Sendo o companheiro de Lídia o provedor principal do casal, a ela restava uma posição periférica e secundária não só no mercado de trabalho, mas também na divisão dos papéis na família. Nestes termos, *um desemprego periférico, feminino e, freqüentemente, cíclico*, parece rondar o destino desta e de muitas mulheres marcadas por um elevado déficit de formação profissional e ocupando uma posição economicamente secundária no seu grupo familiar.

Esse "desemprego periférico", experimentado de forma intensa e dramática na experiência de Lídia, pode ser vivido, porém, de maneiras diversas, ficando algumas vezes diluído à luz da percepção subjetiva das próprias mulheres.

Este é o caso de Vera, 36 anos, casada, nível médio completo. No momento da entrevista esta mulher encontrava-se oficialmente "inativa". Esta inatividade ocultava, porém, uma situação de privação de trabalho vivida em uma tentativa de reinserção no mercado de trabalho, depois de muitos anos de interrupção da atividade econômica remunerada. Neste caso, a prioridade acordada ao trabalho e às responsabilidades domésticas implicaram, por parte desta entrevistada, o completo abandono da vida profissional.

Vera era casada com Bruno, 38 anos, ensino fundamental completo e vendedor em uma concessionária de veículos. O casal tinha três filhas com idades de 4, 8 e 11 anos. Bruno era o provedor principal do grupo familiar, garantindo, às vezes com dificuldade, sua estabilidade econômica. A decisão de Vilma de se reinvestir no mercado de trabalho era, portanto, uma decorrência do crescimento das filhas e de sua parcial liberação dos encargos domésticos. Contribuir para o orçamento doméstico era também um fator importante, pois o rendimento de seu marido não propiciava ao grupo uma situação econômica confortável. No momento da primeira entrevista, Vilma estava sem emprego havia um ano e meio.

Com formação técnica de nível médio em telecomunicações, a entrevistada trabalhara vários anos, ainda solteira, em uma empresa do setor de telefonia. Tempos depois, esta empresa faliu, fechando suas portas e deixando Vilma desempregada. Nesse período, ela começou a trabalhar com alguns ex-colegas que, após desempregarem-se, decidiram montar uma pequena empresa de prestação de serviços. Porém, com o nascimento de sua primeira filha e devido às dificuldades de conciliar o trabalho remunerado com a maternidade, Vilma abandonou sua atividade profissional e passou a se dedicar integralmente à família.

Depois de um período de mais de oito anos de interrupção de sua trajetória ocupacional, intercalados por uma breve experiência de emprego que durara apenas seis meses, Vilma retoma sua atividade remunerada, passando a trabalhar como vendedora em uma pequena loja de móveis usados. Tratara-se de uma oportunidade de trabalho proposta a ela por um parente de seu marido. Como já vinha pensando em voltar a trabalhar, Vilma aceitou a proposta, mas ficou no emprego apenas por um mês. A loja tinha pouco movimento e o proprietário desistiu de manter um empregado, pois os custos trabalhistas eram altos.

Após sua saída desse trabalho, que sequer tivera registro formal, Vilma passou alguns meses procurando emprego, confrontando-se com as dificuldades de um mercado de trabalho competitivo e seletivo, principalmente em razão da idade. Depois de muitos currículos enviados e entrevistas realizadas, Vilma desencorajou-se, desistindo da procura de emprego. É então que ela decide investir em sua formação profissional, realizando um curso de guia de turismo, atividade que considerava promissora em sua cidade, um pólo econômico e turístico regional. No momento da primeira entrevista, ela ainda estava envolvida com o curso e tinha expectativa de retomar a procura de emprego tão logo o mesmo terminasse.

A aparente inatividade de Vilma era, portanto, uma decorrência tanto das limitadas oportunidades de emprego em um mercado de trabalho saturado, competitivo e seletivo, como o resultado de uma longa interrupção da atividade profissional que resultou em uma perda das

antigas competências técnicas adquiridas em sua formação profissional. Vilma não se sentia mais em condições de trabalhar em sua área de formação, pois se sentia desatualizada. As inovações tecnológicas no setor de telecomunicações ocorreram de forma muito profunda e com extrema rapidez. Por isso sua decisão de investir em uma nova área profissional. Vilma sonhava em ter sua própria agência de turismo.

Tratava-se, pois, de uma experiência de privação de trabalho vivida no limite entre o espaço profissional e o espaço privado e doméstico. Esse desemprego fluido, à beira da inatividade, era experimentado na combinação do trabalho doméstico com o investimento em formação, além da realização de algumas atividades econômicas pontuais, alguns passeios turísticos promovidos pela entrevistada. É a própria Vilma que resume sua trajetória da seguinte forma:

> *Olha, atualmente, depois que eu comecei a fazer esse curso eu parei de procurar* [emprego] *... ... Até porque não tenho tempo, porque a gente entra às seis horas e sai às dez e meia* [da noite] *... A gente tem aula sábado e domingo, quer dizer que a gente não teria tempo, né. E eu estou tentando fazer esse curso prá eu melhorar, porque eu passei muito tempo sem trabalhar ... ... Eu me formei na Escola Técnica ... ... e não, não saí de Pelotas, fiquei aqui ... ... e daí ... e daí trabalhei quatro anos numa empresa, a empresa faliu e eu acabei, já tinha casado, estava grávida, acabei ficando em casa e fui ficando, fui ficando e aí quando eu abri os olhos prá procurar, eu não consegui mais nada. Nem em loja eu não conseguia mais. O que dirá no meu curso, né, porque aí eu já tava, tava muito defasada, também. Eu admito que eu não iria conseguir mesmo, né. Mas aí eu não consegui porque ... não tinha prática em nada, né. Além de ter parado muito tempo, eu não tinha prática noutros setores.* (Vera, 38 anos)

Na ocasião da entrevista, apesar de não estar a procura de emprego, Vilma demonstrou uma forte dedicação ao seu projeto de retomar sua atividade profissional, realizando o investimento em formação. Ao falar sobre suas tentativas frustradas de conseguir um emprego, Vilma salientou que dois fatores contribuíram para falta de êxito: a falta de experiência e a idade. A esse respeito, especialmente em relação à idade, ela fez a seguinte observação:

> *Inclusive me disseram, assim, extra-oficialmente, que seria muito difícil, não pela falta de experiência, mas sim pela idade que eu tenho [...] Aí eles disseram, não, o teu problema é a idade ... ... não querem mais com essa idade e aí eu fiquei pensando assim, bom, então ... ...* ***se eu não tivesse marido****, se eu fosse uma pessoa sozinha, o que é que eu faria ? Eu iria ou pedir ou então eu iria morar embaixo da ponte, ou sei lá, o que eu iria fazer, né ? Porque* ***se eu precisasse trabalhar prá me sustentar*** *... ... ... eu não sei o que eu teria que fazer. Porque ... porque o problema era idade e idade eu não podia mudar, né.* (Vera, 38 anos)

Neste trecho, Vilma afirma com clareza sua perspectiva de não provedora, de quem pode contar com o marido para prover suas necessidades. Ainda que o trabalho remunerado seja

importante para ela, inclusive para melhorar o orçamento doméstico, ela afirma literalmente que não precisa trabalhar para se sustentar. É por isso que Vilma resolve investir prioritariamente em sua formação, realizando o curso de guia de turismo. Sem perspectivas em sua área de formação, ela estimou que teria melhores chances se investisse nessa nova atividade profissional (guia de turismo). Esse investimento em formação só foi possível porque seu marido, mal ou bem, garantia a sustentação de seu grupo familiar.

Esse investimento em formação é, pois, a expressão de uma situação de privação de trabalho vivida de forma muito peculiar por Vera. Tratava-se de uma privação de trabalho vivida no feminino, em uma situação econômica periférica, em uma tentativa de reinserção no mundo do trabalho depois de muito tempo de interrupção da trajetória ocupacional. Nessa experiência de privação de trabalho, as atividades domésticas continuavam a regular o ritmo de vida da entrevistada. Inicialmente, ela alternava o trabalho doméstico, o cuidado da casa e das filhas, com a procura de emprego e, mais tarde, com o curso de formação profissional.

Perguntada como fora sua experiência de privação de trabalho, a própria Vilma relatou:

> *Ah, muito mal, muito mal, porque ... ... a gente pela idade, sei lá, né, parece que a gente ... até te olhavam meio assim, né, como quem diz: ah, nem adianta fazer nada, porque não vai conseguir, sabe? Então* ***a gente se sente meio inútil*** *... ... ... e então a gente se sente mal, a gente chegava em casa, diz báhh, o que é isso, né. ... ... E ... então eu me sentia muito mal mesmo, quando às vezes eu ía, às vezes tinha aquela esperança, báhhh, acho que agora sim, vai dar e tal. Chegava lá ... não, não tem, ou isso ou aquilo e a gente via assim que um pouco realmente é pela idade... Então, a gente se sente mal, né. A gente tá aí, quer trabalhar e se a gente tá procurando é porque a gente tem disposição pra isso, né? ... ... Então, eu me sentia mal mesmo.* (Vera, 38 anos)

A experiência de privação de trabalho de Vilma é definida pela procura de emprego, é a experiência da frustração, dos sucessivos "não", da percepção negativa da idade como obstáculo para obter um novo emprego, é, enfim, a experiência da inutilidade, inutilidade de quem sente tornar-se obsoleta no mercado de trabalho, desatualizada, sem esperanças. Logo, a situação de privação de trabalho é definida a partir da referência ao "emprego". O emprego, porém, apresentava-se como uma possibilidade distante, vaga, incerta. Por isso, a privação de trabalho é vivida no desalento, no abandono da procura de emprego, na esperança e tentativa de conseguir um trabalho no futuro, face ao investimento em formação no presente.

Nestes termos, Vilma não se sentia propriamente uma desempregada na ocasião da primeira entrevista. Ainda que almejasse um emprego e estivesse investindo em um curso profissionalizante com este fim específico, ela vivia uma situação marcada pela provisoriedade, pela espera, pela expectativa em relação ao futuro. Logo, sua experiência de privação de trabalho

diluía-se em um contexto marcado pela combinação entre formação profissional e trabalho doméstico. Sua experiência de espera era fortemente marcada pelo ritmo da vida e do trabalho doméstico, de uma mãe, dona de casa, que contava com a presença de um companheiro provedor.

No entanto, Vilma considerava difícil essa conciliação entre a vida doméstica e a vida profissional. Ela sentia-se sempre "*correndo*". Como afirmava: "*nunca dá tempo de dizer, bom, agora eu terminei, agora eu posso parar*". Para a entrevistada, as exigências domésticas eram consideradas sempre intermináveis, repetindo-se infinitamente, principalmente quando os filhos eram pequenos. Por isso, o trabalho doméstico torna-se sempre insatisfatório, não proporcionando uma sensação de utilidade e de reconhecimento. A esse propósito, quando falou a respeito da importância do trabalho remunerado, Vilma afirmou:

> *É importante pra mim, é, eu acho que a gente é muito mais valorizada, até pelo marido. Eu acho que a gente ficando muito dentro de casa, o marido já olha com outros olhos pra gente. Ah! Tá sempre ali, tá sempre, sempre, parece ... que chega dentro de casa, já sabe que tá ali, né. Sabe que tá tudo prontinho, que arrumou, que fez, e que passou o dia mais ou menos naquela rotina, e lava e ... e arruma isso e arruma aquilo, eu acho que até por isso aí é importante. O mais importante, prá gente, é se sentir ... útil, né. Porque parece que a gente tá dentro de casa, a gente fica meio, claro, é importante o serviço da dona de casa, mas é que a gente sente meio ... eu me sinto, parece que não tô produzindo.* (Vera, 38 anos)

Essa relação com o trabalho doméstico, essa sensação de inutilidade, essa sensação de não ser reconhecida, de viver uma rotina interminável, de estar sempre ali, é um fator importante que impele Vilma a buscar um trabalho remunerado, do qual ela possa obter esse reconhecimento, além da independência econômica e da ajuda no orçamento doméstico. Além disso, para esta mulher, ficar em casa é estar sujeita a um processo de desqualificação profissional, de perda de uma aprendizagem anterior: "*a gente fica dentro de casa, a gente vai perdendo ... tudo, né?"*.

Desde que retomara seu investimento no espaço profissional, Vilma permanecera cerca de dois anos e meio sem emprego. No momento da segunda entrevista com ela realizada, Vilma havia conseguido um emprego temporário em uma creche municipal, um contrato emergencial. Vilma superara, pois, pelo menos momentaneamente, sua situação de privação de trabalho, ainda que seu novo emprego não fosse estável, não lhe propiciasse garantias para o futuro.

Durante a maior parte daquele longo período de privação de trabalho, Vilma permaneceu desalentada, sem procura regular de emprego e promovendo algumas viagens como guia de turismo. Esta atividade, que lhe trazia algum alento, mostrava-se, porém, bastante precária, pois os custos e os riscos implicados na promoção de passeios turísticos eram consideráveis, difíceis de serem sustentados sem um bom aporte de capital inicial.

Se, por um lado, essa experiência fluida e periférica vivida por algumas mulheres não provedoras implica uma certa invisibilidade, objetiva e subjetiva, de privação de trabalho, por outro, tal situação pode implicar também uma relativa proteção em relação às experiências mais dramáticas e, por vezes, traumáticas de desemprego. No caso de Vera, isto parece ser verdadeiro, tanto porque as condições mínimas para o provimento de seu grupo familiar estavam garantidas pelo seu marido, como pelo fato de que a necessidade subjetiva de ter um trabalho remunerado – autonomia, independência, realização pessoal – é partilhada com outros valores relacionados à família e à via doméstica.

De qualquer modo, a experiência de privação de trabalho vivida por Vilma estava orientada tanto no sentido de contribuir para suprir as necessidades econômicas do grupo como no sentido de realização e satisfação subjetiva, o trabalho remunerado propiciando autonomia, independência, realização pessoal. Assim sendo, mesmo secundária, a contribuição que Vilma passou a dar para o provimento do orçamento doméstico insere-se em uma tendência bastante marcante na forma de organização dos grupos familiares que, cada vez mais, dependem do trabalho remunerado feminino. Por todas essas razões, as relações de gênero vão sofrendo transformações significativas, tanto no âmbito do espaço profissional como no âmbito do espaço doméstico.

De uma maneira geral, todas as trajetórias femininas analisadas até aqui, mesmo daquelas mulheres menos propensas a se manterem ativas e mais centradas nas atividades domésticas**,** apresentam uma característica em comum: o desejo muito forte de ter um trabalho remunerado. Poucas dessas mulheres conseguiram construir uma forte relação com o trabalho remunerado como "ofício" e como "*status*", visto que suas trajetórias são fortemente descontínuas, sendo marcante também o desalento.

Para algumas dessas mulheres que gozam de uma situação econômica mais estável, não sendo elas as principais provedoras de seus grupos familiares, os benefícios de ter um trabalho remunerado não são alcançados facilmente. Nesse sentido, a qualidade dos empregos tem um papel fundamental para que essas mulheres decidam buscar ou se manter em um trabalho remunerado. Por isso, observou-se que várias dessas mulheres abriram mão e sacrificaram seus empregos em algum momento de suas trajetórias para dedicarem-se aos seus filhos e às suas famílias. Em quase todos esses casos, no entanto, a opção por manterem-se ativas, no presente ou no futuro, sempre esteve presente de alguma forma.

Estima-se, pois, que a maior parte dessas mulheres não teria interrompido suas trajetórias se suas condições de trabalho fossem satisfatórias e seus empregos estáveis. O trabalho

remunerado tem, pois, um papel fundamental para atingir a almejada satisfação pessoal, o devido reconhecimento social e a necessária independência individual. O problema é que, na maior parte das vezes, a atividade remunerada não tem a qualidade desejada. Por isso, o trabalho doméstico, mesmo às vezes hostilizado, torna-se o destino "natural" de muitas dessas mulheres. A satisfação que algumas mulheres tiram desse trabalho é, por outro lado, sempre circunstancial e provisória. Nenhuma delas o toma como referência central em seus modos de vida. Em geral, a relação com o trabalho doméstico é de tipo instrumental. Trata-se de administrar as necessidades cotidianas de reprodução material do grupo familiar.

Em algumas poucas trajetórias, é peculiar a ausência de "pressões econômicas imediatas" que permitem fazer escolhas profissionais mais criteriosas, levando em consideração, por exemplo, a satisfação pessoal com o trabalho, a autonomia e a liberdade econômica, o crescimento em uma carreira. Neste sentido, a "inatividade" vivida seja no trabalho doméstico, seja em uma situação de formação profissional ou no planejamento de um projeto profissional (o "desemprego invisível", em última análise) torna-se uma estratégia de resistência e negação do trabalho e do emprego precário e mal remunerado na esfera profissional.

Nestes casos, o que permite sugerir que há efetivamente uma experiência de privação de trabalho é o forte desejo, a intenção e as iniciativas concretas tomadas por essas mulheres visando obter uma atividade econômica remunerada. Os projetos de negócios autônomos e de empregos futuros são tentativas de escapar dos limites impostos pelo mercado de trabalho. A disponibilidade de um certo capital material e simbólico permite a algumas dessas mulheres das classes sociais mais favorecidas construírem projetos a longo prazo, o que não é o caso para a maior parte das mulheres e da população trabalhadora brasileira.

De alguma forma, quase todas essas experiências femininas estão fortemente estruturadas por relações sociais de gênero que permitem, tornam legítima e sancionam uma atividade social organizada em torno do papel de mãe, dona de casa e esposa cumprida por essas mulheres no espaço doméstico. Mesmo desejando ter um trabalho remunerado e não se satisfazendo com o papel tradicional de mãe e esposa no seio da família, muitas dessas mulheres, de alguma maneira e em algum momento de suas trajetórias, dispuseram desse "estatuto" alternativo que propiciou a elas um "lugar" no mundo social. Algumas delas puderam escolher, por exemplo, ficar em casa, como mães e donas de casa, inativas, em compasso de espera, ao invés de trabalhar fora em uma atividade insatisfatória em termos de remuneração e bem estar pessoal. No entanto, ao mesmo tempo em que protege contra a privação de trabalho, esse estatuto alternativo no interior do espaço doméstico também contribui para torná-la invisível.

A privação de trabalho, neste caso, fica mascarada pelo exercício dos papéis tradicionais no espaço doméstico. Como vimos em algumas trajetórias acima analisadas, a caracterização da própria procura de emprego – critério oficial utilizado para classificar os desempregados – torna-se problemática em um contexto sócio-econômico marcado pela precariedade das oportunidades de emprego. Assim, mulheres que ocupam uma posição privilegiada no espaço social, que gozam de melhor qualificação profissional, escolaridade e que possuem expectativas profissionais mais exigentes ficam não apenas vulneráveis – no sentido não econômico do termo – em um mercado de trabalho pleno de ocupações precárias, como ficam ainda mais freqüentemente vinculadas aos papéis e responsabilidades tradicionais, os quais, em alguns casos, até procuram evitar.

Mesmo entre as mulheres que apresentam trajetórias ocupacionais estáveis e uma forte relação com o trabalho, observou-se experiências de privação de trabalho marcadas pelo desalento e vividas na proximidade com o trabalho e as responsabilidades domésticos.

Este é o caso, por exemplo, de Érica, 39 anos, casada, ensino fundamental incompleto e cujas perspectivas imediatas no mercado de trabalho eram bastante desanimadoras. Élida era casada com Marcolino, 45 anos, ensino médio completo, funcionário público federal que trabalhava na aeronáutica havia 23 anos. O casal tinha três filhos, com idades de 2, 9 e 12 anos.

No momento da entrevista, Élida estava sem emprego havia um ano. Após sua demissão, recebeu cinco parcelas do seguro-desemprego e teve um curto período de procura de emprego. Sua baixa formação sócio-profissional, as condições adversas no mercado de trabalho e o filho pequeno para cuidar levaram-na, porém, a desistir dessa procura. Apesar de sempre ter sido provedora de seu grupo familiar, Élida beneficiou-se também do fato de compartilhar esse provimento com seu marido que possuía um emprego e rendimento estáveis, proporcionando segurança econômica ao grupo familiar. Logo, o provimento partilhado e sua condição de mãe e dona de casa foram decisivos na estruturação de sua experiência de privação de trabalho.

Érica tivera uma trajetória ocupacional muito estável. Seu primeiro e único emprego fora em uma rede de supermercados na qual permaneceu durante quase 22 anos. Sua última função fora como tesoureira. Ela sempre se dedicou muito ao trabalho que exigia dela total disponibilidade. Logo que foi contratada, quando tinha apenas 17 anos de idade, Élida precisou abandonar seus estudos, não tendo conseguido completar o ensino fundamental. Suas jornadas de trabalho sempre foram muito longas e, por isso, segundo relatou, nunca pode conciliar o trabalho com o investimento em sua formação escolar. O casamento e, logo em seguida, a vinda dos filhos também contribuíram para que a entrevistada nunca dispusesse de tempo para estudar. De fato, a questão da formação escolar nunca se colocora para Élida como um aspecto relevante em sua

trajetória ocupacional. Só depois que perdeu seu emprego é que Élida viria a questionar a importância desse fator em sua vida profissional, uma vez que ele se tornara fundamental em suas tentativas de obter um novo emprego. O mercado de trabalho transformara-se profundamente ao longo dos últimos anos e as circunstâncias em que ocorreu o desemprego de Élida refletiam essas mudanças. Depois de um processo de reestruturação, sua empresa fora adquirida por um outro grupo do mesmo setor, impondo um forte enxugamento de pessoal. Élida fora vítima dessa dinâmica de reorganização capitalista.

Tratava-se, pois, da ruptura de uma longa trajetória na qual esta mulher construiu uma forte relação com o trabalho. Além de nutrir um estreito vínculo com a empresa e com os colegas de trabalho, Élida considerava sua atividade uma fonte importante de autonomia e bem estar pessoal. Afinal de contas, ela ganhava um salário muito bom, superando a remuneração recebida por seu marido. Sua contribuição para o orçamento doméstico era, pois, extremamente importante.

Em sua trajetória estável e contínua, Élida nunca cogitou em abandonar seu emprego em nome da família e dos filhos. Com muita dificuldade, ela conseguiu conciliar a exigências profissionais com aquelas decorrentes do trabalho doméstico. A postura de seu marido sempre fora fundamental para que essa conciliação fosse possível. Por ter jornadas de trabalho mais curtas e dispor de mais tempo para ficar em casa, seu marido fazia a maior parte do trabalho doméstico, além de cuidar das crianças. O casal sempre utilizou também dos serviços de creches nas ocasiões em que os dois estavam muito envolvidos com o trabalho.

A posição de Élida no espaço doméstico não era, pois, aquela de uma provedora secundária, mas de alguém que gozava de uma posição decisiva na estruturação financeira do grupo familiar. Além do mais, a divisão sexual do trabalho e das responsabilidades domésticas deste casal afastava-se de um modelo tradicional, mostrando-se bastante atípica a participação do marido de Élida no trabalho doméstico. A combinação de todos esses fatores fez da privação de trabalho vivida por Élida uma experiência muito peculiar.

Primeiramente, como é comum nas trajetórias ocupacionais mais estáveis, nas quais os indivíduos estabelecem laços mais intensos e profundos com sua atividade profissional e com a empresa onde trabalham, a privação de emprego foi vivida inicialmente como uma experiência marcante de ruptura. Esta foi percebida, ao mesmo tempo, como ruptura do laço com a empresa e com os colegas de trabalho, provocando nesta mulher um sofrimento considerável. Desde então, sua rotina de vida alterou-se profundamente. Em seu relato, Élida mostrou que essa ruptura provocou nela uma forte desorientação, uma dificuldade de administrar seu tempo. Seus

referenciais ficaram muito abalados. O tempo de trabalho estruturava fortemente seu tempo de vida.

Em segundo lugar, depois de uma breve experiência de procura de emprego sem êxito, na qual pode deparar-se com suas deficiências em termos de formação sócio-profissional, Élida sucumbe ao desalento, à espera, e resolve reinvestir em seus estudos, matriculando-se em um curso de escolarização para adultos, a fim de completar o ensino fundamental e realizar o ensino médio.

É nesse contexto de desalento em relação ao mercado de trabalho e de investimento em sua escolarização que Élida volta-se inteiramente à sua condição de mãe e dona de casa, dedicando-se ao trabalho doméstico e à educação de seus filhos. Nestes termos, o cuidado e a educação de sua filha menor tornam-se, surpreendentemente, prioridades absolutas para ela. Conforme seu relato, as oportunidades de trabalho que existiam não eram suficientemente boas para justificarem seu retorno ao mercado de trabalho. Para a maior parte dos empregos disponíveis, os salários eram muito baixos e os custos com a manutenção da filha em creche praticamente consumiriam toda a sua remuneração. Por isso, Élida abandonara a idéia de retornar imediatamente ao trabalho remunerado, decidindo dar prioridade ao investimento na sua formação. Dentro do grupo familiar, a presença do marido provedor tem um papel fundamental na definição dessa estratégia. De qualquer forma, depois de uma longa trajetória ocupacional e de uma forte relação à atividade, a trajetória de Élida toma a direção de um **recuo à inatividade**.

Nesse contexto, ser mãe e dona de casa tornou-se a consequência necessária de sua experiência de privação de trabalho. Esta privação vivida inicialmente de forma dramática como ruptura acabou transformando-se em uma experiência da maternidade, do trabalho e das responsabilidades domésticas, uma experiência tipicamente feminina, vivida no estatuto de mãe e dona de casa e não no estatuto de trabalhadora privada de trabalho. Assim, essa experiência de privação de trabalho, absorvida pela vida e atividades domésticas e legitimada pela posição da entrevistada nesse espaço, torna-se invisível do ponto de vista das categorias oficiais. O trabalho e o espaço domésticos tornam-se, neste caso, “amortecedores” de processos sociais que se passam na esfera econômica, no mundo profissional.

Para Érica, o tempo disponível para o trabalho remunerado, dedicado à esfera profissional, é convertido em um tempo disponível para o trabalho doméstico, dedicado à esfera familiar. A privação de trabalho, o desemprego, dilui-se, também subjetivamente, nesse processo social de conversão do trabalho feminino remunerado em um trabalho feminino doméstico. As relações de gênero estão na base desse processo social, pois essa conversão nada mais é do que a transição

entre estatutos diferentes e, freqüentemente concorrentes, o que não acontece nas experiências masculinas.

No momento da entrevista, perguntada sobre sua situação, Élida a define da seguinte maneira:

> *Estou só em casa mesmo, devido ao meu filho pequeno, né. Não compensa eu sair a procurar um emprego, porque o que estão pagando atualmente, né, é muito pouco. Como eu teria que deixar o meu filho neném numa creche, não compensaria eu sair prá trabalhar e deixar o meu filho na creche. Todo o valor que eu iria receber eu iria pagar prá creche. Então, eu não estou trabalhando atualmente,* ***só estou em casa****.* (Érica, 39 anos)

Assim, Élida define-se prioritariamente como mãe e dona de casa, como "estando em casa", mesmo tendo construído uma longa e forte relação com o trabalho remunerado. O estatuto de mãe e dona de casa impõe-se "naturalmente", mesmo que o investimento em sua escolarização seja uma de suas atividades naquele momento. Neste sentido, ela define-se prioritariamente a partir de seu estatuto de mãe e dona de casa e não a partir de seu estatuto como trabalhadora. Trata-se, pois, de uma identidade fortemente estruturada pelas relações de gênero.

No entanto, ao avançar a narrativa de sua experiência de vida e de trabalho, Élida mostra claramente que a privação de emprego é muito mais ressentida do que parece à primeira vista. Esse ressentimento expressa-se de forma mais intensa na medida em que sua percepção dos acontecimentos se torna mais apurada. Ao reconstituir sua própria trajetória, Élida relata assim sua experiência de privação de trabalho:

> *Prá mim é muito difícil. É muito difícil, poque quando eu completei 17 anos, foi a primeira vez que eu saí prá pegar emprego. O primeiro emprego que eu procurei, eu já fiquei trabalhando, que é esse aí. Eu saí de manhã e disse prá mãe : - mãe, hoje eu vou pegar um emprego, vou encontrar alguma coisa. Eu cheguei direto nesse emprego, na « Empresa X », eles já me deram o uniforme e eu já comecei a trabalhar. Então, eu sempre ... eu recebia por semana, desde aquele tempo, eu sempre tinha o meu dinheiro e eu era solteira e eu não tinha namorado. Depois eu arrumei um namorado, casei. Então, eu sempre trabalhei. Eu me acostumei com a minha vida sempre trabalhando. Então, agora prá mim tá sendo difícil. Em primeiro lugar, porque eu não tenho mais o meu dinheiro, dependo do dinheiro do meu esposo, e é ruim, e tudo ficou diferente. Eu tinha um salário até que bom, né. Eu trabalhava aí nessa empresa, então pra mim tá sendo difícil isso aí. E ver também que tá difícil lá fora, que eu não ...* ***não é que eu esteja em casa porque eu quero****, eu sei que a situação aí fora tá difícil. Isso é que me deixa mais constrangida ainda, né. Por saber que* ***não adianta eu sair a largar currículo por aí, que eu não vou conseguir um emprego tão fácil, né****.* (Érica, 39 anos)

Este trecho é significativo não só por mostrar as profundas mudanças no mercado de trabalho ao longo dos últimos vinte anos. A facilidade com que Élida obtém seu primeiro e único

emprego, segundo ela própria relata, é um dos sintomas dessas transformações. Este relato expressa também o fortíssimo desalento vivido por essa entrevista em sua experiência profundamente feminina de privação de trabalho. Esse relato mostra ainda que essa condição de mãe e dona de casa – tomada como referência subjetiva principal para definir sua condição de atividade – não é propriamente o resultado de uma opção pessoal, mas um constrangimento da conjuntura econômica e do mercado de trabalho. A experiência da privação de trabalho torna-se, pois, nítida no relato desta mulher que se sente muito mal por estar privada de seu próprio rendimento, de seu emprego, pois esta fora a rotina de toda sua vida adulta, desde os 17 anos de idade.

Por isso tudo, pode-afirmar que se, por um lado, o trabalho, as responsabilidades domésticas, a posição ocupada por Élida no espaço doméstico, contribuem para mobilizar objetiva e subjetivamente essa mulher, reorganizando seu tempo, demandando seu trabalho, preenchendo e dando sentido a essa experiência, por outro, essas atividades e essa condição feminina contribuem também para tornar invisível sua experiência de privação de trabalho. Essa diluição subjetiva da experiência de privação de trabalho contribui, também, para relativizar e amenizar o sofrimento de perda de emprego que também se dilui nessa experiência da maternidade, do trabalho e das responsabilidades domésticas.

Por outro lado, essa experiência de privação de trabalho produz um reforço do modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, pois Élida torna-se a mãe, dona de casa e esposa que assume a maior parte do trabalho e das responsabilidades domésticas, enquanto seu marido está trabalhando fora. Segundo a própria entrevistada, seu marido, que partilhava efetivamente as tarefas domésticas, passa a ser apenas um "ajudante". De fato, neste caso, a privação de emprego reforça a divisão sexual tradicional do trabalho no âmbito doméstico.

8.15. A privação de trabalho das mulheres "chefes de família"

As representações dominantes do desemprego tendem a reconhecer o caráter "problemático" desse fenômeno, na medida em que a imagem do desempregado é construída associando-a ao papel social de provedor e chefe de família. Os indivíduos "vitimizados" pelo desemprego não seriam responsáveis apenas por si mesmos, mas também pelos seus familiares e, particularmente, pelos seus filhos menores. Essa tem sido uma representação essencialmente masculina do fenômeno. Neste caso, o desempregado clássico, isto é, aquele que exprime

legitimamente o caráter problemático do fenômeno, é um homem, um pai, um chefe de família, o principal e, às vezes, único provedor de seu grupo.

Ao fazer da privação de trabalho uma experiência essencialmente masculina, vivida pelo chefe de família provedor, essa representação expressa a dramaticidade necessária para justificar a relevância de uma intervenção pública e de uma proteção aos "desempregados". Essa representação dominante não é mobilizada apenas pelos agentes públicos, pelos representantes do Estado, mas também pelos próprios desempregados que pretendem ver reconhecidas como legítimas suas reivindicações, suas necessidades e, eventualmente, suas lutas sociais.

No entanto, essa representação dominante não reconhece que as mulheres vêm contribuindo cada vez mais decisivamente para o provimento do orçamento doméstico. Com muita freqüência, elas têm se tornado também as provedoras principais e, às vezes, exclusivas de seus grupos familiares, tais quais os homens em uma divisão tradicional dos papéis sexuais. Evidentemente, o fato de as mulheres assumirem cada vez mais essa função no espaço doméstico tem importantes repercussões sobre suas experiências de privação de trabalho.

Várias trajetórias analisadas nesta pesquisa apresentavam essa característica. Tratavam-se de mulheres provedoras de seus grupos familiares, sem maridos ou companheiros com quem pudessem partilhar essa função. Às vezes, essas mulheres partilhavam esse provimento com outras mulheres, principalmente com suas mães. Outras vezes, elas assumiam sozinhas essa responsabilidade, além de manterem sob sua responsabilidade a guarda e a educação dos filhos pequenos. Portanto, essas mulheres eram as assim chamadas "chefes de família".

Estima-se que ao assumirem esse papel, uma função tradicionalmente masculina, essas mulheres estariam construindo experiências de privação de trabalho muito semelhantes àquelas dos homens provedores. Nestes termos, as experiências masculinas e femininas de trabalho e de privação de trabalho tenderiam a convergir no sentido de uma maior igualdade objetiva e subjetiva.

A trajetória de Carla, 37 anos, solteira, ensino superior completo, é particularmente exemplar neste sentido, pois tratava-se de uma experiência feminina de mãe e provedora principal de seu grupo familiar. Formada em comunicação social – relações públicas, a entrevistada tinha uma filha de 14 anos, estudante, e com ela também morava sua mãe, 77 anos, dona de casa. Sua mãe recebia uma pensão e também contribuía, de forma secundária, para o orçamento doméstico.

No momento da entrevista, Carla estava trabalhando havia dez meses como vendedora em uma loja de veículos usados. Sua remuneração era comissionada, recebendo de acordo com as

vendas que realizava. Ela tinha o registro formal de emprego em sua carteira de trabalho, recebendo um salário mínimo como remuneração básica.

A entrevistada queixava-se, todavia, de suas condições de trabalho e, principalmente, de suas condições de remuneração. As vendas eram incertas e durante certos períodos do ano ela corria o risco de ficar apenas com a remuneração básica. Para ela, o salário mínimo era irrisório, mal cobrindo as despesas básicas com energia elétrica, água e telefone. Carla aceitara esse emprego por falta de melhores opções, tendo continuado a procura de emprego sem sucesso. Por razões econômicas, aceitou trabalhar como vendedora, um emprego muito aquém de suas expectativas.

Antes desse emprego, Carla ficara oito meses desempregada, um período muito difícil para ela. Na ocasião, além da intensa procura de emprego, também dedicou-se a vários bicos e trabalhos eventuais, trabalhando principalmente com a compra e venda de mercadorias no comércio informal e ambulante. Na ocasião, Carla precisou vender seu carro para poder fazer frente às dívidas que contraíra no passado. Como mandara construir sua casa, tinha acumulado muitas despesas. Portanto, a privação de trabalho implicou para ela uma drástica redução de seu padrão de vida. Anteriormente, Carla recebia um ótimo salário em uma empresa de "vale-refeições", sendo a gerente-responsável pelas atividades daquela empresa em sua cidade. Carla permanecera quase cinco anos nessa atividade profissional, tendo saído apenas devido à falência da empresa.

A privação de trabalho fora uma dura prova para ela. Ela exigiu não apenas sua reestruturação financeira, tendo em vista a drástica redução do poder aquisitivo do grupo familiar. Essa privação provocou em Carla um sofrimento considerável, afetando sua saúde e produzindo uma forte inquietação pessoal. Estava em xeque, para ela, sua capacidade de manter seu grupo familiar, de prover as necessidades materiais de sua filha e de sua mãe. Tratava-se, tipicamente, de uma experiência de privação de trabalho de uma provedora que concentrava a responsabilidade de sustentar seu grupo familiar. Carla relata assim essa experiência:

> *Ah, foi horrível, né. É que eu tinha um padrão de vida, eu trabalhava como gerente de uma empresa, eu tinha um salário de dois, três mil reais. Então, eu tinha aquele padrão de vida. Depois, a empresa fechou, eu não recebi a rescisão, recebi recém agora. Então, tu imagina,* ***eu me desestruturei toda****, né. E aí tive que me submeter a quê ? O primeiro* [emprego] *que aparecesse eu pegaria, foi que eu peguei esse que eu estou vendendo carro. Ao menos com esse eu tinha um vínculo empregatício, né.*
>
> P: E durante esse período, durante esses oito meses [de desemprego] ?

Ah, esses oito meses, eu vendi roupa, eu vendi, eu virei 'muambeira', 'ambulante'. Tudo que eu podia pegar prá vender, eu peguei, fui vendendo, isso aí é o que eu fiz. Ah, eu tinha um carro, vendi o carro, fiz dinheiro prá poder me manter dentro desses oito meses. [...] Eu tinha um carro noventa e seis ... ... e peguei um bom dinheiro por ele, peguei esse dinheiro e comecei a jogar, né. Eu tinha muita conta também. Eu tava terminando minha casa, eu tava construindo, ***eu fiquei apavorada****. Eu peguei tudo que eu podia pegar prá vender e ganhar alguma coisa em cima. Eu vendia ... ... Vendi roupa, sacola plástica, brinquedo. Eu buscava, comprava e revendia. Assim eu fazia. Sempre tirando um dinheirinho. E assim eu consegui me manter.* (Carla, 37 anos)

Como revelam os trechos acima, a privação de trabalho representou para Carla uma drástica redução de seu padrão de vida, pois seu salário anterior era muito bom. Assim, o recurso às formas eventuais de trabalho, os bicos, tornou-se a prática habitual desta entrevistada ao longo daquele período. Tal fato revela que também as mulheres, sobretudo quando são as provedoras principais de seus grupos, recorrem a essas formas de trabalho em suas experiências de privação de trabalho. Neste caso, o investimento na esfera do trabalho remunerado é absolutamente prioritário, como em geral acontece nas experiências masculinas.

Falando ainda de sua experiência de privação de trabalho e de como ela afetou sua vida, Carla afirmou :

Afeta bastante sim, com certeza, eu tava com a minha cabeça assim, emagreci, não conseguia dormir, era tanta conta, tanta dívida, eu não tinha de onde tirar dinheiro. É horrível. Abala a estrutura. [...] ***Ainda mais tendo um filho, né, prá sustentar****. Aí é duro ... ... Mas graças a Deus, eu consegui superar ...* (Carla, 37 anos)

Revela-se claramente, no trecho acima, os drásticos efeitos subjetivos da condição de provedora na experiência de privação de trabalho de Carla. Neste sentido, o trabalho representa não apenas a afirmação de autonomia, de independência econômica, mas é a garantia de sustentação do grupo familiar. Carla afirmava que podia contar apenas consigo mesma, expressando essa necessidade do trabalho de forma muito direta : "*se eu não trabalhar, como é que eu vou me sustentar !"* Não se trata, pois, de uma experiência periférica de trabalho no espaço profissional, mas a afirmação dessa condição central que é ser o provedor principal do grupo familiar.

Mesmo tendo passado por outras situações em que ficou sem emprego, todas brevíssimas, Carla afirmou que esta fora sua única experiência significativa de privação de trabalho. Nas outras ocasiões, ela não se ressentiu dessa privação como ocorrera em sua última experiência.

Carla tivera mais três experiências de emprego em sua trajetória ocupacional, tendo começado a trabalhar aos 17 anos de idade. Trabalhara em serviços administrativos e em

atividades de venda e cobrança e tivera apenas uma experiência de trabalho na sua área de formação. Na ocasião, Carla ocupou um cargo de confiança junto à prefeitura municipal, trabalhando na assessoria de imprensa e comunicação. Sua experiência foi interrompida quando o mandato executivo chegou ao seu término. Ela permaneceu quase dois anos nessa atividade.

Apesar das várias mudanças de emprego, motivadas seja por demissões seja pela busca de novos empregos, Carla não chegou a ressentir-se desses períodos de desemprego. Além de breves, foram situações marcadas pela tentativa de encontrar um emprego melhor. Essa mobilidade no emprego era subjetivamente percebida como positiva.

Carla nunca ficara impossibilitada de se manter no mercado de trabalho em razão das responsabilidades domésticas. Logo após o nascimento de sua filha, experimentou um curto período voluntário de interrupção de sua atividade remunerada. Após a licença maternidade, Carla pediu demissão de seu emprego e passou a procurar um novo emprego, o que não gerou muita dificuldade para ela. Assim, nem o trabalho remunerado nem a procura de emprego foram afetados de forma negativa pela maternidade e pelas responsabilidades domésticas. Carla sempre pôde contar com o apoio de sua mãe que, ao cuidar de sua filha, liberava-a das pressões do trabalho doméstico.

Portanto, trata-se da trajetória de uma mulher provedora que sempre nutriu uma forte relação à atividade econômica. Por isso, observa-se que sua experiência de privação de trabalho é muito semelhante àquela dos homens provedores chefes de família. Esse "desemprego clássico", baseado originalmente em um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho, também é experimentado pelas mulheres que guardam uma forte relação com a atividade remunerada enquanto provedoras principais de seus grupos familiares.

Esse tipo de experiência é também observável na trajetória de duas outras mulheres, também mães e provedoras exclusivas de seus grupos familiares. Nos dois casos, elas moravam sozinhas com seus filhos e também nutriam uma relação muito forte com o trabalho, sentindo-se pesadamente responsabilizadas em sua condição de provedoras. Suas experiências de privação de trabalho são vividas de maneira diretamente relacionada com as exigências dessa posição no espaço familiar.

No caso de Andréia, 38 anos, separada, ensino médio completo, morando com o filho de 15 anos de idade, estudante no ensino médio, uma experiência prolongada de desemprego a colocou em uma situação de forte sofrimento pessoal.

Andréia apresentava uma longa trajetória ocupacional marcada por inúmeras experiências de emprego e uma elevada rotatividade ocupacional. Ao todo, Andréia tivera nove empregos

distintos, todos registrados em carteira de trabalho e, em sua maioria, atuando como secretária. A entrevistada iniciara a trabalhar aos 17 anos de idade e, desde então, acumulara uma grande experiência e bastante conhecimento prático da atividade, alternando empregos de curta duração, de alguns meses apenas, e empregos de mais longa duração. Em sua experiência mais longa de emprego, ela trabalhara quatro anos e meio como secretária em uma empresa industrial do ramo de vestuário.

Andréia sentia-se muito identificada profissionalmente à atividade, apesar de não possuir formação técnica ou superior na área. Ela tivera a oportunidade de fazer apenas alguns cursos de formação profissional de curta duração, como um curso de secretária executiva, um curso de caixa e um curso de espanhol. Ao longo de vinte anos de trabalho, afirmou também que nunca tivera experiências significativas de privação de trabalho. Como no caso de Carla, suas experiências eram muito breves, um "desemprego friccional", expressão de uma mobilidade ocupacional cujo objetivo era a busca de melhores oportunidades de trabalho. Neste sentido, em momentos anteriores de sua trajetória, Andréia, como afirmam vários entrevistados, não chegou a sofrer uma situação cíclica e recorrente de privação de trabalho, um desemprego cíclico, como é freqüente entre os trabalhadores socialmente mais precários. Em seu caso, ela valeu-se de um "desemprego voluntário" para melhorar suas condições no mercado de trabalho, tratando-se, antes de mais nada, de uma estratégia visando a melhoria de suas condições ocupacionais. Se, por um lado, tal estratégia revela uma postura ativa de certos trabalhadores no mercado de trabalho, por outro, ela expressa também uma certa precariedade das condições de trabalho e emprego, pois estes trabalhadores, muito freqüentemente, não encontram as oportunidades de emprego desejadas, podendo permanecer em um círculo interminável de rotatividade e instabilidade.

Se, durante a maior parte de sua trajetória, Andréia tinha a sensação de poder encontrar um novo emprego, de buscar um salário melhor ou um emprego mais próximo de seu local de moradia, esse quadro alterara-se drasticamente nos últimos anos. Àquela altura, ela estava disposta a aceitar qualquer oportunidade de trabalho que aparecesse, independentemente do salário e da localização da empresa. Segundo a entrevistada, os empregadores valiam-se do elevado nível de desemprego para pagar salários cada vez mais baixos.

Portanto, no momento da entrevista, Andréia encontrava-se em um momento crítico de sua trajetória ocupacional, estando sem emprego havia um ano e cinco meses. Além de receber o seguro-desemprego, durante aquele período Andréia passou a realizar bicos e trabalhos eventuais como forma de superar suas necessidades econômicas. Além de ajudar uma amiga que possuía uma empresa que promovia concursos públicos, ela também fazia trabalhos de digitação e vendia

bijuterias. Apesar de contar também com a ajuda da mãe naquele momento difícil de sua trajetória, a renda que dispunha era instável e muito baixa, insuficiente para fazer frente às suas despesas rotineiras. Por isso, a entrevistada sentia-se muito aflita, enfrentando um processo de despejo de seu apartamento, por falta de pagamento do aluguel. Seu filho precisou deixar uma escola privada para estudar em uma escola pública. Segundo Andréia, seus bicos mal permitiam suprir as despesas com alimentação. É Andréia mesmo que afirma:

> *Olha, eu estou com um processo de despejo, então atualmente eu estou sem pagar o meu aluguel desde ... ... outubro do ano passado. Então atualmente o que eu tenho recebido é só mesmo prá alimentação. [...] A minha mãe tá me ajudando, mas é muito pouco, né, muito pouco. [...]*

Os bicos, o trabalho eventual eram alternativas provisórias e insuficientes para enfrentar suas dificuldades em um momento de privação de trabalho. A procura de um emprego assalariado estável era a referência central desta entrevistada. No entanto, apesar da intensa procura por emprego, Andréia não tivera êxito em encontrar uma nova atividade remunerada ao longo daquele período, queixando-se de que as oportunidades eram raras e as exigências muito elevadas. Além de exigirem o nível superior de escolaridade, as empresas faziam restrições quanto à idade. Segundo a entrevistada, este último fator apresentava-se como um dos principais obstáculos para que viesse a conseguir um novo emprego. Ela queixava-se, portanto, que sua experiência de vinte anos na função não lhe valia muito naquele momento.

Sobre essa situação, Andréia a define do seguinte modo:

> *No momento, eu estou desempregada e tá muito difícil eu voltar ao mercado na minha função e eu sinto que é mais pela minha idade. [...] Quer dizer, eu trabalho como secretária desde os dezessete anos, eu tinha dezessete anos ... ... eu estou com trinta e oito anos agora e toda essa minha experiência não vale nada quando eu vou pro mercado de trabalho. [...] ... a maior dificuldade é a idade e por eu não ter uma faculdade. Aí eu pergunto : que tipo de faculdade ? Qualquer faculdade. Apesar da minha experiência eles me exigem então o terceiro grau, tá, qualquer faculdade, qualquer faculdade, prá trabalhar como secretária. Eu acho que se eu for fazer uma faculdade de Direito, eu não vou trabalhar como secretária. Se for fazer uma faculdade de engenharia, eu não vou procurar como secretária, né. Porque não vai estar ligado à minha função. Então, hoje eu vejo assim. A maior parte das pessoas que estão trabalhando como secretária, elas não vão seguir a carreira de secretária, tá. São pessoas que estão cursando o terceiro grau, elas vão se formar e elas vão sair dali daquela empresa com certeza.* (Andréia, 38 anos)

Além de reclamar dessa injusta exigência das empresas, Andréia salientou que a discriminação com a idade era tão grande que nem mesmo a oportunidade de fazer uma entrevista de emprego se apresentava para ela:

...eu sei que eu tenho uma aparência de bem menos, mas o fato é que a maior parte das agências, elas dificilmente fazem uma entrevista contigo. Então é levar o currículo, né. Então, tu leva o currículo e ali a minha data de nascimento é mil novecentos e sessenta. A pessoa não está me vendo. Então me julga uma pessoa ultrapassada, velha, alguma coisa assim. Infelizmente, no Brasil, uma pessoa depois dos trinta e cinco anos já é considerada [velha]. *A maior parte das negativas foi por causa da idade. A empresa queria no máximo trinta, trinta e cinco anos.* (Andréia, 38 anos)

Como sua situação econômica estava muito deteriorada, Andréia não tinha perspectiva de realizar um investimento em sua formação profissional, inscrevendo-se, por exemplo, em um curso de nível superior. Na sua opinião, as universidades privadas eram muito caras e o ingresso nas universidades públicas também exigia investimento na realização de cursos preparatórios, pré-vestibulares. Andréia cogitava, no entanto, em seguir um curso profissionalizante de nível médio, sem saber exatamente qual. Na sua avaliação, as condições do mercado de trabalho indicavam a necessidade de uma mudança de área profissional, pois, naquela em que atuara, as exigências eram enormes, as oportunidades eram raras e os salários cada vez mais baixos. Sua experiência de privação de trabalho estava sendo vivida, por isso, na total impossibilidade de melhorar sua formação e qualificação profissional e, conseqüentemente, sua empregabilidade. Perguntada se tinha ficado desanimada naquele período de privação de trabalho, Andréia respondeu:

Cheguei a ficar desanimanda sim, cheguei até a entrar em depressão, cheguei a ficar, sim. Entrei, no final do ano passado, ali por setembro mais ou menos, cheguei a passar por uma depressão. Eu ainda continuei fazendo alguma coisa só que como eu não conseguia voltar pra "minha profissão", isso pra mim é, é, foi difícil eu aceitar a idéia de que eu vou ter que mudar de profissão, vou ter que procurar uma profissão que dentro do Brasil, com trinta e oito anos, eu possa trabalhar. (Andréia, 38 anos)

Por todas essas razões, a experiência de privação de trabalho vivida por Andréia foi bastante desestabilizante. Nela combinam-se as privações materiais de uma mãe e provedora com a experiência de exclusão do espaço profissional. A depressão foi o resultado dessa experiência desestabilizadora, do abalo que sofrera por causa daquela situação de instabilidade.

A condição de mãe e provedora fora decisiva na estruturação dessa experiência de privação de trabalho vivida por Andréia. Isto fica ainda mais claro quando Andréia relata uma experiência anterior de privação de trabalho, ocorrida alguns anos antes. Perguntada se tivera outras experiências de desemprego, a entrevistada imediatamente evocou seu relacionamento conjugal daquele período para justificar que a situação não era assim tão difícil:

> *Tive, tive sim*...[outras experiências de desemprego]. *É, foi menos de um ano. ... ... Só que eu tive um relacionamento e, então, até nem me preocupei muito em procurar emprego. [...] Eu tinha um ... um noivo, tá, fui noiva de um rapaz, ele era dono da ... Jovem Consultoria, é uma empresa de recursos humanos e nesse tempo que nós ficamos juntos eu trabalhei com ele e ele teve um aneurisma cerebral e aí foi desmanchada a empresa ...* (Andréia, 38 anos)

Este relato revela que o relacionamento conjugal contribuía para gerar uma situação de segurança que mais tarde não existiria mais. Tal fato mostra que as mudanças na conjuntura econômica e o fato de ter se tornado a provedora exclusiva de seu grupo (ela própria e o filho) acarretaram uma mudança significativa na sua percepção da experiência de privação de trabalho que passa a ser vivida em uma sensação de forte insegurança. A feminização das chefias exclusivas, monoparentais, traz, portanto, essa nova faceta do "desemprego" vivido por mulheres provedoras exclusivas de seus grupos familiares.

Evidencia-se, pois, que Andréia nutria uma forte relação com o trabalho devido à sua condição de mãe, provedora e chefe de família, sua situação de privação de trabalho colocando em xeque a subsistência material de seu grupo familiar. Mas, para ela, o trabalho não era importante apenas para sustentar seu filho. Ela nutria uma identidade com seu trabalho, considerando a atividade remunerada essencial em sua vida. Mesmo não tendo desenvolvido uma forte relação com as empresas nas quaiss trabalhou, pois sua trajetória era instável, o trabalho e a identidade profissional são elementos fundamentais na construção da narrativa de Andréia. Perguntada sobre a importância do trabalho, Andréia afirmou:

> *É essencial, essencial. Eu me sinto inútil sem, sem trabalhar. [...] Porque a pessoa quando está trabalhando, ela, ela ... ... como é que eu vou te dizer ? Ela ... ... ela está participando ali do mundo, ela está vivendo, ela está saindo .... A pessoa quando está desempregada ela simplesmente fica anulada, ela não pode fazer nada porque qualquer centavo de que ela tiver sobrevivendo, aquilo é importante, né. Então, o desempregado deixa de ir ao cinema, deixa de passear, deixa de tirar férias, deixa de se atualizar culturalmente. Existe o tempo, mas não existe o recurso, né, porque na tua cabeça tu só pensa em procurar emprego, em ter um dinheiro, em pagar as contas.* (Andréia, 38 anos)

Segundo, pois, afirmou Andréia em seu depoimento, o trabalho significava para ela estar participando do mundo, estar vivendo. Na sua opinião, um "desempregado" é uma pessoa que fica anulada, impedida de fazer o que quer, pois não dispõe de recursos para tal. Não pode ir ao cinema, passear, tirar férias, não pode mesmo atualizar-se culturalmente. O "desempregado" pode até dispor de tempo, mas não do dinheiro nem da disposição subjetiva necessária para dedicar-se a outras atividades, pois está sempre preocupado em procurar emprego, em ganhar dinheiro, em

pagar as contas. Nestes termos, a privação causada pelo desemprego, na acepção de Andréia, é a privação mesmo de bem estar psicológico e de acesso à cultura e aos bens culturais.

Trata-se de uma forma muito peculiar de definir as vulnerabilidades de um indivíduo desempregado em um contexto social muito específico, aquele de setores médios acostumados a consumir bens culturais e privados das condições mínimas adequadas à reprodução material de suas condições de classe. Este é o caso de Andréia cuja privação de trabalho é vivida em uma experiência de "bloqueio" de suas condições de vida pessoal e profissional.

Quanto ao trabalho doméstico, este jamais impediu que a entrevistada se mantivesse ativa no mercado de trabalho, excetuando-se um período de dois anos em que seu filho ainda era bebê. Na ocasião, Andréia precisou interromper sua trajetória de trabalho, pois o menino ficou doente e ela precisou dar total atenção a ele. Nesse mesmo período, Andréia separou-se de seu marido, o pai de seu filho. Tempos depois, superados os problemas com seu filho, Andréia mudou-se de cidade e voltou a trabalhar em sua área. A partir de então, seu filho passou a ficar em creches, tornando-se possível conciliar o trabalho remunerado com a maternidade. Na ocasião, essa conciliação foi muito difícil para ela, pois tinha que compatibilizar os seus horários flexíveis de trabalho como secretária com os horários de funcionamento da creche.

Apesar de o trabalho doméstico não ter impedido Andréia de se manter ativa e de procurar emprego, ele a absorvia consideravelmente em sua experiência de privação de trabalho. Conforme salientou, a impossibilidade de pagar uma empregada doméstica para realizar as faxinas e as demais tarefas domésticas fez com que ela própria as assumisse. Assim, em sua rotina cotidiana de "desempregada", uma boa parte de seu tempo era consagrado ao trabalho doméstico, à preparação das refeições e às rotinas normais de uma casa.

Em condições muito similares àquela de Andréia, a trajetória ocupacional de Sabrina, 39 anos, separada, ensino fundamental completo, também apresenta uma experiência de privação de trabalho muito típica de uma mãe e provedora. Na ocasião, Sabrina morava com seu filho de onze anos e vivera um processo de separação que mudara radicalmente sua experiência no mercado de trabalho.

Sabrina tivera duas experiências de privação de trabalho em sua trajetória ocupacional. O modo como a entrevista viveu essas experiências revela que uma mudança de posição no grupo familiar trouxe conseqüências diretas na maneira de viver essas experiências.

No momento da primeira entrevista, Sabrina estava sem emprego havia um ano e quatro meses, período no qual tivera apenas uma breve experiência informal de trabalho, durante um

mês, em um pequeno estabelecimento comercial próximo a sua casa. Sabrina substituiu um funcionário que entrara em férias.

Sabrina possuía uma longa e relativamente estável trajetória ocupacional. A entrevistada tinha apenas vinte anos quando começou a trabalhar em seu primeiro emprego, como caixa em um grande supermercado, nele permanecendo durante dez anos. Na ocasião, Sabrina pediu para ser demitida, pois seu filho, então muito pequeno, atravessara sérios problemas de saúde. A decisão de parar de trabalhar não foi fácil de ser tomada, segundo salientou a entrevistada, mas a condições de saúde de seu filho a exigiu. Através de um acordo com os empregadores, a entrevistada foi, então, formalmente demitida, recebendo todas as indenizações trabalhistas a que tinha direito.[9]

Durante aquele período de interrupção de sua atividade remunerada, Sabrina viveu sua primeira experiência de privação de trabalho. Ao todo, foram nove meses de duração, durante os três primeiros a entrevista tendo recebido o seguro-desemprego. É exatamente durante esse período, no qual recebe o benefício, que Sabrina se dedica inteiramente ao seu filho e à vida doméstica, não tendo procurado um novo emprego. Só a partir do quarto mês de desemprego que a entrevistada engaja-se novamente no mercado de trabalho, retomando a procura de emprego.

A ambigüidade dessa situação é notável. Tendo o estatuto de "desempregada indenizada" durante os três primeiros meses de privação de trabalho, Sabrina não se coloca à procura de emprego, o que descaracteriza uma situação "oficial" de desemprego, pelo menos segundo as normas internacionais. Ela torna-se efetivamente uma desempregada, segundo essas normas, apenas depois que perde seu estatuto de "desempregada indenizada". As práticas em termos de relações de gênero e a divisão sexual do trabalho têm um papel fundamental na conformação desta situação. Tomada pelas exigências da maternidade e pelas responsabilidades domésticas, Sabrina aproveita a ocasião na qual recebe o seguro-desemprego – um rendimento importante para ela – para ficar em casa e dedicar-se ao seu filho doente. Na ocasião, ele tinha apenas dois anos de idade.

Tal utilização do seguro-desemprego como um substituto de emprego e renda é muito comum no Brasil. Os baixos salários, as más condições de trabalho, enfim, a precariedade ocupacional favorecem esse tipo de prática. Entre as mulheres, como no caso de Sabrina, ela torna possível conciliar as exigências do trabalho doméstico e a necessidade de um rendimento.

Além disso, observa-se que essa primeira experiência de privação de trabalho de Sabrina, em sua trajetória ocupacional, não se mostrou dramática como viria a ser sua experiência

seguinte. Ao contrário, tratou-se de uma experiência marcada por vários aspectos positivos, conforme relatou a entrevistada quando perguntada se tinha algum tempo livre naquela ocasião:

> *Ah, tinha, eu passeava mais, dava prá eu sair à tarde, quando eu procurava serviço de manhã, dava pra eu passear à tarde, visitar um irmão ... ... um irmão, as pessoas amigas que a gente tem, né. Dá tempo de passear. [...] ... a gente passa anos trabalhando, né. E às vezes apaga as pessoas que a gente quer bem, porque tu não vê* [essas pessoas], *né. [...] ... a gente vive a vida correndo, mas tu te sentar, conversar com um amigo, às vezes faz bem, né. Faz bem prá gente ...* (Sabrina, 39 anos)

Neste caso, o tempo de desemprego é também um tempo de descanso, um tempo no qual é possível aliviar as tensões do dia a dia. Sabrina revelou, pois, que a relação entre esfera profissional e esfera doméstica é, às vezes, ambígua e de difícil conciliação. Sabrina sentia-se mesmo dividida entre esses dois mundos, pois ambos comportavam aspectos positivos e negativos que vieram à tona em sua narrativa. Ao falar sobre sua opção de interromper sua trajetória, Sabrina traz à tona suas representações sobre o trabalho profissional e o trabalho doméstico:

> *Foi difícil a decisão, porque tu fica assim, pôxa, tu trabalhou um monte de tempo, né.[...] Eu trabalhei sete anos na livraria, eu fiquei com uma coisa de deixar o pessoal, o ambiente que a gente cria, porque é uma casa, né, porque a gente passa o dia inteiro e é a segurança da gente. Porque a gente convive mais com os colegas de serviço do que em casa. Eu senti, claro que senti, a gente sente a diferença, porque eu acho assim : trabalhar, claro, é cansativo, mas tu tens o teu dinheiro e tu estás vivendo. Dentro de casa parece que tu não vive, né. O meu pensamento é assim. Dentro de casa parece que tu fica só fazendo o trabalho da casa e ... cuidando do filho e essas coisas assim. Parece que tu não vive. Eu acho que tu vive é no caso, trabalhando, aquele compromisso, porque conversa com as pessoas, tu tá por dentro, né. Eu acho que gente dentro de casa não... eu até gosto de trabalhar, mas só que eu digo assim, eu gosto de trabalhar, eu gosto de sair prá trabalhar, mas só que eu acho que a gente gostaria de ser mais remunerada, eu digo assim, o suficiente prá gente poder sobreviver, deitar de noite e não fazer conta, né. Porque o salário não dá prá pagar as contas que a gente tem. Por isso que eu digo: até gosto, passei todo minha vida trabalhando, mas só que a gente tem que ser bem remunerada, não o que a gente ganha, que é uma miséria.* (Sabrina, 39 anos)

Ao falar, porém, sobre sua experiência do trabalho doméstico durante o desemprego, Sabrina afirmou:

> *Olha, eu gostei. Nesse período eu até gostei, porque, claro, eu passei dez anos saindo, né. Tem dia que tu tá assim com uma vontade de ficar em casa, né. Tu tá com uma vontade de curtir, arrumar a casa tudo direitinho, tem tempo de fazer as coisas. Ah ! Eu gostei, eu tinha tempo, eu fazia tudo que eu queria, né. Gostei de ficar, mas só que depois tu vai enjoando aquilo ali e sentindo necessidade, que tu precisa de dinheiro e precisa trabalhar, né.* (Sabrina, 39 anos)

Ainda sobre o trabalho doméstico, Sabrina reafirmou:

> *Eu gosto do trabalho doméstico, eu gosto de estar em casa, adoro estar em casa, só que ... eu preciso trabalhar e eu tenho que trabalhar, necessito. Até gosto de trabalhar, mas tem dias que tu tá louco pra ficar em casa, né. Mas não pode, tem que ter o compromisso, não adianta, né.* (Sabrina, 39 anos)

Ao falar sobre a sua futura possível aposentadoria, Sabrina enfatizou :

> *Eu me aposento, né, mas eu acho que eu não vou conseguir ficar em casa. Até fico no começo, mas depois eu vou ter que procurar alguma coisa prá eu fazer, porque senão eu vou começar a morrer aos pouquinhos, né. Porque eu acho assim que a gente trabalhando, a gente tá vivendo, né. Agora, tu te para só a te encerrar dentro de casa, eu acho que eu sou uma pessoa muito caseira, sabe, sou mesma. Eu saio só para o trabalho, eu não passeio, eu não vou a lugar nenhum. Então eu sou muito de casa.* (Sabrina, 39 anos)

Esse trechos aparentemente contraditórios e ambíguos sobre a relação de Sabrina com o trabalho doméstico e com o trabalho profissional revelam que essas esferas constituem-se de forma peculiar em sua subjetividade. De fato, ambas são extremamente importantes para Sabrina que, no entanto, define sua presença no interior do espaço doméstico como parcial, limitada, não exclusiva. Ao evocar a possível aposentadoria, Sabrina exprime claramente essa idéia de que o trabalho e o espaço domésticos não podem ser atividades exclusivas em sua vida. Nesse sentido, o trabalho profissional é de fundamental importância, mesmo que os salários sejam baixos, que as jornadas sejam cansativas. Ele é fonte de reconhecimento e sociabilidade. Segundo a entrevistada, não é possível viver sem uma atividade profissional, ainda que estar em casa seja, às vezes, extremamente reconfortante e prazeroso. Efetivamente, essa tensão entre a esfera profissional e a esfera doméstica é vivida por Sabrina de maneira relativamente tranqüila. Essa tranqüilidade, porém, será rompida quando de sua segunda experiência de privação de trabalho.

Após sua primeira experiência de privação de emprego, Sabrina trabalhou durante sete anos como caixa em uma livraria e papelaria. Como no emprego anterior, ela gozava de uma situação relativamente estável, até o momento em que decide se demitir, mais uma vez negociando sua demissão com o estabelecimento. Mais uma vez, a entrevistada recebeu todas as indenizações trabalhistas, assim como o seguro-desemprego, pago em cinco prestações mensais.

Durante essa segunda experiência de desemprego, Sabrina passa por duas fases muito distintas. A primeira, logo após a demissão, a entrevistada utiliza parte dos recursos financeiros de sua indenização e de seu tempo disponível para investir em algumas reformas em seu apartamento, situado em um bairro popular. Nesta primeira fase, Sabrina não procurou emprego.

É então que um evento inusitado para ela, a separação conjugal, muda completamente sua experiência de privação de trabalho. Até então, Sabrina compartilhava com seu marido o provimento do grupo familiar. Suas duas demissões e as respectivas situações de privação de trabalho ocorreram por iniciativa da própria Sabrina que tinha, em seu contexto familiar – cujo marido era provedor – uma situação de segurança. Podendo contar com a presença de seu marido provedor, a situação de privação de trabalho não se mostrava ameaçadora para a entrevistada. Além do mais, ela ainda não tinha uma clara avaliação das enormes dificuldades que iria encontrar para obter um novo emprego.

Repentinamente, no entanto, Sabrina fica sozinha e passa a ser a principal provedora de seu grupo familiar (ela e seu filho), já que seu ex-marido dava uma pensão muito pequena para o filho, insuficiente para cobrir suas necessidades materiais. A privação de trabalho torna-se, então, um dilema para ela, emergindo uma forte sensação de insegurança e sofrimento. Sabrina sentiu-se desesperada. Só então, a entrevistada passa a procurar intensamente por um novo emprego, enfrentando, no entanto, inúmeros obstáculos. O que fora planejado como um período provisório de inatividade, descanso e investimento em um projeto familiar, tornara-se um "desemprego" vivido com muita angústia. Sabrina inquietava-se, acima de tudo, com a situação de seu filho, preocupando-se em dar a ele uma vida estável e confortável, o que, para ela, já não era uma certeza naquele momento de sua trajetória.

A primeira experiência de desemprego, por mais difícil que tenha sido, não foi um evento tão marcante como aquele que Sabrina viveu anos depois. Em sua narrativa, a própria entrevistada tratou de explicar a diferença entre essas duas experiência de privação de trabalho. Para isso, ela evocou um fato fundamental, sua situação conjugal. Seu casamento proporcionava uma situação de relativa segurança e proteção, o que não será mais ressentido na ocasião de sua segunda experiência de desemprego. Logo, a posição ocupada pela entrevistada na família teve um papel fundamental na estruturação dessa experiência. É a própria Sabrina que relata essa experiência:

> *Eu saí em agosto do ano passado da livraria, né. Aí, todo o dinheiro que eu recebi do seguro eu investi na frente do meu apartamento aqui.* ***Eu tava ainda com o marido, eu não esperava que eu fosse ficar sozinha****, né. A gente nunca sabe o que vai acontecer amanhã. Aí eu investi tudo aí na frente, claro, recebi em dinheiro. [...] Aí, a partir de janeiro sim que começou o meu transtorno, né. Quando foi daí a três meses, eu me separei, né. Aí, eu ... ... Aí ele, ele no começo ele me deu um pouco, ajudou, mas não era nada ... ... Aí eu me vi, os meus cunhados me ajudaram, né, irmão ajudou. Então, um ajudou, outro ajudou, né. Mas ...* (Sabrina, 39 anos)

Durante esta segunda fase de sua segunda experiência de privação de trabalho, Sabrina tivera dois empregos breves e sofrera um forte desencorajamento, por conta das sucessivas tentativas frustradas de encontrar um novo emprego. As experiências de emprego que tivera duraram apenas dois meses, a primeira, e um mês, a segunda. A primeira, em um supermercado, a entrevistada cumpriu apenas o período do contrato de experiência. Sabrina relata que tivera conflitos com sua chefia imediata, por isso não permaneceu no emprego. A segunda, fora em um pequeno estabelecimento comercial de alimentos próximo à sua casa, em um bairro popular de sua cidade. Neste último, Sabrina apenas substituíra o funcionário afastado em razão de suas férias.

Ao longo desse período, Sabrina procura emprego de forma irregular, vivendo uma situação de forte insegurança pessoal. Sua maior preocupação era o filho, seu bem estar, o provimento de suas necessidades. Sobre o menino e sobre o fato de seu marido não garantir todas as suas necessidadesele, Sabrina afirmou : "*deixar o guri com essa falta, eu não ia deixar, ele* [marido] *sabe que eu sempre fiz tudo*[pelo filho]. *... a coisa mais importante que eu tenho na minha vida é meu filho, né. Então, ele* [marido] *sabe que eu, tudo que eu fiz, que eu fazia, era prá ele* [filho]". Neste afirmação, Sabrina mostra com veemência sua condição de mãe e provedora, sintetizadas na mesma experiência, em sua experiência de privação de trabalho.

No entanto, não é apenas a mudança de posição no grupo familiar que afeta sua experiência de privação de trabalho. As condições de funcionamento do mercado de trabalho haviam se alterado fortemente. Sabrina ressentia-se profundamente do problema da idade. Na sua avaliação, esse fator, como no caso de Andréia, era determinante na enorme redução de suas chances de encontrar um novo emprego. Segundo a entrevistada, sua experiência profissional não valia muito naquele momento, atribuindo suas dificuldades à discriminação e aos preconceitos em razão de sua idade.

A experiência de privação de trabalho de Sabrina, marcada, ao mesmo tempo, por uma forte necessidade de encontrar um novo emprego e por um relativo desencoramento é, pois, o produto de uma combinação de fatores específicos. De um lado, surgem as pressões decorrentes da mudança de estatuto no grupo familiar, tornando-se Sabrina a provedora de seu grupo. De outro lado, as transformações no mercado de trabalho, a redução das oportunidades de emprego, a maior seletividade e as repectivas exigências em relação à idade. Tais fatores produzem na entrevistada um sentimento de rejeição no mercado de trabalho. A conjuntura econômica do país tem, portanto, um papel fundamental na constituição dessa experiência.

Este desencorajamento está presente apesar da forte relação que a entrevistada tem com o trabalho remunerado. O trabalho significava muito para ela. Evidentemente, as necessidades econômicas eram decisivas na conformação de sua relação com a atividade remunerada. Mas nem por isso outros aspectos deixavam de ter um grande peso em sua experiência de vida. A independência, a autonomia, a sociabilidade no espaço profissional eram valores diretamente evocados por Sabrina em sua narrativa. Essa forte relação com a atividade profissional apresenta-se como um indicador das importantes mudanças ocorridas no mercado de trabalho e na sociedade brasileira nas últimas décadas. As taxas crescentes de atividade das mulheres não são o produto nem de uma situação conjuntural nem o simples resultado das pressões econômicas imediatas. Elas refletem transformações sociais mais profundas que reconfiguram as relações sociais de gênero, modificando gradativamente as práticas e representações em relação ao trabalho remunerado. As mulheres passam a reivindicar e, freqüentemente, conquistam um espaço importante de autonomia.

No entanto, essa autonomia tem como contrapartida, para as mulheres, um preço a pagar. Se, de um lado, as relações sociais se transformam, de outro, as desigualdades persistem, tomando novas formas. Paralelamente a uma relação ativa com o trabalho remunerado, Sabrina guarda também uma relação peculiar com o espaço doméstico. Esta última parece estar na base das desigualdades que persistem. A maternidade, a relação com o filho e as responsabilidades domésticas aí implicadas condicionam fortemente, objetiva e subjetivamente, a maneira como a entrevistada organiza sua vida. Seu tempo é amplamente tomado pelo trabalho doméstico, tanto por ocasião do desemprego como por ocasião de seu engajamento no emprego. Quando casada, o trabalho doméstico era responsabilidade quase exclusiva de Sabrina, as desigualdades neste aspecto sendo muito marcantes. Segundo a entrevistada, ao fim de uma jornada de trabalho, na empresa em que trabalhava, começava outra no espaço doméstico. Durante sua experiência de desemprego, o tempo consagrado às tarefas domésticas constituía um tempo necessário na organização de seu tempo de vida.

Esse trabalho doméstico, por mais obrigações que implicasse, não era, no entanto, vivido como sofrimento pela entrevistada. Sabrina afirmava, mesmo, que gostava de fazer as tarefas domésticas, de ficar em casa. Estar em casa, ser uma dona de casa – parcialmente, é claro – não era uma situação estranha para ela, constituindo sua própria identidade e a maneira de ocupar um lugar no mundo. Sabrina sentia-se à vontade em seu lar.

Entretanto, se o trabalho doméstico apresentava-se como uma passagem obrigatória em seu tempo e ritmo de vida, ele não era vivido como um fim em si mesmo, nem como uma

vocação, ainda que o espaço doméstico estivesse também associado a uma dimensão de prazer e bem estar. Ele era, antes de mais nada, um trabalho necessário, uma dimensão importante e constitutiva de sua vida privada, de sua autonomia. Sabrina fazia questão de definir precisamente os limites do trabalho e do espaço domésticos. Ainda que considerados importantes, eles não eram toda sua vida, eles constituíam apenas uma parte de sua experiência de mundo. Para Sabrina, estar completamente tomada pelo trabalho doméstico, ser apenas uma dona de casa, significava para ela viver no isolamento, sucumbir a uma vida excessivamente restrita e fechada.

Esta relação particular com o espaço doméstico condiciona, certamente, a maneira de construir a relação com a atividade profissional. As responsabilidades domésticas e as responsabilidades profissionais precisam ser, de certa maneira, conciliadas, articuladas. No universo de Sabrina, a meternidade e a responsabilidade com seu filho ocupam um lugar central. Ao falar de seu trabalho remunerado, de sua trajetória e de suas experiências de desemprego, a entrevistada evocava freqüentemente sua preocupação com o filho, com sua educação e bem estar. Ela sentia-se a tal ponto mobilizada pela sua condição de mãe, que ela interrompe sua experiência de emprego a fim de cuidar do filho.

Ao mesmo tempo, ela deixa seu emprego para evitar de descumprir com sua obrigação de estar cotidianamente na empresa, para evitar o absenteismo, o que ela deplora. Seu trabalho, evidentemente, não é o trabalho ideal, um verdadeiro ofício, a atividade por excelência capaz de levar a um crescimento pessoal. Porém, ele significa um espaço de autonomia pessoal, de segurança, de independência econômica e uma via importante de sociabilidade, valores que o trabalho doméstico não pode garantir.

Nesse sentido preciso, observa-se o que a perda de um emprego pode significar para essa mulher. Primeiramente, é a segurança econômica que está em jogo. A diferença entre a primeira e a segunda experiência de desemprego reside exatamente nesse ponto. A insegurança econômica – incluída nela a sensação de insegurança em relação ao seu filho – toma conta de Sabrina em sua segunda experiência de desemprego, gerando nela uma enorme incerteza. Mas, em um caso como no outro, o desemprego pode colocar em risco sua independência econômica e sua autonomia. Por isso, a duração do desemprego é um fator muito importante na configuração da experiência individual, assim como os mecanismos de proteção ao desempregado (indenizações, seguro-desemprego). Além disso, esse desemprego pode tornar-se uma experiência marcada pelo isolamento, pelo enclausuramento no mundo doméstico, enfim, pela limitação dos laços e ausência de reconhecimento. A combinação desses fatores provocou em Sabrina uma experiência de privação de trabalho muito intensamente marcada pelo sofrimento.

Essa experiência de privação de trabalho conforma-se, igualmente, a partir da relação que Sabrina estabelece com o espaço doméstico. É sua forte relação e disponibilidade em relação a seu filho que a leva não apenas a abandonar o emprego, mas também a adiar a procura de um novo emprego. Neste período, sua referência central é o espaço doméstico, seu filho, as exigências da maternidade, enfim, o trabalho doméstico. Por um certo período, a referência ao trabalho remunerado se enfraquece, se esfuma, se dissipa face às exigências do espaço doméstico. Nesse sentido, o desemprego também esfuma-se, dissipa-se, tornando-se pouco visível objetiva e subjetivamente. Oficialmente, nos primeiros meses de sua experiência de desemprego (um desemprego indenizado), Sabrina encontrava-se inativa, ainda que provisoriamente. Tratava-se de um tempo dedicado ao filho e aos afazeres domésticos. Ainda que privada de emprego, Sabrina tinha um lugar no mundo.

Neste caso, o tempo do desemprego não é, certamente, um tempo vivido no estranhamento, uma experiência desestabilizante. Isto ocorre não só porque esse desemprego foi, inicialmente, voluntário, o resultado de uma decisão e iniciativa da própria entrevistada, mas porque ele é marcado por uma outro experiência significativa do mundo social, aquela de um outro espaço, o espaço doméstico e sua exigências em termos de trabalho e responsabilidades. Trata-se de um mundo e de um espaço familiar, repleto de atividades que demandam o tempo da entrevistada. Neste espaço, Sabrina não se sente estranha, não há estranhamento. É essa familiaridade subjetivamente intensa que torna a experiência de privação de trabalho pouco visível, fluida, ainda que provisoriamente.

É isso, igualmente, que se passa com Sabrina no início de sua segunda experiência de privação de trabalho, quando ela decide consagrar seu tempo para acompanhar e vigiar os trabalhos de reparação e reforma de seu apartamento. Ela investiu todo seu dinheiro nessa obra e aproveitou o tempo disponível do desemprego para mandar realizá-la. Naquele momento, a experiência de desemprego não era vivida como uma ruptura, como uma situação problemática. Ela era o prolongamento da « vida doméstica », do trabalho doméstico. Esse trabalho e essa vida doméstica absorviam Sabrina de maneira consideravel, voluntariamente inclusive, o que expressa sua prioridade naquele momento específico. O fato de não procurar emprego é também a expressão dessa prioridade concedida à realização dessa atividade no âmbito doméstico. Se, por um lado, Sabrina estava desempregada – sem procura de emprego –, por outro, ela tinha assim mesmo um trabalho a fazer, um trabalho que a mobilizava objetiva e subjetivamente. O fato de receber o seguro-desemprego contribui decisivamente para a configuração desse quadro, pois ele proporciona um rendimento – ainda que baixo – que permite à entrevistada manter sua

independência econômica. Trata-se de um substituto provisório do emprego. Apesar de estar desempregada, Sabrina tem tanto um trabalho a fazer como um rendimento garantido.

Esta situação aparentemente ambígüa de « inatividade » estatística e de um « desemprego » institucional, novamente vivida por Sabrina em sua trajetória, tornar-se-á, em seguida, um experiência desestabilizadora de privação de trabalho. Esta ambigüidade, muito feminina em seu conteúdo, revela que o trabalho e o espaço domésticos têm um papel decisivo na estruturação das experiências de privação de trabalho. Esta forma feminina, fluida, periférica de desemprego corresponde a uma experiência também ambígua, marcada pela referência a espaços distintos, o espaço doméstico e o espaço profissional.

Do seu próprio ponto de vista, Sabrina é uma desempregada que tem necessidade de suspender sua atividade remunerada ou a procura de trabalho para dar conta de seus projetos familiares e pessoais, nos quais ela investiu não apenas seu dinheiro, mas também sua disponibilidade afetiva, emocional, sua subjetividade.

Tratava-se de um projeto que lhe era caro, importante. A entrevistada aproveita uma situação favorável para realizar esse projeto, conciliando renda e presença no lar. Esse "desemprego" momentâneo, esse sacrifício provisório do emprego não é uma experiência dolorosa. É, ao contrário, a possibilidade de realizar projetos que permitirão uma vida mais confortável no lar, mais bem estar. Esse contexto mostra os contornos de uma subjetividade que se constrói muito intensamente em torno do mundo doméstico e privado, o que repercute também sobre o mundo profissional e os significados nele implicados. Ainda que esse mundo profissional seja extremamente importante para a entrevistada, não deixa de ser possível para ela a interrupção, a vontade e a necessidade de "dar um tempo", a mobilização objetiva e subjetiva de si mesma para outras atividades e interesses.

Mas esta experiência de privação de trabalho modifica-se abruptamente para Sabrina. Um fato inesperado, a separação conjugal, desloca profundamente o seu sentido subjetivo. A dona de casa, mãe e esposa, torna-se a provedora principal de sua família, uma mãe sozinha. Ser provedora não era uma novidade para ela. Inisitada era a responsabilidade quase exclusiva de prover seu filho, de cuidá-lo, educá-lo, de administrar sozinha sua vida familiar e doméstica. Seu ex-marido não era propriamente um pai ausente, mas sua presença não seria mais a mesma. A pensão que este pai dava a seu filho era insuficiente, segundo Sabrina, para cobrir suas necessidades materiais. É neste novo cenário que a entrevistada é tomada por um certo sofrimento pessoal. As condições desfavoráveis do mercado de trabalho intensificam esse

sentimento de insegurança e incerteza. O desemprego prolonga-se e sua experiência passa a ter novos contornos objetivos e novos significados subjetivos.

A procura de emprego prosseguiu, as recusas se repetiam, o desalento era cada vez mais forte. Sabrina afirmou ter feito de tudo para conseguir um emprego. Nada a mais poderia fazer, senão esperar, manter-se em vigília permanente. Ela chegara a cogitar de montar seu próprio negócio, um pequeno mercado de frutas e legumes. Mas os riscos eram enormes e seus recursos limitados. Ela preferiu esperar. O emprego assalariado continuava a ser sua referência central como norma de trabalho.

Em sua rotina de espera, Sabrina se sentia desvalorizada, sem perspectivas, desqualificada faces às exigências do mercado de trabalho. A ajuda que recebia de suas irmãs era de extrema importância para ela, confortando-a em sua situação de incerteza em relação ao futuro. No entanto, o desemprego a deixava imobilizada, sem poder realizar seus projetos e aspirações como estudar, realizar um curso de informática ou mesmo montar seu próprio negócio. As limitações financeiras as quais estava submetida não permitiriam levar adiante essas aspirações.

Dez meses após a primeira entrevista, realizou-se o segundo encontro com Sabrina. Na ocasião, ela conseguira um emprego no mesmo estabelecimento comercial onde trabalhara apenas um mês substituindo um empregado em férias. Os proprietários desse estabelecimento a conheciam muito bem, tinham confiança em seu trabalho e a chamaram tão logo surgiu uma vaga. Terminava, assim, a longa e sofrida experiência de privação de trabalho desta entrevistada.

Finalmente, é importante observar que a mudança de estatuto de Sabrina no interior de seu grupo familiar teve um efeito direto sobre sua experiência de privação de trabalho. Ao tornar-se provedora de seu grupo, ao ver-se obrigada a prover as necessidades de seu filho, Sabrina passa a ter outra relação com a atividade econômica. Como no caso de Andréia, ela vive na própria pele a combinação dos papéis de provedora exclusiva e mãe, o que lhe implica em uma experiência muito peculiar de privação de trabalho. Trata-se de um desemprego tipicamente feminino, que combina e integra a experiência masculina clássica do provedor com a experiência feminina também clássica da mãe que cuida, educa e acompanha de perto seu filho. O desemprego dessa mãe provedora, chefe de família, é uma experiência nova que se amplia e que reconfigura o espaço das relações de gênero na sociedade brasileira contemporânea.

Neste e noutros casos, cada vez mais intensamente a privação de emprego torna-se uma experiência significativa e sofrida para as mulheres. Isto porque, de um lado, elas nutrem cada vez mais uma forte relação com o trabalho remunerado como atividade significativa em si mesma, portadora de sentido, de identidade pessoal, de reconhecimento na relação com os outros.

Por outro, isto ocorre também porque essas mulheres cumprem um papel cada vez mais central no provimento de seus grupos familiares. Aos papéis tradicionais de mãe, esposa e dona de casa, soma-se aquele de provedora, de quem assume a responsabilidade essencial de manter materialmente o grupo familiar. Se, no passado, essa função era prioritariamente masculina, ela torna-se cada vez mais partilhada entre homens e mulheres.

Se esse processo indica, por um lado, uma tendência de uma maior igualdade na distribuição desse papel de provedor do grupo familiar, em relações sociais mais simétricas e de co-responsabilidade entre os gêneros, por outro, o mesmo não acontece com a distribuição das responsabilidades domésticas que continuam a ser desempenhadas prioritariamente pelas mulheres. Para elas, tais mecanismos implicam não apenas um aumento objetivo na carga de trabalho, mas também uma sobrecarga subjetiva. A combinação dessas responsabilidades relativas ao trabalho remunerado e ao trabalho doméstico tem como efeito um considerável sofrimento nas situações de privação de trabalho. O que é novo nesta situação não é a privação de trabalho em si mesma, mas os novos significados associados a essa experiência.

Por isso, em suas experiências de privação de trabalho, algumas mulheres sentem-se privadas, simultaneamente, de um conjunto amplo de condições e recursos. O trabalho representa para elas tanto uma atividade significativa, prazerosa muitas vezes, da qual obtêm reconhecimento, inserção social, independência e fonte de socialibilidade, como uma atividade da qual necessitam para sustentar e prover suas famílias, cuidar e educar seus filhos. Em algumas experiências femininas, portanto, conjuga-se o papel de provedor exclusivo e todas as demais dimensões relativas ao significado do trabalho remunerado. A experiência de mãe, mulher, provedora, cuidadora constituem diretamente a experiência de privação de trabalho das mulheres chefes de família.

CONCLUSÕES DA PARTE III

A análise em termos de dinâmicas biográficas permitiu constatar que as experiências de privação de trabalho são fortemente estruturadas tanto pela condição econômica dos indivíduos – pela posição que ocupam no espaço econômico-profissional – como por sua condição familiar – pela posição que ocupam no provimento das necessidades econômicas do grupo familiar. Argumenta-se, neste sentido, que as relações sociais de classe, de gênero e de geração modelam as formas de privação de trabalho e os sentidos subjetivos atribuídos pelos trabalhadores às suas experiências.

Entre os indivíduos das classes sociais mais desfavorecidas e socialmente precárias, cuja análise é apresentada no capítulo 7, observa-se trajetórias ocupacionais e experiências de privação de trabalho muito peculiares. Essas experiências estão fortemente vinculadas à precariedade social, às privações materiais a que estão submetidos esses indivíduos. Uma privação do trabalho fluida, pouco demarcada, às vezes quase invisível é quase sempre vivida no sentimento de necessidade econômica, de privação de rendimento, de exclusão dos bons empregos. Assim, essa fluidez das experiências de privação de trabalho, vividas na rotina do trabalho precário, está diretamente relacionada com um padrão de inserção desses indivíduos no mundo do trabalho. Nessa experiência da instabilidade e da precariedade do trabalho, este reveste-se de uma significação central: ele é fonte dos recursos econômicos através dos quais esses indivíduos garantem sua sobrevivência.

Logo, essa relação com o trabalho não se define propriamente como uma relação com o ofício ou com o *status* decorrente da inserção no espaço econômico. O trabalho tem um valor essencialmente instrumental, ele é fonte de rendimento, não de uma atividade significativa, um ofício, ou de uma posição valorizada. Portanto, a privação de trabalho é ressentida na medida em que a falta de um trabalho remunerado acarreta uma privação de rendimento, uma privação das condições necessárias à reprodução material do indivíduo e de sua família. O contexto no qual essa privação é ressentida depende da combinação de uma série complexa de fatores, sendo necessário levar em consideração o número de membros do grupo familiar que possuem um trabalho remunerado, os recursos econômicos e os níveis de rendimento já acumulados pelo indivíduo ou grupo antes da situação de privação de trabalho, a posição que estes indivíduos

ocupam em seus grupos familiares – sendo ou não provedores principais de suas famílias –, a duração da experiência de privação de trabalho, além dos próprios significados atribuídos pelos indivíduos ao seu trabalho e, portanto, à sua privação.

Esse conjunto de condições formam-se e transformam-se nas trajetórias biográficas dos indivíduos, configurando suas histórias pessoais de vida e de trabalho, histórias essas inscritas em uma história social mais ampla que se apresenta como o contexto dessas experiências individuais. O que é peculiar a essas trajetórias é que a privação de trabalho é mais ou menos ressentida cotidianamente, pois a instabilidade e a precariedade do trabalho colocam os indivíduos permanentemente mergulhados na luta pela sobrevivência. A freqüente fluidez das formas de trabalho desses indivíduos os implica, portanto, em uma fluidez das experiências de privação de trabalho. Nesse sentido, essa privação de trabalho não é sempre objeto de uma percepção e de um modo de categorização específica que remeta à sua posição no trabalho remunerado. Isto é, nem sempre esses indivíduos mergulhados em situações de privação de trabalho definem-se, identificam-se como "desempregados". E mesmo que o façam, essa categoria não é, em geral, uma categoria identitária forte, significativa. Ao contrário, ela dilui-se na experiência mais ampla da pobreza e da precariedade social. Assim, muitos indivíduos definem-se, antes de mais nada, como "pobres", como pessoas que passam "necessidade", que lidam cotidianamente com essa "privações materiais" tão "familiares" em suas experiências de vida. O desemprego pode manifestar-se mesmo como uma situação "vergonhosa" que o indivíduo procura evitar. Neste modo de definir a privação de trabalho, ela pode ser associada a uma condição "moral" duvidosa, pois situa-se a uma certa distância do trabalho. A privação de trabalho pode apresentar-se, pois, como objeto de uma "culpabilização", a condição ocupacional sendo percebida como o resultado da "vontade" e do "esforço" individual. Portanto, no universo simbólico desses indivíduos, estar sem trabalho pode ser associado a não querer ou não gostar de trabalhar. Alguns trabalhadores lutam contra esse significado suposto como presente na apreciação dos outros, daqueles que julgam os desempregados.

Entretanto, esses traços das experiências individuais têm nuances importantes que variam de acordo com o sexo, com a posição na família e no ciclo de vida, de acordo com os recursos adquiridos no mundo profissional e com o contexto e os eventos que se apresentam na trajetória desses indivíduos. Entre aqueles poucos que apresentavam experiências mais regulares de trabalho, sobretudo os mais velhos, observa-se uma referência mais nítida ao emprego assalariado, formal e protegido, como modo de categorização das experiências de privação de trabalho. O "desemprego", nesses casos, é evocado, caracterizado e definido à despeito dos bicos

e formas eventuais de trabalho, sobretudo quando a duração desse desemprego é prolongada. Nesse sentido, a privação de trabalho é uma experiência menos fluida, mais demarcada no tempo e na percepção dos próprios indivíduos privados de trabalho. Porém, principalmente em razão da idade, alguns desses indivíduos encontram-se em um processo de exclusão do emprego formal. Por esta razão e por perceberem nitidamente tal processo de exclusão, eles passam, com freqüência, a adotar outras "referências significativas" em termos ocupacionais. O recurso ao trabalho autônomo e cooperativo apresenta-se como uma alternativa para eles. Neste sentido, o desemprego, também nestes casos, tende a tornar-se uma experiência mais fluida e indefinida, na medida em que a referência ao emprego estável é abandonada.

Entre as mulheres, observam-se experiências de privação de trabalho tipicamente femininas, vividas na articulação de suas precárias condições de trabalho remunerado com as pressões do trabalho doméstico. O trânsito rotineiro e habitual entre o trabalho remunerado precário e o trabalho doméstico contribui também para que algumas experiências de privação de trabalho tornem-se fluidas e pouco demarcadas. Na medida em que absorve o tempo de trabalho das mulheres, o trabalho doméstico reforça e é reforçado pelas formas precárias de emprego e trabalho. Ao mesmo tempo, ele absorve o tempo disponível para o trabalho remunerado e não preenchido, contribuindo para tornar a privação de trabalho invisível subjetivamente. O trabalho doméstico não é só necessário, implicando um tempo que coage as mulheres. O trabalho doméstico é também uma atividade legítima, uma forma de ocupar o mundo social, um lugar reconhecido. Nestes termos, uma privação de trabalho vivida no espaço doméstico pode passar desapercebida ao olhar dos outros, tornando-se invisível.

Para os homens, ao contrário, essa presença no espaço doméstico pode mostrar-se incômoda, um signo de não cumprimento do dever de provedor. Neste sentido, a privação de trabalho pode ser vivida, no masculino, como vergonha, no medo de ser qualificado como "vadio" e "vagabundo". Neste caso, o " desemprego" está longe de ser uma categoria identitária legítima.

Entre os jovens, sobretudo daqueles que são menores de idade, uma entrada precoce no trabalho remunerado os implica muito cedo em um ciclo de instabilidade ocupacional. Entre esses indivíduos, as experiências de privação de trabalho são ainda mais fluidas, menos visíveis e perceptíveis tanto aos olhos dos outros como aos olhos dos próprios jovens. Levados muito cedo a ajudar suas famílias, a privação de trabalho vivida por esses jovens menores de idade é dificilmente ressentida no singular, ao nível individual. Ela é, antes de tudo, o produto de um contexto social e familiar que conduz "naturalmente" esses indivíduos para o trabalho

remunerado, estimulando neles a noção de que é importante contribuir com o grupo, ter independência, ter responsabilidade. Subjetivamente, esses jovens não se definem como "desempregados", ainda que uma certa "necessidade de trabalhar" seja ressentida. Suas categorias de percepção do mundo não estão firmadas ainda em torno do mundo do trabalho. Mas já nesta fase da vida, esse mundo do trabalho comporta um conjunto de significados morais que serão reforçados gradativamente. Trabalhar fora torna-se cada vez mais uma obrigação, sobretudo entre os homens.

Entre os indivíduos mais velhos, observa-se um processo gradual de exclusão das formas de trabalho mais regulares e formais, no caso destas terem feito parte das trajetórias desses indivíduos. Neste sentido, as experiências cada vez mais crônicas de privação de trabalho são, com muita freqüência, ressentidas como um processo de desqualificação pessoal, de exclusão do mercado de trabalho, o que pode implicar uma intensificação da privação material. Reforça-se, neste caso, um modo de categorização das experiências de privação de trabalho no qual a referência passa a ser, sobretudo, o bico, o serviço, o trabalho eventual como mecanismos de obtenção de um rendimento, instável e irregular. Por isso, a privação de trabalho, também neste caso, torna-se profundamente fluida, estando submersa na experiência da pobreza e da privação material.

Entre os indivíduos que apresentam uma condição social mais favorável, cujas trajetórias são analisadas no capítulo 8, as formas e as experiências de privação de trabalho são tão ou mais heterogêneas que aquelas apresentadas pelos trabalhadores socialmente mais precários, uma vez que suas referências em termos de trabalho são bastante diversas. Ainda que o desemprego apresente-se como uma experiência mais bem demarcada e que a referência ao emprego estável seja mais central, as condições de instabilidade e precariedade são marcantes entre esses indivíduos.

A instabilidade e a precariedade ocupacional mostraram-se recorrentes dentro desse grupo, ainda que o tipo de trabalho realizado seja distinto daquele desempenhado pelos grupos sociais menos favorecidos. Nem por isso, a norma do emprego estável, o trabalho assalariado protegido, deixa de ser a referência central no modo como esses trabalhadores categorizam suas experiências de trabalho e de privação de trabalho.

Por essa razão, o "desemprego voluntário" é uma prática comum, expressando o forte descontentamento desses trabalhadores com suas condições de trabalho e de remuneração. A mobilidade ocupacional torna-se um recurso importante na tentativa de ascender profissionalmente. Em contextos de crise econômica, essa mobilidade fica comprometida,

restando a esses indivíduos seja a sujeitação às suas condições de trabalho, seja o investimento em suas formações profissionais. Essa mobilidade e o próprio investimento em formação é mais freqüente entre os jovens e aqueles trabalhadores que ocupam uma posição secundária no provimento do grupo familiar.

As experiências de trabalho precário e eventual, dos bicos, também é recorrente entre esses indivíduos. Porém, na medida em que a norma do emprego estável é uma referência mais sólida, essas experiências precárias de trabalho e o "desemprego cíclico ou parcial" delas decorrente manifestam-se muito mais nitidamente como "experiências típicas de desemprego", cujas fronteiras são mais bem delimitadas objetiva e subjetivamente. Estes trabalhadores definem-se, pois, mais freqüentemente como desempregados e aspiram concretamente a condições de trabalho e emprego mais estáveis. Para esses indivíduos, evidentemente, ser um desempregado não é ter um estatuto reconhecido, mas ter reconhecida, por si e pelos outros, uma situação de privação de emprego. O emprego assalariado é, pois, a referência central.

Os trabalhadores que migram para formas de trabalho não assalariadas podem apresentar experiências diversas de trabalho e de privação de trabalho. Mesmo quando fixam-se em atividades autônomas – as pequenas atividades comerciais, por exemplo – esses indivíduos podem continuar a ter como referência o emprego estável, ainda que de maneira desalentada, sem esperança concreta que ter uma novo emprego estável. Nesses casos, a atividade autônoma, o pequeno negócio, apresenta-se sujetivamente mais como um "bico" do que como um "trabalho de verdade". Em outros casos, o abandono completo da idéia de ter um emprego e o investimento em uma atividade autônoma como um "projeto prioritário", supondo um investimento material e emocional considerável, produz uma situação peculiar de privação de trabalho entre esses grupos sociais mais favorecidos. Neste caso, a referência em termos profissionais se constrói em torno do "empreendimento", a privação de trabalho sendo ressentida e associada ao processo de concepção e execução do negócio, com todas as incertezas materiais e simbólicas aí implicadas. Observou-se que as relações de gênero também contribuem para estruturar esse tipo de experiência. Esse tipo de projeto também pode ser partilhado com as exigências do trabalho e das responsabilidades domésticas, uma referência central para muitas mulheres, sobretudo em razão da maternidade.

Em um cenário econômico profundamente modificado, marcado pela emergência de novas modalidades de contratação, mais flexíveis e instáveis, esses trabalhadores com nível de formação sócio-profissional mais elevado passam a ter experiências mais freqüentes de privação de trabalho. Dado que muitos desses indivíduos tinham uma forte relação com suas atividades

profissionais – com o "ofício" que realizavam – e com as empresas em que trabalhavam, observou-se entre eles experiências muito sofridas de privação de trabalho. Estas experiências eram, pois, vividas nas condições peculiares de classe desses indivíduos, para os quais o trabalho não tem apenas um valor instrumental, mas representa também um "lugar" fundamental que se ocupa no mundo social – um "estatuto social". A privação de trabalho significou para muitos desses trabalhadores a perda desse estatuto e, em alguns casos, a queda brutal na escala social, sem perspectivas de retorno à condição anterior.

Além disso, para esses indivíduos que construíram fortes laços com sua atividade profissional, a privação de trabalho pode significar a perda de uma "atividade significativa", de um "ofício" que realizavam em um espaço social peculiar, a empresa. Observou-se que essa sensação de perda dificilmente é estimada como superável em um contexto de crise econômica que limita as oportunidades de trabalho. Para alguns desses indivíduos, o investimento na formação profissional torna-se a única alternativa para enfrentar o desemprego de maneira aceitável. Nem todos os indivíduos, porém, dispõem de recursos materiais e simbólicos para investir em suas formações profissionais. Tal investimento implica, pois, uma elevada disponibilidade de recursos.

Finalmente, para esses indivíduos que apresentavam experiências profissionais fortes e prolongadas, o vínculo que possuíam com suas empresas constituía um importante elemento de suas identidades pessoais e profissionais. Em alguns casos, a empresa era definida como uma segunda família, um local de fortes vínculos pessoais, um espaço marcado pelo reconhecimento e por uma intensa rede de sociabilidade. O desemprego, nestes casos, colocou em xeque todos esses valores e produziu nesses indivíduos um fortíssimo sofrimento, sobretudo no momento da ruptura do vínculo de trabalho. A experiência de desemprego foi também, em vários casos, a ocasião para que esses indivíduos repensassem o "lugar" do trabalho em suas vidas. Um deslocamento do valor da atividade profissional foi nítidamente observado em algumas experiências pessoais, o que contribuiu para que esses indivíduos superassem de maneira mais positiva o trauma inicial do desemprego.

Neste grupo de entrevistados, observou-se, também, formas e experiências tipicamente femininas de privação de trabalho. Face às suas condições instáveis e precárias de emprego, muitas mulheres ocupavam uma posição secundária no provimento de seus grupos familiares, o que implicava para elas seja o abandono de suas atividades remuneradas, seja uma situação de "desemprego periférico". Nestes casos, as demandas e as responsabilidades domésticas têm um papel decisivo na estruturação das experiência de trabalho e de privação de trabalho, na medida

em que elas acabam se tornando prioritárias em relação ao trabalho remunerada em determinados momentos das trajetórias femininas. A ocupação de uma posição periférica no espaço profissional combinada com a ocupação de uma posição periférica no provimento dos grupos familiares acabam gerando uma situação também periférica de privação de trabalho. Tomadas por um círculo vicioso de baixos recursos profissionais e de dificuldades de investimento em suas formações, essas mulheres acabam sucumbindo seja à precariedade do trabalho seja a uma situação de inatividade compulsória. Subjetivamente, essa privação é, em geral, ressentida como uma privação de independência econômica, de autonomia pessoal a ser recuperada. Em geral, essas mulheres já trabalhavam e abandonaram seus empregos devido às exigências da maternidade e das responsabilidades domésticas. Suas referências subjetivas dividem-se muito significativamente entre o espaço profissional e o espaço doméstico.

Por outro lado, obsevou-se também que algumas mulheres apresentam experiências cada vez mais marcantes de privação de trabalho, cada vez mais centradas na esfera do trabalho remunerada, tendo em vista o fato de ocuparem a posição de provedoras principais de seus grupos familiares. Nestes casos, suas experiências assemelham-se àquelas dos provedores masculinos, dos chefes de família. Uma diferença crucial, no entanto, pode ser constatada. Muitas vezes, o fato de se apresentar como uma situação nova e inusitada, uma experiência incomum no universo prático e simbólico dessas mulheres, aliado às suas funções tradicionais de "cuidadoras", "educadoras", dos fortes vínculos emocionais que estabelecem com seus filhos, essa condição de provedor pode ser vivida da forma muito sofrida por essas mulheres, dada a sensação subjetiva de insegurança que ressentem, sobretudo nos momentos de desemprego. Neste caso, a combinação do papel tradicional de mãe, dona de casa, e do papel de trabalhadora e provedora principal – e, às vezes exclusiva – de seu grupo familiar, acaba gerando uma situação de enorme incerteza para essas mulheres. A experiência de privação de trabalho é, pois, nesses casos, a vivência desse drama pessoal peculiar.

CONCLUSÕES FINAIS

O objetivo inicial desta pesquisa foi de investigar o processo recente de emergência do desemprego no Brasil enquanto problema social dotado de visibilidade pública e de relevância científica. A partir dos anos noventa, o elevado crescimento das taxas de desemprego e a importância do tema no debate político e mediático eram fortes indícios de que este fenômeno ganhava corpo na sociedade brasileira, adquirindo o *status* de uma questão social central. Nas ciências sociais brasileiras, diversos estudos e pesquisas começavam a colocar em relevo este fenômeno, estimulados também pela crescente relevância dessa problemática no mundo capitalista. As elevadas taxas de desemprego nos países centrais do capitalismo e o surgimento de interpretações polêmicas sustentando a tese do fim do emprego, colocaram ainda mais lenha na fogueira desse debate. Dizia-se que o desemprego tornara-se um problema estrutural e que as sociedades contemporâneas teriam necessariamente que conviver com elevados níveis de desemprego, obrigando-as a enfrentar todas as conseqüências sociais de um tal cenário cuja configuração ainda parecia bastante incerta. O trabalho e sua centralidade estava no âmago desse debate, o que repercutia também sobre o problema da centralidade da categoria trabalho no debate sociológico.

Na tentativa de elaborar um quadro teórico de referência para investigar o fenômeno do desemprego no Brasil, procurou-se articular dois campos e/ou abordagens teóricas distintas. De um lado, mobilizou-se uma sociologia das relações sociais – especialmente focada nas dimensões de gênero e de classe, mas também na de geração – a partir da qual os fenômenos sociais são apreendidos como processos constituídos e constituintes das relações entre atores sociais que controlam recursos diferenciados e ocupam posições distintas e assimétricas no espaço social. Consubstanciais ou co-constitutivas em sua diversidade, estas relações sociais são geralmente marcadas por fortes tensões que estão na raiz das transformações sociais. De outro lado, mobilizou-se uma certa sociologia do desemprego, a partir da qual este fenômeno social é apreendido como uma "categoria social" historicamente construída. Neste último caso, trata-se de investigar a formação (ou invenção) e a transformação dos "modos de categorização" do desemprego, tanto em nível institucional como em nível individual. Tais modos de categorização

estão apoiados em critérios sociais relevantes que informam os sistemas de classificação mobilizados pelos atores sociais.

Na articulação dessas abordagens, partiu-se da hipótese teórica de que a construção social do desemprego como fenômeno institucional e como fenômeno individual está alicerçada nas relações sociais, de gênero, de classe, de geração, dentre outras. Logo, estima-se que é com base nessas relações sociais que se constituem os principais critérios de referência a partir dos quais os processos de categorização da realidade social são realizados. Essas relações sociais alicerçam ainda um conjunto de práticas e representações sociais ativadas pelos atores em suas experiências ao longo de suas trajetórias sociais. A partir da noção de experiência, que remete sempre à concretude da vida social como síntese de múltiplas determinações, pode-se tentar captar e relacionar um conjunto de determinações específicas. As abordagens biográficas permitem reconstruir essas experiências e identificar essas determinações.

A partir dessas referências teóricas, propôs-se um recorte específico na construção do objeto e na operacionalização metodológica da investigação que levasse em consideração a dinâmica histórica e dinâmicas biográficas do desemprego no Brasil. Em termos de dinâmica histórica, procurou-se analisar a emergência e formação do desemprego como categoria institucional, tal qual ela é construída e operacionalizada nas políticas públicas de emprego e nas pesquisas estatísticas. Em termos de dinâmicas biográficas, procurou-se investigar o desemprego como categoria nativa, subjetiva, tal qual ela é mobilizada pelas trabalhadoras e pelos trabalhadores submetidos a experiências de desemprego em suas trajetórias ocupacionais.

A investigação do desemprego em sua dinâmica histórica e em suas dinâmicas biográficas levou a um conjunto de resultados que se procura apresentar a seguir de forma sistemática.

O esforço de construção conceitual levado a cabo ao longo desta investigação induziu a uma reapropriação sociológica da noção de desemprego e a uma reconfiguração conceitual deste fenômeno. A partir da constatação de que o uso social da categoria desemprego remete a modos de categorização distintos, implicando diferentes registros e critérios para definir e mobilizar esta categoria, impôs-se naturalmente o uso de uma categoria analítica (científica, sociológica) logicamente distinta, capaz de recobrir o conjunto de modos de categorização existentes. Neste sentido, escolheu-se e passou-se a utilizar a categoria "privação de trabalho" a fim de melhor expressar esse conjunto diverso de modos de categorização e de uso do termo "desemprego". Procurou-se dar conta também do fato de que outras categorias sociais são igualmente mobilizadas para expressar a realidade do desemprego ou privação de trabalho (desocupação, subemprego, falta de serviço, etc.).

Por essas razões, a noção de "privação de trabalho" é aqui inicialmente definida como todo desejo, necessidade ou intenção de obter de um trabalho remunerado, seja quais forem as bases ou fins, materiais ou simbólicas, sobre os quais assenta-se esse desejo, necessidade ou intenção. Trata-se de uma definição em termos subjetivos, que remete ao modo como os indivíduos privados de trabalho definem sua condição. A noção de privação de trabalho pode manifestar-se também como um processo objetivo, como uma definição por "outrem". É este o caso das pesquisas estatísticas que tratam de definir critérios para delimitar a privação considerada "legítima" de trabalho. De certo modo, essa privação de trabalho, essa "necessidade" de ter uma atividade remunerada é imputada de fora, exteriormente.

No sentido weberiano do termo, o conceito de privação de trabalho é um tipo ideal, uma situação limite, que remete aos sentidos da ação ou situação (condição de atividade) subjetivamente visados e construídos pelos atores sociais, individuais ou coletivos (instituições), em suas experiências no mundo social.

Portanto, o termo "desemprego" passa a expressar, habitualmente, um modo específico de privação de trabalho, a "privação de emprego". A "privação de trabalho" torna-se, pois, uma categoria mais geral que abrange a categoria "desemprego", mais específica.

O "desemprego" ou "privação de emprego" é a forma social dominante ou hegemônica de privação de trabalho. Esta forma social implica modos específicos de categorizar a privação de trabalho, de identificá-la, de defini-la, de medi-la, emergindo e consolidando-se internacionalmente nos anos de ouro de expansão do capitalismo mundial um modo "oficial" de categorização do desemprego. Este modo de categorização está assentado sobre a "norma do emprego estável" e da correspondente "norma do desemprego". Esta última supõe, além da falta de trabalho, a disponibilidade e a procura regular de emprego. Através de acordos e convenções internacionais, esse modo de categorização da privação de trabalho se generalizou por todo mundo, sendo sistematicamente adotado pelos países através de seus sistemas estatísticos.

Esse modo de categorização da privação de trabalho como privação de emprego, como desemprego, apresenta também suas versões nativas, individuais, que remetem às experiências concretas dos atores sociais em suas condições de vida cotidiana. Estes modos nativos de categorização podem ser interpretados como variações das categorizações oficiais. Porém, é preciso registrar que o que confere "unidade" entre essas categorizações "nativas" e a categorização "oficial" é a referência central ao "emprego" como critério de demarcação da privação de trabalho.

A privação de trabalho no Brasil não pode ser reduzida, porém, à privação de emprego, ao desemprego neste sentido estrito do termo. A existência de uma pluralidade de formas de trabalho e de relações de trabalho permite sugerir que nas trajetórias e nas experiências dos trabalhadores, o sentido subjetivo de privação de trabalho, manifesto pelo "desejo, necessidade ou intenção" de obter um trabalho remunerado, não é necessariamente construído em torno da referência ao emprego assalariado. O pescador que deixa de trabalhar no período do defeso, ou a trabalhadora doméstica que faz faxinas intermitentes, ou ainda o trabalhador ambulante sujeito às oscilações do consumo podem passar por situações de "privação de trabalho" sem uma referência ao emprego e mesmo sem procura de emprego. Essas formas de trabalho não assalariadas e não capitalistas, podem implicar os respectivos trabalhadores em formas e experiências peculiares de "privação de trabalho", distintas da privação de emprego ou desemprego, e invisíveis ao modo de categorização oficial, diga-se dominante, de privação de trabalho.

Neste momento, a noção de "invisibilidade" adquire o estatuto de um conceito sociológico. Ela remete a modos distintos, assimétricos e hierarquizados de categorização da realidade social. Os modos dominantes de categorização, através de seus veículos de expressão, impõem um certo campo de visão sobre o mundo social que pode ser aprendido como um conhecimento verdadeiro. Os modos periféricos de categorização da realidade podem não só permanecer invisíveis aos olhos dos "outros" e da "sociedade", das autoridades "oficiais", como podem não encontrar nem veículos, nem "meios simbólicos" adequados de expressão: uma "linguagem" definida, uma "fala" ou "expressão lingüística" qualquer. A privação de trabalho pode simplesmente não poder ser "dita", "construída simbolicamente de forma direta. Essas experiências de privação de trabalho são, portanto, o efeito de um processo de dominação simbólica a partir dos modos de categorização dominantes.

Conforme a hipótese inicial proposta nesta investigação, pôde-se constatar que a privação de trabalho no Brasil é, pois, um fenômeno heterogêneo e complexo, implicando "formas sociais" e "experiências" subjetivas muito diversas que estão na raiz de seus múltiplos modos de categorização social. A noção de "formas sociais", aqui proposta, remete à necessária identificação dos padrões recorrentes de ação dos atores sociais. Trata-se da proposição de uma categorização propriamente analítica, científica, a partir da qual a privação de trabalho é objetivamente apreendida. Essa apreensão objetiva, exterior, das formas de privação de trabalho, nada mais é, pois, do que o produto de um ponto de vista teórico e, no limite, socialmente determinado. Analítica e metodologicamente, ele se distingue, porém, das categorizações nativas dos próprios atores sociais. São estes modos de categorização que nos permitem falar de

"experiências" de privação de trabalho. Porém, vale salientar que esta noção é também, no limite, um tipo ideal, pois as experiências de mundo dos atores sociais, o ponto de vista nativo, os modos de categorização a ele peculiares, são sempre apreendidos e interpretados de um certo modo. A apreensão das experiências de mundo dos atores sociais não pode ser completamente esgotada. Ela nunca é completamente acessível, ela é sempre apreendida "interpretativamente".

A seguir, procura-se descrever essas formas e experiências de privação de trabalho no Brasil, a partir das observações de campo realizadas ao longo desta investigação.

Do ponto de vista da dinâmica histórica, é a partir dos anos oitenta e, particularmente, a partir dos anos noventa que o "desemprego" emerge na sociedade brasileira como um problema social dotado de visibilidade pública. Essa emergência do desemprego é, pois, aquela de uma categoria e de uma forma específica de privação de trabalho que se torna "oficial" através das práticas e representações levadas a cabo pelas instituições públicas de medida e tratamento do fenômeno. Trata-se de uma forma específica de privação de trabalho que se estende e que se torna visível. A privação de trabalho é o desemprego; o desemprego é a privação de trabalho. As tensões inerentes a esse processo são, no entanto, de enorme envergadura.

É neste sentido que se pode afirmar que o fenômeno do desemprego emerge com enormes dificuldades no Brasil. Na medida em que uma heterogeneidade de formas, relações e experiências de trabalho implica uma heterogeneidade de formas e experiências de privação de trabalho, o modo dominante de categorização deste fenômeno não dá conta nem da extensão de suas formas, nem do sentido, conteúdo e profundidade de suas experiências. Assim, a multiplicidade de modos de categorização da privação de trabalho fica submersa e invisível pelo modo oficial de categorização. No entanto, as resistências a esse modo oficial de categorização emergem nesse cenário de maneira significativa. O próprio termo desemprego, uma categoria social da linguagem cotidiana, apresenta-se atravessado pelas tensões inerentes a esses diferentes modos de categorização da privação de trabalho. Neste sentido, o termo desemprego apresenta-se plural e ambíguo, sendo mobilizado a partir de múltiplos modos de categorização da realidade do trabalho e de sua privação. O próprio uso oficial do termo desemprego mostra-se tenso e ambíguo.

Na base das tensões inerentes a esses modos de categorização do trabalho e da privação de trabalho estão as relações sociais: de classe, de gênero, de etnia/cor, de geração. Ao suporem a existência de diferentes sujeitos ou atores sociais que ocupam diferentes posições no espaço social, estas relações moldam os modos de categorização referidos acima. A norma do emprego – e a correspondente norma do desemprego – como critério central na construção de um modo

específico de categorização da privação de trabalho é, pois, o resultado de relações sociais de classe – e de uma condição social particular – que se estabilizam e se generalizam nas sociedades capitalistas. Essas relações de assalariamento são também denominadas, em sua configuração histórica recente, de "condição salarial moderna". Elas são, no entanto, o produto de um longo processo histórico de conflito e subordinação dos trabalhadores ao capital. É só por esta razão que a norma do emprego torna-se a base de um modo dominante de categorização da privação de trabalho, a privação de emprego ou desemprego.

No Brasil, porém, apesar de dominante, essa norma não só adquiriu configurações específicas, mais precárias e instáveis, como nunca se generalizou para o conjunto dos trabalhadores e da sociedade como ocorrera nos países avançados do capitalismo mundial. O emprego e, principalmente, o emprego estável, não é nem o único nem a principal referência na constituição dos modos de categorização da privação de trabalho. As formas autônomas e não assalariadas e mesmo as formas não remuneradas de trabalho também constituem importantes referências a partir das quais os atores sociais e os próprios trabalhadores categorizam as formas e experiências de privação de trabalho. Esses modos de categorização periféricos, marginais, podem tornar-se extremamente relevantes de um ponto de vista sociológico. Os movimentos sociais, no campo e nas cidades, em suas lutas por "terra, trabalho, teto" são a expressão de algumas dessas modalidades marginais e periféricas de categorizar a privação de trabalho. O trabalho é, quase sempre, uma categoria social central no modo de construção das práticas, das crenças e das lutas desses movimentos. O próprio termo desemprego é freqüentemente por eles utilizado para expressar e legitimar suas formas e experiências de privação de trabalho.

No âmbito das políticas públicas de emprego, expressam-se as maiores dificuldades e tensões inerentes ao processo de emergência do desemprego enquanto categoria institucional. Na política pública destinada à indenização dos desempregados, o chamado seguro-desemprego, observa-se essas dificuldades e tensões de maneira marcante. O próprio desenho institucional e o conjunto de regras que orientam a concessão deste seguro revelam que diferentes modos de categorização da privação de trabalho estão nele expressos. O seguro-desemprego não funciona, na prática, como um seguro, pois seu financiamento não se baseia em uma cotização de trabalhadores e empregadores. Trata-se, de fato, de uma indenização compensatória que prescinde de normas reguladoras do comportamento dos desempregados indenizados. Não é preciso enquadrar-se na norma do desemprego para manter o estatuto de segurado e continuar recebendo a indenização. Ao contrário, observou-se que freqüentemente a indenização do seguro-desemprego funciona como um substituto de emprego, a renda dele obtida implicando o

desempregado indenizado no abandono da procura de emprego. Estima-se que muitos desempregados indenizados não só abandonem e adiem a procura de emprego, mas também evitem a formalização de um novo emprego para não deixar de receber a indenização. No primeiro caso, apresenta-se a figura do desemprego indenizado, institucionalmente reconhecido como tal, que não está à procura de emprego. No segundo caso, apresenta-se a figura do desemprego indenizado que está ocupado, efetivamente trabalhando. Em ambos os casos, a situação dos "desempregados indenizados" choca-se diretamente com a norma "oficial" do desemprego (estar sem trabalho e à procura de trabalho).

Além disso, o estatuto de desempregado indenizado não implica nenhuma contrapartida em termos de procura de emprego ou de participação em atividades de formação ou qualificação profissional. A fragilidade desse instituto torna-se evidente. É por isso que seu caráter aproxima-se muito mais da "lógica da assistência", meramente compensatória, do que de uma "lógica do seguro e da reintegração ao emprego". Na base desta lógica da assistência estão as relações sociais de classe marcadas por uma forte instabilidade e precariedade da condição salarial. A rotatividade no emprego, a "flexibilidade" do vínculo salarial, os baixos salários, a baixa escolarização e qualificação profissional expressam um conjunto amplo de "vulnerabilidades" da classe trabalhadora e um padrão instável de integração no mercado de trabalho. É deste modo que o baixo valor da indenização propiciada pelo seguro-desemprego torna-se irrisória para os trabalhadores mais estáveis e qualificados, representando muito pouco em seus orçamentos familiares, e um substituto de emprego para os trabalhadores assalariados mais instáveis e precarizados, pois a relação com o trabalho destes últimos torna-se primordialmente uma relação instrumental, visando a obtenção de um rendimento econômico. A baixa qualidade dos empregos em termos de condições de trabalho e de condições salariais, não torna atrativo o retorno ao trabalho. É por isso que esses trabalhadores preferem ou adiar a procura de emprego ou adiar a formalização de um novo emprego.

No âmbito das pesquisas estatísticas, as controvérsias metodológicas entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – DIEESE expressam as tensões práticas e teóricas entre modos de categorização da realidade do trabalho e do desemprego no Brasil. De um lado, as pesquisas oficiais do IBGE, ao pautarem suas investigações segundo as normas estatísticas internacionais e segundo o princípio da comparabilidade dos sistemas estatísticos, sedimentam um modo de categorização do desemprego (ou desocupação) em torno da norma do emprego. O próprio uso do termo "desocupação" em lugar do termo "desemprego", ao tentar dar conta da realidade da

privação de trabalho no Brasil, acaba reduzindo-a a um princípio normativo único. Se "desocupação" não é "desemprego", se essa desocupação é mais do que privação de emprego, implicando outras formas de privação de trabalho, torna-se, pois, mais agudo o processo de invisibilização do conjunto das formas de privação de trabalho, pois os critérios e os princípios que orientam essas pesquisas são construídos e adequados apenas com referência à norma do emprego. Não há, nestes procedimentos, apenas um efeito de invisibilização, mas também um efeito de homogeneização da privação de trabalho. A própria pesquisa deixa de ser apenas um dispositivo de conhecimento, para tornar-se um dispositivo "normativo".

A invisibilização é o efeito de um processo no qual tanto os critérios utilizados para definir a privação de trabalho – "ausência de trabalho", "procura de trabalho" e disponibilidade imediata – bem como o modo de operacionalização dos mesmos tornam-se extremamente restritivos, não levando em consideração o contexto histórico-social no qual o "mercado de trabalho" se organiza e funciona. O modo de categorização oficial da privação de trabalho constrói, define e aplica um conjunto de critérios adequados em um contexto no qual a condição salarial moderna, isto é, o emprego estável, se generaliza para o conjunto da classe trabalhadora, tornando-se uma norma de referência comum. Tal fato nunca ocorreu no Brasil. O efeito homogeneizador de um tal artefato é evidente. A partir de uma norma específica e de um modo de categorização particular, ele propõe-se a medir outras formas e experiências de privação de trabalho, que se constroem de maneira completamente diferente, segundo outros critérios e referências.

As observações realizadas a partir dos dados estatísticos tanto do IBGE como do DIEESE sobre a evolução da atividade, do emprego e do desemprego no Brasil e no Rio Grande do Sul reforçam os argumentos acima propostos. Esses dados revelam um enorme espectro potencial de privação de trabalho que extrapola significativamente as taxas oficiais de desemprego. Ao mesmo tempo, esses dados estatísticos permitem concluir que, de um lado, as transformações no mercado de trabalho são muito profundas ao longo das últimas décadas e que, de outro, as desigualdades sociais de todas as ordens mantém-se marcantes.

Dentre as transformações observadas, destaca-se a crescente participação das mulheres na atividade econômica. Hoje, elas respondem por quase metade da população economicamente ativa no Brasil, o que tem um impacto muito profundo não só na estruturação da ocupação e do emprego como na organização dos grupos familiares. O padrão de inserção feminina no mercado de trabalho é cada vez mais semelhante aos dos homens, as interrupções e descontinuidades tornando-se menos freqüentes e mais breves.

As mudanças na estrutura ocupacional também são marcantes, reduzindo-se consideravelmente o nível de ocupação nas atividades primárias e nas atividades industriais e crescendo o nível de ocupação nas atividades de serviços, tanto em ocupações mais protegidas como em ocupações precárias e instáveis. Depois de um período de estabilização das relações de assalariamento no Brasil ao longo dos anos oitenta, os níveis de participação no emprego assalariado protegido caiu consideravelmente na década de noventa, apresentando recentemente uma leve recuperação. O trabalho autônomo, por conta própria, cresceu um pouco sua participação na atividade econômica na última década, mantendo-se estável desde então. Esses dados revelam que a formas de trabalho não assalariadas e as formas assalariadas instáveis são extremamente importantes na estruturação recente do mercado de trabalho no Brasil.

Ao mesmo tempo, o crescimento das taxas de desemprego aberto é uma marca constante ao longo dos últimos trinta anos. Na década de setenta, essas taxas oscilavam em torno de 2 ou 3%, atingindo entre 4 e 6% na década de oitenta e entre 7 e 10% na década de noventa. Essa forte expansão das taxas de desemprego aberto é um dos indicadores dos fortes ajustes ocorridos no mercado de trabalho, sobretudo na última década. A reestruturação produtiva, através das novos formas de organização e gestão do trabalho e da introdução de novas tecnologias, modificou significativamente o perfil da oferta de emprego. O nível de escolaridade, a formação profissional e a idade tornam-se critérios cada vez mais utilizados na seleção e recrutamento dos trabalhadores. Esse novo perfil produz um impacto profundo sobre os segmentos da força de trabalho menos favorecidos socialmente, que são, cada vez mais, empurrados para as formas de trabalho mais precárias, desprotegidas e instáveis. No entanto, uma nova precarização também entra em curso. Os trabalhadores mais escolarizados e qualificados profissionalmente também são diretamente atingidos por esse processo de reestruturação capitalista, elevando-se consideravelmente suas taxas de desemprego aberto e seus níveis de precarização no emprego. Novas modalidades de contratação, mais flexíveis, estão na base desse processo de vulnerabilização dos segmentos mais estáveis da classe trabalhadora. A emergência do desemprego no Brasil é, em grande parte, o produto do crescimento dos níveis de vulnerabilidade, aí incluída a privação de trabalho, destes setores historicamente mais protegidos. Mesmo fragilizados, sobretudo pelo forte refluxo do movimento e das lutas sindicais, esses trabalhadores puderam, contudo, desenvolver mecanismos individuais e coletivos de resistência. Os sindicatos e as centrais sindicais tiveram um importante papel na proposição e discussão do tema do desemprego no Brasil durante este período de profundas transformações no mercado de trabalho.

Observa-se, pois, indicadores de um profundo deslocamento das relações sociais de classe e de gênero. O crescimento da atividade e do desemprego feminino, cujas taxas são sempre mais altas que as masculinas, revelam que as mudanças não ocorrem apenas no âmbito do espaço doméstico e familiar. A utilização da força de trabalho feminina em mais larga escala apresenta-se como mais um fator que favorece o processo de precarização do trabalho e das relações de trabalho. Nestes termos, as relações de classe e gênero são nitidamente consubstanciais. Ao mesmo tempo, ao favorecer os empresários e a acumulação capitalista, todas essas transformações no mundo do trabalho tornaram os trabalhadores mais vulneráveis, o que se reflete principalmente com o refluxo do movimento e das lutas sindicais e com as mudanças nos mecanismos de regulação das relações entre capital e trabalho. A flexibilização de relações estruturalmente já bastante flexíveis, implicou um conjunto de condições sociais nas quais as experiências de desemprego foram e são vividas de forma muito individualizada e mercantilizada, desfavorecendo ainda mais os trabalhadores dotados de menos recursos materiais e simbólicos. A fragilidade do sistema de proteção ao trabalho e ao desempregado é um dos fatores dessa individualização. O desemprego tornou-se um espectro que ronda a vida dos trabalhadores em suas relações de trabalho, criando um clima de forte insegurança no emprego. O desemprego não diz respeito, pois, apenas aos desempregados e seus grupos familiares, mas a todos os trabalhadores ameaçados em uma nova conjuntura de insegurança.

Do ponto de vista da dinâmica biográfica, observou-se que tanto a posição dos indivíduos no espaço econômico e seus respectivos perfis em termos de formação sócio-profissional como a posição desses indivíduos no espaço familiar e doméstico contribuem decisivamente para estruturar as formas e experiências de trabalho e de privação de trabalho. Portanto, as relações sociais de gênero, de classe, de geração, de etnia/cor, constituem a privação de trabalho, modelando suas formas sociais e condicionando o conteúdo subjetivo de suas experiências.

Ao analisarem-se as trajetórias ocupacionais dos indivíduos entrevistados, pôde-se identificar, em um primeiro momento, suas práticas recorrentes no espaço econômico e algumas determinações decorrentes dos recursos materiais e simbólicos por eles disponíveis e mobilizados. A partir da delimitação de dois grupos distintos de trajetórias, aquelas dos trabalhadores em situação de precariedade social e aquelas dos trabalhadores não precários, identificaram-se diversas formas de privação de trabalho. A identificação dessas formas e dos padrões recorrentes de conduta dos trabalhadores em suas trajetórias ocupacionais contribuiu, assim, decisivamente, para reconstituir e compreender as experiências de privação de trabalho e seus respectivos modos de categorização.

Dentre os trabalhadores em situação de precariedade social, apresentando recursos materiais e simbólicos mais limitados no enfrentamento do mercado de trabalho – baixos níveis de formação sócio-profissional e, em geral, elevada instabilidade ocupacional – observou-se que em seguida a uma inserção precoce na atividade econômica e à experiência também precoce da privação de trabalho (desemprego precoce), fluida e pouco visível socialmente, seguem-se formas cíclicas e recorrentes de privação de trabalho (desemprego cíclico), coerentes com um padrão instável de integração desses indivíduos no trabalho remunerado. Esse desemprego cíclico pode se caracterizar tanto pela mudança sucessiva de empregos (alta rotatividade) como pela alternância entre formas de trabalho assalariadas e não assalariadas. Com a crise econômica e com a intensificação das condições de seletividade no mercado de trabalho nos anos noventa, parcelas significativas desses trabalhadores passaram a sofrer mais intensamente desse desemprego cíclico, aumentando a duração da privação de trabalho e o recurso às formas de trabalho não assalariadas. Em muitos casos, sobretudo em decorrência de fatores geracionais (idade), os trabalhadores viram-se completamente excluídos do mercado de emprego formal, experimentando formas duráveis e crônicas de privação de trabalho (desemprego crônico), marcadas, em muitos casos, por um processo de migração definitiva em direção às formas não assalariadas e mais precárias de trabalho.

Uma nítida divisão sexual do trabalho também é observável nesse processo, estando os homens freqüentemente vinculados aos trabalhos de reparação e manutenção na construção civil e nos serviços aos domicílios e, as mulheres, ao trabalho e serviços domésticos e de cuidados às pessoas. Estas características se fazem presentes tanto no mercado de trabalho formal, no emprego assalariado, como nas formas de trabalho não assalariadas. As mulheres combinam ainda em suas trajetórias a instabilidade com a descontinuidade ocupacional, caracterizada pela interrupção do trabalho remunerado durante curtos períodos, sobretudo quando do final da gravidez e do nascimento dos filhos ou quando estes ainda são bebês. Fortemente afetadas pela responsabilidade de cuidar ou providenciar o cuidado de seus filhos, essas mulheres mantém formas de trabalho muito próximas do universo doméstico, seja pela natureza da atividade, seja pela proximidade física. Em muitos casos, essas mulheres trabalham no próprio domicílio, realizando atividades de costura ou de preparo de alimentos para serem vendidos. A continuidade entre trabalho doméstico e trabalho remunerado é marcante nas experiências dessas mulheres marcadas por uma forte precariedade social.

Em geral, os trabalhadores deste grupo apresentam uma relação de tipo mais instrumental com o trabalho, sobretudo as mulheres e os jovens. A precariedade das condições de trabalho, a

rotatividade no emprego, os baixos salários estão na raiz de uma tal relação subjetiva com o trabalho. Tanto entre os homens como entre as mulheres são primordialmente evocadas as restrições e pressões materiais imediatas na definição das experiências de privação de trabalho. Muito freqüentemente, as narrativas giram em torno dos dilemas da pobreza e de suas privações. A "necessidade" de ter um trabalho remunerado apresenta-se fundamentalmente como o caminho para suprir tais carências econômicas. Essas carências e essa necessidade de trabalho e, portanto, essa privação de trabalho, não têm fronteiras muito precisas, pois ao associar-se principalmente ao rendimento, ela oscila e manifesta-se fluida na trajetória dos indivíduos. A pobreza, a precariedade social e a instabilidade ocupacional fazem com que as experiências de privação de trabalho e os modos de categorização mobilizados pelos indivíduos estejam fortemente referidos a esse fator, o rendimento.

Entre os homens, observa-se, porém, com freqüência, uma relação com o trabalho permeada pela noção de "ofício" e de uma certa "competência profissional". Entre vários entrevistados do sexo masculino, as narrativas das entrevistas se organizam prioritariamente a partir das preocupações com o trabalho como "ofício", de um lado, e do trabalho como meio para prover as necessidades do grupo familiar, de outro. O adequado cumprimento do papel de "provedor" tem um peso fundamental na estruturação da relação subjetiva que esses homens têm com o seu trabalho.

Tais observações autorizam afirmar que, neste segmento da população, a identidade masculina está muito mais profundamente estruturada em torno da condição de "trabalhador" e de "provedor". Especialmente entre estes segmentos mais empobrecidos e vulneráveis da população, ser homem é, em grande medida, ter um trabalho e poder prover seu grupo familiar, de forma principal ou secundária, segundo a posição que nele se ocupa. Logo, a experiência da privação de trabalho é também a vivência da dificuldade ou impossibilidade de cumprir adequadamente essa função ou de assegurar essa definição de si mesmo como trabalhador. Tal fato gera um enorme sofrimento entre esses homens.

Entre os jovens, esse apelo de contribuir para o provimento do grupo familiar já está presente desde muito cedo, o que gera neles, sobretudo em períodos de crise e escassez de emprego, uma situação de forte desalento pessoal e ausência de perspectivas ocupacionais. Sem recursos significativos, esses jovens vivem suas situações de privação de trabalho sem um conjunto de referências precisas, sem um projeto profissional, sem a perspectiva de ter um emprego estável, o que os implica em experiências vagas e incertas em relação às suas condições ocupacionais e de vida. É nesse quadro de precariedade ocupacional que esses indivíduos vão

sedimentando outros padrões de inserção no mundo do trabalho, geralmente pautados pela tentativa de dar respostas imediatas às pressões econômicas. A inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho já é, em grande medida, a estruturação desse padrão instável. O fato de não serem os provedores principais de seus grupos familiares faz com que esses jovens tenham experiências de privação de trabalho menos marcantes subjetivamente, na medida em que a sobrevivência do grupo familiar não é colocada em jogo, como ocorre entre os provedores principais.

Entre as mulheres se observa ainda mais nitidamente uma relação instrumental com o trabalho remunerado, ainda que o trabalho seja freqüentemente evocado também como um fator importante de autonomia e independência pessoal. Para essas mulheres, o trabalho remete a um universo próprio de sociabilidade e de relações, para além do espaço privado e doméstico. No entanto, as necessidades econômicas apresentam-se quase sempre como os fatores mais decisivos na estruturação de suas experiências.

Mesmo que as mulheres sejam mais afetadas por um padrão precário e instável de integração no trabalho remunerado, a atividade feminina é muito importante no provimento das necessidades dos grupos familiares. Seus mais baixos níveis de remuneração média, conforme demonstram os dados estatísticos, constituem um importante indicador das ambigüidades que afetam essas mulheres. Submetidas a dois tipos de pressões em sentidos contrários, as mulheres são tanto impelidas a saírem para o trabalho remunerado para ajudar na composição do orçamento doméstico como são impelidas a permanecerem no espaço doméstico quando precisam administrar as responsabilidades referentes à maternidade. A combinação desses movimentos com uma situação economicamente precária acaba produzindo uma experiência muito peculiar de vida e de trabalho. Estas mulheres ficam literalmente divididas, objetiva e subjetivamente, entre o espaço econômico e o espaço doméstico.

As experiências de privação de trabalho dessas mulheres são vividas, pois, em uma forte proximidade com a esfera doméstica. As relações de gênero articulam-se de forma peculiar com as relações de classe, pois elas transitam muito mais freqüentemente que as mulheres não precárias entre esses dois espaços sociais. Suas experiências de privação de trabalho são, por isso, muito freqüentemente invisíveis objetiva e subjetivamente. A referência a esses diversos estatutos é normal nas experiências de vida dessas mulheres que são donas de casa, mães, trabalhadoras, tudo ao mesmo tempo. Nas narrativas femininas, essas referências ao espaço doméstico e, sobretudo, aos filhos são muito recorrentes.

Na medida em que a atividade remunerada dessas mulheres torna-se cada vez mais importante para seus grupos familiares, visto que as pressões materiais tornam indispensável sua contribuição para o orçamento doméstico, observa-se um padrão de inserção das mesmas no mundo do trabalho remunerado mais próximo do masculino.

Vale registrar ainda que dentre esses trabalhadores mais precários socialmente, é muito freqüente o sonho e o desejo tanto de estudar para poder conseguir um emprego melhor, como de ter um negócio próprio, autônomo, e não precisar depender de um emprego ou ter um "patrão". Neste sentido, é freqüente também a rejeição ao emprego assalariado, que representa, para muitos desses trabalhadores, uma situação de submissão e restrição da liberdade.

Por todas essas razões, os modos de categorização da privação de trabalho desses trabalhadores são construídos e relacionados a múltiplas referências, ao emprego assalariado estável, em alguns casos, ao trabalho autônomo, em outros, às formas de trabalho "domiciliares ou domésticas", principalmente para as mulheres, e ao próprio trabalho doméstico. A referência ao rendimento e à sua privação estrutura de forma central as experiências desses indivíduos. Na medida em que o trabalho não é uma referência segura e certa e não se constitui em um valor em si mesmo (pelas suas qualidades intrínsecas, pelas habilidades e qualificações que implica, pelos vínculos que estabelece, pelo status que produz), devido à instabilidade ocupacional, o elemento de referência que organiza a relação desses indivíduos com suas atividades ocupacionais concentra-se em torno do problema da obtenção do rendimento, também marcado pela instabilidade e oscilação. Nestes termos, a privação de trabalho e a privação de rendimento se confundem.

A privação de trabalho e as oscilações da atividade remunerada tornam-se, nestes casos, a própria "rotina" de vida e trabalho desses indivíduos. Essa privação, fluida e indeterminada em seus limites, não encontra necessariamente meios específicos de expressão, uma linguagem peculiar, um conjunto de significantes precisos. A própria categoria desemprego não é freqüentemente mobilizada para expressar tal condição de privação de trabalho. É por isto que muitos desses trabalhadores não falam de desemprego, não mobilizam essa categoria social particular. Eles falam, antes de mais nada, das necessidades ressentidas, das carências que vivem, das restrições a que estão submetidos. Por isso, a privação de trabalho só começa a ganhar meios específicos e nítidos de expressão a partir dos momentos mais agudos de privação de trabalho e de rendimento, nas crises econômicas mais prolongadas.

Do mesmo modo, observa-se que as formas e experiências de privação de trabalho não são constituídas apenas pelas relações entre os atores sociais no espaço econômico ou

profissional. As referências mobilizadas pelos diversos atores sociais para categorizar as situações de privação de trabalho estão também diretamente relacionadas com a posição e a relação entre os indivíduos em outros espaços sociais. Deste modo, o grau de proximidade ou afastamento em relação à posição e condição de provedor do grupo familiar constitui-se em um fator decisivo no modo de categorização das formas e experiências de privação de trabalho. Ser ou deixar de ser um provedor ou ainda prover de forma principal ou secundária o grupo familiar, pode ser um critério decisivo para definir ou não um indivíduo como um "desempregado" ou para caracterizar o conteúdo dessa experiência, se é mais ou menos significativa. A condição ou não de provedor condiciona o estatuto de "trabalhador" e, portanto, sua definição ou não como "desempregado". Como o indivíduo, e sua experiência no mundo social, é constituído por um conjunto de estatutos diferenciados que se cruzam e que se hierarquizam entre si, a definição do "estatuto central de referência" depende do modo como o indivíduo se posiciona, se identifica e é identificado, nas diversas relações sociais. Se ser um "desempregado" é, antes de mais nada, ser reconhecido e reconhecer-se como trabalhador, esse reconhecimento pode variar em graus diferenciados e, nem por isso, menos pertinentes. Assim, pode-se ser "mais" ou "menos" desempregado, isto é, mais ou menos reconhecido "por si mesmo" e "por outrem" como um trabalhador que está privado de trabalho ou emprego segundo o modo pelo qual se reconhece e se identifica nos indivíduos esses diferentes "estatutos". Essa privação, portanto, será considerada mais ou menos legítima, mais ou menos reconhecida, por si mesmo ou por outrem, de acordo com o modo de constituição dessas relações sociais na vida social em geral e na experiência biográfica de um indivíduo em particular. Assim, um chefe de família é mais freqüentemente reconhecido como um desempregado do que um não chefe, um jovem, por exemplo, ou uma mulher. As diversas relações sociais nas quais o indivíduo está inserido constituem de maneira complexa seu "estatuto social", sua condição no mundo social, implicando-o mais ou menos intensamente no trabalho remunerado ou em outras atividades sociais.

As relações sociais e os estatutos não diretamente decorrentes das atividades e do espaço econômicos, que definem os indivíduos de modos diversos (como "provedores, não provedores", "chefes de família, não chefes", "donas de casa[259]", "pais, mães, filhos", "estudantes, aprendizes", etc.) contribuem, deste modo, para redefinir esse "estatuto econômico" e a própria noção de "privação de trabalho". Nestes termos, a experiência, individual ou coletiva, é complexamente determinada por um conjunto de relações que se articulam e se hierarquizam nos

[259] Expressão que se apresenta "naturalmente" no feminino, sem equivalência no masculino e que, por isso mesmo, cristaliza, em nível da linguagem, as relações de gênero social e historicamente construídas.

espaços sociais concretos. As classificações em termos estritamente econômicos, nas quais os indivíduos são definidos como trabalhadores (ativos) ou não trabalhadores (inativos), como empregados ou ocupados (ativos ocupados) ou desempregados (ativos não ocupados), são modos de categorização e sistemas de classificação abstratos. Na atividade social concreta, o processo de categorização e as classificações reais realizadas pelos atores sociais se apóiam, em graus diferenciados, em um conjunto complexo de relações e estatutos sociais disponíveis. O próprio recurso a esses estatutos diversos e aos seus respectivos critérios de classificação não ocorrem aleatoriamente, mas segundo a dinâmica das relações sociais em um determinado contexto histórico e biográfico.

O modo oficial de categorização da privação de trabalho, do "desemprego", ao definir e reduzir a condição individual a partir de um espaço social específico, o espaço econômico, o faz também a partir de uma certa estimativa de configuração desse mesmo espaço, supondo, por exemplo, a referência prioritária ao "emprego estável" como forma típica de ocupação. Esse modo oficial de categorização não é apenas abstrato e reducionista. Ele não cumpre apenas uma função classificatória, de conhecimento e reconhecimento da realidade social. Ele tem também um caráter normativo, pois o conhecimento e as classificações que ele veicula são generalizadoras, pretendem enquadrar o conjunto dos atores sociais, regulando suas condutas individuais e orientando as instituições públicas em suas políticas e ações concretas. É essa função regulatória e sua pretensão generalizadora e unificadora que dá a esse modo de categorização seu caráter "oficial". É preciso, pois, insistir que esse modo de categorização unifica o que é diverso, constitui em uma "totalidade" o que é construído a partir de um certo ponto de vista sócio-histórico-político-institucional que se cristaliza e se estabiliza nas categorias estatísticas (população ativa, população inativa, população ocupada, população desempregada, etc.).

Entre os trabalhadores que apresentam trajetórias não precárias socialmente, dotados de melhores recursos materiais e simbólicos e caracterizados, sobretudo, por níveis mais elevados de formação sócio-profissional, a privação de trabalho assume uma configuração específica em suas formas sociais e nas experiências individuais.

Também entre estes trabalhadores, observou-se níveis consideráveis de instabilidade ocupacional, muitas trajetórias apresentando uma forte rotatividade no emprego. No entanto, constatou-se a existência de uma privação voluntária de trabalho, o "desemprego voluntário", como um traço comum a um grande número de trajetórias ocupacionais. Este desemprego voluntário também está presente entre os trabalhadores socialmente mais precários. Mas é no

interior deste grupo mais favorecido socialmente que este tipo de desemprego aparece em suas características mais salientes. Na busca de melhores condições ocupacionais e salariais em suas trajetórias ascendentes, muitos trabalhadores pedem demissão de seus empregos, ou negociam uma demissão supostamente involuntária a fim de receberem as indenizações trabalhistas, passando por períodos mais ou menos significativos de privação de emprego. Freqüentemente motivados por suas formações e expectativas profissionais, estes indivíduos estimam poder melhorar suas perspectivas futuras no mercado de trabalho. De fato, tais práticas colocam em xeque a qualidade das ocupações e postos de trabalho nos quais estes indivíduos estavam inseridos. A recorrência desse tipo de prática revela que essa "qualidade" é um fator decisivo na estruturação da conduta dos indivíduos, sobretudo aqueles que apresentam níveis mais elevados de formação sócio-profissional e maiores expectativas em relação aos seus empregos. O desemprego voluntário, neste caso, constitui-se em uma clara estratégia de resistência dos trabalhadores às sofríveis condições ocupacionais por eles encontradas. Logo, a rotatividade no emprego não é apenas o resultado da iniciativa dos empregadores que procurariam evitar custos futuros na demissão dos trabalhadores. Ela seria o produto também da iniciativa dos próprios trabalhadores. Obviamente, tais práticas são favorecidas em conjunturas econômicas de crescimento e restringidas em conjunturas de crise. Observou-se que muitos trabalhadores, ao recorrerem a este tipo de prática, acabaram experimentando períodos prolongados de privação de trabalho. Na ocasião da demissão, estes trabalhadores não tinham uma avaliação "realista" das mudanças que estavam ocorrendo no mercado de trabalho durante a década de noventa, tendo sido surpreendidos por uma situação inusitada e prolongada de privação de trabalho.

A instabilidade ocupacional observada em algumas trajetórias revela que esses trabalhadores não precários também conheciam ou conheceram formas cíclicas de privação de trabalho. Em geral, porém, esse desemprego cíclico é menos freqüente neste grupo. Além do recurso a um desemprego voluntário, dada a perspectiva de melhorar e ascender profissionalmente, observa-se também entre estes trabalhadores uma maior disponibilidade de recursos, econômicos e profissionais, destinados não apenas para enfrentar o período de privação de trabalho como também para obter um novo emprego. Em geral, estes trabalhadores são dotados de um maior nível de "empregabilidade", dadas as características atuais do mercado de trabalho.

No entanto, ao longo dos anos noventa, a instabilidade ocupacional vai adquirindo novas características. Ela não expressa apenas um certo nível de rotatividade no emprego, presente também entre os trabalhadores mais escolarizados e qualificados. Ela passa a ser a expressão de

um novo processo de flexibilização e precarização das relações de trabalho, dos vínculos contratuais, no contexto de emergência de um novo marco regulatório. Em uma conjuntura de crise econômica, essas mudanças geraram novas formas de instabilidade e insegurança para alguns trabalhadores que viveram novas formas de privação de trabalho marcadas pela oscilação do trabalho e pela precarização de suas condições de remuneração. O resultado desse quadro é uma privação parcial de trabalho ou emprego, um "desemprego parcial", freqüentemente vivido em um processo de precarização das condições de vida. Esse desemprego parcial, incerto, fluido, marcado por referências diversas, tanto ao emprego estável como ao trabalho autônomo, constitui um caso limite de um processo mais recente e peculiar de dissolução institucional das fronteiras do desemprego.

Estas novas formas e relações de trabalho não são mais aquelas que remetem à informalidade, às atividades situadas às margens do trabalho assalariado formal e protegido como sempre aconteceu com os trabalhadores socialmente precários. Estas novas formas de trabalho estão diretamente vinculadas às novas formas institucionais reconhecidas e oficiais; elas representam uma profunda reconfiguração do cenário econômico e das relações de trabalho. Esse "novo desemprego" está repleto de ambigüidades típicas de um contexto social marcado por profundas transformações dos "modelos" sociais e institucionais que regem as relações de trabalho.

Entre alguns trabalhadores que recorrem a formas autônomas de trabalho ou à constituição de pequenos negócios, também se pôde observar as ambigüidades da privação de trabalho no Brasil. Algumas dessas experiências continuam claramente orientadas em torno da norma do emprego. Outras, porém, afastam-se desta, emergindo um tipo de privação de trabalho difícil de caracterizar, pois a atividade econômica dos indivíduos nela implicados aproxima-se mais da figura do "empresário", do "empreender", do que do "trabalhador". Onde começa e onde termina a "privação de trabalho" neste caso? Esse empresário ou empreendedor não está à procura de trabalho ou emprego, ele está envolvido com seu "negócio", com a organização de seu empreendimento, com o seu planejamento, com a sua gestão. Se o negócio ainda não está em funcionamento, ele prepara, planeja, organiza. Se o negócio já está em funcionamento, ele administra, faz a gestão. A obtenção de um rendimento desse negócio pode ser um critério para avaliar a privação de trabalho, mas não se trata de um critério suficiente ou mesmo preciso. Na verdade, a privação de trabalho pode se manifestar tanto como privação de rendimento, como privação de atividade. Em qualquer situação, o indivíduo não consegue obter de sua atividade, de seu trabalho como empreendedor, condições satisfatórias. Esta forma de privação de trabalho

também supõe uma certa crise da categoria "desemprego", pois os critérios oficiais não são claramente aplicáveis nestes casos. Trata-se de uma privação de trabalho que resta em grande parte invisível oficialmente e referida a outros critérios que não os oficiais.

Observável, sobretudo, entre as mulheres, mas também entre os jovens e os trabalhadores mais idosos, pôde-se identificar ainda um desemprego periférico, também relacionado com o processo de instabilidade ocupacional, mas que é aqui assim definido levando em consideração um critério de classificação exterior ao espaço econômico: a condição de não provedor ou de provedor secundário. Desta maneira, esse desemprego periférico manifesta-se como uma privação de trabalho mais rotineira, menos ressentida objetiva e subjetivamente, dado que o trabalho não ocupa um lugar tão central na experiência de vida dos indivíduos nele implicados. Esse desemprego periférico é, de certa forma, o resultado de um processo de inserção e experiência periférica do próprio trabalho. A instabilidade e precariedade do trabalho entre esses trabalhadores não vulneráveis socialmente, sobretudo no caso das mulheres, favorecem uma relação mais intensa, objetiva e subjetivamente, a outras atividades ou estatutos, como é o caso das "donas de casa" e das "mães", ou ainda dos "jovens" em seus "estudos". Nos casos em que esses indivíduos podem contar com a presença de um provedor principal no grupo familiar, em geral um homem recebendo salários razoáveis, essa condição periférica torna-se ainda mais sedimentada.

Logo, diferentemente do que acontece com os trabalhadores mais precários socialmente, uma distância muito expressiva entre os padrões de inserção masculinos e femininos no mercado de trabalho, com fortes diferenças em termos de qualidade das ocupações e das condições de remuneração, pode levar a uma acentuada desigualdade de gênero, à sedimentação dessas formas periféricas de trabalho e de privação de trabalho e à estabilização de um padrão tradicional de divisão sexual do trabalho.

É neste contexto que os jovens mais favorecidos socialmente vivem um "desemprego de inserção", muitas vezes marcado por um prolongamento contínuo do processo de formação profissional. Esse investimento em formação, esse prolongamento dos estudos é, antes de mais nada, o produto de um mercado de trabalho saturado, competitivo e carente de boas oportunidades de emprego. Com muita freqüência, as oportunidades que existem são instáveis e provisórias, colocando esses indivíduos, mais uma vez, em um jogo de referências ambíguas que oscilam entre o emprego estável e o investimento em formação, passando pelas formas instáveis, temporárias e provisórias de trabalho. É no curso das próprias transformações sociais que se saberá se essas novas formas de trabalho se tornarão rotineiras (em sua instabilidade), tornando-

se a referência principal para os indivíduos em suas inserções no mundo profissional. Se este for o caso, a própria noção de desemprego passará a deixar de fazer sentido, dissolvendo-se, desintegrando-se. Neste caso, a norma ou a referência ao emprego estável terá definitivamente sucumbido.

No sentido contrário às formas acima relatadas, observou-se também um "tipo clássico de privação de trabalho", experimentado, sobretudo, pelos trabalhadores que apresentam trajetórias mais estáveis e fortes vínculos com suas atividades profissionais e com suas empresas. Este "desemprego clássico" é construído em torno do emprego estável como referência central, supondo ainda uma forte relação com o trabalho como "ofício" e uma forte integração do indivíduo no espaço profissional e na empresa. Normalmente, os limites e fronteiras dessa privação de trabalho são objetiva e subjetivamente nítidos e claramente definidos, implicando os indivíduos em experiências marcadas por um considerável sofrimento pessoal. A experiência desse tipo de desemprego não é uma prerrogativa masculina, como suporia uma certa representação tradicional do trabalho e do desemprego. As mulheres também estão cada vez mais implicadas neste desemprego clássico, o que expressa as profundas transformações pelas quais vêm passando o trabalho e o espaço profissional.

Neste grupo não precário de entrevistados, observou-se uma divisão sexual do trabalho menos nítida no espaço profissional. Porém, a divisão sexual do trabalho doméstico mostrou-se recorrente, as mulheres assumindo prioritariamente o trabalho e as responsabilidades domésticas. Em alguns poucos casos, observou-se uma participação mais ativa dos homens. Em geral, ou os homens não participam da partilha do trabalho doméstico ou, quando participam, apenas "ajudam" em algumas tarefas. Neste último caso, mesmo que essa ajuda represente uma mudança importante nos padrões tradicionais de divisão sexual do trabalho, a participação masculina mostra-se ainda periférica. Tal fato tem importantes repercussões sobre a inserção dos indivíduos na atividade econômica remunerada, interferindo tanto objetivamente na disponibilidade de tempo para distribuir entre as diversas atividades como na construção da identidade e subjetividade individual. Nestes termos, as qualidades específicas construídas em torno do mundo doméstico, o cuidar, o educar, por exemplo, tornam-se periféricos na constituição da identidade e subjetividade masculinas.

Portanto, o trabalho doméstico afeta diretamente a participação das mulheres no trabalho remunerado e nas situações de privação de trabalho. Observou-se que muitas delas apresentam trajetórias nitidamente marcadas pela descontinuidade, sendo sempre evocada a necessidade de dar conta das responsabilidades domésticas. Aliás, estas interrupções são mais freqüentes e mais

longas entre as mulheres mais favorecidas socialmente. Tal fenômeno deve-se ao fato de que estas mulheres, gozando de condições econômicas mais favoráveis e estáveis, preferem muitas vezes investirem-se prioritamente no espaço doméstico, tendo em vista as condições instáveis e precárias de ocupação a que estão sujeitas. Portanto, a precariedade do trabalho remunerado produz o efeito de reforçar a divisão sexual tradicional do trabalho.

A maior parte das mulheres entrevistadas, porém, encontram alternativas para dar conta das responsabilidades domésticas. As entrevistadas foram quase sempre taxativas em afirmar que estas responsabilidades domésticas não as impedem de trabalhar. Porém, a gestão desse problema está quase sempre sob o seu encargo. Assim, ou elas próprias realizam boa parte das tarefas domésticas fora do horário do trabalho remunerado, o que implica a clássica dupla jornada de trabalho, ou elas transferem essas atividades para outras mulheres, mediante pagamento ou não desses serviços. O recurso às empregadas domésticas e às faxineiras é freqüente entre as mulheres mais favorecidas socialmente, assim como a utilização de creches e escola privadas.

Por todas essas razões, as responsabilidades domésticas não chegam a prejudicar a disponibilidade dessas mulheres para a procura de emprego durante os perídos de privação de trabalho. No entanto, a privação de trabalho implica, em geral, um acréscimo de trabalho doméstico. O espaço e o trabalho domésticos constituem-se, naturalmente, como situações regulares e legítimas às quais as mulheres estão vinculadas enquanto mães, esposas e donas de casa. Tal fato tem importantes implicações subjetivas nas experiências de privação de trabalho.

Neste grupo de entrevistados, caracterizados por condições sociais mais favoráveis, observou-se um conjunto diferenciado de dimensões presentes na relação subjetiva que os indivíduos estabelecem com o seu trabalho. Ainda que seja freqüente uma relação de tipo mais instrumental, novas dimensões subjetivas são observadas.

Muitos entrevistados, homens ou mulheres, mantêm uma forte relação com o trabalho como ofício, o que, em geral, os implicou tanto em um forte investimento em formação profissional como também em um forte investimento em suas carreiras profissionais. Aliado a isso, trajetórias mais longas e estáveis em uma mesma empresa criam as condições objetivas e subjetivas ideais de uma forte relação com o trabalho. Normalmente, estão presentes nestas experiências outras dimensões significativas, como a segurança econômica, o reconhecimento profissional e a existência de laços e vínculos pessoais. Logo, as experiências de privação de trabalho são marcadas por rupturas muito fortes e traumáticas, sobretudo quando a chegada do desemprego é inesperada. Um forte sofrimento pessoal é muito freqüente entre esses indivíduos, pois nele expressa-se esse conjunto de dimensões e significados associados às suas experiências

de trabalho. Em geral, as narrativas desses entrevistados giram muito intensamente em torno do universo profissional, das atividades e qualificações no trabalho, das relações com os colegas e com a empresa, do mesmo modo que as narrativas das experiências de privação de trabalho giram em torno ou da procura de emprego, das buscas e tratativas de reencontrar um lugar no mercado de trabalho, ou de um processo de reciclagem profissional, de reinvestimento em formação. Estes indivíduos orientam quase sempre suas práticas em torno da norma do emprego estável, o que faz com que suas definições das condições de privação de trabalho sejam muito claras e precisas. Mesmo afastados da procura de emprego, seja realizando atividades de formação, seja realizando outras atividades remuneradas, muitos desses indivíduos continuam se definindo claramente como "desempregados".

Esses indivíduos também mobilizam mais freqüentemente a própria categoria "desemprego" para expressar suas condições de privação de trabalho, ainda que este "desemprego" não implique esses indivíduos em um estatuto específico, reconhecido socialmente como legítimo. Logo, ser um desempregado não é algo do qual se possa sentir orgulho, mobilizar recursos, assegurar direitos. O desemprego é institucionalmente frágil no Brasil. Os trabalhadores brasileiros enfrentam a privação de emprego de maneira muito individualizada. Para alguns entrevistados, trata-se mesmo de um rótulo que é melhor evitar. Neste caso, ser um desempregado é, de fato, um pouco vergonhoso. O desemprego é associado a uma situação de fracasso pessoal, de fragilidade social, de desqualificação profissional, o que é típico das classes sociais menos favorecidas. Sobretudo para alguns homens, essa experiência do desemprego como vergonha só pode resultar em tentativas de se manter ocupado, trabalhando, mesmo que essas ocupações sejam bicos e atividades provisórias. O desemprego é aqui representado como um signo de inferioridade social, de fracasso pessoal e expressa a ausência ou a fragilidade de referências sociais e institucionais positivas em torno da proteção aos desempregados. Não há nem a idéia nem a ação institucional concreta que tornem o desempregado um sujeito de "direitos" e "reconhecimentos".

Apesar dessa individualização das experiências de privação de trabalho, os recursos econômicos e intelectuais disponíveis por estes indivíduos criam condições favoráveis no seu enfrentamento. Eles dispõem não apenas de recursos econômicos suficientes para agüentar a privação durante um longo período, como dispõem também de recursos intelectuais e profissionais que podem ser mobilizados para buscar novas alternativas no mercado de trabalho ou para reinvestir na formação de "novos recursos".

Observou-se, por outro lado, que as experiências de privação de trabalho são, em alguns casos, acompanhadas de um forte questionamento do lugar e do estatuto do trabalho e da atividade profissional na vida desses indivíduos. O desemprego, neste sentido, torna-se uma experiência na qual o próprio sentido da atividade profissional sofre um intenso processo de re-significação, tendo em vista o sofrimento inicial ocasionado pelo impacto da demissão. Com freqüência, esses indivíduos evocam a idéia de que concediam importância demais às suas atividades profissionais e às empresas onde trabalhavam, em detrimento de suas vidas pessoais e familiares. A chegada do desemprego, a demissão, é, pois, lida por esses indivíduos como um indicador de que não havia uma adequada contrapartida da empresa, de que eles não eram igualmente valorizados nessa relação. O resultado desse desencantamento, do sentimento de traição, é essa tentativa de recolocar o trabalho em outro patamar na hierarquia dos valores pessoais. Nesse sentido, alguns indivíduos parecem seguir a direção de um maior recolhimento à vida privada e doméstica.

Observou-se que as relações de gênero são decisivas na estruturação dessa relação com o espaço doméstico e com a vida privada. Esse recolhimento e investimento na vida familiar ajudaram alguns indivíduos a melhor enfrentar a privação de trabalho, o que é particularmente o caso de algumas as mulheres. Se, por um lado, o trabalho doméstico absorve o trabalho feminino e, às vezes, contribui para tornar invisível uma situação de privação de trabalho vivida prioritariamente neste espaço, por outro lado, essa experiência peculiar pode contribuir também positivamente para superar a situação de privação de trabalho, proporcionando atividades para essas mulheres, acolhimento emocional e preenchendo, pelo menos em parte, suas vidas. Além disso, a proximidade subjetiva com esse espaço e o recurso ao estatuto alternativo de dona de casa e mãe também funcionam como fatores protetores para algumas mulheres. Entre os homens esses elementos objetivos e subjetivos estão raramente presentes. Ao contrário, a simples presença no lar é freqüentemente percebida e sentida como um fator de vergonha, como a negação de sua identidade de trabalhador e provedor, construída no masculino.

Observou-se, porém, uma experiência masculina extremamente positiva nessa relação com o espaço doméstico. Para o referido entrevistado, essa presença representava e era vivida como liberdade, a possibilidade de desfrutar certos prazeres, de poder fazer o que se gosta. Tratava-se de um homem mais velho, aproximando-se do período de aposentadoria e que tivera uma longa trajetória ocupacional como operário qualificado. A posição no ciclo de vida, uma trajetória árdua de intensa dedicação ao trabalho e as baixas perspectivas de encontrar um novo emprego, além de poder contar com a atividade remunerada da esposa, eram fatores que

contribuíam para que este entrevistado nutrisse uma nova relação consigo mesmo e com a vida. O trabalho remunerado perdera o significado que tivera anteriormente e a vida pessoal e familiar ganharam relevo. Neste sentido, tal experiência indica que as relações de gênero passam por importantes mudanças, implicando alguns homens em uma nova relação não só com o trabalho remunerado, mas também com o trabalho e o espaço doméstico.

Ao mesmo tempo, mesmo para as mulheres que nutriam uma relação positiva com o espaço e o trabalho doméstico, constatou-se que a atividade profissional representava para elas algo que não poderia ser substituído. Particularmente para uma entrevistada que tivera uma longa trajetória profissional e elevada qualificação, as atividades domésticas ajudavam bastante a enfrentar o desemprego, mas não preenchiam o "vazio" deixado pela falta da atividade profissional. Neste caso, emblemático em todos os sentidos, a privação de trabalho não era vivida apenas como uma privação de emprego, de renda, de um estatuto reconhecido, de vínculos e relações. Esta privação era, sobretudo, a privação de uma atividade significativa em seu conteúdo, intelectualmente e emocionalmente rica para a entrevistada.

Para os entrevistados que possuíam trajetórias estáveis e dotados de menor qualificação profissional e menores recursos em termos de formação, as experiências de privação de trabalho os remeteram diretamente na direção de um processo de vulnerabilização social, em trajetórias descendentes. Por isso, essas experiências eram administratadas no sentido de reduzir o impacto negativo de desemprego em termos econômicos. Estes indivíduos aceitaram ou estavam dispostos a aceitar qualquer trabalho ou emprego. Em geral, eles vislumbravam um futuro sem perspectivas profissionais compatíveis com o passado. A queda do padrão de vida material tornou-se para eles uma realidade inevitável. Nestes casos, a relação subjetiva com o trabalho remunerado manifestava-se principalmente como uma relação com o estatuto do emprego estável e a segurança econômica correspondente. A experiência de privação de trabalho era vivida como a perda dessa segurança e desse estatuto social.

Para alguns desses trabalhadores, sobretudo quando estavam ocupados, as possibilidades de investirem em formação e qualificação profissional eram remotas, pois não dispunham nem do tempo nem dos recursos econômicos para isso. Neste sentido, as experiências de privação de trabalho são freqüentemente vividas na impossibilidade de superar os déficits acumulados. O circulo vicioso entre baixa formação, desemprego e ocupação precária parece dificultar enormemente a ruptura desse quadro de vulnerabilidade no mercado de trabalho.

Para os trabalhadores, sobretudo mulheres, que nutriam uma relação mais instrumental com o trabalho, mas dele obtendo não apenas um rendimento, mas também o sentido de

autonomia e independência pessoal, as experiências de privação de trabalho eram mais fortemente estruturadas pela posição que ocupavam no grupo familiar.

Entre as mulheres submetidas a formas periféricas de trabalho, as experiências de privação de trabalho oscilavam entre o trabalho doméstico, a procura de emprego e o investimento em formação. Apesar de não vislumbrarem melhores perspectivas no mercado de trabalho, essas mulheres atribuíam uma enorme importância ao trabalho remunerado. As interrupções nas trajetórias ocupacionais, o abandono do emprego, sempre foram, para elas, muito mais uma necessidade e uma exigência de suas circunstâncias de vida do que uma verdadeira escolha. Nestes termos, pode-se presumir que quase todas essas mulheres permaneceriam e investiriam-se prioritariamente no espaço profissional se tivessem boas oportunidades de emprego em termos de remuneração, condições de trabalho e estabilidade no vínculo. Em geral vividas em uma situação de forte proximidade com o trabalho e o espaço domésticos, suas experiências de privação de trabalho não implicam o grau de sofrimento e ruptura observados entre os indivíduos que apresentavam elevada qualificação e estabilidade no emprego.

Na medida, porém, que algumas mulheres assumem mais intensamente e, às vezes, exclusivamente, o papel de provedoras de seus grupos familiares, constatou-se que as experiências de privação de trabalho tornam-se mais difíceis e problemáticas para elas. Essas experiências se aproximam, pois, do modelo clássico de desemprego, cuja figura emblemática é, geralmente, um homem, adulto, pai, chefe de família. As experiências femininas de privação de trabalho são cada vez mais subjetivamente definidas a partir dessa condição de provedor do grupo familiar. Tal fato expressa uma importante mudança nas relações de gênero e na definição dos papéis sexuais.

Logo, se, por um lado, os modos de categorização mobilizados pelos indivíduos deste grupo para definir suas experiências de privação de trabalho tomam como referência central a norma do emprego e, particularmente, do emprego estável, por outro, é possível identificar outras referências importantes, não apenas o trabalho autônomo e os pequenos empreendimentos, como também o trabalho e as responsabilidades domésticas. Nos modos de categorização construídos pelos indivíduos, estas referências vão se organizar e se hierarquizar segundo a posição que ocupam nas relações sociais. É a partir desses critérios que as experiências vão ser consideradas mais ou menos significativas pelos próprios indivíduos.

Um desemprego de tipo clássico é compatível com um modo de categorização que toma como referência tanto o emprego regular, a estabilidade no vínculo, como o papel de provedor

principal do grupo familiar. A combinação desses fatores, alidados a uma forte relação com o trabalho como ofício exercido em uma empresa, implica, geralmente, os indivíduos em experiências mais intensas e difíceis de privação de trabalho.

Na medida em que a referência à estabilidade do trabalho ou emprego vai se tornando mais fluida e na medida em que a posição do indivíduo no provimento do grupo familiar torna-se menos importante, o sentido atribuído às experiências de privação de trabalho vai se tornando também mais frágil e fluido. Nesse sentido, o desemprego periférico de algumas mulheres ou jovens define-se tanto pela posição secundária no provimento da família como pela posição periférica no espaço econômico. Para os próprios indivíduos em questão, a experiência de privação de trabalho é vivida a partir da fragilidade e fluidez desses dois sistemas de referência.

Finalmente, é preciso insistir que as experiências de privação de trabalho no Brasil constroem-se a partir de múltiplos sistemas de referência que podem combinar de maneiras diversas, segundo a posição dos indivíduos no espaço de relações sociais. Essas experiências, portanto, serão construídas a partir de uma dinâmica histórica e biográfica nas quais as atividades individuais e coletivas, reciprocamente orientadas, vão configurando e reconfigurando essas relações sociais. Os recursos materiais e simbólicos acumulados, mobilizados e em processo de aquisição não só definem as posições no espaço de relações sociais, mas também as deslocam, as redefinem e, às vezes, as transformam no curso da dinâmica histórica e biográfica.

A própria privação de trabalho pode ser definida como uma perda de recursos que modifica a posição dos atores sociais em suas relações. Tal perda pode resultar tanto em um processo de subordinação e inferiorização dos indivíduos em suas relações sociais, como pode resultar em estratégias de reconversão de recursos e em um reposicionamento mais favorável desses indivíduos no mundo social.

De um modo geral, o crescimento da privação de trabalho no Brasil, expresso tanto nas taxas de desemprego como nas experiências subjetivas dos desempregados, indica uma fragilização da classe trabalhadora em todos os seus níveis, com maior ou menor formação sócio-profissional, implicando uma maior vulnerabilidade social e insegurança econômica. No entanto, é preciso registrar que o que era rotina para os setores mais vulneráveis dessa classe trabalhadora, torna-se presença constante também para os segmentos mais qualificados e estáveis. O que é, pois, peculiar no processo de emergência do desemprego no Brasil é a vulnerabilização desses segmentos historicamente mais estáveis e seguros, sua fragilização ou "desfiliação".

Ao mesmo tempo, essa vulnerabilidade é particularmente mais forte entre as mulheres. Por isso, o avanço da privação de trabalho é a face mórbida do processo de ampliação da

atividade feminina. Se, por um lado, esta atividade é portadora de um processo de liberação e auto-construção das mulheres como sujeitos autônomos, por outro lado, observa-se que esse processo e essa luta são profundamente ambíguos, implicando novas formas de subordinação das mulheres nas relações sociais de gênero. Essa subordinação, expressa-se tanto na atribuição prioritária às mulheres do trabalho e das responsabilidades domésticas como em suas formas periféricas e precárias de inserção profissional. O desemprego feminino é a expressão desse processo e dessas tensões. As mudanças perceptíveis nas relações de gênero estão, ao mesmo tempo, constituídas de traços tradicionais, de desigualdade e assimetria, que persistem e permanecem.

Cabe registrar, finalmente, que a construção de um discurso sobre a privação de trabalho e o desemprego no Brasil é, ele próprio, o efeito de relações sociais em curso. Neste sentido, a distinção entre dois modos distintos de categorização da privação de trabalho[260], a categorização analítica, proposta pela ciência, e a categorização prática, operada pelos atores sociais na vida social concreta, é pertinente apenas em parte, enquanto processo de ruptura epistemológica na construção do conhecimento científico. Sua pertinência decorre da necessidade epistemológica de distinguir o "processo de conhecimento" do "processo sócio-histórico" propriamente dito. Vale registrar, porém, que o processo de conhecimento é, ele próprio, histórico e social. Por isso, todo modo de categorização da realidade social, inclusive a científica e, no interior desta, a sociológica, é prática de um certo modo.

Mas, qual é o sentido de uma tal constatação? Não se trata apenas de reconhecer que o modo científico e, particularmente, sociológico de categorização da realidade social é parcial, relativo, e, acima de tudo, construído a partir de posições específicas no espaço de relações sociais. Trata-se de identificar o ponto ou os pontos de vista a partir dos quais a observação torna-se relevante e significativa social e culturalmente. Ora, a privação de trabalho, o desemprego, não é um problema social em geral, abstrato, mas um problema dotado de especial significação para determinados atores sociais específicos: para o poder público, para as instituições científicas, para os trabalhadores e seus órgãos de representação, para os desempregados, para o empresários, para os políticos, para os "ativistas" ou militantes sociais, para os religiosos, para os integrantes de movimentos e ONGs, para os assistentes sociais, para os atores das ações beneficientes, etc. Certamente, esses diversos atores percebem e representam a questão da privação de trabalho de pontos de vistas muito distintos.

[260] Conforme Demazière (2003).

Por isso, ao sublinhar-se essa dimensão sociológica do conhecimento do fenômeno da privação de trabalho e do desemprego no Brasil, não se pretende apenas propor e legitimar uma certa sociologia do desemprego, mas identificar as premissas e as conseqüências propriamente epistemológicas de um tal ato de conhecimento. Se uma prática científica enquanto prática de conhecimento é uma prática social peculiar, é porque ela se constrói a partir de uma lógica interna – segundo os parâmetros do método científico e os valores orientados em torno da busca da verdade – e de uma lógica externa – segundo os parâmetros da prática política e dos valores sociais correntes. Ora, o conhecimento científico como atividade cultural não tem sentido apenas como atividade que se orienta par alcançar a verdade. O ato cultural de buscar a verdade tem sentido apenas na medida em que tem também como referência outros valores sociais, externos ao campo científico.

Nestes termos, uma observação se impõe. A privação de trabalho é um problema social e sociológico relevante na medida em que coloca em xeque não apenas a reprodução material de determinados indivíduos ou grupos sociais, como supõem, em princípio, todos aqueles atores referidos acima. Também está em questão o modo pelo qual os "atores" ou "sujeitos" sociais se constituem e estabelecem relações entre si; hierarquizando-se no espaço social, estabelecendo seus laços de integração ou suas lutas e conflitos.

Por todas essas razões, a privação de trabalho converte-se em um objeto peculiar de investigação na medida em que "os sujeitos" dessa privação são levados a narrar suas próprias experiências, dando a elas visibilidade e afirmando sua própria condição de sujeitos. É na medida em que estes sujeitos podem legitimamente se manifestar e agir sobre o mundo, não só para afirmarem-se como "sujeitos", mas também para negarem-se enquanto sujeitos de uma suposta privação de trabalho que o discurso científico encontra toda sua pertinência. Neste momento, este discurso nega-se como produto de um sujeito autônomo, funde e difunde suas categorias nos discursos práticos, nativos; nega-se como ruptura e afirma-se como reencontro, diálogo. No final das contas, trata-se, o processo de conhecimento, de um processo de diálogo e relação entre sujeitos. É da constituição e desconstituição de sujeitos que se trata.

O que está em processo e em questão não é apenas a afirmação de identidades específicas construídas em torno do trabalho e de sua privação, mas a possibilidade de se construir novas identidades para além do trabalho, sem mesmo que sua privação faça qualquer sentido. O ato de conhecer é, pois, ao mesmo tempo, um ato positivo e um ato negativo, um ato que recorre às formas históricas concretas e um ato que recorre a formas puramente imaginárias. A sociologia é, pois, parte de um processo de constituição de sujeitos e de relações entre sujeitos. As implicações

de um tal processo não são apenas epistemológicas e científicas, mas também sociais, políticas e culturais. Os modos científicos de categorização da realidade social constituem, pois, essa realidade. Nestes termos, o processo e os resultados da ciência são também meios para um diálogo entre diferentes sujeitos e seus respectivos modos de categorização do mundo social.

BIBLIOGRAFIA

ALEXANDER, Jeffrey. O novo movimento teórico. *RBCS*. No. 4. São Paulo ANPOCS, 1987.

ALEXANDER, Jeffrey. A importância dos clássicos. In: GIDDENS, A. & TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo, UNESP, 1999.

ALEXANDER, Jeffrey. *La réduction. Critique de Bourdieu*. Paris, Cerf, 2000.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1992.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho*. São Paulo, Boitempo Editorial, 1999.

ANTUNES, Ricardo. *Adeus ao trabalho. Ensaios sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez, 1995.

APPAY, Béatrice. Précarisation sociale et restructurations productives. IN: APPAY, Béatrice & THÉBAUD-MONY, Annie. *Précarisation sociale, travail e santé*. Paris, IRESCO/CNRS, 1997.

APPAY, Béatrice. *La dictature du succès. Le paradoxe de l'autonomie contrôlée et de la précarisation***,** Paris, L'Harmattan, 2005.

APPAY, Béatrice & THÉBAUD-MONY, Annie. *Précarisation sociale, travail e santé*. Paris, IRESCO/CNRS, 1997.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1997.

ARENDT, Hannah. *Condition de l'homme moderne.* Paris, Pocket, 1994.

AURÉLIO BUARQUE DE HOLANDA FERREIRA. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa.* 2ª edição. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.

AZEVEDO, Beatriz. Algumas questões em torno da produção não capitalista urbana. *Ensaios FEE, 4(2).* Porto Alegre, 1984: 25 – 37.

AZEVEDO, Beatriz . Setor informal e formas de participação na produção. *Ensaios FEE, 4(2).* Porto Alegre, 1984: 185 – 194.

AZEVEDO, Beatriz. O setor informal. IN: *A Economia Gaúcha e os anos 80*. Tomo 1. FEE. Porto Alegre.

AZEVEDO, B., VERGARA, D. e TAGLIASSUCHI, M. Indicadores de emprego e desemprego: uma avaliação das fontes. *Ensaios FEE.* Ano 4. Nº 1. Porto Alegre, 1983: 111 – 150.

AZEREDO, Beatriz. Políticas públicas de emprego no Brasil: limites e possibilidades. In: *Reforma do Estado & Políticas de emprego no Brasil*. Instituto de Economia. UNICAMP. Campinas, 1998.

AZEREDO, B. e RAMOS, C.A. Políticas públicas de emprego : experiências e desafios. *Planejamento e Políticas Públicas.* Nº 12. Junho/Dezembro, 1995 : 91 – 114.

BALTAR, P.E., DEDECCA, C. e HENRIQUE, W. Mercado de trabalho e exclusão social no Brasil. *Revista Latinoamericana de Sociologia del Trabajo.* Estructura y Desafios del (Des) Empleo. Año 2. Nº 2. ALSTRA. 1996 : 9 – 28.

BALTAR, P.E. e PRONI, M.W. Flexibilidade do trabalho, emprego e estrutura salarial no Brasil. *Cadernos do CESIT*. Nº 15. Campinas, Instituto de Economia/Unicamp. Julho. 1995.

BARBOSA, Alexandre de F. O mercado de trabalho brasileiro pós-1990 : mudanças estruturais e o desafio da inclusão social. *Seminário Internacional : Empleo, Desempleo y Politicas de Empleo en el Mercosur y la Union Europea.* 18 – 20 agosto. Buenos Aires, 2004. 24pp.

BEAUD, Stéphane & WEBER, Florence. *Guide de l'enquête de terrain*. Paris, La Découverte/Repères, 1997.

BEAUVOIR, Simone de. *Le deuxième sexe. I e II.* Paris, Gallimard, 1999. [1ère éd. 1949]

BECKER, Howard S. *Outsiders*. Paris, Métailé, 1985.

BELL, Daniel. *O advento da sociedade pós-industrial*. São Paulo, Cultrix, 1977.

BERGER, P. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis, Vozes, 1998.

BERTAUX, Daniel. *Les récits de vie.* Paris, Nathan, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

BOUDON, Raymond. *Effets pervers et ordre social*. Paris, Presses Universitaires de France, 1993.

BOUDON, Raymond. *A ideologia*. São Paulo, Ática, 1989.

BOUDON, R. & BOURRICAUD, F. *Dicionário crítico de sociologia*. São Paulo, Atica, 1993.

BOURDIEU, Pierre. *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*. Paris, Fayard, 1982.

BOURDIEU, Pierre. *La domination masculine*. Paris, Seuil, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e poder simbólico. In : BOURDIEU, P. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. *Razões práticas. Sobre a teoria da ação*. Campinas, Papirus, 1997.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1987.

BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência*. *Por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Ed. UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre (Dir.). *La misère du monde*. Paris, Seuil, 1993.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista*. A degradação do trabalho no século XX.Rio de Janeiro, Guanabara, 1987.

BRUMER, Anita. O sexo da ocupação. *Revista Brasileira de Ciências Sociais.* Nº 8. São Paulo, Vértice/ANPOCS, 1988.

BUSTREEL, Anne. L'approche économique de la division sexuelle du travail. *Les cahiers du MAGE.* Nº 3-4. Paris, 1995.

BUTLER, Judith. *Trouble dans le genre. Pour um féminisme de la subversion*. Paris, La Découverte, 2005.

CACCIAMALI, M.C. A economia informal 20 anos depois. *Indicadores econômicos FEE. Desempenho da economia do RS.* V. 21, Nº 4, Porto Alegre, janeiro de 1994: 217 – 232.

CARDOSO, Fernando Henrique. *O modelo político brasileiro.* Rio de Janeiro, DIFEL, 1979.

CARDOSO, Fernando Henrique. Desenvolvimento associado-dependente e teoria democrática. IN: Stepan, Alfred.(org.) *Democratizando o Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

CARDOSO, F.H. & FALETTO, Enzo. *Dependencia y desarrollo em América Latina.* México, Siglo XXI, 1969.

CASTEL, Robert. *Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat.* Paris, Fayard, 1995.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social. Uma crônica do salário*. Petrópolis, Vozes, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo, Paz e Terra, 1999.

CASTIONI, Remi. *O sistema de proteção ao trabalho no Brasil*. Campinas, Editores associados, Coleção Polêmicas do nosso tempo; 2008.

CATTANI, A.D. (org.) *Trabalho e tecnologia. Dicionário crítico*. Porto Alegre, Vozes, 1997.

CATTANI, A.D. *A ação coletiva dos trabalhadores.* Porto Alegre, SMCultura – Palmarinca, 1991.

CATTANI, A.D. Trabalho e Autonomia, Rio de Janeiro, Vozes, 1996.

COHN, G. *Sociologia : Para Ler os Clássicos*. Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

CORCUFF, Philippe. *As novas sociologias*. Bauru, EDUSC, 2001.

COULON, A. *Etnometodologia*. Petrópolis, Vozes, 1995.

CUIN, C.H. & GRESLE, F. *História da sociologia*. Lisboa, Dom Quixote, 1995.

D'ANGLURE, Bernard S. Le troisième sexe. *Ethnologie.* Juillet-Août. Volume 23. 1992: 836-844.

DEDECCA, Cláudio S. Produtividade, Emprego e Salários na Indústria Brasileira. Texto. Pesquisa: *Reorganização Produtiva e Estrutura de Emprego no Brasil – os anos 90.* Campinas, 2000. 20pp.

DEDECCA, Cláudio S. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário : a experiência brasileira. *Colóquio Internacional « Novas formas do trabalho e do desemprego : Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada. »* São Paulo, 11 e 12 de setembro de 2006.

DEDECCA, C. e BALTAR, P.E. Mercado de trabalho e informalidade nos anos 90. *Estudos econômicos.* Vol. 27, nº especial. IPE/USP. São Paulo, 1997: 65 – 84.

DEDECCA, C. & ROSANDISKI, E. Sensos e dissensos: As inovações metodológicas do Censo demográfico 2000. Impresso. 2005.

DEMAZIERE, Didier. *Le chômage en crise ? La négociation des identités des chômeurs de longue durée*. Paris, Presses Universitaires de Lille, 1992.

DEMAZIERE, Didier. Les logiques de recherche d'emploi, entre activités professionnelles et activités domestiques. IN: *Cahiers du Genre*. Nº 26. Paris, L'"harmattan, 1999.

DEMAZIERE, Didier. *Le chômage. Comment peut-on être chômeur ?* Paris, Éditions Belin, 2003.

DEMAZIERE, Didier. *Sociologie des chômeurs*. Paris, La Découverte, 1995 e 2006.

DEMAZIERE, Didier. Introdução: uma abordagem sociológica sobre a categoria do desemprego. In: Guimarães, N.A. & Hirata, Helena (Org.) *Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações.* São Paulo, Senac, 2006.

DEMAZIERE, Didier. Précarités d'emploi, précarités de condition : entre formes et normes. *Colóquio Internacional « Novas formas do trabalho e do desemprego : Brasil, Japão e França numa perspectiva comparada. »* São Paulo, 11 e 12 de setembro de 2006.

DEMAZIERE, D. e DUBAR, C. *Analyser les entretiens biographiques. L'exemple de récits d'insertion.* Paris, Nathan, 1997.

DEMAZIERE, D., GUIMARÃES, N. e SUGITA, K. Unemplyment as a biographical experience. (Chapter 4). IN : KASE, K. & SUGITA, K. The Unemployed and Unemployment in a International Perspective. Comparative Studies of Japan, France and Brazil. Institute of Social Science. Research Series. Nº 19. Tokio, 2006.

DUBAR, Claude. *La socialisation. Construction des identités sociales et professionnelles.* Paris, Armand Colin, 1991.

DUBAR, Claude. La sociologie du travail face à la qualification et à la compétence. *Sociologie du travail*. XXXVIII 2/1996. Paris, Dunod, 1996.

DUBAR, Claude. Les identités professionnelles. IN: Kergoat, Jacques. *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998.

DUBAR, Claude. *Faire de la sociologie. Un parcours d'enquêtes*. Paris, Belin, 2006.

DUBAR, Claude & TRIPIER, Pierre. *Sociologie des professions*. Paris, Armand Colin, 1998.

DURKHEIM, Emile. *Sociologia*: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984.

DURKHEIM, Emile. *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença, 1984.

DURKHEIM, Emile. *Les règles de la méthode sociologique*. Paris, Flammarion, 1988.

DURKHEIM, Emile. *Le suicide.* Paris, Quadrige/Presses Universitaires de France, 1997.

DURKHEIM, Emile. *Les formes élémentaires de la vie religieuse.* Paris, Quadidge/Presses Universitaires de France, 2005.

ENGELS, Frédéric. *L'origine de la famille, de la propriété privé et de l'Etat.* Paris, Alfred Costes, 1946. (1ª édition : 1884)

ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada em do Estado.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1985.

FARIA, Vilma. Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira nos últimos trinta anos. IN: SORJ, B. & ALMEIDA, M.H. *Sociedade e política no Brasil pós-64.* São Paulo, Brasiliense, 1983.

FERNANDES, F. *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, T.A. Queiroz, 1980.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade*. Vol. I. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro, Graal, 1997.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1982.

FREYSSENET, Michel. L'invention du travail. *Futur antérieur*. Nº 16. Paris, l'Harmattan, 1993.

FREYSSINET, Jacques. *Le chômage*. Paris, La Découverte, 1994.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil.* São Paulo, Ed. Nacional, 1985.

FURTADO, Celso. *Análise do 'modelo' brasileiro.* São Paulo, Civilização Brasileira, 1986.

GAUVIN, Annie. Le sur-chômage féminin à la lumière des comparaisons internationales. *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 2003.

GIDDENS, Anthony. *A transformação da intimidade*. *Sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas*. São Paulo, Ed. UNESP, 1993.

GIDDENS, Anthony. *As novas regras do método sociológico*. Lisboa, Gradiva, 1996.

GIDDENS, Anthony. *Capitalismo e moderna teoria social*. Lisboa, Presença, 1994.

GIDDENS, A. & TURNER, J. *Teoria social hoje*. São Paulo, UNESP, 1999.

GOFFMAN, Erving. La ritualisation de la féminité. IN : GOFFMAN, E. *Les moments et leurs hommes.* Paris, Seuil/Minuit, 1988.

GOFFMAN, Erving. S*tigmate*. Paris, Minuit, 1996.

GOFFMAN, Erving. *A Representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Vozes, 1999.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo, Perspectiva, 1999.

GORZ, André. *Metamorfoses do trabalho. Crítica à razão econômica*. Paris, Galilée, 1991.

GORZ, André (org.). *Crítica da divisão do trabalho*. São Paulo, Martins Fontes, 1989.

GRUN, Roberto. O medo do desemprego e as mudanças no universo simbólico das classes médias brasileiras. In: Reis, Elisa (Org.). *Política e cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, ANPOCS/Hucitec, 1996.

GRUPO CRISIS. *Manifesto contra o trabalho.* São Paulo, Conrad, 2003.

GUIMARÃES, Nadya A. *Caminhos cruzados. Estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores.* São Paulo, Editora 34, 2004.

GUIMARÃES, N. & HIRATA, H.(Org.) *Desemprego. Trajetórias, identidades, mobilizações.* São Paulo, Editora Senac São Paulo, 2006.

HAGUETTE, Teresa Maria F. *Metodologias qualitativas na sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1992.

HEGEWISCH, Ariane. A mi-chemin entre l'Amérique et l'Europe, les femmes et lê chômage en Grande-Bretagne. *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo, Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. *Travail et division sexuelle du travail. Comparaisons internationales du travail industriel.* Mémoire d'habilitation à diriger recherches. Université de Versailles-Saint-Quentin-en-Yvelines, 1997.

HIRATA, Helena. Rapports sociaux de sexe et division du travail. Contribution à la discussion sur le concept de travail. IN : BIDET, J., TEXIER, J. *La crise du travail.* Paris, Presses Universitaires de France, 1995.

HIRATA, Helena. Division sexuelle et internationale du travail. *Future Antérieur.* Nº 16. Paradigmes du travail. Paris, 1993.

HIRATA, H., SALERNO, M. L'implantation d'outils statistiques sur l'organisation et les conditions de travail dans les pays dits "semi-développés" – Le cas du Brésil. *Cahier travail et emploi.* Paris, La documentation française, avril, 1995.

HIRATA, H., HUMPHREY, J. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. *RBCS. Nº 11*. Vol. 4. ANPOCS. 1989: 71-84.

HIRATA, H., MARUANI, M.(Org.) *As novas fronteiras da desigualdade. Homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo, Editora Senac, 2003.

HIRATA, H. et alii (Coord.) *Dictionnaire critique du féminisme*. Paris, Presse Universitaire de France, 2000.

HIRATA, H., KERGOAT, D. Les paradigmes sociologiques à l'épreuve des catégories de sexe:quel renouvellement de l'épistémologie du travail? in *Les ressorts de la mobilisation au travail.* Durand J.P. et Linhart D. (coord.), Octarès Editions, collection Le travail en débats, 2005, p. 288-298.

HUET, Maryse. Politiques de luttes contre le chômage et égalité proféssionnelle. *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

HUGHES, Everett C. *Le regard sociologique*. Essais choisis. Paris, Ed. EHESS, 1996.

HUMPHREY, John. Os problemas do emprego e do desemprego em São Paulo. *Novos Estudos. Nº* 32. CEBRAP. São Paulo, março, 1992.

HUMPHREY, J. e HIRATA, H. Desemprego oculto pelo trabalho precário: operários industriais na grande São Paulo. *São Paulo em Perspectiva.* Fundação SEADE. Vol. 3, Nº 1 / 2, 1989: 84-91

IANNI, O. A Crise de Paradigmas na Sociologia. *RBCS*. No. 13. São Paulo, ANPOCS, 1990.

IBGE. Censos Demográficos e Contagens Populacionais. Internet: www.ibge.org.br.

Informe PED. Pesquisa de Emprego e Desemprego. Região Metropolitana de Porto Alegre. Secretaria da Coordenação e Planejamento e Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Ano 8. Nº 8. Agosto, 1999. Internet : www.fee.tche.br.

INSEE. *Les femmes. Contours et caractères.* Portrait social. Paris, 1995.

INSEE. *France, portrait social (1997-1998).* Paris, 1997.

JOSEPH, I. *Erving Goffman e a microssociologia*. Rio de Janeiro, FGV, 2000.

KASE, K. & SUGITA, K. (Org.) *The unemployed and unemployment in an international perspective. Comparative studies of Japan, France and Brazil*. ISS Research Series. Nº 19. University of Tokio. Tokio, 2005.

KERGOAT, Danièle. Ouvriers = ouvrières ? *Critique de l'économie politique.* Nouvelle série. Nº 5. Paris, 1978.

KERGOAT, Danièle. Les femmes et le travail à temps partiel : une relation multiforme et complexe au temps travaillé. *Travail et emploi.* Nº 21. Paris, 1984.

KERGOAT, Danièle (dir.). *Les infirmières et leur coordination. 1988 – 1989.* Paris, Éditions Lamarre, 1992a.

KERGOAT, Danièle. Les absentes de l'histoire. *Autrement.* Nº spécial. Ouvriers, ouvrières. Nº 126. Paris, 1992b.

KERGOAT, Danièle. A propos des rapports sociaux de sexe. *M.* Nº 53-54. Paris, 1992c.

KERGOAT, Danièle. Des hommes, des femmes et du travail. *Education permanente.* Nº 116. Paris, 1993.

KERGOAT, Danièle. Un regard interdisciplinaire sur la division sexuelle du travail est-il heuristique ? *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

KERGOAT, Danièle. La division du travail entre les sexes. IN: KERGOAT, Jacques. *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998.

KERGOAT, Danièle. Le rapport social de sexe. De la reprodution des rapports sociaux à leur subversion. IN: *Actuel Marx*. Nº 30. Paris, Presses Universitaires de France, 2001: 85 – 100.

KERGOAT, Jacques et alii. *Le monde du travail*. Paris, La Découverte, 1998.

KOWARICK, Lúcio. *Capitalismo e marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

KUMAR, Krishan. *Da sociedade pós-industrial à pós-moderna*. *Novas teorias sobre o mundo Contemporâneo*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997.

LALLEMENT, Michel. Comment les femmes participent-elles à la 'tragédie' du chômage ? *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

LALLEMENT, Michel (Org.). *Travail et emploi. Le temps des métamorphoses*. Paris, L'Harmattan, 1994.

LALLEMENT, Michel. Le travail. Une sociologie contemporaine. Paris, Gallimard, Folio essais, 2007.

LAUFER, J., MARRY, C. et MARUANI, M. (dir.) *Le travail du genre. Les sciences sociales du travail à l'épreuve des différences de sexe.* Paris, La Découverte, 2003.

LAUTIER, Bruno. Secteur informel et emploi : l'enseignement des pays sous-développés. *Le chômage éclaté.Critique de l'économie politique.* Nº 28. Paris, 1984.

LAUTIER, Bruno. Pour une sociologie de l'hétérogénéité du travail. *Revue Tiers Monde.* Les transformations du travail (Amérique latine, Asie). Nº 154. Tome XXXIX. Paris, Presses Universitaires de France, 1998.

LAZARSFELD, P., JAHODA, M. e ZEISEL, H. *Les chômeurs de Marienthal*. Paris, Éditions de Minuit, 1981. (1ª edição: 1933)

LEDRUT, Raymond. *Sociologie du chômage.* Paris, Presses Universitaires de France, 1966.

LEITE, Márcia de P. *Trabalho e sociedade em transformação. Mudanças produtivas e atores sociais*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2003.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens. Trabalho e ser social*. São Paulo, Boitempo, 2002.

LEVINE & outros. Marxismo e individualismo metodológico. *RBCS*, no. 11. São Paulo, ANPOCS, 1989.

LÖWY, Ilana e ROUCH, Hélène. Genèse et développement du genre: les sciences et les origins de la distinction entre sexe et genre (Introduction). *Cahiers du Genre.* La distinction entre sexe et genre. Une histoire entre biologie et culture. Nº 34. Paris, L'Harmattan, 2003.

LÖWY, Michael. Le sexe invisible. Compte rendu du livre d'Elisabeth Souza-Lobo, A classe operária tem dois sexos. *Futur Antérieur*. Nº 10. Paris, l'Harmattan, 1992.

MALAGUTI, Manoel L. *Crítica à razão informal. A imaterialidade do salariado*. São Paulo, Boitempo, 2001.

MANGABEIRA, Wilma. *Os dilemas do novo sindicalismo. Democracia e Política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARUANI, Margaret (Org.). *Les nouvelles frontières de l'inégalité. Hommes et femmes sur le marche du travail*. Paris, La Découverte, 1998.

MARUANI, Margaret. Les mécomptes du chômage,. Paris. Bayard, 2002.

MARUANI, M. & REYNAUD, E. *Sociologie de l'emploi.* Paris, La Découverte, 1993.

MARX, Karl. *Os manuscritos econômicos e filosóficos*. In : Fromm, Erich. Conceito Marxista do homem. Rio de Janeiro, Zahar, 1983a.

MARX, Karl. *O capital. Crítica da economia política*. São Paulo, Abril Cultural, 1983b.

MARX, Karl. *Sociologia*: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1984.

MARX, K. & ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo, Hucitec, 1984.

MATTOSO, J. et alii (org.). *O mundo do trabalho. Crise e mudança no final do século*. São Paulo, Scritta, 1994.

MATTOSO, Jorge. *A desordem do trabalho*. São Paulo, Scritta, 1995.

MATTOSO, J. e BALTAR, P. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. *Seminário Crescimento e Emprego.* Senado Federal. Brasília, setembro de 1996. 30pp.

MATTOSO, Jorge e NETO, J.F. *O trabalho em regime de subcontratação no Brasil*. Organização Internacional do Trabalho, Santiago, 1997.

MATTOSO, Jorge & POCHMANN, Márcio. Brésil: restructuration ou déstructuration productive? IN: *Revue Tiers Monde*. Nº 154. Avril-juin 1998. Les transformations du travail (Amérique latine, Asie). Paris, Presse Universitaire de France, 1998.

MEDA, Dominique. *Le travail. Une valeur em voie de disparition*. Paris, Alto Aubier, 1995.

MERTON, R.K. *Sociologia : Teoria e Estrutura*. São Paulo, Mestre Jou, 1970.

MILLS, C.W. *A Imaginação Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

MTE. Ministério do Trabalho e Emprego. Governo Federal. Internet: www.mte.gov.br.

MULHER E TRABALHO. FEE, FGTAS/SINE-RS, DIEESE, SEADE-SP, FAT. V.1 (mar.2005). Porto Alegre. Promoarte, 2005.

NUN, José. Marginalidad y otras cuestiones. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales.* Nº 4. Decembre. Santiago-Chile, 1972: 97 – 127.

NUN, José. O futuro do trabalho e a tese da massa marginal. *Novos Estudos*. Nº 56. CEBRAP, São Paulo, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista*. *O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

OFFE, Claus. Trabalho, uma categoria sociológica chave? IN: *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OFFE, Claus. *Trabalho & Sociedade: Problemas estruturais e perspectivas para o futuro da sociedade do trabalho*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1989.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. 13ª Conferência Internacional de Estatísticas do Trabalho. Genebra, outobro de 1982.

OIT. Organização Internacional do Trabalho. Tendências Mundiais de Emprego. Genebra, 2007.

PAUGAM, Serge. *Le salarié de la précarité. Les nouvelles formes de l'intégration professionelle*. Paris, Presse Universitaires de France, 2000.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

POCHMANN, Márcio. *O trabalho sob fogo cruzado*. São Paulo, Contexto, 2000.

POCHMANN, Márcio. *O emprego na globalização*. São Paulo, Boitempo, 2001.

POCHMANN, Márcio (org.). *Desenvolvimento, trabalho e Solidariedade. Novos caminhos para a inclusão social*. São Paulo, Cortez, 2002b.

POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro, Elsevier, 2000.

POPPER, Karl. *A lógica da pesquisa científica*. São Paulo, Cultrix, 1993.

QUIJANO, Aníbal. *Notas sobre el concepto de marginalidad social*. Santiago, CEPAL, 1966.

RAMALHO, J. & ARROCHELLAS, M.H. (Org.) *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo, Cortez, Petrópolis, CAALL, 2004.

REIS, E.; Almeida, M.H.T. de; Fry, P.(Org.) *Política e Cultura. Visões do passado e perspectivas contemporâneas*. São Paulo, Hucitec: ANPOCS, 1996.

RIFKIN, Jeremy. *La fin du travail*. Paris, La Découverte/Poche, 1995.

ROGERAT, Chantal. Chômage, sous-emploi, inactivité: définitions et représentations. *Les cahiers du Mage*. Nº 3. Oct. 1995. Chômage et égalité des chances. Paris, 1995.

ROGERAT, Chantal. Chômage. *Dictionnaire critique du féminisme.*Paris, Presses Universitaires de France, 2000.

SABÓIA, João. *Mercado de Trabalho no Brasil – Evolução e tendências recentes.* IEI/UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes : mito e realidade.* Petrópolis, Vozes, 1976.

SALAIS, R.; Baverez, N., Reynaud, B. *L'invention du chômage*. Paris, Presses Universitaires de France, 1986.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um Discurso sobre as Ciências*. Porto, Afrontamento, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*. Rio de Janeiro, Graal, 1989.

SANTANA, Marco A. & RAMALHO, José R. *Além da fábrica. Trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo, Boitempo, 2003.

SCHNAPPER, Dominique. *L'épreuve du chômage*. Paris, Éditions Gallimard, 1994.

SCHNAPPER, Dominique. *Contre la fin du travail*.Paris, Textuel, 1997.

SCHUTZ, Alfred. *El problema de la realidad social. Escritos I*. Buenos Aires, Amorrortu, 2003.

SCOTT, Joan. Genre: une catégorie utile d'analyse historique. *Cahiers du GRIF*. Paris, printemps 1988: 125 – 153.

SCOTT, Joan & TILLY, Louise. *Les femmes, le travail et la famille*. Paris, Éditions Rivages/Histoires, 1987.

SEGNINI, Liliana. *Mulheres no Trabalho Bancário. Difusão tecnológica, qualificação e relações de gênero*. São Paulo, Editora USP, 1998.

SEGNINI, Liliana. Entre le chômage et l'engrenage des emplois précaires, in *Travailler*, n° 6, 2001, p. 129-146.

SENNETT, Richard. *A corrosão do caráter. Conseqüências pessoais do trabalho no novo capitalismo*. Rio de Janeiro, Record, 2005.

SIMON, P-J. *Histoire de la Sociologie*. Paris, PUF, 1997.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos. Trabalho, dominação e resistência*. São Paulo, Brasiliense, 1991.

TALAHITE, Fatiha. Que peut apporter la théorie des conventions à l'étude du chômage des femmes. *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail*. Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

TERRAIL, Jean-Pierre. *La dynamique des générations. Activité individuelle e changement social (1968/1993)*. Paris, L'Harmattan, 1995.

THEODORO, Mário. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. IN: RAMALHO, J. & ARROCHELLAS, M.H. (Org.) *Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil*. São Paulo, Cortez, Petrópolis, CAALL, 2004.

THIOLLENT, Michel. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis, 1985.

TOPALOV, Christian. *Naissance du chômeur. 1880 – 1910*. Paris, Albin Michel, 1994.

TOPALOV, Christian. Une révolution dans les representations du travail. L'émergence de la catégorie statistique de "population active" au XIX siècle en France, en Grande-Bretagne et aux États-Unis. *Revue française de sociologie*. Juillet-septembre 1999, XL-3. Paris, Éditions Ophrys, 1999.

TRAT, Josette. *Engels et l'émancipation des femmes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1997. (Photocopie)

VARGAS, Francisco. *Relações sociais de classe e gênero : o trabalho safrista na indústria de conservas de Pelotas*. Dissertação de mestrado. UFRGS. Porto Alegre, 1994.

VARGAS, Francisco. L'émergence du chômage au Brésil: reproduction et changemente des rapports sociaux. IN: *Cahiers du Genre*. Nº 26. Paris, L"harmattan, 1999.

VARGAS, Francisco. Desemprego feminino : vulnerabilidade e invisibilidade nas trajetórias de trabalho. *30º Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, outubro de 2006.56pp.

WALBY, Sylvia. Analyses sociologiques de la division sexuelle du travail. *Les cahiers du Mage. Différences de sexe sur le marché du travail.* Nº 3-4. Chômage et égalité des chances. Paris, MAGE/CNRS, 1995.

WEBER, Max. A objetividade do conhecimento nas ciências sociais. IN: *Sociologia*: Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, Ática, 1982.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1987.

WEBER, Max. *Economia e sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília, Ed.UnB, 1991.

ANEXOS